

Luis Acosta

*O processo de renovação do Serviço Social  
no Uruguai*

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Serviço Social

Orientador:  
Prof. Dr. José Paulo Netto

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL - CFCH - UFRJ

Rio de Janeiro - RJ

2005

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Tese de Doutorado sob o título “*O processo de renovação do Serviço Social no Uruguai*”, defendida por Luis Eduardo Acosta Acosta e aprovada em novembro de 2005, em Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, pela banca examinadora constituída pelos doutores:

Prof. Dr. José Paulo Netto  
Orientador

Prof. Dra. Elaine Behring

Prof. Dr. Pablo Gentili

Prof. Dr. Carlos Nelson Coutinho

Prof. Dr. Carlos Montaña

# *Agradecimentos*

Ao professor Jean Robert Weisshaupt, que deixou tanta saudade.

À professora Rauta Ramos, que teve a árdua tarefa de corrigir esta tese.

Ao professor José Paulo Netto, meu orientador, e referência teórica e política.

À professora Nobuco Kameyama.

Aos professores integrantes da banca de defesa desta tese.

Aos colegas (professores e alunos) do núcleo de pesquisa e extensão LOCUSS.

Aos colegas do Departamento de Fundamentos.

Aos professores, funcionários e alunos da Escola de Serviço Social.

Aos companheiros do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior.

Aos alunos com os quais consegui trocar idéias sobre estes assuntos, e com os quais muito aprendi,

Aos amigos da comunidade uruguaia no Rio de Janeiro (Alejandra, Carlos, Gabriela).

Aos professores do Departamento de Trabalho Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República (Adela, Blanca, Ely, Gerardo, Pablo, Silvia).

Aos assistentes sociais do Uruguai,

Aos trabalhadores do Uruguai que souberam construir os caminhos do avanço e do progresso social,

Aos assistentes sociais do Brasil que me acolheram com tanta generosidade,

Aos trabalhadores do Brasil que lutam pela justiça social, e o progresso social,

Aos trabalhadores do mundo todo.

A minha família.

...as revoluções proletárias, como as do século XIX, se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomê-lo outra vez, escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantando, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos, até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e na qual as próprias condições gritam:

*Hic Rhodus, hic salta!*

*O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 1978a, p. 331)

# *Resumo*

Nesta tese, analisa-se a renovação do Serviço Social no Uruguai, processo que esteve marcado pela emergência da “cultura radical” como resultado das transformações do capitalismo, na passagem da década dos anos sessenta para os anos setenta do século passado.

A renovação do Serviço Social no Uruguai se expressou através do surgimento de uma série de tendências, emergidas fundamentalmente a partir da reforma curricular de 1967, ocorrida na Escola Universitária de Serviço Social. Estas tendências, com perspectivas teórico-políticas diferenciadas, se manifestaram nos primeiros anos após a finalização do regime ditatorial (que se estendeu entre os anos de 1973 até 1984), nas “*oficinas de teoria e prática profissional*”. Estas perspectivas são: desenvolvimentista, comunicação racional, modernizadora ou sociológica e educação popular.

O resultado concreto da renovação desta profissão é consequência do caminho percorrido pelo Serviço Social, com características mais ou menos presente na chamada via prussiana, ao longo da sua história em diversas formações sociais da América Latina. Como decorrência do amortecimento deste caminho prussiano no Uruguai e em consequência no Serviço Social, predominou no processo de sua renovação uma atitude eclética, ou seja, de conciliação entre pontos de vistas diversos, na trilha da atitude filosófica “vazferreirana”; enquanto que no Brasil predominou uma atitude marcada pelo anti-capitalismo romântico revolucionário, expressa fundamentalmente através da “intenção de ruptura”.

# *Abstract*

This thesis is about the renovation of the social work in Uruguay, a process marked by the emergence of the “radical culture”, resulting from the transformation of capitalism in the late 1960s and early 1970s.

The renovation of the social work in Uruguay emerged amid a series of tendencies that came into being mostly as a result of the curricular reform that occurred in the *Escuela Universitaria de Servicio Social* (the Social Work Faculty) in 1967. Such tendencies, based on different theoretical and political perspectives, came up in the aftermath of the dictatorship (in force from 1973 until 1984), and stemmed up from *workshops on theory and professional practice*. These perspectives were the *desenvolvimentista* (development), *comunicação racional* (rational communication), *modernizadora ou sociológica* (modernizing or sociological) and *educação popular* (popular education).

The renovation in the profession was a result of the paths of the social work characterized by the so called Prussian trend (a rather authoritarian one) along several social formations in Latin America. As this trend slackened up, the social work went through a certain eclectic turn, namely conciliation amongst the existing views along with the *Vazferreirana* view (based on the ideas of the philosopher Vaz Ferreira). On the other hand, in Brazil there was a romantic anti-capitalism attitude expressed by the *intenção de ruptura* (rupture intention).

## *Lista de Tabelas*

1	População do Uruguai nos censos de 1908, 1963, 1975, 1985 e 1996 . . . . .	52
2	Taxa de analfabetismo por sexo e ano do censo de população . . . . .	53
3	Processo da organização do movimento sindical no Uruguai . . . . .	71
4	Evolução do salário e do custo da cesta básica de alimentos familiar (1957-1973) . . . . .	79
5	Quadro sintético dos principais fatos do processo de renovação do Serviço Social no Brasil e no Uruguai . . . . .	236
6	Currículos da Escola Universitária de Serviço Social: 1958-1992 . . . . .	248
7	Proporção de formados entre as escolas de serviço social - Uruguai - 1990 .	252
8	Assistentes sociais diplomados na Escola Universitária de Serviço Social integrantes da associação profissional - Uruguai - 1990 . . . . .	252
9	Distribuição por idade e sexo dos assistentes sociais - 1990 - Uruguai . . .	252
10	Assistentes sociais por ano de formação - Uruguai - 1990 . . . . .	253
11	Situação laboral dos assistentes sociais no Uruguai - 1990 . . . . .	254
12	Campos de trabalho dos assistentes sociais no Uruguai - 1990 . . . . .	255

# *Sumário*

<b>Introdução</b>	<b>13</b>
<b>1 Constituição, desenvolvimento e crise do Uruguai “batllista”</b>	<b>19</b>
1.1 O caminho prussiano do desenvolvimento do capitalismo na América Latina	21
1.1.1 O período colonial na América-Latina e a desacumulação originária	21
1.1.2 O processo de acumulação originária na América Latina . . . . .	25
1.1.3 O Estado Oligárquico . . . . .	28
1.1.4 Industrialização e crise do “pacto” oligárquico . . . . .	29
1.2 A via prussiana de transição para o capitalismo no Uruguai e o “batllismo”	31
1.2.1 O “Cesarismo” e o Estado “Bonapartista” . . . . .	31
1.2.2 O padrão de proteção social “bismarkiano” . . . . .	35
1.2.3 A “via prussiana” da consciência filosófica . . . . .	37
1.2.4 O “prussianismo” amortecido na explicação do processo de transformação capitalista da formação social uruguaia . . . . .	40
1.2.4.1 O pensamento “vivo” da filosofia uruguaia . . . . .	42
1.2.5 O “batllismo”: gênese e expansão de um singular Estado de Bem-estar social . . . . .	48
1.2.6 O padrão de proteção social “batllista” . . . . .	52
1.2.7 A constituição do movimento operário . . . . .	60
1.2.7.1 O movimento operário no “Batllismo” . . . . .	63
1.2.7.2 O movimento operário no “neo-batllismo” . . . . .	68
1.3 A Crise do Uruguai “batllista” . . . . .	71

1.3.1	As mudanças na esfera econômica . . . . .	75
1.3.2	A unificação do movimento operário . . . . .	79
1.3.3	O movimento estudantil . . . . .	83
1.3.3.1	O radicalismo estudantil . . . . .	86
1.3.4	Novas organizações e espaços sociais . . . . .	90
1.3.5	A unificação da esquerda e a “política de frente” . . . . .	92
1.3.5.1	A “democracia avançada” . . . . .	95
1.3.6	O “metodologismo” político e a esquerda armada . . . . .	99
1.3.6.1	A posição do MLN-T em relação à Frente Ampla . . . . .	103
1.3.6.2	O “método” guerrilheiro . . . . .	105
1.3.6.3	Contra a “velha” esquerda . . . . .	109
1.3.7	O desenvolvimentismo e a conformação da tecno-burocracia . . . . .	110
<b>2</b>	<b>A crise contemporânea do capitalismo: o fetichismo do capital e a cultura radical</b>	<b>116</b>
2.1	A financeirização do capital . . . . .	119
2.1.1	Circulação, dinheiro e moeda . . . . .	123
2.1.1.1	O dinheiro como meio de pagamento . . . . .	126
2.1.2	O dinheiro como capital . . . . .	127
2.1.3	O fetichismo do capital: juros, crédito e capital fictício . . . . .	135
2.1.3.1	O capital fictício . . . . .	140
2.1.4	A crise contemporânea do capital . . . . .	145
2.2	A tentativa de regulação da crise do capital através do consumo no breve século XX . . . . .	150
2.3	Mudanças contemporâneas na produção e crise do modo de ação político-cultural clássico . . . . .	155
2.3.1	A reestruturação produtiva: o papel dos serviços . . . . .	164
2.3.2	A integração do consumo com a produção . . . . .	169

2.3.3	A recombinação do trabalho manual e intelectual ou a revolução gerencial . . . . .	174
2.3.3.1	O trato com a “matéria” informacional e as potencialidades emancipatórias . . . . .	178
2.3.3.2	O trato mercantil da matéria informacional . . . . .	180
2.3.4	Crítica ao dualismo trabalho - comunicação . . . . .	182
2.4	A mudança da base industrial do capital na interpretação da “nova esquerda”	186
2.5	A cultura “radical” . . . . .	197
2.5.1	A descausalização da história . . . . .	201
2.5.1.1	Existencialismo e estruturalismo . . . . .	201
2.5.2	A decomposição do signo . . . . .	206
2.5.3	O anticapitalismo-romântico revolucionário . . . . .	207
2.5.4	A “cultura radical” . . . . .	212
2.5.5	A “cultura radical” no Uruguai . . . . .	219
<b>3</b>	<b>O processo de renovação do Serviço Social no Uruguai</b>	<b>226</b>
3.1	O processo de desenvolvimento do Serviço Social no Uruguai . . . . .	237
3.1.1	A Escola Universitária de Serviço Social . . . . .	239
3.1.2	A incorporação da Escola do “ministério” na Escola Universitária .	242
3.1.3	A intervenção na Escola Universitária de Serviço Social pela ditadura	244
3.1.3.1	O recrudescimento da repressão e a demissão dos professores da escola . . . . .	245
3.1.3.2	A resistência à ditadura do movimento estudantil . . . . .	246
3.1.4	O fim da ditadura e a restauração das autoridades legítimas . . . .	247
3.1.5	A criação da Faculdade de Ciências Sociais e o fim da Escola Universitária de Serviço Social . . . . .	249
3.1.6	Alguns dados quantitativos sobre os assistentes sociais no final dos anos oitenta . . . . .	251

3.1.7	Perspectivas ou tendências no Serviço Social do Uruguai a partir do processo de renovação profissional dos anos sessenta . . . . .	255
3.2	Momentos do processo de renovação profissional . . . . .	262
3.2.1	O currículo de 1966 da Escola Universitária de Serviço Social . . . . .	262
3.2.2	O II Seminário Regional Latinoamericano de Serviço Social e a emergência da figura de Enrique Iglesias . . . . .	267
3.2.3	A equipe de pesquisa de Enrique Di Carlo e a perspectiva da comunicação racional . . . . .	269
3.2.4	A mesa redonda convocada pelo jornal “El Popular” . . . . .	278
3.2.4.1	Serviço Social e revolução social . . . . .	283
3.2.5	O desenvolvimento do Serviço Social na ditadura . . . . .	285
3.2.6	O Serviço Social na redemocratização: as oficinas de teoria e prática profissional na Escola Universitária de Serviço Social . . . . .	293
3.3	Herman Kruse e a renovação do Serviço Social no Uruguai . . . . .	295
3.3.1	A concepção de teoria social . . . . .	302
3.3.2	A concepção da História do Serviço Social . . . . .	309
3.3.3	A concepção de prática profissional . . . . .	313
3.4	Renovação profissional e classe operária . . . . .	316
3.4.1	A mediação das matrizes político-culturais no processo de renovação profissional . . . . .	325
3.4.2	Mudanças no “mundo do trabalho” e a crise do sujeito da revolução . . . . .	327
3.4.3	A crise do processo de constituição da classe operária em sujeito político e sua refração no “projeto ético-político” . . . . .	329
	<b>Referências</b>	<b>342</b>
	<b>Apêndice A – Cronologia de fatos históricos no Uruguai</b>	<b>355</b>
	<b>Apêndice B – Currículo da Escola Universitária do Serviço Social, aprovado pelo Conselho Diretor Central da Universidade em 5 de dezembro de</b>	

<b>1966</b>	<b>361</b>
B.1 Introducción . . . . .	361
B.2 Finalidades y cometidos del Servicio Social . . . . .	361
B.3 Servicio Social y medio . . . . .	362
B.4 Nuestra realidad social . . . . .	363
B.5 Orientación de la actuación profesional . . . . .	365
B.6 Plan de estudios proyectado . . . . .	366
B.6.1 Generalidades . . . . .	366
B.7 División en ciclos . . . . .	366
B.7.1 Ciclo Básico . . . . .	367
B.7.2 Ciclo profesional . . . . .	367
B.7.3 Tercer ciclo o de post-grado . . . . .	367
B.8 Ordenamiento de materias . . . . .	368
B.9 Contenido de materias . . . . .	369
B.9.1 Ciclo básico . . . . .	369
B.9.2 Distribución de actividades . . . . .	370
B.9.3 Ciclo profesional . . . . .	371

<b>Apêndice C – Mesa redonda realizada em 25 de junho de 1970 e publicada no jornal “EL POPULAR” em 10 de julho de 1970 no suplemento “Revista de los viernes”</b>	<b>374</b>
--	------------

# *Introdução*

A história das idéias não pode ser apresentada como um delírio, quase como se fosse uma história da loucura da humanidade<sup>1</sup>. Por esta razão, a história da reconceituação no Serviço Social não é a história das idéias erradas ou equivocadas. As idéias expressam, mesmo que de uma forma distorcida, a tomada de consciência por parte dos assistentes sociais, ou mais especificamente de seus dirigentes, dos conflitos da sociedade numa determinada época.

Nossa investigação procura adotar o método das determinações e não das definições. Isto quer dizer que não partimos de uma definição, nem de reconceituação ou renovação, nem de cultura radical. Ao longo do texto, buscamos desenvolver as suas determinações, no sentido de fazer, destas categorias, categorias concretas, ou seja, “síntese das múltiplas determinações”. É claro que no início (lógico e histórico) estas aparecem como categorias abstratas, isto é, com poucas determinações (ou ainda indeterminadas). No desenvolvimento histórico, são saturadas com novas determinações, ainda que isto não queira dizer que o movimento da realidade seja no sentido do abstrato para o concreto (este é o movimento do pensamento).

O artigo de Jameson (1991) “*Periodizando os sessenta*” foi um dos pontos de partida deste estudo. Neste seu texto, a origem da chamada pós-modernidade é localizada nos acontecimentos dos anos sessenta do século passado. Dentre as várias observações, aí colocadas, uma das mais interessantes é aquela que indica alguns pressupostos da pós-modernidade já presentes na prática da guerrilha (o “foquismo”). Trata-se da fragmentação da totalidade social que, neste caso, apresenta-se como autonomização entre a esfera econômica e a esfera política. O “guerrilheiro” é um ator político sem referência de classe social (isto é, um ator socialmente desreferenciado); ele não é nem um operário, nem um camponês e muito menos um intelectual.

Uma contribuição significativa, nesta linha de trabalho, encontra-se no livro de Perry Anderson (1999) “*As origens da pós-modernidade*”, que analisa o lugar da reflexão de Jameson no denominado “marxismo ocidental”. Neste texto, sustenta-se a afirmação se-

---

<sup>1</sup>Desde esta perspectiva, a filosofia seria considerada como uma doença de uma espécie em decadência.

gundo a qual o modernismo caracterizou-se por um “*horizonte aberto na qual levantes revolucionários de um ou outro tipo contra a ordem dominante eram amplamente esperados ou temidos*” (ibidem, p. 96), enquanto que hoje, na conjuntura contemporânea, temos uma situação em que não aparece uma ameaça revolucionária de “ruptura” com a ordem burguesa. Para Anderson, a reflexão de Jameson completa e culmina o itinerário daquele movimento, que esse próprio analista caracterizou como “marxismo ocidental”. Aquilo que poderia parecer ser um desvio “culturalista” (um afastamento das preocupações econômicas e políticas), na tradição marxista, revela-se pertinente na compreensão da pós-modernidade, quando esta é caracterizada como “lógica cultural do capitalismo tardio”.

Que foi que aconteceu? Poder-se-ia sustentar que se tratou apenas de um momento de derrota, igual a tantos outros ocorridos ao longo dos séculos XIX e XX. Desse modo, no futuro próximo, a situação poderá mudar de sentido e a classe operária recuperará sua capacidade de iniciativa e luta reconstruindo suas organizações sociais e políticas. Uma outra interpretação incorpora essa mudança negativa do quadro político, acrescentando, entretanto, mudanças substantivas presentes no processo de constituição do “sujeito revolucionário da modernidade”. A partir desta perspectiva, aquilo que está em crise é uma determinada articulação entre os intelectuais, a cultura e a revolução, que se expressava de uma forma particularmente clara nas práticas dos Partidos Comunistas.

O fundamento desta situação estaria nas mudanças que ocorrem na produção (nas forças produtivas). A chamada *terceira revolução industrial* seria responsável por estas mudanças. Na base desta revolução produtiva, estão as novas máquinas com funções “inteligentes” que vêm sendo incorporadas ao processo produtivo. Assim, e por esta causa, uma determinada separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, intensificada durante a organização fordista da produção, fica questionada. Destarte, a longa separação ou divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, prestação de serviços e indústria, poderia ser “superada” no capitalismo, ainda que de uma forma pervertida (isto é, intensificando a alienação) através da reestruturação produtiva. Como decorrência deste processo, os intelectuais passam a estar subsumidos efetivamente ao processo de valorização, tornando sua força de trabalho, também, trabalho abstrato.

A crise do sujeito revolucionário, expressa na crise dos Partidos Comunistas (herdeiros, na nossa opinião, do sujeito absoluto hegeliano), está relacionada a estas mudanças contemporâneas na produção, ou seja, ao desenvolvimento das forças produtivas que, entre outros processos, redefinem as relações entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre

a indústria e os serviços. Será a partir dos últimos anos da década de 1960 e nos primeiros anos da década de 1970 que acontecerá a transição de um padrão tecnológico e produtivo para outro, dando origem (entre outros processos) a um movimento político-cultural, caracterizado por nós como “cultura radical”.

Esta crise do sujeito absoluto platônico-hegeliano, originada na produção, ou mesmo no trabalho, pode ser explicada (precisamente por essa mesma razão) a partir do trabalho, isto é, a partir de uma perspectiva que coloca a centralidade do trabalho na constituição da sociedade. Portanto, não é uma crise do trabalho, do *homo faber*, e sim de um *determinado* sujeito construído a partir de uma forma particular do trabalho (a secular separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual). Sendo assim, a *filosofia da práxis*, que considera o trabalho como “modelo de toda atividade humana”, ponto de partida da constituição da vida social, é uma perspectiva indispensável para analisar estas mudanças. Obviamente o trabalho não esgota a totalidade da vida social, ele é o fundamento da vida social, ou seja, a partir dele surgem outras atividades que não são propriamente trabalho.

Ao longo da pesquisa, chegamos a identificar que o desenvolvimento das forças produtivas na contemporaneidade, foi produto das mudanças nas formas de gestão de produção e das formas de propriedade dos meios de produção, propiciadas pela financeirização do capital, iniciada nos anos setenta do século passado. Neste quadro de financeirização do capital, intensifica-se o processo de separação entre a propriedade e a gestão da produção, dando lugar a um processo que Marx denominou de “*fetichismo do capital*”. Este último fenômeno tornou-se a chave explicativa, nesta tese, para a “cultura radical” e, por este caminho, também da “cultura pós-moderna” contemporânea em que se finaliza a ilusão da completa autonomização entre as diferentes esferas do ser social, já insinuadas naquela outra forma cultural.

Um segundo ponto de partida, desta pesquisa, constitui-se pela procura de entender a obra de Herman Kruse como parte do processo de renovação profissional do Serviço Social, no interior do universo cultural que caracterizamos como “cultura radical”. Não postulamos que as posições deste autor sejam radicais, no sentido habitual da expressão, e sim que sua obra, para ser compreendida, deve ser remetida a esse universo cultural, quiçá numa relação tensa e até, às vezes, polêmica com outros autores desse mesmo período.

Dentro deste quadro, uma primeira pergunta consistiria em saber si a “cultura radical” manifestou-se de alguma forma no Serviço Social do Uruguai. Pareceria que no campo da prática política esta cultura tinha expressões muito claras, particularmente entre os estudantes universitários daquela época. Mas, no campo da produção teórica, esta cultura

não parece se expressar de forma muito nítida. Daí que o Serviço Social no Uruguai parece tão somente ter se renovado incorporando novos autores e problemáticas (particularmente a questão do desenvolvimento econômico-social), mas sem chegar a uma “ruptura” com aquilo que foi chamado, pelos próprios renovadores, de Serviço Social “tradicional”.

Tentamos explicar, inicialmente, o lugar da obra de Kruse no processo de renovação profissional em termos de “máximo de consciência possível”. Esta categoria, de origem weberiana, incorporada por Lukács na análise da consciência de classe no livro *“História e consciência de classe”* (Lukács, 1989), foi, mais tarde, por ele próprio abandonada e criticada. No entanto, Lucien Goldmann (1991) recuperará esta categoria e a continuará a desenvolver focando seu interesse na análise das grandes obras literárias filosóficas. Através da utilização desta categoria o pesquisador busca saber como se expressa, numa obra, uma determinada “visão social do mundo” própria de um grupo social ou uma classe social. Ou seja, em que medida essa obra expressa, de uma forma adequada, unitária e coerente, uma determinada “visão social do mundo”<sup>2</sup>. A própria formulação do problema pressupõe que nenhuma obra se encaixa, por assim dizer, perfeitamente, numa determinada “visão social do mundo”. Esta categoria é interessante porque possibilita estudar as obras culturais sem ter que privilegiar a consciência empírica ou psicológica do autor. Assim, uma obra analisada, a partir desta perspectiva, não expressa o drama particular que atormenta a vida de um autor numa época determinada; pelo contrário, ela expressa o drama que atormenta a vida de uma sociedade (por exemplo, a sociedade uruguaia), de uma classe social (por exemplo, a pequena burguesia urbana) ou de um grupo social (por exemplo, os intelectuais), em face de algum acontecimento muito relevante. No caso de nossa pesquisa, o que atormenta a vida da sociedade uruguaia, a sua intelectualidade, as diversas classes sociais, é o drama da crise do “batllismo” que, ao mesmo tempo, colocava a possibilidade objetiva da “ruptura” com a ordem social burguesa.

Estas reflexões estavam, inicialmente, pautadas pela interrogação sobre o radicalismo político da “intenção de ruptura” e do “projeto ético-político” do Serviço Social no Brasil, num esforço de comparação com o Serviço Social no Uruguai. Esta problemática continuaria sem alteração, caso fossem analisados outros autores, além de Kruse, como expressão do “máximo de consciência possível” da cultura profissional do Serviço Social do Uruguai. Foi isto o que nos levou a pesquisar as diferenças entre os processos de renovação profissional em ambas as formações sociais, tomando como dimensão privilegiada a esfera política, em particular o processo de construção da classe operária em sujeito político. As

---

<sup>2</sup>Sendo que as visões sociais do mundo podem ser “ideológicas”, quer dizer, conservadoras, ou “utópicas”, ou seja, orientadas na direção da ruptura da ordem social.

distinções identificadas entre estes processos, nas duas formações sociais, é notável, dando lugar à formação de forças político-sociais de base operária muito diversas, que constituem o vetor explicativo das diferenças entre os processos de renovação profissional de ambas as formações sociais.

Conforme a pesquisa avançava, os fatos recolhidos, junto com a reflexão sobre os mesmos, foram levando a um deslocamento do foco da investigação, quanto ao papel de Kruse no processo de renovação profissional, que passou a ser o processo de renovação profissional do Serviço Social no seu conjunto, tornando esse estudo mais amplo do que fora delimitado anteriormente. Assim, a pesquisa acabou abarcando um lapso de tempo mais prolongado, já que se estendeu ao longo do período de vigência do currículo de 1967 na Escola Universitária de Serviço Social. São quase 25 anos, com a “interrupção” que significou a instauração da ditadura militar entre os anos de 1973-1984. Esse deslocamento, quando apreendido desta forma, criou, ao mesmo tempo, uma dificuldade adicional<sup>3</sup>, já que deve ser ressaltado que o autor desta tese tinha sido um dos atores deste processo.

Para a realização de pesquisa foram utilizadas como técnicas, a entrevista a informantes-chaves<sup>4</sup>, unida a análise de documentos. Também beneficiou-se dos debates construídos em diversos momentos em que nossas hipóteses foram apresentados em eventos realizados no Departamento de Trabalho Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República do Uruguai, e na equipe de pesquisa e extensão “LOCUSS” da Escola de Serviço Social da UFRJ. Colaborou na realização da pesquisa, durante um breve período de tempo, Silvia Galperín, na condição de bolsista<sup>5</sup>, contribuindo na coleta de informação. A professora Maria Helena Rauta corrigiu o texto, entretanto, obviamente, a responsabilidade por tudo o que se explicita aqui é exclusivamente minha, incluindo a redação final.

Como resultado de nosso estudo, apresentamos este trabalho, estruturado em três capítulos. No primeiro, analisa-se o caminho prussiano seguido pela formação social uruguaia ao longo do século XX, no processo de amadurecimento do capitalismo e sua crise. Crise em que se colocaram três caminhos de saída: (1) o desenvolvimentismo e seu desdobramento tecno-burocrático; (2) o metodologismo político da esquerda armada; e (3) a constituição de uma frente única de partidos e movimentos sociais, pautada num horizonte socialista através de um processo de luta de classes que se caracteriza pela guerra de posições.

---

<sup>3</sup>Ou um condicionante enriquecedor.

<sup>4</sup>Herman Kruse, Blanca Gabin, Raquel Cortinas, Cristina Rovira, Roberto Etcheverry, entre outros.

<sup>5</sup>Foi, por assim dizer, uma bolsa “sui generis”, já que foi financiada com recursos do próprio pesquisador.

A crise do desenvolvimento do capitalismo no Uruguai, assunto do segundo capítulo, não foi apenas um processo nacional, antes foi um processo mundial em que o capitalismo ingressou numa fase de acumulação predominantemente financeira. Esta fase está marcada pelo *fetichismo do capital* como separação entre o processo de valorização e o processo de trabalho, na qual o capital parece se valorizar sem a necessidade de se investir na produção. Inscrevem-se aí a crise dos partidos e sindicatos de base operária e a constituição de novas práticas políticas e novos sujeitos, que partem, precisamente, do suposto de que é possível (e necessário) a constituição de novos sujeitos sociais fora do âmbito da produção. Estes novos sujeitos, e os projetos político-culturais por eles encarnados, constituem a base da *cultura radical*.

No terceiro e último capítulo, tratamos do processo de renovação do Serviço Social no Uruguai. Processo que se encontra marcado pela emergência da cultura radical e o seu confronto com as práticas político-culturais da esquerda e da racionalidade clássica, em um movimento que é, simultaneamente, de ruptura com o tradicionalismo no Serviço Social. A mescla entre práticas novas e clássicas é resultado particular do caminho, mais ou menos de caráter prussiano, percorrido pelo Serviço Social ao longo da sua história. No Brasil, predominou a “nova esquerda” que acompanhou o ressurgimento do movimento operário a partir dos anos de 1980. No Uruguai, pelo contrário, predominaram as idéias da esquerda clássica (herdeira das tendências jacobinas que amorteceram o prussianismo do desenvolvimento capitalista desta formação social) em relação àquelas da nova esquerda (esta última se expressou fundamentalmente através da “educação popular”). Por esta razão, no Uruguai, a renovação do Serviço Social foi marcada por uma atitude eclética, isto é, de conciliação entre pontos de vista diversos, na trilha da atitude filosófica “*vazferreiriana*”; enquanto que no Brasil teve vigência, em relação ao mesmo processo, uma atitude marcada pelo anti-capitalismo romântico revolucionário, que se expressou fundamentalmente através da “intenção de ruptura”.

# 1 *Constituição, desenvolvimento e crise do Uruguai “batllista”*

Neste capítulo desenvolvemos o processo de constituição da particular “anatomia” da sociedade uruguaia no século XX. Este processo faz parte do desenvolvimento, desigual e combinado, do capitalismo mundial, sem que, no entanto, isto signifique que seja apenas um reflexo passivo. A dinâmica do capitalismo durante o século XX, é a dinâmica do imperialismo<sup>1</sup>, caracterizado pelo desenvolvimento desigual e combinado entre os países centrais e os periféricos e pela competição interimperialista (que deu lugar às duas guerras mundiais) entre os próprios países capitalistas centrais. Nossa atenção está voltada principalmente para a primeira dimensão do imperialismo clássico (a relação assimétrica entre os países centrais e os periféricos). Por esta razão apresentamos, no início, uma rápida visão de conjunto do desenvolvimento do capitalismo na América latina, buscando apreender a sua particularidade em relação com a dinâmica dos países “centrais”.

Em relação à sociedade uruguaia, a partir da sua inserção na periferia do capitalismo, interessa-nos particularizar o processo mediante o qual chegou a se constituir precocemente num singular Estado de bem-estar conhecido como “batllismo”. Tentamos explicar este processo através do “paradigma prussiano”, apelando às categorias gramscianas de “revolução passiva”, assim como processo “transformista” num esforço de explicar a realidade uruguaia. Gramsci estabelece um conceito que pode ser considerado um desenvolvimento da categoria de “via prussiana” de Lenin. Analisando a Itália de sua época, Gramsci trabalha a idéia de “revolução passiva” (ou “revolução pelo alto”, ou “revolução sem revolução”), assim como a idéia de processo “transformista” (neutralização de partes da vanguarda do setor radical graças à sua cooptação pelo bloco dominante), sendo esta última a principal forma de conquista do consenso num processo de “revolução passiva”. Um dos resultados desta via de transição ao capitalismo é o “Bonapartismo” ou o fenômeno do “cesarismo”, como também o tipo de padrão de proteção social “bismarkiano”. No campo da cultura,

---

<sup>1</sup>“Se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo.” (LENIN in SADER, 2000, p. 28)

o “espírito” segue igualmente um caminho prussiano (a sobrevivência e conservação dos elementos antigos junto com os elementos modernos), dando lugar, no caso uruguaio, a um estilo de pensamento e uma sensibilidade marcados pela conciliação entre idéias diferentes e tolerância teórica.

De acordo com o que dissemos acima, o caminho do desenvolvimento capitalista, seguido pela formação social uruguaia, deu lugar à conformação de um estado precocemente intervencionista, caracterizado por um padrão de proteção social especialmente avançado para sua época, que caracterizou o “batllismo”.

Particular significação tem, na nossa compreensão do processo sócio-histórico do Uruguai, a constituição da classe operária em sujeito político. Por esta razão desenvolvemos o processo de conformação do movimento operário, tanto na sua forma sindical como nas suas organizações políticas, que grande influência teve a partir da década dos anos mil novecentos e sessenta, quando se instaurou a crise do sistema de dominação burguesa que operava através do sistema de partidos tradicionais (a crise do “bipartidismo”). O ano de 1966, quando se unifica o movimento operário em uma única central sindical, pode ser considerado o “nosso” 1848, com conseqüências semelhantes àquelas do continente europeu. Assim por exemplo, é o ápice do “progressismo”, que caracterizara o comportamento político das classes dominantes uruguaias. Daí em diante, o “batllismo” já não é mais uma força progressista (o abandono do nacional-reformismo e da institucionalidade democrática são claros exemplos desta mudança), passando a militar no campo do conservadorismo moderno.

A emergência da classe operária como sujeito político, junto com a crise do sistema político tradicional está na base das transformações sócio-políticas iniciadas nos últimos anos da década dos anos mil novecentos e cinquenta e que se estenderam ao longo de toda a década dos sessenta, culminando com o estabelecimento de uma ditadura militar em 1973. A transformação da classe operária em sujeito político é tanto causa como conseqüência da crise de dominação burguesa que se instaurou na formação uruguaia naquela década. São três as principais derivações provocadas por esta mudança: a unidade das forças da esquerda mediante a constituição de uma “frente única”, portadora dos anseios democráticos e progressistas, desse esse momento patrimônio político-cultural do movimento operário em aliança com amplos setores de sociedade (particularmente com as camadas meias urbanas); o surgimento de uma esquerda radical (chegando a desenvolver uma forma de guerrilha urbana), impregnada do “romantismo anti-capitalista revolucionário”; e a conformação de uma tendência desenvolvimentista e modernizadora da gestão

estatal, tornando-se progressivamente dominante e anti-democrática.

## **1.1 O caminho prussiano do desenvolvimento do capitalismo na América Latina**

### **1.1.1 O período colonial na América-Latina e a desacumulação originária**

A colonização da América-Latina tem que ser relacionada à acumulação originária em escala mundial, já que a acumulação em um dos pólos significou a desacumulação no outro pólo. Assim então o período de acumulação originária na Europa corresponde em América-Latina a um período de “desacumulação originária” (caracterizado pela exportação de riquezas). O resultado desta desacumulação originária levou a que a estrutura econômico-social, herdada do período colonial, fosse marcado por um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e por relações sociais de produção baseadas na escravidão e na servidão. Estas formações sociais são pré-capitalistas já que o excedente econômico não chegava a se transformar em capital no interior dessas mesmas formações sociais, sendo este exportado para o exterior onde aí se convertia em capital produtivo. Estas economias pré-capitalistas se articulam com as economias capitalistas dos países centrais, na esfera da circulação, através do capital comercial e usurário. Pode-se dizer que as economias da América-Latina estavam subordinadas formalmente ao capitalismo mercantil, subordinação esta materializada na circulação, isto é, na troca entre as colônias e as metrópoles. É por esta causa que a produção nas colônias continuava na forma pré-capitalista. Quando a subordinação das colônias às metrópole se torna um processo real (no último quartel do século XIX), a produção doméstica se transforma em capitalista (COUTINHO, 1990, p. 38). Este processo de subordinação real ao mercado mundial acontece no exato momento em que o capitalismo ingressa na fase monopolista ou imperialista.

Como se observa, o capitalismo nos países centrais se completou com as riquezas extraídas dos países coloniais (com a desacumulação das colônias), enquanto que estes últimos quando começaram, no seu interior, a fase de acumulação originária nas últimas décadas do século XIX, estavam submetidos à exportação de parte do excedente que podiam extrair. Ou seja, as formações sociais coloniais não apenas não contaram com a possibilidade de “completar” a acumulação originária com capital excedente extraído de outras formações sociais, senão que tinham que “exportar” parte do seu excedente para os países centrais. O estrago produzido pelos mais de três séculos de desacumulação

originária no continente latino-americano caracterizou daí para frente a “herança colonial”, com a qual se inicia a vida independente destas formações sociais, marcando o ulterior desenvolvimento do capitalismo.

Na primeira fase da vida independente da América-Latina, longe de impulsionar a dissolução desta matriz pré-capitalista, registrou-se um movimento em sentido contrário. A linha principal do processo econômico vai na direção de reforçar a propriedade feudal e as unidades semi-escravistas e não no sentido do desenvolvimento da pequena propriedade. Persistia, portanto, uma economia pré-monetária em imensas porções do corpo social latino-americano do século XIX. Esta situação começa a mudar entre os anos de 1870-1880 com o início do desenvolvimento do capitalismo nestas formações sociais. No entanto, estas estruturas pré-capitalistas, subordinadas ao domínio do capital comercial e usurário, foram um sério obstáculo para o desenvolvimento das novas nações. Como diz Cueva (1987, p. 24-25),

Sobre el telón de fondo de las estructuras precapitalistas imperantes a lo largo y ancho del continente, uno entiende mejor el propio enseñoreamiento del capital comercial y del usurario, que, como Marx no dejó de señalarlo, reinan en razón estrictamente inversa del desarrollo del modo de producción capitalista y sin siquiera impulsar, por sí solos, la transición hacia él. Expresión del grado casi nulo de desarrollo local de este régimen de producción, el predominio de tales formas “antediluvianas” de capital se convirtió a su turno, por un proceso de reversión dialéctica en serio obstáculo para la implantación del modelo producción específicamente capitalista.

Uma vez alcançada a independência das ex-colônias da Espanha e do Portugal, a Inglaterra conseguiu se articular a esta matriz pré-capitalista e a este domínio do capital usurário, não só através da presença comercial mas, também, mediante a especulação e a usura, absorvendo o excedente sem intervir diretamente na sua geração. Trata-se dos famosos empréstimos britânicos para financiar as próprias guerras da independência. Nas classes dominantes o progresso se identificava menos com a produção, do que com o consumo suntuoso, de origem europeu, obtido por via do comércio de importação. Mas, também, a ação do capital comercial e usurário chega a seus limites, precisando por isso ampliar seu campo de ação. Assim se desenvolvem as inversões no setor das ferrovias que complementam o capital comercial (obtendo o controle das vias de transporte da produção). Ao mesmo tempo este controle indireto das economias, através do comércio e dos empréstimos usurários, pode-se transformar rapidamente em controle direto da fontes de produção uma vez que o prestamista decida cobrar suas dívidas aos devedores. Destarte a economia vai se monetizando progressivamente, iniciando a queda da estrutura

feudal-escravista do período colonial. Um exemplo deste processo de monetização está no desenvolvimento dos primeiros bancos.

O Estado-nação se edifica sobre uma dada estrutura econômico-social historicamente conformada. Por esta razão não é a mesma coisa construir o Estado sobre o cimento relativamente firme do modo de produção capitalista estendido em todo o corpo social, que edificá-lo na tortuosa topografia das estruturas pré-capitalistas que, por sua mesma índole, não têm a capacidade de proporcionar o fundamento objetivo de qualquer unidade nacional (carece-se de uma base econômica verdadeiramente unificadora, o que propícia os “regionalismos” e o “caudilhismo”). É isto o que explica o período conhecido como de “anarquia”, caracterizado pelas lutas entre os “caudilhos”, os “caciques” etc. Quer dizer que a “autonomia” dos diferentes segmentos econômicos, característica da matriz pré-capitalista, tem-se traduzido na pouca “coerência orgânica” da sociedade em seu conjunto e na sua superestrutura (dai os “regionalismos” ou “localismos” que caracterizaram a sociedade latino-americana até quase o final do século XIX).

La diferencia más importante para nosotros, y muy llamativa en sí, consiste en que toda sociedad precapitalista presenta económicamente una unidad mucho menos **coherente** que la capitalista: en que en ella la independencia de las partes es mucho mayor, su interdependencia económica menor y más unilateral que en capitalismo. Cuanto menor es la importancia del tráfico de mercancías para la vida de la sociedad entera, cuanto más casi autárquicas son las diversas partes de la sociedad en lo económico... o cuanto menos importante es su función en la vida propiamente económica de la sociedad, en el proceso de producción... tanto menor es la forma unitaria, la coherencia organizativa de la sociedad, del estado, y tanto menos realmente fundada en la vida real de la sociedad (LUKÁCS *in* CUEVA, 1987, p. 33).

Assim então a matriz pré-capitalista produz segmentação e isolamento, levando a luta de classes a adquirir uma fisionomia “regional” ou “provinciana” (por exemplo, o interior orientado para a subsistência e o litoral para o comércio, como se expressou na luta entre os “unitários” e os “federais” na região do Rio da Prata). Esta matriz produz complexos sistemas de diferenciações étnico-culturais, capazes de conferir à estrutura classista uma dimensão de “castas”, fato que por sua vez tem repercussões na luta de classes por causa da deformação ou deslocamento das frentes de combate reais. Esta matriz pré-capitalista dificulta o encontro do substrato econômico-social necessário para a instauração do Estado-nação. Isto significa que a problemática relativa à conformação de Estados nacionais, unificados e estáveis, na América-Latina, está relacionada diretamente à inexistência de uma burguesia orgânica de envergadura nacional. A falta desta burguesia explica as lutas entre as diferentes facções e chefes militares. Assim Cueva afirma que

La fase denominada de “anarquía”, que no es otra cosa que el tormentoso camino que nuestras formaciones sociales tienen que recorrer hasta constituir sus estados nacionales, corresponde en términos generales al desarrollo de una estructura que partiendo de una situación de **equilibrio inestable**<sup>2</sup> de diversas formas productivas llega a una situación de predominio relativamente consolidado del modo de producción capitalista (ibidem, p. 41; grifo nosso).

O Estado que emerge depois da superação do período de “anarquia”, com a concorrência do “militarismo” (que pode ser interpretado como uma forma de “cesarismo sem um César”), é o Estado “liberal-oligárquico” que consegue a subordinação real do conjunto do corpo social e, dessa forma, a consolidação da unidade e autoridade do Estado<sup>3</sup>; enquanto que o Estado do período da “anarquia” subordinava apenas formalmente o conjunto do corpo social, que ainda estava fragmentado pela persistência do caudilhismo, expressão da falta de amadurecimento capitalista nestas formações sociais<sup>4</sup>.

Quer dizer que as lutas durante o período da “anarquia” podem ser interpretadas como lutas *interoligárquicas* (causadas pela heterogeneidade estrutural da formação pré-capitalista), que, logo depois (quando o Estado consegue impor sua autoridade sob a forma de Estado liberal-oligárquico), tornam-se lutas *intraoligárquicas*. Estes conflitos se resolvem através do **pacto oligárquico**, processo este que pode ser analisado e explicado a partir da categoria gramsciana de “**revolução passiva**”, ou revolução sem revolução (ANSALDI, 1992).

As lutas sociais, nesse período, enquadram-se no horizonte da revolução democrático-burguesa, sendo que, progressivamente, vai se impondo, objetivamente, o elemento burguês sobre o elemento democrático-popular. Isto quer dizer que as tendências progressistas (popular ou jacobina) foram derrotadas na sociedade pós-independente, consolidando-se assim a direção reacionária (via prussiana, *junker* ou oligárquica-dependente, como diz Cueva (ibidem)). O elemento popular (democrático), por causa da heterogeneidade estrutural antes sublinhada, não tinha uma expressão “pura”; ele se exprimia sob a forma de reivindicações “regionalistas” ou “localistas” (exemplos desta agitação popular são, entre muitos outros, a guerra dos “farrapos” no Rio Grande do Sul, os levantes dos escravos na Bahia). As vezes esta heterogeneidade estrutural levava a conferir uma fisionomia de

<sup>2</sup>Esta situação de equilíbrio instável propiciará a solução “cesarista” para a unificação das próprias classes dominantes.

<sup>3</sup>Cabe também sublinhar que, além dos processos de unificação nacional (interferidos pela presença estrangeira), temos os processos de desintegração como no caso da Grande Colômbia que culminou com a “balcanização” da América Central.

<sup>4</sup>No Uruguai este problema expressava-se sob a forma de disputa entre os “doutores” partidários da legalidade da constituição e os “caudilhos” que representavam o país real. Com o “militarismo” se inicia o processo de subordinação dos caudilhos ao poder do Estado como veremos mais na frente.

“castas” à estrutura classista.

Exemplo destacado destas lutas populares é a Revolução Mexicana (1910) que teve o significado de promover o desenvolvimento do capitalismo *a partir de baixo*, ou pela via revolucionária (democrático-popular). Esta revolução de base camponesa marcará o imaginário das forças progressistas do continente, sendo substituída posteriormente pela Revolução Cubana a partir de 1959.

No conjunto da América Latina, a Revolução Mexicana foi o movimento latino-americano de maior influência até a Revolução Cubana, com as gestas de Zapata e de Pancho Villa, com as músicas rurais mexicanas, com o bolero, com o cinema desse país, com os muralistas mexicanos, todos constituindo um conjunto simbólico que o projetaram, durante toda a primeira metade do século, no imaginário popular latino-americano – particularmente o camponês – como o movimento de maior repercussão. (SADER, 2000, p. 101)

A derrota desses movimentos, que poderiam ter apontado na direção de um desenvolvimento do capitalismo “de baixo para cima” ou “revolucionário”, levou a que o aspecto burguês fosse se tornando objetivamente dominante, predominando, desta forma, o desenvolvimento pela via reacionária (ou “oligárquica”), como diz Cueva (*ibidem*), também conhecido como “prussiana”, ou “revolução passiva”.

### 1.1.2 O processo de acumulação originária na América Latina

O “divórcio” entre o produtor direto e os meios de produção, que acontece quando o capital penetra na esfera da produção, é a chave para compreender o processo de acumulação originária. Este processo se desenvolve na América-latina no momento em que o capitalismo inicia a fase imperialista, caracterizada pela exportação de capitais, expandindo-se para o conjunto do planeta na busca de novas matérias primas e produtos agropecuários. Esta expansão do capitalismo e do comércio internacional é facilitada pela segunda revolução industrial, quando se desenvolvem, a partir do último quartel do século XIX, o transporte e as comunicações. A penetração do capital nas formações sociais da América Latina, como consequência da fase monopolista do capitalismo, separa o trabalhador dos seus meios de subsistência, disponibilizando-o para se assalariar.

Quando a transição para o capitalismo se desenvolve pela via liberal ou popular, a separação do produtor dos meios de produção passa no campo pela transformação (destruição) da propriedade latifundiária e instauração de pequena propriedade camponesa (produção mercantil simples), até que o processo de desintegração deste campesinato

encarrega-se de separar o produtor direto dos meios de produção. A transição para o capitalismo na América Latina não seguiu este caminho. Na América Latina, este trânsito acontece quando o capitalismo mundial entra na sua fase imperialista (ou monopolista, dando lugar à “Era dos Impérios”, como diz Hobsbawm), dinamizado pela Segunda Revolução industrial (principalmente nos meios de comunicação e transporte) que derruba as últimas barreiras protecionistas “naturais” e leva a criação de uma economia global única com capital na *City* de Londres. Até esse momento o excedente extraído, através da coação extra-econômica, das áreas coloniais, fluía para as metrópoles e aí se convertia em capital.

O desenvolvimento capitalista na América-Latina é acompanhado por um incremento espantoso das inversões estrangeiras nos setores do transporte (ferrovias principalmente) e financeiro. Ambos investimentos tinham como objetivo o controle do comércio exterior e do comércio interior. Assim o desenvolvimento econômico assume a forma de “crescimento para fora”, constituindo-se como uma economia primário-exportadora “complementar” do capitalismo industrial das metrópoles.

A acumulação originária foi assim realizada tanto estimulada como limitada pelo exterior. No caso das economias com predomínio de estruturas feudais - como no México, esta acumulação assumiu a forma “clássica” (através do turbulento período da Reforma, na segunda metade do século XIX<sup>5</sup>) de expropriação maciça dos bens da Igreja Católica, das terras comuns e das terras de domínio público. No caso do Brasil, em que predominava a escravidão, o processo de acumulação originária identifica-se com o processo de dissolução do regime escravista. A abolição da escravidão, da mesma forma que a reforma agrária, constitui uma redistribuição da propriedade dentro da sociedade (a “propriedade” da força de trabalho passa do dono do escravo para os próprios escravos, agora trabalhadores “livres” ou seja, liberados para se assalariar). O capital comercial, envolvido no tráfico de escravos, também se “libera” e fica disponível para ser investido no setor produtivo. Esta espantosa redistribuição de propriedade tem repercussões na organização da produção, na utilização dos fatores produtivos, na distribuição do ingresso e na utilização final desse ingresso. Uma terceira situação é aquela dos países com estruturas escravistas e/ou feudais

---

<sup>5</sup>Trata-se do período em que se desenvolve a luta entre liberais e conservadores a partir da aprovação de constituição de 1857, rejeitada pelos conservadores e defendida pelos liberais encabeçados por Benito Juárez. Finalmente, em 1858, Benito Juárez assume a presidência do México, quando se aprovam as *leis de reforma* que estabelecem, entre outras coisas, a separação do Estado da Igreja Católica. A guerra da reforma se estendeu entre os anos de 1858 até 1861. No entanto, México é invadido por forças francesas por ordem de Napoleão III, com a pretensão de estabelecer um Segundo Império com apoio dos conservadores. Finalmente, as forças francesas são derrotadas e Benito Juárez assume a presidência novamente no ano de 1867.

muito débeis (como foi o caso do Uruguai). Neste caso, a acumulação originária assume a forma de “cercamento das propriedades”, liberando assim a população rural. Também são expropriados os territórios indígenas, ampliando-se a fronteira agrícola.

Nos casos de inexistência do processo de acumulação originária, o modo de produção capitalista se implanta na base de impulsos externos e unicamente em forma de “ilhas” dentro de uma formação social que, em seu conjunto, continua a ser fundamentalmente pré-capitalista (exemplo, Peru, que continuou basicamente “feudal”). Trata-se das situações denominadas de “enclave”, nas quais a subordinação do conjunto da formação social ao capitalismo é meramente formal.

Dois traços então caracterizam o início do desenvolvimento do capitalismo na América Latina: o primeiro é que não se desenvolve através de uma revolução democrático-burguesa, e o segundo é que nasce subordinado à fase imperialista do capitalismo.

O caminho *juncker* ou “oligárquico” traz como conseqüência o retardamento na constituição do proletariado moderno, como também na constituição de uma burguesia verdadeiramente moderna. O entrelaçamento entre a burguesa e a aristocracia latifundiária leva a que o capitalista, ou melhor, o proprietário nacional opere com a noção da renda da propriedade da terra antes que da produção. Esta renda é utilizada no consumo suntuário (o que traz como conseqüência o aumento das importações) antes que na ampliação da produção. Ao mesmo tempo, a exploração do trabalho assalariado ainda se realiza na forma de busca da mais-valia absoluta, que tampouco favorece o desenvolvimento da produção. Esta forma “extensiva” de exploração da força de trabalho dificulta também a formação do mercado interno.

O processo de acumulação originária é, ao mesmo tempo, o processo de constituição de mercado interno; mas, como este processo de acumulação se realiza nas condições da inserção no mercado capitalista na fase imperialista e através da via prussiana, o mercado interno não chega a se constituir plenamente (predominam os baixos salários e as jornadas extensas de trabalho num período de extração de mais-valia absoluta).

A particularidade do desenvolvimento capitalista no Uruguai, em relação com a constituição do mercado interno, é que ele se desenvolve em um “vazio” histórico-social, no sentido de que não existia uma matriz econômico-social de caráter escravista ou feudal, sendo que este “vazio” vai ser preenchido pelos trabalhadores imigrantes europeus. É por esta razão que Cueva (ibidem) explica que, nesta formação social (a mesma coisa acontece com a Argentina), o nível salarial foi fixado pelo valor internacional (fundamentalmente europeu), e não pelo valor **local** da força de trabalho, como aconteceu nas outras for-

mações sociais da América Latina. Esta é a explicação para desenvolvimento precoce do mercado interno nesta formação social.

A dupla articulação, entre a conservação de estruturas arcaicas de produção (via oligárquica) e a penetração do capital monopolista na produção, traz como resultado uma profunda deformação do aparato produtivo entre seu setor primário-exportador e aquele voltado para o mercado interno, que se desenvolve sem desenvolver ao mesmo tempo um setor de produção de bens de produção, acentuando assim a dependência com os países centrais. Enquanto os investimentos ingleses se concentravam no transporte e no setor financeiro (estabelecendo uma forma de controle indireto das economias), as inversões norte-americanas se aplicavam diretamente nas atividades produtivas (como por exemplo na indústria frigorífica no Uruguai).

### 1.1.3 O Estado Oligárquico

Como já foi dito anteriormente, o Estado liberal-oligárquico corresponde a um momento em que as relações de produção capitalistas já se têm estabelecido como dominantes nesta realidade social, ainda que conservando e refuncionalizando relações de produção pré-capitalistas. Através deste forma do poder estatal consolida-se a propriedade privada dos meios de produção, ao mesmo tempo que são subordinados os elementos pré-capitalistas sobreviventes (que não são pequenos no caso do trânsito ao capitalismo pela via prussiana). Também esta forma do poder político exprime a derrota das alternativas democrático-burguesas (“jacobinas”) que colocavam uma via progressista de desenvolvimento capitalista.

Junto com a consolidação da propriedade privada dos meios de produção, criam-se também as condições para o assalariamento da força de trabalho, que fica “liberada” das antigas formas de trabalho. Este último processo, nesta fase do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, assume uma forma claramente violenta, através do uso dos meios de coação por parte do Estado. Estamos ainda num momento em que a “questão social” é tratada como caso de polícia. Também nesta fase do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, o principal mecanismo de acumulação do capital é a extração de mais-valia absoluta, que se materializa nas longas jornadas de trabalho.

Nesta forma de organização do poder político, exprime-se a aliança entre os latifundiários, a burguesia comercial (importadora e exportadora) e o capital monopolista. Este “pacto oligárquico” começa a ser minado nas primeiras décadas do século XX, acompanhando o início do desenvolvimento industrial do capitalismo (“industrialização por subs-

tituição de importações”), no mesmo momento em que nos países “centrais” desenvolvia-se a primeira guerra mundial, a grande depressão de 1929 e a segunda guerra mundial.

A passagem do “modelo” agro-exportador para o “modelo” de industrialização, por substituição de importações, significa a transposição de um caminho do desenvolvimento do capitalismo agrário para outro industrial, e não a luta dos elementos burgueses “modernos” contra os elementos agrários “atrasados”. A passagem de uma forma para a outra não acontece determinada apenas pelas circunstâncias, por assim dizer, exteriores; sendo também a própria luta de classes, no interior de cada uma das formações sociais, determinante do rumo do desenvolvimento do capitalismo, sem que isto chegue a se constituir numa “verdadeira” revolução democrático-burguesa (em todo caso é uma revolução burguesa frustrada que vai dar lugar aos regimes “populistas”). No entanto, no caso do movimento dos trabalhadores, ainda não aparece claramente o caráter autônomo da sua luta, já que eles ainda lutam contra os “inimigos dos seus próprios inimigos” (ou seja, contra os “senhores” latifundiários). Especial relevância tiveram, neste processo, as camadas médias que se expressaram de variadas formas (como por exemplo, na “reforma de Córdoba” na Argentina, ou no movimento “tenentista” no Brasil).

#### **1.1.4 Industrialização e crise do “pacto” oligárquico**

Cueva (ibidem) contesta a tese segundo a qual a industrialização dos países da América-latina pode ser considerada um “reflexo” da crise dos países centrais, já que, na verdade, a dinâmica de funcionamento do capitalismo, como uma sistema mundial, faz transmitir para a “periferia” as conseqüências da crise, a menos que as forças internas (a luta de classes do proletariado) consiga frear e reverter este processo, propiciando o desenvolvimento do mercado interno.

O desenvolvimento industrial não se fez às expensas do setor primário agro-exportador, senão que foi baseado neste setor, através da transferência de renda para o setor industrial. Assim, a reativação econômica dos produtos de exportação tem contribuído para o desenvolvimento industrial. É o crescimento do comércio internacional, do excedente econômico obtido a partir da melhoria dos termos de intercâmbio, que se sustenta a compra dos meios de produção necessários para a industrialização, sendo que esta última situação é também seu limite, já que não se consegue realizar na própria formação social o ciclo completo de formação do capital. O capitalismo na América Latina ficou destarte dependente do setor primário agro-exportador e do comércio internacional.

A nova configuração das classes sociais, induzida pela industrialização, leva à con-

formação de uma organização do poder político, denominada de uma maneira bastante imprecisa, de “populismo”. A fórmula populista exprime o caráter heterogêneo na que se assenta o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, com a conservação e refuncionalização de elementos pré-capitalistas. É neste quadro que os trabalhadores formam sua consciência política (anti-feudal ou anti-oligárquica, anti-imperialista, democrática e socialista).

No entanto, no final da década dos anos sessenta do século passado, inicia-se na América Latina, e nos próprios países industrializados, uma profunda crise que desemboca num processo de reestruturação do capital. A América Latina passa a “hospedar”, como diz Cueva, indústrias que se deslocam do “centro” para a “periferia”, oferecendo para isto, como vantagem comparativa, o baixo valor da força de trabalho. Este processo leva à crise do bloco populista, dando lugar à emergência do bloco monopolista (ou a “rosca” como se denominará na linguagem política da esquerda no Uruguai), como conseqüência do processo de transnacionalização da produção. Este bloco monopolista vai ser constituído pela alta burocracia estatal (os “técnicos”), além, naturalmente, da fração da burguesia “nacional” (ou melhor dizendo “local”) transnacionalizada. Trata-se de uma nova modalidade de inserção das economias latino-americanas no mercado internacional, já não apenas como receptoras de investimentos, mais também (e fundamentalmente) como exportadoras de capital. As conseqüências desta nova modalidade de inserção das economias latino-americanas no mercado internacional se diferenciam. Em alguns casos provoca um processo de industrialização que leva a completar o ciclo produtivo com o surgimento (ou a instalação) do departamento de produção de meios de produção como no caso do Brasil; mas em outros, provoca um processo de desindustrialização, situação do Uruguai que não apenas não consegue atrair (ou gerar) investimentos para completar o ciclo produtivo, como que registra a ruína da estrutura produtiva voltada para a produção dos meios de consumo.

O desenvolvimento do capitalismo nada mais é que o desenvolvimento das suas contradições específicas, quer dizer, de um conjunto de desigualdades presentes em todos os níveis da estrutura social. Neste caso, o desenvolvimento combinado e desigual do capitalismo significa que a América Latina padece de todos os males do desenvolvimento capitalismo, tanto quanto os correspondentes a sua falta de desenvolvimento, “isto é, *além das misérias modernas, somos oprimidos pelas misérias herdadas*” (MARX, 1979a, p. xiv).

## 1.2 A via prussiana de transição para o capitalismo no Uruguai e o “batllismo”

Sustentamos a hipótese de que a transição para o capitalismo na formação social uruguaia processou-se pela via da “revolução passiva”, liderada pela burguesia nacional em aliança com as “velhas classes sociais” (a aristocracia, ou mais precisamente o “patriado”). Consideramos que a constituição do Estado uruguaio foi mediante um processo “outorgado” ou “pelo alto”, ainda que incorporasse genuínos sentimentos autonomistas que se tinham manifestados quase desde o início da colonização espanhola, especialmente a partir da rivalidade com a vizinha cidade de Buenos Aires. Logo depois de consumada a independência (em 1828), teve início um período de lutas intestinas –a Guerra Grande, entre os anos de 1839-1851; a Cruzada Libertadora de Venâncio Flores, em 1863, que iniciou a longa hegemonia “colorada”, finalizada somente em 1958; a Revolução das Lanças, entre os anos de 1870-1872– que tinham como pano de fundo a disputa pela propriedade da terra, resolvida pela intervenção do exército (cesarismo sem César). Estas lutas caracterizam uma “situação de equilíbrio catastrófico”, na qual se debateu a nascente formação social uruguaia e que desembocou na solução “cesarista”: a conformação de um Estado fortemente intervencionista, porém, “arbitral”, isto é, “bonapartista”, que impulsiona a proletarianização da força de trabalho e a industrialização por substituição de importações da produção. Este mesmo caminho prussiano levou também à constituição do padrão de proteção social “bismarkiano” ou meritocrático-particularista, que caracterizou o Estado uruguaio na primeira metade do século XX. Mas, os efeitos do caminho prussiano não se esgotam aí, também sustentamos que deixou marcas na consciência filosófica nacional, levando a constituição de uma cultura (de um estilo de pensamento e de sensibilidade social) que busca a conciliação (a tolerância) e o equilíbrio no debate ideológico num clima de liberdade de um pensamento que não aceita se submeter aos “sistemas de idéias” para assim permanecer “vivo”<sup>6</sup>.

### 1.2.1 O “Cesarismo” e o Estado “Bonapartista”

Segundo Badaloni (1987), Gramsci incorpora o “Bonapartismo” do “18 Brumário de Luís Bonaparte” (MARX, 1978a) como uma variante da “Teoria da alternância”. Esta teoria da alternância refere-se a uma espécie de equilíbrio entre as diversas classes dominantes, quando elas estimam que seu poder está em perigo. Esta concepção está expressa

---

<sup>6</sup>Um pensamento que possa pensar a “vida” na sua absoluta liberdade como veremos mais na frente.

num artigo sobre “*Democracia e fascismo*”, publicado em *L’Ordine Nuovo*, onde fascismo e democracia se apresentam dentro de um quadro de “alternância”. “*Na intenção dos burgueses, a divisão do trabalho deveria se realizar de modo perfeito; a alternância entre fascismo e democracia deveria poder excluir para sempre qualquer possibilidade de desforra operária*” (GRAMSCI in BADALONI, *ibidem*, p. 30).

Para Gramsci, a “democracia” organizou o fascismo<sup>7</sup> quando sentiu que não podia mais resistir à pressão da classe operária, e por sua vez o “fascismo” devolveu à “democracia” a possibilidade de existência, uma vez eliminado o perigo que significava a organização autônoma da “classe operária”. Este processo se relaciona com a nova situação criada pela “socialização da política”, no início deste século, isto é, a emergência das organizações de massas na esfera política (conquista do sufrágio universal, criação dos grandes partidos políticos de massa, em que o Partido Social-Democrática Alemão é um exemplo, e sindicatos de classe). Com efeito, o fascismo somente pode emergir nas sociedades onde já existem as organizações sociais e políticas de massas (é um movimento reacionário com base organizada de massas, como diz Coutinho, 1996, na esteira de Gramsci). E a democracia só foi incorporada pelo liberalismo quando se tornou apenas um mecanismo de escolha dos dirigentes (é o cesarismo democrático, analisado por Weber). Assim Gramsci estabelece uma relação de interdependência e alternância entre “democracia” e “fascismo” num contexto de perigo iminente em decorrência da atividade da classe operária.

Neste contexto de “alternância”, adquirem relevância as “velhas” camadas médias (de origem rural) como instrumento de reserva de forças do Estado burguês (elas constituem uma camada social “livremente” flutuante). E como as camadas médias são o principal ambiente social de formação dos intelectuais, segue-se então que nas condições de equilíbrio (e alternância) entre as classes, o problema dos intelectuais abre um novo campo de pesquisa e de ação política. Assim Gramsci coloca a mediação que os intelectuais representam na construção de um possível **bloco histórico** entre operários e camponeses. Segundo Badaloni (*ibidem*), o objeto do discurso gramsciano não é a “conquista” dos intelectuais mas, sim, a “previsão” de sua possível transformação em uma força progressista. Esta previsão da possível transformação dos intelectuais é alimentada também pelo desenvolvimento do industrialismo.

<sup>7</sup>Gramsci vê no fascismo uma forma de dominação da burguesia industrial, condicionada por grupos intermediários armados (a força de choque dos partidos fascistas). Temos assim uma interpretação do fascismo-militarismo “*como equilíbrio de forças político-militares, centrado na utilização das camadas médias sobretudo de origem rural, as quais convertidas em força armada evitam a intervenção direta da burocracia militar, expressão da grande propriedade agrária, e condicionam também as opções das classes urbanas capitalistas, cujo poder foi por elas restabelecido*” (Badaloni, *ibidem*, p. 40).

De acordo com Gramsci, o “cesarismo” pode desenvolver mudanças de caráter “quantitativo-qualitativo”, quer dizer, representar a fase histórica da passagem de um tipo de Estado a outro tipo (cesarismo de César e de Napoleão I). Mas também, o cesarismo pode ser do tipo “Napoleão III”, quer dizer que só promove mudanças de caráter “quantitativo”, sem passar de um tipo de Estado para outro; sendo que, neste caso, ele tão somente exprime um processo “evolutivo”. Segundo Gramsci, o cesarismo moderno tende a se assimilar a este último tipo. O cesarismo do tipo “Napoleão III” é aquele que Marx analisou no “18 Brumário” e cuja generalização como tipo histórico exemplar fornece a categoria marxiana de “Bonapartismo”. Aqui o Estado não é um instrumento para lutar contra o feudalismo; como forma de Estado, ele exprime muito mais uma forma de organização do poder político, quando as relações de produção capitalista já têm se tornado dominantes, mas também quando a classe operária tem se constituído numa ameaça. Assim, o Bonapartismo é a *“única forma possível de governo em um época em que a burguesia já perdeu – e a classe operária ainda não adquiriu – a capacidade de governar a nação”*. (MARX in SADER, 1993, p. 100)

Este cesarismo moderno corresponde-se com um processo de transformação social “molecular”, próprio de um período de guerra de posições. Assim Gramsci (1993, p. 139) afirma que

Se puede aplicar al concepto de revolución pasiva (y puede documentarse en el *Risorgimento* italiano) el criterio interpretativo de las modificaciones moleculares que, en realidad, modifican progresivamente la composición anterior de las fuerzas y se convierten, por tanto, en matrices de nuevas modificaciones. [...] Este elemento es, por consiguiente, la fase inicial del fenómeno que más tarde se ha llamado “transformismo” [...].

No “bonapartismo” (ou seja, o cesarismo moderno que promove mudanças de carácter molecular), o Estado não aparece relacionado diretamente com as classes sociais fundamentais. Apresenta-se como “árbitro”, colocado acima das classes sociais e como unificador da sociedade. Com a idéia de “Bonapartismo”, o Estado e a política aparecem com uma certa autonomia em relação às classes sociais (em particular das classes dominantes). Para Marx, (1978a, p. 396)

Unicamente sob o segundo Bonaparte o Estado parece torna-se completamente autônomo. [...] E, não obstante, o poder estatal não está suspenso no ar. Bonaparte representa uma classe, e justamente a classe mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos (*Parzellen*) camponeses.

Assim, o Estado apresenta-se como universal sendo na verdade um Estado de classe, quer dizer um Estado de uma sociedade dividida em classes, na qual o Estado representa

a relação dos interesses das classes dominantes com os das outras classes sociais (SADER, 1993). No caso uruguaio, o desenvolvimento da situação de equilíbrio catastrófico, em que se debateu a formação social uruguaia, durante a maior parte do século XIX, culmina, no ano de 1904, com a derrota do último levante armado e a morte do seu líder, o caudilho Aparicio Saravia, nas mãos do exército sob um governo civil, afiançando-se a política de co-participação entre os dois partidos tradicionais<sup>8</sup>. O chefe deste governo civil, *José Batlle y Ordóñez*, marca toda uma época na história uruguaia, dando lugar ao “batllismo” (1903-1931)<sup>9</sup> que, segundo alguns autores (notadamente Zubillaga, 1991), constitui uma forma de “populismo”, quer dizer, um cesarismo “progressivo” que, diríamos na trilha gramsciana, promove mudanças moleculares (quantitativas). Antes, o “militarismo” (1875-1890)<sup>10</sup> consolidou a propriedade privada da terra e com isto “liberou” a força de trabalho da sujeição à terra, ficando disponível para ingressar na relação salarial. Esta última mudança pode ser caracterizada como “cesarismo” do tipo “Napoleão I” (“cesarismo” que promove mudanças quantitativo-qualitativas) já que com ela se inicia a passagem para o regime econômico de exploração da força de trabalho assalariado. Com esta mudança, redefinia-se a **forma** de subordinação ao mercado internacional (ao capital mercantil), passando de uma subordinação formal para uma subordinação real (a subordinação ao capital internacional se realizava fundamentalmente na esfera da circulação através das atividades de importação e exportação da burguesia comercial) (COUTINHO, 1990), consolidando-se assim as relações de produção capitalistas no interior desta formação social (o capital ingressa na esfera de produção separando os trabalhadores dos meios de produção ficando destarte disponíveis para se assalariar, sendo que o uso por parte do capital da força de trabalho assalariada é o traço que caracteriza o capitalismo).

Portanto, no “militarismo” (1875-1890), temos um processo de transformações qualitativas que configuram o quadro do “cesarismo sem um César”, em que o principal problema a ser resolvido é a ruptura com as velhas formas de produção e de propriedade da terra. Pelo contrário, a forma estatal “batllista” (“bonapartista”) (1903-1931) corresponde a um

<sup>8</sup>Com o “Pacto de la Cruz”, no ano de 1897, inicia-se o processo pelo qual ambos blocos reconhecem que terão que coexistir e se reconhecer como sujeitos políticos e não mais como inimigos a serem eliminados.

<sup>9</sup> O primeiro “batllismo” (ou reformismo) compreende o período entre os anos de 1903 até 1931. No plano político, desenvolvem-se as duas presidências de José Batlle y Ordóñez (1903-1907, 1911-1915), assim como as presidências de Claudio Williman (1907-1911), Feliciano Viera (1915-1919), Baltasar Brum (1919-1923), José Serrato (1923-1927) e Juan Campisteguy (1927-1931). No ano de 1931 assume a presidência Gabriel Terra, quem dois anos depois dará um golpe de Estado, fechando-se assim o período do reformismo. Existirá um segundo batllismo, o “neo-batllismo” entre os anos de 1947-1958: presidência de Luis Batlle Berres entre 1947-1950 (que assume depois do falecimento do presidente eleito Tomás Berreta), Andrés Martínez Trueba entre 1951-1955, e o Conselho de Governo entre 1955-1958.

<sup>10</sup>Governo do Coronel Latorre entre 1876-80, do Capitão General Máximo Santos entre 1882-86 e do General Máximo Tajes entre 1886-90; com a participação dos governos civis de Pedro Varela em 1875-76 e do Dr. Francisco Antonio Vidal em 1880-82.

período histórico no qual se desenvolvem mudanças quantitativas que visam a limitar o desenvolvimento autônomo da classe operária, quando ela tem se tornado uma “ameaça”. Neste sentido, temos de reconhecer que, para o caso da formação social uruguaia, a consideração do “batllismo”, como uma forma de organização do poder político “bonapartista”, tem a dificuldade de dar conta do elemento “ameaça” que particulariza o “bonapartismo” de Napoleão III (na trilha marxiana), sendo que, nesta formação social, esse elemento não estaria presente **diretamente** nesse momento (ainda que esta não era a percepção que, pelo menos, tinham as classes dominantes)<sup>11</sup>.

O “batllismo”, além de ser um período histórico, caracterizado por um peculiar regime político, é também uma fração do “Partido Colorado”, que está no centro das mudanças do Uruguai, na primeira metade deste século. Em relação ao papel desta fração do “Partido Colorado”, pode-se dizer, nas pegadas de Gramsci, que

Aunque todo partido es la expresión de un grupo social y de un sólo grupo social, hay partidos que representan, precisamente, un sólo grupo social en determinadas condiciones, cuando ejercen una función de equilibrio y de arbitraje entre los intereses del propio grupo y los demás grupos y procuran que el desarrollo del grupo representado se produzca con el consentimiento y con la ayuda de los grupos aliados, cuando no de los grupos decididamente adversos (GRAMSCI, 1993, p. 84).

A autonomia relativa do Estado, produto de seu papel de “árbitro”, cresce no período de “reformismo social”, fazendo com que este não só regule o funcionamento do mercado do trabalho, mas também tenha, nas suas próprias mãos, empresas de serviços e indústrias. Isto levou, por exemplo, o deputado socialista Emilio Frugoni a dizer que o Estado estava

[...] “dotado de una vida propia”, convertido “en una especie de nueva potencia social, casi autonomía”, “que no es ya [...] el mero receptáculo [...] de todos los intereses [...] de la clase capitalista [...] sino que vive, se desarrolla y se agita al costado de esta clase”. (FRUGONI *in* CAETANO; RILLA, 1994, p. 51)

## 1.2.2 O padrão de proteção social “bismarkiano”

No processo de constituição do Estado como autoridade pública, as políticas sociais aparecem não tão somente como uma resultante da ação estatal diante da “questão so-

<sup>11</sup>Entre o “militarismo” (1875-1890) e o “batllismo” (1903-1931), temos um período dos governos civis que fazem a transição entre um e outro período. São os governos de Julio Herrera y Obes (1890-1894), de Juan Idiarte Borda (1894-1897) e de Juan Lindolfo Cuestas (1897-1903). Foi o domínio da república aristocrática, caracterizada pelo predomínio do patriciado.

cial”, mas também como um elemento constitutivo do próprio Estado (FLEURY, 1992; PAPADÓPULOS, 1992). Este último, referindo-se ao Uruguai, diz que

Las Políticas Sociales, y en particular la política previsional, no fueron simplemente medidas adoptadas por un Estado que en un momento de su desarrollo histórico dejaba de ser liberal para transformarse en intervencionista. Fueron adoptadas por un Estado débilmente institucionalizado que buscaba reforzarse en el proceso mismo de desarrollo de las políticas o que buscaba reforzarse en el proceso mismo de desarrollo de las políticas en cuestión (PAPADÓPULOS, *ibidem*, p. 29).

Daí porque as políticas sociais cumprem, além das funções “externas” que dizem respeito à regulação dos processos sociais e políticos (assegurar a ordem e harmonia social, criar condições para garantir o processo de acumulação de capital e obter apoio político, ou seja, legitimidade), funções “internas”, quer dizer, vinculadas ao processo de consolidação e desenvolvimento do próprio Estado (PAPADÓPULOS, *ibidem*).

Então, se as políticas sociais são também parte do processo de construção do Estado, temos que completar nossa análise com os tipos de políticas sociais correspondentes às diferentes vias de transição ao capitalismo. Quando a via de transição ao capitalismo é a liberal-burguesa ou democrática (de “baixo para cima”), as políticas sociais tendem a se enquadrar dentro de um padrão de proteção social de tipo residual (modalidade da assistência social); enquanto que à “revolução passiva” (modernização conservadora) vai corresponder um padrão meritocrático-particularista (modalidade do seguro social) ou “bismarkiano” (FLEURY, 1992). Nesta via de transição, o Estado não tem o impedimento liberal para intervir na sociedade; pelo contrário, sua intervenção está legitimada. Ao padrão meritocrático-particularista de proteção social, corresponde uma forma de cidadania regulada (SANTOS, 1979), pela qual os direitos sociais são reconhecidos somente para aqueles que se encontram nas ocupações reconhecidas e definidas pela lei. Mediante este padrão, consegue-se, através do Estado, cooptar, e assim incorporar seletivamente, social e politicamente, os trabalhadores. O propósito desta forma de incorporação é limitar o desenvolvimento autônomo da classe operária (porque ela é potencialmente uma ameaça).

Quer dizer, então, que a transição ao capitalismo pela via da “revolução passiva” traz como consequência, além da constituição de um Estado “Bonapartista” (que pode assumir a forma de “populismo”), o desenvolvimento de um padrão de proteção social “bismarkiano” ou meritocrático-particularista (modalidade de seguro social). Este último seria o que teria acontecido no caso da formação social uruguaia (FINCH, 1992; FILGUEIRA; FILGUEIRA, 1994) no processo de construção do Estado-nação. Assim Finch (*ibidem*, p. 27-28), analisando o papel da classe operária na legislação social batllista, diz que

[...] las soluciones que buscaron los batllistas no fueron exclusivamente en términos de los intereses de la clase obrera. Al contrario, me parece que para Batlle el movimiento obrero y las ideas de los sindicalistas eran un peligro para la estructura política que quería defender y consolidar. Su obra en favor de los obreros no fue hecha en nombre de la clase obrera, sino que intentó lograr la absorción, la integración de los obreros en una sociedad en que el conflicto de clases no existiera, porque no se tendría necesidad de él. [...] Creo que su modelo se acerca más al bismarkiano que al inglés y que sus cambios se anticiparon a las demandas.

Desta forma, consegue-se segmentar a classe operária em categorias funcionais que obtêm ganhos particulares, dificultando sua constituição em ator coletivo nacional, fomentando uma organização corporativa de seus interesses. Parafraseando Gramsci, diríamos que não esta consegue superar o momento meramente econômico ou egoístico-passional para alcançar o momento ético-político e constituir-se em classe nacional (ou, como diremos mais adiante, em “sujeito político”).

No processo que leva à constituição da força de trabalho em trabalho assalariado, temos também um movimento “pelo alto”. Trata-se do processo de proletarização “ativa” da força de trabalho, parte de um processo maior pelo qual se institui o *ethos* produtivista necessário ao funcionamento “mudo” (quer dizer que não precisa da coação permanente porque são internalizados os valores que fazem do trabalho uma “obrigação”) das relações sociais no quadro do capitalismo.

A industrialização também foi impulsionada pelo Estado, portanto, produzida “pelo alto”, quer dizer, industrialização substitutiva de importações impulsionada pelo Estado.

### 1.2.3 A “via prussiana” da consciência filosófica

A reflexão gramsciana estabelece que, em um dado quadro de equilíbrio entre as classes sociais, característico das formações sociais que chegaram “atrasadas” ao capitalismo (quer dizer, em que o desenvolvimento econômico local é gerado a partir do desenvolvimento econômico internacional), coloca-se o papel das camadas médias, as quais, por sua vez, constituem o principal ambiente social de formação dos intelectuais. Isto significa que o Idealismo Absoluto hegeliano, fazendo do Estado um “universal ético”, foi desenvolvido por uma elite de intelectuais para pensar e garantir seu próprio lugar na sociedade, sendo o correspondente filosófico de um tipo de revolução burguesa passiva (BUCI-GLUCKSMANN, 1990). Gramsci está desenvolvendo a afirmação marxiana, segundo a qual a filosofia clássica alemã foi o prolongamento ideal da história alemã, sustentando que o idealismo neo-hegeliano italiano é o “prolongamento ideal de um certo tipo de revolução burguesa

frustrada (passiva)”. O Absoluto do filósofo (idealista) é o Estado (esfera da razão e do universal). A transformação do Estado em Absoluto é a função própria dos intelectuais<sup>12</sup>. Com efeito, Hegel sustenta que

Los miembros del gobierno y los funcionarios del Estado constituyen la principal parte de la clase media, en la que se encuentra la inteligencia culta y la conciencia jurídica de la masa de un pueblo. [...] El Estado tiene el mayor interés en la formación de esta clase media, pero ello sólo puede hacerse en una organización de la índole que hemos tratado anteriormente, es decir, confiriendo derechos a esferas particulares relativamente independientes [refere-se às corporações] y poseyendo un mundo de funcionarios [a burocracia] cuyo arbitrio se rompa contra tales esferas (HEGEL *in* MARX, 1970, p. 57)<sup>13</sup>.

Assim, então, compreende-se que Hegel seja o filósofo da liberdade mas também do Estado Prussiano, quer dizer, ele é o filósofo de uma revolução burguesa frustrada (passiva) ou, também, pode-se dizer, de um processo de revolução-restauração. Decorre daí que o Idealismo filosófico não é considerado por Gramsci apenas como um fato cultural, mas fundamentalmente como um fato histórico (diríamos, para acentuar o contraste, que o idealismo é uma força material). Então criticar a filosofia idealista (a filosofia enquanto sistema) significa criticar o Estado burguês (a organização da política) e uma certa função e lugar do intelectual tradicional no aparelho de hegemonia da burguesia. Esses intelectuais, colocando-se como autônomo em face do grupo dominante, na autorepresentação que fazem de sua própria prática, eles acreditam estar fazendo teoria “pura”.

Destarte o Idealismo é um produto de “intelectuais puros” (tradicionais), que elaboram as ideologias das classes dominantes<sup>14</sup> (esse é o papel de Croce na Itália, e também poderia ser o papel do filósofo uruguaio Carlos Vaz Ferreira, em relação ao “batllismo” das classes

<sup>12</sup>Gramsci (1992, p. 318) diz que “*Sin esta ‘valorización’ de los intelectuales hecha por Hegel no se comprende (históricamente) nada del idealismo moderno y de sus raíces sociales*” quando chama à atenção sobre “*la posición atribuida por Hegel a los intelectuales, la cual debe estudiarse cuidadosamente*”.

<sup>13</sup>Marx (ibidem) analisa e critica a concepção hegeliana da burocracia e as corporações, sustentando que a burocracia é a espiritualidade das corporações da sociedade civil (ela é a sociedade civil espiritualizada, sublimada no Estado, isto é, a sociedade civil do Estado), e as corporações são a materialidade da burocracia (o Estado da sociedade civil). O Estado avança na sociedade civil através das corporações (sua trama privada), e a sociedade civil avança sobre o Estado através da burocracia (suas organizações espiritualizadas). Estado e sociedade civil (burocracia e corporações) estão profundamente interpenetrados. No Estado liberal, estas esferas são separadas (dominação e hegemonia), adquirindo preponderância a função de hegemonia ou consenso. O Estado corporativo (fascista, nazista, falangista) reabsorve em seu interior as corporações e adquire preponderância a função de dominação ou coerção. Esta discussão referente à burocracia e às camadas médias incita o debate com a concepção weberiana da moderna burocracia como forma de dominação legal-racional, trazendo também ao debate o papel do líder carismático quando ele é visto acima do aparato burocrático (o cesarismo democrático). Como observamos, Gramsci sustenta a possibilidade da alternância entre a dominação legal-racional e o cesarismo, isto é, que o aparato burocrático fique nas mãos do líder carismático, como efetivamente aconteceu na Europa com a Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini e na Espanha de Franco.

<sup>14</sup>Em Gramsci, a filosofia de uma época não coincide com a filosofia dos filósofos, ela é mais ampla

dominantes do Uruguai, na primeira metade do século XX). Este intelectual também reproduz a divisão cultural própria da sociedade burguesa, entre filósofo e não-filósofo. De um lado, a filosofia culta para uma elite, de outro uma filosofia para as massas (que, em última instância, é a religião, a filosofia do povo, enquanto a filosofia é a religião da elite culta).

Além dos intelectuais “puros” ou “tradicionalistas”, herdados pelo capitalismo de formações sociais anteriores, estão os intelectuais “orgânicos” criados pelas novas classes em seu processo de organização e formação de auto-identidade. Esta diferenciação não corresponde à distinção entre intelectuais progressistas e conservadores. Coutinho (1996, p. 55) sustenta que fazendo uma analogia com esta distinção entre intelectuais tradicionais e orgânicos, poder-se-ia dizer que os aparelhos de hegemonia também se diferenciam em “orgânicos” e “tradicionalistas”, “*com as mesmas implicações que essa distinção comporta no caso dos intelectuais*”. Esta colocação tem indubitável importância para o estudo do Serviço Social, porque ele pode ser considerado uma instituição “tradicional” quando concebido como produto da tecnificação da caridade (isto é, o Serviço Social é uma instituição herdada pelo capitalismo); ou uma instituição “orgânica” quando analisado enquanto uma resultante das novas classes sociais no seu processo de organização e formação de auto-identidade (o Serviço Social, neste caso, é uma instituição inteiramente nova, própria da sociedade burguesa) (SIMIONATTO, 2004).

Como dizíamos, no caso das formações sociais que chegaram “atrasadas” ao capitalismo transitando pela via “junker”, os intelectuais são os mediadores. Os intelectuais (tradicionalistas) fazem a mediação entre o governo e o povo, entre o Estado e a Sociedade Civil (esta última constituída por organismos privados –trama privada do Estado– deixados à iniciativa das classes dirigentes). Esta mediação é própria do Estado Moderno (burguês), uma vez que ele tem se separado (se emancipado) do poder religioso (a Igreja)<sup>15</sup>. Os intelectuais transformam a relação entre governantes e governados, de uma relação inorgânica para uma relação orgânica<sup>16</sup>.

Lukács (1968) também utiliza a categoria de “via prussiana” para analisar o processo de constituição do Estado-nação Alemão e a conformação das tendências anti-democráticas e

---

pois compreende também a filosofia popular ou senso comum (a religião). Assim “*Contrariamente à representação idealista de uma filosofia unificada, coerente, fundada em princípios, auto-exposta, o filósofo gramsciano é múltiplo, fragmentado, disperso nas camadas sociais, as classes*” (Buci-Glucksmann, 1990, p. 446).

<sup>15</sup>Ver a este respeito a discussão de Marx com Bruno Bauer na *Questão Judaica* (MARX, 1992).

<sup>16</sup>Este é também o não-saber dos intelectuais. Eles acham que seu lugar é o espaço do pensamento “puro” que se pensa a ele próprio, desconhecendo (ocultando) sua prática real no bloco histórico (a função de hegemonia cimentando esse bloco histórico) (BUCI-GLUCKSMANN, 1990).

até reacionárias na filosofia alemã. Este autor indaga sobre “a trajetória do irracionalismo da filosofia alemã a partir de Schelling até Hitler”, procurando conhecer quais as causas da “miséria alemã” responsáveis pelo surgimento de personalidades como Kant, Hegel, Goethe, mas também Hitler. Esta indagação poderia levar a pensar numa “via prussiana” da filosofia (o do espírito como diz Rêgo, 1996). O fato que o povo alemão não foi capaz de constituir a nação, com suas próprias forças (a derrota dos sucessivos atores democráticos que se têm conformado historicamente), está no alicerce de uma concepção do mundo na qual se sustenta que “*existe uma substância humana, que tem uma atitude de hostilidade, em relação ao desenvolvimento progressivo do mundo exterior*” (LUKÁCS *in* HOLZ; KLOFER; ABRENDOTH, 1969, p. 67). Assim, então, entre o povo alemão não existe uma autoconsciência de uma história criada por eles mesmos e com um sentido progressivo. Daí porque, para o povo alemão, aquilo autocriado seja só o reacionário, tal como, o Império bismarkiano ou o Império hitleriano.

#### 1.2.4 O “prussianismo” amortecido na explicação do processo de transformação capitalista da formação social uruguaia

A utilização deste “paradigma prussiano”, na apreensão da particularidade do caminho à modernidade da sociedade uruguaia, tem uma indubitável utilidade heurística mas, também, suas limitações. Na via “prussiana” dos países como Alemanha e Itália, eles estão chegando “atrasados” no desenvolvimento do capitalismo (não conseguem resolver a questão da unidade nacional até quase o último quarto do século passado), mas isto não quer dizer que eles tenham sido “dependentes” ou “subordinados” em relação àqueles países que estavam no “olho do furacão”, ou seja no centro de capitalismo mundial. Pensamos, então, por exemplo, que o papel dos “latifundiários” nacionais não seja equivalente ao papel dos “junkers” alemães. Estes últimos, segundo Rêgo (1996, p. 121),

[...] personificaram, desde o século XV, as mais modernas e poderosas formas do capital mercantil europeu, comportando no seu movimento político de classe as mediações contraditórias daquela forma, ou seja, reunindo no mesmo âmbito de ação impulsos de ruptura com o mundo medieval e impulsos de preservação desse mesmo mundo.

A transição pela via prussiana não significou, no caso uruguaio, a cristalização de um Estado anti-democrático, no mesmo sentido que aconteceu no Estado alemão ou italiano. Pelo contrário, instalou-se um longo período de desenvolvimento social relativamente pacífico, com uma institucionalidade política estável, muitas vezes denominada de “sesta batllista”. Isto ocorreu até o ano de 1957, quando a sociedade uruguaia acordou rapida-

mente dessa “sesta” e entrou numa fase de violentos conflitos sociais. Poder-ia-se dizer, parafraseando a Real de Azúa (2000), que o prussianismo uruguaio é um “**prussianismo amortecido**”.

No Uruguai, a via prussiana da filosofia não tem como fundamento o Espírito (a Idéia), por causa de não existir a Nação anteriormente ao Estado. Quer dizer que o problema “nacional” não era a questão da unificação da Nação em um Estado como era o caso da Alemanha e da Itália. Ela (a filosofia) não é a história do calvário da Idéia (exilada), até ela própria (o movimento do ser-em-si para o ser-para-si passando pelo ser-aí) como aparece na filosofia de Hegel. Em vez de ser o exílio<sup>17</sup> da Idéia, neste caso, trata-se de um “povo jogado” na história (quicá nem sequer pode-se dizer que era ainda um “povo”<sup>18</sup> e sim de uma “população jogada” na história) que busca não a Idéia, e sim o Ideal, alguma coisa que está mais à frente e que poderia (ou não) ser alcançado (em todo caso, seria o **reino dos valores**). É possível observar neste processo, também, uma determinada origem da “questão nacional”, vinculada ao problema do “equilíbrio” e da conciliação, neste caso referido ao equilíbrio geo-político na região do Rio da Prata entre as Províncias Unidas e o Império do Brasil, que marca a cultura uruguaia (o espírito nacional) como uma cultura da busca do equilíbrio e da conciliação entre os elementos opostos. Neste caso, o problema “nacional” tem uma estrutura semelhante ao problema ontológico no sentido heideggeriano (a pergunta pelo ser ou o não-ser de um ente, ou seja o vir-a-ser do ente e a “preocupação” que desta situação se deriva). Os habitantes da Banda Oriental (que então ainda não constituíam um povo no sentido de uma nação) foram “surpreendidos”<sup>19</sup> num determinado dia (27 de agosto do ano de 1828) pela notícia da sua constituição em um Estado-nação, sucedido na cidade de Rio de Janeiro, através de um acordo entre os governos das Províncias Unidas e do Império do Brasil com a mediação da ainda poderosa Inglaterra. Por isto, neste caso, não é a Nação ou a Idéia que está no início do processo histórico-cultural nacional, e sim o Ideal (a Nação como Ideal ou como valor) a ser alcançado. Parece ser um problema daqueles que se poderia expressar na forma do existencialismo sartriano, dizendo que a existência (o Estado) precede a sua

---

<sup>17</sup>A idéia do exílio tem uma origem na cultura judeu-cristã que, junto com a cultura greco-romana, constitui a base da nossa cultura ocidental. Enquanto a filosofia grega coloca a “verdade” para além deste mundo, o cristianismo faz a mesma coisa com a moral.

<sup>18</sup>Real de Azúa (2000, p. 31) descreve assim a situação da população da Banda Oriental no momento da independência: “*En un territorio de población dispersa, con un gran sector social prácticamente inarticulado, con analfabetismo casi general, con un bajísimo nivel de comunicaciones físicas y sociales, sin prácticas regulares o amplias de representación de y sufragio, sin órganos de prensa [...]*”. Podemos acrescentar que o total de população, naquele momento, era de aproximadamente 74.000 habitantes.

<sup>19</sup>Isto não quer dizer que a criação do Estado tenha sido uma mera arbitrariedade, já que, com efeito, existiam fortes sentimentos autonomistas que se manifestavam na proposta de constituir um Estado Federal com as outras províncias argentinas.

essência (a Nação).

#### 1.2.4.1 O pensamento “vivo” da filosofia uruguaia

De forma sumária, podemos reputar a obra do filósofo uruguaio Carlos Vaz Ferreira (1872-1958), considerada fundante de uma particular forma de tratar os problemas filosóficos próprios da cultura uruguaia<sup>20</sup>, como representativa dessa sensibilidade e estilo de pensamento que buscam incessante a tolerância e a conciliação entre pontos de vista diversos (dos “sistemas de idéias” “a priori”) para, desse modo, poder apreender a dinâmica da “vida” (o filósofo procura pensar por meio de idéias antes que por “sistemas de idéias”). É essa independência em relação aos sistemas filosóficos já consagrados universalmente a que, também, fundamenta a independência da própria filosofia uruguaia no trato com os problemas filosóficos (o pensar com independência). No entanto, esta atitude não pressupõe a criação de uma nova escola, já que toda escola cria uma forma de pensar os problemas “a priori”, e é isto que é rejeitado pelo filósofo, já que na sua concepção trata-se apenas de estabelecer um **modo de pensar**. Recusa-se o pensamento “a priori”, o pensamento que parte de alguma idéia pré-concebida, buscando pelo contrário atingir os problemas diretamente.

[...] tratar los hechos y las ideas relacionados con una cuestión, como si ésta no se hubiera planteado nunca;...establecer expresamente, cuando pensamos o examinamos el pensamiento de otros, en qué grado de abstracción entendemos colocarnos [...] **Hay casi siempre más oposición entre las teorías que entre sus consecuencias** (VAZ FERREIRA in MATO, 1991, p. 20; grifo do autor).

Para este filósofo, por exemplo, em relação aos problemas morais, o importante não é tentar resolvê-los através de uma escola filosófica (ou do espírito de sistema<sup>21</sup>), mas a partir de um **estado de espírito**. Este estado de espírito é um estado de espírito livre (mas não liberal), no sentido de não-dogmático. Trata-se do pensamento “vivo”, quer dizer que não se separa da processualidade da realidade. Para este autor, todos os sistemas morais têm caído no erro de quer fazer um sistema completo, fechado e eterno. Por esta razão, “*a moral de cada um, mais que um sistema, deveria ser um estado vivo*” (VAZ FERREIRA,

<sup>20</sup>Este filósofo foi professor universitário da única universidade uruguaia –pública– daquela época. Ocupou o cargo de reitor em duas oportunidades (1928-1930 e 1935-1941) e teve um papel fundamental na criação da Faculdade de Humanidade e Ciências em 1945, presidindo o primeiro Conselho dessa faculdade.

<sup>21</sup>Vaz Ferreira dirá que “*Quando nas pessoas o nos livros a moral adquire um caracter demasiado exigente, enormemente severo, duro e sistemático é porque tem se separado da vida*” [da realidade] (1969, p. 208). O pensamento se eleva, mas a vida permanece sem ser levada junto com o pensamento até essas alturas.

ibidem, p. 218). A moral não pode ser reduzida a uma série de fórmulas, da mesma forma que acontece como tudo aquilo que é **vivo**, já que as fórmulas estabelecem um teto, fecham o horizonte, impedindo olhar para mais longe, ou melhor, ainda, olhar para os pontos mais altos. Trata-se de avaliar os pensamentos (as idéias) pelo seu valor para a vida, para aprimorar a vida (ou para ajudar a elevar a vida junto com as idéias a níveis mais altos). Os problemas morais e sociais não têm uma solução “perfeita”, qualquer “solução” implica vantagens e inconvenientes. Vaz Ferreira (ibidem) exemplifica com o problema do “individualismo” e do “socialismo”, sustentando que cada uma das soluções tem suas vantagens e seus inconvenientes, mas que, para os indivíduos que pensam dentro de um “sistema”, só vêm as vantagens da sua solução e os inconvenientes da outra.

As soluções aos problemas morais se derivam de um determinado “estado de espírito” e não do raciocínio, já que com o pensamento é possível “justificar e provar tudo”. As mudanças sociais não acontecem, principalmente, pela argumentação racional, pela teoria: os homens mudam de *estado de espírito* e por isso apreciam de uma forma inteiramente diferente as condições de vida que, em um outro estado de espírito, poderiam ser aceitas. Este estado de espírito faz referência a uma determinada sensibilidade diante dos problemas sociais. Daí se desprende que se deve evitar a “anestesia lógico-moral” que impede o desenvolvimento da sensibilidade. Assim, então, para este autor, os critérios para as escolhas morais são as soluções baseadas no sentimento de piedade e/ou de simpatia e, em segundo lugar, as soluções que significam ampliação da liberdade.

Lo que yo procuro enseñarles, esto es, pensar con todas las ideas que se pueda, teniéndolas en cuenta a todas, tomándolas en cuenta a todas, tomándolas como tendencias, en cada caso, equilibrándolas, adaptándolas, es muy fácil de comprender. Si es difícil de aplicar, es, sobre todo, porque cuesta al espíritu humano libertarse de la impresión de abandono en que le parece encontrarse cada vez que lo dejan libre (VAZ FERREIRA *in* MATO, 1991, p. 52).

O ponto de partida é a matéria (a realidade) e não o espírito (a idéia), mas o ponto de chegada é o espírito, sendo que a tarefa é transformar a matéria em espírito (fazer uma Nação a partir da positividade do Estado). Isto é dito por este autor metaforicamente através do uso de uma bela imagem: “uma humanidade que tem se estabelecido na ciência no meio do oceano sem barca nem velas”, sendo que a ciência apenas é “um bloco de gelo flutuante”. Analisando esse “bloco de gelo flutuante” em que a humanidade reside, o filósofo deduz que, na verdade, por todos os lados se tem água, sendo assim portanto que pode ser dizer que a ciência é “metafísica solidificada” (ibidem). A “vida”, a realidade, não pode ser pensada segundo o modelo de objetividade das ciências naturais

(o positivismo filosófico), sendo necessário superar a ilusão de objetividade (ou de materialidade, de solidez) que se apresenta na percepção imediata. Esta atitude intelectual, que este filósofo porta, faz parte da problemática da chamada “filosofia da vida” ou da “existência” e dominou o panorama filosófico na passagem do século XIX para o século XX. São nomes representativos deste movimento filosófico: Nietzsche, Bergson, William James e Unamuno. A crise filosófica provocada pela hegemonia do pensamento positivista, com sua rejeição à metafísica, e o distanciamento que esta atitude ocasionava em relação aos problemas fundamentais do homem concreto (a neutralidade axiológica do cientista) trouxeram, como resultado, uma virada da filosofia na direção da “vida” ou da “vida prática”, do homem concreto (e não do Homem abstrato da filosofia especulativa). É nesse quadro filosófico, em polémica com o positivismo, que surge esta direção “vitalista” do pensamento filosófico<sup>22</sup>.

Também em relação à “questão social” ou aos problemas sociais, esse autor rejeita as soluções que partam de uma concepção de sistema, afastando-se, assim, tanto do socialismo como do liberalismo (enquanto sistemas fechados de idéias). Vaz Ferreira ((VAZ FERREIRA, 1939)) trata deste problema como “conflito das idéias da igualdade e da liberdade”, sendo que este tipo de conflito pode ser resolvido nos termos que o autor denomina de “soluções de seleção”. Ponderando as vantagens e as desvantagens de cada uma destas propostas, sublinhando o carácter unilateral de cada uma destas opções polarizantes, o filósofo vai direto ao problema, sustentando que consiste na seguinte fórmula: “*alguma coisa assegurada ao indivíduo (a cada um, e na condição de tal: por ser homem); e, o restante, a liberdade*” (ibidem, p. 20). A diferença entre as doutrinas está em definir o *quantum* de igualdade e o *quantum* de liberdade. Uma vez determinado o problema, na fórmula anterior, analisa as teorias individualistas e socialistas, para avaliar em que medida conseguem satisfazer o problema colocado nesses termos. No que diz respeito às teorias individualistas, Vaz Ferreira critica, o direito a herança, assim também faz uma curiosa diferenciação entre o direito a propriedade da terra para a produção e o direito a propriedade da terra para a habitação, considerando legítimo apenas este último. Em relação com o socialismo, distingue três graus: o primeiro que pretende socializar a to-

<sup>22</sup>Esta é a crise da ciência positiva na época do imperialismo, quando pela própria dinâmica instaurada pela competição interimperialista, os países capitalistas centrais se encaminhavam para a Primeira Guerra Mundial, acabando com as “certezas” do positivismo triunfante. Instaure-se uma atitude espiritual “ambígua”, nem objetiva, nem subjetiva, na tentativa de superar os impasses da certeza na objetividade aparente (coisificada ou reificada dirá Lukacs (1969) do capitalismo na era dos monopólios (quando o “peso” do trabalho morto –as máquinas que tendem a conformar um sistema automático– sobre o trabalho vivo incrementa-se). O menos importante, neste espírito ambíguo, foi o (re)surgimento, no horizonte histórico-social da civilização burguesa, do proletariado como força política, especialmente na Alemanha, revivendo o fantasma do “comunismo” que assombrava o continente Europeu desde 1848.

talidade da vida social; o segundo que procura socializar somente a totalidade dos meios de produção e de comércio (socialismo de inspiração marxista); e o terceiro que procura socializar apenas “o grosso” e deixar o resto para “liberdade”, sendo que é este último “socialismo” que atrai a simpatia do filósofo. Parece-nos que se trata evidentemente do “batllismo”, que socializa ou nacionaliza alguns meios de produção, especialmente quando os proprietários são de origem inglês. Assim, para o filósofo, o regime “batllista”, analisado de uma forma não dogmática, era uma variante do socialismo que tinha socializado “o grosso”.

Em relação às classes sociais e à luta de classes, Vaz Ferreira rejeita a divisão da sociedade entre duas classes antagônicas (proletários e burguesia). No seu lugar, propõe distinguir três tipos de trabalhos: o trabalho puro (que compreende o trabalho manual e intelectual, que não se “complica” com o capital), o trabalho impuro (trabalho que se “complica” com o capitalismo: comerciários, empresários; são as classes intermédias); e finalmente o não-trabalho da classe parasitaria, fundamentado no direito da herança (não estão incluídos nesta categoria os desempregados que correspondem à primeira categoria: o trabalho puro). Em relação às classes sociais, o problema são as classes intermédias (o trabalho “impuro”) e o não trabalho. Em relação ao trabalho “puro” e “impuro”, Vaz Ferreira sustenta que deve ser respeitado na sua totalidade, enquanto que em relação ao não-trabalho, este deve ser combatido. Desta forma, Vaz Ferreira critica tanto os “revolucionários”, porque unem e combatem o trabalho puro intelectual, o trabalho impuro, e o não-trabalho (o parasitismo), como se fossem a mesma coisa; como os “conservadores” que juntam e defendem o parasitismo, os comerciários e os empresários, junto com o trabalho puro intelectual, contra o trabalho puro manual.

Assim, para este autor, o que deve ser condenado é o parasitismo, a classe social que não trabalha e que vive do direito à herança, e não as classes que Vaz Ferreira denomina de classes intermédias, que realizam o trabalho impuro (trabalho combinado com o capital). Finalmente em relação ao trabalho puro, o filósofo defende que o trabalho intelectual seja considerado não apenas em igualdade de condições ao trabalho manual mas como um trabalho superior. Para este autor o **trabalho manual (que ele denomina como corporal) é trabalho intelectual (espiritual) materializado**. Esta afirmação é realizada levando em consideração o fato que o trabalho manual materializa (dá forma) a alguma idéia previamente formulada (“*O trabalho material é trabalho espiritual **que foi***” (ibidem, p. 69)). Assim, para este autor, tudo o que o trabalho manual realiza foi previamente inventado, confirmando que “todo veio do espírito”. As relações entre trabalho manual e intelectual não se esgotam nestas formulações, senão que existe uma

relação (e diferença) ainda mais profunda que se manifesta na relação com a dor. Enquanto que no trabalho manual é possível separar a dor, no trabalho intelectual é o contrário. O trabalho manual está extrinsecamente unido à dor, enquanto que no trabalho intelectual a dor é intrínseca, sendo que o sofrimento é necessário para a qualidade do trabalho espiritual. A última diferença entre estes dois tipos de trabalho está em que o trabalho manual pode (ou poderia) ser repartido entre todos os homens, enquanto que o trabalho intelectual não pode ser distribuído, porque, neste caso, há homens escolhidos, sendo que por aquela relação intrínseca com a dor, ser escolhido quer dizer ser expiatório.

Assim o filósofo, afastando-se dos esquemas “a priori”, pensando diretamente nos problemas, quer demonstrar que, em relação ao individualismo e socialismo, o problema consiste em determinar o *quantum* de “direitos individuais” devem ser protegidos (incluindo aqui o direito à terra para habitação), como também o *quantum* de meios de produção e de comércio a serem socializados (“socialização do grosso”). Esta posição do filósofo coincide bastante com o trato, por parte do “batllismo”, da “questão social”. Em relação ao trabalho, a posição deste filósofo se afasta da visão da luta de classes entre proletariado e burguesia, colocando no seu lugar uma visão de três classes: trabalho puro, trabalho impuro e não-trabalho. O problema se coloca no trabalho impuro (diríamos que é o trabalho de administração e direção das empresas e do comércio, tanto como o “trabalho” do proprietário dos meios de produção), sendo que, para o filósofo, este trabalho tem que ser defendido. Por outro lado, o não-trabalho deve ser condenado. Em relação ao trabalho puro, o trabalho manual é concebido como materialização do trabalho espiritual, sendo este último uma atividade aristocratizante (apenas para os escolhidos).

Ainda que, de uma forma confusa e deformada, coloca-se claramente o problema das classes sociais no Uruguai da primeira metade do século vinte: os trabalhadores (o trabalho “puro”), os capitalistas (o trabalho “impuro”, é aqui que o filósofo reconhece que estão os equívocos dos revolucionários quando condenam a este tipo de trabalho), e o patriciado uruguaio (as classes parasitárias que sustentam seu poder na herança especialmente da terra). No trato deste problema, a solução é conciliatória, ainda que excluindo deste “pacto batllista” as velhas classes improdutivas. A visão aristocratizante, rejeitada em termos de classes sociais, é reintroduzida pela via da superioridade dos “escolhidos” para o trabalho intelectual.

Para este filósofo, o trabalho intelectual era a forma superior de trabalho. Esta atitude se manifestou claramente na sua proposta de uma faculdade de “estudos superiores”, de caráter desinteressado no seio da Universidade da República. Embora formulada já no

ano de 1914, esta proposta só se concretizou, no ano de 1945, com a criação da Faculdade de Humanidades e Ciências. Trata-se de uma iniciativa que vai contrariar a estrutura profissionalista da Universidade, já que esta nova faculdade tinha como finalidade o ensino não-profissional, com a intencionalidade de aprofundar a investigação e a criação do pensamento original. Enfrentava-se assim a concepção utilitarista do ensino universitário e da cultura em geral, na mesma trilha que outro grande pensador uruguaio da época, José Enrique Rodó (1871-1917), que também reivindicava a cultura greco-latina como a “nossa” cultura, contra a cultura anglo-saxônica dos EUA, considerada, por ele, uma cultura utilitarista e, por esse motivo, degradada<sup>23</sup>. Quando Vaz Ferreira ocupa a Reitoria da Universidade da República, em 1928, apresentou um projeto de criação de um “*Instituto de Estudios Superiores*” com a finalidade de desenvolver estudos originais, sem uma finalidade profissionalista, nem utilitarista, mas que, finalmente, não se concretizou. O transcurso de dez anos foi necessário para que se apresentasse um projeto de criação de uma Faculdade de Humanidade e Ciências no Parlamento, mais quatro anos, durante os quais o mesmo esteve em estudo, por diversas comissões, até que, em 8 de outubro de 1945, chegou a ser aprovado depois de diversos ajustes. Esta faculdade estimularia o estudo superior como uma finalidade em-si, razão pelo qual não impunha nenhuma limitação para o ingresso e tampouco expediria diplomas: “*La Facultad no expedirá títulos de ninguna clase ni subordinará sus enseñanzas a la obtención de ninguno exterior a ella. Tampoco habrá en ella exámenes en ningún caso*” (VAZ FERREIRA in ODDONE, 1971, p. 608). Esta tendência anti-profissionalista foi duramente combatida mesmo dentro da própria faculdade pouco tempo depois de começar suas atividades, levando a coexistência de cátedras livres e cursos seriados. Claramente, esta proposta de estudos “livres” se opunha, de maneira frontal, às aspirações dos jovens estudantes das camadas médias, que buscavam nos estudos universitários um mecanismo de mobilidade social ascendente. No entanto, ainda que com esta contradição (os estudos “livres” e as demandas do mercado), a faculdade consolidou-se no interior de uma universidade profissionalista. Este antecedente é muito valioso na história cultural do Uruguai. Veremos mais adiante que, no período de restauração democrática, a universidade pública retoma esta discussão sobre a orientação profissionalista dos seus estudos, num debate que envolve de forma muito direta o Serviço Social, em particular a sua Escola Universitária de Serviço Social. O quadro do debate era outro, já que agora o que está em jogo é a “revolução científica-tecnológica” e o papel das ciências “puras” ou “básicas” e o papel das ciências “aplicadas” ou das profissões.

---

<sup>23</sup>Na verdade, o que estava em questão, neste outro grande pensador, era a defesa da matriz católica da nossa cultura hispânica contra a matriz protestante da cultura anglo-saxônica.

### 1.2.5 O “batllismo”: gênese e expansão de um singular Estado de Bem-estar social

O regime político conhecido como “batllismo”, no Uruguai, refere-se a um longo período que abrangeu, praticamente, a totalidade da primeira metade do século vinte, na qual se conformou um singular Estado de Bem-estar. O “batllismo” teve dois momentos, conhecidos, simplesmente, como “primeiro” e “segundo”, ainda que este último também foi denominado de “neo-batllismo” ou, também, “restauração do batllismo”. O primeiro “batllismo” (ou reformismo) compreende o período entre os anos 1903 e 1931. No plano político, desenvolvem-se as duas presidências de José Batlle y Ordóñez (1903-1907, 1911-1915), assim como as presidências de Claudio Williman (1907-1911), Feliciano Viera (1915-1919), Baltasar Brum (1919-1923), José Serrato (1923-1927) e Juan Campisteguy (1927-1931). Nota-se que este primeiro “batllismo” é anterior a crise do capitalismo mundial do ano de 1929, sendo este o traço mais notável desta experiência precoce de “*welfare state*”. No ano de 1931, assume a presidência Gabriel Terra, que dois anos depois deu um golpe de Estado, fechando-se, assim, o período do reformismo. O segundo “batllismo”, entre os anos de 1947 e 1958, corresponde às presidências de Luis Batlle Berres (que sucede o presidente Tomás Berreta, falecido seis meses depois de assumir o cargo) entre 1947-1951; de Andrés Martínez Trueba, entre 1951-1955; e o governo colegiado de maioria “colorada”, entre 1955-1959.

A situação do Uruguai, no início do século XX, era bem diferente daquela que tinha predominado no século anterior. Assim, registra-se a seguinte citação de Carlos Maria Ramírez, lembrando os 40 anos da finalização da Guerra Grande (1839-1851):

[...] nos separan sólo 40 años de aquel acto memorable. La guerra sin tregua había durado quince años, teníamos apenas 132.000 habitantes, estaba destruida la mayor parte de nuestros pueblos, abandonados casi completamente los trabajos agrícolas, inmenso número de ganados habían vuelto al estado salvaje de los tiempos coloniales; el país, fuera de las costas era casi un desierto...Recuerdo de niño haber viajado con mi familia de Montevideo a la frontera con un séquito de hombres armados y necesitando muchas veces pernoctar en un cuchilla porque no se divisaba en el horizonte ni el humo ni la silueta de una vivienda humana. [...] Pues bien; si ahora renaciesen los combatientes de aquella época, podrían reconocer al teatro desolado de sus luchas troyas en esta bella capital de 150.000 habitantes? Reconocería aquel desierto de los entreveros sangrientos, en esta campaña cruzada por los telégrafos y los ferrocarriles, con todas las propiedades deslindadas y cercadas, con centenares de escuelas, con oasis de agricultura esparcidos en todos los ámbitos del país? (BARRAN; NAHUN *in* RIAL; KLACZKO, 1981, p. 49).

Para Caetano e Rilla (1994), a fraqueza da implantação oligárquica, somada à fraqueza da implantação capitalista, contribui para explicar a forte presença do Estado em face da sociedade civil e a centralidade das suas funções na formação social uruguaia. Esta primazia do Estado levou, também, a uma hierarquização das mediações especificamente políticas através dos partidos políticos.

Um traço que tem que ser marcado é o fato que o Partido “Colorado” aparece confundido com o próprio aparelho do Estado que ele governa (e constrói) e o exército que se profissionaliza sob sua direção. Com a **Cruzada Libertadora**, de Venancio Flores, em 1865, a administração do aparelho de Estado fica nas mãos do bloco “colorado”, permanecendo nas mesmas mãos durante o período de modernização conduzido pela instituição militar, no último quartel do século XIX, e, da mesma forma durante o reformismo. Além desse partido, já desde o ano de 1836, existia o bloco branco ou nacional que, nos primeiros anos do século XX, se moderniza e assume a forma de partido político. Cada um dos blocos tinha uma certa identidade através da qual conseguia se diferenciar um do outro. O bloco “colorado” tinha mais relação com o urbano e o cosmopolitismo; nesse momento, o “branco” tinha mais a ver com o mundo rural e uma visão “nacionalista”. A peculiaridade do desenvolvimento político-institucional, da formação social uruguaia, contribui para que a classe proprietária da terra, a partir de cuja rentabilidade a industrialização é financiada, esteja fora da administração direta do Estado. Isto é um indicador da **autonomia relativa** do Estado com relação às classes sociais, dando lugar à formação de uma “classe política” especializada na gestão da administração pública. Esta **autonomia relativa** se amplia ainda mais durante o período do “reformismo social”, fazendo com que o Estado não só regule o funcionamento do mercado do trabalho, mas também que assuma diretamente empresas de serviços e indústrias.

Esta autonomia relativa, do social e do político, sofre uma ruptura nos anos 1913-1916, demonstrando, como afirma Barrán (1986), ter chegado a hora “social” dos partidos políticos, assim como a hora “política” da sociedade. Principalmente nas “classes conservadoras”, ganha espaço a idéia de colocar um freio no avanço do batllismo (na agressão comunista, diz o dirigente dos latifundiários, José Irureta Goyena). Esses latifundiários fundaram, em 1915, a **Federação Rural** (antes, em 1871, tinham constituído a *Associação Rural*, que impulsionou a modernização da exploração do trabalho agropecuário) com a finalidade específica de pressionar os partidos políticos e o governo. Esta instituição, logo depois assume, também, um papel fundamental na organização do *Comitê Nacional de Vigilância Econômica*, base social do movimento que impulsiona o golpe de Estado de 1933. A mobilização das “classes conservadoras”, efetivamente, alcançou o alvo per-

seguido, ao deixar em minoria o Batllismo nas eleições para a Assembléia Constituinte de 1916 e ao paralisar as reformas sociais empreendidas pelo Presidente da República, Feliciano Vera, pertencente à fração batllista do Partido Colorado.

As forças políticas, que dominam os aparelhos do Estado, desenvolvem um conjunto de transformações “pelo alto”, através da prática do “**transformismo**”, mediante a qual conseguem integrar socialmente os novos atores sociais, produto do desenvolvimento capitalista. Diferentemente do que tem acontecido em outras formações sociais na América Latina, não houve um movimento social externo ao Estado impulsionando o processo de democratização (como o “peronismo” na Argentina, ou o “aprismo” no Perú), senão que foi um processo que nasceu no próprio Estado. No Uruguai a resposta reformista foi gerada por um ator político inserido no sistema e fortemente vinculado ao Estado.

Panizza (1990) sublinha o caráter tardio do processo de institucionalização política, pelo fato de se ter iniciado em 1876, com a ditadura militar de Latorre, até chegar ao ano de 1917 (primeira mudança da constituição de 1830), passando pela finalização das lutas armadas entre os que, posteriormente, em 1904, seriam os dois partidos tradicionais. Simultaneamente, ocorre cedo a modernização da sociedade, pela incorporação na agenda política das demandas sociais dos novos setores sociais emergentes. Esse autor sinaliza que, por enquanto, estes dois processos acontecem simultaneamente no Uruguai, enquanto que na Argentina ocorrem em tempos diferentes: primeiro a institucionalização política e depois a modernização pela incorporação das novas forças sociais e políticas. Assim, os resultados são diferentes, porque o cenário, no qual se efetiva a modernização do sistema político, é diferente: no Uruguai, a institucionalização se processa simultaneamente, na Argentina ela foi realizada anteriormente.

Estamos diante de um Estado que ainda não conseguia impor sua autoridade em todo o território e sobre sua população. Temos que lembrar que, com a **Paz de Abril**, evento que finalizou a **Revolução das Lanças**, em 1872, a administração do território do país tinha ficado dividida entre os dois blocos. Com o **Pacto da Cruz**, em 1897, esta divisão foi aperfeiçoada, aumentando-se a quantidade de departamentos<sup>24</sup> sob administração do bloco branco. Esta política de co-participação também inaugura um processo pelo qual ambos os blocos reconhecem a necessidade de sua coexistência e de se reconhecer como sujeitos políticos e já não mais como inimigos que têm que se eliminar. Também deixava-se de lado a concepção “fusionista”, que tentava suprimir os blocos por uma outra forma de agregação

<sup>24</sup>O Estado uruguaio está dividido em unidades territoriais político-administrativas que se denominam “departamentos”. O departamento de Artigas é um “departamento” que fica ao norte do Uruguai, na fronteira com o Brasil.

de interesses (expresso na dicotomia “doutores” contra “caudilhos”). A constituição de 1916 (a primeira reforma da constituição de 1830) é o marco da passagem para o pluralismo político, propriamente dito, criando-se a possibilidade da alternância dos partidos políticos no exercício do governo –o que só vai se suceder no ano de 1957–, além da co-participação.

No entanto, antes o problema dos levantes armados tem que ser resolvido. Isto acontece em 1904 com a última “revolução”, derrotada pelo governo, quando morre o último dos caudilhos: Aparicio Saravia. O país legal tendia assim a coincidir com o país real, após 60 anos nos quais ficaram divorciados, com breves interrupções nos momentos que o Presidente era também o Caudilho. Agora temos “o império da lei”, isto é, o governo das leis e não mais dos homens. Estabelece-se a forma de dominação **legal-racional**, ainda que o aparelho burocrático possa estar comandado por um líder carismático (alternância entre a dominação legal-racional e a dominação carismática, analisada por Gramsci ou, também, a complementação entre ambas formas, na figura do “cesarismo democrático”, tratada por Weber). A primeira presidência de José Batlle y Ordóñez (1903-1907) é dominada por este problema, sendo que apesar do triunfo do governo nesse conflito armado e o aperfeiçoamento do regime eleitoral, só participam das eleições, de 1905, 5% dos habitantes.

Na segunda presidência de José Batlle y Ordóñez (1911-1915) se perfila, com total clareza, a orientação reformista radical desse governo. O período compreendido entre a primeira presidência e a segunda, José Batlle y Ordóñez permaneceu na Europa, tomando contato com a “violência” das lutas sociais naquele velho continente. Dessa forma, ele se prepara para procurar implementar uma **política de antecipação**, em relação aos problemas sociais, arbitrando nos conflitos sociais da nascente formação social. Um originalidade que marca a prática do “batllismo” na primeira metade do século XX: a proposta do governo “colegiado”, idéia proposta por José Batlle y Ordóñez, em 1913, consistindo na gestão da presidência de República por um corpo colegiado de nove integrantes. Um objetivo desta reforma era evitar a instauração de um governo ditatorial, ainda que o “remédio” consistisse num dispositivo em que o partido governante se assegurava sua hegemonia por um longo período de tempo. Pelo esquema proposto, o partido oponente tinha que ganhar cinco eleições, num sistema de eleições anuais; esquema que tornava praticamente impossível para o partido de oposição obter maioria no Conselho de Governo. No ano de 1916, eleições foram convocadas para eleger a Convenção Nacional Constituinte, tendo como objetivo a reforma da constituição nesta direção, mas a proposta colegialista, da fração “batllista”, encaminhada pelo Partido Colorado, foi derrotada<sup>25</sup>. No entanto, a

<sup>25</sup>Estas foram as primeiras eleições realizadas com voto secreto universal masculino. As mulheres

reforma da Constituição ocorreu em 1917, através de um acordo entre os dois partidos tradicionais, chegando-se a uma solução de compromisso, em que o Poder Executivo seria compartilhado entre, de um lado, o Presidente da República, que nomeava os ministros de Relações Exteriores e da ordem Interna (polícia), e, de outro, o Conselho Nacional de Administração, integrado por nove membros, seis oriundos da maioria e três da minoria. O regime colegiado vigora até a instauração da Ditadura, de Gabriel Terra, em 1931, e só é reintroduzido, em 1951, junto com o segundo “batllismo”, vigorando até a reforma constitucional de 1967, instaladora de um Executivo “forte”.

### 1.2.6 O padrão de proteção social “batllista”

Antes de começar a desenvolver as principais características do padrão de proteção social, implementado no “batllismo”, julgamos necessário apresentar uma breve descrição da evolução demográfica no Uruguai, ocorrida ao longo do século XX.

No início da colonização, em 1680, quando os portugueses fundam a cidade de *Colonia del Sacramento*<sup>26</sup>, calcula-se que habitavam aproximadamente cinco mil indígenas. No século XVIII, estima-se que a população era de aproximadamente 30.000 habitantes. No ano da “Declaração da Independência”, em 1825, chegava a 74.000 habitantes.

No quadro a seguir, é possível observar a evolução do processo de povoamento ao longo do século XX. Entre o final do século XIX e o início do século XX, várias ondas migratórias elevaram substancialmente a quantidade de habitantes no território, sem que no entanto, não tenham produzido uma alteração significativa quanto ao escasso povoamento de seu território.

Tabela 1: População do Uruguai nos censos de 1908, 1963, 1975, 1985 e 1996

Ano do censo	População total	Taxa anual meia de crescimento intercensal (por mil habitantes)
1908	1.042.686	
1963	2.595.510	16,6
1975	2.788.429	6,2
1985	2.955.241	5,6
1996	3.163.763	6,4
2000*	3.322.141	5,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas do Uruguai: <http://www.ine.gub.uy>  
 \* Projeção da população para o ano de 2000.

votaram pela primeira vez em 1934.

<sup>26</sup>Quase meio século depois, os espanhóis fundam a cidade de Montevideu como forma de assegurar o domínio espanhol deste território.

Atualmente (em 2005) estima-se a população do Uruguai em quase 3.400.000 habitantes, com uma taxa de crescimento anual de 0,51, mortalidade infantil de 12,31 por 1.000 nascimentos, e uma expectativa de vida ao nascer de quase 76 anos (72,71 para os homens e 79,24 para as mulheres).

Finalmente, um último indicador social a ser apresentado é a taxa de analfabetismo ao longo do século XX.

Tabela 2: Taxa de analfabetismo por sexo e ano do censo de população

Ano	Taxa	Homens	Mulheres
1908	35,44	33,90	37,05
1963	9,47	9,72	9,23
1975	6,07	6,55	5,62
1985	4,61	5,15	4,11
1996	3,21	3,74	2,72
Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas do Uruguai <a href="http://www.ine.gub.uy">http://www.ine.gub.uy</a>			

Como já foi mencionado anteriormente, as políticas sociais também modelam a estrutura social, participando da construção do próprio aparelho do Estado (ver esta discussão no ponto 1.2.2 na página 35). Portanto, as políticas sociais não são apenas um produto de uma certa ordem social: elas, como políticas que são, tem um papel ativo no sentido de criar também uma certa estratificação social. Com elas tem se consolidado as camadas medias urbanas (principalmente os funcionários públicos) e os operários. Neste sentido, o projeto reformista tendia a criar uma sociedade, tentava construir um pequeno país que fosse modelo no que diz respeito à proteção social dos mais “fracos”. Esta proposta poderia se constituir na **vantagem comparativa** que o país ofereceria para atrair trabalhadores estrangeiros qualificados para povoar o território, concorrendo com os outros mercados de trabalho, especialmente Buenos Aires (PAPADÓPULOS, 1992). A necessidade de trabalhadores qualificados, que a industrialização requeria, conseguia ser atendida, fundamentalmente, pela obrigatoriedade do ensino de primeiro grau e, em seguida, pela extensão do ensino de segundo grau (em 1912, criam-se “liceus” em todos os departamentos do país); assim como pelos imigrantes europeus cujo assentamento o Estado facilitava.

O reformismo não só se ocupou da industrialização, como também se voltou para retomar a “utopia agrária”. Tentou-se mais uma vez povoar o território, impulsionando o desenvolvimento da agricultura. Apoiando-se nas idéias do norte-americano Henri George impulsionou-se a eliminação do monopólio da terra (sua apropriação era considerada ilegítima por ser um bem da natureza) através de medidas impositivas. Com a arrecadação

deste imposto progressivo (pagando mais os que detinham maior quantidade de terras improdutivas), financiava-se o desenvolvimento industrial. Também estimulou-se a criação de colônias de pequenos produtores com imigrantes estrangeiros.

O padrão de proteção social “bismarkiano” segue um desenvolvimento “vertical”, quer dizer que diferentes categorias de trabalhadores vão ter acesso a um mesmo programa em tempos diferentes, como pode se observar na sua incorporação ao sistema previdenciário, cujos grandes traços foram:

Primero fuerzas armadas, empleados públicos y maestros; después empleados y obreros del transporte, energía, banca, comunicaciones y otros servicios públicos; muchos más tarde empleados y la masa de obreros urbanos (a menudo separados en dos grandes grupos); y por último, trabajadores agrícolas y por cuenta propia (independientes), pequeños granjeros, y servidores domésticos (MESA-LAGO *in* PAPADOPULOS, *ibidem*, p. 31).

Para Papadópulos (*ibidem*), o sistema previdenciário se constitui passando por seis etapas diferentes: (1) antecedentes da previsão social, funções internas e formação do Estado (1829-1904); (2) previsão social, condições para a acumulação e legitimidade política (1919-1943); (3) novos particularismos e procura de apoios políticos (anos 1950); (4) ciclos políticos eleitorais e disfuncionalidade duma política (anos 1960 até o início da Ditadura, em 1973); (5) período burocrático-autoritário (1973-1984); (6) abertura democrática (1985-1996). Possivelmente teria que se acrescentar mais um período para dar conta da reforma iniciada com a aprovação da nova lei da previdência social, no ano de 1996, quando foi estabelecido um regime misto (público e privado) de capitalização (os fundos de pensão).

As primeiras medidas de proteção social foram tomadas já com o nascimento do Estado. Como já analisamos, a tarefa de consolidação do um poder centralizado nas mãos do Estado ocupa todo o século XIX. Neste processo, leva-se a cabo a desapropriação dos meios de coerção privados e a constituição de um corpo especializado de funcionários com capacidade de extrair e administrar os recursos necessários para o funcionamento do próprio aparato estatal em formação. Daí porque as primeiras leis “sociais” têm como alvo os militares e funcionários públicos. No ano 1829, edita-se uma lei que favorece os servidores das divisões do Estado, dando cobertura às situações de invalidez, viuvez ou orfandade, causadas pela guerra. Na primeira constituição (1830), fica estabelecido, dentro das competências do Executivo, a outorga de licença e pensões ao pessoal civil e militar. No ano de 1835, uma lei regula o funcionamento do fundo das pensões indiretas (por viuvez e orfandade) dos militares. Editam-se resoluções estabelecendo a aposentadoria para casos

particulares, ou seja, ainda não de forma generalizada. Esta política continua se desenvolvendo até que, com o Código Militar de 1884, é criado um sistema previdenciário que incluía, pela primeira vez, com caráter geral, o risco da velhice, além dos riscos já contemplados da invalidez, viuvez e orfandade. Estes benefícios se estendem para os policiais e os bombeiros.

Os funcionários públicos civis são contemplados por uma lei do ano de 1838, que estabelece a pensão, a aposentadoria propriamente dita e uma aposentadoria quando o trabalhador era dispensado por ser “desnecessário” seu serviço. Nos dois casos (militares e civis), os fundos utilizados no pagamento não são administrados de forma independente do fundo público (as rendas gerais do Estado). Uma categoria de servidores públicos recebe um tratamento especial, evidenciando-se o início de processo de modernização do sistema previdenciário. Estamos nos referindo aos professores que, no ano 1896, têm constituída a sua Caixa, para o pagamento de aposentadorias e pensões, sob uma forma de organização moderna, quer dizer, a constituição dos fundos pela contribuição tripartite, tendo sua administração de competência de um organismo especializado, e uma separação entre estes fundos e os fundos públicos gerais.

É interessante observar que depois dos “agentes da ordem”, são os “agentes do consenso”, os funcionários a serem protegidos. A necessidade da integração social, assim como a qualificação da força de trabalho demandam este esforço. Fleury (1992) assegura que nesta política evidencia-se a intenção de vinculação do benefício à estratégia de construção do Estado-nação como poder central. Seguindo o modelo institucional da caixa dos professores, em 1904, é criada a Caixa dos funcionários civis do Estado; reestruturando-se o regime anterior, esta nova instituição vai abarcar todos os funcionários civis, menos os professores que continuam com sua própria caixa. Aqueles ainda não contemplados, são nesta lei incorporados, mesmo que de forma fragmentada, até que, no ano de 1925, uma nova lei, utilizando uma definição abrangente do funcionário público, acaba por incorporar os demais. Os próprios beneficiários passam a ter representação na direção do instituto.

Em 1911, funda-se a Caixa Militar, seguindo o modelo institucional das outras duas Caixas existentes. Em 1919, é o momento de criação da Caixa do Empregados e Operários dos Serviços Públicos. Esta instituição cobre os trabalhadores dos serviços estatais: ferroviária, telégrafo, ônibus elétrico, telefone, água correntes e gás. Pelo mecanismo de incorporação fragmentária, vão sendo incorporados paulatinamente os trabalhadores industriais e comerciais do setor público e privado. Este processo culmina com a lei de 1954, que universaliza a integração dos trabalhadores aos benefícios. Também, em 1919,

dá-se a promulgação de uma lei normalizando a pensão para os idosos: um instituto muito particular, porque estabelece um mecanismo de proteção contra o risco da velhice, invalidez e indigência, sem requerer a contribuição do beneficiário. Trata-se de um benefício não contributivo, contrariando a tendência meritocrática-particularista, predominante até esse momento.

Os trabalhadores dos bancos vão ter sua própria organização previdenciária a partir do ano de 1925, assim como os escrivãos (1941) e os profissionais liberais (1954), mediante a instalação de instituições privadas com fins públicos, que até hoje permanecem neste regime.

Em 1933, através da criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões do Uruguai, centralizam-se as diversas instituições criadas até o momento: Caixa dos funcionários civis, Caixa dos professores, Instituto de pensões para os idosos e Caixa dos Empregados e Operários dos Serviços Públicos. No processo histórico posterior, estas instituições voltaram a se autonomizar (a partir de 1948), até que, na constituição de 1967, novamente tornam a se agrupar em um só organismo.

Finalmente, no ano de 1943, os trabalhadores rurais obtém a sua Caixa. Segundo nossa opinião, isso ocorre como consequência da via prussiana pela qual o modo de produção capitalista tornou-se dominante nesta formação social. A reprodução social destes trabalhadores ficou durante todo este tempo inserida nas relações de dependência pessoal com seus patrões, os latifundiários (FILGUEIRA; FILGUEIRA, 1994).

Por outro lado, também é lenta a incorporação do proletariado industrial ao sistema previdenciário. Isto pode ser devido a que o proletariado urbano esteve sob a influência do anarquismo nos primeiros anos do século XX, sendo só no final dos anos 1910 que emerge um primeiro sindicato de orientação socialista; dez anos depois constituiu-se uma central sindical sob influência marxista, pagando o alto preço da divisão. A concepção apoliticista do anarquismo levava a que os operários desenvolvessem formas de auto-proteção –as mutualidades– verdadeiras estratégias de sobrevivência dos setores economicamente mais fracos dirá Kruse (1994b). Este último autor identifica 233 destas instituições em um universo que pode ter sido constituído por 250 a 300 organizações mutuais. No ano de 1919, criada a Caixa de Aposentadorias e Pensões de empregados e operários de Serviços Públicos, paulatinamente vai incorporando novas categorias de trabalhadores, até que no ano de 1934, passa a se denominar, mais propriamente, Caixa de Aposentadorias da Indústria, Comércio e Serviços Públicos. O processo de incorporação seletiva de diversos segmentos de trabalhadores culmina no ano de 1954, quando através da legislação se

define de forma genérica os trabalhadores do setor privado como beneficiários do sistema previdenciário.

Neste cenário, a ação estatal se orienta pelo uso das políticas sociais, concebidas como um componente do desenvolvimento econômico (a criação da base industrial), preservando a autonomia das organizações sociais filhas do mutualismo e da prática socorrista. Os inspetores de trabalho (encarregados da vigilância da aplicação das leis sociais) são recrutados entre os líderes operários anarquistas, o que garante a efetiva vigilância. Articulam-se, assim o intervencionismo paternalista batllista e o apoliticismo do anarco-sindicalismo.

No que diz respeito às outras políticas sociais podemos dizer, na trilha de Filgueira (ibidem), que o Estado Social uruguaio do início do século XX tem se apoiado em quatro bases: Assistência Pública; ensino público leigo, gratuito, e obrigatório –para o primeiro nível– desde o último quarto do século passado; regulação do mercado de trabalho (as leis operárias, como por exemplo a lei das oito horas em 1915, a lei do descanso semanal em 1920); regulação da retirada da força de trabalho do mercado (a aposentadoria).

A Assistência Pública se organiza a partir de 1910, tentando seguir o modelo francês da “*Assistance Publique*” (Filgueira, ibidem), para administrar as instalações da assistência social e da beneficência já existentes. Inclui as instituições hospitalares, desenvolvidas com base no esquema da caridade da Igreja. Além do Hospital da Caridade, existente desde 1783, criado pelo benfeitor voluntário Francisco Antonio Maciel, é construído, em 1922, um novo hospital em Montevideú. Criam-se também um hospital para crianças, em 1910, e um asilo para alienados.

A assistência pública marca a persistência de formas de ação social pré-industriais e pré-capitalistas, subordinadas e refuncionalizadas na moldura da hegemonia do capitalismo nesta formação social.

No que diz respeito à segunda dimensão das políticas sociais desenvolvidas neste período, temos que sublinhar o impulso dado ao segundo grau de ensino, com a criação dos “liceus” nos diferentes estados em 1905. Cria-se também um “liceu” noturno para os adultos trabalhadores, impossibilitados, no horário diurno, de concluir seus estudos secundários. Em 1921, inaugura-se um liceu exclusivo para mulheres, conhecido como Universidade de Mulheres. Com este tipo de instituição pensa-se em contribuir para vencer o conservadorismo dos pais que não permitem a matrícula de suas filhas em cursos mistos.

A partir de 1915, a orientação da Escola de Artes e Ofícios, fundada desde 1878 e

impulsionada pela Liga Industrial e a Associação Rural, sofre uma modificação. Sob a direção de Pedro Figari, abandona sua orientação punitiva e de internato e adota um caráter educativo.

A Universidade da República, cujo processo fundacional se estende desde o ano de 1833 até o ano de 1849, com o Reitorado de Eduardo Acevedo (1904-08), apoiado pelo Presidente Batlle y Ordóñez, diversifica suas opções, avançando na relação da instituição com as fontes da riqueza do país. Assim são desenhadas três novas faculdades: Agronomia, Veterinária e a Escola de Comércio (depois Faculdade de Ciências Econômicas) e se reestrutura a Faculdade de Matemáticas (ODDONE, 1969). Em 1908, uma nova lei universitária proporciona a descentralização da instituição (que, com o passar do tempo, a Universidade se conforma como uma federação de Faculdades) e consagra a participação indireta dos estudantes<sup>27</sup> no governo universitário.

Nesse mesmo ano, reúne-se em Montevideu o “Primeiro Congresso Internacional dos Estudantes de América”. Aí se discute um conjunto de problemas que antecipam o que depois se materializaria no movimento da **Reforma de Córdoba**, em 1918, que buscava unir a Reforma universitária à Reforma social. Na Faculdade de Medicina, em 1919, se inauguram as assembléias de professores e estudantes, que analisam os planos de estudos, uma forma embrionária do que depois institucionalizar-se-ia como “Assembléia do Claustro”. No ano de 1929, surge a Federação de Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU), que adota uma conseqüente atitude anti-imperialista, tendo um papel destacado, a partir dos anos cinqüenta, na formulação e difusão da corrente ideo-política da terceira posição, com grande influência entre a intelectualidade progressista do Uruguai.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, este é inicialmente regulamentado pela lei das oito horas de trabalho, aprovada em 1915, após uma prolongada tramitação parlamentar, iniciada em 1906, quando o presidente José Batlle y Ordóñez apresenta o primeiro projeto de lei, seguido por outro projeto de iniciativa do deputado socialista Emílio Frugoni no ano de 1911. A seguir, em 1920, também é sancionada a lei que estabelece a semana de trabalho de seis dias, na indústria, e cinco e meio (semana inglesa), no comércio. Normatiza-se o trabalho da mulher e das crianças, como também edita-se uma legislação sobre acidentes de trabalho e segurança industrial. Uma lei, muito curiosa, aprovada no ano de 1918, obriga as empresas a ter, nos estabelecimentos de trabalho, um cadeira a disposição dos trabalhadores, para descansar, enquanto suas tarefas assim o permitam.

---

<sup>27</sup>Os estudantes escolhem entre os profissionais (não docentes) um dos onze integrantes do Conselho de cada uma das Faculdades.

Esta legislação, que regula o mercado de trabalho, na verdade estabelece parâmetros para a exploração da força de trabalho, definindo um limite da extração de mais-valia absoluta, e potencializando, por esta mesma razão, a extração de mais-valia relativa, o que leva a intensificar a organização racional do processo de trabalho, incluindo a incorporação de novas máquinas e o gerenciamento racional da força de trabalho.

A Inspeção Geral do Trabalho é instituída com a finalidade de controlar o cumprimento dessa nova legislação, onde se inserem muitos antigos militantes anarquistas que assim têm a possibilidade de levar adiante suas convicções sobre a justiça social (Filgueira, *ibidem*). Porém, também, propicia uma forma de cooptação (“transformismo”) dos sindicalistas anarquistas, que então se transformam em funcionários públicos. Também foram aprovadas leis de salário mínimo para o setor rural (de difícil fiscalização) e os empregados públicos. Os trabalhadores privados aguardam até 1943 para obter uma disposição similar.

Temos que dizer ainda, em relação ao processo de secularização, que neste período, ou seja, em 1913, consagra-se a lei de divórcio apenas pela vontade da mulher; antes, em 1909, o ensino e a prática religiosa nas escolas públicas tinham sido suprimidas.

A fonte de recursos deste reformismo estava na captura de parte do excedente obtido pelo setor agro-exportador da economia, setor este que não controla diretamente o governo do Estado. Também esse era seu limite. Estes setores, as classes “conservadoras”, como dizia-se, fariam seu ensaio de pôr freio ao avanço reformista nas eleições constituintes de 1916, obtendo certo sucesso. Mas com a crise mundial do capitalismo de 1929, agora organizados no Comitê de Vigilância Econômica, sob a liderança da Federação Rural, esses grupos conseguem pôr fim a este primeiro batllismo.

O segundo batllismo (1947-1959), não se diferencia significativamente do primeiro, salvo, principalmente, pelo seu impulso industrialista, já iniciado anteriormente com importantes nacionalizações (com uma taxa média de crescimento industrial de 8.5%, durante a década de 1945-1955). Também neste período se revelam as limitações da estratégia de industrialização por substituição de importações, devido fundamentalmente aos estrangulamentos do mercado interior. As principais nacionalizações se realizam a partir das empresas britânicas, como forma de pagamento da dívida que a Inglaterra tinha com o país após a finalização da Segunda Guerra Mundial. Este país saldou sua dívida entregando como pagamento os transvias, as ferrovias e a companhia de água potável; mesmo estando estas três empresas bastante deterioradas (a Inglaterra pagou sua dívida com “ferros velhos” dizia o líder do partido nacional, Luis Alberto de Herrera, naquela

época). Com estas nacionalizações o parque industrial<sup>28</sup>, nas mãos do Estado, amplia-se, chegando a ser responsável, em 1955, por 16% do produto industrial e a ocupar 10% do proletariado industrial (NAHUM, 1999, p. 139).

Em parte este segundo batllismo esteve financiado pela Guerra de Coréia (1950-1953), que prolongou os efeitos “benéficos” da segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939, propiciando o aumento dos preços dos principais produtos de exportação (carne, lã, e couro).

### 1.2.7 A constituição do movimento operário

As idéias socialistas chegaram muito cedo no Uruguai, assim por exemplo durante o cerco à cidade de Montevideu na Guerra Grande (1839-1851), a forte presença de imigrantes europeus trouxe a influência do pensamento saint-simoniano entre a intelectualidade jovem dessa cidade. Por estas terras registrou-se a presença de José Garibaldi, integrante da “*Jovem Itália*” de Mazzini (D’ELIA; MIRALDI, 1984). Estas posições tinham expressão no jornal “*El Iniciador*”, editado por Andrés Lamas e Miguel Cané. Outra vertente do socialismo utópico foram as idéias de Charles Fourier difundidas no jornal “*Le Messager Français*”, editado por Eugene Tandonnet. Temos também a influência dos chilenos Francisco Bilbao e Santiago Arcos, que propunham uma mescla de socialismo utópico e proudhoniano com liberalismo político e romanticismo literário. López D’alesandro (1994) sublinha mais uma corrente de pensamento: trata-se do argentino Marcelino Pareja que sustentava uma concepção econômica moral da realidade social. Esta precocidade da difusão das idéias do socialismo utópico tem relação com a situação política gerada pela Guerra Grande na cidade de Montevideu. Esta cidade, durante o conseqüente cerco, recebeu um grande contingente de imigrantes europeus, principalmente franceses. Junto com eles chegavam também as idéias que dominavam o debate político-social europeu. Só faltava o público alvo destas idéias.

Depois de finalizada a Guerra Grande, temos a difusão das idéias proudhonianas através da prédica de Alejo Peyret, no jornal “*El Uruguay*” e na “*Revista Literaria*”, no ano de 1865. Ano em que também foi fundado o primeiro sindicato operário –a “**Sociedade Tipográfica Montevideana**”– inicialmente com uma finalidade mutual e mais tarde (em 1870) claramente sindical (D’ELIA, 1969).

No ano de 1875 (em 25 de junho) forma-se a *Federação Regional da Associação In-*

<sup>28</sup>O Estado já tinha o controle da empresa de energia de eletricidade e de telefonia (UTE); a empresa de combustíveis, cimento e álcool (ANCAP); o Frigorífico Nacional; a empresa de pesca (SOYP); e a empresa de aviação (PLUNA).

*ternacional de Trabajadores* (também conhecida como *Federação “Montevideana”*), de orientação anarquista. Nessa data os operários realizam uma passeata, com a participação de cerca de 1500 a 2000 pessoas. A iniciativa na criação desta organização foi dos trabalhadores imigrantes franceses, que tinham participado da experiência da Comuna de Paris de 1871, e/ou espanhóis com participação na revolução “cantonalista” de 1873. Esta seção da *Associação Internacional dos Trabajadores* (AIT) foi aceita no ano de 1877, no Congresso de Verviers (último congresso desta organização)<sup>29</sup>. A Federação “Montevideana” iniciou a publicação do seu jornal “El Internacional” no ano 1878, tendo como objetivos:

La internacional viene a regenerar el mundo, la patria común y verdadera. Viene a establecer la igualdad de medios y condiciones para el desarrollo de todos los individuos del género humano. Y para que esto sea posible, es necesario una reforma, una reorganización social, que descentralizando el poder de algunos lo que es preciso para la vida de todos (...) Es necesario pues, que estos intereses se deslinde bien; y estos se alcanzará organizando el trabajo de modo que sea la primera y esencial institución de la sociedad, así como hoy es la última; de modo que se asegure, por la asociación y la solidaridad de todos, a cada individuo, el goce del producto íntegro del trabajo de su limitada actividad (Revista Nuestro Tiempo in D’ALESANDRO, 1994, p. 56).

Dada a importante participação dos imigrantes europeus, suas declarações têm grande generalidade e universalidade, mas também, por isso, repercutiam aí os acontecimentos da Europa. Assim foi publicada uma parte de “*La Guerra Civil en Francia*”, de autoria de Marx, dois meses depois de ter sido editada a versão original em Londres (1871), traduzida por José Pedro Varela (o autor da lei de ensino básico da ditadura do Coronel Latorre), com a intenção de desqualificar as idéias de Marx. Assim Varela sustentava que o folheto não era mais que *cinco páginas de todo género de insultos dirigidos contra M. Thiers, y algunos de los miembros del actual gabinete [que] completan la primera parte de este insolente documento* (VARELA in D’ALESANDRO, ibidem, p. 114).

A primeira greve conhecida, segundo Lopez D’Alesandro (ibidem), data de 1876, protagonizada pelos funcionários do Hospital da Caridade, ficando desempregados 16 deles. No mesmo ano, os carpinteiros da cidade de Rivera levam também adiante uma greve por aumento de salários e reconhecimento da sua organização sindical. A greve mais significativa é de iniciativa dos operários da mina de “*Cuñapíru*”. Trabalhavam nessa maior

<sup>29</sup>Os partidários de Bakunin sediaram sua organização na Suíça, para daí continuar operando como internacional anti-autoritária, até que, em 1877, foi realizado seu último congresso em Verviers (Bélgica). Pouco antes de morrer (1876), Bakunin tinha se afastado dela (1874). As diferentes seções foram se desligando, ficando só a seção dos Valles de Jura na Suíça, que também deixou de existir após de seu último congresso em 1880 em “Le Cahux-de-Fonds”.

empresa do país, nesse momento, 460 peões e 300 lenhadores, entre outros. Sob péssimas condições de trabalho, salários baixos e demissões maciças, registra-se, entre 1879-80, a morte de quatro operários. A greve, que se desenvolve em forma descontínua durante sete meses, é desencadeada dois dias após a última morte, com a comunicação, por parte da empresa, dos novos salários. A repressão também não tardou em chegar:

llegando a intervenir, primero la policía, luego “un piquete de artillería, el que hizo que se restableciera el orden y pide [la compañía] para repeler tales abusos, se aumente el personal de policía hasta el número de 122 Guardias Civiles, armados de Remington, necesitando, por tanto, el número necesario de carabinas”. El socorro militar buscó impedir mas movimientos de rebelión contra los obreros (sic) (ibidem, p. 59).

Segundo os pesquisadores, esta greve acabou com a derrota dos operários, mas colocou que “*a clase obrera uruguaya no nació mansa ni sumisa a la explotación y la prepotencia*” (ibidem, p. 60). Sucedem-se outras greves: em 1882, nos Hospitais, no porto da cidade de Paysandú e na fábrica de móveis “Caviglia”. Os trabalhadores denunciarão que: “*Trabajamos de 18 a 21 horas diarias, con pequeños intervalos de 28 a 34 minutos para almorzar y comer...con sueldos que no pasan a veces de 14 pesos*” (in D’ELIA; MIRALDI, 1984, p. 53).

Os jornais operários também se multiplicam: “El Tipógrafo” (1883), “La Lucha Obrera” (1884), o “Defensor del Pueblo” (1895), o “Grito del Pueblo” (1896) e “La Voz del Obrero” (1896). Embora todos eles tenham uma efêmera existência, a intensa atividade jornalística nos faz lembrar o processo de constituição da sociedade civil como uma esfera diferente da sociedade política (o estado em sentido estrito) e a disputa cultural que em ela se desenvolve pela direção político-cultural.

Em 1884, os operários da indústria do macarrão realizam uma greve, envolvendo pela primeira vez toda a categoria, ao mobilizar 500 operários. Além disso também recebeu o apoio (e se desenvolveu dentro deste marco) da AIT Montevideana, que ofereceu ajuda econômica aos trabalhadores em greve e/ou os ajudou na procura de outros empregos. O resultado desta greve é avaliada diferentemente pelos historiadores, enquanto Pintos (1966) a considera um sucesso, López D’Alessandro (ibidem) reduz seu sucesso nas pequenas empresas, mas não nas fábricas de maior porte.

O ano 1885 marca uma virada no movimento operário, com o surgimento da *Federação Local dos Trabalhadores do Uruguai* D’Elia (1969) ou *Federação de Trabalhadores da Região Uruguiaia* (ZUBILLAGA; BALBIS, 1992), substituindo a AIT Montevideana. Esta é principalmente uma virada ideológica, com a definição de posições orientadas pelo

anarco-coletivismo (de Kropotkin), com as idéias de anarquia, coletivismo, federação e classismo. Esta federação tende a se diluir, deixando o movimento operário com duas orientações diferentes, porém ambas anarquistas: de um lado, a tendência anarco-coletivista que cria as **Sociedades de Resistência**, complementadas com formas cooperativas de organização que constituíam modalidades alternativas de produção e fontes de recursos para sustentar as greves; e de outro lado, os anarco-comunistas que não concordam em se federar entre eles, mas sim na constituição de uma greve geral revolucionária. Em 1890, comemorou-se também em Montevidéu a data do 1 de maio, como tinha sido aprovado pelos congressos operários realizados em Paris.

Particular relevância terá a constituição do *Centro Internacional de Estudos Sociais* (CIES), criado, em 1897, sob a iniciativa da Sociedade de Resistência Operaria-alfaiate, tornando-se um centro de referência para todas as centrais anarquistas até sua desapareição em 1928. Surgiu no seu lugar a fundação do *Ateneo Popular*, um centro político-cultural alternativo, que contou com a participação de intelectuais da época, como por exemplo, Florencio Sánchez.

Muitos anarquistas, expulsos de Buenos Aires pela Lei de Residência (1902), que facultava ao Poder Executivo da Argentina se “libertar” dos estrangeiros –agitadores– que perturbaram a paz social, passaram a residir em Montevidéu, fecundando o movimento sindical deste outro lado do Rio da Prata.

### 1.2.7.1 O movimento operário no “Batllismo”

Em 1905, funda-se a *Federação Operária Regional Uruguiaia* (FORU), cuja atuação se estende até o ano de 1923. No mesmo ano, há uma iniciativa socialista de fundar a *União Geral de Trabalhadores* (UGT), que não tem aceitação e desaparece. Em 1923, cria-se a *União Sindical Uruguiaia* (USU), de tendência majoritária anarco-sindicalista e com participação minoritária, no seu interior, de sindicatos comunistas. Com a expulsão dos sindicatos “vermelhos” da USU, por incentivarem a entrada desta central na *Internacional Sindical Vermelha*, em 1929, é formada a *Confederação Geral do Trabalho do Uruguai* (CGTU), expressão então do avanço das idéias marxistas no movimento operário. Por outro lado, a crise de 1929 encontra o movimento operário dividido em organizações sindicais diferentes.

O processo de fundação do *Partido Socialista* tem uma etapa “inorgânica”, até sua organização efetiva em 1910. Este processo inicia-se com o jornal “*El Defensor del Pueblo*”, em 1895, subtítulo “primeiro jornal socialista científico”. No mesmo ano da sua

fundação, este partido ocupa sua primeira cadeira no parlamento (com o Dr. Emilio Frugoni), usufruindo de uma conjuntura (a abstenção do Partido Branco ou Nacional), em aliança com o Centro Liberal, evita que as cadeiras da minoria sejam conquistadas pelo partido católico de nome União Cívica. Seu primeiro congresso data de 1912, e já em 1920, com a realização do oitavo congresso, por uma ampla maioria decidem aderir à *Terceira Internacional*, transformando-se, no ano seguinte, em *Partido Comunista*, quando outro congresso ratifica esta filiação<sup>30</sup>.

Temos que também levar em conta a prática do mutualismo, iniciada em 1853 com a fundação da *Asociación Espanhola de Socorros Mútuos*. Kruse (1994a) analisa o desenvolvimento desta prática até o ano 1910, registrando, como dissemos acima, a existência de 233 instituições (atingindo essas organizações, porém, para este autor, o montante de 250 a 300), e a maior parte de origem étnica (espanhola, italiana, francesa, alemã, suíça, napolitana, portuguesa, argentina e brasileira), outras “cosmopolitas”, e ainda outras (em número de 29) católicas.

Segundo Kruse (ibidem), não fica clara a relação deste movimento com as concepções do anarquismo proudhoniano que postulava a organização dos operários em coproprietários, desenvolvendo a propriedade mutual e federal dos meios de produção, prescindindo da existência do Estado e sem cair no comunismo que levava à ditadura do proletariado. Sua dúvida diz respeito à data da criação das primeiras organizações mutuals e à influência recebida do pensamento anarquista-proudhoniano.

López D’Alessandro (ibidem) documenta que, para a AIT Montevideana, o mutualismo, auspiciado pela Igreja, competia nos anos sessenta do século XIX com as organizações sindicais. Eles colocavam como contradição o princípio de “solidariedade” com o princípio de “socorro mútuo”. O problema estava em que através do “socorro mútuo” o operário não lutava por mudanças profundas, daí que eles sustentavam em 1884:

No es nuestra tarea, ni el momento éste, de discutir sobre los orígenes de las sociedades de socorro mutuo y sus fines. Pero sin miedo a que nadie nos desmienta, podemos decir, que con tales sociedades, el artesano no alcanzará a aliviar mínimamente las miserias por las cuales pasa él y su familia (La Lucha Obrera in D’ALESSANDRO, ibidem, p. 69).

É possível analisar a relação que o movimento sindical estabeleceu com a política “batllista”, a partir do posicionamento recíproco (governo e sindicato) diante a primeira

<sup>30</sup>A primeira votação em 1920 foi de 1297 a favor, 175 contrários e 275 abstenções, a segunda votação foi de 1001 votos a favor das 21 condições e 110 a favor, mas com emendas. A minoria não participou nesta última votação.

greve geral no ano 1911. Os operários do ônibus elétrico declaram greve tendo como demanda: aumento salarial, 8 horas de trabalho e readmissão de 9 operários demitidos pela empresa. Diante a intransigência patronal, conseguem o apoio da FORU que decide a greve geral. Em face desta decisão, os trabalhadores organizam espontaneamente uma passeata até a residência do presidente do país, conclamando as seguintes palavras de ordem: *Viva a greve! Viva Batlle!* Em lá chegando, um dos manifestantes, diante do presidente, diz:

La Federación Obrera ha decretado la huelga general, no como en otros países contra el Gobierno... que ha sabido mantener la neutralidad, sino contra las empresas que no han respetado las condiciones pactadas con los obreros. Así esta manifestación se despide Vos ...gritando Viva Batlle y Ordóñez!

Obtendo como resposta do presidente, a partir do terraço de sua casa:

Las leyes y el orden que estoy obligado a mantener por deber de mi cargo, no me permiten tomar una participación activa en vuestra contienda. Soy el encargado de hacer cumplir el orden y los derechos de todos los ciudadanos... y por lo tanto, el gobierno garantizará vuestros derechos mientras os mantengáis dentro del terreno de la legalidad. Organizaos, uníos y tratad de conquistar el mejoramiento de vuestras condiciones económicas, que podéis estar seguros que en el gobierno no tendréis nunca un enemigo, mientras respetéis el orden y las leyes (*in* D'ALESSANDRO, *ibidem*, p. 14).

A greve finalmente acabou com sucesso para os trabalhadores. E, neste episódio, pode-se ver a relação entre movimento operário e governo reformista de Batlle y Ordóñez (1903-1907 e 1911-1915). De um lado, para estes trabalhadores, a luta não é dirigida contra o governo e sim contra os patronatos; do lado do Estado, os governante agem com benevolência diante do conflito. No entanto, entre as duas presidências de Batlle, no governo de Claudio Williman (1907-1911), desenvolve-se uma política repressiva em relação ao movimento operário. É exemplar para ilustrar esta virada, a greve dos operários do trem em 1908, contra uma empresa de propriedade de capitais ingleses: o governo apoiou a intransigência patronal, chegando a proibir as reuniões do sindicato, assim como a permanência dos grevistas nas proximidades dos locais de trabalho. Assim a greve será derrotada, de forma tão exemplar, que foi preciso passar mais de 30 anos para que os operários do trem voltassem a se organizar sindicalmente (PINTOS, 1966; D'ELIA, 1969).

O *Foreign Office*, favorável à derrota deste conflito, fez o seguinte balanço:

[...] el Gobierno del Presidente Williman concedió a las autoridades de la Compañía Ferroviaria el apoyo más completo proporcionando guardias

militares para todas las estaciones, puentes y tanques de agua, además de enviar destacamentos de soldados para que viajaran en varios trenes. El resultado de esta enérgica actitud por parte del Gobierno del Presidente Williman, que representa un marcado contraste con la ‘actitud socialista’ de su predecesor, ha sido que el Gerente del Ferrocarril ha tenido éxito en su lucha contra los sindicatos. Despidió a todos los dirigentes de la huelga y los reemplazó con trabajadores no sindicalizados, a quienes las autoridades concedieron completa protección (*in* D’ELIA; MIRALDI, 1984, p. 88).

Na segunda presidência de Batlle (1911-1915), houve uma luta de nível superior em torno da lei das 8 horas de trabalho, chegando-se ser aprovada esta lei, em 1913, na Câmara de Representantes, culminando o processo dois anos depois com a sanção da lei na Câmara dos Senadores, já no governo de Feliciano Vera. As origens desta iniciativa remonta ao projeto de lei elaborado, em 1906, por Batlle y Ordóñez<sup>31</sup>, seguido de outra proposta do deputado socialista Emilio Frugoni, em 1911, que levou o governo a apresentar um novo projeto que, finalmente, é promulgado com alguns modificações.

Em 1917, o impacto de revolução bolchevique provoca um aumento da luta de classes, com repercussões no governo, estabelecido no marco da decisão de “parar” as reformas sociais. Esta decisão, decorria do fraco resultado eleitoral na eleição da Assembléia Constituinte de 1916, que tinha que propor a primeira mudança da lei fundamental. O presidente justificava assim este freio:

Las avanzadas leyes económicas y sociales, sancionadas durante los últimos períodos legislativos han alarmado a muchos correigionarios y son ellos los que han negado su concurso en las elecciones. Bien, señores, no avancemos más en materia de legislación económica y social, conciliemos el capital con el trabajo. Hemos marchado bastante aprisa. Hagamos un alto en la jornada, no patrocinemos más leyes de esta índole y aún paralicemos aquellas que están en trámite en el cuerpo legislativo (*in* PINTOS, 1966, p. 266-267).

Segundo Pintos (*ibidem*), esta era a segunda claudicação do Partido “Colorado” (a primeira foi no governo de Williman), desde que este tinha feito seu programa de governo de mudanças contrariando interesses dos latifundiários e do imperialismo inglês.

A Assembléia Constituinte introduz, na nova constituição, o direito de voto aos trabalhadores e analfabetos (mas ainda não estende à mulher, que só alcançará o reconhecimento deste direito na constituição de 1934); cria o Conselho Nacional de Administração,

<sup>31</sup>Antes tinham se apresentado algumas iniciativas no que diz respeito à regulamentação da jornada de trabalho, tais como: um projeto do deputado “colorado” Ricardo J. Areco, em 1904; e um projeto elaborado pelo Conselho Superior dos Círculos Católicos de Operários do Uruguai, proibindo o trabalho e o comércio nos domingos, que foi desconsiderado pelas suas conotações religiosas.

para a partilha do poder executivo com o Presidente da República, estabelece a autonomia municipal e a completa separação da Igreja do Estado.

Como expressão da nova relação de forças entre as entidades patronais, o governo e os operários, desencadeiam-se as greves dos anos 1916-17, envolvendo os trabalhadores da indústria frigorífica, situada no bairro “Cerro” de Montevideu. Nas lutas com a polícia, morre um operário - Meliano Goro, o que deu origem à ocupação pela política deste bairro periférico - que está unido/separado da cidade somente por uma ponte que atravessa o Arroio “Pantanosos”, conforme comprova a imprensa da época: *“Toda la zona, a partir del puente del Pantanosos se halla ocupada por fuerzas militares de los regimientos 6to. y 9no. de Caballería y del Batallón de Infantería 19”* (in D’ELIA; MIRALDI, 1984, p. 133). Em apoio aos operários desta indústria, a FORU realiza uma greve geral, mas que não consegue obter sucesso, sendo, finalmente, o movimento grevista derrotado.

Aqui, diferentemente do que acontecia com o transporte de trem, os capitais proprietários da indústria frigorífica eram majoritariamente norte-americanos, demonstrando o declínio do imperialismo inglês e avanço do imperialismo norte-americano, consolidado após a Segunda Guerra Mundial. Há também por parte do governo “batllista” uma atitude diferenciada diante destes dois países imperialistas: o confronto com o imperialismo inglês, e a atitude mais “branda” em relação ao imperialismo norte-americano.

Emerge deste quadro uma nova forma de trabalho sindical, na disputa da liderança detida pelo anarquismo no conjunto dos trabalhadores. Com a criação da **Federação Operária Marítima** (FOM), liderada por militantes sindicais socialistas, em 1918, inicia-se o deslocamento para as concepções marxistas. Nesse mesmo ano, este sindicato desenvolve um duro conflito, abrangendo cerca de 5000 operários e tendo como pauta: aumento de salários e jornada de trabalho de 8 horas para o trabalho diurno e 6 para o trabalho noturno. Através da mediação do ex-presidente J. Batlle y Ordóñez e do Presidente da Assembléia Geral do Poder Legislativo (Domingo Arena), chega-se a um acordo que significa uma vitória para os operários.

Nesse mesmo ano, a luta alcança níveis de mobilização e articulação até o momento desconhecidos. A greve dos trabalhadores marítimos (ainda em processo), seguida de outra, iniciada pelos trabalhadores do ônibus elétrico e os motoristas, têm como resposta uma forte repressão, produzindo a morte de vários operários nos confrontos com a polícia. Em reação à morte, em 8 de agosto, de Floro Ferrara, no dia seguinte, em seu funeral, há novas confrontações entre a polícia e os trabalhadores. Diante da agravamento da luta, a FORU decide pela **greve geral por tempo indeterminado**, que se inicia no dia 12 de

agosto e se mantém até o dia 15, em que a FORU volta atrás, suspendendo esta medida diante da dureza da repressão. Durante os dias de greve morre outro operário - Mario Rodríguez. Tendo esta greve geral ocorrida no mesmo ano em que se iniciava a “Reforma Universitária de Córdoba”, recebe o apoio dos estudantes organizados, configurando-se assim a primeira ação operário-estudantil na história do país. Essa articulação foi acrescida da pela aproximação dos intelectuais ao movimento dos trabalhadores, que passa a ser cada vez mais acentuada a partir da década de 1920. No final desses anos, a Federação de Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU) foi criada pelos estudantes.

Como já foi mencionado, os sindicatos expulsos de USU, por pretender associar a central à Internacional Vermelha, constituem, em 1929, a **Confederação Geral de Trabalhadores do Uruguai**. Nesse mesmo ano, acontece o Quarto Congresso Sindical Latino-americano, propiciando o surgimento da **Confederação Sindical Latino-americana**. Apesar do amadurecimento que o movimento sindical alcança no final dos anos trinta, como mencionamos antes, a crise de 1929 encontra o movimento sindical dividido, portanto, organizado em duas centrais sindicais.

### 1.2.7.2 O movimento operário no “neo-batllismo”

Nos anos quarenta do século XX, a partir das políticas de desenvolvimento industrial que caracterizam o “neo-batllismo”, registra-se o incremento quantitativo do proletariado assim como também de trabalhadores no setor estatal (na administração do governo, tanto como nas empresas públicas). A própria situação de guerra na Europa favorece o processo de industrialização por substituição de importações. Um fato muito importante foi a constituição de uma comissão de inquérito parlamentar sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores de iniciativa do deputado comunista Rodney Arismendi em 1938. Esta comissão logo após inspecionar 42 empresas, que empregavam mais de 23.000 operários, concluiu recomendando aumentar os salários dos trabalhadores (SALA DE TOURON; LANDINELLI, 1984). Aprovam-se também diversas leis sociais, resultando, em 1943, numa medida mais importante: a criação dos **Conselhos de Salários**, comissões por ramo da produção, integradas por representantes do setor empresarial, dos trabalhadores e do Estado, espaços de negociação de salários e de encargos dos trabalhadores (funções a serem cumpridas pelos operários). As mobilizações deste período trazem como resultado, em 1942, a constituição da *União Geral dos Trabalhadores*, com o destacado papel desempenhado pelos militantes do Partido Comunista do Uruguai (PCU) junto com militantes sociais e de outros partidos políticos. Entretanto, a classe operária per-

siste dividida, entre outros, com alguns sindicatos “autônomos” no setor dos funcionários públicos (onde predomina a ideologia nacional-reformista do “batllismo”). Marca ainda esta fragmentação a atitude dos militantes comunistas diante da greve dos trabalhadores da indústria da carne, em 1943, quando se opõem a sua continuidade, dividindo com esta atitude ao movimento sindical. Pensam que a greve nesse setor dificultaria o apoio às forças aliadas na frente de guerra. Posições semelhantes a essa atrasam o processo de unificação social e política dos trabalhadores.

Na década dos anos 1950, as lutas operárias alcançam um nível superior, levando, inclusive, o governo a decretar “estado de sítio” (conhecidas como medidas de segurança). Em meados dessa década, a produção industrial se mantém estancada (a pecuária já tinha alcançado seus limites expansivos, no marco da produção extensiva da propriedade latifundiária, na década dos anos trinta). Particular importância reveste esta década, com a realização do XVI Congresso do Partido Comunista, em setembro de 1955, quando o Partido Comunista passa a ser dirigido por Rodney Arismendi (1913-1989) em substituição a Eugênio Gomez (que era o secretário do partido desde a sua constituição). Este congresso pode ser qualificado como de renovação da linha política, talvez numa antecipação do espírito de renovação das deliberações do XX congresso do Partido Comunista da União Soviética, promovido um ano depois. Arismendi permanecerá na direção do partido até 1988, ocupando um lugar fundamental no processo de renovação e unificação do movimento sindical e das forças políticas da esquerda. A política do partido comunista referencia-se pelo leninismo e, em particular, pelas elaborações de Dimitrov da “frente única”, aprovadas na VII Conferência da III Internacional, em 1935<sup>32</sup>. Um processo semelhante se processa no Partido Socialista, cuja viragem corresponde a seu deslocamento do reformismo, de Emílio Frugoni, para o nacionalismo-revolucionário, de Vivian Trías.

A unificação do movimento sindical precisou enfrentar, durante a década do anos cinquenta, ao calor da “Guerra Fria”, a tentativa mais séria de criação de um movimento sindical anti-comunista, alinhado com o patronato e, com forte apoio das centrais sindicais dos EUA. Mas a central *Confederação Sindical do Uruguai*, criada em 1951, a partir do qual este movimento se movia, teve uma vida efêmera.

No final desta década, acontecem as grandes mobilizações operário-estudantis que influenciam grandemente a constituição da unidade de ação entre os operários e os universitários, na década dos anos 1960. Em decorrência dessas mobilizações, a Lei Orgânica da Universidade da República é sancionada, consagrando uma ampla autonomia para a

---

<sup>32</sup>Existe, entretanto, uma crescente assimilação do pensamento de Gramsci, em particular, a partir da década dos anos oitenta (Rico, (2001).

instituição que congregava a totalidade dos estudos superiores no Uruguai.

Esta aliança operário-estudantil marca fortemente o desenvolvimento do movimento sindical e social, chegando seus reflexos até a presente data. Um resultado desta intensa atividade social foi a derrota, nas eleições de 1958, depois de 93 anos de governo, do Partido Colorado, com a vitória do Partido Nacional. Com esta mudança no quadro político, inicia-se um processo de desmonte do arcabouço político-institucional, construído no interior do processo de industrialização por substituição de importações, característica da política “batllista”. Com o acúmulo de experiência obtida nos anos 1950, o movimento sindical caminhou no sentido da unificação: a auto-dissolução da UGT em 1959, convocatória a um congresso constituinte da central única, criação da *Central de Trabajadores do Uruguai* (CTU) em 1961, constituição da *Convenção Nacional dos Trabalhadores* (CNT) em 1964 como instância de coordenação sindical, convocatória do **Congresso do Povo** em 1965, para finalmente em 1966 a CNT se constitui como central sindical. Nesta central sindical se concentravam os sindicatos operários de larga experiência de luta junto com os novos sindicatos das camadas médias tais como: professores de ensino primário, secundário e universitário, bancários, etc. Participavam fraternalmente os estudantes universitários (Federação dos Estudantes Universitários - FEUU) e também diversos colégios profissionais<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup>O Sindicato de Assistentes Sociais do Uruguai (SASU), fundado em 1970, integrou fraternalmente a CNT, até a proibição das atividades sindicais pela ditadura em 1973.

Tabela 3: Processo da organização do movimento sindical no Uruguai

Criação	Organização
1885	Federação Regional da República Oriental do Uruguai
1885	Federação dos Trabalhadores do Uruguai
1905	Federação Operária Regional Uruguaia (FORU)
1923	União Sindical Uruguaia
1929	Confederação Geral do Trabalho do Uruguai (CGTU)
1937	Comitê de Organização e Unidade Sindical (COUO)
1942	União Geral de Trabalhadores do Uruguai (UGT)
1951	Comissão dos Grêmios Solidários
1959	Congresso Constituinte da Central de Trabalhadores
1961	Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT), como coordenação
1966	Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT), como central única

Fonte: SALA DE TOURON, L.; LANDINELLI, J. E. 50 años del movimiento obrero uruguayo. In: CASANOVA, P. G. (Coordinador). *Historia del movimiento obrero en América Latina*. México: Instituto de Investigaciones sociales de la UNAM - Siglo XXI, 1984. v. 4, p. 251 – 329.

Desta forma, chegou-se ao momento em que, como dizíamos no início deste capítulo, a unificação dos trabalhadores em uma única central sindical tem o sentido sócio-histórico da conformação do movimento dos trabalhadores em sujeito político, sendo que isto é causa e conseqüência da crise do particular regime de dominação política, baseado no “bipartidismo”, que caracterizou o “batllismo”.

Daqui para frente, a classe operária unificada e constituída em sujeito histórico, passa a ocupar o centro de cena política, marcando com sua presença os acontecimentos sócio-políticos das décadas seguintes, em particular durante o “furacão revolucionário” dos anos 1960.

### 1.3 A Crise do Uruguai “batllista”

A partir dos meados dos anos cinqüenta, o Uruguai passa por um longo período de crise sócio-econômica, assim como do sistema político baseado na co-participação no governo dos dois partidos políticos tradicionais, depois que o processo de industrialização

por substituição de importações, impulsionado pelo “segundo batllismo” (1947-1958)<sup>34</sup>, chega a seu limite. Entre as causas desta situação, identificam-se: a finalização da Segunda Guerra Mundial e da Guerra de Coréia, a reordenação de economia internacional de pós-guerra, com a criação de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT; hoje Organização Mundial de Comércio: OMC) etc.; a queda dos preços no mercado internacional da carne e da lã e o aumento dos preços dos produtos importados (deterioro dos termos de intercâmbio); assim como, a permanência de uma estrutura produtiva rural baseada na exploração extensiva do latifúndio herdada da época colonial e que não foi resolvida durante a transição ao capitalismo.

Em essência, o processo econômico gerado a partir dos últimos anos da década de 1950 significa a entrada do capital monopolista na economia, dando início a um processo de adequação da economia às novas demandas do capital transnacional. A técnica do planejamento e a conformação de uma tecnoburocracia são fenômenos que expressam essa nova inserção do capital monopolista na economia nacional, fazendo parte, desta mesma dinâmica, a desregulamentação da atividade econômica e a posterior tentativa de privatização de empresas estatais<sup>35</sup>.

Esta situação, de falta de crescimento da economia, vai gerar um aumento da luta de classes, dinamizada pela luta re-distributiva do excedente econômico. O retraimento da produção agropecuária já tinha acontecido a partir dos anos 1930, ainda que, por causa da situação internacional (a Segunda Guerra Mundial e a guerra de Coréia), não tenha tido uma repercussão negativa. Nos últimos anos da década 1950, a produção industrial também deixa de crescer. Como se verá mais adiante, a “saída” para esta situação foi na direção de explorar as “vantagem comparativas” da economia uruguaia no setor agropecuário, sem alterar, no entanto, a distribuição da propriedade da terra. Esta estratégia significava, ao mesmo tempo, abandonar o processo de industrialização, que somente produzia meios de consumo e não meios de produção, desencadeando um processo de desindustrialização progressivo<sup>36</sup>. Este duplo estancamento produtivo, agropecuário e industrial, é tanto causa como consequência da hipertrofia do setor de serviços de intermediação financeira. Neste quadro, o crescimento da burocracia estatal se torna um mecanismo de absorção de força de trabalho desempregada.

---

<sup>34</sup>Ver na nota de rodapé 9, na página 34, a diferencia entre o primeiro e o segundo batllismo.

<sup>35</sup>Falamos de tentativa porque de fato, por causa da intensa mobilização popular, a privatização das empresas estatais tem avançado pouco, ao longo das últimas décadas, em relação com países da América Latina.

<sup>36</sup>Esta é uma enorme diferença em relação à situação do Brasil, já que neste caso o processo de industrialização avançou no sentido da produção dos meios de produção, especialmente no período ditatorial.

Ainda que hierarquizemos a análise da dinâmica interna da formação social uruguaia, fica evidente que a dinâmica internacional constituída após a Segunda Guerra Mundial (a “guerra fria”, a afirmação da hegemonia norteamericana na área capitalista e especialmente na América Latina, a criação das instituições acordadas na Conferência de Bretton Woods realizada em 1944 (FMI e BM)<sup>37</sup>), explica a dinâmica interna neste período. Neste sentido, o triunfo da revolução cubana em 1959, assim como a resposta “política” norte-americana a ela (a *Aliança Para o Progresso*) criam ilusões, não apenas nas camadas populares como também em setores da “inteligência”, no sentido do avanço na busca de soluções dos gravíssimos problemas sociais do continente sem mudar o regime de produção.

No plano do sistema político, a crise vai se manifestar pela perda das eleições do Partido “Colorado”, no ano de 1958, depois de 93 anos no governo, e o advento do primeiro governo do Partido Branco ou Nacional. Este resultado eleitoral constitui um giro conservador da sociedade uruguaia em face aos problemas internos não resolvidos e a nova situação internacional de pós-guerra (D’ELIA, 1982), ao mesmo tempo sinaliza a possibilidade de deslocamentos na opinião pública que já não está tão amarrada às lealdades políticas tradicionais.

O triunfo do Partido Nacional foi favorecido pela constituição de um movimento social, de origem rural em 1951, a *Liga Federal de Ação Ruralista* – o “ruralismo” – liderado por Benito Nardone, que aderiu tardiamente (em agosto de 1958, na véspera das eleições nacionais de novembro de 1958) ao Partido Nacional. O crescimento desta liderança, que se apoiava nos setores mais tradicionais, caracterizou-se, paradoxalmente, pelo uso, pela primeira vez, do rádio como um instrumento de comunicação e de mobilização social. As idéias de Nardone eram claras e muito simples: frear o avanço do estatismo, defender a iniciativa privada e contribuir para o retorno dos lucros do setor agropecuário ao campo (ARTEAGA, 2000). Outros autores identificam uma linha de aproximação entre as idéias ruralistas e o pensamento da Democracia Cristã européia da “liberdade econômica planejada” (GARCÉ, 2002). Trata-se de uma proposta que hierarquiza a liberdade dos indivíduos no mercado e a concertação racional de interesses públicos e privados através do planejamento. Ou seja, entender o planejamento como um mecanismo racional de articulação de interesses sociais diversos (ou de conciliação entre as classes sociais própria da concepção corporativa de sociedade dos setores cristãos tradicionais), compatibilizando-os com os ideais liberais. Desta forma, explica-se este governo conservador que, ao mesmo tempo, inicia reformas liberalizantes (como a *Reforma monetária e cambiária*) e leve

---

<sup>37</sup>A mesmo tempo, a crise contemporânea do capital deu início à ruptura unilateral dos acordos de Bretton Woods, por parte dos EUA no ano de 1971.

adiante também a proposta do planejamento indicativo (como o *Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*). Este programa aponta para o abandono do projeto de industrialização, sustentáculo dos setores “batllistas” do Partido Colorado, e o retorno da exploração das “vantagens comparativas” do Uruguai como produtor de carne, couro e lã para o comércio internacional.

A aliança do “ruralismo” com o Partido Nacional (na verdade, uma fração desse partido, conhecida como “herrerismo”, em detrimento de outra fração, que votou na mesma legenda com outro candidato à presidência) foi muito frágil, e se quebrou um mês depois do triunfo eleitoral. Este mesmo partido volta a ganhar as eleições de 1962, ainda que, nesta oportunidade, tenha triunfado outra fração desse mesmo partido. Já nas eleições de 1966, o Partido Colorado retoma o controle do governo, triunfando sobre o Partido Nacional. Este retorno ao poder se faz acompanhar de uma reforma constitucional que fortalece as competências do poder executivo no enfrentamento da crescente mobilização popular. Uma novidade trazida por esta constituição, em relação à cultura político-institucional do Uruguai, é o presidencialismo, substituindo o regime colegiado, implantado pela primeira vez, por iniciativa de José Batlle e Ordoñez, na constituição de 1917<sup>38</sup>.

O triunfo do Partido Colorado, com esta nova constituição, por assim dizer “autoritária”, leva à presidência, coincidentemente, um militar de reserva. Dessa forma, o General Oscar Gestido assume a presidência, levando como vice Pacheco Areco, um obscuro político, praticamente desconhecido. Este se torna presidente da república menos de um ano depois, quando o presidente Gestido falece, e mostra, imediatamente, seu verdadeiro rosto, após a primeira semana tendo assumido o cargo, ao decretar a dissolução do Partido Socialista, da Federação Anarquista do Uruguai, do Movimento Revolucionário Oriental e de outros pequenos grupos de esquerda que tinham-se manifestado a favor da luta armada como forma de realizar a revolução. Também fechou os jornais *Época* e *El Sol*. Em 1971, realizam-se as últimas eleições antes do golpe de Estado de 1973, triunfando novamente o Partido Colorado, e com ele o setor que se identificava com o governo de Pacheco Areco (o “pachequismo”), e leva a presidência da república Juan Maria Bordaberry, que logo depois, em junho de 1973, dá o golpe de Estado, afundando a república na longa noite do fascismo<sup>39</sup>, no qual perdurará ao longo de quase 12 anos. Uma novidade desta eleição

<sup>38</sup> Outra novidade interessante foi a constitucionalização do direito à moradia. Foi a partir desta norma que posteriormente legislou-se sobre a moradia popular que teria uma grande repercussão sobre o campo de trabalho do assistente social naqueles dias.

<sup>39</sup> O Partido Comunista do Uruguai caracterizou como *ditadura fascista* o regime político instaurado a partir de 1973 no Uruguai. O fundamento desta caracterização estava nas teses de Dimitrov, aprovadas na VII Congresso da III Internacional no ano de 1935, onde o fascismo era definido como “*ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, e mais imperialistas do capital financeiro*”

foi a participação da Frente Ampla, uma coligação de partidos de esquerda que, para o caso do Partido Comunista, significa a materialização dos principais objetivos táticos e estratégicos aprovados na declaração programática do XVII congresso de 1958 (a formação da *Frente Democrática de Libertação Nacional* como expressão concreta da estratégia da Frente Única).

### 1.3.1 As mudanças na esfera econômica

Em 1959, no primeiro governo do Partido Nacional, aprova-se a *Lei de Reforma Cambiaria e Monetária*, dando início ao caminho na direção do desmonte do arcabouço político-institucional, construído desde as primeiras décadas do século XX, para proteger e estimular o desenvolvimento da indústria nacional. No ano seguinte, o governo firma a primeira carta de intenção (no total, serão cinco cartas de intenções até 1972) com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Este fato revela o início de uma nova forma de inserção internacional da economia uruguaia na ordem econômica dos grandes monopólios, ordem econômica esta que é capitaneada pelos EUA, através dos organismos internacionais, como é o caso emblemático do FMI, criados após a Segunda Guerra Mundial.

Os resultados da aplicação daquela lei significou o aumento das importações, o que levou ao aumento das necessidades de empréstimos internacionais para equilibrar o balanço de pagamentos, aprofundando assim o caminho para o endividamento externo que se consolidará nos anos 1980. Outra novidade, trazida por esse novo período de articulação com o processo de transnacionalização do capital, foi a criação da *Comissão de Investimentos e Desenvolvimento Econômico* (CIDE), no ano de 1959, começando atuar no ano seguinte, objeto posterior de análise neste mesmo capítulo.

A base econômica tradicional é a produção pecuária para o mercado internacional (ou dito de uma outra forma, a inserção ao mercado internacional se realiza através de produção pecuária), sendo que a produção agrícola é marginal e está basicamente voltada para o mercado interior. Durante o processo de acumulação originária, no período “militarista”, foi assegurada a propriedade da terra como meio de produção, e “liberada” a força de trabalho do trabalho rural (e sim meios de subsistência), disponibilizando-a para o assalariamento.

---

(DIMITROV, ). Trata-se, neste caso, de uma ditadura *sui generis* já que não conta com um verdadeiro partido de massas. Entretanto, na caracterização do PCU, as forças armadas ocupavam o lugar do partido de massas. Esta caracterização, que leva em consideração o conteúdo social do regime político, apesar dos problemas que possa apresentar, era superior em relação àquela outra que sustentou que este regime político era um regime “burocrático-autoritário” (O'DONELL, 1982).

Sobre esta base se constitui o desenvolvimento industrial que, no entanto, não inclui diretamente no bloco no poder os proprietários dos meios de produção da terra<sup>40</sup>. A indústria será financiada por uma série de mecanismos de transferência do excedente da produção pecuária e, por esta razão, dependerá do volume físico da produção pecuária e das vicissitudes do preço internacional deste produto. Registramos que o valor no mercado internacional dos produtos exportáveis não é (nem foi) uma variável controlada pelos próprios produtores nacionais; pelo contrário, o preço será um “dado” do mercado. No entanto, a inserção subordinada no mercado internacional, com a produção controlada nacionalmente, possibilita que a renda obtida pela troca internacional fique nas mãos dos produtores nacionais.

Nos anos trinta do século vinte o volume físico do gado ovino e bovino alcançará seu limite nas condições da exploração extensiva das fazendas (estas últimas herdadas do regime colonial e que por causa da transição prussiana –entendida como revolução democrático-burguesa bloqueada<sup>41</sup>– permaneceu incambiada), sendo que isto será o início da crise, que só se manifestará com toda sua intensidade no final dos anos cinqüenta (após a finalização da Segunda Guerra Mundial e da Guerra da Coréia), quando os preços internacionais dos produtos pecuários iniciem a declinar, levando a que o excedente não cresça em termos de valor colocando em “xeque” a política de industrialização e do crescimento do mercado interno via emprego industrial, salários e benefícios sociais.

O desenvolvimento industrial, que não passou da fase de produção de bens de consumo para o mercado interior com tecnologia importada, foi impulsionado através da intervenção do Estado, coletor da parte do excedente do setor primário, sendo orientado para a produção industrial e, também, em menor medida, para a agricultura. A produção industrial cresceu a uma taxa anual de 4.5%, entre 1936 e 1948, e a uma taxa de mais do 10%, entre 1948 e 1955 (ASTORI, 1986). Já, entre os anos 1955 e 1958, o crescimento da produção industrial é menor, correspondente a uma taxa de 1% anual. Assim, então, no final dos anos cinqüenta do século passado, os setores dinâmicos da economia, ou seja, a pecuária e o industrial para o consumo doméstico, estavam estancados. Esta situação

---

<sup>40</sup>No entanto, estes grandes proprietários da terra se organizam, em 1915, mediante a *Federação Rural* e, logo depois, a partir desta, no *Comitê Nacional de Vigilância Econômica*, para disputar diretamente o poder político, estando esta última organização atrás do golpe de estado de 1933. Antes, em 1871, encontravam-se organizados na *Associação Rural do Uruguai*, para impulsionar a modernização (conservadora) do campo, resultando no cercamento das propriedades rurais.

<sup>41</sup>Neste caso, a derrota da reforma agrária artiguista, de 1815, e dos sucessivos levantes dos caudilhos que culminam, em 1904, com a morte de Aparicio Saravia, na batalha de Masoller por parte das forças governamentais do Partido Colorado, significa o predomínio do elemento burguês (conservador) sobre o elemento democrático (popular), marca posterior do desenvolvimento do capitalismo nesta formação social.

torna-se progressivamente mais grave, na medida em que o Uruguai, diferentemente de outros países da América Latina, não se constitui em alvo de investimentos estrangeiros no setor produtivo. Por esta razão, começam a predominar os mecanismos de circulação, apropriação e utilização do excedente (a financeirização do capital), em detrimento dos mecanismos de geração desse excedente (o uso produtivo do excedente). Neste contexto de predomínio da circulação sobre a produção, instala-se a crise do “modelo” batllista, levando à hipertrofia das atividades financeiras, incrementado pelo processo inflacionário.

O estancamento da produção pecuária, verificado nos anos 1930, reflete a crise do capitalismo mundial nesse mesmo período, traduzida numa reestruturação do mercado internacional dos produtos pecuários, com uma acentuada diminuição da demanda, que torna pouco lucrativa a realização de investimentos no setor pecuário de estímulo à realização de investimentos produtivos, na busca do aumento da produtividade neste setor. Por outro lado o desenvolvimento do setor industrial, orientado para o mercado interno, altera parcialmente a inserção da economia nacional no mercado mundial, ao se tornar demandante de bens de produção em vez de produtos de consumo. Toda esta situação traz uma série de desequilíbrios, agrupados, segundo Astori (ibidem), em três grandes tipos:

a) o desequilíbrio no balanço de pagamento, ocasionado pela diminuição das exportações e a rigidez do padrão de importações dos bens de produção, que leva, progressivamente, ao déficit comercial, à perda das reservas internacionais, ao endividamento externo e à fuga de capitais;

b) no plano interno, uma hierarquização das atividades de intermediação financeira e especulativas, fazendo com que, segundo Astori (ibidem, p. 34), na década dos anos 1960, o Uruguai chegasse a ter o maior número de bancos por habitante na América-latina. Este crescimento do capital especulativo desembocou numa séria crise bancária no ano de 1965, quando o Banco Transatlântico foi intervindo pela autoridade pública e o Banco da República (um banco estatal) declarou moratória diante dos seus credores;

c) no campo social, a dinâmica da luta dos diversos segmentos dos trabalhadores para manter ou não diminuir sua participação na distribuição da renda. Neste campo, o processo inflacionário foi um mecanismo de redistribuição regressiva da renda e, portanto, de sua concentração. Para Astori (ibidem), o processo inflacionário corresponde a um período *fácil* de concentração da renda, ou seja, a um período em que a superestrutura político-jurídica conseguia ainda sobreviver e o Estado mantinha seu funcionamento tradicional de alianças e incorporação seletiva de demandas sociais. Com a ditadura, instaurada a

partir de 1973, o processo de concentração da renda, já não precisa apelar exclusivamente para este mecanismo, passando a agir diretamente sobre o salário dos assalariados, uma vez que os mecanismos de pressão e representação política e social destes foram proibidos. A violência com que se realiza este processo de reestruturação econômica, na direção da concentração da renda, está relacionada também ao fato de que o mercado de trabalho no Uruguai não se caracteriza por possuir uma abundante força de trabalho de reserva que possa pressionar “espontaneamente” os salários na baixa.

A inflação, principal problema que se instaura na sociedade uruguaia naquele momento, constitui, como diz Astori (ibidem), o principal mecanismo de reestruturação da base econômica tradicional no momento em que o Estado ainda conserva as funções arbitrais, características suas desde o primeiro “batllismo”.

Procura-se, na ditadura, ultrapassar a industrialização substitutiva de importações, voltada para o mercado interno, atingindo um processo de industrialização voltado para a exportação, no marco da mudança da modalidade de inserção da economia uruguaia no capitalismo transnacionalizado. Para esse fim, torna-se necessário ajustar os “custos” de produção e, em particular, os salários, “variável de ajuste” deste modelo (a diminuição do “custo Uruguai”). Esta estratégia, no entanto, têm exclusivamente como resultado o aumento do endividamento externo, por causa do déficit no comércio internacional, problema esse que não fica resolvido pela orientação exportadora da atividade industrial. Ao mesmo tempo, consegue atrair mais capital especulativo do que capital produtivo. Em 1982, com a crise conhecida como a “crise da tabelinha” (que significou a perda de valor da moeda que passou de N\$ 13,81 por dólar chegando no final do ano a N\$ 35 por dólar), esta estratégia revelou seu fracasso.

Notaro (2001) sublinha que, a partir da crise, surge um novo ator, o capital financeiro que se agrega aos atores já existentes: os pecuaristas, os industriais e os assalariados urbanos. A estratégia econômica que se consolidou foi concentradora de renda e socialmente excludente.

Tabela 4: Evolução do salário e do custo da cesta básica de alimentos familiar (1957-1973)

Anos	Salário real (Base 1957=100)	Cesta familiar (em pesos)
1957	100	565
1958	96,9	664
1959	89,7	920
1960	89,7	1.283
1961	84,6	1.573
1962	89,5	1.744
1963	88,2	2.110
1964	84,9	2.907
1965	81,1	4.721
1966	80,5	8.410
1967	86,0	15.501
1968	73,2	32.599
1969	82,1	39.336
1970	81,0	45.581
1971	85,2	57.151
1972	70,6	102.720
1973	69,4	200.879

Fonte: MELGAR, A. e CANCELA, W. *in* NAHUM et. al. *El fin del Uruguay liberal*. Montevideo: EBO - La República, 1998. (Historia Uruguaya, 10).

Nesta tabela, observa-se a estratégia do novo modelo de acumulação do capital, baseada no aumento da taxa de exploração da força de trabalho, que necessita, para isto, cada vez mais, apelar para o uso da violência, em substituição aos mecanismos de poder consensual instituídos na primeira metade do século XX.

### 1.3.2 A unificação do movimento operário

No ano de 1965, o primeiro “*Congresso do Povo*” se efetiva, embora tenha sido convocado um ano antes pela *Central de Trabajadores Uruguayos* (CTU) (central de influência comunista criada em 1942) e outros sindicatos, que procuram avançar na direção de sua unificação, coordenados pela *Convención Nacional dos Trabajadores* –CNT.

Nesse congresso foi realizada uma análise da situação do país, sendo aprovados um programa de soluções que, depois, vai se constituir num referente para o conjunto das forças populares. Neste momento, não se alcançou ainda a unificação do movimento sindical, que ainda se tentava curar das feridas deixadas pelas divisões decorrentes das divergências político-sindicais surgidas durante o período da Segunda Guerra Mundial. Dois pontos

fundamentais centralizaram seus debates, a saber: (1) programa de soluções à crise que vive o país, e (2) plano de luta que possibilite sua realização na prática (SIRI; PONCE DE LEON; SCHELOTTO, 1985). Nele participaram 707 organizações (operárias, de estudantes, de aposentados, pequenos agricultores, etc.), com 1376 delegados, representantes de um universo de 800.000 pessoas (levando-se em conta que a população do Uruguai nesse momento segundo o censo do ano 1963 não alcança os três milhões de habitantes, mais precisamente é de 2:600).

Segundo um dos economistas que participou na elaboração do programa (Alberto Couriel), este estava sustentado na realização de grandes reformas inspiradas no pensamento da Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina (CEPAL) e da Comissão de Investimentos e Desenvolvimento Econômico (CIDE)<sup>42</sup>: “*Prácticamente fue tomado del pensamiento de la CEPAL, del programa de la CIDE, pero reestructurado y adecuado más a las necesidades populares.*” (SIRI; PONCE DE LEON; SCHELOTTO, *ibidem*, p. 248). Este último organismo era presidido pelo Contador Enrique Iglesias, de longa atuação nos organismos internacionais (hoje presidente do BID). Observamos que o programa aprovado tinha uma orientação desenvolvimentista, correspondente à necessidade sócio-histórica desse momento: completar as transformações democráticas que tinham sido frustradas no período de acumulação originária, quando o desenvolvimento capitalista se encaminhou pelo via prussiana (ou modernização conservadora).

No ano 1966, houve, finalmente, a constituição de um centro único de direção do movimento sindical - a Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT)<sup>43</sup>- que sucedeu a dissolução da CTU. Esta organização, unificadora de todo o movimento operário, adota como seu programa o programa de soluções aprovado no Congresso do Povo. A CNT protagoniza enormes batalhas político-sociais, desde sua fundação até sua entrada na clandestinidade, em 1973 com o golpe de estado. Ela consegue sobreviver durante a ditadura, e renasce no ano de 1983 intitulada *Plenário Intersindical de Trabalhadores* (PIT), para logo depois, em 1984, com o retorno dos “velhos” dirigentes, se tornar PIT-CNT, expressão de uma solução de compromisso entre as tendências renovadoras e históricas que se confrontaram nos anos 1980.

As inúmeras greves, passeatas e mobilizações nas que os trabalhadores se engajam neste período, contribuem, através da própria experiência da participação nas lutas, para a politização mais intensa do seu movimento. Suas iniciativas passam a adquirir cada

<sup>42</sup>A Comissão de Investimentos e Desenvolvimento Econômico (CIDE) foi criada pelo primeiro governo de maioria do Partido Nacional, no ano 1959.

<sup>43</sup>Verificamos que seu nome não é Central, mas Convenção.

vez mais um caráter imediatamente político, superando assim o caráter particularista-corporativo para dar lugar a um perfil cada vez mais nacional-popular. Por esta razão, a organização sindical torna-se o ponto de referência para o conjunto das forças sociais opositoras, criticando o caráter anti-democrático, e anti-nacional das políticas do governo neste período. Prova do papel desempenhado pelo movimento sindical está na estreita relação com o movimento estudantil, especialmente os estudantes universitários. Esta relação com o movimento estudantil e, em geral, com os intelectuais, caracteriza este período, passando a se constituir num patrimônio político-cultural do movimento social uruguaio. Isto não é um resultado espontâneo da luta de classes, senão que responde a uma vontade do movimento do trabalhadores de se constituir numa força com a capacidade de hegemonizar o conjunto das forças sociais e políticas interessadas na afirmação democrática e no desenvolvimento soberano do país.

Esse amadurecimento do movimento dos trabalhadores pode ser observado nas greves no setor bancário, da empresa estatal de energia elétrica e telefonia (UTE) e dos trabalhadores da carne (indústria frigorífica), todas elas no ano de 1969. No caso da greve dos trabalhadores do setor elétrico, sua radicalidade é tão avançada que os trabalhadores chegam a cortar o fornecimento de energia elétrica, mediante uma operação de extrema complexidade técnica, além da radicalidade política. Esta tática de luta não tem caráter espontâneo, mas significa uma atitude cuidadosamente analisada, avaliada e levada adiante com consciência das suas conseqüências. A resposta do governo, a militarização dessa empresa, significa que os trabalhadores ficam submetidos à disciplina militar e obrigados a trabalhar para restabelecer o fornecimento do energia elétrica.

No setor financeiro, particularmente nos bancos privados, o governo recorreu, também, a sua militarização, mantendo os trabalhadores uma resistência durante mais de dois meses (CORES, 1999), quando conseguem a solidariedade do conjunto do movimento operário, culminando com um dia de paralisação geral. Toda esta mobilização trouxe como resultado a desautorização pelo Parlamento do Poder Executivo, tornando sem efeito a militarização desse serviço. Esta greve foi de enorme importância tanto por se tratar de um setor nevrálgico da economia, como também pelas características sociais e culturais destes trabalhadores de “colarinho branco” (RODRIGUEZ, 1979).

No caso dos trabalhadores de indústria da carne, um setor tradicional e, também, nevrálgico, do ponto de vista da extração do excedente econômico para a formação social uruguaia, a greve adquire características particulares por se tratar de uma indústria concentrada em uma zona da cidade capital do país (ainda que também existiam frigoríficos

em outros lugares do interior de país que também participaram desta greve). O governo militariza essa zona, da cidade de Montevideu, conhecida como o bairro do “Cerro”. Novamente, neste episódio, ocorre uma paralisação geral em solidariedade a estes trabalhadores, assim com uma grande passeata para o bairro do “Cerro” com participação de trabalhadores de outros setores do movimento operário.

Esta greve possibilita estender a organização sindical para o conjunto dos trabalhadores de indústria frigorífica (ainda existia sindicatos “autônomos” como por exemplo no frigorífico “Estabelecimentos Frigoríficos do Cerro S.A” (EFCSA) que mudou de orientação durante a greve de quatro meses), assim como também superar as dificuldades aparecidas desde o ano 1942, no momento de uma outra greve quando militantes do partido comunista se posicionaram de forma contrária a sua continuidade, receiosos de que o conflito viesse a comprometer o esforço de guerra dos exércitos aliados que lutavam contra o nazi-fascismo.

O ano de 1970 um longo conflito no setor do ensino secundário, culminará com a suspensão das atividades antes da finalização do período escolar. Desenvolve-se, ao calor deste conflito, as experiências dos “liceus populares”, com participação de alunos, pais e professores. O conflito foi originado pela perda de autonomia da órgãos responsáveis da condução do ensino secundário e técnico, quando o governo decidiu intervir nesses organismos designando diretamente às autoridades.

No interior do movimento sindical, existe uma intensa polêmica que, esquematicamente, podem se aglutinar em duas orientações: uma majoritária, influenciada pelos militantes comunistas, e outra minoritária, conhecida como a “tendência combativa” integrada por militantes anarquistas, anarco-sindicalistas (como por exemplo a Resistência Operário-Estudantil -ROE), simpatizantes do Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros (MLN-T), socialistas, e outros grupos da esquerda radical (CORES, 1999). Segundo Cores (ibidem, p. 27), a particularidade desta “tendência” está na insistência em um “plano de luta conjunta” que conduz a uma greve geral.

Para esse autor (e notório militante social), a idéia de um “plano de luta” provêm das concepções e da linguagem da resistência peronista, a partir de 1955, e não dos paradigmas da esquerda revolucionária dos anos 1960-1970. A corrente majoritária pauta sua ação na concepção da necessidade de construir uma força político-social da revolução, através de uma série de batalhas, que levem à unificação em torno da própria classe operária de todos os setores sociais, visando integrá-los neste processo, avaliando a necessidade ainda de “acumular mais forças”. Trata-se, para estes dirigentes, de atrair para o campo de gravitação do movimento dos trabalhadores o conjunto dos movimentos sociais, construindo

assim o sistema de alianças necessários para avançar na construção do bloco nacional-popular, capaz de realizar a revolução democrática e de libertação nacional, uma etapa necessária na estrada ao socialismo<sup>44</sup>. Especial importância usufrui, nesta estratégia, a capacidade de atrair as camadas médias urbanas e, em particular, seu setor mais sensível, a juventude universitária, sendo para isto necessário fazer o movimento universitário avançar do “terceirismo” para as concepções e táticas “unitárias”.

Antes de passar a analisar o movimento estudantil, registramos que as atividades da CNT foram proibidas pela ditadura em 1973, uma vez que, obedecendo a uma decisão tomada em 1964 (quando iniciou-se a ditadura em Brasil), o movimento operário decretou a greve geral contra o golpe de Estado que se manteve por quinze dias. A direção sindical passou a agir na clandestinidade até que, em 1983, ressurgiu como *Plenário Intersindical de Trabalhadores* (PIT) e, a partir de 1984, com a redemocratização, passa a se denominar PIT-CNT, adotando uma fórmula que integra a continuidade e também a renovação do movimento dos trabalhadores durante o período ditatorial, fórmula esta alcançada após uma aguda disputa de posições entre as práticas sindicais dos “renovadores” (uma espécie de novo sindicalismo) e dos “tradicionais”, reprodutora, ainda que em outros termos, da polémica entre a tendência combativa e a tendência unitária dos anos 1960.

### 1.3.3 O movimento estudantil

A organização dos estudantes universitários deita suas origens no início do século XX, primeiro numa Associação de Estudantes, que organiza o *Congresso Internacional de Estudantes Universitários*, em 1908, atividade precursora do que seria uma década depois, a *Reforma* que, logo em 1909, vem a ser substituída por uma *Federação de Estudantes Uruguaios*, desaparecida por volta do ano de 1917. Neste ano, os estudantes do ciclo “preparatórios” vão ser protagonistas de uma importante greve contra as autoridades institucionais, violentamente reprimida, resultando na invasão do prédio da Universidade onde os estudantes estavam refugiados por autoridades policiais. A experiência obtida pelos estudantes nesta “greve” leva-os a criar o “*Centro de Estudantes Ariel*”, de notável influência no posterior desenvolvimento do movimento estudantil<sup>45</sup>. Entre a liderança do movimento, encontrava-se o jovem estudante e posterior destacado intelectual nos anos sessenta, Carlos Quijano. Ele próprio lembrará posteriormente que a “greve do 1917” foi um antecedente da revolta de Córdoba de 1918 (VAN AKEN, 1990). Este centro de estu-

<sup>44</sup>Como se sabe, esta é uma concepção diferente daquela que sustenta a “revolução permanente” e que, em vez da “frente única”, aposta na estratégia de “classe contra classe”.

<sup>45</sup>O *Centro Ariel* iniciou a publicar sua revista no ano de 1919.

dantes, por seu posterior radicalismo, é um marco de um corte com as anteriores formas de organização estudantis, limitadas ao horizonte ideológico do liberalismo e do positivismo. Na revista publicada pelo centro de estudantes “Ariel”, começam a ser publicados artigos conclamando os estudantes a enfrentar os problemas sociais do Uruguai, mediante duas formas: extensão universitária e Universidades Populares. O “progressismo” das idéias dos estudantes deste centro não chegavam ao radicalismo de outros grupos estudantis da América-latina que, no caso dos estudantes chilenos, apelavam para a luta em favor do proletariado, ou dos estudantes peruanos, sob a direção de Víctor Haya de la Torre. Segundo Van Aken (1990), no ano de 1924, o Centro Ariel passa por um processo de re fundação, sob a direção de González Areosa, que o leva a adotar posições anti-imperialistas e de apoio ao proletariado, ainda que sem ter uma concepção claramente marxista. Na década dos anos 1930, o *Centro Ariel* destina sua forças na criação das universidades populares, dentro de uma orientação de aproximação aos problemas da classe operária. Esta proposta, aprovada no *Congresso Nacional de Estudantes*, de 1930, encaminhada pela recentemente criada *Federação de Estudantes Universitários do Uruguai* (FEUU), leva ao desenvolvimento de experiências de implantação de universidades populares, que se esgotam no início da década dos anos 1940, quando fechou a última delas e, junto com elas, também o *Centro Ariel*.

Em 1917, os estudantes careciam de um centro aglutinador, ficando separados em cada uma das faculdades. Nesse quadro, o centro estudantil mais forte era a Associação dos Estudantes da Faculdade de Medicina, que defendia, veementemente, a autonomia universitária e a representação dos estudantes no governo da faculdades e da universidade, e ao mesmo tempo lutava pela “missão social” da universidade na trilha do movimento de Córdoba. Aqui, igualmente à fundação do Centro Ariel, uma greve estudantil precipitou a fundação do *Federação de Estudantes Universitários do Uruguai*: uma greve na Faculdade de Direito, em 1929, preparada para obter amplo apoio dos outros centro de estudantes, desembocando em uma paralisação de quarenta e oito horas em toda a universidade. O resultado desde movimento esteve longe de atender as aspirações dos estudantes, conseguindo no entanto a criação da “Assembléia de professores e estudantes da Faculdade de Direito”, que será o embrião dos “Claustros” de faculdade.

A FEUU surge a partir do Comitê de Greve responsável pela preparação da greve geral dos estudantes da universidade, em apoio aos estudantes da Faculdade de Direito. No ano seguinte, foi organizado o *Congresso Nacional de Estudantes* que discutiu o tema da “Reforma Universitária”. A orientação deste tema não se esgotava nos problemas internos da universidade, como se pode ver neste informe do estudante de medicina, José

Pedro Cardozo, que depois será um destacado dirigente do Partido Socialista, ocupando o cargo de senador:

Reforma universitaria implica el compromiso de los estudiantes con un propósito de transformación social, terminando con la injusticia y la opresión política. Lograda la reforma, la Universidad tendrá que asumir la gran responsabilidad de resolver los grandes problemas sociales, tales como la penetración de un capitalismo extranjero que...caracteriza su acción por el desprecio a todos aquellos valores humanos que no significan un aprovechamiento económico y, más tarde, por el desconocimiento de las libertades políticas. (CARDOZO *in* VAN AKEN, 1990, p. 93)

Desta forma, a recentemente Federação de Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU) envolvia-se diretamente na luta pelo programa reformista, tomando nas suas mãos as bandeiras que tinham sido levantadas, inicialmente, pelo Centro Ariel. Este programa reformista alcança sua materialização com a aprovação da Lei Orgânica da Universidade, em 1958, após uma intensa mobilização estudantil e operária.

Durante a Decania de Emílio Frugoni (fundador do Partido Socialista) na Faculdade de Direito, o “Claustro” daquela unidade de ensino elabora uma proposta de Lei Orgânica da Universidade (conhecida como Estatuto da Universidade), em 1934, estabelecendo a completa autonomia da educação superior, a representação estudantil e a gratuidade da educação superior. No ano de 1935, o “Claustro” da Universidade aprova a proposta de Estatuto da Universidade, além de eleger o filósofo Carlos Vaz Ferreira, como Reitor da Universidade. O governo de Terra aprovou a designação do novo reitor e, além de não aprovar o novo estatuto da Universidade, separou o ensino secundário da esfera da Universidade da República. No ano de 1950, a FEUU designou um grupo de trabalho para redigir uma proposta de Estatuto Universitário a ser encaminhada para a Assembléia do Claustro. O processo constituinte, de 1951, propiciou espaço político para que, após uma intensa mobilização, fosse incluído na nova Constituição o reconhecimento da autonomia universitária. Após sua aprovação, o Claustro da Universidade designou uma comissão para elaborar uma nova proposta de Lei Orgânica, reproduzindo em linhas gerais a proposta do Claustro de 1935. Sob o reitorado de Mario Cassinoni (um ex-dirigente estudantil da Faculdade de Medicina e destacado dirigente do Partido Socialista), finalmente, os órgãos da Universidade aprovam o projeto de lei que será encaminhado ao ministério de Instrução Pública para ser examinado pelo Parlamento. Após uma intensa pressão por parte do movimento estudantil, dirigido pela FEUU (que nessa época já tinha uma direção de orientação majoritariamente anarquista) sobre o parlamento, que unia as suas próprias reivindicações às de vários sindicatos de trabalhadores, obteve-se a aprovação

de *Lei Orgânica da Universidade* em 1958. Esta consagrava autonomia da Universidade, mediante a co-gestão, partilhada por professores, estudantes e profissionais (ou formados), a designação de professores por concurso público, por um período não superior a cinco anos. Os Conselhos de Faculdade seriam integrados pelo Decano, cinco professores, três estudantes e três formados; os Claustros de Faculdade, por quinze professores, dez formados e dez estudantes. O Reitor seria eleito pelo Claustro Geral da Universidade, por um período de quatro anos, e os decanos seriam eleitos pelos claustros de cada faculdade por igual período. Finalmente, o Conselho Diretivo Central, órgão superior da Universidade, seria constituído pelo Reitor, um representante por cada faculdade, e três representantes por cada um dos segmentos.

### 1.3.3.1 O radicalismo estudantil

Van Aken (1990), inconsolado, reconhece que a fonte principal do radicalismo estudantil está no “espírito anti-imperialista”, que marcou à *intelligenza* uruguaia desde o início do século XX e que tem, na figura de José Enrique Rodó<sup>46</sup>, uma clara expressão, ainda que o anti-imperialismo deste seja “cultural” (rejeitando apenas os valores utilitaristas da sociedade norte-americana). Para Van Aken (ibidem, p. 146) “*El factor más importante para el desarrollo del radicalismo estudiantil no fue sin embargo la desilución con la democracia ni la misión social de la Reforma Universitaria, sino más que nada el espíritu anti-imperialista*”.

Esta atitude voltada para as idéias da esquerda terão um giro na direção do “anarquismo”, nos anos 1950 e nos primeiros anos da década seguinte, expressa na tendência política conhecida como “terceirismo”. Segundo Van Aken, os anarquistas chegam a ser maioria no secretário de FEUU, no ano de 1958, culminando assim a influência que paulatinamente vinham conquistando durante os anos 1940-1950.

O “terceirismo” ganha força na federação de estudantes a partir do início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, quando se difunde uma posição de rejeição aos regimes nazi-fascistas, mas também às nações “imperialistas e capitalistas” da Europa. Esta posição se consolida quando entram na guerra os EUA e a URSS, afirmando-se a posição de equidistância do movimento estudantil em relação aos países “imperialistas”. Na condição de “libertários”, os “terceiristas” rejeitam tanto o capitalismo como o “socialismo real”, já

<sup>46</sup>A expressão “Ariel” é uma alusão à obra deste escritor, José Enrique Rodó, “mestre da juventude”, que a conclama seus segmentos mais cultos a defender a herança cultural de origem greco-latina, diante do avanço da cultura utilitarista dos EUA. Este escritor, diferentemente do filósofo Carlos Vaz Ferreira, não era simpatizante do “batlismo”.

que, neste último caso, a revolução não tinha sido construída num processo de “baixo para cima”, e sim por uma “ditadura do proletariado” sendo, por esta última razão, ferrenhos opositores às práticas dos partidos comunistas nos movimentos sociais. No entanto, esta oposição não quer ser qualificada de “neutra”, em relação ao conflito de classes, já que seus adeptos são inteiramente a favor do proletariado ainda que não aceitem a “ditadura do proletariado”.

Com o triunfo da revolução cubana em 1959, e a posterior definição socialista em 1962, as posições terceiristas encontram progressivamente cada vez mais dificuldades em identificar a URSS com uma potência imperialista, com o mesmo status que os EUA. Desta forma, começam a ganhar influência no movimento estudantil as posições “unitárias”, deslocando os “terceiristas” como predominantes. Não deve ser desconsiderado também o papel que jogou neste processo de definição ideológica o crescente envolvimento dos EUA na guerra de Vietnã (entre 1965 até 1975 quando se retiram derrotados). A virada na direção da FEUU se consumou em 1960, quando os militantes socialistas quebraram sua aliança com os “terceiristas”, passando a constituir uma nova aliança com os militantes da juventude comunistas, e militantes independentes, aliança que era conhecida como “unitários”. O detonador desse giro foi a força de atração da revolução cubana nas figuras de Ernesto “Che” Guevara e de Fidel Castro. A partir deste momento, os “unitários” conquistaram a maioria em vários centros estudantis que integravam o Conselho Federal e, desta forma, obtiveram a maioria na direção da federação de estudantes. Em 1963, finalmente, foi escolhido Secretário Geral da Federação de Estudantes o militante da juventude comunista Horacio Bazzano.

A aliança dos “unitários” constituída por comunistas, socialistas e independentes não era homogênea, já que entre os comunistas e os socialistas e independentes existiam diferenças em relação aos passos concretos que seriam necessários para alcançar o socialismo, estando no entanto unidos pela comum admiração ao processo cubano. Do lado dos “terceiristas”, a aliança estava constituída por anarquistas, trotskistas e comunistas pró-chineses, e também tinham importantes distinções, ainda que estavam unidos na rejeição as concepções e práticas dos militantes comunistas.

Com o surgimento de uma nova agremiação, integrada por estudantes católicos de esquerda e independentes, com notória simpatia com o Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros, esta passa a se constituir em um ator fundamental no movimento estudantil, obtendo, no ano de 1966, a maioria dos cargos do Conselho Federal. Registramos que no ano de 1966, surge publicamente o *Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros*, que

será, de longe, o principal grupo guerrilheiro no Uruguai. Igualmente ao ocorrido com o movimento sindical, as duas forças que mais gravitavam eram aquelas hegemônicas, de um lado, por militantes do Partido Comunista, e do outro, por aqueles que se identificavam com a “tendência combativa” agrupada, ainda que não de forma exclusiva, em torno das concepções dos militantes da esquerda “armada” (radical, combativa, que hoje se (auto)denomina “social”).

O período 1968-1973 pode ser caracterizado pelo ativismo político dos estudantes, com a destaque para o grande protagonismo dos secundaristas, em que o radicalismo político era ainda mais acentuado que entre os universitários. O movimento guerrilheiro se alimentou particularmente, a partir do ano de 1968, para seu recrutamento, dos estudantes mais do que da própria classe operária (depois da queda da direção histórica do MLN-T –ver mais na frente no item 1.3.6 na página 99. Era comum uma divisão de tarefas, entre comunistas que trabalhavam com o movimento operário e os “tupamaros” que trabalhavam mais com o movimento estudantil).

Os estudantes universitários foram particularmente sensíveis, em 1964, com a chegada em Montevideu da primeira marcha dos “cortadores de cana”, como eram denominados esse setor de trabalhadores do campo, originários do departamento de Artigas<sup>47</sup>, organizada e dirigida por Raúl Sendic, que naquela data ainda era um destacado dirigente do Partido Socialista, responsável pela organização sindical dos trabalhadores rurais, fundador do sindicato dos trabalhadores cortadores de cana de açúcar (UTAA), como uma forma de organizar o proletariado rural. Nessa marcha a consigna dos “cortadores de cana” era “*Pela terra e com Sendic*”, sendo que os militantes comunistas tinham procurado infrutuosamente mudar essa palavra de ordem por outra que dizia: “*Reforma agrária si, latifúndio não*”. Estranha afinidade entre os estudantes e estes trabalhadores que expressavam um setor de proletariado particularmente atrasado do ponto de vista das suas condições de trabalho. Consideramos atrasado pelo fato de ser um setor do proletariado que produzia mais-valia absoluta e não relativa, sendo um exemplo de uma forma de exploração da força de trabalho por parte do capital que, parafraseando a Barrán (1993), denominaríamos de “bárbara”<sup>48</sup>. Na extração da mais-valia absoluta, temos ainda a subordinação formal do trabalho ao capital, enquanto que na extração de mais-valia relativa consolida-se a subordinação real do trabalho ao capital. Se estes trabalhadores expressavam a sobrevivência dessa forma “bárbara” de exploração do trabalho no seio de uma sociedade “civilizada”

<sup>47</sup>O departamento de Artigas fica ao norte do Uruguai, na fronteira com o Brasil.

<sup>48</sup>Na cultura bárbara analisada por este autor no século XIX no Uruguai as relações sociais são caracterizadas pela morte e a violência.

(ou disciplinar), os estudantes eram pelo contrário, expressão do “disciplinamento” civilizatório que tinha caracterizado a modernização da sociedade uruguaia, especialmente por obra do “batllismo” (através, principalmente, de um estendido sistema educativo e em proporção não desprezível pelo sistema sanitário).

Os estudantes secundaristas passam a ocupar uma posição de destaque nas mobilizações do ano de 1968, que tem início a partir da reivindicação de redução do valor da passagem de ônibus (a “passagem estudantil”) já que, por causa do processo inflacionário, que se vivia naqueles dias, criava-se uma não correspondência entre a estagnação dos salários dos trabalhadores (inclusive, pais dos alunos) e a elevação dos preços dos serviços e material de consumo.

Neste sentido, a luta pela passagem estudantil formava parte de luta contra a inflação, sendo que esta última era um mecanismo que transformava rapidamente em ilusório o valor da moeda (portanto, lutava-se contra os valores “ilusórios” que constituíam o *ethos* da sociedade uruguaia). A mobilização começou na *Universidad do Trabalho* (uma instituição pública de formação técnica), seguida pelos estudantes secundaristas propriamente dito. A medida que o conflito foi se alongando no tempo, fez coincidir com as mobilizações dos estudantes universitários que lutavam (como acontecia todos os anos) pelo aumento do orçamento universitário, que incorporaram também a luta pela queda do valor da passagem de ônibus. Foi no quadro desta mobilização que a organização que centralizava os diversos centros dos estudantes secundaristas<sup>49</sup> foi superada pelo movimento espontâneo dos alunos que passaram a se organizar através de assembléias por turma, rejeitando a delegação de representantes (“todo o poder às assembléias por sala de aula” diziam). O movimento adquiriu assim uma dinâmica própria de radicalização progressiva, que se manifestou na mudança da própria reivindicação, deixando de ser a “passagem estudantil” para ser a “passagem popular” e a estatização da principal empresa de ônibus urbano da cidade. Os confrontos na rua com a polícia se sucedem, aumentando de intensidade, produzindo assim as primeiras vítimas entre os estudantes que marcarão o movimento estudantil<sup>50</sup>. Estes estudantes optavam pelo radicalismo político e pela ação direta como uma forma de “desnudar” a falsidade do sistema de mediações político-institucional, que ocultavam a “verdadeira” violência do regime. Ao mesmo tempo, que a ação direta rejeitava as mediações políticas, também rejeitava as “palavras” (e por esse caminho as construções teóricas) que impediam a ação subjetiva (a ética da “autenticidade”), prisioneira das “leis objetivas

<sup>49</sup>Trata-se da *Coordenação de Estudantes Secundaristas do Uruguai* CESU, que era hegemônica pela Juventude Comunista até 1968.

<sup>50</sup>O primeiro estudante, de nome Liber Arce, foi morto em 14 de agosto de 1968, sendo esta data considerada daqui pela frente pelo movimento estudantil como o “Dia dos Mártires Estudantis”.

da história” dos “acadêmicos”.

É aqui, neste contexto, que surge a idéia que os termos “burguês” e “proletário” se referem a um “estilo de vida” ou a uma “escala de valores” mais do que uma expressão da relação com uma classe social. Desta forma, segundo a “escala de valores”, livremente escolhida, era possível ser “burguês” ou “proletário”, significando isto uma ampla autonomia das práticas políticas em relação com as classes sociais. É por esta razão que diversas agremiações políticas estudantis reivindicavam serem mais proletárias (mais revolucionárias) que os próprios trabalhadores que, por sua vez, tinham-se transformado em “burgueses”.

No próximo capítulo analisamos o processo de crescente autonomia das práticas políticas em relação com as estruturas econômicas, que está na base da chamada cultura ou condição pós-moderna contemporânea (JAMESON, 1991) e que têm seu fundamento no “fetichismo do capital”.

### 1.3.4 Novas organizações e espaços sociais

Nestes anos surgem os “Institutos Técnicos”, que podem ser considerados como embriões das “Organizações Não Governamentais” (ONGs). Estas se constituem em um novo espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais, sendo que neste novo campo de trabalho, os profissionais estabelecem um contato mais estreito com as propostas “desenvolvimentistas” e “modernizadoras” no trato da “questão social”. Em termos gerais, estas organizações se fortalecem durante a ditadura, quando passam a ocupar um espaço de resistência diante do poder ditatorial do Estado. Na redemocratização, perdem progressivamente o caráter de antagonistas do Estado, assumindo cada vez mais um perfil de “Organizações neo-governamentais”, na medida em que fazem parte da trama privada do Estado, através das parcerias. Neste último aspecto, estas organizações atuam no sentido de traduzir e articular demandas particulares direcionadas para o fundo público – a riqueza concentrada no poder do Estado que, segundo Francisco de Oliveira (citado por RIDENTI, 1995), daria lugar ao surgimento do anti-valor. O acesso aos recursos do fundo público passa a se tornar um dos eixos das lutas sociais e políticas contemporâneas. Estas organizações privadas cada vez mais administram parcelas significativas do fundo público através do financiamento das suas atividades por parte do Estado. Para Ridenti (ibidem), as novas camadas médias estão localizadas justamente nas instituições que controlam o acesso a este fundo público, realizando a intermediação entre o público e o privado. Por elas passa *“o acesso às diversas formas de fundo público que regulam a reprodução dos capitais privados, assim como a reprodução da força de trabalho, e de outros interesses mais difusos*

ao nível da totalidade da sociedade” (OLIVEIRA in RIDENTI, ibidem, p. 21).

Exemplos destas instituições são o *Centro Cooperativista do Uruguai* (CCU) em 1961, o *Centro de Assistência Técnica e Social* (CEDAS) em 1970, ambas vinculadas aos planos de construção de moradias populares pelo mecanismo de “ajuda mútua” num regime de propriedade cooperativa. Enquanto que o CCU tem uma longa existência<sup>51</sup>, ampliando o escopo das suas atividades a outras experiências cooperativas no campo da produção, o CEDAS se caracteriza por uma vida mais acidentada, trabalhando fundamentalmente com sindicatos de trabalhadores em experiências de construção de cooperativas de casas populares, pelo regime de ajuda mútua no período pré-ditatorial, permanecendo praticamente inativa durante a ditadura. Nesta última ONG, trabalhavam assistentes sociais, identificados com a perspectiva que qualificamos de “comunicação racional” e que, neste caso, procuravam desenvolver uma prática profissional ancorada no movimento operário.

Enquadra-se, também, nesta época a experiência de uma original organização social *Manos del Uruguai*, fundada em 1968, na que trabalham vários assistentes sociais<sup>52</sup>. Na prática profissional, desenvolvida nesta instituição, materializa-se uma forma muito clara a perspectiva que denominamos de “modernizadora” ou “sociológica”. A particularidade desta instituição, que congrega mulheres de origem rural vinculadas ao tecido da lã, a partir de uma iniciativa de um grupo de indivíduos com notórias relações com as classes agrárias dominantes, está em se tratar de uma organização social com objetivos econômicos. Destarte, neste tipo de experiência constituiu-se uma forma de intervenção profissional que não dependia nem do financiamento estatal, nem da ajuda internacional<sup>53</sup>, mas “apenas” da produtividade da própria organização social/empresa. Para os autores da pesquisa sobre os *Elementos do perfil profissional do Serviço Social: Uruguai* (GERPE DE BELLINI et. al., 1980), claramente identificados com esta perspectiva, experiências como estas, eram consideradas, em 1980, as “mais dinâmicas e criativas”.

Em 1973, a criação do *Centro de Investigações e Desenvolvimento Cultural* (CIDC), de origem ecumênica, teve como finalidade a realização de um trabalho social com populações “faveladas” (“cantegril” como são denominadas as “favelas” no Uruguai), consistindo esta instituição na principal promotora da perspectiva profissional da “educação popular”. Para os autores da pesquisa já referenciada (GERPE DE BELLINI et al., ibidem, p. 206), estas experiências profissionais tendiam “a reproduzir –em um esquema teoricamente mais avançado– pautas muito tradicionais do Serviço Social ’benfeitor’”.

<sup>51</sup>Ainda hoje contínua operando.

<sup>52</sup>Uma análise particularmente aguda desta experiência pode ser encontrada em De Martino (1988).

<sup>53</sup>Malgrado ter recebido financiamento tanto externo como interno para iniciar a experiência.

Ao mesmo tempo, surgem os institutos de pesquisa social, sendo de particular relevância o *Centro Latino-americano de Economia Humana* (CLAEH), fundado em 1958, vinculado ao pensamento democrata-cristã da América Latina. Esta instituição se constituiu no principal centro, privado, de investigação social, no Uruguai, até a década dos anos 1980, concentrando, durante o período ditatorial, uma grande parte da intelectualidade progressista. Vinculado também ao pensamento cristão funda-se a *Associação Sindical Uruguaia* (ASU) em 1960.

### 1.3.5 A unificação da esquerda e a “política de frente”

Nesta década materializa-se a crise do sistema político dominante, organizado em torno de dois grandes partidos “tradicionais” –o Partido “Colorado” e o Partido Branco ou Nacional– o primeiro no governo desde o século XIX (1865) até meados dos anos cinquenta do século XX (1958) e o segundo na oposição<sup>54</sup>, assumindo o governo no ano 1959 quando consegue ganhar as eleições<sup>55</sup>. Este partido continua a obter maioria também nas eleições do ano 1962, mas nas eleições seguintes (1966) volta a ganhar o Partido “Colorado”, acontecendo a mesma coisa nas eleições do ano 1971, última antes do início da ditadura. Nesta última eleição também se apresenta a *Frente Ampla*, conseguindo quebrar o monopólio do poder político dos partidos tradicionais, mesmo sem obter uma vitória eleitoral nos cargos executivos em disputa.

A estratégia “frentista” registra antecedentes já nos anos trinta do século passado, em face do avanço do fascismo, quando a Terceira Internacional aprova a tática da frente única, movida por impulsos de obter mudanças, o que se refrata nas diferentes realidades nacionais. No Uruguai tinha se ensaiado um primeira experiência de unidade quando, em 1936, realizou-se o *Congresso do Frente Popular* para conformar a *Frente Popular*, que finalmente não consegue lograr êxitos. Ainda assim, os partidos de esquerda (fundamentalmente os partidos Socialista e Comunistas) se engajaram em forma conjunta na luta em apoio à República Espanhola. No entanto, se fez necessário aguardar até a conjuntura dos anos 1960 para que estes esforços unitários coagulem na conformação da Frente Ampla.

A crise social, que se instaura no Uruguai, a partir do final dos anos 1950, é acompanhada de uma mudança na concepção e na direção das forças de esquerda, fundamentalmente, os partidos da classe operária (Socialista e Comunista). Vai ser relevante, também,

<sup>54</sup>Na verdade, participou no governo de tipo colegiado mas de forma subordinada.

<sup>55</sup>Em realidade, no ano 1925, o Partido Nacional ganhou as eleições para a renovação parcial do Conselho Nacional de Administração, mas pelo caráter parcial da renovação das autoridades a maioria desse Conselho continuou nas mãos do Partido “Colorado”.

a mudança no Partido União Cívica que se constitui em Partido Democrata Cristão, adotando uma orientação progressista muito diferente daquela que predominava nos mesmos partidos na Europa e na América-Latina (como no Chile). A mudança aponta na direção da unificação destas forças em uma frente única<sup>56</sup>. O “batismo de fogo” desta estratégia, para os partidos comunista e socialista (cada um deles desenvolveu suas próprias alianças pelo qual não compareceram ainda juntos nas eleições) foi no ato eleitoral do ano 1962. Ai a frente política, hegemônica pelo Partido Comunista do Uruguai (PCU), sob o nome emblemático de FIDEL (em castelhano: **F**rente **I**zquierda **D**E **L**iberación) consegue um avanço eleitoral inédito na sua história. Por seu lado, a Frente política, polarizada em torno do Partido Socialista, de nome *União Popular*, registra um fracasso eleitoral que entre outras conseqüências, deu origem, por desprendimento de alguns de seus integrantes, o Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros (MLN-T)<sup>57</sup>.

Com o agravamento da crise econômico-social, as forças políticas dos partidos tradicionais começam a apresentar, cada vez mais, dificuldades para manter a unidade interna em cada uma das formações políticas, dando origem a um processo de fragmentação, o que contribui para que algumas frações se desloquem para a esquerda e, finalmente, integrem-se na conformação da Frente Ampla. Exemplos desta situação são encontrados no grupo do Partido Colorado, “Pelo governo do povo”, dirigido por Zelmar Michelini<sup>58</sup>, e no grupo do Partido Nacional, “Movimento Branco Popular e Progressista” liderado por Rodriguez Camusso. Estes dois grupos políticos têm uma grande importância, junto com o Partido Democrata Cristão, na efetivação político-institucional da Frente Ampla, porque é deles a iniciativa da convocatória pública para a constituição dessa força política, constituída no dia 5 de fevereiro de 1971. A particularidade organizativa desta força política consiste na articulação em torno de um acordo político partidário, de personalidades políticas (denominados como “cidadãos independentes”) e um movimento de organizações de base (trata-se então de um movimento político e de um acordo intra-partidário). Outra característica é a destacada participação de um grupo de militares reformados na própria conformação desta nova força política. Sem dúvida nenhuma, o General Líber Seregni (1916-2004) se afigura como o personagem mais representativo desses militares, tendo sido o presidente desta coalizão desde sua criação até o ano de 1990, passando mais de

<sup>56</sup>O PCU baixo a direção do Rodney Arismendi reivindicava as conclusões do VII Congresso da III Internacional (Internacional Comunista) do ano 1935 elaboradas pelo dirigente húngaro Dimitrov.

<sup>57</sup>Segundo Bonino (1988) “*En su origen, el MLN parece haber surgido como “brazo armado” del Partido Socialista; sin embargo no jugaría por mucho tiempo ese papel. El 25 de agosto de 1965, en un volante, la organización firmaba por primera vez con el nombre Tupamaros.*”

<sup>58</sup>Este grupo político recebe a influência do desenvolvimentismo cepalino, através do economista Luis Faroppa –que fora diretor do Instituto de Economia da respectiva Faculdade–. Será a fração do Partido Colorado mais afetada pelo desenvolvimentismo.

dez anos na cadeia (ficou detido entre 1973 e 1974, e novamente entre 1976 e 1984).

Tudo este longo período, que se estende desde o ano 1959 (primeiro governo do Partido Nacional) até a instalação da ditadura no ano 1973, tem sido estudado pelas ciências sociais do Uruguai, com base em diferentes perspectivas. Assim, por exemplo, Francisco Panizza (1990), a partir de um ponto de vista gramsciano, pergunta, não porque aconteceu a ditadura, senão porque ela demorou tanto tempo em se estabelecer. A resposta está na organização do consenso pelos partidos políticos tradicionais, que consegue integrar uma pluralidade de demandas democráticas, sem romper com os elementos institucionais e discursivos do período oligárquico pelo mecanismo do **transformismo**, descoberto por Gramsci, analisando o “Risorgimento” italiano nos *Cadernos do Cárcere*. A crise política no Uruguai que dará passo à ditadura “*no fue el resultado de una crisis de ‘populismo’*. *Fue el colapso del transformismo*” (PANIZZA, ibidem, p. 204; grifos no original). Outros autores fazem referência à constituição de organizações antisistêmicas, como o MLN-T e as Forças Armadas, em face da crise dos partidos tradicionais. Esta crise está relacionada à ausência de um sistema de normas que fundamenta o Estado-nação, enquanto instituição integradora e universalizadora. Esta ausência do Estado-nação conduz a um sistema político “fragmentário e particularista”, manifestada na prática política da “co-participação”, o que por sua vez impulsiona práticas clientelísticas, levando, no final, a uma queda da eficiência do sistema político e daí a sua crise (BONINO, 1988). Para Real de Azúa (2000), este período é uma forma de neo-autoritarismo, apresentando similaridades muito grandes com os mesmos processos políticos que ocorriam na Argentina (o golpe de Estado de Onganía em 1966) e no Brasil (a ditadura de 1964). Ele sustenta a hipótese da existência no Uruguai de formas “amortecidas” de implantação dos processos sócio-políticos, em face de suas formas “puras” ou “máximas”, observadas na América Latina, em especial, nos países vizinhos (Argentina e Brasil).

A agudização da luta de classes conduz, progressivamente, à unificação das forças de esquerda, as quais conformam, no ano de 1971, a *Frente Ampla*, que se auto-define como uma força política vocacionada para a “ação política permanente” e não apenas para a disputa eleitoral. Também esta força política adota, em essência, o programa do Congresso do Povo que, por sua vez, recolhera parcialmente as propostas da CIDE que mais sintonizavam com as aspirações populares. Esta força política define-se como de “orientação democrática, progressista e anti-imperialista”, propondo-se a aplicar, no ano de 1971, quatro medidas fundamentais (AGUIRRE, 1985):

- reforma agrária
- nacionalização da banca privada
- nacionalização do comércio exterior
- política industrial, incluída a nacionalização da indústria frigorífica

Socialmente esta força política representa uma aliança entre a classe operária com as camadas médias e frações de classe da burguesia nacional, com uma importante participação de intelectuais.

Esta ampla aliança (que incluía, desde a expressão política do MLN-T –o Movimento 26 de Março–, passando pelo PCU e o Partido Socialista, setores políticos dos Partidos Tradicionais, e até o Partido Democrata Cristã)<sup>59</sup>, consegue um grande avanço eleitoral na capital do país (30%), embora não tenha sido suficiente para obter o governo nacional (18%). Após o processo eleitoral (novembro de 1971), a situação política se agravou com a intervenção direta das Forças Armadas na luta contra a guerrilha urbana. Finalmente, no ano de 1973 (em junho desse ano), com o apoiado nas forças militares, o presidente constitucional (eleito pela legenda Partido “Colorado”) dissolve o Parlamento, dando assim começo a um longo e obscuro período da história de nossa sociedade, não sem antes receber a resposta do movimento operário que fez uma greve geral durante 15 dias, como início de resistência à ditadura.

### 1.3.5.1 A “democracia avançada” ou a “longa marcha através das instituições” como caminho uruguaio para o socialismo

Na declaração constitutiva da Frente Ampla, aprovada em 5 de fevereiro de 1971, estabeleceu-se que essa frente política, de caráter unitário, que estava sendo criada, articulava-se em torno de uma “*concepção nacional progressista e democrática avançada*” (AGUIRRE, 1985, p. 88). A concepção da “democracia avançada”, como o caminho uruguaio para o socialismo, integrava as análises formuladas pelo Partido Comunista do Uruguai, aparecendo pela primeira vez no XX Congresso, realizado em de 1970. Neste congresso, realizado na véspera da constituição de Frente Ampla, sustentava-se que se dava início a um novo período na história do país:

La conquista de un gobierno de tales características, realizador de un programa de transformaciones democráticas y de rescate de la sobera-

---

<sup>59</sup>Como já foi mencionado uma particularidade desta força política foi que ela não estava constituída apenas por partidos políticos, senão que também contava com a organização de uma forte e vascularizada rede de organizações de base –os Comitê de Basse– com participação direta nos organismos de direção.

nía nacional, en el que participen la clase obrera y las grandes masas trabajadores, pasa a ser el objetivo central del período que se inicia. (PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY, 1988, p. 185)

Este novo período, continuava, e ao mesmo tempo culminava, o período anterior, caracterizado como de *acumulação de forças*, para a construção da *Frente Democrática de Libertação Nacional*, o instrumento necessário à realização da revolução *agrária e anti-imperialista*. Esta concepção de revolução tinha começado a ser desenvolvida<sup>60</sup> a partir do XVI Congresso (1955), tendo na direção do partido Rodney Arismendi, e constituía a espinha dorsal da *Declaración programática e plataforma política inmediata* aprovada no XVII Congresso, realizado no ano de 1958. Ela se contrapunha às concepções da “esquerda armada” sobre os caminhos a serem transitados em direção à emancipação da sociedade da tirania do capital na sua fase monopolista. Encontra-se relacionada à idéia de que as formações sociais que haviam chegado “atrasadas” ao desenvolvimento do capitalismo tinham que passar por uma fase democrática de libertação nacional antes de empreender as tarefas propriamente socialistas.

A concepção da “democracia avançada” como via de aproximação ao socialismo implicava no

desenvolvimento da democracia até suas últimas conseqüências, a indagação das formas desse desenvolvimento, sua comprovação na “prática”, etc.; todo isto forma parte integral da luta pela revolução social. Por separado nenhum “democratismo” dá como resultado o socialismo, mas na prática, o democratismo não se toma nunca “por separado” senão que se toma sempre em “bloco”, influenciando também na economia, acelerando sua transformação e caindo ao mesmo tempo sob a influência do desenvolvimento econômico, etc. Assim é a dialética da história viva. (ARISMENDI *in* FUNDAÇÃO RODNEY ARISMENDI, 1988, p. 118)

Assim, na concepção do PCU, a estratégia política revolucionária no Uruguai consistia no desenvolvimento da democracia “até suas últimas conseqüências”, indagando, na prática sócio-histórica, as formas do seu desenvolvimento, reafirmando-se que o primeiro passo da classe operária para alcançar o socialismo é a “*conquista da democracia pela luta*” (MARX; ENGELS, 1998, p. 29) (tornando-se dirigente e dominante). A “democracia avançada”, nesta caracterização, não é um “modelo” ou estado a ser alcançado, senão que é um processo sócio-histórico caracterizado pelo protagonismo político da classe operária em aliança com outros setores da sociedade, quando esta alcançou um grau de unificação orgânica e de consciência política que a eleva à condição de classe nacional-popular, superando a fase de defesa dos seus interesses econômicos corporativos.

<sup>60</sup>Obviamente que já existiam esboços desta concepção no período anterior, mas que não tinham chegado a se materializar numa estratégia e uma tática adequadas.

Neste sentido, o ano de 1966 no Uruguai pode ser o equivalente funcional do ano de 1848 no movimento operário na Europa, já que nesse ano a classe operária uruguaia, através daquele processo de *catarse* (COUTINHO, 1996), elevava-se à condição de classe universal (classe-para-si). A ênfase na “democracia avançada”, como caminho mais provável de aproximação para a revolução socialista, aproxima a reflexão e a prática do PCU, tanto no período pré-ditatorial, quanto na resistência, ao paradigma gramsciano, sem por isto abandonar a fidelidade às concepções leninistas. Trata-se na verdade de uma original síntese, entre a concepção leninista da “dualidade de poderes”, desenvolvidas ulteriormente na forma de “frente única” pela III Internacional, e a concepção da democracia “progressiva”, derivada das elaborações de Gramsci<sup>61</sup>. O fio condutor que possibilitou a passagem de uma concepção “explosiva” da revolução, para uma concepção “processual”, está na concepção da “frente única” adotada pela III Internacional no seu VII Congresso. Como é sabido, Gramsci trabalha no interior do horizonte político aberto pelo triunfo da Revolução de Outubro, ainda que sua reflexão esteja mais voltada para a análise das causas das derrotas dos movimentos operários europeus, que levaram ao confinamento da revolução socialista em um só país e ao surgimento do nazi-fascismo. A reflexão gramsciana se desenvolve em um quadro em que a sociedade burguesa, dos países capitalistas avançados, alcançou um grau de maturidade que se expressa na relação equilibrada entre a sociedade política e a sociedade civil, sociedade esta que é denominada por Gramsci como “ocidental”. Nestas sociedades, nas que já existe uma sociedade civil rica e pluralista, a obtenção de uma ampla hegemonia social deve preceder a tomada do poder, ou seja, a classe operária deve alcançar a direção “moral e intelectual” antes mesmo da tomada do poder. Com efeito, na concepção da “democracia avançada”, está presente a preocupação pelos elementos da superestrutura jurídico-política que obstaculizavam ou potencializavam o avanço do socialismo, o que se exprime no interesse do PCU pela construção de uma hegemonia cultural e social (RAMA *in* RICO, 2001, p. 171) ou como diz Álvaro Rico (ibidem, p. 185) “*há mais de construção contrahegemonica que de dualidade de poderes*”. Com efeito, a prática do PCU, neste período, parece estar comandada mais por uma concepção de “guerra de posições” do que de “guerra de movimentos”, o que levava à esquerda radical a (des)qualificar essa estratégia que aparentava privilegiar a institucionalidade burguesa, como uma estratégia reformista (lembre-se da contraposição dessa

<sup>61</sup> A concepção de “democracia progressiva” teria sido elaborada por Palmiro Togliatti, após seu retorno à Itália, em 1944. Segundo Coutinho (1996), será Giuseppe Vacca quem articulará a concepção da “dualidade de poderes” com a concepção processual da revolução, estabelecendo que se trata de uma forma de “*dualismo de poderes de duração histórica*”. Também para Coutinho (ibidem), Nicos Poulantza teria avançado ainda mais por este caminho, identificando, a partir da configuração do capitalismo enquanto “capitalismo monopolista de Estado”, a “sociedade política” como espaço de luta de classes, superando assim, dialéticamente, a concepção de luta restrita aos aparelhos privados de hegemonia.

esquerda radical entre luta falada *versus* luta armada ou seja, o metodologismo político em que mergulhava a esquerda armada). A própria “partidocracia”, que tem caracterizado o desenvolvimento da formação social uruguaia, explica a ênfase nos aspectos supraestruturais (ou nas mediações político-culturais) na explicação da particularidade nacional (o próprio surgimento do Estado moderno como resultado de um “pacto” entre os “bandos” brancos e colorados no século XIX), aliado ao crescente papel da cultura e dos intelectuais nesta formação social (a importância da reforma educativa de 1877 na conformação do Estado nacional reveladora, entre outras coisas, do fato de que precocemente a burguesia industrial tornou-se classe dirigente, além de classe dominante). Nesta concepção da “democracia avançada”, está implícita uma noção de que a revolução socialista percorrerá o caminho **“da longa marcha através das instituições”**.

Uma originalidade que atravessa a obra político-intelectual de Arismendi é a caracterização da revolução nos países da América Latina como uma **revolução continental**, uma espécie de “segunda independência” que completaria o processo, iniciado no século XIX, de emancipação em relação às potências ibéricas. Esta concepção, longe de ter perdido vigência na atualidade, aparece como uma importante contribuição, em momentos em que parece surgir por parte das classes dominantes (que hoje também são, na sua maioria, dirigentes) um projeto de “desenvolvimento capitalista regional autônomo” que se expressa na contraposição entre o MERCOSUL e a ALCA.

Nesta perspectiva continental da revolução, merece particular atenção a afirmação de que as revoluções efetivamente existentes são um **“escândalo teórico”**, isto é, em cada uma delas surgem elementos que não estavam previstos no estágio do desenvolvimento teórico desse momento (o conhecimento teórico como *post festum*). Assim, a teoria aprende da prática e, ao mesmo tempo, ensina à prática, sendo que isto é uma forma de responder aquela pergunta de *“quem educa o educador?”*, formulada por Marx na terceira *Tese sobre Feuerbach* na *Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 1985). Tudo isto, por causa do “escândalo teórico” que significou o triunfo da revolução cubana na América latina, já que este fato político não formava parte das previsões teóricas (assim como anteriormente tinha acontecido com a própria revolução russa) dos revolucionários marxistas. Assim se estabelece uma relação de aprendizagem na **prática revolucionária**. O triunfo da revolução cubana indicava que tinha chegado a hora da revolução para os povos da América Latina, sendo que esta revolução tinha o caráter inicial de uma “segunda independência” mas, como esta segunda independência se realizava no século XX, isto é, no século em que estava-se processando a passagem da humanidade do capitalismo ao socialismo (passagem este que iniciou-se com o triunfo da Revolução de Outubro), acrescentava, aos traços anti-

imperialistas, os traços de uma revolução anti-capitalista. A revolução cubana, mesmo sendo um “escândalo teórico”, era interpretada como um episódio (fundamental para os países da América Latina) no processo de transição do capitalismo para o socialismo em escala mundial, iniciado em 1917. Por causa desta análise do caráter da revolução cubana, o PCU aderiu imediatamente a ela e passou a se identificar com ela sem, no entanto, aderir ao “método guerrilheiro”, já que a estratégia do partido consistia, como foi sublinhado, no *desenvolvimento da democracia até suas últimas conseqüências*, em um país que, diferentemente de Cuba, tinha uma sólida experiência democrática. Com efeito, a primeira frente política que o PCU promoveu, em 1962, denominou-se com a sigla **FIDEL** que como já foi indicado anteriormente, queria dizer, Frente Esquerda de Libertação Nacional. No entanto, após a finalização da ditadura, o partido adotou a expressão “democracia avançada”, em substituição à expressão FIDEL, como sua identidade política, em um processo que pode ser interpretado como de “nacionalização” da sua política<sup>62</sup>. Os “críticos” ao PCU chegaram a falar do “urucomunismo” parafraseando ao “eurocomunismo”.

Esta ênfase na disputa contra-hegemônica (embora que sem referência explícita a Gramsci), e a luta de posições que dela se deriva para a prática política (isto é, o caminho ao socialismo como uma “longa marcha através das instituições”), pode ser um elemento que contribua a entender as posições de alguns assistentes sociais que, identificados com esta perspectiva, defendiam, na contra-corrente da reconceitualização, o trabalho dos profissionais do serviço social nas instituições do singular Estado de Bem-estar social uruguaio.

### 1.3.6 O “metodologismo” político e a esquerda armada

Todo este período é atravessado por uma intensa polêmica no seio das forças da esquerda em torno de discussões sobre a estratégia e tática, as forças motoras da revolução, o caráter do capitalismo no Uruguai, as formas de luta (armada ou não) etc. Pareceria que, para algumas forças da esquerda, o problema central da revolução era a escolha do método de luta. E, obviamente, o método de luta revolucionário era aquele que postulava a luta armada, contrariamente ao que era (des)qualificado como luta “falada”, próprio da tática do PCU<sup>63</sup>. Não deixa de ser muito interessante, para nós, a aparente semelhança entre esta discussão e aquela outra que aconteceu aproximadamente na mesma época no

<sup>62</sup>O próprio Rodney Arismendi reconheceu já nos últimos anos da sua vida, quando o “sistema socialista” estava desabando, o “servilismo ideológico” do PCU em matéria de política internacional, que se expressava no alinhamento automático do partido com as posições da União Soviética.

<sup>63</sup>“(...) en lugar de palabras revolucionarias, nosotros proponemos hechos revolucionarios” (BONINO, 1988).

seio do Serviço Social<sup>64</sup>. Pode ser que a única semelhança entre as duas discussões seja meramente nominal, embora tenhamos a impressão que tem que haver mais outras relações entre estes dois processos. Vale lembrar que o “metodologismo” é um traço que marca a reflexão reconceitualizadora no Serviço Social em todas suas vertentes. A nossa interpretação do “metodologismo” se diferencia daquela outra que sustenta que foi resultado da impossibilidade do Serviço Social, no Brasil, de se questionar socialmente, levando-o a se questionar metodologicamente (NETTO, 1975). Neste caso, nos países de raiz hispânica –para continuar com separação que este autor realiza–, acontece precisamente o contrário: a polêmica política é metabolizada pelo serviço social num debate de aparência técnica. Dizemos aparência técnica porque o que estava em jogo, naquela discussão sobre o método profissional, era definir o **método da transformação** (seja como for que fosse concebida essa transformação: como modernização ou como ruptura). Os principais herdeiros do “metodologismo” no Serviço Social, na nossa opinião, será a perspectiva que no Uruguai ficou conhecida como “educação popular”.

Os grupos de esquerda, particularmente as guerrilhas urbanas, que desenvolviam sua prática política em torno da questão do “método de luta” são aqueles que conformam a “nova” esquerda ou a esquerda “radical”, oposta aos modos de ação políticos-culturais do partidos comunistas. O debate se colocava como um confronto entre uma política que apelava à mobilização de massas e uma política de ações de impacto de pequenos grupos (propaganda armada).

O movimento guerrilheiro mais conhecido, o Movimento de Libertação Nacional–Tupamaros (MLN-T), surge publicamente, em 1963, a partir da informação de um roubo de armas num clube privado no interior do país. Seu principal líder, Raúl Sendic (1925-1989), tinha estudado direito sem chegar a culminar seus estudos, e havia pertencido ao Partido Socialista. O ingresso a este partido aconteceu a partir da sua militância no movimento estudantil quando cursou advocacia na Faculdade de Direito. Durante sua militância no movimento estudantil, ele partilha do “terceirismo” da Federação de Estudantes, e já fazendo ressalvas em relação ao “leninismo”. Em 1956, ingressa ao Partido Socialista e, em pouco tempo, torna-se o Secretário Geral da Juventude Socialista. Neste partido, identifica-se com as tendências renovadoras que questionam a liderança reformista do velho dirigente socialista Emílio Frugoni (fundador desse partido), junto com outros militantes encabeçados por Vivian Trías, que finalmente alcança a direção do partido. A linha política que este dirigente imprime, ao Partido Socialista, é o “nacionalismo revolucionário”, através do “socialismo nacional” (TRÍAS, 1985). Participa da direção do

<sup>64</sup>Ver em Santos (1993) *Metodologismo, explosão de uma época*.

Partido Socialista, como também da decisão de postergar a realização de uma aliança com o Partido Comunista, no ano de 1962.

Na sua condição de dirigente do Partido Socialista, Sendic se deslocou para o interior do país, e começou a trabalhar em tarefas de assessoria jurídica junto aos sindicatos. Participa e fornece ajuda na organização de diversos sindicatos de trabalhadores rurais, sendo o mais importante a *União de Trabalhadores Açucareiros de Artigas* (UTAA) no ano de 1961. Ainda, como dirigente do Partido Socialista inicia, a participar com outros militantes de grupos de esquerda adeptos da “ação direta”, em um grupo denominado simplesmente “coordenador”. Configura-se, assim, durante um período de tempo, uma situação conhecida e tolerada pelo Partido Socialista, de dupla militância, finalizada no início do ano de 1967, quando Sendic pede, formalmente, desligamento do Partido Socialista. No interior desse grupo “coordenador”, Sendic com outros dois companheiros seus planejam e levam a cabo o roubo de armas de um clube privado, no ano de 1963. A partir deste fato, passa para a clandestinidade. No ano seguinte, organiza-se a primeira marcha dos trabalhadores cortadores da cana de açúcar, com a consigna “*pela terra e com Sendic*”, já referenciada, com grande recepção entre os estudantes universitários. No ano de 1965, o grupo chamado “coordenador” se dissolve fruto de diversas divergências internas. Nesse mesmo ano, realiza-se a segunda marcha dos trabalhadores cortadores de cana até a cidade de Montevideu, coincidindo com a realização do Congresso do Povo, numa conjuntura de grave crise do sistema financeiro. Nesse mesmo ano, finalmente, decide-se sobre a criação do *Movimento de Libertação Nacional–Tupamaros*, entre militantes que participavam do grupo “coordenador”. Nesta reunião, surge uma organização de “novo tipo”, que seria o “braço armado da esquerda”. No ano seguinte, a nova organização realiza sua primeira convenção. Nesta convenção, Sendic, que não tinha o costume de falar e argumentar, fundamentou extensamente o caráter militar (portanto não político) desta nova organização, já que o momento era de “*crescente poder militar no marco da legalidade constitucional*” (BLIXEN, 2001, p. 139). Esta nova organização militar, na perspectiva de Sendic, seria o braço armado de toda a esquerda, posição que não foi aceita pela convenção, que decidiu pela criação de uma organização político-militar.

O MLN-T passou por duas etapas diferenciadas: a primeira, entre 1963 até 1969 e a Segunda, entre 1969 e 1972, quando do ponto de vista militar deixa de existir. O ponto de inflexão entre esses dois momentos foi a ocupação, por um breve período de tempo, de uma cidade próxima à capital do país (a cidade de Pando de departamento de Canelones) em outubro de 1969.

A “tomada”<sup>65</sup> da cidade de Pando, em 8 de outubro de 1969, e a detenção de Sendic, bem como de quase a totalidade do Comitê Executivo, em 1970, quando este participava de uma reunião da direção, num local da rua Almería, torna-se um ponto de inflexão no movimento “tupamaro”, já que a direção que assume o comando da organização tem uma concepção “militarista”, secundarizando a avaliação política do movimento. Esta segunda direção, distintamente da primeira, tinha se formado já na clandestinidade, isto é, sem fortes vínculos com o movimento de massas, além de ser fundamentalmente de origem estudantil. Quando os “velhos” dirigentes conseguem fugir da cadeia, junto com outros 110 presos do movimento guerrilheiro, no mês de setembro do ano de 1971, não reassumem a direção, ficando na frente dela aqueles quadros que tinham uma concepção militarista. O motivo alegado para esta atitude era a rejeição ao burocratismo que, segundo estes militantes, caracterizava a prática política do Partido Comunista. Julio Marenales, numa entrevista (ALDRIGHI, 2001, p. 232) reconhece que *“Foi um erro. Por temor ao burocratismo, que tínhamos visto nos partidos comunistas. [O burocratismo] apoderava-se dos indivíduos que ficavam por tempo indeterminado na direção. Nos falamos: ‘vamos para a base, para ver desde baixo como está a coisa’. Mas, repito, acredito que foi um erro. Fomos nós próprios que decidimos não integrar a direção”*. O líder Sendic se desloca para o interior do país, ficando responsável de um plano para organizar a guerrilha nesse setor. As forças armadas passaram agora, depois da fuga da cárcere de *Punta Carretas*, a assumir a responsabilidade pela luta “antissubversiva”. No mês de abril de 1972, é declarado o “estado de guerra interna”, em resposta a uma série de atos militares do MLN-T, contra agentes da repressão. Neste quadro de “guerra interna” e, como resposta aos atos do MLN-T, foram fuzilados oito militantes do Partido Comunista, em local partidário, no bairro do *Paso Molino*. Com a entrada das forças armadas na luta contra o MLN-T, a organização guerrilheira se desmorona rápida e definitivamente, não apenas pela repressão e o uso sistemático da tortura, mas também pela traição de um dos seus líderes históricos fundadores do MLN-T (Héctor Amodio). Este, uma vez detido, passa a colaborar ativamente com as forças repressivas. Em 27 de maio, as forças armadas descobrem o “Cárcere do Povo”, onde ainda estavam alguns seqüestrados<sup>66</sup>.

A derrota final do MLN-T, do ponto de vista militar, concretiza-se não sem antes acontecer uma tentativa de negociação entre os mandos militares e a direção do MLN-T, representado na pessoa de Raúl Sendic. Os mandos militares exigiam a rendição

<sup>65</sup>Em verdade, a cidade, que fica perto (80km) da capital do país, não chegou a ser “tomada”, senão que se desenvolveram uma série de ações armadas contra objetivos financeiros e do poder público.

<sup>66</sup>Um fato curioso, e que por sua vez é um indicador do estado de ânimo dos estudantes daquela época, é que a casa que oficiava de “cárcere do povo” era a moradia de uma estudante da Escola de Serviço Social.

incondicional e a entrega do principal dirigente, Raúl Sendic. Por sua parte, o MLN-T fez uma contra-proposta, consistindo na suspensão das operações, desmobilização dos militantes armados, entrega das armas à Igreja, aprovação de uma lei de pacificação que incluísse a colonização do interior através da expropriação do latifúndio improdutivo, e criação de uma indústria pesqueira na costa atlântica.

Uma vez derrotados militarmente, os principais dirigentes desta organização foram presos, permanecendo detidos, em condições desumanas, durante todo o período da ditadura.

Um grupo de militantes, que tinha conseguido sair para o exterior, realiza um congresso no Chile, em fevereiro de 1973, quando avaliam a causa da derrota: o “desvio ideológico”, passando a assumir o “marxismo-leninismo” como ideologia e a iniciar a se constituir em partido da classe operária. Esta linha de auto-crítica foi desenvolvida por outras resoluções de militantes que estavam exilados, sustentando igualmente que o erro estava no “desvio ideológico”. Isto leva à fragmentação dos militantes que estavam no exílio, dando lugar, entre outras frações, ao surgimento do “Movimento 26 de Março (seis-pontistas)”, que recebia o apoio do PC cubano, principalmente, entre os exilados em Cuba, do qual fizeram parte os filhos do próprio Raúl Sendic. No entanto, quando os dirigentes históricos saíram do cárcere, decidiram não se integrar a este movimento e, pelo contrário, mantiveram o MLN-T como movimento político (é claro que desarmado). Ficaram, assim, as duas organizações, com uma origem em comum.

MLN-T sofreu de um paradoxo: ficou, no interior do Uruguai, desarticulado, por causa das prisões, e no exterior, inoperante, por causa das divisões, no momento em que a resistência popular à ditadura mais poderia ter precisado de uma organização armada.

Na saída do cárcere dos dirigentes históricos, em 1985, o MLN-T se reorganiza em partido político, e solicita, não sem longas e difíceis discussões<sup>67</sup>, ingresso, formalmente, na Frente Ampla. A mesma coisa faz o “Movimento 26 de Março”, sendo finalmente aceitas ambas organizações.

### **1.3.6.1 A posição do MLN-T em relação à Frente Ampla**

É importante analisar a relação deste grupo guerrilheiro com a Frente Ampla, porque significa o confronto de duas grandes posições políticas que predominaram na esquerda. Na

---

<sup>67</sup>Raúl Sendic e os dirigentes do MLN-T (“os velhos” como se diziam) falavam da construção de uma Frente Grande, o que unido as posições “críticas” do MLN-T em relação com a Frente Ampla, na origem desta força política, gerava dúvidas sobre qual era a verdadeira posição destes militantes.

medida que o surgimento da Frente Ampla significava a materialização de uma estratégia de frente política e de luta de massas, para o MLN-T não foi fácil definir uma atitude perante ela. Finalmente predominou a idéia do “apoio crítico”, que o permitiu se defrontar e mesmo atravessar este processo, representando um desvio se considerar a estratégia militarista da luta armada.

[...] Mantenemos nuestra diferencia de método con las organizaciones que forman el Frente Amplio y con la valoración táctica del evidente objetivo inmediato de la misma: las elecciones [...] Sin embargo, consideramos conveniente plantear nuestro apoyo al Frente Amplio [...] Lo hacemos en el entendido de que su tarea principal debe ser la movilización de las masas trabajadoras y de que su labor dentro de las mismas no empieza ni termina con las elecciones [...] La lucha armada y clandestina de los Tupamaros no se detiene. (CORES, 1999, p. 78)

Esta declaração de apoio crítico não foi assimilada com facilidade pelo conjunto dos militantes do MLN-T já que existiam resistências a uma estratégia que parecia privilegiar as eleições e os caminhos institucionais em vez da ação direta. Evidentemente, a história posterior demonstrou, contra a avaliação do MLN-T, que a Frente Ampla não tinha um objetivo estreitamente eleitoral, havendo se constituído no principal instrumento construído pelos trabalhadores para a luta pelos seus objetivos imediatos e históricos.

A participação do MLN-T, naquele momento, na estrutura de direção da Frente Ampla, se canalizou através do “Movimento 26 de Março”, que assumiu a expressão legal e de massas deste movimento político (o escritor uruguaio Mario Benedetti, era o representante deste movimento na “mesa política” da Frente Ampla). É importante notar que este movimento, denominado “Movimento 26 de Março”, a cara legal e de massas do MLM-T, é diferente daquele outro movimento, do mesmo nome, que se constitui depois da derrota militar do MLN-T com militantes desta organização que estavam no exílio.

Para alguns autores (VARELA, 1988), este “apoio crítico” foi, na verdade, uma concessão que o movimento de massas impôs à esquerda armada (ou dito de outro modo, foi o movimento de massas que levou ao MLN-T para a Frente Ampla). Nesta mesma dinâmica se inscreve o surgimento do “Movimento 26 de Março”, como integrante da Frente Ampla, que será a expressão legal e de massas do movimento guerrilheiro. Coerente com a rejeição da política institucional, o “Movimento 26 de Março” não apresentou candidatos a nenhum cargo eletivo, sendo considerado, pelo próprio movimento guerrilheiro, a porta de entrada para a organização armada. É por esta razão que os seus dirigentes dizem que “ficaram sem estratégia” diante do crescimento explosivo da sua organização legal e de massas que, por sua vez, alimentava o “aparato” armado. Isto é, em vez de redefinir

sua tática para uma inserção no movimento de massas, o MLN-T continuou com sua política militarista, buscando o desenvolvimento da sua organização militar. Assim foi que, passadas as eleições de 1971, o MLN-T terminou a trégua na luta armada, e reiniciou as operações militares em um nível de confronto superior. Neste sentido, a retomada das atividades armadas, em 1972, não foi um desvio militarista da nova e inexperiente direção, recrutada principalmente no período de crescimento maciço, fundamentalmente entre os estudantes (componentes pequeno-burgueses, como se diz nas avaliações auto-críticas), sendo, pelo contrário, a confirmação da direção histórica. No entanto, para os militantes que, no exílio, após a derrota militar, iniciaram a auto-crítica, a derrota foi favorecida pelo crescimento da própria organização que incorporou elementos de uma base social diferente da base originária (de origem proletário e popular), por causa da grande captação de jovens estudantes e intelectuais. Ou seja, passou-se para uma base social pequeno-burguesa que, finalmente, assumiu a direção da organização, sendo responsável pelos “desvios” militaristas. Além do mais, este desvio, foi favorecido pela indefinição ideológica que, de fato, era reputada como uma virtude para os militantes que consideravam que os “fatos” falavam mais alto que as “palavras”.

### 1.3.6.2 O “método” guerrilheiro

Como já sublinhamos, um traço marcante da esquerda radical, neste período, foi o “metodologismo”. Transcrevemos essa longa citação, extraída de um documento apresentado, por Raúl Sendic, ao Comitê Central do MLN-T, em meados do ano de 1987 (ou seja, já no período pós-carcerário), em que aparece o “metodologismo” a que fizemos referência:

Hace unos años tomamos el método guerrillero, cuando era predominantemente rural, y lo enriquecimos un poco. Demostramos que con la guerrilla urbana –sin territorio liberado– se podía crecer en el pueblo. Y también organizarlo, pero no indefinidamente esto último. Otros tomaron nuestra experiencia y la de otros pueblos e hicieron algo mejor, como lo es hoy la guerrilla de El Salvador, suburbana casi, en campo limpio, con tatuceras y demás, pero dominando un territorio donde puede organizar su población favorable y resistir. Hoy la guerrilla desafía al imperialismo desestabilizando continuamente sus bases en el Cercano Oriente. Todo el descomunal arsenal atómico aparece impotente contra unos pocos miles de guerrilleros que actúan desde bases flotantes y unas pocas decenas que hacen acciones urbanas de tipo que nosotros practicamos antes. Es más, una vez que Estados Unidos pone a punto con un gasto de miles de millones de dólares su programa de defensa espacial (o de “Guerra de las Galáxias” o de “Alta fronteira”) contra posibles misiles soviéticos, se encuentran que todavía es vulnerable por el guerrillero urbano, el que actúa en el seno del enemigo (BLIXEN, 2001, p. 329).

Note-se que, segundo Sendic, o “método guerrilheiro” tem uma origem rural e que o MLN-T o trouxe para o meio urbano. De fato, o “método guerrilheiro” foi utilizado pela resistência francesa e italiana (de origem socialista e/ou comunista) para enfrentar o nazifascismo. Além disto, quando o “método” é caracterizado como sendo de origem rural, está-se confirmando que a guerrilha no Uruguai pretendia se apoiar nessa base social, e não no proletariado de origem urbano-industrial.

Esta base social “arcaica” do “método guerrilheiro” para a revolução social era procurada no exato momento em que se verificava a “morte do campesinato” (HOBBSAWM, 1995)<sup>68</sup> ou então quando a “revolução verde” avançava, produto da mecanização e industrialização do trabalho agrícola, incorporando a periferia capitalista ao mercado mundial, dominado pelos grandes monopólios e suas agências “regulatórias” (FMI, BM, GATT). Neste caso - diferentemente do que tinha acontecido na primeira modernização capitalista, entre o final do século XIX e início do século XX, que conservou elementos pré-capitalistas (como foi a grande propriedade rural), a incorporação da periferia ao mercado mundial trouxe como consequência a incorporação da **lógica do capital** neste setor, por assim dizer, tradicional da sociedade. Com a mecanização do trabalho agrícola, temos o aumento da composição orgânica do capital no setor agrícola pelo aumento do capital constante (novos meios de produção como máquinas, produtos químicos, etc.) em relação ao capital variável (o que traz a “libertação” da força de trabalho aplicada na produção agropecuária, impulsionando sua migração para as cidades). Este processo, de “mecanização” generalizada do trabalho, é o fio condutor do capitalismo tardio na perspectiva de Mandel (1982), que atravessa todos os processos produtivos, tanto no setor agropecuário, como no setor industrial e na esfera cultural. Segundo Mandel (ibidem, p. 271-272), *“Uma das características do capitalismo tardio é que a agricultura está se tornando gradualmente tão industrializada quando a própria indústria, a esfera da circulação tanto quando a esfera de produção, o lazer tanto quanto a organização do trabalho”*. Esta “mecanização” abarca também a esfera cultural através daquilo que Mandel denominou a **mecanização da superestrutura** e que a Escola de Frankfurt tinha denominado de **indústria cultural**. Esta pode ser uma explicação para esta “estranha afinidade eletiva” entre os estudantes da cidade e o movimento guerrilheiro que buscava nos trabalhadores da cana de açúcar sua base social. Ao mesmo tempo, esta “afinidade eletiva”, entre os jovens estudantes universitários e uma base social “arcaica”, mediada pelo movimento guerrilheiro, remete para o universo cultural do **anticapitalismo romântico revolucionário**, entendido como crí-

<sup>68</sup>Diz Hobsbawn (ibidem, p. 284) que *“A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século [refere-se ao século XX], e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”*.

tica radical da civilização industrial burguesa, a partir de valores sociais pré-capitalistas, realizada por segmentos da intelectualidade.

Destacamos, também, como um pequeno grupo de militantes, atuando a partir de “bases flutuantes”, parece ser capaz de intimidar todo o descomunal arsenal atômico da primeira potência militar e econômica, demonstrando-se assim que esta última (o imperialismo) é vulnerável ao guerrilheiro urbano. Como veremos mais na frente, esta idéia dos pequenos grupos (e não as classes sociais), como agentes da transformação social, está presente na discussão sobre a relação entre “as estruturas e os sujeitos” que, através de sucessivos deslocamentos, leva a autonomizar ambos, isto é, concorrendo para que os sujeitos “flutuem” sobre as determinações estruturais (e, em particular, sobre as classes sociais) ou, dito de outro modo, que os sujeitos se “liberem” das estruturas. Esta possibilidade, que estamos sustentando, parece obter confirmação nesta frase atribuída a Raúl Sendic, depois da saída da cárcere: “*O Bebe*<sup>69</sup> sustentou que o proletariado estava condenado pelo processo tecnológico e aos que estávamos numa posição pareceu-nos uma heresia” (in BLIXEN, 2001, p. 319). Nesta mesma trilha, Blixen (ibidem, p. 333) assevera que, nas reuniões do comitê central, os outros integrantes ficavam surpresos quando nas discussões teóricas, Sendic manifestava-se contrário às concepções leninistas. Este mesmo autor também lembra uma polêmica que aconteceu durante a primeira prisão da direção do MLN-T, entre os anos de 1970 e 1971. Durante a prisão, Sendic e outros dirigentes organizavam atividades de leitura de autores tais como Marcuse, Schervan Scriber, Mandel. Nesse quadro, aconteceu uma polêmica entre Sendic e outro dirigente preso, chamado Andrés Cultelli, sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico, na qual Sendic afirmou que “*o materialismo dialético não servia para nada*”, o que motivou uma resposta por parte do seu debatedor em um caderno de unas duzentas páginas que ficou conhecido como “*O antiBebe*” (ibidem, p. 211).

Segundo Blixen (2001), Sendic ficava gratamente assombrado pela forma em que os movimentos revolucionários se adequavam aos avanços tecnológicos do armamento sofisticado que os EUA introduziam nos cenários de combate, sustentando que seria possível conceber, já nos últimos anos da década dos anos 1980, um guerrilheiro com uma “**mochila nuclear**” (ibidem, p. 328). Parece-nos que, nesta imagem do guerrilheiro carregando a “mochila nuclear”, temos um exemplo do que se pode denominar o “ultra-individualismo”<sup>70</sup>,

<sup>69</sup>Esse era o apelido do Raúl Sendic.

<sup>70</sup>No individualismo liberal-burguês, todos os indivíduos são iguais, enquanto que, no “ultra-individualismo”, todos os indivíduos são diferentes. A origem desta expressão está em Ferry (1994) que, por sua vez se apoia em Nietzsche. Para Ferry (ibidem), o “ultra-individualismo” é um traço da pós-modernidade.

possivelmente um traço que caracteriza este tipo de tendência política (e que provavelmente conecta, também, esta tendência política ao universo “pós-moderno”). O que aqui aparece é uma imagem do indivíduo contra o “mundo”, ou melhor dizendo, o indivíduo contra a sociedade, típica da sociedade moderna, a sociedade do “individualismo possessivo”, em que, para o indivíduo, a sociedade é um meio ou um obstáculo a ser vencido no processo da realização dos seus objetivos.

O “ultra-individualismo” está associado ao “perspectivismo” teórico e, também, à ética da “autenticidade”<sup>71</sup>. Sendic não se submete a nenhum partido ou organização, assim, como tampouco, a nenhuma ideologia ou sistema de idéias. Quando discorda da organização (sua própria organização), decide agir por contra própria, por fora dela. Dessa maneira aconteceu, por exemplo, no período de reorganização do MLN-T pós-ditadura, quando decidiu criar o “Movimento pela Terra”, sob uma forma totalmente autônoma, já que os militantes estavam envolvidos nas discussões internas. Ao mesmo tempo, não gostava das discussões e não tinha costume de fundamentar suas opiniões. O “ultra-individualismo” relaciona-se com a fragmentação da realidade social (ou a realidade da fragmentação da totalidade social) em múltiplas mônadas fechadas e autosuficientes.

Com o “método guerrilheiro”, estes militantes buscavam atingir diretamente o alvo da ação política, negando ou abolindo as mediações político-culturais construídas historicamente e que tem caracterizado particularmente à formação social uruguaia. No campo e, em particular, entre os trabalhadores da cana de açúcar, era possível observar a “verdadeira” exploração (ou, poder-se-ia dizer, a verdade da exploração), sem qualquer mediação política, como acontecia na cidade. Além disso, com o “método guerrilheiro”, pretendia-se desvendar a verdade da luta de classes, a violência que está contida nela, e que as mediações político-institucionais ocultam. Ressaltamos que, neste caso, as mediações são tratadas como uma falsidade, elas ocultam alguma coisa mais verdadeira.

A substituição da violência pelo poder caracteriza a forma burguesa de domínio entre as classes sociais. Na violência, temos uma ação diretamente sobre um sujeito (quando a ação se exerce sobre um objeto, trata-se do uso da força), enquanto que no poder, temos uma ação sobre a ação de um sujeito (WEISSHAUPT, 2002). Dito de uma forma um pouco diferente, na violência exerce-se uma ação “negativa” sobre um sujeito (no limite chega-se à morte), enquanto que no poder, exerce-se uma ação “positiva” sobre a ação do sujeito (neste caso a “vida” – a força de trabalho do trabalhador – não apenas é preservada

<sup>71</sup>Esta seria, segundo Ferry (1994), a forma da ética na contemporaneidade, que se sucede à ética da excelência e à ética do mérito. A ética da “autenticidade” exprime o direito à diferença, a expressar sua personalidade: *o pessoal é político*.

como incrementada, já que é necessária para a produção). Na escravidão, por exemplo, o proprietário atua diretamente sobre o escravo (violência), já que ele é seu dono, enquanto que no capitalismo, o patrão atua sobre a força de trabalho do trabalhador (poder), já que ele é formalmente livre e proprietário da sua força de trabalho.

Finalmente, cabe sublinhar que, no “método guerrilheiro”, existe uma idéia de eficácia técnica e, nesse sentido, um domínio da razão instrumental que acaba impondo sua lógica. Tudo se passa pela técnica militar, uma vez que são “abolidas” as mediações políticas, o que se exprime na preocupação pelo “aparato” ou pela “organização” que deve ser necessariamente eficiente e eficaz. Neste caso, existe uma concepção da práxis reduzida a mera atividade, diríamos que, parafraseando Montaña (1998), predomina o “praticismo”, como uma forma de prática social acéfala.

### 1.3.6.3 Contra a “velha” esquerda

Acreditamos também que, com a mudança do método de luta, também muda o objetivo da luta, que já não é mais o “socialismo” e/ou o “comunismo”, sendo ser substituído por um vago horizonte de conquistas político-culturais (o ultra-individualismo do culto californiano do eu). Para o dirigente operário, de origem anarquista, Hugo Cores, o movimento do ano 1968 foi uma revolução contra a velha esquerda. Desse modo,

Esta revolução mundial de 1968 se dirigia ante todo contra el sistema histórico; contra Estados Unidos como potencia hegemónica de ese sistema, contra las estructuras económicas y militares que constituían los pilares del sistema –escribía I. Wallerstein. Pero la revolución se dirigia igualmente, sino más, contra la vieja izquierda (citado por Vescovi, 2003, p. 57).

Acrescentamos, por exemplo, outra reflexão, realizada vinte anos depois de 1968, por um integrante “periférico” do MLN-T<sup>72</sup>, hoje dedicado ao trabalho de pesquisa no campo das ciências sociais:

[...] entre los intelectuais latinoamericanos y especialmente uruguayos el marxismo ha hecho una especie de devastación, de catástrofe ecológica, hay una especie de desierto intelectual, poca gente crea realmente cosas. La mayoría sigue rumiando el pasto ideológico de siempre. (BONINO *in* ARAUJO; TEJERA, 1988, p. 93)

Nessa reflexão pós-ditatorial, considera-se que a devastação cultural foi provocada entre os intelectuais pelo marxismo e não pela ditadura que, efetivamente, desmantelou a

<sup>72</sup>Trata-se de Bonino (1988) autor de diversas publicações entre as quais *Crisis de los Partidos Tradicionales y movimiento revolucionario en el Uruguay*.

universidade e as instituições culturais. Não se trata de generalizar uma opinião de um indivíduo, mas ela é ilustrativa em relação a, pelo menos, uma parte daqueles militantes que participaram da “nova” esquerda, e que hoje já não acredita mais nas grandes narrativas totalizantes. Com efeito, a “velha” esquerda (revolucionária e socialista) iniciava um caminho de declínio, que se tornará claramente perceptível com a dissolução do “socialismo real” e a crise dos partidos comunistas. Iniciava-se, assim, o desaparecimento, no horizonte político imediato da sociedade ocidental, da perspectiva socialista revolucionária (de ruptura com o presente capitalista), sem que nenhuma outra força utópica ocupasse esse vazio.

### 1.3.7 O desenvolvimentismo e a conformação da tecno-burocracia

Todo este período, atravessado pela intensidade da luta de classes, correspondeu a um Estado que se tornava cada vez menos democrático. O ponto de inflexão foi o ano de 1968, durante o governo do Partido Colorado que tinha retomado a gestão governamental, em 1967, depois de dois períodos consecutivos de governos do Partido Nacional (1958-1961 e 1962-1965). Foi modificada a Constituição no ano de 1966, no sentido da centralização do poder no Poder Executivo. Passou-se a um regime presidencialista, em substituição de regime anterior em que o Poder Executivo era exercido pelo Conselho Nacional de Administração –um organismo colegiado– e compartilhado entre os dois partidos políticos tradicionais. Amparado nesta nova constituição, o Poder Executivo decreta, de modo quase ininterrupto, a partir de 1968 a 1972, o “estado de sítio” (denominadas “medidas de segurança”) que significava a suspensão de alguns dos direitos civis (daí que a vezes se fala deste período como de uma “**ditadura constitucional**”). No ano de 1968, portanto, registra-se uma agudização das lutas, assim como, também, um giro conservador no discurso liberal (RICO, 1989), como já sublinhamos, significando o abandono do “progressismo” ou “reformismo” por parte das classes dominantes. Nesse mesmo ano, vítima da violência da repressão, morrem os estudantes Liber Arce, Susana Pintos, Hugo de los Santos e Julio Espósito.

A forma de interação com o movimento operário também se altera, uma vez que são dissolvidos os “*Conselhos de Salários*”, um espaço de negociação coletiva das condições de trabalho, nos quais os trabalhadores, através de seus sindicatos, participavam por ramo da produção, desde o ano de 1946, e que muito tinham contribuído na expansão e capilarização da organização sindical. No seu lugar, o governo cria a “*Comissão de Preços e Ingressos*” (COPRIN). Os salários foram “congelados” e também os preços como forma

de tentar deter o processo inflacionário.

Assistiu-se, não somente, a um processo de autoritarismo crescente do Estado, através do uso sistemático da repressão, senão também a sua **racionalização interna**. A nova constituição, aprovada em 1966, reforça o papel do Poder Executivo em face do Poder Legislativo, ao estabelecer, por exemplo, uma maioria especial, para que a censura a um ministro obrigue a sua imediata demissão, por parte do Executivo; e mesmo assim o Executivo tem a faculdade de dissolver às câmaras e chamar a novas eleições parlamentares. Também, nesta mesma linha, cria-se a *Oficina de Planejamento e Orçamento* (em castelhano: Oficina de Planeamiento y Presupuesto, OPP), que institucionalizou a *Comissão de Investimentos e Desenvolvimento Econômico* (CIDE) da que falaremos mais adiante, assim como também o *Banco Central*, localizados ambos na órbita do Ministério da Fazenda. O número de Ministérios aumenta de 9 para 11, cria-se também o *Banco da Previdência Social*, que unifica as diversas caixas de pensões e aposentadorias, e a *Oficina Nacional do Serviço Civil*, entre outras medidas de caráter modernizador. Vai-se consolidando, assim, o papel da **tecno-burocracia** no interior do Poder Executivo, ao mesmo tempo em que se enfraquece o poder de controle do Parlamento sobre suas ações. Configura-se assim um forte tensão entre as necessidades racionalizadoras do processo de acumulação de capital e as exigências sociais de legitimação do poder estatal, que se resolve, cada vez mais, na direção das necessidades da acumulação em detrimento da legitimação. Este processo de racionalização exprime, também, o predomínio da racionalidade instrumental, ou calculista, regida por critérios de eficácia e de eficiência, em detrimento de uma racionalidade substantiva.

Este processo de intensificação da racionalização do Estado Uruguaio - com a criação, em 1960, da Comissão de Investimentos e Desenvolvimento Econômico (CIDE), e sua posterior constitucionalização, em 1967, como Oficina de Planejamento e Orçamento (OPP), configurando, assim, uma forma de gestão do aparelho do Estado tecno-objetivante - tem, para nós, uma grande importância porque constitui o **espaço sócio-ocupacional** do Assistente Social (o âmbito da prática profissional). A racionalidade desenvolvimentista, com sua ênfase no planejamento “indicativo”, marca o desenvolvimento profissional do Serviço Social, propiciando sua modernização através da incorporação da “linguagem” das ciências sociais, na sua vertente norteamericana (CASTRO, 1982). Herman Kruse colocava, ainda que de uma forma diferente daquela por nós formulada, a contradição em nossos países entre a racionalidade das instituições da assistência social do Uruguai, decalcadas das européias, e a racionalidade do ensino do Serviço Social nas Escolas, decalcadas das agências norte-americanas. No livro de Netto (1992a), *Capitalismo Monopolista e*

*Serviço Social*, tem um aprofundamento desta “contradição”, avançando em desvendar as raízes sociais deste processo como resultado dos processos de desenvolvimento capitalista na Europa (que enfrentou a formidável resistência das velhas classes dominantes assim como também da combatividade do nascente proletariado) e nos EUA (que seguiu um caminho “pacífico”, sem ter que enfrentar os elementos pré-capitalistas). A reflexão de Kruse esta fortemente atrelada à proposta desenvolvimentista e as novas demandas que, para o Serviço Social, são colocadas, tanto na sua primeira fase, enquanto desenvolvimento comunitário, como na segunda fase, enquanto modernização profissional, fundada, esta última, no “método científico”.

A *Comissão de Investimentos e Desenvolvimento Econômico*, criada no ano de 1960, pelo primeiro governo branco, tem uma importante influência, também, no movimento sindical, já que inspira o Programa de Soluções, aprovado pelo *Congresso do Povo* em 1965, também incorporado pela recentemente criada (1966) *Convenção Nacional dos Trabalhadores*.

O surgimento desta Comissão está estreitamente vinculado à iniciativa norteamericana, materializada na criação do *Banco Interamericano de Desenvolvimento* e na posterior aprovação da *Carta de Punta del Este*, de 1961, que aprova o plano da “*Aliança para o Progresso*”<sup>73</sup>, em resposta à revolução cubana e sua orientação para o socialismo apoiada pela ex-URSS. Com a “*Aliança para o Progresso*”, a planificação ganha legitimidade, como instrumento de governo, para a promoção do desenvolvimento econômico-social, como parte da estratégia neo-colonial de ampliação dos investimentos externos diretos de capital na periferia, dando lugar, em algumas áreas da periferia capitalista, à industrialização dos países “receptores” destes investimentos de capital. Trata-se, na verdade, do processo de internacionalização da produção que traz consigo a formação de uma elite burocrático-empresarial, também mundializada, realizando uma gestão internacionalizada dos negócios, embora isto não consiga ocultar o predomínio cada vez maior dos monopólios de origem norte-americano. A competição intra-interimperialista (com sua seqüela de guerras durante a primeira metade do século XX), um dos traços que caracterizam à dinâmica do capitalismo dos monopólios (o outro traço é a relação de dependência neo-colonial a que estão submetidas as economias dos países periféricos), adquire, cada vez mais, com a empresa transnacionalizada, uma face de competição intra-interimperialista, sem abandonar por isto a relação de dependência neo-colonial (o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo).

---

<sup>73</sup>Em verdade era um plano de “aliança com o imperialismo norteamericano” que consolida a estratégia neo-colonial do desenvolvimento capitalista dependente e associado.

A CIDE institui uma secretaria técnica, encarregada da realização dos estudos, sendo designado para presidi-la o contador Enrique Iglesias (atualmente presidente do BID)<sup>74</sup>. Esta designação foi obtida a partir de um convênio do Ministério da Fazenda com a Universidade da República, especialmente com o Instituto de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas que se havia constituído, na década dos anos 1950, na principal porta de entrada do pensamento da *Comissão Econômica para América Latina* (CEPAL) no Uruguai, através da figura do contador Luis Faroppa (um intelectual profundamente ligado ao Partido Colorado). Desta forma, conseguia-se passar a idéia de que a CIDE era um organismo técnico e não político, onde se integram técnicos estrangeiros, assim como de funcionários públicos do próprio governo, tanto como professores da Universidade. Exprimia-se dessa maneira a penetração e internacionalização, progressivamente mais intensa, do capital dos grandes monopólios na economia uruguaia e a cooptação de segmentos da intelectualidade, que se tornam seus intelectuais orgânicos, conformando-se assim uma intelectualidade internacionalizada que passa a circular entre as diversas agências dos organismos internacionais e as burocracias dos estados nacionais.

Depois de uma primeira fase de compilação de informações<sup>75</sup> e estudos, culminando com a publicação do *Estudo Econômico do Uruguai* em 1963, a CIDE se torna responsável pela elaboração do plano para a década 1963-1974 e de um plano trianual (1964-1966). Esta segunda fase culmina com a entrega, e aprovação por parte do governo, do *Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*, no ano de 1966. A última fase desta comissão consiste na sua institucionalização, na forma de Secretaria de Orçamento e Planejamento. O contador Enrique Iglesias volta à Universidade para retornar, logo depois, como diretor da recentemente criada Secretaria de Orçamento e Planejamento.

A proposta desenvolvimentista conduz à tecnificação da gestão do Estado (parece-nos emblemática a criação do Banco Central), preparando assim o terreno para a modernização da sociedade, neste caso, com caráter anti-democrático. Nesse processo de tecnificação da gestão estatal, abre-se a demanda de um tipo de intelectual que já não é mais o intelectual ideológico (formador de “concepções do mundo”) e, sim, o intelectual especialista, destituído da universalidade fáustica daquele outro. O desenvolvimentismo tem sido comparado (GARCÉ *in* DE ARMAS; GARCÉ, 1997, 2000) com o movimento positivista que, nas últimas décadas do século XIX, modernizou a sociedade uruguaia, confrontando-se

<sup>74</sup>A figura deste intelectual - não confundida com o Assistente Social Enrique Iglesias, que fora diretor da Escola de Serviço Social - é um claro exemplo de intelectual orgânico do grande capital internacional, que impulsiona a inserção dependente e associada das economias dos países periféricos no sistema capitalista mundial.

<sup>75</sup>Merece especial destaque a realização do Segundo Censo de População em 1963, sendo que o primeiro era de 1908.

com as concepções espiritualistas e principistas dominantes naquela época. Para Garcé (ibidem), o movimento desenvolvimentista se relaciona com a “geração crítica” (que se expressava emblematicamente através do Semanário *Marcha*), da mesma forma que o movimento positivista o fez em relação ao espiritualismo no século XIX. Para os desenvolvimentistas, a “geração crítica”, aferrada a seus princípios, era inoperante.

No entanto, não se deve esquecer que a geração positivista alcançou posições hegemônicas num regime ditatorial (o período militarista entre 1875-1886), seguido de um período de consolidação democrática e de constituição de um singular Estado de Bem-estar, enquanto que a geração desenvolvimentista prosperou num ambiente democrático que desembocou numa ditadura (1973-1984). Assim, portanto, esta segunda onda modernizadora, trazida pela penetração do grande capital internacional, propiciando o processo de concentração e centralização do capital no interior das fronteiras nacionais (o surgimento da grande burguesia entrelaçada com o grande capital internacional), que se expressou no movimento desenvolvimentista, não favoreceu o aprimoramento das instituições democráticas, nem de um padrão de vida socialmente mais justo. Outra observação importante, sobre a relação entre o movimento positivista e o movimento desenvolvimentista, diz respeito ao âmbito universitário, mais receptivo a estas propostas. Enquanto que o positivismo teve sua maior força na Faculdade de Medicina, o desenvolvimentismo se referenciava na Faculdade de Economia. O padrão de racionalidade científica, no campo das ciências sociais, que tinha sido quase que inteiramente monopolizado pela “classe médica”, no início do século XX, agora é assimilado ao discurso dos “cientistas sociais”, sendo os economistas seus principais porta-vozes.

Tudo isto traz conseqüências para o Serviço Social, que vai receber influência das “ciências sociais”, substituindo o discurso médico do movimento “higienista”, muito importante na origem do Serviço Social no Uruguai. São estes assistentes sociais, influenciados pelo desenvolvimentismo, e incorporando a necessidade da racionalização da ação profissional, que passam a considerar aqueles outros assistentes sociais, herdeiros do positivismo evolucionista da “classe médica”, como “tradicionais”. São dois momentos de intensificação do processo de racionalização da ação do Estado: o primeiro, influenciado pelo positivismo evolucionista, na passagem do século XIX para o século XX, e o segundo, influenciado pelas ciências sociais de origem estrutural-funcionalista, desenvolvidas no solo cultural dos EUA, no final dos anos 50 do século passado. Ambas “modernizações” modificam, também, a prática dos assistentes sociais, enquanto funcionários do Estado. O desenvolvimentismo, como já sublinhamos, expressando a dinâmica contraditória do processo de inserção dependente e associada das economias dos países periféricos no processo de acu-

mulação monopolista do capital. Esse processo, também se reproduz no Serviço Social, pela chegada dos especialistas, consultores das Nações Unidas, que prestariam assessoramento ao governo uruguaio na criação de uma escola de serviço social sintonizada com os novos tempos da racionalidade “desenvolvimentista”. O que deu origem à escola do Ministério da Saúde Pública em 1954 que, no ano de 1960, se vincula ao Ministério de Instrução Pública e Previdência Social, culminando suas atividades em 1966, quando se integra à Escola Universitária de Serviço Social. No entanto, nesta última escola, criada no inteiro da Universidade da República, em 1957, o desenvolvimentismo ganha maior influência, a partir da reforma curricular do ano de 1966, dividindo espaço com o “velho” reformismo de origem batllista.

...

A crise da formação social uruguaia, que acabamos de analisar, não foi um fato isolado, antes fez parte de um processo maior de crise do capital, que vamos analisar no próximo capítulo. Trata-se do processo de financeirização do capital, uma vez que os mecanismos de regulação, implementados a partir da crise de 1929, e aprimorados em Bretton Woods, foram abandonados pelo governo dos EUA, nos primeiros anos da década dos anos 1970. Nessa situação, o “golpe dos credores”, que se expressa na crescente participação das instituições financeiras impondo sua própria dinâmica na gestão da produção, deu lugar a um processo de reestruturação produtiva caracterizado, entre outras dimensões, tanto pela integração entre a produção e o serviços, como pela recombinação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Entretanto, a financeirização do capital cria a ilusão do crescimento do capital prescindindo da produção, em uma dinâmica denominada por Marx de “*fetichismo do capital*”. Sobre a base deste último fenômeno, junto com a reestruturação técnica do capital, é que surge, nos últimos anos dessa mesma década, a “*cultura radical*”, explorando a idéia da construção de sujeitos sociais revolucionários (novos sujeitos) com ampla autonomia em relação com a esfera produtiva e, no limite, com completa autonomização. Esta nova esquerda se confronta teórica e politicamente com a esquerda clássica, que persiste em sustentar a construção de sujeitos políticos a partir da esfera produtiva, e que tem no movimento operário sua base social fundamental.

## *2 A crise contemporânea do capitalismo: o fetichismo do capital e a cultura radical*

Com a finalidade de apreender a particularidade das transformações político-culturais que emergem a partir da década dos anos sessenta do século passado, analisamos, neste capítulo, as mudanças no desenvolvimento do capitalismo. Estas mudanças são consideradas como a passagem para a regime mundializado de acumulação predominantemente financeira (CHESNAIS, 1998). Esta viragem, para a um regime de acumulação predominantemente financeira, explica as transformações na produção e no trabalho na contemporaneidade (flexibilização salarial, duração e intensidade do trabalho). As mudanças tecnológicas e organizacionais, no uso e gestão da força de trabalho por parte do capital, são um resultado desse processo de mundialização financeira, marcadas pela busca da diminuição da porosidade do trabalho (a eliminação dos tempos “mortos” no processo de valorização do capital). O processo de mundialização financeira corresponderia ao estágio neoliberal do imperialismo ou dos monopólios (caracterizada pela acumulação de capital na forma de capital-dinheiro).

Esse processo tem sido analisado, na perspectiva mandeliana (MANDEL, 1982), como a transição de uma onda de tonalidade expansiva (os “anos dourados”) para uma outra com tonalidade de estagnação. Nessa orientação, o capitalismo se desenvolveria através de uma série de ondas de crescimento e de estagnação que se alternam em períodos de aproximadamente 25 anos. A base desta concepção está nos ciclos de Kondratieff<sup>1</sup>, os quais estabelecem, de um modo empírico e por causas exclusivamente econômicas, o desenvolvimento cíclico do capital em períodos de cinquenta anos, constituído por uma fase ascendente de crescimento econômico e uma fase descendente de estagnação. Mandel recupera esta concepção sem, no entanto, aceitar as causas exclusivamente econômicas

---

<sup>1</sup>N. D. Kondratieff foi um economista russo que, nos anos vinte do século passado, descobriu empiricamente este movimento cíclico da economia.

como explicação desse processo de desenvolvimento cíclico do capitalismo. Esse desenvolvimento, através de sucessivas crises (ou seja, sem equilíbrio), é próprio da natureza do capitalismo (existe uma “*tendência ao desenvolvimento desigual das várias esferas da produção e das várias partes componentes do valor do capital*” (ibidem, p. 27). Assim os ciclos expansivos foram os períodos de 1793 a 1825, 1848 a 1873, 1994 a 1913 e 1945 a 1973, e os ciclos de estagnação, os intervalos compreendidos de 1826 a 1847, de 1874 a 1893, de 1914 a 1939. A partir do ano de 1967, teria se iniciado uma nova onda de estagnação que se prolonga até nossos dias. Para este autor, o crescimento econômico dos “anos dourados” foi consequência da acumulação realizada no período anterior, quando a taxa de mais-valia aumentou por causa das derrotas dos movimentos operários pelo fascismo e nazismo e da Segunda Guerra Mundial, e da incorporação dos resultados da terceira revolução científico-técnica na produção. Com a incorporação desses avanços tecnológicos foi possível aumentar a produtividade do trabalho, e com ela a extração de mais-valia relativa. Para Mandel, a terceira revolução tecnológica se identifica quase que plenamente com a automação. Para outros autores, como é o caso de Mattoso (1995), de fato, nos “anos dourados” se realizam plenamente as possibilidades criadas pelo novo paradigma produtivo e tecnológico da *segunda* revolução industrial (a eletricidade, o motor a explosão, a química orgânica, os materiais sintéticos, e a manufatura de precisão). Segundo este autor, o novo paradigma produtivo e tecnológico, que surge a partir da segunda revolução industrial - que ele denomina como *padrão de desenvolvimento norte-americano* -, é o responsável pela “organização científica do trabalho”, seguido pelo fordismo, até ser finalmente coroado pelo keynesianismo. Para este autor, a terceira revolução industrial, seria a responsável pela “desordem” do trabalho que caracteriza nossa vida contemporânea (ou pela “onda” de tonalidade de estagnação na perspectiva mandeliana). Outros estudiosos, tais com Tauile (2001), sustentam que a denominada terceira revolução industrial, não é propriamente uma revolução industrial e sim uma revolução tecnológica. Do ponto de vista deste autor, a revolução industrial teve início no século XXVIII, com o surgimento da máquina-ferramenta<sup>2</sup>, e continuou a se desenvolver através de diferentes fases nos séculos XIX e XX, dando lugar ao regime de produção do excedente econômico capitalista industrial. Parece-nos que esta colocação da Tauile (ibidem) tem uma “afinidade eletiva” com as posições de Lojkine (1999), em relação à “*Revolução Informacional*”. Para Tauile, com a passagem da base produtiva eletromecânica para a base microeletrônica, mudam também as práticas entre os agentes produtivos que passam de um comportamento conflitivo para uma prática de “concertação”.

---

<sup>2</sup>A subsunção real do trabalho ao capital materializado no sistema de máquinas.

Para Mandel, a explicação do desenvolvimento do capitalismo não pode se sustentar nos esquemas de reprodução de Marx, como tem sido procurado por diversos autores (tais como Hilferdin, Rosa Luxemburgo e outros), já que nestes esquemas de reprodução supõe-se a economia capitalista como um sistema em equilíbrio, ou seja, como um sistema que se reproduz sem perturbações, quando, na realidade, o capitalismo é um sistema em crise, que não se explica por uma tendência à nivelção das taxas de lucros, senão que, pelo contrário, pela busca de **superlucros**. Não existe, então, uma explicação monocausal do desenvolvimento do capitalismo, senão que uma série de variáveis participa em graus diferentes e em relações recíprocas. A ação recíproca entre estas determinações explica os movimentos de expansão e de estagnação em cada uma das fases do desenvolvimento do capitalismo (livre-concorrência, imperialismo clássico e capitalismo tardio). O desenvolvimento do capitalismo é um desenvolvimento desigual e combinado (isto é, pelo diferencial de produtividade entre indústria e agricultura, departamento I e departamento II, império e colônia, centro e periferia, etc.). A tendência do capitalismo é na direção da perpetuação e na sua ampliação destas diferenças, e não na nivelção das diferentes taxas de lucro.

Como já foi visto, para Mandel, a automatização da produção possibilitou a onda expansiva dos “anos dourados”. No entanto, Singer (*in* Mandel, 1982) sublinha que a terceira revolução tecnológica<sup>3</sup> não coincide com a onda longa de tonalidade expansiva a que faz referência Mandel. Isto cria uma dificuldade para aceitar a interpretação de Mandel, sobre a passagem para a onda longa de tonalidade de estagnação por esgotamento desta terceira revolução tecnológica. Por esta razão, parece mais pertinente a explicação segundo a qual a estagnação contemporânea é um resultado das mudanças tecnológicas e de gestão da força de trabalho colocadas pela financeirização do capital.

Jameson (2001)<sup>4</sup>, articulando o processo de mundialização financeira com o processo de desenvolvimento cíclico (mais uma vez “cíclico” quer dizer através de crises ou desequilibrado), sustenta que cada ciclo expansivo do capital culmina em um processo de financeirização. Portanto, a financeirização exprime a “fase superior” de um determinado ciclo de desenvolvimento do capitalismo. Neste caso, cada um dos “ciclos” do capital não se sucedem apenas ao longo do tempo, mas também ao longo do território (o capital se desenvolve no tempo e no espaço, num movimento em espiral, cada vez mais abrangente).

---

<sup>3</sup>Por exemplo, a invenção do microprocessador é do ano de 1971, sendo que sua incorporação na produção só começou nessa década, ou seja, quando já tinha começado a onda longa de tonalidade de estagnação.

<sup>4</sup>Este autor já tinha integrado a análise de Mandel sobre o *capitalismo tardio* como um terceiro estágio do desenvolvimento do capitalismo, após da fase concorrencial e da fase monopolista, na explicação das mudanças culturais contemporâneas, conhecidas como pós-modernidade. Para Jameson (1997), a pós-modernidade corresponde à lógica cultural do capitalismo tardio.

Com esta última colocação, Jameson (ibidem) está incorporando a discussão, de origem mandeliana, dos “ciclos” do capital, à análise de Giovanni Arrighi, do deslocamento territorial do “centro” de acumulação do capital (Espanha, Itália, Holanda, Inglaterra, EUA e, na opinião deste autor, o “centro” se deslocará no próximo período para a Ásia). O capital, na sua busca de valorização, percorreria, em cada ciclo, um caminho que está condensado na fórmula: D-M-D’. Trata-se de um caminho que tem três estágios: o primeiro é de acumulação de dinheiro, fundamentalmente através do comércio e da usura; o segundo é de investimento desse dinheiro, previamente acumulado, na produção (a transformação do dinheiro em capital); o que quer dizer também a territorialização do capital (a transformação do dinheiro em meios de produção –capital constante– e em força de trabalho –capital variável–); para finalmente, num terceiro estágio, o capital, acrescido da mais-valia, recupera sua forma-dinheiro na qualidade de capital financeiro. Esta última é também a fase final (ou “superior”) de *um determinado* ciclo de expansão do capital. Neste terceiro estágio, o capital se desterritorializa (capital flutuante), abandona *este* território produtivo, e se encaminha para outro território produtivo, buscando iniciar um novo ciclo de valorização. Antes de, por assim dizer, encontrar um novo território produtivo, o capital busca sua valorização em espaços não-produtivos (a especulação no mercado de dinheiro ou de capitais).

[...] o capitalismo financeiro é não somente um tipo de estágio mais avançado, mas o mais avançado e tardio estágio de cada momento do próprio capital, enquanto em seus ciclos ele exaure seus retornos na nova zona capitalista nacional ou internacional, e procura morrer e renascer em uma encarnação “mais alta”, mais vasta e incomensuravelmente mais produtiva, na qual está fardado a viver novamente os três estágios fundamentais da sua implantação, seu desenvolvimento produtivo, e seu estágio final especulativo ou financeiro (JAMESON, 2001, p. 151).

O capital financeiro é, portanto, a última forma das metamorfoses do dinheiro, quando alcança sua forma mais reificada e, ao mesmo tempo, se desterritorializa (torna-se capital flutuante), antes de se lançar na busca de novos territórios produtivos nos quais fixar-se em um novo ciclo produtivo.

## 2.1 A financeirização do capital

Segundo Samir Amin (1978), a obra de Marx parece dividida entre escritos em que predomina uma narrativa econômica, que culmina com “*O Capital*” (o movimento da mercadoria até a constituição do capital, a produção, a circulação e distribuição entre as

classes sociais), e outros escritos em que predomina uma narrativa política (o “*Manifesto*” e os textos que analisam a lutas de classes na França). Enquanto que na primeira narrativa, a linguagem parece ser a linguagem da economia política clássica (fundamentalmente ricardiana) revista e corrigida, que tem na **lei do valor** seu ponto culminante, nas obras de feição política predomina a análise centrada na oposição entre as classes sociais (nas quais a ideologia desempenha um papel significativo) a partir da afirmação fundamental que diz que **a luta de classes é o motor da história**. A unidade entre estes dois momentos da obra marxiana estaria no método comum, explicitado na “*Ideologia Alemã*”: o materialismo dialético.

Em contraposição a esta última interpretação, este autor sustenta que a economia (a “ciência” econômica) é a forma aparente que assume o materialismo histórico (ou seja, a luta de classes) no capitalismo. Isto é, na esfera econômica, tratada pelos economistas como ciência autônoma, a luta de classes se refrata nas formações sócio-econômicas capitalistas. Portanto, não existem duas narrativas, uma econômica e outra política, unidas pelo método do materialismo dialético; senão, uma única concepção na qual a luta de classes se desenvolve sobre uma base econômica, determinada pela lei do valor, que, por sua vez, é modificada pela luta de classes. Destarte, a “ciência” econômica, é uma ciência particular do modo de produção capitalista, e não a ciência geral dos modos de produção.

No capitalismo, existe tanto uma troca equivalente (lei do valor), quanto uma troca desigual (a extração de mais-valia, como trabalho não-pago): economia e luta de classes. Não são portanto duas narrativas, senão uma única narrativa na que a luta de classes se desenvolve sobre uma base econômica determinada pela lei do valor, modificando essa mesma base. A lei do valor não é uma camisa de força, que se expressa através do conflito de classes, sem que este nada possa fazer, a não ser revelar seus efeitos no campo político (a luta de classe nada mais faria do que estabelecer o equilíbrio indicado pela lei do valor). Entretanto, esta concepção pode ser interpretada como uma concepção voluntarista, em que a lei do valor deixa de ter existência, e tudo se passa na luta de classes, na esfera política. Em oposição a estes dois “desvios”, precisa-se entender que a luta de classes se origina e desenvolve sobre uma base econômica determinada e a modifica. Isto é, a luta de classes se desenvolve e atua sobre a base de “leis econômicas”.

Uma exemplo de “desvio” voluntarista é aquele que sustenta que o capital “fictício”, na contemporaneidade, tornou-se fictício porque a lei do valor deixou de operar, quando, na verdade, a existência do capital fictício, na contemporaneidade, se explica pela dinâmica da lei do valor, tal como foi tratada inicialmente por Marx em “*O Capital*”.

Segundo Giuseppe Cocco (2000), a nova qualidade do trabalho, o trabalho imaterial do operário social, na contemporaneidade, explica o processo de “financeirização do capital”. O capital “fictício” (financeiro) é o novo modo de ser da riqueza na contemporaneidade. Para este autor, “*No pós-fordismo, é a essência do capital que é ‘fictícia’ (parasitaria) e, portanto, não tem mais condições de ser ‘real’*” (ibidem, p. 34). Isto quer dizer que, na contemporaneidade, o capital aparece nu, como uma pura “vontade alheia”, apenas como uma poderosa bomba de sucção do tempo de trabalho excedente (não pago), sem poder exhibir nenhuma outra legitimidade, já que agora não se legitima mais a partir da “ciência” ou da necessidade do progresso científico-técnico, como acontecia no fordismo. Se o capital financeiro é a forma de ser do capital na contemporaneidade, é porque ele é expressão da nova qualidade do trabalho (imaterial) quando o capital penetra na esfera dos serviços. Este capital é “fictício” porque já não é resultado da lei do valor, da exploração econômica, e sim da dominação. Assim, para este autor, o mecanismo que explica a dinâmica da sociedade contemporânea, já não é a lei do valor, tendo sido seu lugar ocupado pela política.

Para compreender o desenvolvimento do “capital fictício”, a partir da *lei do valor*, é necessário partir da análise do papel da forma-dinheiro na circulação de mercadorias. O dinheiro cumpre duas funções, uma como meio de circulação e outra como meio de pagamento. Esta última forma dá lugar ao surgimento do sistema de crédito, uma importante alavanca no desenvolvimento das grandes empresas –como foi o caso das ferrovias na época do “*Capital*”– e de mudança na propriedade e na gestão dos meios de produção, com o surgimento das sociedades por ações (substituindo o proprietário privado individual). Através do sistema de crédito, o capital avança no processo de centralização, alavancando o processo de acumulação de capital. Na atualidade, este processo de centralização, impulsionado pela financeirização do capital, leva ao desenvolvimento das modernas empresas “enxutas” – mediante um processo que, parafraseando aquele outro do final do século XIX, equiivale às infovias– e de mudança nas relações de propriedade e de gestão da produção, com o surgimento dos fundos de investimentos e de pensões.

Existe uma dinâmica (uma relação de correspondência) entre as relações sociais (a propriedade dos meios de produção) e as forças produtivas. A mudança na forma de propriedade dos meios de produção, propiciada pelas sociedades por ações<sup>5</sup>, contribuiu para alavancar o desenvolvimento das forças produtivas, e estas, atuando sobre aquelas,

---

<sup>5</sup>A propriedade dos meios de produção se exprime através da detenção de ações, isto é, de títulos. Estes títulos conferem direitos sobre uma parte dos lucros das empresas. Entretanto, deve ser sublinhado que, na fase monopolista do capitalismo, a gestão e a propriedade dos meios de produção encontram-se separadas.

impulsionou a mudança nas formas de propriedade e de gestão das empresas. Essa dinâmica, entre relações sociais e forças produtivas, esteve na base da formação das sociedades por ações e das mudanças na base industrial do capitalismo, no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX (a formação dos monopólios). Com esta mudança, a propriedade do capital se separou da gestão dos meios de produção ou da produção, fundamento do *fetichismo do capital*, em que este parece não precisa mais passar pela produção para se valorizar. Tudo se passa como se a propriedade do dinheiro fosse capaz de produzir um aumento do dinheiro:  $(D - D')$ .

Está ocorrendo, na contemporaneidade, uma mudança semelhante, no que diz respeito à propriedade dos meios de produção com a participação dos fundos de investimentos e dos fundos de pensão (DUMÉNIL; LÉVY, 2003). Esta mudança está relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas com base na microeletrônica e, ao mesmo tempo, estas novas forças produtivas impulsionam mudanças nas formas de propriedade e de gestão do capital. Essa situação, que começou nos últimos anos da década de 1960, caracteriza um estado em que o capital rentista, através das suas instituições financeiras, comanda o processo de recomposição técnica do capital (conhecido como reestruturação produtiva), em curso a partir dos últimos anos do século XX. Nem todo o capital financeiro é “fictício”, ainda que a tendência do capital financeiro –que tem sua origem no sistema de crédito– seja de se tornar “fictício”. Os mecanismos de regulação do ciclo econômico, implantados especialmente a partir da crise de 1929, conseguiram conter o desenvolvimento do capital financeiro “fictício”, até que, quase meio século depois, foram derrubados pelo próprio capital, dando início ao processo de reestruturação produtiva atualmente em curso (esta é a problemática da incontrollabilidade do capital que Mézáros, 2002, trata em *Para além do Capital*).

Desenvolvemos a seguir a análise sobre a *acumulação de capital-dinheiro*, primeiramente tendo como base *O Capital* (MARX, 1979a, 1979b, 1979c) (item 2.1.1, item 2.1.2 e item 2.1.3) para, finalmente, discutir a crise contemporânea do capital (item 2.1.4) que, como já foi dito anteriormente, nasceu na passagem da década de 1960 para os anos 1970, caracterizado pelo predomínio do capital financeiro “fictício”.

O desenvolvimento do capitalismo iniciou-se com a troca de mercadorias  $(M - M')$ , a circulação de mercadorias  $(M - D - M')$ , o comércio e a acumulação mercantil  $(D - M - D')$ , a produção  $(D - M - P - M' - D')$ , até chegar hoje a uma situação em que a circulação do capital parece agregar dinheiro sem necessidade de ser investido na produção  $(D - D')$ . O capital na atualidade confunde-se com o capital rentista, “fictício”, com a mera

propriedade desvinculada da produção. É neste contexto que se desenvolve a discussão sobre a o “fim da centralidade do trabalho”. O capital financeiro rentista (os proprietários dele) impõe(m) ao trabalho sua necessidade de “liquidez” (a produção). Isto explica a “nova qualidade do trabalho”, a “flexibilidade”, a sua mobilidade (o trabalhador “nômade”) e até sua forma mistificada como trabalho “imaterial”. Contribui também para explicar as transformações no processo de produção, fundamentalmente o encurtamento do processo de produção, circulação, distribuição e consumo (a crescente integração da produção e do consumo). Os proprietários do capital rentista impõem seus critérios de gestão às empresas por eles controladas, destarte, a empresa passa a ser gerida segundo critérios puramente financeiros, satisfazendo objetivos de rentabilidade no curto prazo. Como diz Chesnais (1996, p. 293), “*o objetivo dos fundos é valorizar seus ativos industriais, pelos mesmos critérios que os seus ativos financeiros como um todo*”. Isto leva a uma revolução na gestão das empresas, que se expressa na recombinação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual (item 2.3.3 na página 174), assim como também por encurtar o ciclo de produção, circulação, distribuição e consumo, que se manifesta na crescente interpenetração entre o consumo e a produção (item 2.3.2 na página 169).

### 2.1.1 Circulação, dinheiro e moeda

A circulação de mercadorias é diferente do intercâmbio direto dos produtos<sup>6</sup>, já que nesse segundo caso a troca ( $M - M$ ), com a participação do dinheiro, se separa em duas trocas ( $M - D$  e  $D - M$ ). O dinheiro possibilita a desconexão do processo de troca em dois processos separados no espaço e no tempo: a venda ( $M - D$ ) e a compra ( $D - M$ ). Assim, a troca de mercadorias entre produtores desdobra-se em um duplo processo de venda e compra. Isto cria a possibilidade da interrupção do fluxo da circulação de mercadorias, ou seja, acontecer a hipótese de que a venda não seja seguida imediatamente por uma compra.

Com a generalização da troca, a mercadoria se desdobra em mercadoria e dinheiro (ou seja, desdobra-se em uma mercadoria particular, determinada; e, ao mesmo tempo, em uma mercadoria-em-geral). A forma-dinheiro da mercadoria é a mercadoria-em-geral aderida a uma mercadoria determinada. É um equivalente geral, uma terceira mercadoria ideal, em relação ao qual são comparadas as mercadorias determinadas. A forma-dinheiro, como equivalente geral, se adere a qualquer outra mercadoria, ainda que haja mercadorias que, por suas propriedades naturais, são mais adequadas para esta função de equivalente

---

<sup>6</sup>O intercâmbio direto de produtos começou entre comunidades, e só depois, com a divisão social do trabalho, se desenvolveu entre os indivíduos de uma mesma comunidade.

geral. Assim acontece com os metais preciosos que, pelas suas qualidades naturais, se prestam para assumir a função da forma-dinheiro. A mercadoria-dinheiro subministra às outras mercadorias a matéria para que estas expressem seu valor. “*El dinero, como medida de valores, es la forma o manifestación necesaria de la medida inmanente de valor de las mercancías: el tiempo de trabajo*” (MARX, 1979a, p. 56).

O dinheiro desempenha duas funções: como medida de valores e como padrão de preços. Segundo Marx “*En su función de medida de valor el dinero actúa, por tanto, como dinero puramente imaginario o ideal*” (ibidem, p. 57). Como medida de valores, serve para converter em preços, em quantidades imaginárias de ouro, os valores das outras mercadorias. Como padrão de preços, serve para medir a quantidade de ouro das mercadorias (o “peso” em quantidades de ouro das mercadorias). O ouro (ou a prata) é uma medida de valor, porque ele também é produto do trabalho, ou seja, uma mercadoria que tem um valor de troca variável, como todas as mercadorias. No entanto, na sua função de medida, ou de valor ideal, apagam-se todas as marcas tanto do seu valor de uso e como do trabalho abstrato materializado nela.

O dinheiro cumpre a função de meio de circulação. Como meio de circulação cumpre a função de mediação entre duas mercadorias:  $M - D - M$ . Ele é a forma transfigurada da mercadoria. Troca-se o produto de um trabalho pelo produto de outro trabalho entre indivíduos para os quais seus respectivos trabalhos só têm valor de troca. A troca acontece entre indivíduos que são proprietários privados de um produto que só têm, para seus respectivos proprietários, valor de troca.

Enquanto que na circulação, a mercadoria, imediatamente após se transfigurar em dinheiro, retorna como mercadoria, uma situação diferente acontece com o dinheiro que permanece na circulação, ainda que mudando de mãos (se afastando permanentemente do ponto de partida). O dinheiro transfere a mercadoria das mãos do vendedor para o comprador, repetindo constantemente o mesmo processo. A mercadoria abandona sua forma determinada, para adquirir a forma-dinheiro (a forma indeterminada), para retornar a ser uma mercadoria determinada nas mãos do comprador interessado no seu valor de uso. Neste processo, o dinheiro cumpre a função de levar a mercadoria do vendedor, para quem só tem valor de troca, para o comprador, para quem a mercadoria tem valor de uso. Possibilita assim a migração, o movimento das mercadorias. O movimento da mercadoria é na direção do consumo, ou seja, no sentido de “sair” da esfera da circulação. O dinheiro ocupa o lugar da mercadoria (ele pode ocupar o lugar de todas as mercadorias) na circulação. Entretanto, o dinheiro permanece continuamente na esfera da circulação.

Isto cria a ilusão de que a circulação seja circulação de dinheiro, e não de mercadorias, sendo que, de fato, o dinheiro é o veículo da circulação das mercadorias (ele se movimenta levando, por assim dizer, a mercadoria do vendedor para o comprador).

Em uma economia monetária generalizada, a moeda não é somente meio de circulação geral para todas as mercadorias; ela é também **meio de pagamento geral**. Como meio de circulação geral, ela facilita a troca, assumindo a forma-dinheiro (a mercadoria é trocada por dinheiro e este por outra mercadoria). Assim é um meio do **metabolismo social** das mercadorias, que assumem a forma-dinheiro para serem trocadas umas pelas outras.

A forma-dinheiro assumida pelos metais preciosos, na sua função de meio de circulação, pode ser transferida para o papel-moeda emitido pelo Estado e de curso forçoso que, neste caso, simboliza uma quantidade de metal (um determinado “peso” de metal utilizado como referência).

El papel moneda es un *signo de oro* o un signo de dinero. Su relación con los *valores* de las mercancías consiste simplemente en que éstos se expresan idealmente, mediante él, en la misma cantidad de oro que el papel moneda representa simbólicamente y de un modo perceptible. Sólo el hecho de representar cantidades de oro, que son también, como todas las cantidades de mercancías, cantidades de valor, es lo que permite al papel moneda ser un *signo de valor* (ibidem, p. 86).

O dinheiro aparece como mercadoria-em-geral, ou como mercadoria “pura”, mero veículo na circulação das outras mercadorias, às quais empresta sua forma para que possam circular. Segundo Jameson (2001), o surgimento da forma-dinheiro junto com a mercadoria (o desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro, como se esta última fosse a pele da primeira, a forma necessária que assumem as mercadorias para poder circular), leva a um novo interesse pelas propriedades físicas, sensoriais, dos produtos do trabalho. A generalização da troca mercantil está associada, contraditoriamente, ao “realismo” estético, isto é, ao interesse pelas propriedades sensíveis das mercadorias, em contraposição a sua forma-dinheiro. Isto é assim, porque finalmente o papel do dinheiro, na circulação de mercadorias, é conduzir às mercadorias para seu consumo, ou seja, para a realização do valor de uso.

O dinheiro é um meio de circulação, mas também um “peso”, uma medida de valor que possibilita mensurar, e comparar, o valor das mercadorias no momento da troca (como “peso” ou medida possibilita comparar a quantidade de trabalho abstrato em termos do “peso” em ouro ou prata de uma determinada moeda utilizada como dinheiro).

Na sua qualidade de meio de circulação, a moeda é um bem público, enquanto que,

como meio de pagamento, possui características de uma mercadoria privada, e como tal pode ser acumulada privadamente. São, portanto, dois lados e duas funções do dinheiro: como bem público (meio de circulação) e como bem privado (meio de pagamento) (GUTTMANN, 1998). Nesta última condição, é um ativo financeiro que pode ser mobilizado privadamente.

### 2.1.1.1 O dinheiro como meio de pagamento

Caso a troca se interrompa no primeiro momento ( $M - D$ ), ou seja na venda, o dinheiro passa a funcionar como tesouro, “*o dinheiro se petrifica, convertendo-se em tesouro, e o vendedor de mercadorias em atesorador*” (ibidem, p. 88). O vendedor, em vez de realizar uma nova compra com o dinheiro obtido, opta por se abster de comprar, para entesourar dinheiro. Nesse caso, como o dinheiro é também uma mercadoria, ele pode ser apropriado privadamente como riqueza social. A sua posse expressa o grau de riqueza social do seu proprietário (o que ele poderia comprar).

Com a desconexão, no tempo e no espaço, da troca de mercadorias entre os processos de venda ( $M - D$ ) e os processos de compra ( $D - M$ ), junto com a possibilidade de entesourar o dinheiro, cria-se a possibilidade do dinheiro funcionar como meio de pagamento e assim pode ser acumulado privadamente. Dessa maneira, “*del mismo modo que el verdadero papel moneda brota de la función del dinero como medio de circulación, el dinero-crédito tiene sus raíces naturales en la función del dinero como medio de pago*” (ibidem, p. 85). Neste caso, temos que o vendedor, quando vende a crédito, isto é, sem receber imediatamente o dinheiro, se converte em credor e o comprador, quando compra sem entregar imediatamente em troca o dinheiro, em devedor. Os papéis de vendedor e do comprador agora são ocupados pelos papéis de credor e de devedor. O dinheiro, como meio de pagamento, é lançado na circulação sem que existam ainda as mercadorias para ser trocadas. É isto o que possibilita a continuidade do ciclo produtivo, já que o *sistema de crédito* coloca a disposição dos capitalistas o rendimento que realizarão no próxima ciclo produtivo<sup>7</sup>. A mercadoria trocará de mãos, do vendedor para o comprador, após um prazo de tempo (ou seja, a troca será diferida no tempo). O comprador realiza uma compra sem antes vender a sua mercadoria (por isso vai adquirir uma dívida), e o vendedor vende sem antes realizar uma compra (tornando-se credor). Assim o comprador passa a ser um devedor, e o vendedor um credor.

<sup>7</sup>Segundo Amin (1978) esta é a resposta a questão dos mercados levantada por Rosa Luxemburgo (1976). Esta autora postulava a necessidade de acrescentar um terceiro departamento produtor de meios de circulação.

A primeira metamorfoses ( $M - D$ ) –a venda– só se realiza *a posteriori* e a segunda metamorfoses ( $D - M$ ) –a compra– se realiza *a priori*. Assim agora, o processo tem início com uma compra ( $D - M$ ) e finaliza com uma venda ( $M - D$ ). O dinheiro deixa de ser o mediador do processo de circulação, passa a ter uma “*existência absoluta*” e se converte em fim último da venda. Isto cria um sistema de interdependência entre credores e devedores, anteriores à produção de mercadorias que, em determinadas circunstâncias, provoca uma crise de dinheiro que se manifesta no divórcio entre a mercadoria e a forma-dinheiro (retornando-se do sistema de crédito de compensações mútuas para o sistema monetário).

Com a generalização das relações de troca, o dinheiro passa progressivamente a ser o meio de pagamento geral, desbordando seu papel na circulação. A generalização do sistema de crédito está na base do surgimento das sociedades por ações. O desenvolvimento da produção faz com que se expanda o crédito, e o crédito se traduz na extensão das operações industriais e comerciais.

A expansão do sistema de crédito possibilitou ampliar a produção para além dos limites da quantidade de dinheiro entesourado individualmente pelos capitalistas<sup>8</sup>. Ao mesmo tempo, na moeda de crédito já está contida a possibilidade do desenvolvimento do capital fictício. Isto é, para além do surgimento de uma camada de capitalistas que emprestam o dinheiro como capital, temos também o surgimento de uma camada de proprietários de títulos em que se estabelecem direitos sobre os lucros a serem obtidos no futuro.

### 2.1.2 O dinheiro como capital

Na circulação do dinheiro como capital, observamos que, diferentemente do ciclo de circulação simples da mercadorias, o ciclo se inicia com o dinheiro para retornar novamente como dinheiro:  $D - M - D$ . Neste caso, a mercadoria troca duas vezes de posição ( $D - M$  e  $M - D$ ) antes que o dinheiro retorne a seu início. O sentido da circulação do dinheiro aqui não é o do retorno da mercadoria para o consumo (ou seja, a saída da mercadoria da circulação, a realização do valor de uso), e sim a realização do próprio valor de troca. Na verdade, o dinheiro não retorna igual ao que foi lançado na circulação, senão que retorna acrescido de mais dinheiro, assim:  $D - M - D'$ , sendo que  $D' = D + \Delta D$ . O capitalista

---

<sup>8</sup>Com a reforma do sistema monetário a partir da crise de 1929, este papel do dinheiro, como meio de pagamento “elástico”, se fortalecerá quando se “libere” dos limites aos que ficava confinado no “padrão-ouro”. Ao mesmo tempo, os governos controlarão a quantidade de dinheiro que os bancos estão autorizados a emprestar, ou seja, a moeda de crédito que os bancos poderiam criar.

lança o dinheiro na circulação para obter mais dinheiro, enquanto que o entesourador procura obter dinheiro retirando-o da circulação. Como as trocas entre as mercadorias se realizam segundo seu valor, de tal forma que não se acrescenta valor neste processo, mudando apenas a forma do valor, a origem do incremento do dinheiro, como forma do valor, não está na circulação, ainda que tampouco fora da circulação.

O capitalista compra as mercadorias pelo seu valor da troca, e as consome pelo seu valor de uso. Isto vale também para a força de trabalho. Esta é descoberta fundamental de Marx e o seu avanço em relação com a economia clássica. Marx consegue distinguir entre o trabalho e a força de trabalho. O que o capitalista compra é o uso da força de trabalho por um período de tempo, pagando por ela o seu valor. Se o capitalista comprasse o trabalho, e não a força de trabalho por um período de tempo, o possuidor da força de trabalho estaria se tornando um escravo. Por isto o trabalhador tem que ser proprietário livre da sua força de trabalho, e se considerar ele próprio como pessoa que aliena temporariamente sua força de trabalho, sem renunciar a sua propriedade. O operário tem que ser livre num duplo sentido: livre para alienar sua força de trabalho, e livre no sentido de não possuir nenhum meio de vida ou de produção, sendo por tanto obrigado a alienar sua força de trabalho para obter os produtos necessários para sua subsistência. “*Entendemos por capacidad o fuerza de trabajo el conjunto de las condiciones físicas y espirituales que se dan en la corporiedad, en la personalidad viviente de un hombre y que éste pone en acción al producir valores de uso de cualquier clase*” (ibidem, p. 121).

O capitalista transforma o dinheiro em mercadorias (meios de produção, matéria prima, e força de trabalho) com as quais produz outras mercadorias (as mercadorias iniciais são consumidas no processo produtivo), e logo transforma essa novas mercadorias novamente em dinheiro.

Todas as mercadorias se trocam pelo seu valor, mensurado pelo tempo de trabalho socialmente necessário. A força de trabalho também se troca pelo seu valor (os meios necessários de vida do trabalhador e sua família), já que ela é tratada como se fosse uma mercadoria como as outras. A única diferença no valor desta mercadoria, em relação às outras, está em que na consideração do seu valor participa um elemento *histórico-moral*, um determinado padrão sócio-histórico de vida. A força de trabalho será consumida em um determinado processo de trabalho que será um processo de valorização do capital, por haver sido incorporada como fator subjetivo na produção pelo comprador para produzir uma nova mercadoria, que contém mais valor que aquele de todas as outras mercadorias juntas.

O trabalhador aliena sua força de trabalho pelo valor de troca (os meios necessários de vida), que será consumida produtivamente pelo comprador pelo seu valor de uso, junto com as outras mercadorias. Durante a produção, esta força de trabalho produzirá não apenas seu próprio valor (trabalho necessário), como um *plus* valor (trabalho excedente) que será incorporado na nova mercadoria produzida. Assim, a mais-valia brota de um excesso *quantitativo* de trabalho, obtido da prolongação da duração do processo de trabalho (o operário é contratado para trabalhar uma quantidade de horas a mais das necessárias para sua própria reprodução).

O trabalhador realiza um trabalho que tem um duplo caráter: concreto e abstrato. Como trabalho concreto, o trabalhador transfere o valor dos meios de produção para a nova mercadoria. Nesse caso, não existe criação de novo valor, apenas conservação do valor já existente. Como trabalho abstrato, o trabalhador realiza um trabalho-em-geral de incorporação de novo valor. Enquanto que do ponto de vista do trabalho concreto as mercadorias conservam seu valor (seu valor é transferido de uma mercadoria para outra no processo produtivo), do ponto de vista do trabalho abstrato a força de trabalho aumenta o valor da nova mercadoria (agrega valor no processo produtivo). Assim, no final do processo produtivo, a nova mercadoria terá adquirido mais valor, a partir da força de trabalho (do excesso de tempo de trabalho), ela terá um *quantum* de tempo de trabalho maior daquele resultado da soma do valor das mercadorias já tinham no início do processo produtivo. Portanto, o *mesmo* trabalho, ao mesmo tempo, conserva e acrescenta um novo valor na mercadoria, geralmente na mesma proporção.

Aquela parte do capital investido nos meios de produção, que não muda de valor, já que somente muda sua forma, passando de um objeto para outro, é o capital constante. A parte do capital investida na força de trabalho que, quando consumida, acrescenta um novo valor constitui o capital variável. Portanto, o dinheiro como capital se desdobra na produção em capital constante (meios de produção) e capital variável (força de trabalho):  $C = c + v$ . No final do processo produtivo, obtém-se o capital acrescido de um novo valor:  $C' = (c + v) + m$ . Como o capital constante reaparece na mesma magnitude na nova mercadoria produzida, pode se considerar o capital constante como igual a zero ( $c = 0$ ). Se a mesma operação fosse feita com o capital variável, o resultado seria que o trabalho somente teria transferido o valor dos meios de produção para a nova mercadoria, sem acrescentar nenhum valor. A consideração das mudanças de valor, incluindo o capital constante, faz parte da análise do lucro<sup>9</sup>, já que este expressa a mais-valia em termos de aumento

<sup>9</sup>Esta problemática é tratada no Livro III d' *Capital*, quando Marx trabalha com preços e não valores. Trata-se de uma mudança de nível de análise. No Livro I, está trabalhando apenas com a lei do valor

do valor em relação ao capital total investido. Com efeito, para o capitalista, o capital investido consiste em um único capital, sem que seja relevante para ele o papel que as diferentes partes do capital desempenham na produção de mais-valia (ou do lucro, como se lhe apresenta a mais-valia). Para o capitalista, a massa indiferenciada de capital que lança ao mercado retorna acrescida de um lucro, como se este fosse um resultado da circulação do capital e não da produção. Este é o **fetichismo do capital**, em que ele aparece numa relação consigo próprio ( $C - C'$ ). Entretanto, Marx, considera que para analisar de um modo *puro* o processo de valorização, pode ser deixado de lado provisoriamente o capital constante, já que este proporciona a matéria que será transformada e conservada no processo de produção. Neste caso, a taxa de mais-valia define exclusivamente a relação entre o capital variável e a mais-valia. Esta taxa expressa o grau de exploração da força de trabalho pelo capital.

Os autores que identificam o “trabalho imaterial” (LAZZARATO; NEGRI, 2001), como a nova forma de ser do trabalho, desconsideram o papel do capital constante, ou seja, dos meios de produção. Os meios de produção são tratados como se fossem inexistentes, e portanto, toda a produção se confunde com o processo de trabalho, sem que exista apropriação privada do produto (e, portanto, extração de mais-valia). Para estes autores, uma vez que é eliminado o fator objetivo (a propriedade privada dos meios de produção), toda a produção passa a ser considerada produto exclusivo do fator subjetivo (o trabalho “vivo”), que se constitui no único elemento que participa da produção na atualidade. O processo de produção é analisado exclusivamente como um processo de valorização, em que o trabalhador, como um sujeito absoluto, trabalha sobre relações sociais para obter um produto que, além de não ser destruído no ato do consumo, tem como destino reproduzir a subjetividade do consumidor, deixando-se de lado o processo de produção como processo de trabalho, em que os meios de produção (ferramentas e matéria prima) constituem as condições objetivas, materiais (em última instância resultado da transformação da natureza que nem por isto deixa de existir como realidade objetiva), a partir das quais se desenvolve o trabalho. Nesta concepção, a propriedade privada dos meios de produção é escamoteada, porque os bens produzidos anteriormente a partir da transformação da natureza, e que são as condições materiais (máquinas, matérias prima) para um novo ciclo produtivo, são considerados como públicos e imateriais (ver item 2.4).

---

como se esta, que é a principal, fosse a única determinação. No Livro III, Marx estará trabalhando como outras determinações, como por exemplo, a concorrência entre os vários capitalistas. A análise do fetichismo do capital, que mais adiante empreendemos (item 2.1.3), faz parte também do Livro III. Conforme avança a exposição, mais se aproxima à realidade como um concreto pensando, síntese das múltiplas determinações.

A jornada de trabalho pode ser considerada como dividida em dois períodos. No primeiro, o trabalhador produz uma quantidade de valor equivalente a seu salário e, por isto, se denomina trabalho necessário. A parte do tempo de trabalho que excede as necessidades de reprodução da vida do trabalhador constitui o trabalho excedente. Assim, a taxa de mais-valia expressa também a relação entre o trabalho excedente e o trabalho necessário.

No início do capitalismo, o capital se apropria do processo de trabalho tal como ela existe, limitando-se a prolongar a jornada de trabalho, como forma de extrair o trabalho excedente. Este processo, que consiste em prolongar a jornada de trabalho, constitui a *mais-valia absoluta*. Uma vez que o capitalismo se estabeleceu na produção, a mais-valia passa a ser obtida reduzindo o tempo de trabalho necessário, o que constitui a *mais-valia relativa*. Para isto, muda a composição técnica do capital, aumentando relativamente o capital constante em relação ao capital variável. Esta passagem da extração da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, que caracteriza o **regime de produção especificamente capitalista**, consiste também na passagem da subsunção formal do trabalho ao capital, para a subsunção real.

La producción de plusvalía relativa supone, pues, un *régimen de producción específicamente capitalista*, que sólo puede nacer y desarrollarse con sus métodos, sus medios y sus condiciones, por un proceso natural y espontáneo, a base de la supeditación formal del trabajo al capital. Esta supeditación formal es sustituida por la *supeditación real del obrero al capitalista*. (ibidem, p. 426, grifos no original)

Desse modo, a forma especificamente capitalista de produção, quando o capital se desenvolve sobre sua própria base técnico-material, consiste no encurtamento do tempo de trabalho necessário para, assim, aumentar o tempo de trabalho excedente absorvido durante a jornada de trabalho. Isso é obtido através do aumento da capacidade produtiva do trabalho, que permite produzir mais em menos tempo, e assim substituir trabalho necessário por trabalho excedente. Este aumento da produtividade se consegue, inicialmente, através do desenvolvimento de formas de cooperação entre os trabalhadores, fazendo que o processo de produção seja um processo de cooperação, um processo de criação de uma força produtiva social, e o produto do trabalho, resultado de um processo de trabalho socialmente combinado. Os trabalhadores são reunidos em um mesmo local de trabalho e submetidos ao mando do capitalista, que dirige e controla o processo produtivo. A partir deste ponto, a base produtiva sobre a qual se desenvolve o capital passa da manufatura para a indústria, ou seja, passa da utilização de ferramentas, operadas pela mão do operário, para um sistema de máquinas-ferramentas, operadas por um motor que, como

diz, Lojkin (1999), objetiva as funções manipulatórias da mão. O que diferencia a manufatura da indústria não é tanto a fonte de energia (a substituição da energia humana e/ou animal pela energia mecânica), mas o fato da máquina-ferramenta constituir uma *máquina de trabalho*.

Uma vez produzida a mais-valia, esta retorna à produção como capital. Este processo de transformação da mais-valia em capital denomina-se **acumulação de capital** e consiste na capitalização da mais-valia. Portanto, primeiro o capital engendra a mais-valia, logo uma parte desta é consumida pelo capitalista e outra parte retorna como capital (novos meios de produção e mais força de trabalho) que se agrega ao capital inicial. Se a mais-valia fosse integralmente consumida não existiria acumulação. Este processo de acumulação revela que a função do capital (da qual o capitalista é uma personificação) é **produzir por produzir**, desenvolvendo, para isto, as forças sociais produtivas, criando as condições materiais de produção, que se constituem na base real para uma forma mais avançada de sociedade.

Rosa Luxemburgo (1976) pergunta-se quem consume este excesso constante de produção, já que os capitalistas devem se “abster” de consumir a totalidade da mais-valia para capitalizá-la, e os operários não podem obter mais salários já que isto significa aumento do capital variável. A resposta para esta autora está no ambiente não-capitalista em que se desenvolve o capitalismo. Os consumidores desde incremento constante de produção não são nem os operários nem os capitalistas, mas consumidores dos países não-capitalistas. Assim, o capitalismo se desenvolve em um ambiente social não-capitalista, e este é também o seu limite. Esta militante comunista, também, leva em consideração o consumo improdutivo, realizado pela indústria militar, que logo será conhecido como keynesianismo militar. Parece-nos que Mészáros (2002) se apoia nesta análise para prognosticar o esgotamento dos limites expansivos do capital na contemporaneidade. “*Acumular por acumular, producir por producir: en esta fórmula recoge y proclama la economía clásica la misión histórica del período burgués*” ((MARX, 1979a, p. 501)).

Na circulação do dinheiro como capital, para que retorne acrescido de mais-valor, o objetivo do capitalista é o lucro (a forma transfigurada da mais-valia) e a consequência é a acumulação do capital. Assim, o lucro é a expressão no indivíduo do processo objetivo de acumulação, que se realiza através do processo valorização do capital.

Denomina-se *composição orgânica ou técnica do capital* a proporção de participação dos meios de produção (como capital constante) e da força de trabalho (como capital variável) na produção de mais-valia,. O incremento do capital leva, também, ao aumento

da parte variável do capital, ou seja, da participação da força de trabalho na produção do capital. Este movimento que leva a que se empreguem, com a acumulação de capital, cada vez mais trabalhadores e, por essa razão, à elevação do salário, diminuindo portanto a taxa de mais-valia, é contrariado pela mudança na composição técnica do capital, que aumenta a participação do capital constante em face do capital variável. Desta forma, a acumulação de capital diminui *relativamente* a participação do capital variável na composição do capital, ou dito de uma outra forma, na produção do capital pelo capital a magnitude do fator objetivo aumenta mais rapidamente comparado com o fator subjetivo.

Portanto, no regime especificamente capitalista de produção, se por um lado a acumulação do capital aumenta a procura por força de trabalho, os capitalistas reagem contra as conseqüências da sua própria acumulação aumentando a composição orgânica do capital, o que leva a uma diminuição relativa da participação da força de trabalho na produção. Assim, a mudança quantitativa (acumulação do capital) gera uma mudança qualitativa (aumento da composição orgânica do capital). O capital renasce em cada ciclo produtivo sob uma forma técnica mais perfeita, já que com menos trabalho é possível mobilizar uma massa maior de máquinas e de matéria prima.

O processo de acumulação de capital é também um processo de concentração de meios de produção nas mãos dos capitalistas individuais, com o conseqüente poder sobre um conjunto mais ou menos numeroso de trabalhadores (a concentração “*não é mais que uma denominação distinta que se dá à reprodução sobre uma escala ampliada*” (ibidem, p. 530). A concentração do capital leva a uma dispersão do capital global entre os muitos capitalistas individuais. Junto com esta concentração do capital nas mãos dos capitalistas individuais acontece também o processo de centralização do capital, que se caracteriza pela agregação dos muitos capitais individuais já existentes. Na centralização, não se trata da criação de novo capital, mas da agregação do capital disperso. Este processo de centralização é potencializado pela concorrência e pelo crédito. Este último possibilita atrair para a produção capitais adicionais de forma muito rápida, para serem aplicados em empreendimentos para os quais os capitais individuais não são suficientes.

[...] la producción capitalista crea una nueva potencia: el *crédito*, que en sus comienzos se desliza e insinúa recatadamente, como tímido auxiliar de la acumulación, atrayendo y aglutinando en manos de capitalistas individuales o asociados, por medio de una red de hilillos invisibles, el dinero diseminado en grandes o pequeñas masas por la superficie de la sociedad, hasta que pronto se revela como un arma nueva y temible en el campo de batalla de la competencia y acaba por convertirse en un gigantesco mecanismo social de centralización de capitales. (ibidem, p. 530)

Assim, a centralização complementa a obra da acumulação, já que permite aos capitalistas industriais estender a escala das suas operações. Um exemplo deste processo de centralização são as **sociedades anônimas**. Enquanto que a concentração (a acumulação) acontece lentamente, a centralização se desenvolve de forma mais rápida.

Aún no existirían ferrocarriles si para ello hubiera habido que aguardar a que la acumulación permitiese a unos cuantos capitalistas individuales acometer la construcción de vías férreas. La centralización lo consiguió en un abrir y cerrar de ojos, gracias a las sociedades anónimas. De este modo, además de reforzar y acelerar los efectos de la acumulación, la concentración amplía y acelera al mismo tiempo las transformaciones operadas en la composición técnica del capital, permitiendo aumentar el capital constante a costa del variable y reduciendo, como el lógico, la demanda relativa de trabajo. (MARX, 1979a, p. 531)

A dinâmica da acumulação do capital, com tendência à diminuição relativa do capital variável, produz um excedente de população, ao mesmo tempo que a concentração do capital. Ao produzir a acumulação do capital, os operários produzem, também, simultaneamente, seu próprio excesso (esta é a *lei da população* do regime de produção capitalista). Este excesso populacional é tanto um produto necessário da acumulação, quanto uma das condições do regime especificamente capitalista de produção. Este excesso de população, em relação às necessidades da produção, constitui o **exército industrial de reserva**. A constituição deste exército industrial de reserva e suas condições de vida paupérrimas se expressam na *lei geral, absoluta, da acumulação capitalista*<sup>10</sup>:

“*Cuanto mayores son la riqueza social, el capital en funciones, el volumen y la intensidad de su crecimiento y mayores también, por tanto, la magnitud absoluta del proletariado y la capacidad productiva de su trabajo, tanto mayor es el ejército industrial de reserva*”. (ibidem, p. 546; sublinhado no original)

Segundo Marx, esta lei determina uma acumulação de miséria equivalente à acumulação do capital, ainda que a lei seja modificada na sua aplicação por uma série de circunstâncias. Assim como esta lei determina a miséria relativa da população, em conformidade com o avanço do processo de acumulação de capital, a *lei da tendência decrescente da taxa de lucro* determina a diminuição progressiva da taxa de lucro, em conformidade com o avanço da composição técnica do capital.

Já vimos que a taxa de lucro é a forma mistificada da taxa de mais-valia, é a forma na que se apresenta a mais-valia para o capitalista como resultado do seu investimento total. O lucro não é outra coisa que a mais-valia calculada sobre o capital social.

<sup>10</sup>A reflexão de Marilda V. Iamamoto (2001) sobre o Serviço Social é em torno desta lei.

Supondo-se como constante a taxa de mais-valia, a taxa de lucro varia inversamente à composição orgânica do capital. Isto quer dizer que, à medida que a composição orgânica do capital se eleva, a taxa de lucro deve cair, ou seja, em conformidade com o avanço da produção, cada mercadoria contém um *quantum* de trabalho incorporado menor, o que é compensado, em termos absolutos para cada capitalista, aumentando a quantidade de mercadorias produzidas (incrementando a escala de produção). Destarte, o capitalista luta contra a queda tendencial da taxa de lucro, aumentando a escala de produção, para o qual precisa mudar a composição técnica do capital, o que diminui a participação de capital variável no produto, resultando num movimento sem fim. No entanto, esta queda relativa só acontece, se a taxa de mais-valia permanecer constante. Desta forma, esta tendência pode ser, também, contrariada pelo aumento da taxa de mais-valia, compensando ou supercompensando os efeitos da modificação da composição orgânica do capital.

Marx enumera seis causas que podem contrabalançar, no sentido de retardar, os efeitos desta tendência: aumento do grau de exploração do trabalho; depressão dos salários abaixo do seu valor; barateamento dos elementos que fazem parte do capital constante; superpopulação relativa; comércio exterior; aumento do capital-ações<sup>11</sup>.

É certo que a taxa de lucro só cairá com o aumento da composição orgânica do capital se a taxa de mais-valia permanecer constante (portanto se o salário aumentar na mesma proporção em que aumenta a produtividade do trabalho). Dito de outra forma, para que se materialize a queda da taxa de lucro, é necessário que o aumento da composição técnica do capital não se traduza na *mesma* proporção em que aumenta o capital variável.

### 2.1.3 O fetichismo do capital: juros, crédito e capital fictício

Quando o dinheiro circula como capital, passa a ser um valor que se valoriza, produzindo lucro. Assim, o dinheiro adquire um novo uso, quando é utilizado como capital, consistindo em produzir lucro. Ou seja, o dinheiro passa a ser uma mercadoria *sui generis* que, como valor de uso, tem a possibilidade de ser utilizado como capital para produzir lucro. Assim o dinheiro pode ser emprestado como capital para um outro capitalista produzir mais-valia, devendo, neste caso, dividir o lucro com o prestamista (o proprietário do capital) na forma de juros.

O movimento do dinheiro que se empresta como capital é:  $D - D - M - D' - D'$ .

---

<sup>11</sup>O lucro dos acionistas é o dividendo. Segundo Marx, os dividendos não fazem parte do processo de formação da taxa geral de lucro, já que produzem um lucro inferior a taxa média. Si fizessem parte do mecanismo de nivelção da taxa de lucro, o lucro médio diminuiria ainda mais.

O primeiro movimento de  $D - D$  é apenas uma transferência entre capitalistas, entre o proprietário do capital e o produtor de mais-valia; com este movimento (que não é uma troca porque não existe um processo de compra-venda de mercadorias, é apenas uma transação jurídica) não se cria valor, só se transfere o valor. O dinheiro retorna ao proprietário do capital, acrescido com uma parte do lucro obtido no processo de produção de valor, do qual o capital participou. O capital, neste caso, é lançado na circulação como capital em potência, para que outro capitalista o utilize no processo de produção, na exploração da força de trabalho, e logo, depois, retorne para seu proprietário acrescido de um valor. O capitalista empresta o dinheiro como capital para o capitalista industrial, que está interessado no seu valor de uso, isto é, o de funcionar como capital para produzir mais-valia (ou seja, de se apropriar de trabalho alheio).

O limite máximo dos juros é o próprio lucro, já que aquele é uma parte deste. Ou, também, diz Marx, o limite máximo dos juros é o lucro deduzido o “salário de vigilância”, sendo que neste caso o capitalista industrial ficaria sem nenhuma participação nos lucros obtidos na produção. Assim, o lucro se divide em juro e lucro do empresário (às vezes este lucro do empresário aparece como “salário” que remunera o “trabalho” de exploração da força de trabalho). Desta forma, a taxa de juros não pode ser maior que a taxa de lucro, já que os juros são uma parte do lucro. Ao mesmo tempo, como o juro é uma parte do lucro, o seu aumento se realiza em contraposição ao lucro: quando o nível de atividade é maior, o juro é menor e vice-versa:

Si observamos los ciclos de rotación en que se mueve la industria moderna –estado de quietud, creciente animación, prosperidad, superproducción, *crack*, estancamiento, estabilización, etc.; ciclos cuyo análisis ulterior cae aquí fuera de nuestro campo de estudio, veremos que en la mayor parte de los casos el bajo nivel del interés corresponde a los períodos de prosperidad o de ganancia extraordinarios y que el tipo máximo de interés, hasta llegar a un nivel usurario, se da en los períodos de crisis. (MARX, 1979c, p. 346)

Fora dos limites superior e inferior, não existe nenhum fator que determine o nível da taxa de juros, assim sendo, a determinação é fortuita, “puramente empírica”. Isso acontece porque o capital aparece com uma dupla função: como capital de empréstimo e como capital industrial ou comercial, mas só funciona uma vez, na agregação de valor, e só uma vez produz lucro. Assim, o lucro deve ser dividido entre o industrial e o banqueiro.

No entanto, considerando a discussão anterior, a taxa média de juros guarda relação com a taxa geral de lucro, e não com as taxas específicas de lucro nos diferentes ramos da indústria, nem tampouco com o lucro extraordinário que algum capitalista possa obter

num ramo particular da indústria ou do comércio. Enquanto a taxa de lucro é um resultado da concorrência de “muitos capitais”, a taxa de juros é o ponto de partida para o cálculo das operações desses capitalistas (assim a taxa de juros se enfrenta com os lucros dos muitos capitalistas). Desse modo, o capital se apresenta na forma de dinheiro, indiferente ao uso que, na forma de capital, fazem os capitalistas, nos diferentes ramos da produção.

[...] a medida que se desarrolla la gran industria, el capital-dinero, cuando aparece en el mercado tiende cada vez más a no hallarse representado por un determinado capitalista, por el propietario de esta o aquella fracción del capital existente en el mercado, sino que aparece como una masa concentrada, organizada, colocada de modo completamente distinto que la producción real bajo el control de los banqueros, representantes del capital social. (MARX, *ibidem*, p. 353-354)

Para Samir Amin (1978), e, segundo seu ponto de vista, em discrepância com a concepção de Marx, para quem os capitalistas industriais e os capitalistas do dinheiro constituem *duas classes* de capitalistas, o sistema monetário do capitalismo representa os interesses coletivos da classe burguesa, tal como acontece com o Estado. Assim, para este autor, “*O Estado, as instituições monetárias não são a expressão de interesses parcelares, mas a expressão dos interesses coletivos da classe, o meio de regular a confrontação dos interesses parcelares*” (*ibidem*, p. 48).

De acordo com este mesmo autor, a taxa de juros atua como instrumento de regulamentação do ciclo econômico. Nos períodos de crise, a taxa de juros é aumentada em defesa dos interesses coletivos do capital. O aumento da taxa de juros acentua a crise, multiplicando as falências, acelerando o processo de concentração do capital, condição necessária para a modernização do aparelho produtivo. Assim, somente as empresas mais lucrativas conseguem sobreviver num contexto de juros elevados, eliminando às empresas menos lucrativas. Uma vez restabelecida a taxa de lucro, num patamar mais “adequado”, em função dos interesses globais do capital social, inicia-se um processo de redução da taxa de juros. A redução da taxa de juros, em período de prosperidade, acelera o ritmo de crescimento e permite à economia obter o máximo benefício nas suas trocas internacionais. Neste caso, a taxa de juros atua no campo da concorrência entre os capitalistas nacionais expressando relações de poder mais do que relações econômicas.

Desde este ponto de vista, a taxa de juros regula o ciclo econômico, sendo um mecanismo de regulação endógeno restaurado, nesse papel, pelas políticas monetaristas, a partir dos anos setenta do século passado. Uma taxa de juros alta “expurga” a acumulação através da destruição de empresas ineficientes na geração da taxa de lucro (ou seja, na extração de trabalho excedente). A partir da crise de 1929 e até o “golpe de juros” de

1979, o ciclo econômico foi regulado por mecanismos extra-econômicos, fundamentalmente derivados da intervenção do Estado na regulação da demanda (ver mais na frente no item 2.1.4).

Para o capitalista que trabalha com capital emprestado, o que interessa é o lucro, imediatamente após a dedução dos juros, cometidos ao prestamista. O lucro em que o capitalista industrial está interessado é aquele deduzido dos juros, que Marx denomina como *lucro do empresário*. Este lucro se apresenta ao capitalista industrial, como fruto do seu próprio trabalho, enquanto que os juros se lhe apresentam como fruto da propriedade do capitalista, à margem do processo de produção. Assim, o lucro bruto aparece dividido a partir de títulos de propriedade diferentes sobre o mesmo capital, que dão lugar a dois tipos de lucro: o lucro do empresário e o juro do prestamista. Esta diferença puramente quantitativa, entre duas pessoas que possuem diversos títulos de jurídicos sobre o lucro, torna-se a diferença qualitativa que parece se desprender da natureza do capital e do lucro. É a partir desta divisão que, no senso comum, considera-se que o capital por excelência é o capital-dinheiro, o capital de empréstimo. Porque é o dinheiro que produz mais dinheiro, a partir da sua mera propriedade, e não do seu uso na produção. Os juros seriam a parte da mais-valia, nascida da simples propriedade do capital, obtida à margem do processo produtivo. Isto cria a ilusão de um capital que produz lucro, sem nenhum vínculo com a produção ou que “*el régimen capitalista de producción podría seguir su marcha sin la producción capitalista*” (MARX, 1979c, p. 362). A separação entre a função de propriedade e a função de produção do capital aparece exacerbada nas sociedades por ações, onde os proprietários delegam a função de produção nas mãos de um corpo de funcionários, que cumprem a função de vigilância e controle do trabalho “vivo”.

O capital de empréstimo aparece enfrentando não os operários (ao trabalho “vivo”), como meio de produção, senão os capitalistas que atuam diretamente na produção. Ao mesmo tempo, o capitalista na produção se apresenta em contraposição ao capital-dinheiro do prestamista. O lucro do empresário decorre, nesse caso, do trabalho do empresário na produção (seja utilizando seu próprio capital, ou capital emprestado). Deixa de ser percebido, neste caso, que o lucro do empresário é uma parte da mais-valia, do trabalho não-pago no processo produtivo, parecendo que o lucro do empresário é o “salário de vigilância”, obtido pelas tarefas de controle e direção de produção. O capitalista que atua na produção aparece como um operário assalariado, uma vez que “*o processo de produção separado do capital é, simplesmente, processo de trabalho*” (ibidem, p. 365). Ao mesmo tempo, o juro se mostra como uma relação entre capitalistas e não como uma relação entre capital e trabalho. Existe um trabalho de direção e vigilância correspondente a todo

processo de produção que adota a forma de um processo socialmente combinado. Este é mais intenso quando maior for o antagonismo entre o produtor direto (o operário) e o proprietário dos meios de produção (como na escravidão). “*Diante do capitalista dono do dinheiro, o capitalista industrial é um operário, mas um operário capitalista, quer dizer, explorador de trabalho alheio*” (ibidem, p. 370). Em consonância com o desenvolvimento da produção, como acontece, por exemplo, nas sociedades por ações (sociedade anônima), tende-se, cada mais a se separar o trabalho da administração, como função de vigilância da posse do capital (seja diretamente ou de capital de prestamo). Nestas sociedades por ações, é que se diferencia, mais claramente, o trabalho de administração, das funções dos conselhos de administração e direção, personificação do capital no processo produtivo. A tendência nas sociedades por ações é a liberação do capitalista industrial da função de diretor.

O capital como dinheiro é emprestado “*como valor que posee um valor de uso consistente em criar mais-valia*” (ibidem, p. 331), nas mãos de um capitalista que os aplica na produção, para retornar, depois de um período de tempo, aos seus proprietários jurídicos. Os proprietários do dinheiro emprestam o dinheiro como capital para que se valorize e assim se apropriam de uma parte da mais-valia, na forma de taxa de juros. Cada vez mais os capitalistas industriais não trabalham com seu próprio dinheiro, mas com o dinheiro emprestado pelos capitalistas proprietários do dinheiro. O capital emprestado é o capital como *propriedade*, em face do capital como *função* (o capital em ação que produz mais-valia). A taxa de juros é o capital como propriedade, em face do capital, como função que é a taxa de lucro do empresário, ambas as duas são resultado da mais-valia (a mais-valia se divide entre os juros e o lucro do empresário). A taxa de juros aparece como “*uma relação entre dois capitalistas e não entre o capitalistas e o operário*” (ibidem, p. 336), aqui o capitalista aparece como um operário que realiza um simples processo de trabalho. O empresário parece receber um salário (é não o lucro) pela realização de um trabalho, pela função que realiza, independentemente da propriedade do capital. No entanto, é o próprio trabalhador que paga, com seu trabalho, o seu salário e o “salário” do empresário (da função de produção e de vigilância). Confunde-se o lucro (o lucro do empresário) com o salário de administração. “*El capitalista en activo explota realmente el trabajo y, si opera con capital prestado, divide el fruto de su explotación en interés y ganancia de empresario, que es el remanente de ésta, sobre aquél*” (ibidem, p. 372).

Nos juros (no capital emprestado), o capital assume sua forma mais externa e mais fetichista, como valor que se valoriza a si próprio (dinheiro que engendra mais dinheiro) sem a mediação do processo de produção e de circulação.

En la fórmula tenemos la forma más absurda del capital, la inversión y materialización de las relaciones de producción elevadas a la más alta potencia: la forma del interés, la forma simple del capital, antepuesta a su mismo proceso de reproducción; la capacidad de dinero o, respectivamente, de la mercancía, de valorizar su propio valor independientemente de la reproducción, la mistificación capitalista en su forma más descarada (MARX, *ibidem*, p. 374).

### 2.1.3.1 O capital fictício

No crédito, o dinheiro funciona como meio de pagamento, as mercadorias se vendem e recebem em troca, não dinheiro senão uma promessa escrita de pagamento (genericamente denominadas, letras de câmbio) que se efetiva a cabo de um determinado período de tempo. Até seu vencimento estas letras de câmbio circulam como meios de pagamento. Nesta circulação das letras de câmbio, acontece uma transferência de título de uma dívida de uma mão para outra. Trata-se de um caso de adiantamento de dinheiro que permanece na circulação.

Os bancos emprestam tanto capital-dinheiro como simplesmente dinheiro. Quando o banco empresta dinheiro sem garantia alguma, trata-se de capital-dinheiro, ou seja, dinheiro para ser aplicado como capital pelo cliente. Quando o banco empresta dinheiro, exigindo em troca garantias, tais como, títulos ou valores, trata-se de um verdadeiro adiantamento de dinheiro (e não de capital) que terá que ser devolvido mais adiante (aqui o cliente precisa de dinheiro e não de capital). Nesse caso, o dinheiro emprestado não é emprestado como capital, já que em troca se entrega uma prenda que já representa capital. Dessa maneira, o tomador do empréstimo recebe um valor-capital inferior àquele que entrega como prenda. Assim, nesta situação, antecipa-se dinheiro e não capital (porque o tomador do empréstimo já tem capital). No caso da letra de câmbio, não existe sequer o problema da devolução do dinheiro. O cliente endossa a letra de câmbio para o banco, em troca do dinheiro. Não existe antecipação de dinheiro, nem de capital; trata-se, simplesmente, de uma venda (dinheiro em troca de uma mercadoria) de dinheiro. Aqui o banco vende dinheiro, e não antecipa capital.

São portanto duas situações diferentes: o capital-dinheiro e o dinheiro adiantado para fazer um pagamento de uma mercadoria. *“Los casos en que el cliente solicita y obtiene del banco capital se distinguen, por tanto, muy claramente de aquellos en que el banco se limita a anticiparle o venderle dinero.”* (MARX, 1979c, p. 408).

O crédito na produção capitalista cumpre várias funções, sendo uma delas a cria-

ção das **sociedades anônimas**, ocorrendo nesse caso o processo denominado por Marx (ibidem, p. 415) como “*supressão do capital como propriedade privada dentro dos limites do mesmo regime capitalista de produção*”. Esta mudança traz consigo a transformação do capitalista “realmente ativo”, em um simples gerente, administrador do capital alheio, e dos proprietários do capital, em simples proprietários, em simples capitalistas do dinheiro. Assim, fica consumada a separação entre a propriedade e a produção, parecendo que a simples propriedade do capital é a fonte do lucro que, por sua vez, confunde-se completamente com os juros. Segundo Marx, uma das causas que contribuem para conter a tendência a queda da taxa de lucro (é uma das tendências mencionadas como causas contrabalanceadoras) se encontra no fato de que nessas empresas de sociedades por ações o lucro se reveste na forma de juros.

Este resultado del máximo desarrollo de la producción capitalista constituye una fase necesaria de transición hacia la reversión del capital a propiedad de los productores, pero ya no como propiedad privada de productores aislados, sino como propiedad de los productores asociados, como propiedad directa de la sociedad (MARX, 1979c, p. 415).

Estes gerentes e administradores formam uma nova camada social, caracterizada por Marx , como

una nueva aristocracia financiera, una nueva clase de parásitos en forma de proyectistas, fundadores de sociedades y directores puramente nominales: todo un sistema de especulación y de fraude con respecto a las fundaciones de sociedades y a la emisión y al tráfico de acciones. Es una especie de producción privada, pero sin el control de la propiedad privada” (ibidem, p. 417).

A descrição acima se assemelha à “nova” classe social, identificada por Francisco de Oliveira (2003), na classe operária brasileira, a partir da gestão dos fundos de pensão. A propriedade existe na forma de ações, cujo movimento e transferência são resultados de jogos na “Bolsa de Valores”. O capitalista controla um capital que não é seu, senão capital alheio (dos investidores), o que confere a esses poucos capitalistas um caráter cada vez mais aventureiro. Este sistema de ações “*em vez de superar o antagonismo entre o caráter da riqueza como riqueza social e como riqueza privada, limita-se a lhe imprimir uma nova forma*” (MARX, 1979c, p. 418).

Um efeito semelhante, a partir do sistema de crédito, é identificado por Marx, em relação às fábricas cooperativas. Estas são também consideradas como formas de transição entre o regime capitalista de produção e o regime de produção associada; sendo que a única diferença está em que, em um caso, o antagonismo entre trabalho e capital aparece

abolido negativamente e, no outro caso, aparece abolido positivamente. Assim, para Marx, o sistema de crédito provoca um duplo movimento: de um lado, possibilita o desenvolvimento da produção em uma escala superior até atingir uma dimensão mundial; de outro, estabelece a forma de transição para um regime de produção novo.

O capital bancário está constituído tanto por dinheiro, em moeda ou bilhetes, como por títulos e valores. Esta divisão funciona ainda que o banqueiro não opere com seu próprio capital. Dentro destas duas categorias, aquela constituída por títulos e valores leva a idéia de que a renda produzida é igual aos juros do capital (a renda se define em comparação com a taxa de juros, mas não é propriamente juros). Do mesmo modo, o capital bancário se constitui de: títulos de dívida (letras de câmbio), títulos da Dívida Pública (capital pretérito) e ações (papeis que estabelecem direitos a receber rendimentos futuros); além da reserva em ouro ou bilhetes.

El Estado tiene que pagar a sus acreedores, todos los años, una determinada cantidad de intereses por el capital que le prestan. El acreedor, en este caso, no puede reclamar a su deudor la devolución del dinero prestado, sino simplemente vender a otro el crédito, su título o sus títulos de la Deuda. El capital mismo ha sido consumido, invertido por el Estado. Ha dejado de existir. (MARX, 1979c, p. 438)

O dinheiro emprestado não foi usado como capital pelo Estado, o que implica que a troca de título da dívida do Estado não muda o fato de ser **capital fictício**. Assim, como para o banqueiro, os juros do capital aparecem como uma explicação universal para todas as formas de renda, esta mesma explicação é estendida para o salário do trabalhador, passando a considerar que este nada mais seria do que os juros do trabalhador pela propriedade de um capital que seria a força de trabalho.

O processo de formação de capital fictício se denomina capitalização (ibidem, p. 439). Considera-se aqui qualquer soma dinheiro como se fosse capital renderia uma taxa média de juros. Deste modo, diz Marx, “*se borra hasta el último rastro del verdadero proceso de valorización del capital y se refuerza la idea del capital como un atómata que se valoriza a sí mismo y por su propia virtud*” (ibidem, p. 439). No caso das ações, também, acontece que a troca dos títulos não multiplica o capital, já que é o mesmo capital que passa de uma mão para outra, sendo que o último possuidor desse título é o proprietário de um capital que lhe confere o direito a se apropriar de uma parcela da mais-valia produzida.

Os preços destes títulos, sejam ações ou títulos da dívida pública, aumentam ou diminuem, em razão inversa ao tipo de juros. Se R\$ 5 representam o 5% de um capital de R\$ 100, então, quando os juros sobem para 10%, esses mesmos R\$ 5 representarão 10% de

um capital de R\$ 50. Isto é, representam uma taxa de juros sobre um capital imaginário, fictício.

Todos estos títulos no representan en realidad otra cosa que derechos acumulados, títulos jurídicos sobre la producción futura, cuyo valor-dinero o valor-capital o bien no representa capital alguno, como ocurre en el caso de la Deuda pública, o se regula independientemente del valor del capital que representan (ibidem, p. 441).

Este capital fictício, parte fundamental do capital bancário, não representa um capital do próprio banqueiro, senão do público que o deposita com ou sem juro.

A acumulação de capital-dinheiro se reduz à acumulação de títulos de propriedade sobre o trabalho. Os títulos de propriedade dão direito a um capital efetivo, mas não dão nenhum poder de disposição sobre esse capital. O capital efetivo não pode ser subtraído de onde está. Estes títulos se convertem em formas de capital emprestado a uma taxa de juros.

El ganar o perder como resultado de las oscilaciones de precio de estos títulos de propiedad y de su centralización en manos de los reyes de los ferrocarriles, etc., va convirtiéndose cada vez más, realmente, en obra del azar, que ahora sustituye al trabajo como modalidad originaria de adquisición de la propiedad del capital y también a la violencia abierta. (ibidem, p. 449)

Em que medida, a acumulação de capital-dinheiro por parte dos bancos coincide com a verdadeira acumulação de capital? Para Marx, a acumulação de capital-dinheiro guarda uma relação inversa com a acumulação produtiva, ainda que o desenvolvimento da acumulação de capital-dinheiro seja um resultado do processo de reprodução. O desenvolvimento do sistema de crédito possibilita aumentar a circulação das mercadorias para além da quantidade de dinheiro disponível, já que com o crédito é possível fazer compras “sem dinheiro”.

Este rápido desarrollo del capital de préstamo es, por tanto, un resultado de la acumulación real, pues es consecuencia del desarrollo del proceso de reproducción, y la ganancia que constituye la fuente de acumulación de estos capitalistas monetarios no es sino una deducción de la plusvalía arrancada por los capitalistas reproductivos (y, la mismo tiempo, la apropiación de una parte de los intereses producidos por los ahorros *de otros*. El capital de préstamo acumula a costa de los industriales y los comerciantes al mismo tiempo. (MARX, 1979c, p. 471)

Portanto, a acumulação de capital-dinheiro é um resultado da acumulação e dela depende, enquanto o lucro é uma parte da mais-valia deduzida dos capitalistas produtivos.

A mais-valia é convertida em dinheiro e, como tal uma parte dela, pode ser utilizada como capital para empréstimo, para isso é necessário que primeiro se transforme em depósito.

Com a intermediação do capital-dinheiro, parece que todo o capital investido num ciclo produtivo seja, de fato, capital emprestado. Quando o capitalista mobiliza seu próprio dinheiro, o lucro inclui tanto o lucro do empresário (o benefício), como o juro do capital de empréstimo (é como se ele tivesse feito um empréstimo para si próprio). Mas a situação habitual consiste em que o capitalista utiliza dinheiro emprestado, razão pela qual o juro de dinheiro emprestado tem que ser deduzido do lucro, ficando com ele o lucro do empresário.

Uma parte da renda obtida pelo empresário é investida na produção, outra é consumida e, finalmente, aquela parte, que não tem nenhum daqueles destinos, é utilizada como dinheiro para empréstimos. A renda destinada para empréstimos é resultado das dificuldades de fazer uso dela com fins produtivos no mesmo ramo da produção. Portanto, outro capitalista toma como um empréstimo o capital depositado, para fazer dele um uso capitalista (extrair mais-valia). Assim então, o capitalista na produção não apenas explora trabalho alheio, como também “*el capital com que ese trabajo ajeno es puesto en movimiento y explotado consiste en una propiedad ajena que el capitalista de dinero pone a disposición del capitalista industrial y con la que, a su vez, explota a éste.*” (ibidem, p. 477)

Uma grande parte deste dinheiro de empréstimo existe sempre como capital fictício. E isso é assim porque o dinheiro só pode existir uma única vez como dinheiro investido na produção, nas outras vezes, em que o *mesmo* dinheiro é emprestado, só existe como direito a reclamar uma parcela da mais-valia a ser produzida (é um título de propriedade).

Em suma, no fetichismo do capital, superficialmente, tudo se passa como se a verdadeira natureza do capital fosse o capital de empréstimo e, portanto, o capital usurário como o capital em geral. O empresário seria apenas um trabalhador que movimenta um capital que não é seu. Consideramos que é a partir desta ilusão (a ilusão que o capital não precisa mais da produção para se reproduzir em forma ampliada) que surgirão diversas concepções que sustentam o fim da centralidade do trabalho e dos trabalhadores na constituição de alternativas sócio-políticas ao capitalismo. A partir desta concepção, se levantam diferentes alternativas às práticas tradicionais dos partidos de base operária, que passamos a analisar adiante (ver no item 2.4), e que constituem o fundamento para o que denominamos “cultura radical”.

### 2.1.4 A crise contemporânea do capital

A dinâmica financeira, que já Marx observara nos primeiros anos do último quartel do século XIX, através do desenvolvimento do sistema de crédito, da centralização e concentração de capital que este propiciava, e da formação das sociedades por ações que daria lugar ao desenvolvimento dos monopólios, continuou a se desenvolver até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e logo depois, com a crise de 1929, entrou em uma grave crise. Com esta crise, o sistema monetário, tendo com base o padrão-ouro, quebrou. No seu lugar foi construído um sistema de regulação, cuja base era a intervenção do Estado na regulação monetária, que vigorou durante quase meio século até que, na década dos anos 1970, a dinâmica financeira retomou seu curso, quebrando o sistema de regulação financeira, construído a partir da crise de 1929. A tentativa de fundar um sistema monetário, referenciado pelo dólar, em substituição ao padrão-ouro, finalmente, fracassou por causa dos próprios “desequilíbrios” da economia norte-americana, que, em verdade, não tem conseguido resolver seus problemas até nossos dias.

A crise contemporânea se inicia a partir da diminuição dos ganhos de produtividade do trabalho, primeiro nos EUA e depois nos outros países industrializados, produzindo a queda da taxa média de lucros. Esta crise está ligada aos gastos militares ocasionados pelo envolvimento norte-americano na guerra do Vietnã e, em geral, no seu papel de gendarme do capitalismo durante a “Guerra Fria”. Também está relacionado à perda de competitividade dos EUA, assim que os países europeus e o Japão recuperaram sua capacidade produtiva, alcançado um nível semelhante daquele dos EUA. Finalmente, a perda de produtividade do trabalho está ligada à crescente insatisfação em relação às condições do trabalho por parte do operariado, que não mais é recrutado das lavas de migrantes rurais e, sim, entre trabalhadores que têm um nível de escolaridade relativamente mais elevado que seus antecessores (este é o elemento histórico-moral que intervém na reprodução da “mercadoria” força de trabalho). A resistência dos trabalhadores para se submeter a novos processos de racionalização do trabalho se expressou no incremento da combatividade político-sindical dos trabalhadores nesse período.

A perda de produtividade e de competitividade levou ao aumento das importações em detrimento das exportações nos EUA, sendo que, para inibir a fuga de capitais, que esta situação provocava, foram colocadas, pelo banco central dos EUA (o FED), barreiras para a exportação de capital. As empresas multinacionais contornaram estes obstáculos colocando as receitas no chamado “euromercado”, um mercado internacional de capitais não controlado por qualquer governo, isento assim da regulação nacional-estatal. Esta

tensão entre a regulação nacional-estatal e os interesses das empresas multinacionais minou o sistema internacional de pagamentos que tinha sido estabelecido em Bretton Woods (EUA) no fim da Segunda Guerra Mundial. Como consequência desta situação, em 1971 o presidente Nixon (dos EUA) repudiou o compromisso de manter a equivalência entre o dólar e o ouro. Para Singer (1987, p. 58) “*a crise do capitalismo contemporâneo é, em grande medida, resultado da ruína do sistema de regulação nacional das economias capitalistas, sem que ele fosse substituído, ao menos até agora, por algum sistema de regulação internacional*”.

Neste mercado do “eurodólar” são depositadas as enormes somas de dinheiro provocadas pela subida do preço do petróleo, e que são emprestadas aos países “emergentes”, provocando a crise do endividamento dos anos 1980. Esta crise tem também como explicação o descontrole reinante no mercado internacional de capitais, após a destruição do sistema de Bretton Woods.

As grandes massas de capital, depositadas no setor *off-shore* pelas transnacionais norteamericanas, dão a arrancada para o processo de mundialização financeira, levando à desregulação dos mecanismos de supervisão e controle da esfera financeira internacional, construídos após a crise de 1929. Esse capital, não investido no setor produtivo, por causa das dificuldades de valorização, vai-se acumulando na forma de “eurodólares”, e procura sua valorização financeira, como capital de empréstimo, que será acrescido, primeiro com os “petrodólares” dos “choques de petróleo”, na década de 1970 e, depois, com as transferências efetuadas a partir das rendas geradas pelo pagamento do serviço da dívida dos países do Terceiro Mundo.

Entretanto, segundo Chesnais (1998), o ponto de virada, para o regime de acumulação predominantemente financeira, foi o volume dos recursos administrados pelos fundos de pensão e pelos fundos de investimento, nos mercados dos EUA e da Inglaterra. A força econômica e política destas instituições financeiras deu inspiração às políticas econômicas monetaristas mais favoráveis aos credores (os detentores do capital de empréstimo)<sup>12</sup>, base da “revolução conservadora”, personificada pelos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher.

A data de 1979 é emblemática, porque nesse ano foi indicado pelo Presidente dos EUA, Jimmy Carter, para a chefia do Banco Central (FED), Paul Volcker, que decidiu aumentar a taxa de juros da economia norteamericana para enfrentar o processo inflacionário (os juros passaram de uma faixa de 2% ou 3% para 10% ou 12%). Isso provocou

---

<sup>12</sup>São políticas antinflacionárias, de taxas de juros positivas e de câmbio flutuante.

um “choque” nos países que, na década dos anos 1970, tinham-se endividado (e até industrializado aceleradamente), aproveitando os baixos juros do mercado de “eurodólares” (os juros chegavam a ser negativos se descontada a inflação). Com este “choque” de juros, criou-se o problema de dívida externa para os países da América-latina, que deu lugar ao que se convencionou chamar, em 1980, a “década perdida”<sup>13</sup>.

Com esta mudança para uma taxa de juros positiva, iniciou-se o processo de restauração dos lucros das empresas, uma exigência dos detentores dos títulos de dívidas ou de ações, como uma exigência para restaurar a “disciplina” no trabalho por parte dos empresários. É uma demanda de uma nova fração de classe burguesa que se foi consolidando ao longo do século XX, a partir do *sistema de crédito* e que passa a ocupar uma posição dominante a partir dos anos 1980. Esta fração está na frente das instituições financeiras como bancos e os diversos fundos, em particular os fundos de pensão. Para este grupo de investidores já não se trata de poupar, mas de investir (de adquirir direitos sobre os lucros das empresas), fazendo destarte parte de capital “fictício” (acumulação na forma de capital-dinheiro e não na forma de meios de produção).

Para a recuperação da taxa de lucro, inicia-se um processo de reestruturação produtiva, que tem como escopo o completo controle do processo produtivo (da cadeia produtiva), o que leva às empresas a avançar sobre o setor dos serviços (comercialização, *marketing*, publicidade, financiamento), “última fronteira” do valor, usada no sentido de diminuir os riscos dos investimentos de longa duração. Os serviços podem tanto ser internalizados pelas empresas, como externalizados (terceirizados). Com o fordismo, o capital, personificado pelo empresário, tinha alcançado um controle maior sobre o processo produtivo, uma vez que o trabalhador já não possuía nenhum saber especializado, ficando inteiramente disponível para a gerência (disciplinamento fordista da força de trabalho no âmbito fabril). Com as transformações contemporâneas, nas formas de contratação dos trabalhadores, o capital consegue um controle ainda maior sobre o trabalhador (sobre o uso da força de trabalho) para além do espaço fabril. A força de trabalho pode ser explorada ainda que não esteja confinada ao espaço fabril, ficando disponível quase sem custo para ser usada pelo capital.

Como dizíamos, a crise contemporânea do capital começou com o surgimento do mercado de eurodólares (e a crise do capital de crédito do período keynesiano-fordista) nos anos 1970. O processo de financeirização obedeceu à necessidade dos EUA de atrair o dinheiro, depositado na banca “*off-shore*” (eurodólares), para equilibrar seus déficit fiscal

---

<sup>13</sup>No ano de 1982, México anunciou que não poderia pagar sua dívida externa.

e comercial, e emprestado para os governos dos países em desenvolvimento durante os anos 1970. Para isto iniciou a desregulamentação financeira (altas taxas de juros, inflação zero, liberdade cambial). No ano de 1971, o governo dos EUA anuncia que não continuará sustentando a conversibilidade do dólar para o ouro, abandonando os acordos de Bretton Woods de 1945 e, junto com isto, os mecanismos de regulação financeira que tinham sido implantados a partir da crise de 1929. Quando em 1979, o FED muda a política monetária, aumentando bruscamente a taxa de juros de 2% para 10%, explodiu a crise da dívida externa nos países subdesenvolvidos, cuja principal manifestação está na crise mexicana de 1982. A partir desse momento, desencadeou-se o processo de desregulamentação financeira, alcançando a maioria dos países.

Como já foi dito, o desenvolvimento da banca “*off-shore*” foi a estratégia dos bancos para fugir dos controles do sistema financeiro do Banco Central dos EUA. Por esta razão, a locomotiva da liberalização financeira é a economia dos EUA, por causa das suas necessidades de financiamento para cobrir o déficit orçamentário e comercial (provocado pela perda de competitividade da economia dos EUA). Assim, os EUA são o principal responsável pela globalização financeira da qual se beneficiam. No entanto, neste processo de liberalização financeira, passam de principal credor, para se tornar o principal país devedor.

Os processos hiperinflacionários na América-latina, durante a década dos anos 1980 (a década perdida), permitiram operar uma redistribuição de renda das camadas assalariadas, para os setores de maior poder aquisitivo que, por sua vez, investiam esse “excedente” na compra de títulos da dívida pública atraídos pelas altas taxas de juros. Dessa forma, o Estado conseguia as divisas necessárias ao pagamento dos juros da dívida externa (e transformava a dívida externa em interna através da venda de títulos, operação conhecida como *securitização*). Esta estratégia possibilitava a transferência de renda pela “linha da menor resistência” em um quadro político de efervescência político-social por causa dos processos de redemocratização, em curso nos países da América-latina. Ao mesmo tempo, esta estratégia foi perdendo legitimidade, tanto por parte dos trabalhadores, que viam suas rendas diminuírem a cada ano (ou a cada mês), como também por parte dos empresários, já que não se estimulavam processos de modernização do parque industrial. Nesse quadro, a estratégia predominante de extração de mais-valia era da mais-valia absoluta, ou seja, “arcaica” (através do aumento da jornada de trabalho) (SALAMA, 1998), uma forma dos trabalhadores se defenderem da perda do poder aquisitivo das suas remunerações. A hiperinflação foi também uma dura “pedagogia” para os trabalhadores, minando a capacidade de resistência, já que a capacidade de erodir os ingressos, que este processo

provocava, tornava a luta dos trabalhadores em um processo extenuante.

No final dos anos 1980, as dívidas dos países do terceiro mundo (especialmente da América Latina) são transformadas em títulos (*securitizadas*), e os proprietários desses títulos são os que demandam altas taxas de juros, inflação zero, liberdade cambial e o aumento de segurança de suas rendas. A classe de rentistas (ou esta fração de classe rentista) está por trás das transformações produtivas dos anos 1990, na América Latina. Trata-se de uma camada social que vive das rendas do capital, impondo aos gestores das empresas essa dinâmica na produção.

Nessa década, adota-se a política de enfrentar o pagamento dos juros da dívida através da atração dos capitais externos, iniciando um processo de desregulação da economia e principalmente do mercado de capitais. Por um lado, adotou-se o tipo de câmbio fixo (atrelado ao dólar) como forma de frear os processos hiperinflacionários (que erodiam as remunerações dos trabalhadores e inibiam os investimentos na modernização do parque industrial) e, por outro lado, flexibilizou-se o mercado de capitais buscando, atrair, com uma taxa de juros elevada, os capitais necessários para o financiamento do déficit fiscal dos governos (gerados pelo pagamento dos juros da dívida pública). Esta última estratégia provocou a ruína da maior parte do parque industrial nacional diante da concorrência com as empresas dos países mais avançados (já que só as mais eficientes conseguiram sobreviver) e, ao mesmo tempo, levou a uma intensificação da jornada de trabalho (a redução da porosidade do trabalho), mediante uma estratégia de extração de mais-valia absoluta “moderna” (SALAMA, 1998). Os processos de desvalorização das moedas nacionais, em relação ao dólar, e a adoção do tipo de câmbio flutuante determinaram o fim dessa estratégia (dramaticamente, como no caso da Argentina). Com a adoção do câmbio flutuante e o livre movimento de capitais (de “títulos” que se negociam no mercado de capitais), consolida-se a “liberação” do capital das restrições estatais-nacionais. Além disto, a abertura do mercado de capitais foi acompanhada de um processo de mudança na titularidade da propriedade dos meios de produção, especialmente visível no setor das empresas estatais que foram privatizadas. Nestes processos de privatização destas empresas, assim como de mudança na titularidade da propriedade de outras empresas privadas, os fundos de pensão e de investimento aparecem como importantes agentes econômicos. Estas mudanças não criam novo valor, apenas mudam a titularidade da propriedade, significando, no entanto, o desenvolvimento do processo de centralização do capital.

Esta massa de “capital flutuante” não é administrada pelos próprios proprietários do capital, senão que é gerenciada por uma camada de administradores que trabalham

com o capital “alheio”. Isto é, os próprios donos do capital não conseguem administrar diretamente as volumosas massas de capital. Esta situação foi definida por Marx como “*uma espécie de produção privada, mas sem o controle da propriedade privada*” (MARX, 1979c, p. 417).

Foi a partir da crise da dívida externa que, a partir da década dos anos noventa, aconteceu a mudança na titularidade da propriedade dos meios de produção (ex. privatizações, e o avanço na participação dos fundos de pensão e de investimento na controle acionário das empresas), sem que, entretanto, se formasse novo capital (novos meios de produção), o que caracteriza a continuidade do período de estagnação, iniciado a partir de meados da década de 1970. Este processo de mudança na titularidade dos meios de produção, sem criação de novos meios de produção (ou seja, desenvolvimento do capitalismo sem crescimento econômico), faz parte do processo secular de centralização do capital.

Com o fim tanto dos processos hiperinflacionários, da década de 1980, quanto do tipo de câmbio fixo na década de 1990, que provocaram a reestruturação produtiva e, ao mesmo tempo, a reforma do Estado, chegou-se na contemporaneidade ao processo de financeirização do capital. A estratégia contemporânea está pautada no papel dos fundos de investimentos e de pensão no financiamento da produção. As empresas, devido às elevadas taxas de juros do sistema bancário, são levadas, na busca de financiamento para os pesados investimentos de capital, a abrirem o capital, ingressando no mercado de capitais, se encontrando-se aí com os fundos de pensão e de investimento como os principais compradores de suas ações. Com a entrada destas empresas no mercado de capitais, na bolsa de valores, aprofunda-se o processo de financeirização da produção, já que este mercado de capitais está marcado pela “preferência pela liquidez” dos investidores (dai a elevada volatilidade de estes mercados), que os leva a buscar a distinção do capital da produção (separando-o do capital fictício, isto é, capital que não se investe na produção, e que se capitaliza fundamentalmente na circulação), na busca de lucros rentistas nas transações financeiras.

## **2.2 A tentativa de regulação da crise do capital através do consumo no breve século XX**

No breve século XX, como é denominado por Hobsbawm (1995) e, principalmente, a partir da crise de 1929, os governos dos países centrais desenvolvem uma prática de regulação da crise do capital, através da expansão do consumo fundamentalmente a partir

dos gastos do Estado e, em menor medida, das famílias. Este mecanismo de regulação da crise, foi aprimorado no acordos de Bretton Woods no ano de 1944, até que nos primeiro anos da década dos setenta, foi abandonado pela principal potencia capitalista, dando início à crise contemporânea do capital.

Mészáros (2002) aborda o desenvolvimento do capitalismo ao longo do século XX, desde um ponto de vista em que hierarquiza a crise de superprodução, seguindo, neste aspecto, as indicações de Rosa Luxemburgo (1976), no que diz respeito ao papel do *militarismo* (o complexo industrial-militar) no consumo da mais-valia, que não é consumida nem pelos capitalistas nem pelos trabalhadores, e que tampouco é capitalizada. Dessa perspectiva, os chamados “anos gloriosos” estão marcados pela regulação keynesiana do ciclo econômico, em que o Estado desempenha um destacado papel como grande consumidor. Esta regulação do ciclo econômico começou a partir da crise da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. Segundo este autor (ibidem), o desenvolvimento imperialista do capital possibilitou estender a “vida” do capital para além do último quartel do século XIX, quando parecia não ter já mais possibilidades expansivas. No século XX, o capital precisou da intervenção constante, estratégica e sistemática do Estado (como personificação do capital total ideal) para manter sua dinâmica expansiva. Mas, um século depois, o capital enfrenta novas dificuldades expansivas, tendo entrado na década de 1970 do século XX, em um novo ciclo depressivo, ou como diz Mészáros (ibidem) em uma crise estrutural.

Nos anos 70 do século XIX, iniciou-se um “novo período do ciclo de vida do capital” que, segundo Mészáros (ibidem), explica o desconforto de Marx, como os capítulos d’*O Capital* que abordam a reprodução e a circulação do capital social. Trata-se dos capítulos que analisam a auto-reprodução ampliada do capital e, dentro desta, **a questão do consumo**. A saída para a crise do final do século XIX do capital seguiu dois caminhos: a intensificação do domínio interno do capital (a formação dos monopólios e a dupla exploração dos trabalhadores: como produtores e como consumidores) e a expansão do seu poder em escala global com a formação do imperialismo. O capitalismo, nesta fase, já não mais consegue se reproduzir a partir do seu próprio fundamento econômico, precisando sistematicamente de um vetor extra-econômico (o Estado-nação), ainda que em verdade, a intervenção do Estado sempre tenha sido fundamental para o desenvolvimento do capitalismo em todas suas fases.

Segundo Mészáros (ibidem), na crise de 1929, o capital havia alcançado as fases finais de sua transição da “totalidade extensiva” dos grandes impérios para a descoberta e exploração dos territórios escondidos da “totalidade intensiva”. Com o “*New Deal*” do

governo Roosevelt nos EUA, instaura-se o **neocolonialismo** que vem substituir o velho colonialismo e o imperialismo britânico e francês. A Segunda Guerra Mundial liquidou, definitivamente, os velhos impérios e, como corolário desta guerra, constitui-se o **complexo industrial-militar**, que vai agir como um poderoso mecanismo regulador da economia (keynesianismo militar).

Para Mészáros (ibidem), a capacidade auto-expansiva do capital que, numa época determinada da história, foi uma força de progresso na produção, chegou a um momento de saturação na qual se confronta como uma força destrutiva, não apenas em relação ao trabalho, como a toda a humanidade. Para este autor, na contemporaneidade revela-se que os limites absolutos da expansão do capital não são os limites absolutos da produção. Os limites da produção de valor de troca não são os mesmos limites da produção de valor de uso. Enquanto o capital se desenvolve sobre sua própria base econômica (as relações de troca entre proprietários livres), ele favorece o desenvolvimento da produção. Mas a partir de quando ele precisa cada vez mais de fatores extra-econômicos (a intervenção do poder do Estado e do complexo industrial-militar) para manter sua capacidade auto-expansiva, ele se torna um perigo para toda a humanidade. Ou seja, o capital não mais consegue se reproduzir (como um sistema sempre-em-expansão) sobre sua própria base econômica (o contrato entre iguais), sendo cada mais necessária uma coerção extra-econômica –na forma do Estado– para manter seu dinamismo.

A tendência para a ampliação do círculo do consumo, nos países centrais, terá um desdobramento muito peculiar no século XX. Trata-se do consumo destrutivo do complexo industrial-militar. O consumo desta indústria supera a atomização, dispersão e inconstância do consumo dos indivíduos (suas extravagâncias e flutuações subjetivas como diria Rosa Luxemburgo, ibidem), gerando uma dinâmica de consumo em larga escala de crescimento rítmico. Este desvio, dentro da própria dinâmica do círculo do consumo, seguiu a “linha de menor resistência”, e possibilitou ampliar a produção sem ampliar ao mesmo tempo o consumo dos indivíduos. O desenvolvimento do complexo industrial-militar, como um mecanismo regulador do ciclo produtivo auto-referenciado, foi a válvula de escape temporária para o capitalismo; mas, ao mesmo tempo, este desvio ameaça realizar as mais sombrias tendências da modernidade: a auto-destruição da humanidade.

A redução do período de consumo das mercadorias (os bens de consumo duráveis), conceituada por Mészáros (ibidem), como redução da *taxa de utilização*, leva à idéia, nos países capitalistas centrais, da “sociedade de consumo” (ou melhor dizendo, de uma “cultura do consumo”). O consumidor é um comprador que já nem se lembra do valor de uso

dos produtos (e da *práxis* da qual ele é resultado) já que o valor de uso fica esquecido nas últimas camadas “arqueológicas” da mercadoria. Este “esquecimento”, que transforma os produtos em meras “coisas”, é a forma contemporânea da reificação. Se a produção era uma produção genuína (que satisfazia alguma necessidade real), agora a produção é reprodução ampliada do capital, que já não tem mais como referência a satisfação de necessidades reais, havendo se tornado produção para a satisfação de pseudos-necessidades (consumo de objetos desnecessários), ou como diz Mészáros (*ibidem*), produção de desperdício. Esta reprodução ampliada é auto-reprodução destrutiva ampliada que coloca em risco a sobrevivência da humanidade (levantando o espectro do fim da história).

O desenvolvimento de uma cultura de consumo, mais que um efetivo consumo de massa, no países capitalistas centrais, acompanha-se de uma prática de manipulação sutil do comportamento dos indivíduos, que se torna progressivamente cada vez mais abrangente. Nessa prática de manipulação, hipertrofiam-se as capacidades intelectivas (análise, classificação, ordenação dos objetos visando o trato técnico da realidade, realizada por um sujeito cognoscente isolado e autoreferenciado) em detrimento das capacidades totalizantes da razão. A esse empobrecimento do espírito, próprio da fase monopolista do capitalismo, que exacerba a cultura do consumo nos países centrais, Coutinho (1972) qualificará como “miséria da razão” (que se expressa claramente na filosofia estruturalista), fazendo parte de um processo maior de decadência cultural, que Lukács (1968) designou como “destruição da razão”.

A prática da manipulação (principalmente manipulação do consumo), segundo Lukács (*in* Holz, Kofler e Abendroth), está vinculada ao desenvolvimento do consumo no capitalismo e ao deslocamento do predomínio da extração da mais-valia absoluta para o predomínio da extração de mais-valia relativa. Enquanto que no século XIX, o consumo dominava a produção (produzia-se para um mercado de consumo ainda muito limitado razão pela qual não existia ainda um aparato de distribuição e consumo sofisticado), no século XX o consumo foi dominado pelo processo capitalista de produção (os objetos de consumo doméstico são produzidos industrialmente e precisam de um aparato de distribuição dos bens de consumo muito sofisticado para chegar até os consumidores individuais). Desenvolve-se assim uma cultura de consumo que manipula os desejos do consumidor, levando ao indivíduo a consumir até aquilo que não necessita de um ponto de vista racional. Destarte, “*a esfera do consumo – outrora abandonada às leis cegas do mercado, ao capricho subjetivo e “irracional” de milhões de consumidores individuais – passa a ser igualmente submetida à burocratização e à homogeneização capitalista*” (COUTINHO, 1972, p. 56). Este aparato de venda (e de manipulação do consumo) tem-se expandido para todas as

esferas da vida social. A extração da mais-valia relativa possibilita que, ao mesmo tempo, em que se aumenta a exploração, se aumente também o padrão de vida (o consumo). Lukács (ibidem) observa que, segundo Marx, durante o predomínio da extração da mais-valia absoluta, a produção está subsumida apenas formalmente ao capital, enquanto que no processo de extração da mais-valia relativa a produção está subsumida realmente ao capital. Quando ainda predomina a extração da mais-valia absoluta, a alienação é assimilada com a desumanização ou seja com a degradação do trabalhador que é levado a viver uma vida miserável. Por esta razão, a luta dos trabalhadores girava em torno de assegurar um mínimo de vida humana através de reivindicações salariais e da limitação da jornada de trabalho. Com o predomínio da extração da mais-valia relativa, o problema que se coloca, no horizonte dos trabalhadores, é dar pleno sentido a sua vida<sup>14</sup>, uma vez que os trabalhadores conseguem limitar a jornada de trabalho e assim ganhar “tempo livre” para o desenvolvimento da sua personalidade. Entretanto, a manipulação do consumo se coloca como um obstáculo no processo de preencher de sentido a vida, já que o “tempo livre” passa a ser ocupado pelo consumo e não por atividades criativas. O trabalhador dos países capitalistas avançados, que tinha conseguido limitar a jornada de trabalho e dessa forma tinha propiciado a passagem para a extração de mais-valia relativa, não conseguiu, no entanto, fazer que seu “tempo livre” deixasse de ser tempo manipulado para o consumo, dando lugar a uma vida cotidiana administrada pela lógica do capital. Esta manipulação do inteiro cotidiano, através do *marketing* para o consumo, faz parte do processo de reificação da sociedade burguesa, que se manifesta na perda do senso de unidade da vida social, fragmentando e isolando às diversas esferas da práxis social, fazendo delas esferas autoreferenciadas (*a economia, a política, a cultura, etc.*). Esta fragmentação aparece na esfera política, como um processo de constituição de “micropoderes”, que se encontram espalhados por todo o tecido social (*a família, a escola, a empresa etc.*), dando lugar a uma sólida “sociedade disciplinar” permanentemente vigiada pelo “*big brother*” do panóptico. Nesta estrutura do “panóptico”, o governante tornou-se completamente invisível, enquanto que o governando tornou-se completamente visível. É assim, que o homem da sociedade burguesa avançada

tem a impressão de que a sua *existência* (mais que o seu trabalho e os frutos dele) é direcionada por uma instância alheia, incógnita, impessoal – uma instância *fatual*, que se manifesta pelo conta-gotas do institucionalizado: *coisas* organizadas como *a família, a empresa, o colégio, a banco, a universidade, a companhia, o exército etc.* (mil etc.). E, obviamente, este outra *coisa* contra a qual ninguém pode nada, o Estado.

<sup>14</sup>Para Lukács (*in* COUTINHO, ibidem, p. 84) existe uma **necessidade religiosa** que consiste “*na sensação obscura de que sua vida [a vida do homem] carece de sentido*”.

(NETTO *in* EVANGELISTA, 1992, p. 62)

A ampliação da esfera política, apresenta-se então, em forma invertida, como pulverização da esfera política-estatal, dando lugar a um poder, por assim dizer, nômade ou flexível, que está presente em todos os lugares, diante do qual muito pouco pode ser feito, a não ser opor uma resistência molecular (na família, na escola, no *sindicato*). Esse “*sentimento do mundo*” dá lugar a uma “*concepção do mundo*”, pautada na existência de uma estrutura permanente, ainda que invisível, porém onipresente na vida cotidiana, que se materializa na filosofia estruturalista. Ao mesmo tempo, propicia uma prática política também nômade e flexível, alheia às práticas político-culturais clássicas dos partidos comunistas, que concentravam sua ação na conquista do poder do Estado (não para conservá-lo e sim para iniciar sua extinção).

Para Lukács (ibidem), o predomínio da extração de mais-valia relativa, nos países capitalistas avançados, colocava como problema um *novo início* (o início de um novo período) para as forças revolucionárias. Este novo início significava que o movimento revolucionário se encontrava em uma situação semelhante ao movimento revolucionário do século XIX, depois da Revolução Francesa, quando começava a se formar lentamente o movimento operário e nele surgiam tendências contra o maquinismo. Esta compreensão de que, naquela época (meados dos anos sessenta), estava-se iniciando um novo período, levava a Lukács a defender a necessidade de *renovação* do marxismo, esforço do qual se integra a sua obra a *Ontologia do Ser Social*, parte de um esforço propedêutico na direção de redigir sua obra fundamental que seria a *Ética*. Lukács constatava a existência de um crescente sentimento de rebeldia diante do *ócio manipulado*, nos países de capitalismo avançado, que até poder-se-ia constituir em um movimento anti-manipulação, potencialmente pró-democrático. Para Lukács, este era o sentido das lutas do movimento estudantil e operário europeu daqueles dias.

### **2.3 Mudanças contemporâneas na produção e crise do modo de ação político-cultural clássico**

As mudanças nas forças produtivas humanas e materiais, iniciadas no final dos anos 1960 e nos primeiros anos da década seguinte, como consequência da financeirização do capital, estão na base da crise das organizações sindicais e políticas da classe operária industrial. Como resultado desta crise, surgem diversos movimentos que têm em comum a rejeição ao modelo de ação política dos Partidos Comunistas, fundamentando-se, para

isto, numa leitura muito particular do legado marxiano. Estes movimentos, por assim dizer, “alternativos”, constituem a base social daquilo que denominaremos como “cultura radical” (ver por exemplo mais em frente no item 2.5).

Este movimento sócio-histórico tem seu ponto de arranque no final dos anos 1960, quando se inicia a mudança da base industrial do capitalismo, fazendo com que o processo produtivo se sature de mediações culturais e desemboque em uma situação onde já não é mais possível distinguir a economia da cultura e vice-versa. Como diz Jameson, “*A transformação do cultural em econômico e do econômico em cultural é freqüentemente apontada como uma das características do que se chama de pós-modernidade*” (2001, p. 50).

As mediações culturais no processo produtivo têm sua origem na crescente interpenetração entre a produção industrial e os serviços, assim como na integração entre produção e consumo, que caracterizam os processo de trabalho pós-fordistas (ou de acumulação flexível como diz Harvey, 2003). Não se trata da substituição da indústria pelos serviços, nem tampouco pelo consumo, como sustentam as teses pós-industrialistas, e sim da ampliação do trabalho caracterizado pela complexidade, heterogeneidade e fragmentação, como sustenta Antunes (2002). Estas mudanças no trabalho aconteceram como resultado do esgotamento do padrão keynesiano-fordista de regulação da crise do capitalismo, que vigorou desde a crise de 1929 e até o ano de 1971, quando os acordos de Bretton Woods foram quebrados pelo governo dos Estados Unidos, dando início ao processo de financeirização contemporânea do capital.

A saturação do trabalho de mediações culturais traz simultaneamente como consequência, a mutação do trabalho intelectual que deixa de estar subsumido apenas formalmente para ser subsumido realmente ao capital<sup>15</sup>. A subsunção real do trabalho intelectual ao capital não significa a identidade absoluta entre trabalho intelectual e processo de valorização do capital, senão que permanecem diferentes, ainda que formando uma unidade. Postular a identidade absoluta entre trabalho intelectual e processo de valorização do capital, significa que todo trabalho intelectual é imediatamente produtivo para o capital, sendo que, de fato, a submissão real do trabalho intelectual ao processo de valorização do capital agudiza o estranhamento e, portanto, o antagonismo entre a atividade intelectual e o capitalismo. Não apenas a produção (o processo produtivo) se satura de mediações culturais, como também a esfera da cultura se transforma em fonte potencial de acumulação de capital. A esta nova situação do trabalho intelectual e da própria cultura é que

---

<sup>15</sup>Como já foi analisado, para Marx (1979a, p. 426), com a extração de mais-valia relativa consolida-se a subsunção real do trabalho ao capital.

a denominada “pós-modernidade” faz referência.

Sobre a base destas mudanças na esfera da produção e que se desenvolve a crise dos modos de ação político-culturais tanto dos partidos comunistas quanto dos partidos social-democratas no decorrer do século XX. Segundo Mészáros (2002), na base desta crise está o desenvolvimento da teoria de Marx no século XX na direção da análise das superestruturas, associado a uma prática política que também deslocou o seu foco de atenção da relação social capital-trabalho (da subordinação estrutural do trabalho a uma vontade “alheia”) para a esfera político-cultural.

A crítica deste autor ao “modo político de ação” se sustenta em que é próprio da prática política o “substitucionismo”. O ponto de vista político é um ponto de vista necessariamente parcial em relação à sociedade. A revolução social deve resolver a contradição entre universalidade e parcialidade e, portanto, deve superar o ponto de vista político. O proletariado é o sujeito que poderia superar a parcialidade sem se constituir numa nova parcialidade (auto-extinção da classe). A revolução para ser universal tem que ser social. Daí pensar que a “política” socialista consiste em “restituir” aquilo que foi usurpado pela política. Em particular, no capitalismo, a dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente econômico e não político.

O domínio da parcialidade sobre a sociedade como um todo é sempre sustentado pela política como o complemento necessário à iniquidade das relações materiais de poder estabelecidas. Isto explica a impossibilidade de a sociedade emancipar-se do domínio da parcialidade sem radicalmente transcender a política e o Estado. (ibidem, p. 568)

Para Mészáros (ibidem), a partir de Lenin temos a substituição da classe pelo partido. No caso da revolução socialista num só país, isso foi causado pela relativa fraqueza do movimento operário na Rússia. Segundo este mesmo autor, em Lukács esta substituição é justificada teoricamente apelando a Hegel.

O alvo da crítica de Mészáros é a tradição marxista, tal como ela se configurou, principalmente no século XX, na Europa, e que Anderson (1989) denominou de “marxismo ocidental”. O traço característico deste movimento teórico-político consistiu no deslocamento das preocupações teóricas e políticas do campo da produção material para o campo da cultura ou das superestruturas (Lukács, Escola de Frankfurt, Gramsci, Althusser) – as mediações de segunda ordem do capital, segundo Mészáros<sup>16</sup>. Este deslocamento

<sup>16</sup>As mediações de segunda ordem, segundo Mészáros (ibidem), são os meios alienados de produção e suas “personificações”: o dinheiro, a produção para troca, o Estado, o mercado mundial. Elas são o resultado do predomínio do valor de troca sobre o valor de uso, fazendo deste último mero portador do

encontra sua expressão inicial e, ao mesmo tempo, a mais “pura” no livro do jovem Lukács (1969) “*História e consciência de classe*”, publicado em 1923. Através da categoria “reificação”, de origem marxiana, Lukács introduz no corpo teórico do marxismo a problemática político-cultural, própria dos intelectuais alemães do início do século XX (a corrente cultural que Löwy [1990;1998], analisa em termos de *neo-romantismo*). Trata-se do problema da “perda de sentido”, provocado pelo desenvolvimento capitalista, que é entendido por estes intelectuais como avanço do industrialismo ou melhor ainda como avanço do “maquinismo” que destrói os valores e as instituições tradicionais (os “tesouros de verdades acumulados pela tradição”). Netto (1981b, p. 40), por exemplo, sustenta a idéia de que a linha de força que atravessa inteiramente a obra lukasciana é a questão da inserção de um **sentido humano consciente** no desenvolvimento social. Esta problemática será logo depois (des)qualificada pelo próprio Lukács, como “anti-capitalismo romântico”, considerando que ela está na base do irracionalismo que sustentou os regimes fascistas e nazistas. Esta apropriação ou “ampliação” do âmbito da crítica marxiana para a esfera cultural fecundará claramente o debate da “escola de Frankfurt”.

Segundo Perry Anderson (1989), pareceria que o marxismo ocidental fez o caminho contrário ao caminho trilhado por Marx, uma vez que este transitou da “filosofia” para “economia” e, o marxismo ocidental, no século XX, transitou da “economia” para a “filosofia”. Esta mudança ou desvio “culturalista” pareceria estar relacionado com as derrotas do movimento revolucionário, após o triunfo da revolução russa em 1917 e ao relativo isolamento das vanguardas políticas em relação ao movimento social. No entanto, posteriormente, principalmente a partir da crítica à cultura pós-moderna realizada por Jameson (1997), que, segundo Anderson, culmina o desenvolvimento do marxismo ocidental, revela-se que este deslocamento teórico-político, na verdade, acompanha as mudanças da própria sociedade burguesa. Isto é assim porque a cultura torna-se cada vez uma esfera integrada ao processo de produção e realização da mais-valia, o que se revela precisamente na assim chamada cultura pós-moderna (a reconciliação do intelectual com o mercado). Na verdade, o que tem acontecido é o adensamento, ou a saturação da produção de mediações culturais a partir da

maior interpenetração, entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e as de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção, entre produção e conhecimento científico, que se expandem fortemente no mundo do capital e de seu sistema produtivo (ANTUNES, 2002, p. 134).

---

primeiro. Assim as limitações das necessidades humanas não são um obstáculo para o desenvolvimento do capital.

É isto o que explica o desenvolvimento contemporâneo das mediações “comunicacionais” e “informativas”, isto é, a intensificação das mediações culturais no processo produtivo. Perry Anderson (1999, p. 86-87) dirá que “*a própria vida econômica ficou de todo modo tão penetrada pelos sistemas simbólicos de informação e persuasão que foi perdendo sentido a noção de uma esfera independente de produção mais o menos cultural*”. Estas mediações serão, por assim dizer, “turbinadas” pela “revolução informacional” (uns dos desdobramentos da reestruturação produtiva em curso) (LOJKINE, 1999) a partir dos anos setenta do século passado, propiciando desta forma a passagem da produção fordista para a pós-fordista.

Para Perry Anderson (2004), o chamado marxismo “ocidental” do qual faz Lukács fazer parte, junto com Gramsci e Korsch, caracteriza-se pela ruptura entre a teoria e a prática política. Entretanto, para J. P. Netto (1996), a trajetória de Lukács é inteiramente divergente daquela seguida pelo marxismo “ocidental”, a partir especialmente de esta é uma “*noção lassa, frouxa, lábil e multivalente*” (ibidem, p. 8). Para este autor, a trajetória do marxismo “ocidental” pode ser melhor caracterizada pela atitude fundamentalmente anti-ontológica. Se em *História e consciência de classe*, Lukács ainda não trabalha com uma perspectiva ontológica, já a partir de *O jovem Hegel e os problemas de sociedade burguesa*, esta perspectiva está mais claramente formulada uma vez que Lukács consegue distinguir, no trabalho, o processo de objetivação do processo de alienação. Segundo Antonino Infranca (2004), a obra de Lukács pode ser interpretada como a trajetória que parte de uma fenomenologia da consciência do trabalho alienado<sup>17</sup> em *História e Consciência de Classe* até uma ontologia do trabalho na *Ontologia do Ser Social* (o trabalho antes da alienação). Se em *História e consciência de Classe*, a categoria central é a alienação (ou o estranhamento), na *Ontologia*, a categoria central é o trabalho. Na *Ontologia*, Lukács está tratando com o trabalho antes da “queda”, isto é, antes do início do processo de alienação na sociedade capitalista, quando o trabalho é tratado fundamentalmente como uma mercadoria.

*História e Consciência de Classe* e o *Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt* surgem praticamente no mesmo ano (1923 e 1924,<sup>18</sup> respectivamente) (BENJAMIN et al., 1980), no entanto, enquanto Lukács é do tipo de intelectual “engajado”, o *Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt* surge como uma instituição estritamente acadêmica. Esta última instituição e os intelectuais a ela ligados constituem o exemplo mais claro do caminho do marxismo “ocidental”, ou seja, do trato da teoria de Marx separada da prática

<sup>17</sup>A autoconsciência do trabalho como mercadoria, ou seja, o trabalho na sociedade capitalista.

<sup>18</sup>Neste ano morre Vládimir Ilich Lenin.

política imediata.

Retomando a discussão sobre as transformações culturais, a partir das mudanças nas forças produtivas, poder-se-ia dizer que, principalmente, depois da Segunda Guerra Mundial, a cultura passou a se constituir em uma força que contribui no processo de valorização do capital. A arte modernista (que despreza o mercado mas não a máquina, uma vez que esta última é a imagem, admirada ou odiada, da modernização) seria, segundo Anderson (1999), uma arte que se alimenta dos vestígios pré-capitalistas sobreviventes na sociedade burguesa até o final da Segunda Guerra Mundial. Com a derrota do exército alemão e das velhas elites agrárias, os últimos vestígios aristocráticos são eliminados, e, assim sendo, a modernização da sociedade burguesa está concluída e os estoques de cultura pré-moderna herdada esgotados. Para Anderson, “*No final da Segunda Guerra Mundial o poder da tradição aristocrática recebeu o tiro de misericórdia em toda a Europa continental*” (ibidem, p. 100). Poder-se-ia dizer que na perspectiva deste autor, a modernidade se desenvolveu em um ambiente não-moderno (pré-moderno ou tradicional), e quando todo o ambiente cultural pré-moderno esgotou-se, começou a assim chamada pós-modernidade.

A partir de uma outra perspectiva teórica, Giddens (2000) chega a uma posição semelhante, quando sustenta que a modernidade contemporânea caracteriza-se pelo “fim da tradição”. Para este autor, as sociedades modernas são sociedades destradicionalizadas, o que qualifica a modernidade contemporânea como “reflexiva”, em oposição à modernidade “simples” que vigorou até o final de Segunda Guerra Mundial.

Mészáros (ibidem) sustenta que as dificuldades enfrentadas por Marx, para avançar nos estudos sobre o capital, estavam na análise da circulação, do processo de reprodução ampliada do capital e do consumo (no final do segundo livro que, finalmente, ficou inconcluso). Estas dificuldades não eram apenas internas à obra, estando relacionadas às transformações que começavam a se insinuar na década dos anos setenta do século XIX (a formação dos monopólios). Para Mészáros, a crise do capitalismo, no final do século XIX, teria encontrado uma saída conjuntural (que “alargou” a vida do capitalismo durante praticamente um século), com o surgimento do Estado como grande investidor e comprador, especialmente, através do complexo industrial-militar e da conformação do Estado de bem-estar. O problema desta saída está em que a produção passou a ser uma produção destrutiva e o capitalismo deixou de ser uma força “civilizatória”.

A ênfase na realização da mais-valia (o consumo) traz, entre outras conseqüências, a “internalização” da cultura na dinâmica produtiva. Isto é, com o foco no consumo, os problemas, por assim dizer, “estéticos” da produção, são interiorizados como uma necessidade

na realização do valor da produção. Este processo poderia ser melhor compreendido como um adensamento das mediações culturais que traz como resultado que novas camadas de mediações se “depositem” acima de relação originária entre capital-trabalho, tendo como consequência o crescimento do ser social burguês.

O processo de “interiorização” das mediações culturais, na produção de mercadorias na contemporaneidade, é o que constitui nosso interesse para explicar a **subsunção real do trabalho intelectual ao capital**, própria do desenvolvimento “intensivo” do capital na atualidade, uma vez que o desenvolvimento “extensivo” já não tem mais possibilidades expansivas.

Segundo Mészáros, dever-se-ia retornar a Marx, isto é, à produção (a relação originária capital-trabalho), numa direção diferente daquela que caracterizou os desenvolvimentos realizados pelo chamado marxismo ocidental, o que provocaria o deslocamento das práticas políticas que privilegiam a esfera cultural e política para a esfera social (numa direção que parece-nos mais próxima a um posicionamento político neo-anarquista). Para este autor, os problemas que levaram à crise do projeto socialista originam-se no abandono por parte dos marxistas do caráter totalizante da revolução (uma revolução social e não apenas política). Sustentamos, entretanto, que seguir o caminho das mediações político-culturais e suas contradições não leva ao abandono da contradição capital-trabalho e sim a compreender suas formas contemporâneas. A partir do trabalho, temos o desenvolvimento de uma série de mediações que são irredutíveis ao trabalho na sua forma originária. É próprio do trabalho o impulso para além de si próprio, dando origem a uma esfera ontológica crecentemente complexa e heterogênea. Estas mediações não são necessariamente alienadas e alienantes, ainda que, nas condições das sociedades divididas em classes sociais, estão postas as bases para que adquiram o caráter de complexos alienados. Entretanto, é a partir destas mediações (na forma de exteriorização) que se desenvolve o processo de crescente autoconsciência do ser social, revelando-se a tendência à generalidade humana (o movimento para o ser-para-si).

Para Mészáros, nos anos setenta do século passado, o capitalismo ingressou numa fase de crise estrutural (diferente das crises cíclicas que caracterizaram o período anterior), que coloca na agenda político-social contemporânea a superação da ordem do capital através de uma ofensiva global. Este esgotamento (o capital teria alcançado os seus limites expansivos absolutos) teria sido responsável tanto da crise do estado de bem-estar nos países capitalistas, assim como da crise do socialismo real nas sociedades pós-capitalistas (que, na verdade, permaneceram submetidas ao domínio do capital através de

uma de suas personificações, como é o Estado). Para este autor, esta crise estrutural não se caracterizou pelo esgotamento do padrão fordista de produção e a passagem para um novo padrão de acumulação de capital (flexível ou pós-fordista), senão que, pelo contrário, a crise que tem se instaurado a partir desse momento é uma crise terminal do capital (uma vez que se esgotaram as possibilidades de ampliação do ciclo de vida do capital).

O debate que se coloca, a partir da reflexão anterior é saber se o capitalismo já alcançou seus limites expansivos absolutos, como sustenta Mészáros, ou se o desenvolvimento do capitalismo monopolista pós-fordista (ou flexível), predominantemente financeiro, expressa a possibilidade de ampliar o processo de acumulação do capital e, por conseguinte, estender a vida da sociedade do capital. Dito de uma outra forma, trata-se de saber se inicia-se um novo ciclo de Kondratieff; ou se encontramos-nos no esgotamento do último ciclo de Kondratieff.

Sustentamos que a produção contínua submetida à “mão invisível” da lei do valor (a troca, entre equivalentes mensurados em função do “tempo de trabalho *socialmente necessário*”), e que, de fato, na produção contemporânea, intensifica-se o processo de reificação. A produção contemporânea de mercadorias apela para mobilizar a totalidade das capacidades intelectuais e afetivas dos trabalhadores, tanto na qualidade de produtores quanto de consumidores, seguindo a lógica da produção da mais-valia, que procura que cada produto contenha o máximo possível de trabalho não pago (trabalho excedente). Entretanto, trata-se, na atualidade, de apreender como é que, através de um trabalho socialmente combinado (intelectual e manual, formal e informal etc.), o produto final incorpora um *quantum* de trabalho maior que o socialmente necessário (TAVARES, 2002).

No final dos anos sessenta e início dos anos setenta, do século XX, temos, a partir da financeirização do capital, a transição (ou a substituição) da base industrial fordista (da grande fábrica) para a base industrial pós-fordista (da fábrica enxuta), em escala mundial –primeiro nos países europeus nos anos setenta, a seguir nos países do bloco socialista nos anos oitenta, até que, finalmente, na década dos noventa chegou na América Latina, junto com o neo-liberalismo–, sendo que esta transição foi realizada a favor da lei do valor e não contra ela, já que esta lei expressa o incessante progresso das forças produtivas (a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma determinada soma de valores de uso). Esta transição, da base industrial do capitalismo para outra, não aconteceu por força da compulsão silenciosa da lei de valor, senão que ela foi provocada pela luta de classes, sendo que esta luta se realiza sobre uma base econômica –determinada em última instância pela lei do valor– e a modifica. Assim, não existe contraposição entre

a luta de classes e a lei do valor, já que a primeira se desenvolve nas condições econômicas dadas, e as modifica.

As transformações no “mundo do trabalho” trazem como conseqüência mudanças na “morfologia” da classe operária<sup>19</sup>. Surge, por um lado, um pequeno setor de trabalhadores cada vez mais intelectualizado, que opera nos setores de ponta da produção, vinculado ao trato com máquinas cada mais inteligentes. Neste setor, a diferença (ou a fronteira) entre o trabalho manual e o trabalho intelectual se torna muito difusa por causa da interação cada vez mais intensa entre a indústria e os serviços. Por outro lado, uma quantidade cada vez mais importante de trabalhadores passam a constituir o “subproletariado”, deixando de estar incluídos na relação salarial, vindo para a condição de “subcontratados”, precarizados ou simplesmente trabalhadores “informais”.

Este processo de transformação da base industrial do capitalismo tem sido interpretado diversamente pelos autores contemporâneos com conseqüências políticas. Analisamos a (re)combinação de trabalho manual e intelectual, a partir da discussão colocada por Lojkine (1999) e, a (re)combinação da esfera da produção e do consumo, seguindo, neste caso, a perspectiva teórica de Antônio Negri e Maurizio Lazzarato (LAZZARATO; NEGRI, 2001) que, no Brasil é desenvolvida por G. Cocco (2000). Nas duas perspectivas, observa-se o processo de adensamento das mediações culturais (informacionais e comunicacionais) na produção capitalista contemporânea, ainda que as conclusões sejam bastante diferenciadas. No centro desse debate está a lei econômica da sociedade moderna, isto é, a lei do valor, e como que ela está operando diante das mudanças tecnológicas e organizacionais que estão em curso.

Para nós, a perspectiva de cada um destes autores exemplifica a reflexão sobre cada um dos aspectos da nova “morfologia” da “classe que vive do seu próprio trabalho”, fazendo desse elemento privilegiado o eixo explicativo da totalidade das transformações contemporâneas. Enquanto Lojkine (1999) observa e analisa a situação sócio-política da classe operária a partir do setor mais avançado, ou seja, daqueles trabalhadores que estão inseridos nos setores da produção que fazem um uso intensivo da tecnologia de “ponta” (as tecnologias cérebro-intensivas onde predominam os processos informacionais e comunicacionais); Negri (LAZZARATO; NEGRI, 2001) e, na sua esteira, Giuseppe Cocco (1999;2000) colocam-se do ponto de vista do “subproletariado”, ou seja daqueles trabalhadores dessalariados (as “multidões” constituídas por trabalhadores “autônomos”, precarizados etc.), para analisar as perspectivas sócio-políticas do movimento dos trabalhadores. É claro que

---

<sup>19</sup>Abusando da metáfora, diríamos que, apesar das mudanças “morfológicas” do proletariado, a “fisiologia” da classe no muda, já que continua a ser produtora de mais-valia.

não se trata de dizer que os dois estão certos, já que cada um observa e hierarquiza apenas um aspecto das mudanças contemporâneas dos trabalhadores e não a totalidade da classe. Aqui, como em geral na sociedade em seu conjunto, existe um ponto de vista privilegiado dentro do qual existe a possibilidade objetiva de se obter uma visão mais adequada da totalidade social (GOLDMANN, 1991);(LÖWY, 1994). Para nós, esse ponto de vista, por assim dizer “superior”, é o ponto de vista do proletariado, e no interior dele, do seu setor mais avançado, daquele que trabalha no setor de mais alta produtividade. Portanto, parece-nos mais fértil a tentativa de analisar as transformações contemporâneas a partir do setor mais avançado da classe operária, o que não significa que não seja possível obter importantes *insight* a partir de outros pontos de vista.

### 2.3.1 A reestruturação produtiva: o papel dos serviços

Por demanda do capital rentista (ou dos proprietários do capital rentista), a gestão contemporânea das empresas multinacionais procura controlar a totalidade da cadeia de valor, ora interiorizando, ora externalizando, as atividades de serviços. Isto inclui desde as atividades de pesquisa e desenvolvimento, passando pelo *marketing* e pela publicidade, até financiamento e comercialização. Isso explica a crescente interpenetração do consumo com a produção, assim como dos serviços com a produção. Estes serviços são, por assim dizer, a base material do trabalho “imaterial”, do qual nos ocupamos nesta seção.

A reestruturação produtiva do capital em curso, desde os anos setenta do século passado, é a responsável pela **nova qualidade do trabalho**, na qual já não é mais preciso separar a força de trabalho dos recursos intelectuais e afetivos como acontecia na “organização científica do trabalho”. Esta nova qualidade do trabalho surge a partir da **difusão social do trabalho** ou do uso e gestão por parte do capital de uma capacidade de trabalho (formal e informal, estável e precário, manual e intelectual) socialmente combinada. A necessidade de combinar socialmente a diversidade de situações laborais é a causa que traz como conseqüência a hierarquização dos processos comunicacionais e informacionais no processo produtivo contemporâneo. É claro que esta combinação é realizada em conformidade com a **lei do valor**; o que quer dizer que o produto final deve incorporar em proporção sempre crescente um *quantum* maior de trabalho não pago sobre o trabalho pago (por exemplo, aumentar a proporção de trabalho informal na composição final do trabalho materializado no produto)<sup>20</sup>. Antunes (1995) defende uma **concepção ampliada do trabalho** para poder dar conta desta nova dinâmica do trabalho na contemporanei-

<sup>20</sup>Teoricamente, trata-se de tornar todo o tempo de trabalho em trabalho não-pago.

dade, caracterizada pela imbricação das dimensões materiais e imateriais do trabalho nos setores mais avançados da produção, assim como também na difusão da descentralização da produção (as pequenas e médias empresas que prestam serviços às empresas “mães”), propiciada pela avanço tecnológico.

Com o pós-fordismo, o “círculo virtuoso” entre produção e consumo, que caracterizou o período fordista, foi rompido, sendo que, por essa razão, as estratégias de integração social, através do assalariamento (da universalização da relação salarial), já não estão conseguindo enfrentar o problema da distribuição do produto. Aquele “círculo virtuoso” foi alimentado pela própria luta de classes, já que a luta por aumento do consumo impulsionava o desenvolvimento da produção, através dos ganhos de produtividade obtidos pelo aumento da composição orgânica do capital. A intervenção do Estado (e da política) ganhou legitimidade nesse “círculo virtuoso”, operando nos mecanismos de repartição dos ganhos de produtividade. Este “círculo virtuoso” aconteceu nos países centrais que - não deve ser esquecido - exploravam também suas colônias e os países dependentes, sendo que nos países periféricos a formação do mercado interno não acompanhou o aumento de produção (crescimento sem distribuição e, portanto, sem a formação do mercado interno), por causa da exploração a que estavam sujeitos.

O dinamismo inicial do modo de produção capitalista, nos países centrais, viria em primeiro lugar de sua capacidade de multiplicar os efeitos do avanço tecnológico. Isso aconteceu, assim, sobretudo nas fases iniciais do seu desenvolvimento clássico. Nos períodos subseqüentes, o progresso técnico deve-se à pressão da classe operária pela participação nos ganhos de produtividade: com a renda ameaçada, as classes proprietárias se refugiam na incorporação de tecnologia nova.

O desenvolvimento do processo de industrialização, em escala mundial, durante o período dos “anos dourados” (1945 - 1974), consolidou o padrão produtivo e tecnológico fordista, capitaneado pelos EUA. Neste processo, culminam, no sentido de chegar a sua máxima expressão, as mudanças que foram favorecidas pela **segunda revolução industrial**, no final do século XIX. As mudanças tecnológicas e organizativas, possibilitadas pela energia elétrica, pelo motor a explosão e pela química, propiciaram a separação e subordinação entre o “fazer” (a execução) e o “agir” (a concepção); ou entre as atividades de gerência (de gestão “científica”) e as atividades manuais (o trato com a matéria inerte). Esta separação, que também é subordinação, entre trabalho manual e trabalho intelectual, tem expressão na “organização científica do trabalho”, o “taylorismo”. O trabalho é dividido tanto horizontal (parcelado) como verticalmente (concepção e execução), levando

ao surgimento do trabalhador especializado que realiza repetitivamente uma única tarefa, definida pela gerência, procurando investir o menor tempo possível em cada atividade (a economia do tempo orienta o processo de trabalho, levando a que o homem vire uma “carcaça do tempo”). Esta subordinação do trabalho vivo ao controle da “ciência” (do saber científico), objetivada tanto no sistema de máquinas como na gerência (na organização científica do trabalho), aumentou dramaticamente a produtividade do trabalho, assim como também o processo de abstração do trabalho e da alienação do trabalhador. O aumento da produtividade do trabalho trouxe, como consequência, a crise de superprodução, por falta de mercado consumidor para realizar o valor da produção (já que a produção cresce mais rapidamente que o consumo)<sup>21</sup>. Assim, o desenvolvimento do “taylorismo” entrou em colisão com os fundamentos macroeconômicos liberais da economia capitalista, nos anos trinta do século XX. Desta forma, iniciou-se um período de instabilidade (guerras e revoluções), “resolvido” com a crescente intervenção estatal (o século XX registra a intervenção estatal como personificação do capital total ideal) que alcança sua máxima expressão nos “anos dourados”.

Esta intervenção estatal, logo depois da II Guerra Mundial, vai trilhar nas idéias keynesianas, que asseguram através das políticas sociais (salário indireto e/ou diferido) um aumento da capacidade aquisitiva dos trabalhadores. Poder-se-ia dizer que, nos países capitalistas avançados, “*o regime de acumulação taylorista encontrou o modo de regulação fordista*” (COCCO, 1999, p. 13) e que “*a produção em massa harmonizou-se com o consumo em massa*” (ibidem. p. 14). A intervenção do Estado significou a regulação institucional do conflito capital-trabalho, conhecido como “pacto keynesiano ou socialdemocrata”, dando lugar ao surgimento do “Estado de Bem-estar”, isto é, uma mudança substantiva na modalidade de intervenção estatal na economia. No entanto, o “círculo virtuoso”, propiciado pela regulação do conflito entre capital e trabalho, através do crescimento (do aumento da produção obtido através do aumento dos ganhos de produtividade) chega a um ponto de esgotamento. Este esgotamento é causado pela saturação da capacidade de aumentar o consumo, uma vez que o aumento da composição orgânica do capital leva a que o consumo (o capital variável) cresça mais lentamente que a produção<sup>22</sup>. Ao

<sup>21</sup>As crises capitalistas acontecem por causa da separação no tempo e no espaço entre a produção e o consumo propiciada pelo dinheiro. Esta desproporção entre produção e consumo explica-se pelo fato de que aumentando a composição orgânica do capital diminui-se o capital variável e, portanto, o consumo. Com o aumento da composição orgânica do capital se produzem mais mercadorias, mas ao mesmo tempo diminui a capacidade de consumo (pressupondo constante a taxa de mais-valia). Por esta causa é que Sweezy (1973) sustenta que as crises do capitalismo são tanto de superprodução como de subconsumo.

<sup>22</sup>Por esta razão, para Marx, a taxa de lucro varia inversamente à composição orgânica do capital. Segundo Sweezy (1973, p. 173), “*a forma específica da crise capitalista é uma interrupção do processo de circulação, provocada por um declínio da taxa de lucro abaixo de seu nível usual*”.

mesmo tempo, o processo de racionalização “taylorista” do trabalho também chegou a seu limite nos países centrais (até pela própria resistência dos trabalhadores em tolerar o incremento da abstração e alienação da sua força de trabalho). Não por acaso, o chamado “toyotismo” nasce, na fábrica Toyota, logo depois da derrota do movimento grevista nos primeiros anos após o fim da Segunda Guerra Mundial. Das cinzas deste movimento sindical derrotado, surge o sindicalismo de empresa ou de envolvimento. Antunes (2002) também destaca o papel da luta dos trabalhadores pelo “controle social da produção”, no final dos anos sessenta e início dos setenta, do século passado, como fatores na explicação da crise do padrão de regulação keynesiano-fordista. Para este autor, o taylorismo e o fordismo caracterizam-se por uma tendência desantropomorfizadora do trabalho, sendo que foi contra esta forma de organizar a produção que se insurgiu o movimento operário daquela época, reivindicando o controle social da produção. Se, para a primeira geração do operário-massa, o fordismo é suportável em função das vantagens que significavam, em relação com o degradação do estilo de vida de origem rural, este não foi o caso da segunda geração, que não estava disposta a trocar o “sentido da vida” pelo aumento do “poder de compra”.

Assim, o fordismo entrou em crise quando já não teve mais capacidade de reconduzir o conflito de classes no interior do processo de crescimento da produção. Isso causou uma crise por excesso da capacidade de produção do setor manufatureiro, já que não conseguia realizar, através do consumo, o valor do produto, gerando assim uma crise de superacumulação ou de superprodução. O descompasso entre produção e consumo é a causa que gera estas crises cíclicas de realização da mais-valia no capitalismo. Uma das saídas, para a realização do lucro, está no seu deslocamento, para o futuro, pela via do financiamento das compras, através do crédito; o que, por sua vez, vai a gerar o “mar de dívidas” em que navega a economia contemporânea, hipertrofiando as atividades financeiras, levando à “financeirização” do capital – e como uma das consequências a formação do capital “fictício”–, como já foi analisado (item 2.1.3.1).

A dinâmica do crescimento fordista fundava-se nos imensos investimentos em ciência e tecnologia, na expansão dos mercados nacionais e na distribuição da produção<sup>23</sup>. Paradoxalmente, esta dinâmica de acumulação do capital criava condições “rígidas” que fortaleciam as conquistas sociais dos trabalhadores, já que a dinâmica expansiva da produção em massa precisava de um consumo de massa institucionalizado no pacto keynesiano. Harvey (2003), observa que o único instrumento flexível, naquele contexto, era a política

---

<sup>23</sup>Não se pode deixar de lado o papel da exploração econômica entre os países “centrais” e os países “periféricos” na explicação dos “anos dourados”.

monetária; o que explica o persistente aumento da inflação durante os “anos dourados” do capitalismo.

No campo microeconômico, as empresas se reestruturam procurando diminuir o seu tamanho (empresa enxuta) mediante um processo que segue uma dupla direção. Aquelas atividades que não podem ser “flexibilizadas” e que, portanto, ficam na casa matriz formando parte da “empresa-mãe”, são automatizadas (racionalização técnica), procurando assim diminuir custos através da poupança de força de trabalho, seguindo a lógica da fábrica sem homens. O trabalho nestes locais é mais qualificado e intelectualizado. As atividades que podem ser “flexibilizadas”, no interior da própria empresa, são terceirizadas para pequenas e médias empresas, que fornecem produtos e serviços para a “empresa-mãe”, podendo até chegar ao deslocamento para os países da periferia do capitalismo (desterritorialização da produção). Nesta outra área, o trabalho é mais desqualificado, configurando o processo de subproletarização. Destarte, dualiza-se o mercado de trabalho entre um setor de ponta intelectualizado e um amplo setor subproletarizado (precarizado, terceirizado, informalizado). No campo macroeconômico, as mudanças demandadas pelo avanço do processo de reestruturação empresarial, consistem na reestruturação da modalidade de intervenção social do Estado (seguridade social, políticas sociais, etc.), levando à crise do Estado-providência. Este programa de reformas macroeconômicas ficou conhecido como “neoliberalismo”, conformando, junto com a reestruturação produtiva das empresas, um novo “bloco histórico” a partir dos anos setenta do século passado (ALVES, 1998).

A saída neoliberal para esta crise foi a reestruturação produtiva, “flexibilizando” o processo produtivo, aumentado, ao mesmo tempo, a automação e a terceirização das unidades produtivas. Às vezes, a descentralização aliou-se à corrida na busca de novos mercados, deslocando seções do ciclo produtivo para países de periferia do capitalismo, impulsionando, assim, a “industrialização da periferia” (as “indústrias com chaminés” são deslocadas para a periferia e no centro ficam as “indústrias de serviços”). Esta dinâmica expansiva conduz à globalização. Esta flexibilização aparece fenomenologicamente como “crise do trabalho”, quando na verdade é uma **crise da relação salarial formal**, em que se assentava o “fordismo” que, por sua vez, possibilita a reconstrução da hegemonia neoliberal, formando-se assim um novo “bloco histórico” dominante.

Não se trata do encolhimento do trabalho vivo, em relação ao trabalho morto objetivado no sistema de máquinas e, sim, da ampliação e difusão do trabalho (vivo). Esta crise do fordismo é, então, uma crise do emprego e não do trabalho, sendo que, na verdade, e em relação ao trabalho, trata-se de um processo de diversificação das formas de uso e gestão

do trabalho por parte do capital. Poder-se-ia dizer que a diminuição do emprego formal não significa a perda da centralidade do trabalho, já que este último passa a existir de uma forma que G. Cocco (2000) qualifica como “difusão social do trabalho” (que fenomenologicamente se exprime na heterogeneidade de situações laborais socialmente combinadas pelo capital). A mais-valia não é a soma das mais-valias produzidas por cada um dos operários individualmente considerados, ou por cada uma das empresas; mas resulta da exploração pelo capital do conjunto organizado que define o trabalho produtivo na sua globalidade. À medida que o capitalismo se desenvolve, tornando-se um sistema mundial, mais se acentua o caráter coletivo da produção da mais-valia (AMIN, 1978).

Uma das dimensões da reestruturação produtiva é a “revolução informacional” a qual refere-se Lojkin (1999), ainda que esta não se confunda com aquela. De fato, a reestruturação produtiva é guiada pela busca da automação, ou seja, da “fábrica sem homens”, enquanto que a revolução informacional define a possibilidade de uma produção não-mercantil a partir do trato produtivo com a matéria informacional.

### 2.3.2 A integração do consumo com a produção

Acontece neste novo padrão tecnológico e produtivo uma aparente inversão da relação entre produção e consumo; o que caracteriza a crescente integração entre produção e consumo. Assim, “*Quando no fordismo se vendia o que já tinha sido produzido, no pós-fordismo se produz o que já está vendido*” (COCCO, 1999, p. 17). Com esta crescente integração entre consumo e produção, ganham crescente importância os processos comunicacionais e simbólicos. O operário fordista e o operário pós-fordista são diferentes, já que, neste último, são hierarquizados os processos intelectuais e comunicacionais (relações entre os homens na esfera dos serviços) do trabalho polivalente. Dizemos que a “inversão” entre produção e consumo é aparente, atentando para a observação que Sérgio Lessa (2003, p. 38) realiza quando sustenta que a produção continua a ser o “*momento predominante na delimitação do horizonte das possibilidades abertas ao desenvolvimento do consumo*”. O que mudou, em verdade, foi a velocidade da resposta às demandas do mercado, visto que a moderna empresa flexível está associada ao modelo de funcionamento dos supermercados, que repõem os produtos, nas prateleiras, depois da venda (ANTUNES, 1995).

Para G. Cocco (2000), no centro das transformações pós-fordistas encontra-se uma nova figura do produtor e não do consumidor. O trabalho satura-se de dimensões imateriais, ligadas às dimensões comunicativas e intelectuais, como as de *design*, *marketing*,

concepção etc. A centralidade destas atividades se funda em que permitem viabilizar a integração da produção com as dinâmicas de consumo. Segundo G. Cocco (*ibidem*, p. 87),

O paradigma pós-fordista é, antes de mais nada, um paradigma social e qualifica-se pela integração produtiva dos consumidores como produtores, pois eles participam da produção, desde o momento da concepção, em dois níveis: pela integração em tempo real dos comportamentos de consumo; e pela proliferação disseminada dos atos criativos, lingüísticos e comunicativos.

Para G. Cocco (*ibidem*), é esta “nova qualidade do trabalho” que explica o caráter “fictício” do capital (a financeirização do capital) na contemporaneidade, em relação ao capital real-industrial (produtivo)<sup>24</sup>. No capital “fictício”, revela-se a verdadeira natureza do capital que já não é mais uma força civilizatória, existindo apenas como uma pura força alheia (heterônoma) que domina a produção ou, mais ainda, um “corpo estranho” (e cada vez mais perigoso por causa do keynesianismo militar) na sociedade contemporânea. A nova qualidade do trabalho refere-se, pois, a uma força de trabalho que já não precisa alienar suas faculdades intelectuais e afetivas para se tornar produtiva (como acontecia no fordismo, em que as faculdades intelectuais e afetivas da força de trabalho se objetivavam na gerência científica e/ou no sistema de máquinas), sendo que isto poderia significar uma maior autonomia por parte do trabalhador; o que coloca novos desafios para o capital manter o controle sobre o trabalho. Ou seja, sempre segundo Giuseppe Cocco, o trabalho na contemporaneidade depende cada vez menos da submissão ao capital para ser produtivo, e é isto que explica a natureza “fictícia” do capital na contemporaneidade.

Em contraposição a esta visão otimista (ou apologética), Antunes (2002) avalia de uma forma diferente (e menos otimista) este processo pelo qual as faculdades intelectuais e afetivas são melhor e mais intensamente aproveitadas por parte do capital, através de um exercício do despotismo mais brando, o envolvimento interativo, que no entanto aumenta ainda mais o estranhamento do trabalho. Ou seja, o efeito sobre a subjetividade do trabalhador não é a autonomia em relação ao capital e, sim, a interiorização de uma subjetividade mais estranhada (uma subjetividade inautêntica). Revela-se, nesta prática do “envolvimento”, o caráter cada vez mais manipulatório do capital.

Segundo G. Cocco (*ibidem*), as alternativas ao neo-liberalismo têm seguido um curso paradoxal, uma vez que se apoiam em alguma versão mais ou menos sofisticada de autonomização da sociedade civil (de base habermasiana), diante da esfera produtiva (recriando a oposição entre o “público” e o “privado”, o político e o econômico). Essas alternativas

<sup>24</sup>Observe-se aqui a inversão da argumentação, para este autor é o trabalho “imaterial” que dá origem ao capital “fictício”, e não o capital “fictício” quem gera o trabalho “imaterial”).

estão presentes, por exemplo, nas propostas de reforçamento da “cidadania” e do “terceiro setor”. No entanto, as transformações pós-fordistas colocam a possibilidade de uma integração que unifique as esferas do econômico e do político. O pós-fordismo cria esta possibilidade, porque nele (na sociedade civil por ele criada) se hierarquizam as relações sociais (o espaço público) em vez do espaço fabril.

A difusão social do trabalho significou a generalização do regime da fábrica para a sociedade como um todo, sendo que, ao mesmo tempo, a crescente integração entre consumo e produção propiciou que o mercado entrasse na fábrica. Como consequência da ampliação de processo de socialização da produção, poder-se-ia dizer que a totalidade do processo produtivo já não “cabia” dentro de limites do espaço fabril. Ora, a ampliação do processo de socialização da produção para além do espaço fabril é possível por causa do crescente papel que a comunicação desempenha no processo produtivo. Os recursos comunicacionais e informacionais, que residem no espaço público extra-fabril, ganham assim crescente importância no processo produtivo. No ato do consumo, os conteúdos informacionais do produto se liberam da sua forma material e se transferem para o consumidor (sem que, por isso, sejam destruídos no ato do consumo). O produto assim elaborado condensa na sua forma material um *quantum* de trabalho “imaterial” disponível socialmente (publicamente) sob a forma de “saber em geral” (como uma condição geral para sua produção). Assim, o produto deixa de ser o resultado imediato de trabalho direto dos produtores e passa a ser o resultado de uma combinação de atividades sociais que depende do nível geral da ciência e da tecnologia. Isto quer dizer que a produção contemporânea incorporou como força produtiva fundamental uma *intelectualidade de massa*.

Na base desta afirmação está a idéia, colocada inicialmente por Tronti nos primórdios do “operarismo” italiano, de que entre a fábrica e a sociedade existe uma relação de oposição. Para este autor, em vez da oposição entre “relações de produção” e “forças produtivas”, atribuídas ao movimento comunista da III Internacional, a verdadeira oposição está entre o processo produtivo, que se desenvolve na fábrica, e o processo de valorização, que se desenvolve na sociedade<sup>25</sup>. O fundamento desta oposição, para este autor, está em uma certa leitura do capítulo V d’*O Capital*. Na sociedade, a força de trabalho apresenta-se como valor de troca (como mercadoria), e o trabalhador como um ser atomizado e passivo. Na fábrica, pelo contrário, a força de trabalho é valor de uso e, ainda que adquirida pelo capitalista, continua a ser propriedade do trabalhador que, por

---

<sup>25</sup>Já observamos anteriormente que na base desta separação entre processo de trabalho e processo de valorização está o “fetichismo do capital”, processo este em que parece que o capital se valoriza sem a necessidade de ser investido na produção.

esta causa, comporta-se como antagonista e desenvolve formas de ação coletiva. Portanto, somente na fábrica a força de trabalho comporta-se como antagonista do capital. A partir deste ponto, Negri, nos anos setenta, desenvolve o conceito de operário social. Tronti, por sua vez, junto com outros autonomistas, diante das derrotas do movimento operário nessa década, postula a autonomia da esfera política, passando a se dedicar à atividade parlamentar nas fileiras do PCI. Para Negri, são as lutas dos operários na fábrica, as que explicam o dinamismo do capital, em vez de ser a luta contra a queda tendencial da taxa de lucro. O capital luta para se libertar do operário “massa” do fordismo, através da reestruturação produtiva que, no entanto, dá lugar à recomposição do operário como antagonista do capital na figura contemporânea do operário social. Conforme a fábrica avança para a sociedade, o processo de produção também avança sobre o processo de valorização, até que a fábrica acaba por se diluir na sociedade. Assim, a sociedade toda passa a ser uma fábrica social, operada por estes operários sociais, que são os novos antagonistas do capital na contemporaneidade (TURCHETTO, 2004).

Para Giuseppe Cocco (ibidem), o trabalho no pós-fordismo é o trabalho “imaterial”, que não se objetiva em um produto separado do produtor, já que sua finalidade é a própria comunicação (a interação social) e, por esta mesma causa, assume conteúdos políticos. (O trabalhador pós-fordista não trata com objetos e sim com relações sociais). Diante desta afirmação, deve ser sublinhado que a produção é sempre transformação de uma matéria que permanece constantemente fora da sociedade (aquilo que pode ser designado como “natureza”). Caso contrário, postular-se-ia, como diz Lojkine,

[...] o fim do confronto entre o homem e a natureza exterior, o fim do homo faber em proveito do homem das linguagens e de um universo no qual o homem só se confrontaria consigo mesmo ou com seu duplo fantasmático, como querem todas as teorias idealistas da comunicação, - de Lévi-Strauss a Habermas - (...) (1999, p. 50).

Ou seja, se estaria postulando uma nova versão do sujeito-objeto idêntico hegeliano (na verdade, seria uma realização *pervertida* da identidade absoluta).

A recomposição do trabalho no pós-fordismo acontece a partir da utilização na produção de um saber-em-geral, ou de um saber público, que é permanentemente recriado no processo de produção-consumo. Assim, a contra-cara da socialização do trabalho é a publicização do intelecto (do saber-em-geral). Com esta incorporação do “intelecto geral” no processo produtivo, culmina o processo de subsunção real do trabalho ao capital, assim: “a subsunção real exprime a emergência de um trabalho socializado que se apresenta imediatamente como força produtiva do capital” (COCCO, 2000, p. 118).

Marx sublinha que:

[...] com o desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital ou do modo de produção especificamente capitalista, não é o operário industrial, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente real do processo de trabalho total, ...” (ênfase no original) (*in* ANTUNES, 1995, p. 58).

Isto quer dizer que, na medida que a indústria se desenvolve, a criação da riqueza torna-se menos dependente do tempo de trabalho imediato empregado na produção, sendo pelo contrário mais dependente do “*estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção...*” (ibidem, p. 56). Neste caso, o homem se comporta como supervisor e regulador de um processo de produção, e “*o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser sua medida e, portanto, o valor de troca (deixa de ser a medida) do valor de uso*” (ibidem, p. 57). Ora, no capitalismo, a diminuição do tempo de trabalho imediato, destinado à produção, se traduz na diminuição do tempo de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de tempo de trabalho excedente. Portanto, a desvinculação do tempo de trabalho do valor do produto só pode acontecer com a ruptura do círculo de produção de valor, em uma ordem social pautada pelo “tempo disponível” e não pelo “tempo excedente” (MÉSZÁROS, 2002). Isto quer dizer que a diminuição do tempo de trabalho necessário obtido através do aumento da composição orgânica do capital, na luta (dos “muitos capitais”) contra a queda tendencial da taxa média de lucro, gera um movimento contraditório, porque o tempo de trabalho necessário não pode ser abolido (ainda que ele possa chegar a ser tão diminuto para o capital como “*dançar sobre uma tampinha de cerveja*” –como diz Kurz, *in* Alves, 1998, p. 116), já que ele é a fonte do próprio valor.

Uma crítica que Sérgio Lessa (2003) realiza, sobre a concepção de trabalho imaterial de Negri, consiste em sublinhar que a informação e a comunicação, assim como as relações sociais e as idéias, não são objetos imateriais. Só poderiam ser tratadas como objetos imateriais caso se considere a matéria desde um ponto de vista naturalista ou positivista. A informação e comunicação são realidades sociais ainda que de um tipo de objetividade diferente da objetividade da natureza. Contudo, este problema não está presente no caso de Lojkin que fala coerentemente de matéria informacional, malgrado sublinhar a dificuldade de fazer dela uma “coisa” (um objeto separado do produtor), ou seja, uma mercadoria.

Outra crítica está direcionada à concepção da “identidade absoluta”, entre o capital e a sociedade, o que levaria a apagar as diferenças entre ambos. Caso isto assim seja,

não seria já mais possível fazer a distinção entre capital e sociedade, o que poderia ser interpretado como o advento do “comunismo”. Na verdade, o avanço do capital, em todas as esferas da sociedade, acrescenta o estranhamento entre o capital e a sociedade, uma vez que o primeiro se revela como um “corpo estranho” (chegando até a ser destrutivo ou desumano) em relação à sociedade ou à humanidade. Entretanto, a expansão do domínio do capital para o conjunto da sociedade (da totalidade das atividades) intensifica o processo de reificação, sendo que a subjetividade, que essa objetividade hipertrofiada pressupõe, é uma subjetividade inautêntica (ANTUNES, 2002).

### **2.3.3 A recombinação do trabalho manual e intelectual ou a revolução gerencial**

No regime de acumulação com dominância financeira, como é denominada, por François Chesnais, a atual fase do capitalismo monopolista, o capital impõe uma forma de gestão das empresas multinacionais, em que estas precisam se pautar pelos mesmos critérios de liquidez com que é gerido o capital dos fundos de investimentos. Nesse quadro, é que as tecnologias da informação passam a ser fatores decisivos para responder às normas de “*corporate governance*” dos investidores institucionais. A incorporação das tecnologias da informação provoca uma verdadeira revolução gerencial nas empresas multinacionais que satisfaz as demandas de *corporate governance*. Esta revolução gerencial quebra a secular separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual na produção material e, por essa razão contém, na perspectiva de Lojkine (1999), potencialidades emancipatórias.

O trabalho intelectual, ao longo da história, esteve confiado (ou confinado) a um pequeno grupo social (elite aristocrática), que detinha o monopólio da capacidade de ler e de escrever. Este trabalho era realizado pelos sacerdotes que, por sua vez, formavam parte da estrutura do Estado, podendo-se, por essa razão, dizer que o trabalho intelectual consistia em cuidar da palavra de Deus e, ao mesmo tempo, fazer do Estado um ser Absoluto (de obediência absoluta). Até as próprias universidades, surgidas na Idade Média, têm essa origem, vinculada ao cuidado e ensino de palavra de Deus (o termo *universitas* foi originariamente aplicado às sociedades corporativas escolásticas). Com a revolução industrial e a revolução francesa, as universidades passam a ter uma orientação mais técnica e profissionalista, acompanhando o movimento de secularização da sociedade burguesa (que Luc Ferry, 1994, caracteriza como “retraimento do divino”).

Com o surgimento da sociedade civil como esfera do indivíduo privado da sociedade burguesa, inicia-se também uma mudança em relação ao trabalho intelectual, já que com

ela surge a necessidade de um trabalho intelectual fora da esfera estatal. Hegel, que já toma consciência desta mudança, procura, no entanto, fazer do intelectual, como empregado do Estado, um funcionário da humanidade, encarregado de produzir o universal e de impor essa universalidade (como é sabido, em Hegel, a relação do Estado com os indivíduos é de autoridade ou de força, contrariamente às teses *jusnaturalistas* e *contratualistas*). Na medida que na sociedade civil a hegemonia das classes dominantes se realiza pelo consenso (pelo consentimento), isto supõe que ela se transforma em um espaço de luta entre concepções do mundo a partir das classes sociais; o que destaca o papel da cultura e do trabalho intelectual (é claro que o Estado como sociedade política permanece como última *ratio*). É assim que a relação entre Estado, cultura e intelectuais se recoloca, como, também, a função social entre estes. Surgem, destarte, os intelectuais orgânicos que trabalham na arena das organizações da sociedade civil, procurando tornar coerentes, unificadas e sistemáticas as idéias das classes sociais (unificação cultural das classes sociais e da nação), em contraposição aos intelectuais tradicionais que continuam a trabalhar na esfera estatal –na esfera da universalidade ilusória– fazendo dela uma ser Absoluto (“*a transformação do Estado em absoluto é a função própria dos intelectuais*” dirá Buci-Glucksmann, 1990, p. 475).

Uma vez que o intelectual se separa do seu trabalho tradicional, como funcionário ilusório do Estado e, através deste, como funcionário da humanidade, cria-se a possibilidade de um trabalho independente e até contrário ao Estado, como uma esfera pseudo-universal. Ao mesmo tempo, quebra-se a relação com a esfera religiosa, com o Absoluto, único objeto do pensamento verdadeiro. Assim, o pensamento, também, se seculariza, já que o seu objeto já não é mais Deus, o ser Absoluto, e sim uma “natureza” que está disponível para ser dominada tecnicamente. Já nos primórdios do movimento sindical, de orientação anarquista, aparece este movimento político-cultural, contra o capital, o Estado e Deus (a “verdadeira” santíssima trindade).

Assim, o trabalho do intelectual esteve intimamente relacionado ao itinerário do projeto metafísico<sup>26</sup>, já que eram os intelectuais que tinham um acesso privilegiado ao ser Absoluto (as idéias eternas e imutáveis), através do trabalho da razão, mesmo quando já não eram sacerdotes, como no caso do filósofo-rei de Platão. Por este acesso privilegiado à “verdade” (um bem duradouro), tinham legitimidade para governar em nome desse saber. Na construção platônica da República ideal, os intelectuais (os sábios) estavam junto com os soldados, e ambas as classes viviam em comunidade de bens materiais e de mulheres e

<sup>26</sup>O postulado da existência de um outro mundo, mais verdadeiro que este, e que seria o fundamento de este mundo.

crianças, sendo que, na base, estavam os trabalhadores manuais (os artesãos que deviam com seu trabalho se sustentar e sustentar às outras classes sociais), prisioneiros dos seus apetites. Assim, entre os sábios (as leis) e os guerreiros (a força), constituía-se o “bloco dominante” (consenso e coerção) que se apropriava do trabalho excedente dos trabalhadores manuais (que tratam diretamente com a “natureza”). Em Hegel (o “nosso” Platão como dirá Châtelet, 1995), na dialética do reconhecimento mútuo, momento fundante da sociedade pelo Espírito, quando o espírito subjetivo torna-se espírito objetivo (o “eu” é o “nos”, e o “nos” é o “eu”) reproduz-se essa situação, na qual a consciência derrotada do escravo, pelo senhor, tem, no entanto, o privilégio de trabalhar diretamente com a “natureza”, sendo que a história (que para Hegel é a história do espírito) passa pelo desenvolvimento da consciência daqueles que trabalham diretamente com a “natureza” e não daqueles que só têm uma atitude destrutiva (de consumo em relação aos objetos).

As mudanças tecnológicas e organizacionais, que Lojkin designa como “revolução informacional”, possibilitam retirar dos intelectuais a exclusividade do trabalho intelectual, “popularizando” uma cultura que se secularizou (a difusão social do saber). Daí o caráter de época dessa mudança, só comparável à invenção da escrita e, depois, da imprensa. Essas mudanças podem abalar aquele “bloco dominante” (das leis e da força) sobre o trabalho, abalando a organização hierárquica da sociedade, pela difusão social de um saber que já não é monopólio de uma elite aristocrática ou meritocrática.

A recomposição do trabalho, propiciado pela reestruturação produtiva do capital, está levando à crise da esfera cultural como uma esfera do ser social relativamente autônoma.

Para Lojkin (1999) a “revolução informacional” constitui o anúncio e a potencialidade de uma nova civilização, *pós-mercantil*, emergente da ultrapassagem de uma divisão que opõe os homens, desde que existem as sociedades de classe: divisão entre os que produzem e os que dirigem a sociedade, divisão já dada entre os que rezavam, os escribas-sacerdotes administradores dos templos, e os que trabalhavam para eles. (ibidem, p. 11).

Na “revolução informacional”, objetivam-se funções cerebrais abstratas. Esta revolução segue uma trajetória diferente da revolução industrial e da automação (com sua utopia da “fábrica sem operários”). Na revolução informacional predomina o trato com símbolos abstratos e não a manipulação da matéria. Enquanto que a revolução industrial foi marcada pela divisão entre trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, entre a indústria e os serviços, entre o tempo de trabalho “necessário” e o tempo de trabalho “livre”, a revolução informacional cria a possibilidade da ultrapassagem de todas essas divisões. Em vez de conduzir para uma sociedade pós-industrial, a revolução informacional poderia

conduzir para uma sociedade pós-mercantil, por causa da resistência que o trabalho com a informação oferece ao trato mercantil. Isto é assim porque o valor de uso da informação não está na quantidade produzida e sim no seu conteúdo (na qualidade, isto é, na originalidade e na criatividade), sendo que seu consumo não a destrói.

A chamada “revolução informacional” consiste em um processo caracterizado pelos (1) progressos no controle da matéria, que agem como suporte da informação e (2) novos meios de tratamento da informação. A revolução informacional altera a organização do trabalho, surgida a partir da revolução industrial, na base da divisão entre aqueles que tinham a tarefa de transformar a matéria e aqueles que tratavam a informação (trabalho de organização e de gestão). Esta revolução possibilitaria que uma enorme massa de informação, que até agora era monopolizada por uma pequena elite de trabalhadores intelectuais, passe a circular e ser apropriada publicamente. Assim sendo, poderia quebrar os bloqueios informacionais e organizacionais dos empecilhos para o desenvolvimento da produção. Os problemas derivados da “congestão da informação” estão associados aos problemas da organização hierárquica da produção, que culmina em um único centro decisório. Ou seja, está em questão a milenar estrutura do trabalho submetido a uma organização hierárquica, baseada na divisão do trabalho, que não conseguiu ser resolvida nem sequer durante o período do “socialismo real”. O capitalismo se constitui quando se consuma a separação dos meios de produção do trabalhador; o que traz como consequência a perda de controle, por parte da sociedade, sobre a produção.

Lojkin analisa a revolução informacional a partir do conceito marxiano de “forças produtivas”, entendidas tanto como meios de trabalho (os instrumentos), assim também como a relação dos homens (as combinações sociais) com esses instrumentos. Pode-se entender as forças produtivas como forças materiais e humanas, e a estas últimas na dupla dimensão: técnica e social. As forças produtivas materiais nada são sem as forças humanas que “ressuscitam” nelas o trabalho acumulado. Trata-se de compreender as “forças produtivas” como unidade do trabalho vivo e do trabalho morto. Na passagem do instrumento para a máquina-ferramenta, a força física manipulatória da mão foi substituída por fontes de energia exteriores ao homem, ao mesmo tempo que aparecem novas funções humanas, ligadas à supervisão e à otimização do sistema de máquinas-ferramentas. Isto quer dizer que cada vez as funções intelectuais exercem um papel crescente no controle das forças materiais. A divisão e o parcelamento das tarefas socializa, sob o comando do capital, o trabalho humano na forma de forças produtivas sociais (constituem a força produtiva do capital). Com a revolução informacional, acontece uma mudança fundamental, já que esta revolução não segue o caminho da objetivação das funções da mão, e sim da “*objetivação*,

*pela máquina, de funções abstratas, reflexivas, do cérebro – no mais funções cerebrais ligadas à atividade da mão*” (ibidem, p. 64). Isto último é bem diferente da automação que só pretende dar continuidade ao processo de alavancar o poder da “mão” guiada pelo mito da “fábrica sem homens”. É claro que o desenvolvimento da atividade manipulatória da mão implica simultaneamente o desenvolvimento de atividades simbólicas, de criação e invenção; o que não invalida a mudança qualitativa da revolução informacional. Ora, contra o determinismo tecnológico, Lojkin sustenta que a relação entre as forças produtivas materiais (as máquinas) e a estrutura sócio-econômica está mediada pelas forças produtivas humanas (os modos socialmente combinados de uso e gestão da força de trabalho e dos instrumentos de trabalho). Destarte, as forças produtivas não podem ser reduzidas ao instrumento de trabalho, como por exemplo, a máquina-ferramenta que deu origem à revolução industrial.

A revolução industrial, do ponto de vista das forças produtivas materiais, caracteriza-se pela máquina-ferramenta, pela combinação social destas máquinas no espaço da empresa que, na sua evolução, levaria a uma sistema de máquinas-ferramenta automáticas para, finalmente, alcançar a combinação social dos meios de trabalho no espaço nacional e internacional. Do ponto de vista das forças produtivas humanas, o trabalho caracteriza-se pela objetivação do papel da mão e as funções de vigilância e supervisão, divisão do trabalho horizontal (parcelamento) e vertical (concepção e execução) socialmente combinadas, e no nível do espaço nacional e internacional a combinação social dos diferentes ramos da atividade econômica, a distribuição da população (mercado de trabalho, divisão internacional do trabalho, e segregação urbana). Para Lojkin (ibidem), a fábrica automática permanece inscrita na revolução industrial, uma vez que seu princípio continua sendo a substituição da mão humana. Existe neste sistema mecânico um movimento contínuo sem interrupção, não existe ainda a capacidade da máquina para corrigir-se a si mesma (interrompendo seu funcionamento) e, menos ainda, de se adaptar a demandas variáveis, mudando a sua programação. Em resumo: a finalidade da automação, como ponto terminal da mecanização do trabalho, consiste no controle da produção material, sem chegar a colocar em questão a ultrapassagem dos limites da revolução industrial entre a produção material e a esfera dos serviços.

### **2.3.3.1 O trato com a “matéria” informacional e as potencialidades emancipatórias**

Lojkin (ibidem) observa a existência de uma tentativa de substituir o *homo faber* pelo *homo comunicans*, em autores como Lévi-Strauss, assim como também, mais re-

centemente, na obra de Habermas (poderíamos acrescentar também a obra de Negri). Opera-se com uma divisão entre esferas sociais onde a comunicação (e em geral a cultura) estaria substituindo o trabalho (a razão instrumental). Em vez deste “dualismo”, Lojkin sustenta que existe uma contradição entre as “*potencialidades interativas dos novos sistemas de informação e seu uso atual manipulatório e elitista*” (ibidem, p. 121). Ou seja, não são duas racionalidades, cada uma delas atrelada a uma determinada esfera da sociedade, senão que a própria esfera da comunicação (da interação social) é atravessada por diversas lógicas.

A introdução da máquina informática, no processo de trabalho, está associada ao mito da “fábrica sem homens”. Trata-se de introduzir um sistema que minimize as falhas dos homens (ou seja, que minimize a intervenção humana). No entanto, existe também um outro uso das máquinas de informação, que não se inscrevem na lógica da “fábrica sem homens” e que, pelo contrário, pressupõem a intervenção do homem. Nesse caso, não opera a lógica da expulsão do homem do processo de trabalho. Na verdade, um sistema inteligente não pode funcionar sozinho, ele só adquire sentido num diálogo com um sujeito. Assim: “*O sistema inteligente, exigindo preliminarmente a presença do sujeito no dispositivo, opõe-se ao sistema técnico que opera a expulsão do sujeito humano*” (ibidem, p. 137). Aqui não se trata de substituir o homem pela máquina. Nesse caso, a máquina de informação é uma “prótese intelectual” que não vem para substituir o operador.

Existe um vínculo estreito entre o modelo mecânico (sistema técnico), a civilização mercantil e capitalista moderna. O modelo mecânico assenta suas bases (seus axiomas) na relação contratual entre indivíduos livres que realizam suas escolhas, maximizando seu benefício. A máquina, neste modelo, pode ser considerada como um conjunto muito grande de elementos, que interagem entre si, como os indivíduos da sociedade burguesa. Considera-se, cartesianamente, que o todo é uma complexidade constituída por elementos simples, e que o trabalho de compreensão da realidade consiste em isolar estes elementos simples e a partir daí reconstruir a totalidade como um agregado desses elementos.

A máquina informacional pode tanto acentuar a tendência elitista que reserva o tratamento da informação a um pequeno grupo de dirigentes, como viabilizar uma concepção autogestionária que implica o acesso de todos a todas as informações e, em decorrência disto, o auto-governo dos homens.

A resistência dos trabalhadores, a trabalhar para uma máquina inteligente, está relacionada à falta de uma verdadeira cooperação entre os diferentes trabalhadores, na qual se sustenta a organização hierárquica (capitalista) da empresa. As tentativas de enriquecer

o trabalho, através do aumento da autonomia dos trabalhadores e da informação disponível, tem batido de frente com a continuidade da organização hierárquica e do ritmo do sistema de máquinas. Para trabalhar com estas máquinas inteligentes é necessário mudar a organização piramidal do trabalho nas empresas entre “*aqueles que pensam e aquelas que apertam parafusos*” (Serieyx in Lojkine, 1999, p. 167), para uma que possibilite um aprendizado autogestionário, superando a divisão entre a gestão e o trabalho manual.

### 2.3.3.2 O trato mercantil da matéria informacional

A particularidade da análise de Lojkine consiste em sustentar que em vez de substituição da produção pela informação, existe uma “*interpenetração* complexa entre indústria e serviços, concepção e fabricação, ciência e experiência e, conseqüentemente entre assalariados da produção e assalariados da concepção” (ibidem, p. 238).

As mediações informacionais e comunicacionais obedecem a uma lógica, na qual a partilha da informação (diferente da troca entre equivalentes) leva os sujeitos a agir como parceiros (partilhando valores de uso) e não como atores estratégicos proprietários privados de algum bem. A circulação de informação não é equivalente à circulação de mercadorias, porque a troca simbólica é diferente da troca mercantil. O tratamento da informação não pode ser industrializado do mesmo modo que é industrializada a matéria da natureza, ou seja, o trabalho na fábrica é diferente do trabalho no escritório, sendo que este último resiste a ser disciplinado de uma forma taylorista (não é a máquina quem organiza o tempo no escritório e sim o funcionário). No trato com a matéria informacional é necessário levar em conta a motivação, a criatividade dos indivíduos trabalhadores, o que não acontece na indústria (na verdade aqui os fatores subjetivos são minimizados porque interferem no processo de trabalho).

É claro que esta tendência de partilhar a informação é contrariada pela tendência dominante na sociedade capitalista à troca de informação, isto é, tratar a informação como uma mercadoria. Para que seja possível a troca, é preciso que se possa estabelecer uma equivalência quantitativa entre objetos diferentes, esta equivalência é estabelecida a partir de uma medida em comum dos objetos que é o tempo de trabalho (trabalho abstrato), sendo esta uma característica sócio-histórica. O valor de uso, pelo contrário, faz referência às propriedades qualitativas do objeto, o real-singular. O movimento do real-singular para a universalidade (o valor de troca) é explicado pela lei do valor. Todo o mistério do valor se reduz ao problema da equivalência: “*todo o mistério da forma do valor se esconde no fenômeno mais misterioso da equivalência, no qual o valor de troca*

*e a própria possibilidade de se trocar um objeto por outro diferente, estão de certo modo lastreados*” (Marx in Jameson, 1997, p. 242). Esta tendência para a universalidade do valor de troca, posta pelo desenvolvimento histórico, não é uma condição natural dos objetos. Ora, o desenvolvimento da cooperação é realizado **contra** a tendência à equivalência.

A prestação de serviços caracteriza-se pelo fato que o serviço (o produto) não se desvincula (aliena) totalmente do trabalhador. O serviço prestado leva a marca do trabalhador. Na prestação de serviços existe uma troca social e não mercantil (não é possível estabelecer o equivalente porque para que exista equivalência é necessária a alienação do trabalho).

Nas sociedades contemporâneas, torna-se cada vez mais difícil avaliar, no sentido de mensurar ou de submeter ao cálculo econômico, as atividades econômicas já que nelas cada vez mais a produção material é dominada pela prestação social e pelas relações diretas entre os homens. As sociedades capitalistas estão dominadas pela contradição entre o valor de troca e o valor de uso, sendo que este último não se submete a critérios de mensuração econômicos (economia do tempo).

Lojkine (1999) sustenta que nas sociedades não-mercantis circulam objetos que não são mercadorias, objetos que, ligados às pessoas que os usam, funcionam como signos de relações sociais baseados na reciprocidade. A reciprocidade seria aquela força dos laços de dependência, que vinculam os membros de uma comunidade. Existiriam relações sociais de reciprocidade mercantil e não mercantil, sendo que esta última está fundada na dependência pessoal dos seus atores em face de sua comunidade, enquanto que a primeira estaria “*fundada na independência de proprietários privados e na alienação de produtos-mercadorias, totalmente distintos dos sujeitos que trocam*” (ibidem, p. 189). Nas sociedades não-mercantis, o sistema econômico está baseado nas relações diretas entre os homens em detrimento das relações entre os objetos.

Em suma, para Lojkine, não se trata de sustentar uma tese substitucionista, como nas concepções pós-industrialistas, em que a produção está sendo substituída pela informação, a indústria pelos serviços, os assalariados da produção pelos assalariados da concepção, e sim pela *interpenetração* complexa entre indústria e serviços, concepção e fabricação, ciência e experiência (ibidem, p. 238). Esta interpenetração, no que diz respeito ao trabalho de direção e de execução, dá lugar aos trabalhadores “produtivos improdutivos” e aos “improdutivos produtivos”, o que também pode ser designado como trabalho “polivalente”. Para este autor, existe uma “*tendência irreversível para abrir todas as atividades produtivas às funções de serviços e todas as atividades de serviço às funções produtivas*”

(ibidem, p. 289). Esta interpenetração e recombinação, entre trabalho manual e trabalho intelectual, traz como consequência a reavaliação do papel das camadas médias na produção (entre os trabalhadores de “colarinho branco” e os trabalhadores de “colarinho azul”). Ao mesmo tempo, a prestação de serviço muda no sentido que já não é mais um serviço pessoal (como por exemplo o trabalho doméstico) e sim um serviço coletivo (por exemplo no setor educacional).

As concepções pós-industrialistas estão dominadas pelo mito da “fábrica sem homens”, isto é, pela substituição do homem pela máquina como ideal a ser alcançado. Trata-se assim de economizar trabalho vivo, aumentando ao mesmo tempo a proporção de trabalho não-pago, que forma parte do produto. Esta é lógica da produção da mais-valia: aumentar a proporção de trabalho não-pago na composição final do produto.

No entanto, deve ser destacado que o produto informacional precisa sempre de um veículo ou suporte material para existir (mais uma vez, a “natureza” é ineliminável). Isto quer dizer que existe um duplo processo (material e imaterial), já que os objetos informacionais precisam, ao mesmo tempo, de revolucionar a produção material, levando ao desenvolvimento de novos materiais que atuam como suporte da informação, ainda que a proporção do material e do imaterial se desloque tendencialmente na direção do aumento dos elementos imateriais no total do produto. Como já foi sublinhado, anteriormente, trata-se de uma configuração industrial, em que se procura manter o controle da totalidade da cadeia de valor incorporando os serviços (CHESNAIS, 1996). Assim acontece, por exemplo, com a indústria da informática, na qual as empresas de *hardware* tendem a complementar o processo produtivo com a prestação do serviço de produção do *software*. Assim a prestação de serviços complementa o processo produtivo sem se contrapor a ele.

### **2.3.4 Crítica ao dualismo trabalho - comunicação**

A análise que empreendíamos teve como finalidade entender a nova qualidade do trabalho na contemporaneidade que, com diz Antunes (1995) traz a necessidade de operar com uma concepção ampliada do trabalho, para entender o surgimento de movimentos sociais “alternativos” a partir da crescente interpenetração da esfera cultural com a economia. Paradoxalmente esta interpenetração das esferas econômica e cultural se manifesta através do processo de reificação da cultura, na que esta aparece como inteiramente autônoma e por isso auto-referenciada (o que caracteriza a perda do senso da realidade social como uma totalidade aberta e auto-movimentada) que se expressa na “decomposição do signo” da cultura do “simulacro” pós-moderna como fora demonstrado por Jameson (1991).

Nesta esteira é que desenvolvemos a discussão anterior sobre a saturação de mediações culturais no processo de trabalho na contemporaneidade. Este processo de mudanças no mundo de trabalho iniciou-se no final dos anos sessenta e, é ele que explica a crise das instituições da sociedade civil (em particular os grandes partidos e sindicatos operários), que dará lugar ao surgimento de “cultura radical” que analisaremos na frente. Surgem os assim chamados “novos” movimentos sociais que são movimentos “culturais” que operam na esfera da reprodução social a partir da vida cotidiana, com uma forte ênfase nos processos identitários de reprodução simbólica. Os trabalhos de Eder Sader (1986, 1988) são exemplos desta reflexão.

Estas mudanças tem sido interpretadas como o “fim do trabalho” ou da “sociedade do trabalho” e junto com ela dos “paradigmas” teóricos que partiam da centralidade do trabalho tal como se expressou nas elaborações habermasianas (HABERMAS, 1987). No entanto, com base nas análises que temos desenvolvido anteriormente, fica claro que não é o trabalho como princípio onto-genético do ser social aquilo que está hoje em crise (ele é o sustento *ineliminável* de qualquer ordem social, seja burguesa ou não, mas si sua positividade, o trabalho assalariado (sua forma histórica atual) como fundamento da sociedade burguesa.

O trabalho é uma “necessidade humana eterna”. Isto quer dizer, que não é necessário o deslocamento de perspectivas do trabalho (da *práxis*) para a comunicação para entender o mundo contemporâneo. Muito pelo contrário, a relevância dos processos comunicacionais e informacionais explica-se pelas mudanças contemporâneas na produção. Portanto não estamos diante da crise do trabalho, do *homo faber*, e sem de um processo de ampliação das mediações culturais no processo de trabalho que questiona a secular separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Dai que a **filosofia da práxis** que considera o trabalho como “modelo de toda atividade humana”, ponto de partida da constituição da vida social constitua uma perspectiva adequada para analisar estas mudanças.

Não se trata de construir uma nova utopia a partir da ação comunicativa do “mundo da vida”, utilizando a solidariedade como “recurso” devido ao fato de que as utopias desenvolvidas a partir do trabalho estarem esgotadas após do fracasso do socialismo “real”, do corporativismo autoritário (o falangismo, o fascismo e o nacional-socialismo), e do reformismo social-democrata que deu lugar ao Estado de Bem-estar, como sustenta Habermas (1987).

Existe em Habermas uma impotência (que ele atribui ao projeto da modernidade) em unir as esferas diferenciadas (ou especializadas) da cultura (ciência, arte e moral e

direito) com o “mundo da vida”. Trata-se de uma forma de apropriação do diagnóstico da modernidade de Weber como “perda de sentido”. Estas esferas afastam-se cada vez mais do fluxo da vida quotidiana, tornam-se estranhas, porém, inelimináveis. Parece cada vez mais difícil utilizar os “recursos” da ciência, da moralidade e da arte na vida cotidiana. Para Habermas, o projeto da modernidade “*é um amálgama contraditório de dois princípios opostos: especialização e popularização*” (ANDERSON, 1999, p. 46). Esta tensão ou dualidade da sociedade moderna se exprime também como dualidade entre os “sistemas” do mercado e da administração, e o mundo da vida; entre a ação instrumental baseada no trabalho e a ação comunicativa baseada na intersubjetividade. Para Habermas, a diferenciação ou especialização das esferas culturais e dos “sistemas” é ineliminável, por constituir um ganho da espécie. Então, o “mundo da vida”, em uma atitude defensiva, tem que ser protegido da “colonização” operada pelos sistemas sem, porém, poder ultrapassar os seus limites (porque destrói os ganhos no processo de aprendizagem da espécie). Habermas não concebe a regeneração de uma vida social que ultrapasse os “ganhos” que significam na atualidade, os sistemas autogovernados pelo dinheiro e o poder, e que tem transformado o trabalho (*work*) em emprego assalariado (*labor*). Em Habermas os “sistemas” (os “fetiches” de que falara Lefebvre, 1974) são invioláveis e o “mundo da vida” inoperante. Assim, a teoria da Habermas reafirma os ideais do Iluminismo, mas, ao mesmo tempo, nega-lhes qualquer chance de realização. Como diz Anderson (ibidem), Habermas inverte a fórmula de Gramsci na avaliação da modernidade, que ele analisa, então, “*com o pessimismo da vontade e o otimismo da razão*”.

Dito seja de passagem, o “mundo de vida” habermasiano, é o mundo pré-moderno, o mundo da “tradição” (a cultura sedimentada na língua), que está sendo ameaçado pelos modernos “sistemas” do dinheiro e do poder. A resistência habermasiana aos “sistemas” consiste em recorrer à força de uma tradição que já não existe mais como diz Giddens (2000), daí a impotência do indivíduo habermasiano diante dos “sistemas”. É possível observar que esta análise repõe em outros termos a problemática do neo-romantismo alemão entre *civilização* e *cultura* que Habermas analisa como trabalho (razão instrumental) e comunicação (razão comunicativa).

Um dos erros na consideração do fim da sociedade do trabalho está na equiparação do trabalho (*work*, isto é, o metabolismo com a natureza, trabalho que produz valor de uso) com emprego assalariado (*labour*, trabalho que produz valor de troca). Hoje assistimos a uma crise de emprego, assistimos à precarização do emprego. O emprego assalariado era, até recentemente, experienciado por muitos como se fosse “para toda a vida”, uma espécie de sina. A maioria dos homens (diferentemente das mulheres) sabia que faria parte da

força de trabalho assalariado durante boa parte de suas vidas, enquanto as mulheres com freqüência estavam confinadas ao ambiente doméstico. É esta certeza que hoje está em crise.

Esta tendência para o “contrato temporário” em todas as áreas da existência humana (ocupacional, emocional, sexual, política) torna mais difícil “colonizar” o futuro, quer dizer, fazê-lo mais previsível. Assim, por exemplo, acontece com as relações íntimas, como tem sido estudado por Giddens (1993) no que diz respeito à *Transformação da Intimidade* (a emergência dos novos relacionamentos “puros” no âmbito da família contemporânea).

Para Giddens (1996) esta crise é uma **crise do produtivismo**. Esse é definido como um *ethos* no qual o trabalho assalariado possui um papel central. O trabalho assalariado expressa a primazia da organização taylorista-fordista do trabalho (a indústria) na vida da sociedade moderna. Segundo Giddens, foi Max Weber quem demonstrou como é historicamente incomum a postura em relação ao trabalho característica da ordem moderna e revelou algumas das principais origens culturais do produtivismo na ética protestante. De acordo com Weber, o produtivismo pode ser visto como um *ethos* no qual o “trabalho”, enquanto ocupação assalariada (*labour*), foi separado do outros domínios da vida, de uma forma bastante clara. Através da ética protestante (WEBER, 1974), o trabalho deixa de ser um meio para a satisfação das necessidades, passando a ser um fim em si mesmo, isto é, uma atividade compulsória. O trabalho torna-se um porta-estandarte do significado moral –ele define se os indivíduos sentem-se dignos e socialmente valorizados ou não; e a motivação para trabalhar ganha autonomia em relação a outras atividades sociais. A vontade para se assalariar não é uma atitude natural, como foi demonstrado por Offe (1984), antes ela é parte do processo pelo qual a maior parte da força do trabalho foi desapropriada dos meios de existência e foi proletarizada “ativamente”.

Esta crise de emprego assalariado industrial ou, na trilha de Giddens, crise do padrão produtivista está hoje em debate, antes que a crise do “trabalho” como categoria central na ontogênese do ser social. Aliás, o capitalismo tem se desenvolvido, atravessando uma crise após outra. Diríamos que estamos assistindo não à crise do trabalho, mas ao trabalho da crise do capital.

Ora, são estas transformações no “mundo do trabalho” pressionadas pela acumulação de capital predominantemente financeiro as que fundamentam a crise nos modos de ação político-culturais dos partidos e sindicatos operários dos anos sessenta que darão lugar ao surgimento da “cultura radical” que abordaremos na próxima seção.

## 2.4 A mudança da base industrial do capital na interpretação da “nova esquerda”

Assim como nos países de América-latina surgiram interpretações esquerdistas dos processos de metamorfose do capital e de mundo do trabalho, nos países capitalistas avançados também foram terreno fértil para o desenvolvimento de novas formas de interpretação da realidade social, e de novas práticas sociais, muitas das quais têm tido um efeito de longo prazo no mundo da esquerda. Estas novas práticas e modos de interpretação da realidade social, constituem aquilo que temos denominado como “cultura radical”, caracterizado pela rejeição às práticas político-culturais dos partidos comunistas alimentado paradoxalmente pela idéia da iminência da revolução.

O interesse pela perspectiva de Negri e da sua escola (o **autonomismo operário** italiano), está em que ele pretende extrair suas reflexões a partir dos ensinamentos do movimento do “maio francês” (e da própria ação da classe operária italiana principalmente nos anos setenta, tanto do auge como fundamentalmente do seu declínio). A Itália foi o grande cenário da luta de classes (seria o ela mais fraco do capitalismo avançado) na Europa no final dos anos sessenta e durante a década dos anos setenta que se materializou no crescimento eleitoral principalmente do Partido Comunista Italiano (PCI) que em 1975 chegou a obter o 47% dos votos frente do 35% da Democracia Cristã (DC). Junto com o crescimento do PCI, também surgiu uma combativa e numerosa extrema esquerda que se confrontava com as posições do PCI. No entanto este crescimento, cinco anos depois a esquerda passou por uma série de derrotas das que somente recentemente começou a se recuperar. Nesta crise teve responsabilidade o comportamento político do próprio PCI que estabeleceu um “compromisso histórico” com a Democracia Cristã na segunda metade dos anos setenta diante da crise econômica que afetava a Itália naquele momento. Segundo Callinicos (2001) em meados dos anos setenta as três principais organizações de extrema esquerda<sup>27</sup> giraram para a direita diante da expectativa do triunfo eleitoral da esquerda. No entanto, nas eleições de 1976, os votos da DC aumentaram, os pequenos grupos de esquerda obtiveram apenas o 1,5% de apoio eleitoral e, o PCI fez acordo com a DC em vez de fazê-lo com os grupos de esquerda, o que ocasionou a crise destes partidos e sua rápida desintegração. Entretanto, em 1977, desenvolveu-se um novo ciclo de lutas protagonizado pelo movimento estudantil que conquistou apoio principalmente entre os jovens trabalhadores desempregados, na que “autonomia operária”, uma organização de “novo” tipo (tinha uma forma de organização federal) exercia considerável influencia. No

<sup>27</sup> *Avanguardia Operaria, Lotta Continua* e o *Partido da Unidade Proletária pelo Comunismo* (PDUP)

quadro deste movimento, os jovens entraram em choque não apenas com a polícia, como também com os operários organizados nos sindicatos.

O movimento autonomista surge a partir da dissolução do “operarismo” (em particular sua corrente mais importante: *Potere Operaio*) que tinha surgido nos anos sessenta ao calor das grandes lutas dessa década (foi emblemática a greve geral dos trabalhadores de Fiat em 1962 após duas décadas de relativa calma, nesta ocasião os trabalhadores apedrejaram a sede do sindicato de orientação socialdemocrata: UIL, indicando a existência de uma fração de operários que rejeitavam a prática sindical institucional).

Na base da concepção do “operarismo” estava a figura do “operário-massa”, o operário intercambiável da cadeia de montagem, que não tinha nenhum compromisso com a empresa ou a indústria. Este operário era o novo sujeito revolucionário. Os militantes do “operarismo” desenvolviam uma política de oposição e confrontação com as posições do PCI, a quem acusavam de fortalecer o capitalismo, fazendo parte do aparato repressivo estatal e levando a que os sindicatos se comportem como bombeiros da luta de classe. A forma de lutar contra o capitalismo era a recusa ao trabalho, a rejeição a participar do processo de trabalho através de sabotagens, ausentismo, e a resistência a confiar nos sindicatos e nos partidos políticos. Para Negri, dirigente da corrente *Potere Operaio* (a mais importantes das correntes do “operarismo”, organizada sobre estritas formas leninistas), as lutas dos trabalhadores entre 1968 e 1973 tinham conseguido quebrar o pacto de classe keynesiano sobre o qual se assentava o Estado de bem-estar. Os integrantes do *Potere Operaio* não trabalhavam nos sindicatos nem nos comitês de fábrica, já que eram partidários de uma forma de democracia de massas baseadas em assembléias de trabalhadores. Esta atitude se fundamentava na concepção de que através dos sindicatos e dos partidos eram introduzidos os esquemas do capitalismo, no seio da classe operária. Quando a maré da luta de classes do período 1968-1973 diminuiu, estas posições entraram em declínio, até sua (auto)dissolução. Sobre seus restos é que surgirá “autonomia operária”, que adquirirá considerável influência sobre o movimento estudantil nas jornadas de luta do ano de 1977. Este movimento estudantil revela, na interpretação dos “autonomistas”, o surgimento de uma intelectualidade de massa, jovens trabalhadores altamente escolarizados que rejeitarão o emprego fixo e “para toda a vida” dos seus “pães”: os “velhos” trabalhadores da linha de montagem<sup>28</sup>. A base social da “autonomia operária” estava constituída pelos excluídos do processo produtivo, chegando até em ocasiones, a desenvolver uma atitude de hostilidade contra a classe operária<sup>29</sup>. Serão estes jovens altamente escolarizados (nas

<sup>28</sup>Observe-se que o conflito entre gerações daquela época expressa então, a crise do operário massa e do fordismo e o surgimento do operário social do pós-fordismo.

<sup>29</sup>Esta é uma enorme diferencia entre o “68” europeu, e o mesmo processo particularmente no Uruguai.

instituições do Estado de Bem-estar construídas a partir do fordismo) quem rejeitarão o modo de vida dos seus pais, o “velho” trabalhador fordista, expressando assim, na forma de conflito intergeracional, o conflito social da transição técnico-produtiva do fordismo para o pós-fordismo. As exigências culturais destes jovens eram bastante diferentes que das dos seus pais, quem tinham participado na construção dessa “sociedade de consumo”. Aparece em estes jovens necessidades novas, como por exemplo, a necessidade de autorealização através de um trabalho que seja mais adequado às novas competências, ou seja, um trabalho mais criativo e flexível, um trabalho mais rico intelectualmente daquele demandado pela organização fordista da produção. Enquanto que seus pais, ou quiçá seus avós, tinham participado do processo de migração do campo para a cidade, ou seja, era uma população de origem rural empobrecida e de baixa escolaridade, que encontrou na cidade e na fábrica fordista um padrão de vida difícil de ser alcançado pelos trabalhadores de outrora, estes jovens já eram filhos do Estado de Bem-estar, e mal podiam compreender a experiência da década de 1930, o que os levava a não estar dispostos a trabalhar “apertando parafusos” na linha de montagem (daí a expressão “recusa ao trabalho”).

Assim, por exemplo, Hobsbawn (1998, p. 301) coloca a diferencia entre a primeira geração de trabalhadores fordistas (nos anos trinta) e a segunda (após a Segunda Guerra Mundial):

Em suma, o pleno emprego e uma sociedade de consumo orientados para um verdadeiro mercado de massa colocavam a maior parte da classe operária nos velhos países desenvolvidos, pelo menos durante parte de suas vidas, bem acima do patamar abaixo do qual seus pais, ou eles próprios, tinham vivido outrora, quando se gastava a renda sobretudo com necessidades básicas.

Será no seio desta geração de pós-guerra, que surgirá o movimento juvenil que criticará, fazendo até a “crítica das armas”, o disciplinamento fordista-keynesiano, abrindo-se assim uma profunda brecha intergeracional, que será explorada (ou na que mergulhará) a esquerda radical contra a esquerda tradicional. Observe-se que esta camada social, logo depois, na sua maturidade, quando seja parte da classe operária (tanto em sentido estrito, quanto em sentido amplo), constituirá, paradoxalmente, a base social de movimentos políticos conservadores e até reacionários que implementarão políticas recessivas e de ajuste fiscal que levarão ao desmonte ainda que parcial do Estado de Bem-estar nos países capitalistas avançados. Obviamente que este não era o objetivo perseguido pela

---

Como já foi dito no capítulo anterior (ver no ponto 1.3.3, página 83), os anos sessenta se iniciam no Uruguai com as jornadas de luta unificadas entre operários e estudantes, particularmente universitários, que trarão como resultado principal a aprovação da *Lei Orgânica da Universidade* que consagrou sua autonomia e sua forma de governo com ampla participação estudantil.

crítica ao Estado de Bem-estar e a suas instituições disciplinares, portanto não se pode celebrar como um triunfo destes movimentos, aquilo que na verdade foi uma derrota. A “nova direita” conseguiu parasitar a mesma base social da “nova esquerda” no seu próprio benefício.

Com o desmoronamento da militância de base, no quadro da crise econômica dos anos setenta e do “compromisso histórico” antes mencionado, emergiu o conceito de *operário social* em substituição ao conceito de “operário massa”. Com este novo conceito, sustentava-se que o processo de exploração capitalista tinha lugar em escala societária (a sociedade toda teria virada uma grande fábrica social), razão pelo qual os estudantes, os trabalhadores desempregados, e os marginados deviam ser considerados como setores chave junto ao proletariado. Esta concepção justificava teoricamente a prática dos “autonomistas” contra os trabalhadores sindicalizados. Assim Negri (*in* CALLINICOS, *ibidem*) sustentava que,

Algunos grupos de trabajadores, algunos sectores de la clase obrera, siguen atados a la dimensión del salario, a sus términos mistificados. En otras palabras, viven de sus ingresos como de rentas. Por lo tanto, están robando y explotando plusvalía proletaria *están participando de la estafa del trabajo social en los mismo términos que los gerentes*. Estas posiciones y la práctica sindical que las alienta deben ser combatidas, con violencia si fuera necesario. No será la primera vez que una marcha de desocupados entre en una gran fábrica y pueda destruir la arrogancia del ingreso asalariado.

Foi no quadro destas concepções que faziam a apologia da violência revolucionária que surgiram as “Brigadas Vermelhas”, promovendo uma série ações armadas especulares, sendo a mais importante delas o seqüestro e posterior assassinato do ex-líder da DC, Aldo Moro, no ano de 1978. Este grupo guerrilheiro tinha como alvo não apenas às autoridades governamentais como também os dirigentes sindicais considerados colaboracionistas. Contando com o apoio do PCI, o governo da época, desencadeou uma severa repressão contra este grupo, que acabou com sua destruição, levando a muitos dos seus dirigentes para a cadeia<sup>30</sup>. Mas, a repressão não se deteve aqui, senão que foi aproveitada pelo patronato para passar para a ofensiva. Assim, por exemplo, foram primeiramente demitidos 61 militantes da planta Mirafiorí em Turim da empresa Fiat, em 1979, acusados pelo patronato de convivência com o “terrorismo”, para logo depois, no ano seguinte, anunciar

<sup>30</sup>Negri foi acusado de ser o ideólogo deste grupo e do seqüestro de Aldo Moro, por este motivo foi detido em 1979, permanecendo quatro anos retido em prisão sem julgamento, sendo libertado em 1983, quando foi eleito deputado pelo Partido Radical e se exilou na França. Foi condenado *in absentia* em 1984, e retornou em 1997 para Itália, onde completou, em regime de prisão domiciliar, sua condena, que acabou no ano de 2003.

um plano de demissão de 30.000 trabalhadores dessa empresa<sup>31</sup>. Depois de 35 dias de greve, a resistência dos trabalhadores foi quebrada pela empresa dando como resultado a demissão de 23.000 trabalhadores. Com esta vitória da patronato (equivalente daquela outra sobre os operários mineiros da Inglaterra em 1984-85 que inaugurou o governo da Primeira Ministra Margaret Thatcher), começou um período de ressurgimento do capitalismo italiano nos anos oitenta cujo maior símbolo atualmente é a figura do magnata das comunicações Silvio Berlusconi.

Em 1983 foi publicado em inglês o livro *Marx Beyond Marx* baseado em uns seminários que foram ministrados por Toni Negri precisamente no final dos anos setenta na França a partir de um convite formulado por Louis Althusser. Este livro interpreta *Os Grundrisse* de Marx de uma forma tal que se contrapõe a *O Capital* do mesmo autor. *Os Grundrisse* (MARX, 1989) foram publicados pela primeira vez em 1939, e foram, por assim dizer, “descobertos” principalmente pela esquerda radical (a *nova esquerda*) nos anos sessenta, e utilizados como arma teórico-política na luta contra as concepções dos PC’s e, em geral, contra o marxismo da III Internacional considerado como “stalinista”<sup>32</sup>. *Os Grundrisse* são o primeiro rascunho d’*O Capital*, redigidos entre os anos 1857-1858 (dez anos depois da maré revolucionária de 1848, e dez antes da publicação do Livro I d’*O Capital*). Estes rascunhos podem ser considerados como o “elo perdido” entre os escritos de juventude e os escritos de maturidade de Marx, entre os escritos “filosóficos” e os “econômicos”, quando Marx consegue passar da análise da circulação para a análise da produção, expondo de uma maneira conseqüente a produção da **mais-valia**, cujos esboços já tinham sido formulados em obras anteriores. Nestes rascunhos Marx estabelece que no processo de compra-venda da **força de trabalho** (e não do trabalho), existe por trás da relação de troca entre equivalentes, uma relação de exploração. O capitalista, quando contrata trabalhadores, compra o controle sobre o poder criador da força de trabalho deles. Nisto consiste o processo de exploração que acontece por trás da aparência de uma relação de troca entre equivalentes. A partir da leitura e interpretação subjetivista destes rascunhos, era possível enfrentar a concepção difundida pela III internacional que acentuava a contradição entre as “relações sociais” e o “desenvolvimento das forças produtivas”. Através d’*Os Grundrisse* era possível entender que não pode ser produzido nada mais além daquilo que será trocado ou transformado em dinheiro, já que a produção está contida –limitada– pela forma mercantil, portanto, a produção de valor de uso está contida nos limites do valor

<sup>31</sup>Este plano de demissão pode ser considerado também como o início do processo de reestruturação produtiva que tem como alvo a grande fábrica fordista.

<sup>32</sup>Na versão para o castelhano d’*Os Grundrisse* o prólogo de Martin Nicolaus, apresenta o texto com o título de *El Marx desconocido*.

de troca. Assim, n' *Os Grundrisse*, teríamos uma visão mais abrangente da obra de Marx, que logo depois se materializou n' *O Capital*, por se tratar de um plano de trabalho, que não se plasmou completamente na obra de maturidade de Marx. Em particular, a partir d' *Os Grundrisse*, era possível entender o problema do consumo, próprio das sociedades capitalista desenvolvidas, que Marx não tinha conseguido desenvolver n' *O Capital*. Era possível entender como diz Nicolaus (*in* MARX, 1989, p. xxxv);

... que el orden capitalista no se encontrará madura para la revolución hasta que la clase obrera –lejos de verse reducida al nivel de bestias andrajosas y miserables– haya ampliado su consumo *por encima* del nivel de la mera subsistencia física y comience a considerar el disfrute de los productos del trabajo excedente como una necesidad general.

Nestes rascunhos, Marx formula a concepção do **indivíduo social** como o sujeito do processo produtivo, em um estágio muito desenvolvido das forças produtivas (da produção e do consumo), quando o “*homem comporta-se como supervisor e regulador com respeito ao processo produtivo*”.

N' *Os Grundrisse* Negri encontra uma teoria subjetivista do capital e do trabalho que estaria ausente n' *O Capital* (em verdade, para Negri, nesta obra de maturidade de Marx, a subjetividade é aniquilada na objetividade de economia). Segundo Callinicos (*ibidem*) Negri procura transformar o marxismo em uma teoria sobre o poder. A chave deste trabalho está na consideração do operário-social em substituição do operário-massa. A socialização da produção, transforma o capital em capital social, sendo que o Estado é a expressão desse capital social, portanto a relação capital-trabalho é uma relação de poder. Esta interpretação é feita, deixando de lado o fato de que para Marx o capital não é uma força homogênea, já que é próprio do capitalismo a competição entre os “muitos capitais”.

Segundo Callinicos (*ibidem*) Negri revisa a Marx em três grandes aspectos:

- a lei da queda tendencial da taxa de lucro, que é entendida por Negri como resultado direto do confronto entre capital e trabalho, desconsiderando que é resultado da acumulação competitiva entre os “muitos capitais”;
- a teoria dos salários (o tempo necessário aparece como uma variável independente, o que levará a seguinte conclusão);
- o trabalho como sujeito absoluto, ou como única fonte de valor, quando para Marx a natureza é a fonte do valor de uso e do trabalho.

Todas estas revisões o levam a considerar o marxismo como uma teoria do poder. O desenvolvimento do dinheiro no capitalismo, leva ao desenvolvimento do crédito (os

mercados financeiros) como uma forma de socialização da produção, que tem no Estado sua forma condensada. Por este caminho a função moderna do valor é a função do mando (o Estado é a forma moderna do capital). No Estado se exprime o processo de socialização do capital, o que expressa o processo de subsunção real da produção ao capital. A exploração tornou-se um processo de dominação global que está presente em forma contínua em todos os aspectos da vida social.

No entanto, como já foi analisado anteriormente (item 2.1.3 na página 135), para Marx a socialização do capital acontece fundamentalmente através das sociedades por ações que darão lugar à formação dos monopólios. Também como já foi colocado o capital-dinheiro aparece como uma massa concentrada, organizada, colocada de modo completamente diferente da produção real, sob o controle dos banqueiros, agindo como um capitalista global diante dos muitos capitalistas. Desde este ponto de vista e, como é sustentado por Samir Amin (1978), o sistema monetário representa os interesses coletivos da classe burguesa, da mesma forma que acontece com o Estado.

O movimento do “maio francês” revelou um conjunto de mudanças sociais e políticas, em particular o surgimento do operário social (aliás, foram estes operários que acabaram com o Estado de Bem-estar e com seu mecanismo disciplinar<sup>33</sup>) em contraposição ao operário massa do período fordista, que constitui a base dos novos movimentos dos trabalhadores. O operário social reage contra os mecanismos de disciplinamento próprios do fordismo e do keynesianismo, sendo que o disciplinamento se exerce através de uma série de instituições das que fazem parte também o sindicato e o partido político. O interessante desta reflexão é, que esta nova condição social dos trabalhadores, os leva na direção do que poderia ser denominado como “ultra-individualismo” (para além do individualismo igualitarista de origem iluminista)<sup>34</sup>, num processo de fragmentação que já não podem se organizar nem em sindicatos, nem em partidos, permanecendo na condição de “multidão”. Entretanto, esta condição é celebrada como um avanço em relação às estruturas de representação dos interesses própria do período fordista, chegando até se vislumbrar, a partir

---

<sup>33</sup>Assim, Negri consegue transformar uma derrota em um triunfo, em particular a derrota da classe operária italiana após a onda de mobilizações estudantis de 1977. Foi no quadro da crise da classe operária italiana dos anos setenta que em 1973 surge o movimento “autonomista operário” fortemente inspirado na idéias de Negri, e com uma importante penetração nos meios estudantis. No entanto deve ser levado em consideração que esta derrota do movimento operário, foi também, e principalmente, derrota das concepções “autonomistas”.

<sup>34</sup>A expressão é de Luc Ferry (1994). Para este autor o ultra-individualismo está associado à ética da autenticidade em contraposição à ética kantiana. Igualmente, Ferry, identifica na reflexão de Nietzsche, a origem deste tipo de individualismo (contrário ao individualismo igualitarista (o “individualismo de rebanho”), que teria caracterizado ao movimento modernista do século XX. Hobsbawm (1995, p. 328) sublinha como traço cultural do século XX o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou “*o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais*”.

desta nova condição, possibilidades emancipatórias imediatas (ou seja, sem mediações políticas) em relação à subordinação estrutural do trabalho ao capital. Os mecanismos de representação sindical e política são considerados como mecanismos de repressão próprios da organização da produção em massa fordista, portanto, procura-se desfazer o mecanismo que transforma a representação do indivíduo em representação do trabalho (cidadania obtida através do trabalho reconhecido pelo Estado, ou seja, a cidadania como expressão do caráter produtivo do indivíduo).

Trata-se, portanto, de uma reflexão que partindo da experiência de um movimento radical extrai conclusões que parecem ser uma forma de claudicação diante da nova dinâmica de desenvolvimento do capital. Também poderia ser considerado como uma forma de ressentimento diante da derrota ou reveses do movimento dos trabalhadores, acusados de claudicação na luta contra o capital, uma vez que os trabalhadores no levaram a luta até o “final” (ou seja, não foram suficientemente revolucionários). Os insucessos políticos da classe operária passam a serem explicados como triunfo dos trabalhadores contra o capital. Assim, a reestruturação produtiva do capital é considerada como uma vitória da “multidão”, que obrigou ao capital a se reestruturar diante da recusa dos trabalhadores a se enquadrarem nas estruturas da sociedade disciplinar própria do fordismo e do Estado keynesiano.

Este percurso teórico-político é emblemático de uma parcela significativa de intelectualidade radical que, havendo se constituído cultural e politicamente no calor das lutas político-sociais da década dos anos sessenta (não apenas lutando contra o capital e suas personificações, mas também contra os “velhos” partidos comunistas e suas práticas “stalinistas”<sup>35</sup>) chega, na contemporaneidade, a sustentar posições de impotência política (estamos pensando na luta entre a “multidão” e o “império”)<sup>36</sup>.

A “multidão” é o contrário do “povo”, uma vontade coletiva que organiza e supera às diferentes vontades individuais. Esta “multidão” seria o novo sujeito político do período pós-fordista e do “império” (este se alimenta da potência daquele outro). O “povo” seria uma categoria que exemplifica uma prática política policlassista e, portanto, reformista, que além disto está conectada com o Estado (porque o povo é o povo de um (ou em relação a um) determinado Estado que o reconhece como o seu fundamento).

---

<sup>35</sup>Em particular, o alvo da crítica aos partidos comunistas está centrada na acusação de comportamento “reformista” ou de conciliação de classes, por causa da concepção da “frente única” da III Internacional, adotada no VII Congresso em 1935. Da fato, diante da crítica da “frente única”, se reatualiza a tática da “classe contra classe”.

<sup>36</sup>Assim, por exemplo, para Negri, na época do Império, o novo modelo de militante político passa a ser San Francisco de Assis.

Em relação à idéia de “operário social” tratava-se com este novo conceito de superar as interpretações “economicistas” sobre a luta de classes. Entretanto, deve ser observado que com esta concepção a classe operária se autonomiza da determinação econômica “em última instância”. Com este novo conceito, a classe operária ficava disponível para ser entendida um modo tão amplo que incluísse a vários outros setores sociais<sup>37</sup>. Ao mesmo tempo, uma vez que o operário social não está determinado pela instância econômica, tampouco precisa “elevar” sua consciência social até atingir a esfera política, sendo desnecessária a constituição de um partido político próprio, em função de que já não é mais necessário o trabalho de elaboração da “consciência de classe” através dos intelectuais desde fora da luta econômica (para superar a consciência “sindicalista” própria da luta na esfera econômica entre operários e patrões), como sustentado pela tradição leninista<sup>38</sup>. Deve-se acrescentar além destas novas determinações, o fato que este operário social, desenvolve um trabalho “imaterial”, um trabalho com relações sociais, em que a “natureza” está ausente. Desta forma, o operário social é um trabalhador auto-referenciado e auto-suficiente, se tornando totalmente “autônomo”, tanto em relação ao capital, quanto em relação à própria natureza (uma pura força ou potência criadora que nada precisa para se realizar). O trabalho perde em este último caso uma das determinações essenciais, como é a capacidade de se objetivar em um produto. Trata-se com este conceito de captar o processo de “ampliação” do domínio do capital (de socialização do capital) para além do espaço fabril (da produção) ocupado todo o espaço social (ou seja tanto da produção como da reprodução). Desta forma o capital, como uma forma de poder absoluto, está em todas as partes (não apenas na fábrica, mas também na família, na vida cotidiana, etc.). Portanto, também, a luta contra o capital, está em todas as partes: “*Ser comunista hoje significa viver como um comunista*” (NEGRI in CALLINICOS, *ibidem*). Assim a luta de classe ampliada para além do espaço fabril, atinge a vida cotidiana, politizando-a. Alias, com o “império” chega-se precisamente a uma situação onde já não é possível distinguir na sociedade o interior do exterior porque todo tornou-se interior. Desta forma, já não é possível sustentar a luta de classes no sentido tradicional, já que toda a sociedade passou a estar submetida ao capital, na forma de um poder absoluto, sem que exista nada que

---

<sup>37</sup>Este processo pelo qual as classes sociais se liberam da determinação econômica “em última instância” será analisado posteriormente como parte de um movimento que, havendo começado com o estruturalismo francês, foi continuado no pós-estruturalismo, conduzindo ao pensamento pós-moderno (ver no ponto 2.5.1.1, página 201).

<sup>38</sup>Observe-se que a “consciência política” não é introduzida “desde fora” da luta de classes –por outra classe social, como seria a pequena burguesia ilustrada– mais, “desde fora” da luta econômica entre operários e patrões. Para Lenin a esfera onde se podem produzir os conhecimentos que formam a consciência revolucionária, é a esfera das relações entre todas as classes e capas com o Estado e o governo, a esfera das relações de todas as classes entre si. Na perspectiva leninista está presente a idéia de totalidade, sendo que o partido é o portador dessa consciência de universalidade.

possa ser indicado como exterior a seu domínio.

Esta idéia de um poder absoluto que domina a totalidade das relações sociais, significa também que, assim como já não é possível distinguir o interior do exterior do sistema de exploração do capital, tampouco é possível distinguir o tempo de trabalho necessário do tempo de trabalho excedente (no “império” o tempo é homogêneo ou contínuo). Este problema, a impossibilidade de medição do tempo, traz como consequência, evidentemente, que a teoria do valor já não tem mais poder explicativo. A relação entre o capital e o trabalho já não mais seria uma relação de exploração e sim de dominação (um domínio completo da vida que se expressa no “bio-poder” um poder que se exerce desde o interior de cada indivíduo, e que possibilita transformar o “tempo de vida” em “tempo de trabalho”).

A partir da interpretação da *teoria da mais-valia* d’*Os Grundrisse* como socialização do capital (a transformação de dinheiro em capital, e deste último em Estado como capital social), é que Negri estabelece a conexão com a microfísica do poder de Michel Foucault (o rechaço à dialética é o que leva a este autor a estabelecer permanentemente identidades em vez de unidades, em este caso, por exemplo, a identidade do Capital com o Estado, em vez da unidade entre ambos). O operário social se confronta com um capital cada vez mais socializado na forma de Estado. Negri não consegue (ou não quer) enxergar que a burguesia não é uma classe homogênea, e que o capitalismo se desenvolve não apenas através da luta de classes, como também, através de um processo de acumulação competitiva do capital entre os “muitos capitais” (a mesma operação acontece com a “transformação” do imperialismo em império, as lutas inter-imperialistas são desconsideradas). Esta desconsideração da luta de classes em todas as esferas (e não apenas na esfera de produção). conduz a não levar em conta a capacidade da burguesia de enfraquecer o movimento operário através do controle dos meios de produção (e não apenas através de “vida” do trabalhador), fazendo, por exemplo, uma “greve” de investimentos, aumentando o desemprego, com o conseguinte enfraquecimento da capacidade de luta dos sindicatos.

Em resumo, Negri reduz o problema do valor à fórmula:  $v + m$  (capital variável + mais-valia), ou seja, todo o valor é trabalho remunerado e não remunerado. Mas, esta fórmula deixa de lado o papel do trabalho acumulado que está nas mãos dos capitalistas como meios de produção. Isto é, deixa de lado o papel do capital constante ( $c$ ) e, por esse caminho a “natureza” também é eliminada. O que diferencia a economia política de Marx da economia política de Adam Smith (LUXEMBURG, 1976), e que para o primeiro a fórmula do valor é:  $c + v + m$ . Além disto, o valor é a unidade do valor de troca com o valor de uso, ou seja, as propriedades sociais junto com as propriedades naturais, sendo

as primeiras dominantes em relação com as segundas.

A desconsideração da “objetividade” dos meios de produção (o capital constante) é coerente, em Negri, com sua preocupação por fazer uma leitura “subjativista” e “voluntarista” d’*Os Grundrisse*, em polêmica com o marxismo da III internacional<sup>39</sup>. Existe, neste autor, uma rejeição da dialética (ele substitui Hegel por Spinoza na mesma trilha que Althusser, como fundamento filosófico de Marx). Por esta rejeição da dialética, não concebe as relações de transição entre “objetividade” e “subjatividade”.

De este “subjativismo” de *Marx beyond Marx* passará nos escritos dos anos 80 e 90, no exílio na França, para um “vitalismo” de origem bergsoniano, e por esta trilha para Gilles Deleuze. Este último autor concebe o desejo como expressão da vida, que se recusa a ser confinado em uma forma determinada (o confinamento em um território determinado é a tarefa própria do Estado). Daí que a figura do “nômade” seja considerada como modelo de toda forma de resistência ao poder<sup>40</sup>. Portanto o impulso à desterritorialização confunde-se com o impulso vital, ou seja, com o desejo. Por uma estranha coincidência, a economia capitalista contemporânea caracteriza-se por uma tendência à desterritorialização, a um espaço fluído. Neste espaço exerce-se uma nova forma de poder denominada de “controle”, diferente daquela outra que constituiu a “sociedade disciplinar” própria das instituições do pacto keynesiano-fordista de regulação do capital e que, na opinião de Negri, fora destruída pelos trabalhadores nas lutas dos anos sessenta e setenta. Na “sociedade do controle” os trabalhadores se controlam sozinhos, sem depender das instituições como a escola, o hospital, o sindicato, como acontecia na “sociedade disciplinar”. Por este caminho é que se redefinem os conceitos de operário-massa e operário-social, passando o primeiro a ser o operário da sociedade disciplinar e, o segundo, o operário da sociedade do controle, ainda que para este último caso Negri prefira cada vez mais se referir com o conceito, de origem spinoziano, de “multidão”. Esta sociedade do controle, Negri e Hardt (*in* CALLINICOS, *ibidem*), denominam como “império” “*um aparelho de dominação descentralizado e desterritorializado que incorpora progressivamente a todo o campo global dentro dos seus poderes abertos, em expansão*”. Para enfrentar esta nova situação, não existe nenhuma estratégia, já que a própria realidade é uma realidade homogênea, que não permite ser analisada nos termos de “desenvolvimento desigual e combinado” com pontos maior ou menor vulnerabilidade.

<sup>39</sup>Com efeito, na III Internacional, as “leis” de história, eram consideradas quase que de um modo naturalista (ou seja, positivista). No entanto, parece-nos que seu maior embate é com a concepção da “frente única”, na sua versão gramsciana veiculada pelo PCI na forma de “hegemonia”, com a qual se contrapõe apelando à velha concepção de “classe contra classe”.

<sup>40</sup>“*Um espectro percorre o mundo e é o espectro da migração*” dirá Negri (*in* CALLINICOS, *ibidem*).

A desconsideração da dialética cria um quadro em que o Capital tornou-se o Absoluto schellinguiano do qual poder-se-ia dizer que é “*como si fosse a noite na qual, segundo se costuma dizer, todas as vacas são pretas*” (HEGEL, 1974, p. 18), já que não existem frações de classe nem disputas inter ou intraburguesas. Ora, a “potência” não pode permanecer como “universal abstrato”, precisa se dar uma forma concreta, se auto-determinar ou se auto-limitar. Por esta razão é que surge a necessidade da medida, que não aprisiona nem acaba com o movimento, senão que é a condição para continuar a expansão, superando esses limites. Daí que, logo de uma explosão social, as multidões não possam ficar continuamente nesse estado de “revolução permanente” que Negri lhes reclama e passem para a organização (ou seja, da potência ao poder, portanto, não há “traição” ao movimento, senão que é sua consequência necessária). O materialismo de Negri é o materialismo pré-feuerbachiano, que como diz Marx (MARX; ENGELS, 1985) nas *Tese sobre Feuerbach*, adota o ponto de vista da “sociedade civil”, enquanto que o novo materialismo (o materialismo dialético), parte do ponto de vista da sociedade humana ou da humanidade socializada (10 tese). O antigo materialismo só enxerga indivíduos, átomos que formam a sociedade civil, a multidão. O novo materialismo, considera aos indivíduos, como sujeitos, ou melhor ainda, inter-sujeitos, como conjunto das relações sociais (6 tese).

## 2.5 A cultura “radical”

Nossa perspectiva de análise dos processos político-culturais do últimos anos da década dos anos sessenta procura incorporar a problemática do ou dos sujeito(s) revolucionário(s) como vetor explicativo. Neste período surgem “novos” sujeitos revolucionários, tanto no terceiro como no primeiro mundo, o que também significa reconhecer a crise daquele sujeito revolucionário classista constituído em torno do partido operário e do movimento sindical. Na explicação da crise daquele sujeito revolucionário, temos as transformações do capitalismo monopolista que por causa do processo de financeirização do capital, transita do fordismo para o pós-fordismo.

Para Gramsci, por exemplo, o próprio desenvolvimento do capital na fase monopolista (a constituição do padrão produtivo e tecnológico taylorista-fordista) propiciava a criação do sujeito revolucionário (uma nova articulação entre produtores e intelectuais ou, melhor dizendo, de uma fusão tendencial no “moderno príncipe”). Para este autor, a constituição da subjetividade revolucionária era facilitada pela crise da relação entre industrialismo (desenvolvimento das forças produtivas) e o lucro (capitalismo), abrindo a possibilidade para a intervenção de uma classe de produtores para a qual o lucro não tem mais nenhum

significado. O surgimento da figura do operário-produtor relaciona-se com a separação entre o elemento “técnica” e o elemento “capital”, entre industrialismo e capitalismo, entre produção e propriedade, característica desta fase do capitalismo. Gramsci descobre na classe operária (na produção) o princípio da solidariedade (como resultado da forma da organização fordista da produção) sendo que na experiência dos *Conselhos de Fábrica* materializava-se este novo princípio.

Naquele estágio de desenvolvimento do capitalismo, a figura do capitalista individual é substituída pelo capitalismo de organização (a propriedade do capital se “socializa” nas mãos das “sociedades anônimas” como vimos anteriormente). Agora, o dono do capital afasta-se do processo de produção e este fica nas mãos de um quadro de gerentes e administradores. O surgimento do mercado de ações possibilita a separação das funções de propriedade do capital da função de controle da produção, ao mesmo tempo que amplia o controle da produção para além da propriedade do capital (o capital assume uma forma claramente social)<sup>41</sup>. Trata-se de uma camada muito reduzida de proprietários do capital que realizam grandes investimentos através do mercado de ações em diversas empresas, nas quais são acionistas majoritários, assumindo assim o controle da produção em todas elas. O processo produtivo racionaliza-se, e o capital centraliza-se, e concentra-se (SWEEZY, 1973).

O erro da análise gramsciana naquela época (período pré-carcerário) estava na sobrestimação da crise dos proprietários (e do Estado burguês), assim como também na avaliação do papel das camadas médias que “*eram consideradas, apenas como reserva militar das instituições em estado de dissolução*” (BADALONI, 1987, p. 23)). A reavaliação desta situação durante o período carcerário dará lugar à concepção “ampliada” do Estado e ao reconhecimento do papel das camadas médias como principal ambiente social de formação dos intelectuais. Isto significa também que, a partir deste quadro, a *substituição de uma classe por outra no exercício do poder tem, como pressuposto e efeito, uma enorme ampliação das capacidades intelectuais e morais dos seus membros* (ibidem, p. 13)

Esta será a “problemática” (a cultura, os intelectuais e a revolução social) que dominará a reflexão do chamado “marxismo ocidental” (ANDERSON, 1988, 1989). Esta problemática também constitui o nosso horizonte teórico-político nas condições contemporâneas. Com efeito, olhando em retrospecto, a problemática colocada pelo marxismo ocidental revela-se como inteiramente pertinente às condições de reprodução do capita-

<sup>41</sup>Esta ampliação do controle do capital sobre a produção chegará a exceder o espaço produtivo-fábril, para avançar sobre a vida extra-fábril (a vida quotidiana), que também passará a ser controlada por uma força “anônima”, um poder difuso e nômade, porém, onipresente.

lismo tardio. Com o marxismo ocidental, temos o deslocamento do foco de análise para a esfera da cultura como um resultado dos impasses políticos e econômicos, a partir da derrota dos movimentos revolucionários pós-Outubro, nos países capitalistas avançados. No entanto, hoje é possível avaliar que este deslocamento, na reflexão dos intelectuais, da esfera econômica para a esfera da cultura, acompanhava também o movimento real do capital. Assim, por exemplo, segundo Anderson (1999) a análise de Jameson (1997) que interpreta a cultura pós-moderna como *lógica cultural do capitalismo tardio* culmina esta tradição.

No entanto, deve ser sublinhado também, que aquilo que Anderson denominou como marxismo ocidental, não estaria corretamente caracterizado, sem acrescentar o distanciamento dos intelectuais, em relação ao movimento dos trabalhadores (a ruptura dos vínculos com a classe operária) e portanto a **falta de uma estratégia política** como a diferença específica deste desenvolvimento do marxismo. Esta falta de uma estratégia política do movimento revolucionário pós-outubro, refere-se às sucessivas derrotas que se seguiram após o triunfo da revolução social na Rússia<sup>42</sup>, e ao mesmo tempo ao início do processo de deformação do socialismo (fundamentalmente o burocratismo) e da teoria social de Marx naquela zona do mundo em que a revolução havia triunfado, e que, nas mãos do stalinismo, foi codificado como “marxismo-leninismo”<sup>43</sup>. Esta falta (ou crise) de uma estratégia política levou a um afastamento do marxismo dos movimentos sociais, especialmente dos trabalhadores, fazendo que se transformasse em um discurso teórico muito sofisticado (os exemplos de Althusser e de Lukács com todas suas diferenças são emblemáticos), mas com grandes dificuldades em se tornar a “arma espiritual do proletariado”.

Esta mudança na direção de privilegiar o trabalho acadêmico e a problemática cultural foi inaugurada com a *Escola de Frankfurt* em 1924 (um ano depois da publicação do livro de Lukács “*História e Consciência de Classe*”) na Alemanha (onde alias, o movimento

---

<sup>42</sup>Segundo Anderson (ibidem) são três ondas revolucionárias que serão derrotadas. A primeira imediatamente depois da primeira guerra mundial na Alemanha, Áustria, Hungria e Itália seguida da ascensão do fascismo; a segunda será a derrota dos Frentes Populares na segunda metade da década dos anos trinta na Espanha e na França; e a terceira, no últimos anos da segunda guerra mundial, quando os movimentos de resistência encabeçados pelos partidos socialista e comunista, não conseguiram capitalizar a seu favor o prestígio ganho na luta contra o nazi-fascismo dando lugar a longa hegemonia social-democrata dos “anos dourados”.

<sup>43</sup>Em verdade, o “marxismo-leninismo” poderia ser caracterizado, como o fazia Arismendi (1976), como o marxismo de nossos dias, o marxismo da fase imperialista do capitalismo. Neste sentido o “leninismo” faz referência ao caracter criador das contribuições de Lenin (especialmente em relação com a fase imperialista do capitalismo e a estratégia de luta política que se derivava desta circunstância), significando que a defesa da teoria social de Marx passa pelo desenvolvimento criador das suas idéias, sem cair no abandono das suas “pedras angulares” nem na repetição dogmática dessas mesmas idéias.

operário era o mais forte e melhor organizado da Europa). Netto (1996) observa que a diferencia entre a trajetória de Lukács (contrário ao “marxismo ocidental”) e da Escola de Frankfurt (e do marxismo ocidental, está na orientação ontológica que seguirá o primeiro em oposição à orientação cada vez mais antropológica e epistemológica do segundo.

O “marxismo ocidental” esgota-se já no final dos anos setenta, quando, com a renovação dos movimentos de massas no '68, surge a possibilidade de uma nova relação entre o marxismo e o movimento social dos trabalhadores. No entanto, esta possibilidade não se confirmou, permanecendo a separação entre os intelectuais marxistas e o movimento dos trabalhadores e (agora) dos jovens estudantes. Para Anderson (ibidem) foi o marxismo cultivado nos países europeus latinos (especialmente na França e na Itália) que entrou numa crise sem precedentes, se deslocando a reflexão marxista para os países anglo-saxões. Para este autor, o marxismo na França foi, literalmente, **derrotado** pelo estruturalismo e pelo pós-estruturalismo **no seu próprio terreno**: as relações entre a estrutura e o sujeito. A tentativa de resolver este problema, no solo cultural francês, colocou-se primeiramente como a possibilidade de uma síntese entre o marxismo e o existencialismo do qual Merleau-Ponty e Jean Paul Sartre são claros exemplos.

A fracassada tentativa sartriana de reconstruir a história a partir do sujeito (da humanidade como sujeito) na *Crítica da razão dialética*, será respondida pelo estruturalismo de Lévi-Strauss (que se apóia no modelo sausseriano da *língua* e da *palavra* para eliminar o sujeito). A resposta desde o campo marxista às teses de Lévi-Strauss veio, em 1965 com Althusser, quem paradoxalmente aceita e assume as idéias estruturalistas. A irrupção do maio francês, que poderia dar lugar a resgatar o papel do sujeito na história e, nessa trilha, à renovação do marxismo althusseriano, não apenas não trouxe como consequência a crise do estruturalismo e sua proposta do “fim do homem”, senão que pelo contrário, conduziu ao aprofundamento do estruturalismo que virará pós-estruturalismo, eliminando de vez qualquer referência a um “centro” ou “sujeito” (“subjetivismo sem sujeito” dirá Anderson, ibidem, p. 63).

Foram as próprias lutas sociais dos anos sessenta e setenta (a emergência dos “novos” sujeitos) que colocaram a relação entre o sujeito e a estrutura como problema filosófico, ao qual o estruturalismo responderá utilizando o modelo lingüístico da língua e da fala e, depois do maio francês, o pós-estruturalismo, que com o modelo do signo lingüístico, fundamentará a relação puramente arbitrária (contingente) entre o significado e o significante apagando assim qualquer tentativa de compreender o “sentido da história”. Será neste terreno sócio-cultural que se constituirá aquilo que estamos denominando de “cul-

tura radical” (uma particular forma de prática política revolucionária (ou com aspirações revolucionárias) autonomizada (ou desreferenciada) das classes sociais e das estruturas sociais.

### 2.5.1 A descausalização da história

O desenvolvimento da filosofia francesa<sup>44</sup> no período pode exemplificar o movimento cultural na direção da fragmentação e da desmaterialização da realidade social. Basicamente poder-se-ia dizer que com a suplantação do existencialismo pelo estruturalismo –sendo que para este último o “modelo” a ser seguido pelas ciências sociais é aquele fornecido pela lingüística, enquanto que o “modelo” das ciências naturais é a matemáticas– temos o caminho que leva para a autonomização do discurso teórico em relação à realidade social. Nesta mesma direção, isto é, no surgimento de esferas inteiramente autonomizadas da vida social é que se fundamenta a prática destes “novos” sujeitos sociais uma vez que se caracterizam pela autonomia mais ou menos completa em relação às classes sociais.

#### 2.5.1.1 Existencialismo e estruturalismo

Em Sartre (1905-1980)<sup>45</sup> temos a tentativa de reconstruir o Sujeito a partir da experiência do sujeito individual, mas que só chega até a constituição dos grupos e não das classes sociais. Sua tentativa está dirigida pela reescrita da dialética hegeliana entre o Senhor e o Escravo. O propósito d’*A crítica da razão dialética*, em Sartre era reconstruir o marxismo, em debate com as concepções do Partido Comunista da França e em termos mais amplos, do stalinismo. Para Sartre o marxismo era a única antropologia possível, a única que considera o homem em sua totalidade. *A Crítica*, foi uma obra escrita contra os comunistas e, ao mesmo tempo, marxista (WINOCK, 2000, p. 710). Este livro foi publicado em 1960, ou seja, quando ainda não tinha terminado a Guerra da Argélia (a guerra “suja” da França contra sua colônia) e, ainda não tinha começado a Guerra do Vietnã.

<sup>44</sup>Anderson (1988, p. 76) sublinha que é possível observar, na obra de Habermas, características semelhantes às do estruturalismo francês. Em ambos os casos a linguagem é erguida como árbitro e arquiteto último de toda sociabilidade.

<sup>45</sup>Este intelectual é um claro exemplo do intelectual que mergulha na cultura radical. Após de uma breve experiência de aproximação ao Partido Comunista Francês (1952-1956), romperá com este partido, se aproximando a outros partidos da esquerda, particularmente de origem maoísta, que criticavam ao Partido Comunista. O maoísmo, que contou com a adesão deste filósofo e outros intelectuais desiludidos de esquerda tradicional, expressou-se num organização política denominada *Esquerda Proletária* que se dissolveu em 1973. Diferentemente do que aconteceu com as Brigadas Vermelhas na Itália, esta esquerda radical não chegou a empregar a violência revolucionária como “método” para chamar à atenção sobre suas concepções políticas.

Na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel (1992), a consciência percorre um itinerário (um calvário) através do qual ela passa de ser consciência subjetiva (intuição sensível, representação, conceito), se tornando autoconsciência, para logo depois de-vir razão, até chegar a se constituir espírito objetivo e absoluto. A dialética do reconhecimento mútuo explica o momento no qual a consciência subjetiva reconhece que existem outras consciências (que o “eu” é o “nos”, e o “nos” é o “eu”) e que sua verdade está na certeza de si mesma, reconhecida pelas outras consciências. Entre as duas consciências se estabelece uma luta, que não pode acabar com a morte, mas com a submissão de uma à outra, quer dizer com a morte da liberdade de uma das duas. O servo perde sua liberdade por ser na verdade escravo da vida (da necessidade). Ele antes de ser escravo do senhor é escravo da vida, e tem retrocedido diante o risco da morte, tendo preferido levar uma vida animal. O senhor vence porque tem aceitado o risco da morte por causa da liberdade.

Com isto o senhor consegue o reconhecimento do escravo. Mas este reconhecimento não o deixa satisfeito, porque é o reconhecimento de uma consciência que não é livre. O senhor colocou uma mediação entre sua necessidade e o goze, que faz que ele não precise de trabalhar com os objetos da natureza. O senhor relaciona-se com os objetos da natureza através da mediação do trabalho do servo. Este domínio do senhor mediado pelo escravo sob a coisa, faz que para ele a coisa (o objeto) seja objeto de negação, de destruição no consumo. Mas, o escravo não destrói o objeto. Assim o senhor fica dependente do trabalho do servo, mas este não precisa dele, trazendo como resultado que a situação, entre ambos, se inverta. No final o senhor torna-se um ser estéril, e o desenvolvimento da consciência (a criação dos valores) passa pelo trabalho do escravo. Este desenvolvimento passa pela atitude estóica, a atitude ascética, e a atitude cristã (a consciência desventurada).

Frantz Fanon também reescreve a dialética entre o Senhor e o Escravo como a luta entre o Colonizador e o Colonizado, postulando a necessidade de uma **revolução cultural**, isto é, “*romper antigos hábitos de submissão e obediência; internalizados como uma segunda natureza em todas as classes trabalhadores e exploradas na história da humanidade*”. Nesta trilha também trabalhará Paulo Freire na *Pedagogia do oprimido* (FREIRE, 1970). Paulo Freire inicialmente trabalhará num quadro teórico construído a partir da oposição entre opressores e oprimidos, que corre paralela à duas formas de pedagogia: a pedagogia bancária e a problematizadora. Enquanto que a concepção bancária da pedagogia é um instrumento de opressão, a concepção problematizadora é um instrumento de liberação dos oprimidos. Este educador brasileiro exerceu uma notável influência entre os intelectuais e os movimentos sociais dos anos sessenta dando lugar a uma corrente de

trabalho político-social, na América Latina, conhecida como “educação popular”<sup>46</sup>.

Com o modelo fanoniano (colonizador-colonizado) do reconhecimento mútuo hegeliano a política da “alteridade” chega também a seu limite (ela se espalha para outras situações sociais nas que está em jogo a afirmação da auto-identidade das “minorias”). O estruturalismo fará a crítica desta concepção do “reconhecimento mútuo”. A crítica dirige-se ao modelo antropológico e transparente daquele modelo na que nada se interpõe entre estes dois adversários coletivos<sup>47</sup>.

Essa transparência será quebrada pela incorporação de um terceiro elemento que é a **instituição** ou a **estrutura**. A descoberta deste terceiro elemento é produto da experiência, seja da longa guerra de Vietnã, ou da resistência à desestalinização do PCF, como também da expansão dos meios de comunicação (indústria cultural). Trata-se de alguma coisa que transcende ou escapa à consciência e à intenção humana (o prático-inerte de Sartre<sup>48</sup>).

Paradoxalmente esta consciência da existência de alguma coisa que escapa à consciência e à intenção humana, acontece no mesmo momento em que se desenvolve a **Terceira Revolução Tecnológica ou Revolução informacional**, quer dizer, quando se ampliam as forças produtivas. No obstante, as forças produtivas que se desenvolvem vigorosamente na sociedade capitalista, são também as forças produtivas do capital, o que significa, por esta última razão, que intensifica-se a reificação da vida social.

Em realidade, o estruturalismo nasceu bem antes dos anos sessenta. A primeira obra de referência foi *Estruturas elementares do parentesco* de Lévi-Strauss, publicada no final dos anos 40. Este estudo procurava aplicar para o estudo da sociedade, o instrumental próprio da lingüística de Ferdinand de Saussure. Entretanto, será nos anos sessenta, que o estruturalismo torna-se-rá uma discussão pública. A preocupação do estruturalismo é com a morte do homem –depois de Deus– como sujeito. Com a dissolução do sujeito, tanto a história, quanto a pergunta pela origem, passam a perder centralidade.

Neste quadro é que se coloca a reflexão de Althusser, o **marxismo-estruturalista**. Para Jameson (1991, p. 100) “o althusserianismo é essencialmente uma meditação sobre o “institucional” e a opacidade do “prático-inerte”. Esta reflexão se coloca tanto contra

<sup>46</sup>Em verdade, a educação popular surge junto com o movimento iluminista e dizia respeito ao papel da educação pública na educação de povo para que este possa exercer sua soberania.

<sup>47</sup>Em Hegel entre os dois adversários existe um terceiro: a matéria-prima (a natureza) sobre que o escravo é obrigado a trabalhar.

<sup>48</sup>É o passado, o trabalho “morto” que é um peso e um obstáculo para as novas gerações; ao contrário da práxis que Sartre concebe como processo subjetivo de auto-definição através da ação no mundo.

uma concepção monocausal da sociedade, quanto contra a “heterogeneidade” nietzschiana, postulando a semi-autonomia dos níveis da vida social em uma “totalidade estrutural”. Nesta semi-autonomia dos níveis destaca-se a dominância do nível político, próprio do enorme crescimento da burocracia estatal que ele conceitua como “Aparelhos Ideológicos de Estado”. Mas a força centrífuga destes níveis semi-autônomos levará a que eles se “liberem” da totalidade, alcançando assim completa autonomia (práticas puramente políticas, puramente econômicas, puramente teóricas), legitimando as práticas dos pequenos grupos ou práticas moleculares que repudiavam as “antiquadas” políticas de classe e de partido de tipo “totalizante” (dos Partidos Comunistas).

Segundo Evangelista (1992) o estruturalismo e o pós-estruturalismo podem ser reunidos dentro de um campo comum de operações lógicas. A **primeira** delas é a exorbitação da linguagem, através da generalização das categorias da lingüística para o domínio antropológico, com Lévi-Strauss, e, em seguida, para todas as principais estruturas da sociedade, com Foucault. A **segunda**, que é seu efeito imediato mais importante, é a atenuação de verdade, pela separação entre significante e significado, com uma gradual megalomania do significante, até a sua autonomização frente ao significado. Assim, corta-se qualquer possibilidade de verdade como correspondência entre as proposições e a realidade. A verdade e a fixidez do sentido não passam de ilusões. A distinção entre o verdadeiro e o falso é, em si mesmo, uma falsificação primária. E, sem falsidade, a “verdade” deixa de existir. Como é através da evidência que podemos distinguir entre o verdadeiro e o falso, premissa ineliminável de qualquer conhecimento racional, ela é simplesmente desdenhada: o jogo das significações está acima da verdade e da falsidade. É aqui que o “discurso” ganha um novo estatuto teórico, com a eliminação de todas as referências a um centro, a um sujeito ou a uma origem. E **terceira**, e última, dessas operações lógicas é a descausalização da história. Na lingüística, estabelece-se a prioridade incondicional e indeterminável da língua em relação à fala, pois a língua como sistema fornece as condições de possibilidade formais da fala, mas não tem qualquer mecanismo de aplicação sobre suas causas reais. Na história, estaria instaurada uma absoluta contingência final, onde o acaso é o dirigente dos acontecimentos, que não mais deveriam ser encarados em termos de causa e efeito, mas como seriais e imprevisíveis. O resultado da história será obrigatoriamente contingente. É o pós-estruturalismo francês que verá, no marxismo, um efeito involuntário, e apenas derivativo, de uma antiquada episteme vitoriana, que será tributária, das idéias do triunfo da razão e do progresso na história. Temos, então, que a teoria social de Marx elaborada a partir desses pressupostos estaria, irremediavelmente, presa a um “irracionalismo determinista” (EVANGELISTA, *ibidem*, p. 21-2, *passim*).

A versão estrutural do marxismo feita por Louis Althusser, surgiu na França, na metade da década dos anos 60, buscava harmonizar o pensamento marxista com a natureza aparentemente “automática” e organizada da sociedade capitalista avançada, uma sociedade onde tanto a classe operária como a burguesia desempenham papéis “prescritos”. Para pensadores como Saussure e Jakobson, que pesquisaram as estruturas subjacentes da linguagem; Lévi-Strauss, que aplicou o estruturalismo aos rituais primitivos; Lacan, que fez o mesmo na psicanálise; e Foucault, quanto às relações sociais e ao conhecimento, o elemento crucial para compreensão da sociedade humana não são as atividades conscientes do sujeito humano mas a estrutura inconsciente que essas atividades pressupõem. Luis Althusser transportou essa perspectiva estruturalista à obra de Marx como parte de uma crítica ao humanismo marxista de Lefebvre e de Sartre. Como Lévi-Strauss, Foucault e outros estruturalistas, Althusser queria combater o subjetivismo que colocara “o homem” como sujeito no centro dos sistemas metafísicos. Esta crítica refere-se ao “homem” da tradição judeu-cristã, ou seja, o homem como criatura, como um ser criado a partir de um ser superior (Deus). A ênfase colocada por Sartre no indivíduo e na ação individual é confrontada por Althusser sobre os atos condicionados e, o indivíduo subjugado pelos aparelhos ideológicos (CARNOY, 1990, p. 119, cf.). Esta concepção chega a ter uma visão da sociedade semelhante à visão “sistêmica” do estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons.

A autonomização dos diferentes níveis da “totalidade estruturada” althusseriana terá conseqüências também na prática da filosofia que agora será “prática teórica”. A filosofia (tradicional) será contestada como disciplina e como instituição. A filosofia tradicional se sustenta na prática da representação, quer dizer, que o texto representa outra coisa que não a si mesmo (o objeto ou referente). Ou, dito de uma outra forma, “*a filosofia tradicional passa a ser encarada como prática da representação em que o sistema ou texto filosófico tenta (equivocadamente) expressar outra coisa que não a si mesmo: a verdade ou sentido (que agora figura como o “significado” em relação ao “significante” do sistema)*” (JAMESON, 1991, p. 104). Assim a filosofia será uma interminável crítica ideológica (uma guerra de guerrilhas), uma luta entre textos sem nenhuma referência exterior (assim a filosofia chegará a ser concebida como terapia da linguagem na filosofia analítica contemporânea).

## 2.5.2 A decomposição do signo

Em Marcuse, uns dos gurús do movimento estudantil dos anos 60, o lugar da estética é o lugar da utopia sendo este o lugar a partir do qual se faz a crítica social. Trata-se de “*um reino utópico de beleza e cultura acima do degradado mundo empírico do dinheiro e dos negócios*” como diz Jameson (1991, p. 108). Mas esse lugar não é apto para intervir social ou politicamente na realidade (não é possível fazer uma crítica imanente, a crítica é impotente face à realidade). Seguindo este caminho pode-se analisar a (de)composição do signo. Ele está constituído pelo significante (veículo material, imagem acústica), e pelo significado (imagem mental, conceito) em uma relação com um referente (objeto “real” externo). A relação entre o significante e o significado é arbitrária, isto quer dizer não-motivada.

O movimento do Signo no estruturalismo leva primeiro a que ele seja autonomizado do seu referente, para logo depois alcançar a autonomia do significante que é uma cópia coextensiva do objeto “real”, fazendo que ele flutue livremente no vácuo (auto-referência). Este é o processo seguido pela prática cultural, isto é, primeiro se afastar do referente (*do degradado mundo empírico do dinheiro e dos negócios*, como diz Jameson, 1991, p. 108 ), para logo depois, em um estágio posterior, dos anos 60 adquirir uma forma nova e intensificado de autonomia na cultura “pós-moderna”. Este segundo momento significa a afirmação da autonomia da esfera cultural, assim como a valorização do poder da imaginação poética sobre a realidade. Mas, o paradoxo deste movimento é que o signo precisa manter vivo um fantasma de referência (verossimilhança, tem que parecer ser a representação “verdadeira” do real), isto é, para ser autônomo precisa permanecer semi-autônomo (cultura do “simulacro”). Assim o domínio autônomo da cultura e da beleza em Marcuse precisa retornar ao mundo real para julgá-lo e negá-lo. Mas esta cultura autônoma –invenção da imaginação poética– parece ser o “duplo” da realidade, isto é, do próprio sistema imperialista mundial com materiais do Terceiro Mundo. Assim Jameson (1991), diz que “*Esta replicação bastante inconsciente da totalidade ‘real’ do sistema do mundo na mente é portanto o que permite à cultura isolar-se como um sistema fechado e auto-suficiente: reduplicação e, ao mesmo tempo tempo, flutuação por sobre o real.*” (ibidem, p. 112). Esta duplicação do mundo real mantém a separação assim como uma referência residual a ele, considerando-o como prático-inerte ou reificado (quer dizer, sem imaginação, sem “alma”, sem sentido).

O segundo “tempo” do movimento do signo leva a que o referente seja ele também considerado um mito que não existe. Este segundo movimento significa a “liberação” do

significante do significado. Agora estamos no domínio dos significantes. Esta dissolução do signo, não significa sua desapareição, mas sua prodigiosa expansão, a ponto de a cultura tornar-se coextensiva à vida social em geral.

Esta movimento na direção da crescente autonomia da esfera cultural marcará fortemente a prática política dos movimentos radicais dos anos sessenta. Estas práticas fundamentam-se na conformação de uma **esfera revolucionária autônoma**, em que o degradado mundo real que defronta (a crítica das armas) é ele mesmo recolocado na posição certa e transformado numa nova sociedade socialista. O *foco* guerrilheiro não se coloca em lugar nenhum, ele se desloca permanentemente de um lugar para outro, ele não é nem urbano, nem rural, nem operário (trotskista), nem camponês (maoísta), nem intelectual (leninista). Trata-se um espaço revolucionário em construção, situado fora da política real, do mundo, do país, da cidade, das classes sociais históricas.

Na base desta crescente autonomia da esfera cultural, está o “fetichismo do capital”, a aparência da separação e autonomização do processo de valorização em relação ao processo de trabalho, da propriedade em relação à produção, trazendo a idéia de uma realidade social constituída por esferas autonomizadas e autoreferenciadas que, nas suas formas mais exacerbadas, aparece hoje sob a forma de cultura “pós-moderna”. Esta “cultura radical”, a pesar de ser uma forma nova que aparece na passagem da década dos anos sessenta para os setenta do século passado, se encontra com um solo cultural, já sedimentado, constituído por elementos próprios de uma forma cultural mais tradicional, como é o anticapitalismo-romântico.

### 2.5.3 O anticapitalismo-romântico revolucionário

Ridenti (2000) tem analisado o processo de mudanças político-culturais no Brasil, no final dos anos sessenta, a partir das análises de Michell Löwy (1990, 1998) sobre o papel do romantismo revolucionário. Segundo Ridenti, nos anos sessenta valoriza-se sobretudo a vontade de transformação, o papel do homem como autor da história, num processo de construção do *homem novo*, nos termos do jovem Marx recuperados pelo líder revolucionário Ernesto Guevara. Entretanto este *homem novo* estava no passado, na idealização de um autêntico homem do povo, com raízes rurais, do interior, do “coração do Brasil”, supostamente não contaminado pela modernidade urbana capitalista. Como já vimos (ver no item 1.3.6 na página 99) uma situação semelhante aconteceu no Uruguai, especialmente com a principal organização guerrilheira (o MLN-T), que buscava suas raízes nos trabalhadores do campo, especialmente entre os setores mais “atrasados”.

O fio condutor desta análise está na avaliação do romantismo anti-capitalista como um movimento político-cultural, portador de uma *visão do mundo* que não está restrita à Europa do século XIX pós-revolucionária. Löwy (1990) reavalia a relação do romantismo com o marxismo, estabelecendo que aquele tem influído neste em diferentes momentos da história. Para este autor a sociedade que é objeto da nostalgia romântica não é necessariamente a sociedade feudal, como se evidencia no grande precursor do romantismo, Jean J. Rousseau. O núcleo do romantismo *é a nostalgia das sociedades pré-capitalistas e uma crítica ético-social ou cultural ao capitalismo* (ibidem, p. 12). A partir desta caracterização Löwy identifica quatro tipos ideais (no sentido weberiano) de romantismo:

- o romantismo “passadista” ou “retrógrado”, que visa a restabelecer o estado social precedente;
- o romantismo conservador, que simplesmente deseja a manutenção da sociedade e o do Estado;
- o romantismo desencantado, que sustenta que o desenvolvimento do capitalismo industrial é irreversível, ao qual é preciso se resignar;
- o romantismo revolucionário, em que a nostalgia do passado não desaparece, mas se transmuda em tensão voltada para o futuro pós-capitalista.

No romantismo revolucionário, a sociedade pré-capitalista que lhe serve de referência, não é a sociedade feudal, podendo variar desde a comunidade primitiva até a sociedade grega. Segundo Löwy existe em Marx *“uma dimensão romântica inegável, mesmo que este não seja o aspecto dominante de seu pensamento”* (ibidem, p. 17), em outro momento, sobre este mesmo assunto, afirma que *“o anticapitalismo romântico é a fonte esquecida da Marx”* (ibidem, p. 42). Esta vertente romântica está presente no século XX, no pensamento de Rosa Luxemburgo, que se vincula diretamente com a comunidade primitiva como produtora de valores de uso em contraposição à sociedade capitalista organizada em torno da produção de valores de troca. Elementos da *visão do mundo* romântica também estaria presente na obra de Lukács. Neste último caso, são reivindicados certos traços culturais do mundo greco-homérico, a espiritualidade russa e o misticismo cristão, hindu ou judeu (ibidem, p. 27). Segundo Löwy, Lukács não consegue se liberar do *“demônio romântico anticapitalista”*, a pesar da ruptura que o próprio Lukács estabelece com o romantismo principalmente durante o período pós-Segunda Guerra Mundial, quando chega praticamente a identificar o movimento romântico com as tendências mais reacionárias da filosofia contemporânea. Para Löwy o anticapitalismo romântico fecunda a corrente “quente” do marxismo, em oposição à corrente “fria” (que acredita no progresso como resultado do desenvolvimento das “forças produtivas”).

No livro sobre “*A evolução política Lukács: 1909-1929*” (LÖWY, 1998), que tem na língua original o título mais sugestivo de “*Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*”, Löwy apresenta a trajetória político-intelectual de Lukács como uma trajetória marcada pelo anticapitalismo romântico revolucionário. Entretanto, para Löwy, após 1928 Lukács se afasta cada vez mais deste campo político-cultural, numa “*tentativa constante e sempre renovada de conciliação entre o stalinismo e a cultura democrática*” (ibidem, p. 246). Para Löwy, a partir de 1924 (ano da morte de Lenin), Lukács sofreu uma profunda desilusão sobre a revolução, que o levou a aderir a uma política de conciliação entre a cultura democrático-burguesa e o movimento comunista. Nesta afirmação, Löwy negligencia a importância da “política de frente” nas atitudes político-culturais de Lukács, atribuindo-lhe a esta política um conteúdo de conciliação entre as classes sociais, que não é inteiramente correto. Como já vimos (ver no item 1.3.5.1 na página 95), a política de frente, será consagrada pela III Internacional, como uma estratégia para enfrentar o fascismo. Entretanto, esta política não apenas revelou-se adequada para enfrentar o avanço do fascismo, como também para levar adiante uma estratégia de avanço para o socialismo em sociedades “ocidentais”. Lembremos também que Lukács foi o autor da “teses de Blum”<sup>49</sup> em 1928, que prefiguram a linha de frente que será adotada mais tarde pela Internacional em 1935, mas que, para Löwy, expressam “*o último eco da virada direitista, no momento preciso em que começa a nova virada de ‘esquerda’ (sectária) da Internacional*” (ibidem, p. 238).

Segundo Löwy a entrada do Lukács no Partido Comunista (dezembro de 1918) coincide com a passagem da “visão trágica do mundo” para o “esquerdismo ético”, período este que se estende até o III Congresso da Internacional Comunista em 1921. A partir deste último momento, Lukács passará para uma concepção que Löwy denomina “realismo revolucionário”, ou seja, o leninismo. O livro “*História e consciência de classe*” será para Löwy a obra prima desta concepção. Após a morte de Lenin, e o início do período de stalinização da revolução bolchevique, Lukács empreenderá o caminho da “reconciliação” entre a cultura burguesa e o movimento comunista. Neste sentido, para Löwy, a leitura que Lukács faz de Hegel, em “*O jovem Hegel e os problemas da sociedade burguesa*”, é diferente daquela outra que está em “*História e consciência de classe*”. Em relação a esta última obra, Lukács se apropria das categorias de totalidade e da dialética do sujeito-objeto, enquanto que na obra anterior, Lukács está mais interessado na “reconciliação” com a realidade (forçando uma analogia entre o Estado stalinista daqueles dias e o Estado

<sup>49</sup>Blum era o pseudônimo de Lukács. Estas teses foram apresentada no II Congresso do Partido Comunista Húngaro.

prussiano da época de Hegel). Como já vimos anteriormente (ver no item 2.3 na página 155), outros autores observam na obra “*O jovem Hegel e os problemas da sociedade burguesa*”, uma superação das obras juvenis numa direção ontológica que irá se consolidando até alcançar sua formulação mais plena nas suas últimas obras: “*Para uma ontologia do ser social*” e “*Prolegômenos à ontologia do ser social*”.

Digamos finalmente que assim como a Primeira Guerra Mundial foi um catalisador para a conformação de uma intelectualidade radical, anticapitalista, da qual o jovem Lukács é um exemplo; a Guerra do Vietnã, segundo Löwy, foi o grande catalisador do anticapitalismo difuso da intelectualidade progressista na década dos anos sessenta.

Retomando a discussão sobre o anticapitalismo romântico revolucionário do anos sessenta no Brasil, digamos que segundo Ridenti (ibidem), este surge, como uma reação aos processos de modernização capitalista que estavam acontecendo nesse período, apelando ao “povo” como sujeito da história (trata-se de um povo que combate a modernização capitalista da sociedade nacional). A diferencia do anticapitalismo alemão, que apelava ao “*Volk*” com uma atitude passadista, neste caso, apelava-se ao povo e à nação, procurando nas raízes do passado, as bases para a construção do futuro. Era uma forma de buscar, nas raízes românticas, a força popular para a realização do ideal iluminista. Este apelo ao povo e a nação se articula também com a religião popular, como aconteceu com o romantismo católico de esquerda.

Para Ridenti, na ideologia do PCB não tinha espaço para as concepções românticas, entretanto, foi no interior deste partido, particularmente no setor cultural que, nos anos sessenta, surgiu uma tendência romântica. Esta tendência se constitui a partir dos processos de desestalinização que se desencadeiam a partir do XX Congresso do PCUS, que liberalizaram a política cultural do PCB. Exemplo desta política cultural, citado por Ridente, foi o Comitê Cultural do PCB no Rio de Janeiro, que não impôs uma linha particular para o trabalho artístico. Assim, dizia Leandro Konder (entrevistado por Ridente, ibidem, p. 76) “*A idéia do Comitê Cultural era preservar uma certa disponibilidade para lidar com a cultura nas suas mais diversas formas, nos mais diversos níveis.*” Um exemplo desta relação entre o partido e os intelectuais, era a relação entre o Comitê Cultural e o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>50</sup>. No CPC defendia-se uma perspectiva de defesa de uma arte nacional-popular, que colaborasse com

<sup>50</sup>Enquanto que na UNE a esquerda católica da Ação Popular (AP) era hegemônica, no CPC a hegemonia era dos militantes do PCB. O CPC surgiu no Rio de Janeiro a partir de integrantes do Teatro da Arena de São Paulo, e teve seu maior sucesso no segundo semestre de 1962, quando participou na comitiva da *UNE Volante* percorrendo os principais centros universitários do país. Nesta gira foram implantados doze CPC em diversos estados do país.

a desalienação das consciências.

Segundo Ridente, com a guerrilha brizolista, organizada por Leonel Brizola no exílio uruguaio, e sua derrota, fracassa a tentativa da resistência armada de origem nacionalista à ditadura. Um outro, por assim dizer, “foco” guerrilheiro teve origem no Partido Comunista do Brasil (PC do B), uma dissidência do PCB de 1962. Este partido, inicialmente de influência maoísta, organizou a guerrilha do Araguaia de 1972 a 1974. Entretanto, para Ridente, a organização guerrilheira mais claramente romântica, foi a *Ação Libertadora Nacional* (ALN), já que rompeu expressamente com a concepção de partido do marxismo-leninismo (ibidem, p. 166). Marighella, o principal dirigente da ALN, dizia que: “*Nossa estratégia é partir diretamente para a ação, para a luta armada. O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda*” (in RIDENTI, ibidem, p. 168). Na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) também está presente o romantismo. Aqui se estabelece o “*privilegio da ação em detrimento da teoria, atribuição de caráter revolucionário ao povo marginalizado, defesa xenófoba da cultura nacional*” (RIDENTI, ibidem, p. 185).

Particular interesse merece a trajetória da Ação Popular (AP), que nasceu a partir da Juventude Universitária Católica (JUC), no final dos anos 50 e início dos 60, recebendo primeiro a influência guevarista, passando logo pela adesão ao maoísmo em 1968, até a integração da maior parte da direção ao PC do B em 1973, com a dissolução do que restara da organização no início da década de 1980. Neste caso, é perceptível a passagem do romantismo cristão próximo do fascismo nos anos 20, para o romantismo cristão de esquerda que ganhará força nos anos 60, retomado depois pela Teologia da Libertação. Uma trajetória exemplar, neste sentido, é a de Dom Héelder Câmara (1909-1999). Existe uma afinidade eletiva entre o romantismo cristão, o guevarismo e o maoísmo: a identificação com o camponês, tomado como autêntico representante de povo; a negação do processo imperialista de industrialização e urbanização; o combate ao dinheiro e à fetichização impostos pelo mercado capitalista; o sacrifício pessoal do militante em nome da causa popular; e a prioridade à ação; dentre outros (RIDENTI, ibidem, p. 212). A AP transitaria por estes três ideários: cristianismo, guevarismo e maoísmo. Sua principal base social foi no movimento estudantil que se revelava contra a decadência que a modernização da sociedade anunciava para as camadas médias. Diante deste quadro, uma geração de estudantes atribuía-se uma missão salvadora: liderar a revolução brasileira, em identidade com o povo, superando sua origem pequeno-burguesa. A atração do maoísmo ocorreu a partir do poder de sedução da *revolução cultural* entre os jovens que buscavam a renovação das estratégias revolucionárias. Nesta “conversão” teve influência as idéias

de Althusser, que traziam a idéia da certeza “científica” da revolução, complementada com a “integração na produção” como forma de desenvolver a consciência a partir da prática (como ensinava Mao Tse-Tung). Esta proletarização dos militantes, inspirada na *revolução cultural*, evocava também às experiências dos padres operários franceses no pós-guerra. O sacrifício do militante para se aproximar ao povo, lembrava também o sacrifício cristão pelo seu povo. Estes militantes seriam, como diz Ridenti (ibidem, p. 216), **santos comunistas**, modernos apóstolos da revolução. Estes *santos comunistas* estariam unidos ao povo numa vivência revolucionária, com a certeza científica, de origem althusseriana, da sua missão histórica salvadora. Outros elementos que influíram no poder de atração do maoísmo sobre o cristianismo, eram o *direito à rebelião*, e o culto à personalidade de Mao. Uma característica do romantismo revolucionário da AP, foi seu engajamento nas campanhas de alfabetização de adultos pelo método de Paulo Freire, que tanta influência teve no processo de renovação do Serviço Social na América Latina.

#### 2.5.4 A “cultura radical”

Aquilo que chamamos os anos sessenta são, na verdade, um subciclo entre 1967 e 1974, no interior de uma onda de desenvolvimento capitalista conhecida como os “anos dourados”, entre os anos 1945 e 1974. Este subciclo caracteriza-se por ser um momento de transição entre a acumulação “rígida” do keynesianismo-fordismo para a acumulação “flexível” do pós-fordismo. Na perspectiva de Mandel (1982) trata-se de uma onda longa iniciada nos anos quarenta nos EUA e no final da Segunda Guerra Mundial no continente europeu, que se desdobra em duas sub-ondas: uma de tonalidade expansiva (até 1972-1974) –que se corresponde com os “anos dourados” ou de acumulação “rígida”– e outra de tonalidade de estagnação –de acumulação “flexível”– que vigora até nossos dias. O subciclo que estamos considerando corresponde a transição da fase de tonalidade expansiva para a fase de tonalidade de estagnação. Esta transição “liberou” enormes energias político-culturais que se manifestaram naquilo que caracterizamos como a “cultura radical”.

Nos anos sessenta, temos o surgimento de uma “intelectualidade radical” que vivia a experiência da iminência da revolução como parte do seu horizonte histórico-social. O que particulariza esta geração de intelectuais críticos é sua “liberação” em relação com as “rígidas” estruturas dos Partidos Comunistas para pensar e agir revolucionariamente. Assim sendo, a experiência de revolução podia ser pensada com outras categorias e praticada através de outras organizações (quicá menos rígidas).

Na atualidade vivemos a experiência da crise de um determinado sujeito revolucioná-

rio. As transformações na esfera da produção de valor (o pós-fordismo), as sucessivas derrotas dos sindicatos, o afundamento do “socialismo real”, a crise dos paradigmas no campo das ciências sociais indicam que vivemos uma época de profunda desorientação, de perda de sentido, que se expressa na desorganização dos movimentos sociais. Indagar sobre as origens desta situação significa pesquisar o período 67-74, como um momento terminal dos “anos dourados”, e por essa mesma razão, um momento inicial daquilo que constitui nossa contemporaneidade: acumulação flexível, modernidade tardia ou pós-modernidade. Sob esta perspectiva, o período 67-74 é um período de transição, de “liberação” dos indivíduos da sujeição às rígidas estruturas do padrão tecnológico e produtivo fordista-keynesiano ficando, destarte, disponíveis para serem assimilados ao novo padrão tecnológico e produtivo da acumulação flexível. Neste novo padrão tecnológico e produtivo, os intelectuais têm uma importância muito grande, já que o crescimento econômico depende cada vez mais da aplicação das descobertas científicas e dos processos informacionais e comunicacionais. Poder-se-ia dizer que o trabalho intelectual passou de uma forma de subsunção formal para uma forma de subsunção real ao capital. Aquele intelectual hegeliano, que por trabalhar no Estado (esfera da razão universal) era um “funcionário da humanidade”, agora torna-se, por assim dizer, um “funcionário do capital”, um especialista portador da razão instrumental.

É claro que a crítica de Marx à concepção hegeliana do Estado como esfera da razão universal (MARX, 1970), revelando sua universalidade ilusória, deslocou para a classe operária a problemática da razão universal. A razão universal passa a existir de um modo espontâneo (em-si) na consciência da classe operária. A tarefa do Partido Comunista era fazer da consciência em-si uma consciência unitária e adequada aos interesses da classe (para-si). Destarte, no Partido Comunista, exprimia-se o máximo de consciência possível da classe operária, como classe portadora da razão universal. Cabe sublinhar, no entanto, que a concepção de partido que está presente no *Manifesto* “*é inteiramente diversa daquela que, no século XX, se afirmou predominantemente no movimento comunista*” (NETTO, 1998, p. LIX). Isto é, durante o século XX, será construído um partido como “vanguarda do proletariado”, partindo da tese da impossibilidade de o proletariado por si mesmo articular uma consciência revolucionária. Surgirá assim, a partir da crise do partido “social-democrata” nos primeiros anos do século XX, o Partido Comunista como um partido distinto das outras expressões políticas da classe operária. Este partido leninista (o “partido de novo tipo”) será: “*uma formidável inovação de engenharia social do século XX, comparável à invenção das ordens monásticas cristãs e outras na Idade Média*” (HOBSBAWM, 1995, p. 82). No entanto, para Marx, “*os comunistas, em face dos*

*outros partidos operários, não formam um partido à parte*” (citado por NETTO, *ibidem*, p. LIX).

A “cultura radical” forma parte do processo que se desenvolveu nos anos sessenta do século passado, junto com mudanças na esfera econômica, no campo político e na cultura. Segundo Jameson (1991), por causa da ampliação horizontal do sistema capitalista, ou seja, sua mundialização, os anos sessenta se iniciam no terceiro mundo com a Revolução da Argélia em 1957 (a descolonização da África) e a Revolução cubana em 1959 (e a prática da política do “foquismo”) e finaliza entre 1972-1974 com o fim da Guerra do Vietnã, o fim do “termidor” chinês (a revolução cultural que aconteceu entre 1966-76), a corrupção institucional nos países africanos e a militarização dos regimes da América Latina (as ditaduras no Chile e Uruguai em 1973 e na Argentina em 1976). Além desta dinâmica extensiva, existe uma outra dinâmica intensiva, onde o capital avança na direção da conquista de subjetividade do indivíduo social burguês<sup>51</sup>.

Basicamente, poder-se-ia dizer que neste movimento temos a articulação de dois traços: de um lado, a continuação da experiência revolucionária que caracteriza a modernidade (ANDERSON, 1999); e de um outro lado, o surgimento de propostas revolucionárias alternativas à prática dos Partidos Comunistas como portadores da possibilidade objetiva de realização da emancipação humano-social.

A modernidade é constituída pela experiência da revolução social<sup>52</sup> (sendo a revolução francesa o seu modelo fundamental) e ela continua permanentemente assombrada pela perspectiva revolucionária. Assim, a perspectiva da revolução, como esperança ou como ameaça, acompanhará todo o século XIX, e sem dúvida nenhuma o “breve” século XX (HOBSBAWM, 1995).

O século XIX inicia-se na Europa com a Revolução Francesa em 1789<sup>53</sup>, e será seguido por um conjunto de levantes revolucionários que terão seu ápice nos acontecimentos de 1848 (a “primavera dos povos”). Este último ano torna-se muito significativo porque nele é publicado o *Manifesto do Partido Comunista*, marcando a presença da classe operária, como classe para-si, no cenário político da modernidade. Este último levante revolucionário, a despeito da sua extensão e profundidade, será rapidamente derrotado e seguido por

<sup>51</sup>Ricardo Antunes (*apud* IAMAMOTO, 2000) diz, que “a indústria do toyotismo busca capturar o corpo e a alma do trabalhador, não sendo necessária uma coerção externa do tipo taylorista, assentada no controle dos tempos e movimentos do trabalhador”.

<sup>52</sup>Para Hobsbawm (1998), trata-se, na verdade, de uma “dupla revolução”: industrial e política.

<sup>53</sup>Na América Latina teremos, como consequência dos desdobramentos da Revolução Francesa, as Guerras da Independência, que culminaram com a independência e balcanização das ex-colônias espanholas e a constituição do Império do Brasil.

um período de relativa estabilidade no desenvolvimento do capitalismo concorrencial<sup>54</sup>. Em 1871, uma insurreição operária, a *Comuna de Paris*, conseguiu instaurar durante um breve período de dois meses um governo popular.

O século XX, já na fase monopolista do capitalismo, será marcado pelo triunfo da revolução socialista na Rússia em 1917 (no final da Primeira Guerra Mundial), e pela sua expansão logo no final da Segunda Guerra Mundial para um conjunto significativo de países europeus (Hungria, Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Albânia, Alemanha Oriental, Romênia) além da revolução na China em 1949. Obviamente, nem tudo foi triunfo; também aconteceram graves derrotas: na Alemanha de Rosa Luxemburgo em 1918/19, na Itália de Antônio Gramsci, na Espanha da Frente Popular (1936/39), no Brasil em 1935. Também não deve ser negligenciada a Revolução Mexicana em 1910, que influenciará, com seu nacionalismo e sua base social e cultural camponesa, os países latino-americanos até o triunfo da Revolução Cubana em 1959 (SADER, 2000).

Estes processos revolucionários sofrerão um giro dramático nos anos sessenta do século passado. O surgimento de **propostas revolucionárias por fora dos Partidos Comunistas** constituirá a diferença específica que particularizará os anos sessenta em relação aos outros períodos históricos. Com este processo, os intelectuais críticos ficarão “livres” dos Partidos Comunistas, e com isso disponíveis para pensar a revolução (o conteúdo da teoria de Marx) de uma forma diferente daquela difundida (ou divulgada) por estes partidos políticos surgidos da Terceira Internacional. Hobsbawm (1995, p. 81) diz que “(...) 1968 produziu uma enorme vaga intelectual para o marxismo em teoria - geralmente em versões que teriam surpreendido Marx - e para uma variedade de seitas e grupos “marxistas-leninistas”, unidos pela rejeição a Moscou e aos velhos partidos comunistas como não suficientemente revolucionários e leninistas.” Como exemplo, podemos citar este fragmento de Castoriadis:

O reexame que empreendemos do marxismo não ocorre no vazio, não falaremos situando-nos em qualquer lugar e em nenhum lugar. Partindo do marxismo revolucionário, chegamos ao ponto em que era preciso escolher entre permanecer marxistas e permanecer revolucionários; entre a fidelidade a uma doutrina que há muito tempo já não estimula nem uma reflexão nem uma ação, e a fidelidade ao projeto de uma transformação radical da sociedade, que exige primeiro que se compreenda o que se deseja transformar, e que se identifique aquilo que, na sociedade, realmente contesta esta sociedade e está em luta com sua forma presente. (*Citado por* (KOUIMROUYAN, 1999, p. 104)).

<sup>54</sup>No entanto, nos EUA, aconteceria a Guerra Civil entre 1861-65, que definiria o rumo do capitalismo neste país (e logo após da Primeira Guerra Mundial, do capitalismo mundial), e na América Latina, a Guerra do Paraguai, entre os anos de 1865-1870.

O movimento de “maio do 68” continua e renova a experiência revolucionária da modernidade com o surgimento de novos sujeitos da história (estudantes, povos do terceiro mundo, etc.). Mas, ao mesmo tempo, olhado retrospectivamente, configura-se como o fim de uma determinada experiência revolucionária, o esgotamento de um determinado sujeito revolucionário da modernidade (a organização sindical da classe operária e sua expressão política: o Partido Comunista), dando assim início ao surgimento de traços de uma cultura “pós-moderna” (ou também poder-se-ia dizer “modernidade tardia”). Como já sublinhamos anteriormente<sup>55</sup>, a crítica marxiana ao sujeito absoluto hegeliano, como aquele que consegue se reapropriar inteiramente de todas suas objetivações (se “libertando” delas) alcançando assim o saber absoluto, desloca o problema da razão universal da esfera do Estado para a classe operária, que passa a ser portadora da possibilidade objetiva do saber universal (do saber “verdadeiro”). Mas, a classe operária, herdeira dessa possibilidade “em-si”, precisa dos intelectuais para transformar a consciência “em-si” em consciência “para-si”, trabalho este que seria realizado através do partido político (*o partido é uma mediação necessária neste processo de constituição da classe operária em sujeito político*). Assim, a classe operária, constituída em sujeito político, realizaria o projeto do idealismo absoluto da filosofia alemã (a superação da alienação humana).

Nesta linha de reflexão, ou seja, nas vicissitudes do processo de materialização deste projeto, não foi menor o peso que tiveram os acontecimentos na ex-URSS durante o XX Congresso do Partido Comunista de União Soviética em 1956 quando foram denunciados os crimes da política stalinista (poder-se-ia dizer que os anos sessenta iniciam-se com este acontecimento, que indicava que a alienação humana não tinha sido superada depois da Revolução de Outubro, mas, ou mesmo tempo, colocava a possibilidade da retomada do projeto socialista revolucionário originário a partir da renovação do movimento comunista e do marxismo<sup>56</sup>). No entanto, a desestalinização teve um vida muito breve na própria ex-URSS, já que com a “Primavera de Praga” em 1968, a entrada das tropas do Pacto de Varsóvia para reprimir esta experiência de democratização da sociedade finaliza o ciclo desestalinizador.

A experiência da “revolução cultural” na China, no final dos anos sessenta e inícios dos setenta, também alentou as esperanças da renovação do marxismo marcado pelo autoritarismo e pelo burocratismo da ex-URSS, se tornando numa força de atração entre os jovens e os intelectuais críticos. Seu atrativo estava na solidariedade ativa com o “terceiro mundo” e sua proposta de retomar uma forma de administração popular direta

---

<sup>55</sup>Ver no item 2.5.4, página 213.

<sup>56</sup>Esta é a expectativa de Lukács.

que parecia retomar a linha da Comuna de Paris. No entanto, a “revolução cultural”, esgotou rapidamente seu poder de atração uma vez se revelou que na verdade a “revolução cultural” era também manipulada pela mesma cúpula burocrática contra a qual lutava. A dinâmica da “revolução cultural” levou à crise entre a China Popular e a União Soviética em 1961, o que significou a divisão do campo socialista e o fim da hegemonia soviética sobre a totalidade do campo comunista.

Uma outra tentativa de recuperar a iniciativa dos Partidos Comunistas aconteceu, uma década depois, com o advento do eurocomunismo. Esta última proposta, teve um vigoroso desenvolvimento nos países europeus latinos (Itália, Espanha, França), revelou-se finalmente muito semelhante com as concepções da socialdemocracia reformista. Esta proposta trouxe também como consequência uma outra divisão no movimento comunista. O que tinham em comum ambas propostas (o maoísmo e o eurocomunismo), a pesar de que eram muito diferentes e até opostas, era a rejeição ao “modelo” soviético. Foi este último aspecto que possibilitou a muitos intelectuais a passagem do maoísmo para o eurocomunismo (foi um movimento pendular que aconteceu com vários grupos que passaram da “luta armada” para posições reformistas). Segundo Perry Anderson (1988) foi nesse momento que a chamada “crise do marxismo” teve sua origem e seu significado. Tratou-se de uma **dupla decepção** diante da alternativa chinesa e europeia, para superar os problemas da principal experiência socialista soviética.

Com esta dupla decepção poder-se-ia dizer que também finaliza, ou começa a finalizar, um determinado lugar que o intelectual clássico (o intelectual hegeliano) ocupava em relação ao poder do Estado. Intelectual este que, por trabalhar na esfera da razão universal, produz o saber universal como “funcionário da humanidade”. No entanto, uma vez que se revela que este intelectual trabalha na esfera da universalidade ilusória, desvenda-se também que o seu papel é fazer do Estado um absoluto (BUCI-GLUCKSMANN, 1990). O intelectual clássico, que mergulha inocentemente na esfera da universalidade ilusória do saber absoluto produzindo teoria “pura” (isto é, universalmente válida), tem, na verdade, como tarefa, a unificação cultural das classes dominantes (tornando as idéias dispersas das classes dominantes numa concepção do mundo coerente, unitária e adequada, um verdadeiro “sistema” filosófico), cimentando o bloco histórico.

Com as transformações na produção de valor na fase pós-fordista do capitalismo monopolista, o trabalho intelectual adquire uma nova relevância. O trabalho intelectual passa a estar subsumido realmente ao capital, uma vez que ele participa diretamente e decisivamente no processo produtivo. Estes intelectuais agora são os “especialistas” nos quais está

ausente a “universalidade fáustica” dos intelectuais hegelianos<sup>57</sup>. As transformações que estão acontecendo na atualidade nas instituições universitárias constituem-se num claro indicador deste processo. Será que, por acaso, já não são mais necessários os intelectuais hegelianos cimentando o bloco histórico e assegurando assim a hegemonia das classes dominantes? Uma pista para se indagar nesta problemática consiste em consideração do duplo valor de uso da **mercadoria cultural**: como “*valorização do capital e como valor simbólico-ideológico significativo ao capital para sua legitimação e para a reprodução existencial dos sujeitos*” (BRAZ, 1998, p. 66). Ou seja, na própria mercadoria cultural, como desdobramento do desenvolvimento da “indústria cultural”, está uma possível explicação da perda de *status* dos intelectuais clássicos. Criaram-se novas formas de subjetivação, de ser sujeito, uma vez que a subjetividade passa a ser capturada pela lógica do capital.

Nesta direção, cabe destacar o papel da terceira revolução industrial, ou da “revolução informacional” (LOJKINE, 1999), o surgimento de máquinas com capacidades intelectuais<sup>58</sup> e, no interior dela, o papel da mídia no processo de captura de subjetividade pela lógica do capital. Em particular merece destaque a televisão, a “máquina de imagens” como diz Anderson (1999), que se constitui num ponto de virada entre o modernismo e o pós-modernismo. Esta peculiar máquina começou a ser comercializada a partir dos anos cinquenta, adquiriu importância maior nos anos sessenta, até que, no início dos anos setenta, com a chegada da televisão em cores, passa a ser um divisor d’águas entre o modernismo e o pós-modernismo. Através deste poderoso instrumento, são disciplinados os hábitos culturais em escala mundial, chegando até o controle do “inconsciente” (uma zona que por definição é desconhecida até para o próprio sujeito). Assim, a tarefa antes realizada pelo “grande” intelectual, cimentando o bloco histórico, agora é realizada fundamentalmente através do sistema de “máquinas de informação”, trazendo como consequência, como diz Porzecanski (2001), a marginalização do discurso acadêmico .

A mídia parece ser, cada vez mais, o braço político do capital financeiro. Através dela, o capital exerce seu domínio sobre o trabalho, sem precisar do sistema político. Esta é a razão que explica a banalização da política, tornando-se espetáculo, ou pequena política. Esta mídia, cria a “opinião pública” que seria, desde esta perspectiva, a forma espiritualizada do capital financeiro. Nesta relação entre o capital financeiro, a mídia, e a “opinião pública” –a nova santíssima trindade–, temos a expressão da estetização da política, como diria Walter Benjamin (1980), a transformação da política em “arte”,

<sup>57</sup>Bobbio (1997) fala da existência de intelectuais “ideológicos” –que estariam em crise na atualidade– e dos intelectuais “especialistas” que seriam os intelectuais que estão em ascensão contemporaneamente.

<sup>58</sup>Ou o deslocamento de algumas das capacidades intelectuais dos homens para as máquinas.

em imagem, ou simulacro. Não se trata da politização da arte ou da imagem, como reclamava Benjamin, pelo contrário, é a estetização da política, que vira espetáculo. É o triunfo de Nietzsche sobre Hegel, da arte sobre a filosofia como a expressão mais acabada do *fetichismo do capital*.

### 2.5.5 A “cultura radical” no Uruguai

Como já foi analisado, no capítulo anterior, com o início da crise do precário sistema industrial nacional em meados dos anos cinquenta do século passado (que se agrega ao estancamento da produção agropecuária dos anos trinta), e a incapacidade de continuar avançando na direção da industrialização pesada (produção de meios de produção), inicia-se também, no Uruguai, a crise do Estado “batllista”. O Estado “batllista” já não consegue continuar operando como “árbitro”, esgotando-se as capacidades de gerir o conflito de classes na forma “transformista”.

Esta crise do processo de industrialização se traduz inicialmente como crise de hegemonia política dos partidos tradicionais através do movimento das camadas médias que ficarão “liberadas” das velhas estruturas partidárias nas quais tinham surgido e nas quais estavam enquadradas. Isto é, o Partido “Colorado” e o seu adversário (mas também parceiro na administração da máquina estatal), o Partido Nacional, tinham constituído um singular sistema de amortecimento dos conflitos sociais, com o amplo desenvolvimento das camadas médias a partir do crescimento do aparato estatal que, por sua vez, era sua principal fonte de emprego. Como já colocamos anteriormente (ver no ponto 1.2.1 na página 31), o Estado assume a forma “bonapartista” e desenvolve uma forma de intervenção social, em relação com a “questão social”, baseada no sistema de proteção social “bismarkiano”. No seio das camadas médias “liberadas” do enquadramento por parte dos partidos tradicionais surgirão os intelectuais radicais, que são objeto da nossa pesquisa. Um contingente significativo destes setores se incorporaram aos partidos da esquerda, por assim dizer, “tradicional” (socialista e comunista), no preciso momento em que estes partidos redefiniam sua tática e estratégia no sentido da formação de uma “frente única”<sup>59</sup>. Outros escolheram o caminho da luta armada se enquadrando nas diversas organizações que surgiram nessa época, sendo que a principal delas foi o Movimento de Liberação Nacional - Tupamaros (MLN-T). Como já foi analisado oportunamente esta organização nutriu-

<sup>59</sup>No início deste processo, no final dos anos cinquenta, estes dois partidos entendiam, de uma forma diferente, a formação da “frente única”. Enquanto que para o Partido Socialista a frente excluía a participação do Partido Comunista, para este último, a frente tinha que ser “sem excluídos”. A estratégia que finalmente triunfou foi esta última, quando em 1971, se constitui a **Frente Ampla**.

se inicialmente de militantes socialistas desencantados pelo aparente fracasso inicial da estratégia de avanços através das instituições obtidos nas eleições de 1962<sup>60</sup>.

Já analisamos anteriormente, em forma bastante exaustiva, o comportamento político de setores vinculados à cultura radical, que se expressavam através da “esquerda armada” (ver no ponto 1.3.6 na página 99), nos quais estão presentes elementos do anticapitalismo romântico revolucionário. Agora, incorporaremos a nossa análise, a figura de Carlos Quijano, quem também expressa de modo exemplar, a estes intelectuais que se incorporam ao torrente revolucionário fundamentalmente nos anos sessenta.

Consideramos que *Carlos Quijano* (1900-1984), diretor do Semanário *Marcha* (1939-1974), foi a principal figura dessa nova intelectualidade. No seu semanário, tinha expressão a maioria da intelectualidade crítica do Uruguai, especialmente aquela que não pertencia ao Partido Comunista. Neste semanário debatiam-se os problemas políticos, econômicos, sociais e culturais da formação social uruguaia, à luz da profunda crise que afetava ao país. A crise era de uma amplitude tão grande que questionava o próprio ser “nacional”, isto é, a própria natureza da formação social uruguaia (o “ser” nacional). Através deste semanário, expressava-se uma tendência que era conhecida como “terceira posição”, no sentido da independência em relação com os dois “centros” mundiais (EUA e URSS) que travavam a “guerra fria”. Isto também significava que, no campo da política doméstica, mantinha independência em relação com o Partido Comunista do Uruguai (PCU), já que este estava fortemente articulado com as posições da União Soviética.

Carlos Quijano inicia sua vida pública no ano de 1919, quando funda e preside o **Centro Ariel**, uma organização dos estudantes universitários inspirados nos ideais reformistas, que se manifestaram na **Reforma de Córdoba** em 1918. A particularidade deste movimento está em unir a reforma universitária com a demanda por reformas sociais. Tratou-se de um movimento de caráter anti-oligárquico, que anunciava a queda da aristocracia nacional (o “patriciado”) e a emergência da burguesia industrial e das camadas médias urbanas, no calor dos processos de modernização da sociedade, que levariam à queda da oligarquia liberal. Poder-se-ia dizer que, a partir deste momento, a sociedade uruguaia passa de um período meramente liberal para um período liberal-democrático. Ao mesmo tempo, a emergência desta instituição cultural expressa a crescente autonomia por parte dos intelectuais em relação aos, por assim dizer, “aparelhos ideológicos do Estado” e, portanto, o desenvolvimento da sociedade civil e dos “aparelhos ‘privados’ de hegemonia”. É através destes “aparelhos ‘privados’ de hegemonia” que os intelectuais ga-

---

<sup>60</sup>A primeira aparição pública do Movimento de Liberação Nacional - Tupamaros (MLN-T) foi no ano de 1963

nham autonomia para se relacionar preferencialmente com as classes subalternas, e por este caminho alcançar a se tornar “intelectuais orgânicos” destas classes sociais<sup>61</sup>. No movimento estudantil daquela época é perceptível a influência das revoluções mexicana (1910) e russa (1917), tanto como do nacionalismo anti-imperialista. O movimento reformista universitário foi um movimento de dimensões continentais que deu lugar à formação de uma intelectualidade nacionalista, como, por exemplo, o movimento aprista de Haya de la Torre em Peru (em polêmica com o marxismo de José Carlos Mariátegui). A diferença entre o aprismo no Peru e o movimento reformista no Uruguai consistiu em que, no Uruguai, não deu lugar ao surgimento de um novo partido político como expressão do processo de modernização, e sim à renovação dos partidos políticos tradicionais. Em particular, esta será a atitude de Quijano, que tentará renovar o Partido Nacional

A própria expressão **Ariel** faz referencia à obra do mesmo nome, publicada em 1900, do escritor uruguaio José Enrique Rodó, que opunha ao “utilitarismo” da cultura norte-americana o “idealismo” de origem greco-latino<sup>62</sup> dos povos latino-americanos. O “idealismo” era a chave para a interpretar os problemas da sociedade daquela época como problemas de origem ético-cultural;

El gran problema nuestro es de orden cultural: educar a la democracia (...). La cuestión social es una cuestión moral; no basta pues el mejoramiento y hasta la renovación total de los fundamentos económicos que nosotros también anhelamos, si no están acompañados del mejoramiento y la renovación de los espíritus (QUIJANO *apud* CAETANO; RILLA, 1986, p. 23-24).

A orientação idealista conscientemente assumida não significava um afastamento dos problemas sociais. Muito pelo contrário, o *Centro Ariel* desenvolveu uma política de aproximação ao movimento operário inspirado na experiência da Universidade Popular do Peru. É perceptível, nesta fase, a influência do pensamento de Haya de la Torre (que até visitou Montevideú em 1922). Para este último, existia uma diferença muito marcante entre o Imperialismo na Europa e o Imperialismo na América Latina. Enquanto que, para a Europa, o imperialismo era a fase superior do desenvolvimento do capitalismo, na América Latina era a fase inicial, isto é, o início do desenvolvimento do capitalismo. Assim,

<sup>61</sup>Os “intelectuais orgânicos” não são necessariamente intelectuais progressistas, como tampouco os intelectuais “tradicionais” são conservadores. A diferença entre ambos tipos de intelectuais está na maior ou menor consciência do vínculo indissolúvel entre a função social do trabalho intelectual e as contradições concretas da sociedade.

<sup>62</sup>Observe-se neste caso a atitude romântica, por assim dizer, “progressista” já que a sociedade pré-capitalista que era tomada como “modelo” não era a sociedade feudal, sendo pelo contrário aquela na que se “inventou” a democracia, assim como a filosofia (o discurso racional). Foi na cultura grega que surgiu o projeto civilizatório ilustrado que atravessando a história chegou até nossos dias através dos filósofos iluministas que inauguraram nossa modernidade burguesa.

para Haya de la Torre, a América Latina precisava ainda de uma revolução francesa, ou mais precisamente, uma revolução mexicana (agrária e anti-imperialista) (CAETANO; RILLA, 1986).

Um traço marcante da personalidade de Quijano foi o seu anti-imperialismo. Durante sua estadia em Paris (1924-1927) (para complementar seus estudos universitários na área de economia, ainda que sua formação de grau era na área do direito), participou do *Primeiro Congresso Anti-Imperialista Mundial*, celebrado em Bruxelas em 1927 (neste congresso também se processou a ruptura de Carlos Quijano com Haya de la Torre). Durante sua estadia na França, participou também da fundação da *Associação Geral de Estudantes Latino-Americanos* em 1924. Através desta agremiação, difunde-se e se denuncia a penetração imperialista na América Latina. Por causa desta militância, foi convidado pelo presidente de México a visitar esse país em 1925. Também segue atentamente os acontecimentos na Nicarágua, no episódio em que Augusto César Sandino consegue derrotar as tropas norte-americanas que tinham desembarcado nesse pequeno país, no período compreendido entre 1926 e 1933<sup>63</sup>. Em 1928, publica em Paris um livro sobre a pressão imperialista na Nicarágua, que, segundo Ardao, “*inaugura a bibliografia específica desse nosso anti-imperialismo nacional*” (apud CAETANO; RILLA, *ibidem*, p. 53).

Em 1928, logo depois do retorno de Paris, uma vez finalizado período formativo, funda a **Agremiação Nacionalista Democrata Social**, dentro do Partido Nacional, participando com sucesso das eleições nesse mesmo ano, ingressando na Câmara de Deputados. Quijano identificava o Partido Nacional com a luta pela democracia política e achava que agora era o momento de se tornar o partido da luta pela democracia social. No entanto, nas eleições de 1931, o Partido Nacional será derrotado, assim como também sua chapa dentro do Partido Nacional não conseguirá alcançar o mesmo sucesso que no pleito anterior. Nestas eleições, será escolhido como presidente Gabriel Terra que, logo depois, em 1933, tornar-se-á ditador. Estas eleições se realizaram sob os reflexos da crise do ano de 1929, que significarão o fim do período clássico do Uruguai batllista. Com este episódio, a “geração do centenário”, como foi conhecida por ter surgido à vida política um século depois do juramento da primeira constituição, acordava para o país real, isto é, para a crise daquela sociedade que mais parecia européia que latino-americana.

Quijano convocou e participou na frustrada tentativa de levante armado contra a ditadura de Terra, conhecido como Revolução de Janeiro por ter acontecido em janeiro

---

<sup>63</sup>No entanto, em 1934, César Sandino será assassinado pela Guarda Nacional, comandada por Anastasio Somoza, e a revolução será derrotada.

de 1935. Este levante, diferentemente dos levantes armados que tinham caracterizado o século XIX, estava constituído por integrantes das dissidências dos partidos tradicionais, assim como por socialistas, comunistas, cívicos (católicos) e cidadãos sem partido. Este levante foi rapidamente derrotado. No ano seguinte, constitui-se uma Frente Popular, inspiradas na frentes populares da Espanha e da França, de efêmera vida por causa das grandes divergências entre seus integrantes.

A agremiação política de Quijano se absteve de participar na reforma da constituição de 1934 e dos diversos atos eleitorais realizados até o ano de 1946. Neste ano, participa mais uma vez das eleições nacionais com sua própria agremiação, que por uma série de travas jurídico-eleitorais precisou trocar a legenda de *Agremiação Nacionalista Democrata Social* por *Partido Democrata*. O resultado foi um fracasso, que se repetirá nas eleições de 1950. Por essa razão, não participou nas eleições de 1954. A reflexão que o próprio Quijano fazia deste período (de 1928 até 1958) em 1958, sustenta que:

- Lo primero que debimos reconocer es que no servíamos para la acción política o si se quiere para la actividad electoral. Y no hay que lamentarlo. Las vocaciones encuentran su camino. Si en el campo de la política activa, del ajetreo electoral, no lo hemos encontrado, por qué no pensar que nuestra tarea, la tarea que se nos ha asignado sobre la tierra, es otra: esta que cumplimos semana a semana em “Marcha”?
- (...)
- Lo segundo que cabe decir -va esto a título exclusivamente personal- es que nuestra experiencia dentro del Partido Nacional está concluida. (...)
- Repetimos: nuestra experiencia electoral dentro del nacionalismo está terminada. (QUIJANO *apud* ALFARO, 1984, p. 41-42)

O Semanário *Marcha* foi fundado em 1939 por Carlos Quijano (antes, em 1930, tinha fundado “El Nacional”, e logo em 1933, “Acción”), e mesmo que Quijano estivesse participando numa agremiação política, o semanário não era um porta-voz dela. Será em 1958, logo após 30 anos de militância partidária, que Quijano anunciará, nesse mesmo semanário, sua desvinculação do Partido Nacional. Este ato, a “liberação” deste intelectual da influência dos partidos tradicionais, tem, na nossa perspectiva, um significado para além da singularidade deste personagem, demonstrando o movimento da intelectualidade crítica numa direção diferente daquela na que tinha militado até esse momento. Nesse mesmo ato, deixa já entrever que mantém muito pontos de contato com o socialismo. Quijano se desvincula do Partido Nacional, no preciso momento em que este partido ganha as eleições nacionais, quebrando assim a longa hegemonia “colorada”.

O itinerário político-intelectual de Quijano é representativo de uma parte muito significativa das camadas médias da sociedade uruguaia, que logo depois de ter crescido com

a idéia da “excepcionalidade” (a Suíça de América) desta formação social, começaram a enxergar, primeiro durante a crise dos anos trinta, e logo depois da breve restauração batllista (1947 - 1958), durante os anos sessenta, que o país real era muito diferente.

Como foi dito anteriormente, a tendência político-cultural que predominou entre os intelectuais que, como Carlos Quijano, empreenderam o caminho da crítica social ao “batllismo”, foi a “terceira posição” ou o “terceirismo”. Esta tendência tinha se desenvolvido durante a Segunda Guerra Mundial fundamentalmente entre os estudantes universitários agrupados na Federação de Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU). Esta organização tinha se pronunciado em uma direção anti-fascista e também contra a condução anglo-saxônica e soviética da guerra. Além da FEUU esta posição era compartilhada pelo semanário *Marcha* (1939-1974). Segundo Bonino (1988, p. 59) a composição social desta corrente poderia se definir como “*pequeno burguesa ilustrada e idealista*”. Desde o ponto de vista político exprimia os pontos de vista do anarquismo e do trotskismo, mais também de democratas radicais, assim como também de setores católicos radicais. Uma vez finalizada a Segunda Guerra Mundial, e com o início da Guerra Fria entre os EUA e a URSS, a “terceira posição” passou a significar uma atitude de equidistância entre os interesses destas potências. Pode se dizer que esta tendência concentrou à maioria de intelectualidade do Uruguai que não pertencia ao Partido Comunista. Bonino estabelece que “*El MLN puede considerarse heredero intelectual de la corriente nacida entre los años 43 y 44 en el ámbito estudiantil y que se denominó por entonces ‘tercera posición’.*” (ibidem, p. 59).

Foi neste contexto sócio-cultural em que se desenvolveu o processo de renovação de Serviço Social no Uruguai. Trata-se de um clima cultural no qual tinha se quebrado com o “Uruguai tradicional” ou “clássico” que foi conhecido como como a “Suíça da América” não tanto pelo seu desenvolvimento social mas, sobretudo, pela sua estabilidade política. É possível que o clima espiritual fosse composto tanto pela situação presente naquele momento como também pelo contraste entre esse momento e aquele outro do período clássico. Surge neste contexto a nostalgia por um passado perdido que poderia ser restaurado, retomando o caminho da “segunda independência” protagonizada pelo “povo” ou pelo “movimento popular” na linha de um “nacionalismo revolucionário”. As camadas médias urbanas tradicionalmente reformistas radicalizavam-se em face ao acréscimo da luta de classe aproximando-se social e politicamente às forças sociais e políticas de esquerda (conformando para uns o “movimento popular”, e para outros –notadamente o Partido Comunista– a “força social” da revolução social), ainda que o faziam com seus próprios pontos de vista (o “terceirismo”).

Para finalizar este capítulo vejamos como Kruse (1967, p. 24-25) caracteriza “o social” em um artigo publicado na *Revista Universitaria de Servicio Social*:

Lo “social”, para nosotros, es el desafío a sabernos convertir en artífices del desarrollo partiendo de una realidad dada, que no nos es extraña, porque es la de nuestra tierra, la de nuestro aquí y nuestro ahora. Tenemos dos opciones: seguir elucubrando perfeccionamientos técnicos exquisitos, hasta convertirnos en alienados totales del mundo en que vivimos o bajar a la realidad, investigarla y con los métodos y las instituciones que tenemos, como punto de partida, iniciar una marcha hacia una sociedad nueva.

No próximo capítulo, acompanharemos as vicissitudes deste movimento empreendido por amplos setores da sociedade, e junto com ela, importantes segmentos da categoria profissional, na direção de uma *nova sociedade*, como fora conclamado por Kruse na anterior citação.

### *3 O processo de renovação do Serviço Social no Uruguai*

A reconceitualização foi um movimento político-cultural muito heterogêneo, que se desenvolveu no Serviço Social da América Latina, no final dos anos 60 e no início dos anos 70 do século XX, parte de um movimento muito mais amplo, processado no interior desses países, abarcando várias dimensões da vida social. De uma forma muito genérica, poderíamos dizer que este movimento constitui uma expressão daquilo que ficou conhecido como o “maio francês” e que nós tentamos conceituar como “cultura radical”. Esta última, como já foi caracterizada anteriormente (ver no item 2.5 na página 197), é a forma político-cultural em que se expressam as transformações societárias, produto da transição de estágio do desenvolvimento do capitalismo monopolista em escala mundial, como consequência do processo de financeirização do capital.

Como já tem sido estudado, pela bibliografia que analisa o processo de constituição do Serviço Social como profissão, ele é um resultado (um produto sócio-histórico) do processo de emergência da classe operária no cenário político-social exigindo o seu reconhecimento como classe social<sup>1</sup>. Nos anos 1960, esta classe, tanto nos países “centrais” como na América Latina, tinha amadurecido tanto quantitativa como qualitativamente. No caso dos países da América Latina, este amadurecimento tinha acontecido no interior do processo de desenvolvimento urbano-industrial conhecido como “industrialização substitutiva de importações”. O amadurecimento qualitativo, através do acúmulo de experiência político-social (o desenvolvimento da consciência política), expressou-se na sua constituição em sujeito político (perceptíveis na organização sindical e política dos trabalhadores). Na base da dinâmica da renovação do Serviço Social está este processo de amadurecimento quantitativo e qualitativo da classe operária.

---

<sup>1</sup>“A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 77)

Este desenvolvimento do movimento dos trabalhadores, em todas suas facetas<sup>2</sup>, pode ser também entendido como constituição de uma relação mais equilibrada entre a sociedade civil e a sociedade política, isto é, como a consolidação do caráter “ocidental” do desenvolvimento do capitalismo no nosso continente. Nas formações sociais, em que o desenvolvimento capitalista tinha mais avançado, este caráter “ocidental” apareceu em forma mais nítida, como é o caso dos países do Cone Sul. As sociedades desses países passaram por um período de *crise orgânica*, que se expressou no campo político-cultural em uma *crise de hegemonia*.

Entendemos a renovação do Serviço Social como uma refração, na cultura profissional, do processo de constituição da classe operária em sujeito político. Trata-se de um processo pelo qual a classe operária luta pela direção intelectual e moral do conjunto da sociedade, buscando, em particular, atrair as camadas médias para seu campo e, junto com elas, os intelectuais. Este processo não foi linear (realizou-se através da “experiência” dos trabalhadores na produção, mas também – e fundamentalmente – na luta de classes), esteve marcado por profundas alterações na relação entre as classes sociais, em particular, em relação às camadas “intermédias”, o principal ambiente social de formação dos intelectuais (os “trabalhadores da cultura”). A “cultura radical”, que temos feito referência, expressa essa complexa relação entre o processo de formação da classe operária, em sujeito político, e as atitudes das outras classes sociais, em particular as camadas médias que é onde se localizam os intelectuais, cuja tarefa é a de cimentar o “bloco histórico” (a mediação entre governantes e governados). Esta não é a única determinação, já que, também e ao mesmo tempo, mudanças na base técnico-material da produção industrial, propiciadas pela financeirização do capital, iniciavam a redefinir as relações entre o trabalho manual e o trabalho intelectual no processo de valorização do capital e, por esta via, redefiniam-se igualmente as relações entre as esferas da práxis econômica e da práxis político-cultural.

No caso do Serviço Social, este processo manifestou-se como **renovação** e, nas suas formas mais radicalizadas na América Latina, como **reconceituação**. O movimento de renovação do Serviço Social, iniciado por volta de 1965, com a realização do *I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social*, em Porto Alegre, sofre uma inflexão em 1970, em Montevideu, adotando um discurso mais avançado.

Netto (NETTO, 2001, p. 147) sinaliza que

segundo boa parte dos analistas, o arranque do movimento ocorre no I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre, em maio de 1965, com a presença de 415 participantes do

---

<sup>2</sup>A classe trabalhadora tem cor, gênero, idade etc.

Brasil, Argentina e Uruguai. Estes seminários regionais (o II ocorreu em 1966, no Uruguai, o III em 1967 em Argentina, o IV em 1969 em Chile, o V em 1970 na Bolívia e o VI em 1972, novamente em Porto Alegre) tiveram papel central no processo da reconceituação (...)

No ano de 1965, foi criada a Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAESS<sup>3</sup>) que, depois (a partir de 1974), através do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS), realiza uma significativa contribuição para o desenvolvimento do Serviço Social, especialmente durante o período ditatorial, nos países do Cone Sul. No ano de 1970, configura-se uma fratura entre o grupo ECRO (editora argentina dirigida por Juan Barreix) e os assistentes sociais que logo depois se nucleariam no CELATS, que se constitui num divisor de águas entre o momento da renovação profissional e o da reconceituação.

De acordo com Faleiros (1987, p. 56), em *Confrontaciones teóricas de la Reconceptualización*,

En Montevideo en 1970, el grupo de la generación del 64 fue sustituido en un plenario por el grupo más joven y progresista con el objeto de conducir los trabajos. El Instituto de Solidaridad Internacional (ISI) que financiaba el evento sufrió un embate sísmico y abrió la brecha, articulándose las nuevas fuerzas que posteriormente estructurarían el CELATS con el respaldo de ALAESS. Se creó entonces un conflicto entre el grupo ECRO y el CELATS en términos políticos e ideológicos, quedándose con el segundo los grupos más progresistas, aunque hay que reconocer el apoyo de la editora ECRO a todos los trabajos marxistas. Esta casa acabó siendo perseguida y clausurada por la dictadura argentina.

Entendemos que o processo de reconceituação do Serviço Social, nas suas formas mais radicalizadas, caracterizou-se pela pretensão de **refundar** a profissão. Isto é, na categoria profissional colocava-se a proposta de mudar as bases de sustentação sócio-ocupacional (ou seja o lugar que lhe foi determinado no e pelo modo de produção capitalista na divisão sócio-técnica do trabalho) e, como consequência, os supostos teóricos e meta-teóricos nos quais se fundamentava esta profissão até esse momento (que então passavam a ser chamados de “Serviço Social tradicional”). Esta pretensão de refundar o Serviço Social sobre novas bases, expressou-se até na mudança do nome do Serviço Social, que em alguns países, como no Uruguai, ainda que tardiamente, passou a ser chamado de “Trabalho Social”.

A renovação do Serviço Social poderia ser explicada na trilha de Marilda Yamamoto (2001), como uma tentativa de resposta à crise de legitimidade do Serviço Social. Trata-se

<sup>3</sup>No ano de 1977, esta organização muda de nome, trocando “Serviço Social” por “Trabalho Social”, passando a ser então ALAETS: Associação Latino-americana de Escolas de Trabalho Social

de uma dupla crise, de legitimidade: funcional e de legitimidade social. Para a crise de legitimidade funcional, ou seja com os empregadores (basicamente o Estado), a “saída” consiste na tecnificação da prática profissional, dando lugar a uma perspectiva modernizadora do Serviço Social. Entretanto, quando é uma crise de legitimidade social (em relação às demandas dos usuários, ou dos segmentos sociais com os quais o Serviço Social trabalha), a “saída” consiste em romper com as tradicionais instituições empregadoras dos profissionais, isto é, principalmente, com o Estado, dando lugar a uma perspectiva “refundacional” ou de “intenção de ruptura”. Desarte, fica claro que a pretensão de refundar o Serviço Social não cobre a totalidade das expressões do processo de renovação da profissão. Existia, também, junto com esta tendência, uma outra que se caracterizou pelo modernização e tecnificação das práticas profissionais, numa tentativa de se adaptar às novas demandas tecno-burocráticas dos estados desenvolvimentistas.

Segundo Netto (2001), três vetores participam diretamente no processo de renovação do Serviço Social na América-latina: a revisão crítica que se registrou nas ciências sociais especializadas que nutriam a reflexão dos assistentes sociais; as mudanças nas posições da Igreja Católica, especialmente após a II Conferência Geral do Episcopado latino-americano de 1968, reunida na cidade de Medellin; e o protagonismo do movimento estudantil. Esta renovação assenta-se na crise do padrão de desenvolvimento do capitalismo na América-latina, conhecido como “industrialização por substituição de importações”, que dá lugar a um modelo de desenvolvimento capitalista dependente e associado (a inserção como “sócio menor” na economia mundial, capitaneada pelas empresas monopolistas norte-americanas). Esse novo estágio de desenvolvimento capitalista aprofunda a inserção dos países ditos subdesenvolvidos na nova divisão internacional do trabalho, característica da internacionalização e transnacionalização da economia, no período de pós-guerra, que em algumas zonas da periferia do capitalismo possibilita aprofundar o processo de industrialização.

Essa estratégia de desenvolvimento capitalista, dependente e associado, defronta-se com uma outra estratégia que se coloca, claramente, no horizonte dos países da América Latina, com o triunfo da revolução cubana, em 1959, e sua virada para o socialismo, em 1961, fazendo parte de um processo mundial, iniciado em 1917, com o triunfo da revolução de outubro na Rússia. A revolução cubana significa uma “ruptura” com esse padrão de desenvolvimento capitalista, abrindo por essa mesma razão a **possibilidade objetiva** de um caminho não-capitalista para alcançar as aspirações democráticas e de libertação nacional neste continente. O triunfo desta revolução e o apoio que recebeu da União Soviética e do sistema socialista provocarão uma tempestade revolucionária no

continente latino-americano, que abala o “terceirismo” ideológico (a idéia de que existiam dois imperialismos simétricos: o norte-americano e o soviético).

Essa bifurcação dos caminhos, entre o aprofundamento da dependência econômica, tecnológica e cultural e a ruptura simbolizada pela revolução cubana; também se refrata no interior da categoria de assistentes sociais (ou trabalhadores sociais) na forma de modernização e de ruptura com a tradição profissional (tanto na forma de operador terminal das políticas sociais, como na versão modernizadora de formulador dessas políticas sociais). Segundo o balanço que Netto (1975) realizou em 1975, estas duas tendências estavam presentes no Brasil e nos países da América Latina, especialmente entre os países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai), intimamente relacionadas com os diferentes quadros sócio-históricos de cada uma dessas realidades. A reconceituação, na tendência modernizadora, foi uma “ruptura” com o Serviço Social tradicional no sentido de adaptação da profissão ao projeto modernizador do Estado desenvolvimentista, enquanto que a reconceituação, enquanto tendência de “ruptura”, significou uma “ruptura” tanto com o Serviço Social tradicional, quanto com as demandas modernizadoras colocadas pela nova dinâmica do processo de acumulação de capital na América Latina. Em tais sociedades em que essa última tendência de ruptura se apresentou, o quadro democrático mantinha ainda vigente e se desenvolvia um crescente processo de mobilização social anti-imperialista e potencialmente anti-capitalista, protagonizado pelo movimento dos trabalhadores junto com a destacada participação dos jovens estudantes. O primeiro caso, isto é, quando a reconceitualização significa adequação do Serviço Social aos processos de modernização social provocadas pelo desenvolvimento capitalista associado e dependente, está relacionado a uma crise de legitimidade funcional da profissão de assistente social, enquanto que o segundo caso a uma crise de legitimidade social. Neste último caso, o problema que se colocava para os assistentes sociais consistia em trabalhar diretamente com os movimentos sociais, com uma perspectiva que, como mais na frente tratamos, Kruse denomina de “revolucionária”. A adoção deste último ponto de vista dava lugar a uma situação de “fuga das instituições” por parte desses profissionais. Observamos que as instituições, sobre as quais, em sentido figurado, dizemos que os assistentes sociais “fugiam”, eram aquelas vinculadas ao Estado desenvolvimentista. Esta era uma prática, portanto, anti ou contra-institucional, na qual se deslegitimava o trabalho profissional nas instituições estatais, que configuravam o espaço de trabalho “tradicional” do Serviço Social.

Poderíamos dizer que, igualmente aos processos de modernização capitalista, houve um processo de renovação do Serviço Social “pelo alto”, modernizador, e um processo de renovação “por baixo”, de ruptura ou refundacional. Assim, dizia Netto (1975), em relação

às duas opções da revolução latino-americana e sua refração no Serviço Social: a brasileira e a hispânica:

Ellas configuran, en sí mismas y en todos sus niveles (ideológicos, metodológicos, y gnoseológicos), las dos opciones de la Revolución en la América Latina: la revolución por la alto –que es la mejor manera de sofocar el proyecto revolucionario reduciéndolo a constituyentes modernizadores–, y la revolución por lo bajo –única forma de concretar el ideario transformador. (ibidem, p. 74)

Seguramente estas duas opções da “revolução latino-americana” correspondem a um processo de mais longo prazo (longa duração), em relação ao caminho “prussiano”, percorrido pelas formações sociais da América Latina. Sem desconsiderar que o caminho prussiano é sempre um caminho autoritário, existem, no entanto, formas “amortecidas”, ou menos autoritárias (portanto, mais democráticas), nas quais os atores democráticos são constituídos e conseguem avanços substantivos (sem que isto signifique desconsiderar que o caminho prussiano é o resultado da derrota dos diversos projetos democráticos que, no entanto, deixam sua marca no tecido social).

O movimento da reconceitualização não finalizou por esgotamento da sua capacidade crítica. Sua crise foi uma expressão da “*crise do projeto revolucionário latino-americano*” (ibidem, p. 73). Ele foi interrompido violentamente pela emergência das ditaduras militares dos anos 1970, nos países onde o processo de mobilização político-social estava mais avançado (Chile, Argentina, Uruguai), fazendo parte de uma estratégia contra-revolucionária mais ampla promovida pelos EUA. Kruse e Dupont (1975) indicam o ano de 1971 como demarcação do fim da reconceitualização. Enquanto para Renée Dupont (ibidem), depois do Seminário de Ambato, no Equador, já não se elaboram novas propostas, para Kruse foi na Conferência Interamericana de 1971 (que fora clausurada pelo governo de Equador antes da finalização<sup>4</sup>), a última das conferências interamericanas, iniciadas em 1945, que se fechou esse processo. O caso do Brasil é um pouco diferenciado, em razão da ditadura ter começado precocemente (em meados dos anos sessenta), tendo se constituído em um ensaio da solução “contra-revolucionária preventiva”, por parte do imperialismo dos EUA, para enfrentar o processo de crescente mobilização social, principalmente, entre as camadas médias urbanas nesse período. Tem que ser observado que, apesar da contra-ofensiva norteamericana, a hegemonia dos EUA estava sendo fortemente questionada nos anos setenta, exemplo desse processo foi a retirada, no ano de 1975, das tropas norteamericanas

---

<sup>4</sup>Através do relato de Kruse (1995), sabemos que uma das causas que poderiam ter motivado o fechamento da Conferência foi a aprovação de uma moção que sustentava que o materialismo dialético era o melhor método para interpretar a realidade social e superar seus problemas.

do Vietnã, numa derrota que deixa marcas muito profundas, tanto na elite governante como na população desta grande potência imperialista. Já no ano de 1979, a estratégia norte-americana sofre um grande revés no Irã, quando um movimento de massas (ainda que de caráter predominantemente reacionário) acaba com a ditadura modernizante e pró-norte-americana, instaurando no seu lugar um regime teocrático.

Um resultado do processo de renovação profissional foi que a tradição marxista deixou de ser estranha ao universo profissional dos assistentes sociais, sendo a presença desta perspectiva teórico-política um indicador da relevância do movimento operário nos processos sócio-políticos daqueles dias. O debate posterior no serviço social seguiu caminhos divergentes que, em suas grandes linhas, pode ser caracterizado na trilha de Netto (2001), de modernização profissional e de ruptura como o Serviço Social “tradicional”. Na primeira, o Serviço Social “tradicional” é conservado, porém, subordinado às novas funções que caracterizam o crescente processo de tecnificação administrativa da gestão das grandes organizações empresariais e estatais, provocado pela consolidação do capitalismo monopolista nos países da América Latina. É assim que, na perspectiva modernizadora reivindica-se o nível de intervenção macro-social como função própria do Serviço Social. Trata-se da superação (ou melhor dizendo: ampliação) daquele perfil profissional originário como “operador terminal de políticas sociais”, para assumir um perfil de formulador dessas políticas, o que significa também fazer parte da tecno-burocracia estatal (do “núcleo” do poder estatal). Por outro lado, na perspectiva de ruptura ou refundacional, o assistente social, aparece vinculado aos movimentos sociais, realizando uma tarefa de “conscientização, organização e capacitação”, numa perspectiva de superação da ordem social vigente, que Kruse denomina de perspectiva revolucionária.

A auto-percepção dos assistentes sociais, protagonistas deste processo, não coincide com as alternativas indicadas acima, antes são destacados outros traços como características deste processo. Em particular, sublinha-se a mudança do Serviço Social para uma forma de trabalho mais “científica”, com um maior capital teórico-cultural, assim como as mudanças curriculares ampliando a participação das “ciências sociais” na formação profissional, tanto como as novas formas pedagógicas no ensino da “prática”, que passam a ser mais ativas (como acontece, por exemplo, nas “oficinas”), na tentativa de rearticular a teoria com a prática (que o positivismo separa, estimulando uma atitude contemplativa ou, no melhor dos casos, de manipulação). A busca de uma maior cientificidade por parte dos assistentes sociais poderia levar a uma interação ainda mais ampla com o positivismo (como na perspectiva modernizadora), tanto como também ao desvendamento do papel das “ideologias” no processo de conhecimento e, por este caminho, ao “compromisso” do

assistente social com uma ideologia da mudança social (como explicitado por Kruse<sup>5</sup>). Ou seja, a ideologia poderia ser entendida como um obstáculo para o conhecimento científico (a ciência seria o contrário da ideologia), ou ser compreendida como uma realidade insuprimível, diante da qual a atitude correta consiste na explicitação dos pressupostos com os quais o profissional opera. Segundo J. P. Netto (1992a), foi Kruse quem primeiro destacou a problemática ideológica, no sentido dos sistemas de valores contraditórios que estavam em jogo no Serviço Social, tendo essa discussão um impacto duradouro no debate profissional. Com esta colocação, em relação ao papel das ideologias, rompe-se com o mito liberal da neutralidade do trabalho profissional. Daí em diante, o profissional do Serviço Social passa a ser (auto)interpelado sobre o “lugar” (social, político, teórico) a partir do qual desenvolve sua prática profissional. Existe, também, entre os protagonistas, a percepção de que as mudanças nos currículos e a ampliação do debate teórico não se refletiram na prática realizada nas instituições.

Em um balanço realizado por Teresa Porzecanski (1975, p. 190), em relação ao Serviço Social no Uruguai, são enumerados os seguintes problemas:

- el rompimiento con los marcos tradicionales de la profesión a nivel teórico, pero no a nivel de las prácticas;
- el enfrentamiento de grupos de intensa politización dentro de la profesión;
- el rompimiento con las instituciones oficiales de práctica sin proponer alternativas nuevas para la efectiva realización de las prácticas, lo que motivó el caos creciente y la confusión entre las alternativas posibles;
- la desorganización y la completa detención de las prácticas de campo a partir de 1970.

Para esta autora, com referência à situação do Serviço Social na América Latina, o único elemento em comum é a ruptura com os métodos tradicionais. No seu lugar, busca-se uma “*metodologia única, e por sua vez científica que, no entanto, adota diferentes alternativas na interpretação de cada Escola*” (ibidem, p. 191). Assim, então, a “ruptura” com o Serviço Social tradicional foi, na verdade, uma busca da ruptura, ou como diz Netto (2001) “intenção de ruptura”.

Entretanto, a despeito do fato da reconceituação ter finalizado em meados da década de 1970, podemos sustentar que ela se prolonga ou se revitaliza, mediante um processo que poderia ser denominado de “**reconceituação tardia**”, ao longo dos anos oitenta.

---

<sup>5</sup>Ver essa discussão mais na frente no item 3.3.1 na página 302

Papel destacado coube, neste processo de ampliação da reconceitualização, ao *Centro Latinoamericano de Trabalho Social* (CELATS), fundado em 1975, como organismo acadêmico da *Associação Latinoamericana de Escolas de Serviço Social*. O CELATS foi resultado do projeto ISI (Instituto de Solidariedade Internacional) da Fundação Konrad Adenauer (uma organização ligada ao Partido Democrata Cristão da República Federal da Alemanha), que começou a ser implementado, a partir do ano de 1965, na América Latina. Este projeto teve uma primeira fase entre os anos de 1965 até 1969, dando logo início a uma segunda fase, de apoio ao movimento da “reconceitualização”, entre os anos de 1969 até 1973. No ano de 1974, na assembléia ordinária da ALAETS, em Costa Rica, o projeto ISI foi repassado para ALAETS, dando origem ao CELATS. A primeira diretora desta organização foi Consuelo Quiroga, que já dirigia o projeto ISI, depois foi Juan Mojica Martínez (1976-1978), seguida por Leila Lima Santos (1978-1983), esta foi responsável pela experiência do “método Belo Horizonte” na Universidade Católica de Minas Gerais, entre os anos de 1972 e 1975, inaugurando-se a perspectiva que, para o Brasil, Netto (ibidem) designou de “intenção de ruptura”, a seguir a diretora foi Maria Cecilia Tobóm (1984-1986), continuada por Teresa Quiroz (1987-1989).

A segunda onda reconceitualizadora tem seu fim, em torno do ano de 1989, quando a proposta do “*Trabalho Social Alternativo*”, elaborada pelos dirigentes desse organismo - e que fora debatida no Seminário “*Trabalho Social Alternativo na América Latina*”, realizado na cidade de Managua, Nicaragua, em 1988 - foi duramente questionada em um documento elaborado por Marilda V. Iamamoto e J. P. Netto (IAMAMOTO; NETTO, 1989) e, conseqüentemente, abandonada pelos precursores dessa iniciativa. A crítica aponta na direção de que nessa proposta persistiam os elementos voluntaristas, esquerdistas diríamos, que tinham caracterizado as propostas da reconceitualização. O abandono do projeto de “trabalho social alternativo” foi motivado também, e quiçá principalmente, pela crise de financiamento por parte da Fundação Konrad Adenauer<sup>6</sup>. Esta segunda onda está estreitamente articulada aos processos de resistência às ditaduras e de restabelecimento de regimes democráticos, tanto como ao triunfo da revolução nicaragüense, em 1979. O triunfo desta revolução, que não seguiu os mesmos moldes da revolução cubana (em particular pela participação dos padres católico-marxistas da “teologia da libertação”), demonstrava, de fato, que a revolução na América Latina era ainda uma alternativa contemporânea, apesar da estratégia contra-revolucionária do imperialismo norte-americano para impulsionar e apoiar as ditaduras em vários países da América Latina. A revolução

<sup>6</sup>Essa fundação reorientou suas linhas de trabalho, passando a apoiar os “contra” na Nicarágua, tanto como a sustentar o processo de reunificação da Alemanha do leste com a Alemanha do oeste, após a queda do muro de Berlim.

sandinista foi derrotada, finalmente, em 1990, quando a *Frente Sandinista de Libertação Nacional* perdeu para os “contras”, nas eleições realizadas sob pressão norte-americana. Ao mesmo tempo, esta nova onda revolucionária perdia força com a queda do “muro de Berlim” e o desmoronamento do “sistema socialista” (construído ao longo de setenta anos, após o triunfo da revolução de “outubro”). Este último fato que, para Hobsbawm (1995), demarca o fim do “breve” século XX, indicando o fim de uma era, já que junto, também, se afunda a maioria dos partidos comunistas em todo o mundo.

Esta “reconceituação tardia” guarda uma correspondência com o segundo e, principalmente, com o terceiro momento de desenvolvimento da perspectiva de “intenção de ruptura”, analisado por J. P. Netto (2001), em termos do Brasil<sup>7</sup>, aparecendo em sua forma mais depurada no código de ética de 1986, na fórmula do “compromisso com a classe trabalhadora”. Em relação ao Uruguai, esta “reconceituação tardia” se manifesta na reformulação, em 1985, do currículo de 1967 e, em sua forma mais depurada, nas “*oficinas de teoria e prática profissional*” a partir do ano de 1987 (ver na tabela 5 um quadro com os principais fatos deste longo processo).

Acompanha esse momento de apropriação ou de realização tardia da reconceituação, um processo de (auto)crítica em relação aos “desvios” próprios da reconceituação, que abre o debate contemporâneo do Serviço Social, num quadro societário extraordinariamente negativo que tem como características: a queda do socialismo, a desorganização dos partidos da esquerda, a “desordem” do trabalho de que fala Mattoso (1995) e a instauração das (contra)reformas neo-liberais nos países do continente sul americano. Este debate, num contexto, portanto, pós-revolucionário, foi, por assim dizer, metabolizado pelo Serviço Social do Brasil, dando lugar ao autodenominado “projeto ético-político”, que apela tanto à “cidadania e aos direitos sociais”, como à centralidade do trabalho na constituição da sociedade (posicionando-se contra a ideologia do fim da sociedade do trabalho). Ressalta também o papel universalizante e emancipatório da razão na sua forma clássica (isto é, dialética), posicionando-se contrariamente quanto à função classificatória e manipulatória do intelecto e ao irracionalismo pós-moderno.

---

<sup>7</sup>O primeiro momento caracteriza-se pela emersão, como uma alternativa global ao tradicionalismo, do “Método Belo Horizonte”, o segundo corresponde à consolidação acadêmica e o terceiro momento abarca o espraiamento sobre a categoria profissional.

Tabela 5: Quadro sintético dos principais fatos do processo de renovação do Serviço Social no Brasil e no Uruguai

Brasil	Ano	Uruguai
<b>RECONCEITUAÇÃO</b>		
I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social. Início da reconceituação.	1965	
	1966	II Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social. Aprovação do novo currículo da Escola Universitária de Serviço Social.
Seminário de Araxá.	1967	Implantação da reforma curricular de 1966 na EUSS.
Virada fascista da ditadura (AI-5). Reforma universitária que cria os cursos de pós-graduação.	1968	
Seminário de Teresópolis.	1970	Fundação do Sindicato de Assistentes Sociais do Uruguai (SASU).
	1971	Ajuste do currículo de 1966 buscando a integração metodológica. As práticas (o estágio) estão quase paralisadas por causa da discussão metodológica.
Método de Belo Horizonte. Início dos cursos de pós-graduação: 1º mestrado na PUC de São Paulo e a seguir na PUC de Rio de Janeiro no mesmo ano.	1972	
	1973	Início da ditadura. Suspensão das atividades da Universidade e da Escola. Clausura de todos os sindicatos.
	1974	Publicação do livro <i>“Introducción a la Teoría Científica del Servicio Social”</i> (KRUSE, 1974).
Balanço da reconceituação na América Latina e no Brasil por parte de José Paulo Netto (1975): <i>La crise del proceso de reconceptualización del Servicio Social</i> .	1975	Várias análises do movimento da reconceituação: René Dupont (1975), Ricardo Hill (1975), Herman Kruse (1975), Teresa Porzecanski (1975), María Teresa Scarón de Quinteros.
		<b>Anti-reconceituação</b>
	1977	Currículo da “ditadura” (1977) de orientação para-médica.
Seminário de Sumaré.	1978	
<b>RECONCEITUAÇÃO TARDIA</b>		
Greves no ABC paulista. Surgimento do “novo” sindicalismo. III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (Congresso da “virada”). Criação da <i>“Comissão Executiva Nacional das Entidades de Assistentes Sociais”</i> (CENAS).	1979	Reorganização do Centro de Estudantes da Escola Universitária. Publicação do livro <i>“El perfil profesional del asistente social”</i> (GERPE DE BELLINI et al., 1980).
1º curso de Doutorado em Serviço Social na PUC/SP.	1981	Fundação da Associação de Assistentes Sociais do Uruguai (ADASU).
Publicação do livro <i>“Relações Sociais e Serviço Social”</i> (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001). Novo currículo.	1982	Reconhecimento jurídico da Associação de Assistentes Sociais do Uruguai.
Criação da <i>“Associação Nacional de Assistentes Sociais”</i> (ANAS).	1983	Participação da Associação de Assistentes Sociais no ato do 1º de Maio, primeiro ato de massas dos trabalhadores uruguaios. Organização do Seminário-oficina <i>“Análise da Prática Profissional”</i> por parte do CELATS no Uruguai.
Seminário de Boa Vista. Implementação do currículo de 1982.	1984	Reinstalação das autoridades que tinham sido demitidas pela ditadura na Universidade e na Escola Universitária de Serviço Social. Criação da Universidade Católica <i>“Dámaso Antonio Larrañaga”</i> que incorpora à Escola de Serviço Social do Uruguai.
	1985	Reimplantação do currículo de 1966.
Novo código de ética que estabelece o “compromisso com a classe trabalhadora”.	1986	
	1987	Ajuste do ciclo profissional do currículo de 1967 com a criação das “oficinas” de teoria e prática profissional. III Encontro Nacional de Assistentes Sociais.
Publicação do documento <i>“Serviço social alternativo: elementos para a sua problematização”</i> (IAMAMOTO; NETTO, 1989). Crise terminal da reconceituação e das tentativas de <i>aggiornar</i> sua proposta de refundação da profissão.	1989	
<b>PÓS-RECONCEITUAÇÃO</b>		
Publicação do livro <i>“Ditadura e Serviço Social”</i> (NETTO, 2001).	1990	
Publicação do livro <i>“Capitalismo monopolista e Serviço Social”</i> (NETTO, 1992b). Aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) com participação destacada dos assistentes sociais na sua elaboração.	1992	
Novo Código de Ética, baseado numa concepção ontológica do ser social.	1993	Início dos cursos do Departamento de Trabalho Social na Faculdade de Ciências Sociais com um novo currículo. Mudança do nome de Serviço Social para Trabalho Social.

### 3.1 O processo de desenvolvimento do Serviço Social no Uruguai

O Serviço Social no Uruguai, diferentemente do caso de Brasil, iniciou seu desenvolvimento vinculado, de forma subordinado à instituição médica (ao movimento higienista) e, em menor medida, ao movimento católico (ACOSTA, 1998). Isto significou que seu desenvolvimento foi marcado, fundamentalmente, pelo reformismo social de origem burguesa positivista e não tanto pelo conservadorismo restaurador do movimento católico. Enquanto o reformismo social vincula-se ao papel da burguesia industrial no bloco de classes dominantes, e ao início do processo de industrialização por substituição de importações, o conservadorismo restaurador atrela-se ao papel hegemônico das velhas classes de origem rural e à atividade comercial vinculadas à inserção agro-exportadora da economia nacional, que opõem resistência ao processo de industrialização.

Com efeito, a primeira experiência de formação de profissionais aconteceu no interior da *Faculdade de Medicina*, no ano de 1927, no quadro da Universidade da República. Em 1936, a formação da assistentes sociais (denominados, naquela época de “visitadoras sociais”) deslocou-se para a *Escola de Sanidade Pública e Serviço Social*<sup>8</sup>, que funcionava como uma repartição do recentemente criado Ministério da Saúde Pública.

No ano seguinte, em 1937, foi criada a *Escola de Serviço Social do Uruguai*, de natureza católica<sup>9</sup>, que teve uma participação bastante marginal no processo de formação de profissionais do Serviço Social. No seu primeiro currículo, esta escola trabalhava com uma concepção de Serviço Social como “*forma moderna de apostolado*”. Assim, “*El Servicio Social es, en suma, una forma moderna de apostolado. Y yo diría más: es una forma moderna, actual, de cumplir el mandamiento supremo de la caridad*” (CHIARINO, J. V. in GERPE DE BELLINI et. al., 1980, p. 48). Submetidos a esse currículo, 87 profissionais de Serviço Social se diplomaram, entre os anos de 1937 e 1952, enquanto no curso ministrado na Faculdade de Medicina, 161 visitadoras sociais se formaram entre os anos de 1927 e 1934. Este currículo foi modificado de forma lateral, no ano de 1953, mudando basicamente a denominação de Visitadora Social para Assistente Social. Uma nova modificação foi introduzida, em 1966, contando com a assessoria da Escola de Serviço Social de

<sup>8</sup>Segundo Dupont (1983) a Lei Orgânica da Saúde Pública do 16/XI/1933 estabeleceu no seu artigo 41 a criação dessa escola que continuará com a formação iniciada no Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina.

<sup>9</sup>Lembramos que, durante um grande período, a única universidade existente, no Uruguai, era a pública, a Universidade da República. Isto foi assim até o ano de 1984, quando a ditadura, já moribunda, autoriza a criação da Universidade Católica do Uruguai ‘Dámaso Antonio Larrañaga’ (UCUDAL), que vai incorporar dentro de sua estrutura essa Escola de Serviço Social do Uruguai, confessional.

São Paulo, no sentido de uma maior sintonia com o processo de renovação profissional que se desenvolvia na América Latina. Volta a ser modificado no ano de 1970 impulsionando um perfil profissional “educativo”, “conscientizador” e “assistencial”, em que se privilegia a intervenção em nível de caso e de grupo, com uma ênfase importante na “vivência” do profissional.

Esta segunda escola continuou a ter uma participação marginal no processo de formação profissional, até durante o período ditatorial, quando um grupo de professores, demitidos da Escola Universitária, de natureza pública, fundada posteriormente, em 1957, passou a trabalhar na “escola católica”. Estes professores pertenciam à perspectiva por nós analisada sob a denominação de “modernizadora” do Serviço Social, e trabalhavam com a metodologia do “elaboração lógica de projetos”. Assim a equipe docente desta Escola “católica” sustentava, no ano de 1976, que o Serviço Social era uma “tecnologia”:

Entendemos por tecnologia, la articulación entre la ciencia y la técnica que aplica el método científico, el conocimiento teórico empírico y los recursos de la técnica al objetivo de transformación de la realidad, y que a través de la sistematización de sus experiencias contribuye a la reformulación y enriquecimiento de la ciencia y la técnica. (GERPE DE BELLINI et. al., ibidem, p. 227)

Para esses professores, a especificidade da intervenção profissional no campo do Bem-estar Social estaria na promoção da *participação social*. Sustentavam também a importância do nível de intervenção intermediário (intervenção junto a organizações)<sup>10</sup>, entre as escalas de intervenção micro (prestação direta de serviços) e macro (ação profissional no nível de planejamento e elaboração de políticas sociais. Esta escala de intervenção vem a ser incorporada dezesseis anos depois, ou seja, em 1993, no currículo do Departamento de Trabalho Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República. Sustentavam, em relação a este novo nível de intervenção profissional, que os avanços em matéria de “consciência” não são resultados de práticas “reflexivas” sobre a própria prática – como na educação popular– mas, sim, do processo organizacional como acontece com as organizações cooperativas.

Nos anos 1950, o campo de intervenção profissional se amplia como resultado das transformações no Estado - ao assumir novas funções, enquanto promotor do desenvolvimento -, e também de sua nova inserção nas relações internacionais de pós-guerra que levou a reforçar a hegemonia dos EUA no continente sul-americano. Essas mudanças colocavam a necessidade da modernização técnica no interior do horizonte do reformismo

---

<sup>10</sup>Seria o “terceiro setor”.

social (ou do progressismo). Como resultado da cooperação com a ONU (na qual tiveram um papel destacado as assistentes sociais chilenas Valentina Maidagan de Ugarte e Rebeca Bustos Julien), surge, nessa década, ou seja, em 1954, a terceira escola de Serviço Social de caráter público, com orientação desenvolvimentista, vinculada inicialmente ao *Ministério da Saúde Pública* e, em 1960, ao *Ministério de Instrução Pública e da Previdência Social*, conhecida a partir daí como “*Escola do Ministério*”. Por outro lado, nesse mesmo ano (1954), tem início um projeto de criação de uma outra escola, desta vez, na *Universidad de República*, concretizada três anos mais tarde (1957), denominada *Escola Universitária de Serviço Social*, objeto, em seguida, de nossa análise.

Portanto, duas escolas públicas (a primeira, vinculada ao Ministério e a segunda à Universidade) vão coexistir durante uma década, até que a escola do “Ministério”, transformou-se, em 1967, em *Instituto de Serviço Social*, quando perdeu suas funções de docência (os professores e alunos foram deslocados para a escola universitária, e os diplomas expedidos reconhecidos pela Universidade), assumindo tarefas ligadas à pesquisa, assessoria e de intervenção profissional (ORTEGA, 2003).

### 3.1.1 A Escola Universitária de Serviço Social

No ano de 1958 (ano eleitoral que, como já enunciado, vai marcar a queda no pleito do governo vinculado ao Partido “Colorado”), o Parlamento aprova uma nova Lei Orgânica da Universidade, estabelecendo sua forma de organização e de funcionamento, baseado num projeto de lei de iniciativa da própria Universidade, exprimindo ideais progressistas, dos quais universitários, forjados a partir de 1920, eram portadores, inspirados no movimento reformista de Córdoba. A discussão parlamentar, em torno dessa lei, foi objeto de uma grande mobilização estudantil, com o apoio do movimento operário. Pensamos que, esta reforma universitária é um processo que se poderia qualificar de “jacobino” (democrático-popular ou de baixo para cima), que se contrapõe à via “prussiano” (de cima para baixo).

Esta lei foi impulsionada, e depois aprovada, no reitorado de Mario Cassinoni, eleito em 1956, pela comunidade universitária, quando foi desenvolvido um programa de

defensa de la autonomía, unidad y coordinación de los servicios universitarios; desarrollo de los organismos centrales de la Universidad a través de Extensión Universitaria, Acción Social y Bienestar Estudiantil; preocupación por la investigación científica; estímulo sistemático del análisis de los problemas nacionales en todos los ámbitos de la Universidad. (ODDONE, 1969, p. 178))

No quadro desse processo reformista com apoio popular, em 1957, criou-se dentro da

Universidade da República, a *Escola Universitária de Serviço Social* (ou seja, um ano antes da aprovação da Lei Orgânica da Universidade). Como já foi dito anteriormente, naquele momento já existia uma Escola católica, fundada em 1937, associada à União Católica Internacional de Serviço Social e à Associação Internacional de Serviço Social. Também existia outra escola, de caráter público, fundada no ano 1954 (com o assoreamento técnico das Nações Unidas), no âmbito do Ministério de Saúde Pública<sup>11</sup>, tendo sido suas funções de ensino desativadas, em 1967, depois de um acordo com a Escola Universitária de Serviço Social<sup>12</sup>, mas grande parte de seus docentes também trabalhavam nesta nova escola pública.

A proposta de fundação da *Escola Universitária de Serviço Social* (EUSS) foi elaborada por uma comissão nomeada pelas autoridades universitárias no ano de 1954, integrada pelos professores: Issac Ganon e Judith Dellepian de Roma, cabendo a esta última dirigir esta recém criada escola, por designação do Conselho Diretivo Central, no período de 1957 a 1960. Integram a primeira Comissão diretiva os Professores Spencer Días, e Dante Barrios de Angelis, representando o segmento dos docentes, o Dr. Héctor Amilivia e a Assistente Social Nybia Gerpe, o segmento dos profissionais, e a aluna Susana Cartón, os estudantes.

A justificativa de criação dessa Escola era de caráter para-jurídico, sustentando-se que, na sociedade uruguaia, a proteção legal, concedida aos indivíduos, amparava igualmente todos, não obstante, alguns indivíduos não conseguiam usufruir dos benefícios consagrados pela legislação social. Para a comissão, esta seria a tarefa dos assistentes sociais que seriam formados pela mesma, ou seja, contribuir com sua prática para o estabelecimento das condições necessárias para que esses indivíduos conseguissem obter a cobertura dos direitos sociais. Sua fundamentação sustentava que os conceitos de caridade e de filantropia já têm sido substituídos pelo “*princípio da obrigação social universal de garantir a todo ser humano a tutela contra as conseqüências negativas que advém dos riscos da vida individual, familiar e coletiva*” (DI CARLO, 1966, p. 141). Esta concepção - na linguagem do debate contemporâneo do Serviço Social, a “assistência social como direito” -, era baseada na *Lei de Assistência Social* de 1910:

El derecho a la asistencia es deber de la sociedad, es una obligación exigible ... No hay que olvidar que no pueden presentarse las sociedades existentes como la encarnación del principio de que las recompensas deben ser proporcionais a los méritos de cada uno ... Sólo por hipocresía

<sup>11</sup>Tendo, em 1960, passado a atuar na órbita do Ministério de Instrução Pública e Previdência Social.

<sup>12</sup>Em que incluía o reconhecimento, pela Universidade da República, dos diplomas conferidos por aquela unidade de ensino.

o por timidez –agregabam– se puede negar que vivimos en una sociedad fundada sobre la injusticia. La asistencia pública es una reparación parcial de estas injusticias . . . El derecho a la asistencia es un compensación de las injusticias sociales, y es una consecuencia de la solidaridad que existe entre los hombres (Fundamentação da Lei de Assistência Social citado por DI CARLO, 1966, p. 14).

Na perspectiva do debate contemporâneo, a concepção da *Lei de Assistência Social*, em que se justifica a necessidade de uma escola de Serviço Social de caráter universitário, pode ser considerada bastante avançada, e era expressão do espírito “nacional-reformista” que caracterizou à formação social uruguaia no início do século XX.

Entre os anos de 1960 e 1964, ocupa a direção da escola, o professor Dr. Dionísio J. Garmendia (advogado e sociólogo), eleito pelo claustro da escola. Durante um período de aproximadamente 15 meses, esse diretor foi substituído pelo Professor Spencer Díaz, em função de seu pedido de afastamento para férias<sup>13</sup>. A Comissão diretiva esteve integrada nesses quatro anos pelos Professores Spencer Díaz, Dr. Hectos Amilivia, Dr. José M. Reyes Terra e Sta. Miriam Machado, bem como pelos alunos Nelson Minello e Esteban Elizalde.

Para o período de 1965 até 1969 foi eleito o Professor Enrique Di Carlo, responsável por uma gestão fortemente questionada, principalmente, pelo segmento estudantil. Com esse mesmo objetivo, houve um encaminhamento de professores, em torno de um documento intitulado “Declaração de um grupo de docentes da EUSS”, que contém uma série de denúncias sobre os graves problemas de gestão desta escola<sup>14</sup>, entre os quais: - o tamanho desproporcionado da equipe de investigação, coordenada por este professor, que ocupava 25% dos cargos e das horas do seu corpo docente, e o dispêndio de uma proporção considerável do orçamento da unidade; críticas à administração pedagógica, uma vez que, em nove anos de funcionamento da instituição, formaram-se apenas 12 alunos (uma média de 1,5 aluno por ano); - o excessivo peso que tinham as atividades vinculadas ao Serviço Social de Grupo, no conjunto das atividades da escola, o que não estava em concordância com as novas orientações do currículo de 1966.

Os questionamentos chegaram até as autoridades universitárias, que ocasionou um processo de intervenção, por parte do Conselho Diretivo Central da Universidade, sendo substituídos o diretor, por Hugo Baracchini (arquiteto) e a Comissão diretiva, que passa

<sup>13</sup>Estas informações não puderam ser verificada em fontes documentais; foram obtidas numa entrevista com Roberto Etcheverry, ex-secretário administrativo da escola.

<sup>14</sup>Os docentes que firmam esta declaração são: Jorge Bralich, Teresa Scarón De Quinteros, Nelida Genisans de Guidobono, Alfredo Errandonea, Gladis Curbello, Liliana de Riz de Carpena, Gustavo Cosse, Raquel Spoturno de Sales, Teresa Varela e Antonio Pérez.

a ser composta por Luis de León (engenheiro agrimensor) e pelo estudante Pablo Inthamoussu. Esta intervenção se estende por quase dois anos (de 24 de julho de 1969 a 14 de abril de 1971), período em que os trabalhos da escola foram conduzidos por esse triunvirato. Em seguida, Hugo Baracchini (arquiteto) responde pela direção da escola, até o segundo semestre de 1972, quando assume o Professor Enrique Iglesias, eleito pela assembléia do claustro da escola, quando então se resolve esta profunda crise institucional. Esta é a primeira vez que assume a direção desta escola um assistente social<sup>15</sup>. Entretanto, seu mandato foi interrompido pelo advento da ditadura em julho de 1973, que afastou todas as autoridades universitárias eleitas em processos democráticos, em conformidade com a Lei Orgânica da Universidade. Compunham o Conselho Diretivo da escola, nesse momento, os seguintes conselheiros: Professor Alfredo Errandonea, Professora Susana Insua; Professor Guillermo Vázquez Franco, e os alunos Claire Mounie e Tomasa Hernández.

A crise, que a escola atravessou em 1969, não foi impedimento para a implementação do novo currículo, aprovado no ano de 1966, a partir do ano de 1967, com base em um documento preparado pelo Centro de Estudantes Universitários de Serviço Social (CEUSS). Analisamos este currículo, ainda neste capítulo, por considerá-lo fundamental para a compreensão do processo de renovação de Serviço Social no Uruguai (ver no item 3.2.1 na 262).

### **3.1.2 A incorporação da Escola do “ministério” na Escola Universitária**

O processo de “absorção” da escola do “ministério” pela Escola Universitária, concretizado em 1968, foi muito tumultuado, sendo decisiva a participação de seus estudantes, chegando estes a ocupar o estabelecimento como mecanismo de pressão a essa incorporação. Segundo Dupont (1983), este fato marca o fim do período de hegemonia desenvolvimentista no Serviço Social que, por sua vez, significava a superação do Serviço Social tradicional (para-médico e para-jurídico). Para essa autora, a característica da busca da reconceituação está na integração teoria-prática, para a ultrapassagem das práticas “paralelas” (caso, grupo e comunidade), possibilitando, assim, a verificação de hipóteses enquanto fonte de teoria. São palavras suas:

A esta altura del proceso de cambio hacia la afirmación del Servicio

---

<sup>15</sup>Na verdade, Enrique Iglesias ainda não estava formado, o que só acontecerá em 1975, mas já era professor da disciplina “Introdução ao Serviço Social”, desde 1968, por ter sido aprovado em concurso para o cargo de Encarregado dessa disciplina, em substituição à falecida professora Danielle Duprey de Nitroso.

Social como una profesión en el Uruguay, hemos llegado al momento en que aparece, primero tímidamente (poco fundamentada) y luego en forma decidida, una nueva concepción de la sociedad dentro de él. Al presupuesto [de una] sociedad definitivamente estructurada que precisa ajustes y reformas, que iba implícito en el servicio social tradicional y en el desarrollista, los propios que se habían formado en este último, le oponen el presupuesto de sociedad injusta que en Latinoamérica y Uruguay precisa una transformación de sus estructuras (ibidem, p. 10).

Segundo Dupont (ibidem), esse movimento, na direção da superação do tradicionalismo e do desenvolvimentismo, se expressa no *II Seminário Regional Latino Americano de Serviço Social*<sup>16</sup>, realizado no ano de 1966, tendo como tema principal: “*Serviço Social: evolução e revolução*”. A figura de Enrique Iglesias emerge nesse seminário, embora ainda estudante de Serviço Social, integrava o corpo docente como supervisor de Recursos da Comunidade e de Teoria e Prática do Serviço Social. Ele apresenta uma comunicação sobre o “*El Servicio Social en los países subdesarrollados*” (IGLESIAS, 1966). Sua influência é muito relevante na formulação do novo currículo e em sua implementação, tanto no período pré-ditatorial como no período pós-ditatorial. Como dissemos acima, é primeiro diretor formado em Serviço Social (1972), até ser afastado desse cargo pelas autoridades interventoras da universidade na ditadura em 1973. Ele retorna em 1985, com a redemocratização, mantendo-se no cargo até 1989, quando tem uma destacada atuação no processo de criação de Faculdade de Ciências Sociais, sendo nesta integrada o curso de Serviço Social. Embora tenha tido um forte influência em todo o período de renovação do Serviço Social, não deixou quase nenhuma obra publicada<sup>17</sup>.

Neste período, a orientação inicialmente reformista da Escola Universitária de Serviço Social foi fecundada e renovada pela orientação desenvolvimentista da escola do “Ministério”. No currículo de 1966, observa-se o (des)encontro destas duas concepções. De um lado, a origem reformista, perspectiva expressa já em 1919, na fundação do “*Centro de Estudantes Ariel*”, com o destacado papel de Carlos Quijano, e que se materializou na aprovação da Lei Orgânica da Universidade, em 1957, consagrando sua autonomia e e uma administração na base da co-gestão. De outro lado, a influência desenvolvimentista, advinda da nova situação internacional, a partir da consolidação do capitalismo dos monopólios, capitaneado pelos EUA. Expressam esse novo estágio do capitalismo os acordos de Bretton Woods e as instituições surgidas a partir dele. Nessa conjuntura também

<sup>16</sup>O primeiro seminário aconteceu em Porto Alegre no ano de 1965, sendo este considerado o início do processo de reconceptualização.

<sup>17</sup>Este profissional tinha uma concepção do Serviço Social próxima daquela que considera o Serviço Social como uma sociologia aplicada ou modernizadora, ainda que seria mais próprio denominar como “sociologia descalça”. O assistente social, para este profissional, conhece a realidade social, desde “baixo”, diferente de sociólogo que a conhece de um modo panorâmico.

aparece a contestação desta hegemonia, realizada por movimentos anti-colonialistas e de libertação nacional, nos países do denominado “terceiro mundo”, dentro de um contexto de “Guerra Fria”. Segundo Theotônio dos Santos (2000), a teoria do desenvolvimento tinha como principal característica:

[...] a concepção de desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da máxima produtividade, a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza de indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional (ibidem, p. 16).

O “método do desenvolvimento da comunidade” surge como instrumento impulsionador, a ser utilizado pelo Serviço Social, para acelerar esse processo de mudança social, a partir de grupos organizados localmente. Com este método seria possível iniciar o processo de “decolagem” (o *take-off* dos desenvolvimentistas, que obviamente excluía a revolução como ponto de arranque para o desenvolvimento). Segundo Renée Dupont, a renovação do Serviço Social consiste na superação tanto de reformismo (que ela denomina de concepção tradicional) como do desenvolvimentismo.

### **3.1.3 A intervenção na Escola Universitária de Serviço Social pela ditadura**

No mês de outubro de 1973, a Universidade perde sua autonomia, uma resultante da ditadura, instaurada em junho desse mesmo ano, sendo removidos de seus cargos as autoridades legitimamente eleitas e designado um advogado como diretor da Escola. Inicialmente, caberia a este interventor, “de direita mas muito direito”, com afirma Roberto Etcheverry, ex-secretário administrativo da escola, a missão de fechar definitivamente a escola. No entanto, na continuidade, decidiu reabri-la, realizando um ajuste no currículo de 1966.

Esse diretor-interventor designou uma comissão assessora, integrada por Renée Dupont (que, nessa época, não era professora da escola), Dante Barrios De Angelis e Fanny Suarez (esta era visitadora social), para reformular o currículo. Esta última, Fanny Suarez conseguiu ascender (utilizando-se de mecanismo políticos), até se tornar Secretária Docente (cargo criado exclusivamente para ela), ocasionando que suas posições predominaram em relação àquelas de Renée Dupont, o que levou, finalmente, esta comissão a se desintegrar. Esta reforma alterou o currículo de 1967, cortando algumas de suas matérias e restabelecendo o ensino das disciplinas de caso, grupo e comunidade, em substituição a

Teoria e Prática Profissional.

Nessa primeira fase da intervenção, nenhum docente foi demitido e, tampouco, funcionário. Foi assim que, por exemplo, tanto Enrique Iglesias, como Alfredo Errandonea continuaram como professores, e o diretor-interventor consultava os mesmos antes de tomar suas decisões. Nesta primeira fase, Enrique Iglesias, para continuar como professor encarregado da disciplina *Introdução ao Serviço Social*, teve que ter o título profissional<sup>18</sup>. Por isso, ou seja, cumprindo o requisito para continuar na docência, sua vocação mais profunda, este professor, em 1975, precisou finalizar seus estudos e prestar exames nas disciplinas pendentes.

Assim, também, a necessidade de professores foi suprida mediante concurso público, do qual participou, entre outros, Herman Kruse; caminho pelo qual ele se reintegra à escola, em 1974, egresso em 1970, por falta de renovação de seu contrato, em resposta a reivindicação do segmento estudantil, mas não somente, com lembra Etcheverry (o ex-secretário administrativo), professores também foram contrários à permanência de Kruse na escola.

### 3.1.3.1 O recrudescimento da repressão e a demissão dos professores da escola

No ano de 1976, a Universidade começou a exigir que os seus funcionários assinassem a **declaração de fé democrática**, em que juravam não ter tomado parte em nenhuma organização de esquerda, exigência para continuar trabalhando na administração pública, declaração assinada por todos os professores da escola. Alguns deles, apesar de assiná-la, anexaram nota manifestando sua discordância com esse tipo de mecanismo de repressão, sendo eles: Alfredo Errandonea, Enrique Iglesias, Herman Kruse e Nibia Gerpe. Por esta atitude estes quatro professores foram objeto de uma investigação administrativa e a seguir demitidos. O diretor-interventor da escola foi contrário a este processo administrativo e à demissão de esses professores, e por esta razão ele também se demitiu junto com eles. Finalizou assim a primeira fase da intervenção da escola.

Logo depois da demissão do primeiro diretor-interventor da EUSS, que era, segundo o funcionário que ocupava a secretaria da escola naqueles dias, Roberto Etcheverry, “*de direita mas também muito direito*”, as autoridades interventoras da universidade designaram, como diretor, outro advogado que, diferente do primeiro, era um “**fascista**”. A

<sup>18</sup>Trata-se de uma exigência formal que diz que para ser professor de uma disciplina profissional tem que ter o título dessa profissão: ou seja, só podem ministrar aulas nas disciplinas de serviço social aqueles que tem essa mesma formação profissional.

escola foi fechada novamente, sendo a impressa, por ele convocada, para denunciar a infiltração “subversiva” naquela unidade de ensino de Serviço Social (ele mostrou alguns livros de Marx e outros objetos que poderiam ser utilizados como armas, como por exemplo, pedaços de cadeiras). Desse modo, quando a escola foi reaberta, em 1977, possuía um novo currículo e novo corpo de professores, ou seja, desta vez todos os que tinham ingressado através de concurso, no período anterior, foram demitidos com base nas disposições estabelecidas no Ato Institucional Nº 7.

### 3.1.3.2 A resistência à ditadura do movimento estudantil

Não podemos deixar de realizar unas breves considerações sobre o currículo implantado em 1977, por iniciativa das autoridades interventoras, na Escola de Serviço Social<sup>19</sup>. Este significava uma regressão, sua base retornara para os métodos tradicionais, como também elementos próprios da ditadura, em particular da “doutrina da segurança nacional”, se integraram ao currículo.

No entanto, o clima de repressão em que se desenvolviam as atividades na universidade e, em particular na Escola Universitária de Serviço Social, não impediu a que o movimento estudantil iniciasse sua rearticulação, até conseguir se manifestar, através de *Centro de Estudiantes Universitarios de Servicio Social* (CEUSS), no ano de 1979. As atividades se desenvolviam em condições muito especiais por causa da repressão que se exercia sobre as organizações estudantis e sindicais. Somente a partir do ano de 1983, quando o movimento sindical organiza o primeiro ato público de massas, em comemoração da data do primeiro de maio, começou a operar de uma forma mais visível publicamente.

Muitos dos integrantes desta primeira geração de estudantes, uma vez formados, em 1980, assumem a tarefa, que tinha sido previamente combinada no seio do centro de estudantes, de reconstruir a organização dos assistentes sociais –o Sindicato de Assistentes Sociais do Uruguai (SASU)– que tinha sido fechado pela ditadura, em 1973. Participam também, nesta tarefa, Assistentes Sociais, formados anteriormente, que trabalhavam no mesmo sentido (como, por exemplo, Enrique Iglesias, e outros vinculados à organização não-governamental, *Equipos Consultores Asociados*) (GRUPO DE ASISTENTES SOCIALES, 1981). Desta confluência surge o primeiro núcleo de profissionais que desenvolve um processo de reorganização da categoria profissional, através da criação de uma associação de assistentes sociais, a partir do ano de 1981, obtendo seu reconhecimento legal no

<sup>19</sup>O autor da presente tese iniciou seus estudos na Escola Universitária de Serviço Social com 18 anos de idade no ano de 1977.

ano seguinte. Em 1983, participa da comemoração do dia dos trabalhadores - como uma das poucas organizações de profissionais -, o primeiro ato legal e de massas em que a classe operária organizada emerge no cenário político-social. Particular importância tem esta associação na restauração das autoridades legítimas da Escola Universitária de Serviço Social, cujo processo tem início em 1984 (último ano da ditadura). Não menos relevante fora a participação no conjunto de atividades que caracterizaram a restauração democrática, em particular, na mobilização pela anistia aos presos políticos, demandando a liberdade de todos os presos políticos, com ênfase nos assistentes sociais que ainda estavam nas cárceres da ditadura.

### **3.1.4 O fim da ditadura e a restauração das autoridades legítimas**

Com o fim da ditadura, ocorrido em 1985, retornam a seus cargos, as autoridades universitárias que ocupavam a direção da instituição antes do processo ditatorial. Assim, na *Escola Universitária de Serviço Social*, retorna ao cargo de diretor o Professor Enrique Iglesias, que exerce esta função até o ano de 1989. Participam da Comissão Diretiva, neste período, entre outros: os professores Guillermo Vázquez Franco, Daysi Solari, Teresa Porzecanski, Javier Marsiglia e Nybia Gerpe; os assistentes sociais Luis Acosta, Macarena Bottaro, Celia Hecher, Cristina Pérez e Gladys Curbelo e os estudantes Leopoldo Font, Rosario Novasco; Graciela Tejera, Fernanda Methol; Carlos Montaña e Sandra Cambiasso.

Nesse momento, tem início a discussão da reestruturação da universidade, da qual resulta, em 1992, a criação da Faculdade de Ciências Sociais; tendo no seu interior o Programa de Desenvolvimento do Trabalho Social e, imediatamente depois, a partir dele, o Departamento de Trabalho Social, substituindo a Escola de Serviço Social. Exerce o cargo de diretor da Escola, último transcurso de sua existência, a Professora Teresa Porzecanski (de 1990 a 1993), sendo a Comissão Diretiva integrada pelos: professores Jorge Bralich e Jorge Hernandez; assistentes sociais. Gladys Curbello, Luis Acosta; e estudantes Sandra Cambiasso e Leopoldo Font. Uma vez criado o Departamento de Trabalho Social, a Professora Cristina Rovira ocupa o cargo de supervisora dos últimos anos do currículo de 1967, que perdura até 1995.

Como pode ser observado na Tabela Nº 6, existiram basicamente três currículos ao longo dos trinta e cinco anos de vida da Escola Universitária de Serviço Social<sup>20</sup>. O

<sup>20</sup>Uma análise comparativa entre os currículos da Escola Universitária de Serviço Social pode ser encontrada em Carlos Montaña (1994).

Tabela 6: Currículos da Escola Universitária de Serviço Social: 1958-1992

Ano da reforma curricular	Ajuste	Comentário
1959		A escola inicia suas atividades, no ano de 1957, mas o primeiro currículo de orientação para-jurídica, é aprovado em 1959.
1967	1971	Currículo desenvolvimentista, em que se distinguem os níveis macro e microssocial. No ano de 1971, realiza-se um ajuste no ciclo profissional na busca de uma maior integração teórico-prática. Momento de auge da discussão metodológica (“metodologismo” profissional).
	1974	No ano de 1973 as atividades da Universidade são fechadas pela ditadura. No ano seguinte, ajusta-se o currículo, retornando aos métodos tradicionais e preservando a orientação desenvolvimentista do currículo de 1967. A bibliografia mais crítica é expurgada dos programas das disciplinas. Este ajuste tem uma duração de apenas um ano (foi o currículo da geração que ingressou em 1975). No ano de 1975, a escola será novamente fechada e somente será reaberta no ano de 1977, com um novo currículo e uma nova direção.
1977		O novo Currículo não apenas restaura os métodos tradicionais como também muda a orientação geral, que deixa de ser desenvolvimentista passando para uma orientação paramédica, acrescida com a “doutrina da segurança nacional”.
1967 (cont.)	1987	No ano de 1985, restaura-se o currículo de 1967 e, no ano de 1987 são realizados ajustes no ciclo profissional com a criação das <i>oficinas de teoria e prática profissional</i> , em substituição aos métodos tradicionais

primeiro que inaugurou em 1957, mas aprovado somente em 1959 (dois anos depois de iniciados os cursos), que foi rapidamente questionado, dando lugar à discussão do novo currículo, aprovado em 1966 e que perdura toda a vida desta escola até sua (auto)dissolução, em 1993, com uma interrupção de suas atividades, produto do período ditatorial entre 1973 e 1984. A partir de 1977, vigora outro currículo, por um período de oito anos (na primeira fase de intervenção da ditadura, mantém-se o currículo de 1966, com alguns ajustes no ciclo profissional). Com a restauração democrática, o currículo de 1966 é modificado a partir de 1987, fundamentalmente no ciclo profissional, implementando-se as “*oficinas de teoria e prática profissional*”, como apresentado na seqüência.

O processo de renovação do Serviço Social, objeto de nossa análise, identifica-se, praticamente, com a vigência do currículo de 1967; todo esse período, até 1992, quando ingressa a última turma de estudantes que cursa seus estudos no marco desse currículo, sendo também a última a ingressar na Escola Universitária de Serviço Social. Este período, de vinte e cinco anos, inclui a “interrupção”, provocada pela ditadura entre os anos de 1977 e 1984, no currículo de 1967, já que, mesmo nesse momento, a referência em relação ao perfil do assistente social (até para os próprios estudantes) era o currículo anterior.

### **3.1.5 A criação da Faculdade de Ciências Sociais e o fim da Escola Universitária de Serviço Social**

O processo de criação da Faculdade de Ciências Sociais deu lugar a um debate sobre o caráter do Serviço Social, no período da restauração democrática e reconstrução e reforma da universidade<sup>21</sup>. A problemática discutida estava centrada em como estruturar uma Universidade adaptada à “terceira revolução científico-técnica”, o que significava enfrentar a orientação “profissionalista”, em vigor até esse momento, para superá-la, construindo uma estrutura baseada na íntima relação entre o conhecimento “puro” ou “básico” e o conhecimento “aplicado” ou “tecnológico”. Para isso era necessário se reduzir o tempo entre a descoberta de um novo princípio, o fato científico, e a sua aplicação tecnológica, ou seja, tornar quase imediata a relação entre pesquisa (ou ensino) e produção. Nesse contexto, a proposta era fortalecer o núcleo das disciplinas básicas, de modo a que elas subsidiassem as disciplinas aplicadas, diferenciando-as e, ao mesmo tempo, integrando-as. Os debates não estavam localizados no diagnóstico, nem tampouco na solução, e sim na abrangência

<sup>21</sup>Um processo semelhante aconteceu com a escola “católica”, referenciado anteriormente, com a autorização, no último ano da ditadura (1984), pela primeira vez na história do Uruguai, do funcionamento de uma universidade privada, dando lugar ao surgimento da Universidade Católica “Dámaso Antonio Larrañaga”, que incorporou a Escola de Serviço Social do Uruguai. Neste caso, também a escola se incorporou como um departamento da Faculdade de Ciências Sociais aplicada.

e velocidade das mudanças que a universidade deveria implementar. Finalmente, predominou uma estratégia “gradualista”, cujo resultado culminou com a criação de duas novas faculdades que deveriam ter como propósito o cultivo do conhecimento básico: Faculdade de Ciências Exatas e Naturais e Faculdade de Ciências Sociais. Ambas se constituiriam em “pólos” do desenvolvimento do conhecimento básico que seria logo depois aplicado (ou incorporado) tecnologicamente pelas disciplinas profissionalizantes (assim, por exemplo, a relação entre biologia e medicina) e, por esse caminho, se atingiria o setor produtivo.

Mas havia um segundo problema: o que fazer com o Serviço Social ou, melhor dito, com a Escola Universitária de Serviço Social, na medida em que esta encontrava-se vinculava diretamente ao Conselho Diretor Central da Universidade. A Escola tinha, e obviamente o Serviço Social ainda tem, um caráter nitidamente profissionalista, já que sua razão fundamental de ser era formar profissionais aptos a atender as demandas do mercado de trabalho, enfrentando as refrações da “questão social” no âmbito das políticas sociais. No interior da Escola se discutiu intensamente o seu futuro caminho (que, pensava-se, era também o destino do próprio Serviço Social no Uruguai). O dilema estava em que a Escola queria sair da dependência direta do Conselho Diretor Central da Universidade (também o Conselho não queria ter baixo sua responsabilidade nenhuma escola), e passar a integrar a nova Faculdade de Ciências Sociais em igualdade de condições com as outras disciplinas (portanto não como escola anexa à faculdade). A dificuldade desta estratégia para o Serviço Social estava em que pela sua natureza interventiva (“profissionalista”) a escola não se encaixava na proposta de uma faculdade voltada para a produção do conhecimento básico no campo das ciências sociais. A “solução” encontrada foi a criação da Faculdade de Ciências Sociais, vinculando-se a ela um órgão com a finalidade de formar assistentes sociais. A partir daí, então, a Escola foi, gradualmente, sendo fechada e, no seu lugar, criado o Departamento de Trabalho Social. Este departamento (e a mudança de nome) significava, também, uma vontade por parte dos profissionais de Serviço Social de alcançar um novo patamar no processo de amadurecimento acadêmico, passando de uma formação técnica para a de um intelectual (produtor igualmente de conhecimentos básicos ou fundamentais no âmbito das ciências sociais), na tentativa de manter uma relação horizontal com demais ciências sociais.

O livro de Carlos Montaña (1998), *La naturaleza del Servicio Social*, exprime claramente essa problemática. Na primeira parte do livro, afirma-se a natureza interventiva do Serviço Social, derivada da sua gênese no seio do Estado burguês, quando este amplia suas funções para enfrentar a “questão social”, através das políticas sociais, na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Por esta razão, o Serviço Social

é uma profissão e não uma ciência autônoma. Na segunda parte, postula que, ainda que tenha esse caráter, por assim dizer, profissionalista, o assistente social pode ser um intelectual capaz, portanto, de produzir conhecimentos básicos no campo das ciências sociais. Na argumentação do autor, a dificuldade para o assistente social se tornar um intelectual está localizada em elementos “endógenos”, em uma série de mecanismos de reprodução do conservadorismo profissional, derivados da sua gênese como “operador terminal das políticas sociais”. Desta forma, resolve-se o problema de legitimação do espaço universitário de produção de conhecimentos, abrindo aí, nessa estrutura, um lugar para o assistente social, ainda que seja um profissional que na sua origem traz a marca de operador terminal das políticas sociais. Isto quer dizer que, ainda que o assistente social seja um profissional, ele pode ser também, e ao mesmo tempo, um intelectual (superando sua origem na condição de técnico), caso consiga enfrentar e resolver os mecanismos de (auto)reprodução do conservadorismo, caracterizados como: subalternidade funcional/profissional, busca da especificidade profissional, praticismo e dificuldade de intervir em realidades emergentes.

Esta era a problemática do Serviço Social no Uruguai: a inserção no espaço acadêmico da Universidade como uma disciplina com o mesmo *status* acadêmico das ciências sociais especializadas (ou particulares), sem por isso deixar de afirmar o caráter profissional do Serviço Social, vinculado ao enfrentamento da “questão social” no marco das políticas sociais<sup>22</sup>.

### **3.1.6 Alguns dados quantitativos sobre os assistentes sociais no final dos anos oitenta**

Realizou-se, em 1990, um encontro de assistentes sociais, com a finalidade de formular um diagnóstico sobre a situação do Serviço Social no Uruguai (ACOSTA et al., 1990), quando foram apresentados uma série de informações obtidas na Associação de Assistentes Sociais do Uruguai (ADASU). De um total de 721 profissionais, associados naquele momento, cerca de 90% eram formados ou tinham seu diploma revalidado<sup>23</sup> pela Escola Universitária de Serviço Social, sendo que apenas em torno de 10% formaram-se na Escola de Serviço Social do Uruguai (ESSU), de natureza e com orientação católica.

---

<sup>22</sup>É claro que o livro não se esgota nesta dupla problemática, concernente ao lugar do profissional na reprodução da sociedade e de seu papel no trabalho intelectual (ou do espaço da prática e da teoria no exercício profissional do assistente social).

<sup>23</sup>O caso do diploma revalidado faz referência àqueles que se formaram em outras escolas públicas de Serviço Social (Faculdade de Medicina/Instituto de Higiene, Ministério da Saúde Pública e Ministério de Instrução Pública) e, também, a diplomas de escolas estrangeiras.

Tabela 7: Proporção de formados entre as escolas de serviço social - Uruguai - 1990

	Total	Porcentagem
EUSS (incluindo diplomas revalidados)	625	87%
ESSU	96	13%
	721	100%

Este conjunto de assistentes sociais não é a totalidade dos profissionais, já que a participação na associação profissional é livre e voluntária, uma vez que não existe a obrigação legal de fazer parte de nenhuma corporação para o exercício da profissão.

Para ter uma idéia em relação exclusivamente aos formados ou com o diploma revalidado pela Escola Universitária de Serviço Social, pode se observar o seguinte quadro:

Tabela 8: Assistentes sociais diplomados na Escola Universitária de Serviço Social integrantes da associação profissional - Uruguai - 1990

	Total	Sócios	Porcentagem
Com diploma revalidado	149	40	27%
Formados na própria escola	802	577	72%
Total	951	617	65%

Neste quadro, observamos a alta taxa de participação na associação profissional dos formados na Escola Universitária de Serviço Social (mais de 70%), em relação aos formados em escolas do setor público antes existentes. Em média, 65% dos assistentes sociais formados, ou com o diploma revalidado pela EUSS, faziam parte da associação profissional. Registramos a existência de quase 1000 profissionais formados pelo setor público e, a partir da relação anteriormente observada, deduzimos que havia 130 assistentes sociais formados na escola “católica” (em torno de 13%). Cerca de 80% dos profissionais residiam na cidade de Montevideu (a capital do país), o que corresponde à elevada concentração de habitantes na principal cidade do país. Predominava naquele período profissionais jovens, entre 30 e 40 anos de idade, como também a presença feminina (94%).

Tabela 9: Distribuição por idade e sexo dos assistentes sociais - 1990 - Uruguai

Idade	Feminino	Masculino	Total	Porcentagem
Até 29 anos	88	2	91	13
30 - 39	343	28	371	51
40 - 49	147	3	150	20
50 - 59	45	2	47	7
60 e mais	26	1	27	4
Sem dados	30	5	35	5
TOTAL	679	42	721	100

Do total de formados e/ou com o diploma revalidado pela EUSS, na sua grande maioria, haviam se formado no período ditatorial.

Tabela 10: Assistentes sociais por ano de formação - Uruguai - 1990

Ano de formação	EUSS	Outras públicas ou estrangeiras	Total
Até 1962	-	90	90
1963 - 1974	72	24	96
1975 - 1979	212	10	222
1980 - 1984	322	3	325
1985 - 1989	175	1	176
s/informação	21	21	42
Total	802	149	951

Como pode-se observar, no momento de início da ditadura, tinham-se formado apenas 72 assistentes sociais na escola universitária, possivelmente sua grande maioria submetida ao currículo de 1959. Se agregamos, a estes 72 profissionais, os 114 formados em outras escolas públicas (ou em menor medida em escolas estrangeiras) e se, além do mais, estimamos em uma quantidade bastante menor (em torno de 100) os formados na escola católica, concluímos que, no momento do golpe de Estado, existiam quase 300 profissionais de Serviço Social no Uruguai<sup>24</sup>, em relação a uma população de pouco menos de 3 milhões de habitantes (censo de 1975).

Entre os anos de 1975 e 1979, formam-se aqueles que tinham começado seu estudos no período pré-ditatorial e que, em sua maioria, estavam submetidos ao currículo de 1967. Notamos que, nesse transcurso, formam-se três vezes mais assistentes sociais que em todo o período anterior. Isso porque, nos primeiros anos da ditadura, todos aqueles que já tinham terminado seus cursos, faltando apenas defender seu trabalho de conclusão de curso, apressaram-se em fazê-lo.

No entanto, os dados de maior impacto revelam a quantidade de profissionais formado sob o currículo de 1977 (o currículo “da ditadura”), chegando a 500, sendo 322, entre 1980 e 1984, e 175, entre 1985 e 1989. Nem todos os formados, no último período, realizaram seus estudos subordinados ao currículo de 1977, mas uma grande parte que concluiu seus estudos nestes anos (que já eram de democratização), fizeram-no segundo aquele currículo. Ainda que fosse o mesmo currículo, a formação melhorara de forma substantiva, já que o corpo docente fora inteiramente renovado após a ditadura. Infelizmente não temos informação sobre os formados pelo currículo 1967, com o ajuste de 1987, aqueles que fizeram

<sup>24</sup>No livro *Elementos para um perfil profissional do Trabalho Social* (GERPE DE BELLINI et. al., 1980), sustenta-se que no final dos anos setenta existiam 340 profissionais do Serviço Social.

sua formação no quadro da experiência conhecida como as “*oficinas de teoria e prática profissional*”, na retomada e finalização do currículo de 1967. Podemos fazer uma estimativa, levando em consideração o total de profissionais formados na Escola Universitária, ao longo de sua história, que foram 940. Diminuindo deste total, os formados anteriormente (que na tabela anterior eram de 802), perfaz um quantitativo de 138 formados no interior do currículo 1967 - ajuste 1987.

O impacto do currículo de 1977 não deve ser menosprezado; embora pensamos que ele não tenha formado um profissional com uma identidade própria, senão que, este profissional, para além da intencionalidade do currículo, continuou a se referenciar pelo currículo de 1967 na medida que representava a imagem do Serviço Social “verdadeiro”. Isto é correto se observarmos que muitos foram estes estudantes e profissionais que se mobilizaram para o restabelecimento do currículo de 1967, recuperando igualmente a autonomia e co-gestão universitária a partir de 1985.

Mais uma observação sobre os “dois tempos” do currículo de 1967. Enquanto no primeiro momento pré-ditatorial, o debate político estava profundamente marcado pela experiência da revolução cubana, no segundo momento, pós-ditatorial, o debate sofre a influência da revolução nicaraguense, que triunfou em 1979 e que, no ano de 1990, perdeu as eleições, passando o governo para seus adversários, depois de manter uma longa guerra (caracterizada como guerrilhas) com os “contras”, apoiados e financiados pelo governo dos EUA.

Em relação ao nível de ocupação dos assistentes sociais, merece ser destacado que quase 80% dos profissionais estavam empregados na profissão (em alguns casos, ocupando até mais de um emprego, principalmente aqueles dedicados ao trabalho docente), estando a maioria dos profissionais trabalhando no setor público (76%).

Tabela 11: Situação laboral dos assistentes sociais no Uruguai - 1990

Desempregados	110	15,3%
Aposentados	17	2,4%
Radicados no exterior	15	2,1%
Não exercem	15	2,1%
Com emprego	564	78,1%
<b>TOTAL</b>	<b>721</b>	<b>100,0%</b>

Finalmente em relação aos campos de trabalho, pode-se dizer que quase a metade trabalhava nos setores da saúde e da infância e adolescência.

Tabela 12: Campos de trabalho dos assistentes sociais no Uruguai - 1990

Campos	Quantidade	Porcentagem
Saúde	195	30,28%
Infância e adolescência	150	23,29%
Promoção (ONG's)	78	12,11%
Prefeituras	58	9,01%
Docência	33	5,12%
Ensino primário e secundário	31	4,81%
Empresas	21	3,26%
Criminologia	21	3,26%
Moradia	18	2,80%
Reabilitação (saúde mental)	4	0,62%
Terceira Idade	3	0,47%
Alimentação	3	0,47%
Recreação	2	0,31%
Outros (sem classificar)	27	4,19%
<b>TOTAL</b>	<b>644</b>	<b>100,0%</b>

Finalmente, em relação à situação salarial, estimava-se que as remunerações dos profissionais oscilavam entre os US\$ 200 e os US\$ 400, numa época que a cesta básica para uma família-tipo estimava-se em US\$ 600.

### **3.1.7 Perspectivas ou tendências no Serviço Social do Uruguai a partir do processo de renovação profissional dos anos sessenta**

A renovação do Serviço Social, no Uruguai, ocorreu no leito de diversas correntes de pensamento, constituindo esse processo na novidade deste período: a heterogeneidade do debate profissional, o pluralismo e a incipiente conformação de uma cultura profissional, relativamente autônoma, em face de outras profissões.

Este processo, como já sublinhamos anteriormente, está diretamente vinculado aos avanços alcançados na conformação da classe operária, como sujeito político, materializado na unidade do movimento sindical, mediante a criação da Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT), em 1964, e aquela estabelecida entre a classe operária e as camadas médias urbanas, concretizada, politicamente, na conformação da Frente Ampla (FA), em 1971 (configurados entre os anos de 1960 e início de 1970); que se reflete na esfera cultural e, por essa via, na cultura profissional, dando lugar à renovação profissional.

Este processo enfrenta, na ditadura (1973-1984), um primeiro refluxo (e de resistência), cuja superação tem início nos anos 1980, sendo que, entretanto, mudanças no “mundo de

trabalho” (nas forças produtivas humanas e materiais), impulsionadas pelo processo de financeirização do capital, iniciado nos últimos anos da década de 1960, trazem como conseqüência a crise do sujeito desse processo, com repercussões na cultura profissional do Serviço Social.

Na década dos anos 1960, o Serviço Social inicia um processo de questionamento, parte de um movimento mais amplo, de crítica à ordem social burguesa e da inserção subordinada da economia uruguaia nas relações internacionais (em particular no que diz respeito às relações com os EUA). Neste quadro, inicia-se se constituir um conjunto de perspectivas de análise da profissão, com foco principalmente nos seus processos interventivos, antes que na natureza sócio-histórica do Serviço Social, mesmo que, em toda discussão sobre os processos interventivos, trabalha-se com uma pré-compressão da “natureza” da profissão.

Nem toda a produção teórica pode ser enquadrada em linhas muito marcadas<sup>25</sup>, assim por exemplo: Ricardo Hill, Scarón de Quinteros e Teresa Porzecansky não podem ser identificados em uma corrente determinada, mas forneceram, naquele período, importantes contribuições para a renovação do Serviço Social. Igualmente a Renée Dupont que tem um lugar muito particular no desenvolvimento do Serviço Social, mesmo que se identifique com o grupo que gravita em torno da equipe de pesquisa de Enrique Di Carlo, sua intervenção foi bastante diferenciada e, em certa medida, mais sintonizada com o debate reconceitualizado, em desenvolvimento na América Latina, o que não pode ser estendido a todos os integrantes desse grupo.

Mais uma precisão sobre estas tendências. Não pretendemos com esta ordenação “torturar” a realidade para que se encaixe num sistema de idéias pré-determinadas. Portanto, não são “tipos ideais” construídos pelo pesquisador e, sim, em todo caso **tipos históricos**, formas historicamente concretas que assume o desenvolvimento do Serviço Social no Uruguai. Isto é importante, já que pretendemos estar trabalhando com o “método das determinações” e não com o “método das definições”, o que nos afasta de toda preocupação de classificação.

Feitos esses esclarecimentos, sustentamos que é possível identificar algumas tendências sócio-históricas, surgidas no Serviço Social do Uruguai que, em ordem cronológica, podem ser assim qualificadas: Desenvolvimentista, Comunicação racional, Sociológica ou modernizadora e Educação popular.

A perspectiva **desenvolvimentista** inspira-se no diagnóstico prebischiano da CE-

---

<sup>25</sup>Até por ser isto uma característica da cultura nacional, como já foi analisado (ver no ponto 1.2.4.1 na página 42).

PAL, da *Aliança para o Progresso* (1961) da *Organização dos Estados Americano* e nas análises da *Comissão de Investimentos e Desenvolvimento Econômico* (CIDE) (esta última criada pelo governo uruguaio, em 1960) e foi assumida por Herman Kruse já no período pré-67. O currículo da Escola Universitária de Serviço Social (EUSS) de 1966 está influenciado por esta concepção, ainda que, na sua implementação, essa perspectiva é superada por uma concepção sociológica ou modernizadora do Serviço Social, amadurecida mais na frente durante a ditadura (daí o relativo isolamento em que fica progressivamente a figura de Herman Kruse na EUSS). De fato, na própria concepção do currículo de 1966 já está presente esta concepção, na divisão entre o ciclo básico (os dois primeiros anos) e o ciclo profissional (os três últimos anos), cabendo ao primeiro ciclo é fornecer uma sólida formação no campo das ciências sociais junto com os fundamentos do Serviço Social.

Nesse mesmo período surge também a perspectiva da **comunicação racional**, articulada em torno da figura da equipe de pesquisa de Enrique Di Carlo, que busca no interacionismo simbólico<sup>26</sup> (presente nos fundadores do Serviço Social, notadamente Mary Richmond) os fundamentos do Serviço Social. Nesta perspectiva, opera-se uma divisão entre os níveis macrossocial (prática social das classes e dos partidos políticos e não dos assistentes sociais) e microssocial (a prática profissional nas relações sociais e inter-pessoais onde atuam os assistentes sociais). As transformações sociais acontecem no nível macrossocial e, portanto, levadas adiante pelos partidos políticos (não pelos grupos profissionais), desse modo, se os assistentes sociais propõem-se a transformar a sociedade, eles devem se deslocar da prática profissional para o espaço dos partidos políticos (particularmente, o partido comunista). Se a teoria de Marx, e a tradição que dele deriva, explica o nível macrossocial (a luta de classes, a conformação dos partidos e dos projetos societários), o espaço de trabalho do assistente social é explicado a partir do interacionismo simbólico, em que se fundamentam os fundadores do Serviço Social clássico.

Estas duas perspectivas (desenvolvimentista e da comunicação racional) estão atreladas à existência de um mercado de trabalho profissional, estruturado basicamente a partir da intervenção estatal direta nas refrações da “questão social”, em um contexto democrático (ou seja, também podemos dizer que estão atreladas ao “Uruguai clássico”). Enquanto na concepção desenvolvimentista, o assistente social ocupa (ou pretende ocupar) os novos espaços sócio-ocupacionais criados pela crescente participação do Estado nas tarefas de

<sup>26</sup>A principal figura do interacionismo simbólico foi George Mead (1863-1931). Segundo Habermas (1999), este sociólogo é um dos pais da sociologia moderna, responsável por uma linha de reflexão que se afasta das filosofias da consciência do idealismo alemão. Em Mead, segundo Habermas (ibidem), temos o embrião de uma teoria da razão comunicativa, que parte da interação social mediada por gestos, passando pela interação mediada por símbolos, até chegar à interação social mediada por normas, fundamento da razão comunicativa.

planejamento para o desenvolvimento; na concepção da comunicação racional, o assistente social ainda está vinculado aos espaços sócio-ocupacionais tradicionais (saúde, infância e adolescência e família) como um profissional do Estado de Bem-estar social do reformismo “batllista”, que desenvolve sua prática profissional no espaço microssocial como “operador terminal das políticas sociais”. Temos aqui, nessas duas perspectivas, o encontro entre o “velho” reformismo, que tem suas raízes nos processos de modernização de início do século XX (incluído aqui os momentos “jacobinos”) com o “novo” desenvolvimentismo dos anos cinquenta, como expressão da nova situação mundial provocada pela afirmação da hegemonia norte-americana no pós-guerra (a hegemonia dos monopólios).

A instauração da ditadura (1973-1984), com a conseqüente perda da autonomia da Universidade e a perseguição dos professores engajados nos partidos e em movimentos democráticos e revolucionários, traz como resultado a interrupção do desenvolvimento dessas tendências, agravada pela falta de interesse do governo ditatorial no desenvolvimento da universidade (já que se trata de um projeto des-industrializador, no qual a instituição universitária não ocupa papel relevante). No entanto, nos espaços extra-universitários continuam a se desenvolver algumas tendências que já estavam começando a se gestar anteriormente. Foi assim que se desenvolvem e alcançam seu amadurecimento a perspectiva **sociológica** ou **modernizadora**, encarnada principalmente (mas não exclusivamente) no grupo de assistentes sociais vinculados à organização *Equipos Consultores Asociados*<sup>27</sup> (que continua e aprimora os fundamentos do currículo de 1966). Esta tendência se diferencia da perspectiva desenvolvimentista, porque não tem como principal alvo realizar mudanças macrossociais (seria como retirar os objetivos macrossociais – desenvolvimentistas –, ficando apenas com o instrumento do planejamento). O fundamento desta concepção está na “elaboração lógica de projetos”, uma metodologia de formulação de projetos sociais na qual se encontram integradas, no processo de intervenção profissional, a gestão de recursos (teoria de administração) e as hipóteses teóricas (teorias sociais de alcance médio), através de um processo de relação teoria-prática. O processo de intervenção profissional, orientado por esta concepção, possibilita distinguir problemas de gestão de recursos, daqueles de ordem teórica, permitindo assim que, através da prática profissional, sejam verificadas hipóteses teóricas de alcance médio.

A outra perspectiva, amadurecida durante o período ditatorial, foi a **educação popular**, que tinha no *Centro de Investigación e Desenvolvimento Cultural* (CIDC) sua principal base institucional. Esta última perspectiva baseia-se nas idéias do educador bra-

<sup>27</sup>Não era propriamente uma organização não-governamental, já que era uma pequena empresa de serviços na área de consultoria, assessoria e *marketing*.

sileiro, Paulo Freire (1921-1997), enriquecidas, algumas vezes, por concepções do dirigente comunista italiano, Antônio Gramsci. Possivelmente, seja mais visível, nesta perspectiva, observarmos o fenômeno do “romantismo revolucionário” (LÖWY, 1990), entendido como a “*busca romântica das raízes populares para justificar o ideal iluminista de progresso*” (RIDENTI, 2000, p. 56). Como já foi sublinhado, certamente ambas perspectivas começaram a se desenvolver ainda no período anterior, mas só alcançaram visibilidade, durante a ditadura, em espaços extra-universitários constituídos pelas organizações não-governamentais, que naquela época faziam oposição ao regime ditatorial.

Estas últimas duas tendências estão relacionadas ao mercado de trabalho profissional, de forma diferente das outras do período pré-ditatorial: uma atuação profissional a partir da mudança na modalidade de intervenção estatal na sociedade, caracterizada pela ação indireta, através de organizações da sociedade civil (trata-se da transferência para a “sociedade civil” da prestação de determinados serviços sociais, como bem analisa Montañó, 2003). Em ambas as perspectivas, os assistentes sociais trabalham com os usuários de serviços sociais que recorrem a organizações não-governamentais. Esta “ampliação”, e também deslocamento, em relação às áreas tradicionais de trabalho profissional, já tinha começado a acontecer, no período pré-ditatorial, com a criação dos *Institutos Técnicos* que trabalhavam na área da habitação, de acordo com as possibilidades abertas pelo disposto na Lei N 13.728, de 1968, (lei da Habitação), a última grande lei social aprovada antes do início da ditadura. Apesar desta identidade, existe uma diferença fundamental entre essas duas concepções. Enquanto na “educação popular” se procura desenvolver a “consciência” a partir da reflexão sobre a prática social de (auto)organização dos setores populares, na concepção “modernizadora” são hierarquizados os processos organizacionais (o desenvolvimento do sistema-cliente entendido como um sistema de comunicação e informação) já que os avanços sociais (em “consciência”) dependem da viabilidade econômica (ou produtiva) dos programas sociais. Enquanto os projetos de “educação popular” dependem da “ajuda internacional” para se efetivar (por isto não estão preocupados principalmente pelo sucesso produtivo e/ou econômico), os projetos orientados pela “elaboração lógica de projetos” dependem da capacidade do próprio “sistema-cliente” de gerar seu próprio sustento econômico (o modelo de “sistema-cliente” em que estão pensando estes assistentes sociais são, fundamentalmente, as cooperativas de produção). Para os assistentes sociais, vinculados a esta última perspectiva, era muito claro que, no Uruguai do final dos anos 1970, esta forma de trabalho profissional era muito mais dinâmica e criativa, enquanto que na “educação popular” se reproduzia, com uma linguagem teoricamente mais avançada, o Serviço Social “tradicional”:

En el caso del Uruguay, las experiencias profesionales más dinámicas y creativas advienen –en nuestra opinión– del campo de los proyectos que se plantean como elemento central su viabilidad económica sustantiva, mientras que, en general, aquellos que dependen puramente del financiamiento externo tienden muchas veces a reproducir –en un esquema teóricamente avanzado– pautas muy tradicionales de se servicio social “benefactor”. (GERPE DE BELLINI, 1980, p. 206)

Acrescentamos ainda que, alguns destes profissionais, que trabalhavam na Escola de Serviço Social do Uruguai (a escola “católica”), refletiam, já em 1976 - seguramente inspirados no trabalho com organizações não-governamentais auto-sustentáveis (como o caso das cooperativas de produção), sobre a necessidade de se formular uma escala intermediária de intervenção profissional (com organizações e instituições), que operasse entre o sistema individual-grupal (nível microssocial) e o sistema social global (nível macrosocial). Esta idéia vai somente se materializar quase vinte anos depois, no currículo do Curso de Serviço Social<sup>28</sup>, oferecido pelo Departamento de Trabalho Social, da Faculdade de Ciências Sociais.

Durante a reinstitucionalização da democracia (a partir de 1985) e da vida universitária, todas estas tendências se explicitam claramente quando, em 1987, e como forma de “*aggiornamento*” do ciclo profissional do velho currículo de 1966 (que ainda tinha como referência os métodos de “caso”, “grupo” e “comunidade”), criaram-se as “*oficinas de teoria e prática profissional*”<sup>29</sup>. As oficinas são uma modalidade pedagógica, nas quais acredita-se que é possível organizar o ensino da prática de uma forma tal, possibilitando a superação da dicotomia entre teoria e prática. A partir desta concepção, elas ocupam o mesmo lugar que o laboratório nas ciências naturais e exatas. A organização do processo de ensino da prática, na forma de oficina, é uma reivindicação do movimento de reconceitualização, que busca renovar o ensino tradicional (criticado como educação “bancária”, na terminologia de Paulo Freire), baseado em aula expositiva. Foram criadas quatro oficinas que se diferenciavam pela orientação teórico-política da equipe docente de cada oficina, a área temática a ser trabalhada, e a prática propriamente dita. No interior de cada oficina existia também uma atividade diferenciada denominada de “seminários inter-disciplinares”. As atividades se desenvolviam durante três anos, que se correspondiam com três níveis diferenciados de atividades a serem desenvolvidas igualmente por todas as oficinas, seguindo a sequência investigação-diagnóstico, planejamento, execução das atividades e avaliação. A oficina “A” trabalhava com a perspectiva da comunicação racional, enquanto que a

<sup>28</sup>No Uruguai, chama-se Licenciatura em Trabalho Social, como dissemos anteriormente.

<sup>29</sup>Esta foi a mudança mais importante, contudo não foi a única. Foi criada a disciplina Política Social, e a disciplina Administração e Organização de Serviços Sociais, foi dividida em duas: Planejamento e Administração. (MONTAÑO, 1994)

oficina “B”, com a perspectiva sociológica ou modernizadora, e a oficina “C”, com a perspectiva da educação popular. A única tendência ausente é a “desenvolvimentista”, ainda que possa estar subsumida na perspectiva modernizadora (a oficina “C” definia sua área de intervenção como “desenvolvimento local”). Havia ainda a oficina “D”, sem afinidade com essas três tendências e, por essa razão, ocupou pequeno espaço no debate, existente na escola, daqueles dias. Curiosamente, nesta oficina trabalhava-se sobre a questão da saúde, numa perspectiva comunitária (a estratégia de Atenção Primária da Saúde e dos Sistemas Locais de Saúde)<sup>30</sup>. Entretanto, a partir de 1992, já no final da vida da Escola, esta última oficina mudou sua orientação, dando início a um trabalho mais orientado pela Educação Popular, inspirada nas elaborações, de então, do CELATS, ainda que operando na mesma área de saúde comunitária.

Existe também, nessas perspectivas, uma relação de afinidade, mas não de causalidade, com as tendências políticas, que se desenham no final dos anos 1960, como resultado da crise de dominação do sistema político bipartidista, analisadas no primeiro capítulo. Assim, acontece entre a “política de frente”<sup>31</sup> e a perspectiva da “comunicação racional”; entre a “esquerda armada”<sup>32</sup> e a perspectiva da “educação popular” e entre a tendência “desenvolvimentista”<sup>33</sup> e a perspectiva “modernizadora” ou “sociológica”, envolvendo também, neste último caso, o desenvolvimentismo de Herman Kruse.

Com a dissolução da escola (e com ela das oficinas) e a criação do Departamento de Trabalho Social, em 1993, na Faculdade de Ciências Sociais, com um novo currículo, cria-se também a pós-graduação (1997), e nela inicia-se a introdução de contribuições do Serviço Social do Brasil, aquelas vinculadas à perspectiva da “intenção de ruptura” e ao “projeto ético-político” (por, essa razão, é conhecida, informalmente, como “brasileira” ou também da “UFRJ”), que colide, em certos aspectos, com a orientação básica do currículo vigente. Este outro momento tem na figura de Carlos Montano - através da *Biblioteca Latino-americana* da editora brasileira Cortez e seu livro “*A natureza do Serviço Social*” (MONTAÑO, 1998) - uma de suas expressões emergentes mais conhecidas, como foi sublinhado anteriormente.

Mas, ao mesmo tempo, com a dissolução desta escola, termina também o processo (ou uma fase de longa duração) de renovação do Serviço Social, inspirada nos acontecimen-

---

<sup>30</sup>Dizimos curiosamente porque nesta oficina se preserva uma tendência “higienista” do Serviço Social no Uruguai, que deita suas raízes na própria origem da profissão. Devemos esta observação à professora Elizabeth Ortega.

<sup>31</sup>Ver no ponto 1.3.5.1 na página 95.

<sup>32</sup>Ver no ponto 1.3.6 na página 99.

<sup>33</sup>Ver no ponto 1.3.7 na página 110.

tos revolucionários dos anos 1960 (em particular daquilo que estamos designando como “cultura radical”). A fundação da Faculdade de Ciências Sociais e o Departamento de Trabalho Social nela, passam a se alimentar de outros ventos mais contemporâneos, em substituição ao furacão revolucionário dos anos sessenta. Um dos sintomas desta passagem, de uma época para outra, é a mudança de nome - de Serviço Social para Trabalho Social. De um lado, expressa a vontade de ruptura, ou a “intenção de ruptura”, com as práticas assistenciais da tradição profissional (e de uma visão de Estado paternalista, na qual se fundamentam) e, ao mesmo tempo, a busca de uma nova identidade profissional, no quadro das transformações societárias contemporâneas, e da definição do papel das ciências sociais e humanas neste novo quadro societário.

## **3.2 Momentos do processo de renovação profissional**

Nesta parte de nosso trabalho, pretendemos desenvolver alguns momentos particularmente importantes no processo de renovação do Serviço Social no Uruguai. Em primeiro lugar, dentro do período pré-ditatorial, analisamos basicamente o currículo de 1966 que, como foi dito, confunde-se quase que, inteiramente, com o processo de renovação profissional; o papel da equipe de pesquisa de Enrique Di Carlo; e a mesa redonda convocada pelo jornal “*El Popular*”, na qual participam integrantes do Sindicato de Assistentes Sociais do Uruguai (SASU), representado por Herman Kruse, Renée Dupont e Raquel Cortinas. Durante o período ditatorial, selecionamos alguns processos significativos, como o trabalho de um grupo de assistentes sociais, ligados à organização “*Equipos Consultores Asociados*”, assim como as principais idéias da perspectiva da educação popular. Finalmente, um terceiro processo, de síntese, já no período de redemocratização, quando se retoma o currículo de 1966 e se implementam as “*oficinas de teoria e prática profissional*”, realizando um movimento que, como já anunciamos, pode ser denominado de “reconceitualização tardia”.

### **3.2.1 O currículo de 1966 da Escola Universitária de Serviço Social**

No Uruguai, a reforma curricular do ano de 1966, a primeira depois da criação da Escola Universitária do Serviço Social, em 1957, exprimia as idéias da proposta nacional-desenvolvimentista, impulsionada, então, pela CEPAL. Nesse novo currículo, expressavam-se idéias de renovação profissional, manifestadas mais claramente imediatamente após o

Seminário de Araxá (1967), realizado no Brasil<sup>34</sup>. Assim, por exemplo, Enrique Iglesias, analisando o novo currículo, sustentava que

En el plano específico del S.S. (sic.), los requerimientos suponen capacitación de un T.S. (sic.) capaz de actuar como agente de cambio y que esa capacitación le permita integrarse eficazmente en el equipo técnico a cargo de la planificación y ejecución de un desarrollo social (1966, p. 58).

A concepção de desenvolvimento social era aquela difundida pelos organismos internacionais<sup>35</sup>: “*El D.E. y S. (sic.) exige una planificación racional que contemple objetivos y metas a alcanzar mediante una acción coordinada de pueblo y autoridades en la utilización plena de sus recursos.*” (ibidem, p. 60).

Este novo currículo (CEUSS, 1966)<sup>36</sup> reclamava-se herdeiro dos princípios do movimento universitário reformista de Córdoba, uma universidade popular, aberta ao meio social através da prática extensionista. Esta concepção se materializava numa “*Universidad militante e creadora*” que, com efeito, aproximava-se à universidade uruguaia, resultante da aplicação da nova *Lei Orgânica* de 1958. Dessa maneira, o currículo aprovado, como registramos anteriormente, era uma proposta do *Centro de Estudiantes Universitarios de Servicio Social*. Nele, o Serviço Social foi caracterizado como “*uma nova forma de ação social*”, sendo seu objeto de estudo e de prática as “*interrelações indivíduo-sociedade, seus distintos tipos de integração, suas mútuas influências*”. Definia-se como objetivo do Serviço Social: “*ser resposta racional e dinâmica a uma situação, que logo depois de conhecida, procura modificar*”. Para alcançar suas finalidades, propunham-se métodos e técnicas educativas, de organização e de planejamento. A finalidade do Serviço Social só poderia ser alcançada com a “*formação de uma autêntica consciência social no indivíduo*”, que supere o individualismo ou o localismo. Assim, os objetivos do Serviço Social não se esgotavam na superação dos problemas econômicos, era necessário alcançar, ao mesmo tempo “*uma consciência solidária entre os homens*”. Diríamos, utilizando uma linguagem diversa daquela dos autores do currículo, que o objetivo do Serviço Social implica o desenvolvimento da uma consciência humano-genérica, de um sentimento, como diz o documento, de “*solidariedade de destino, com todos os homens da sociedade*”. Esta

<sup>34</sup>Nesse seminário, distinguiam-se dois níveis de intervenção profissional: macro e micro social. No nível de intervenção macro social, o assistente social incorporava as novas “funções” de planejamento e administração de serviços sociais, que faziam parte do processo de modernização da gestão da burocracia estatal, em implementação, sob o comando da burguesia industrial internacionalizada, para impulsionar o processo de “desenvolvimento”. No nível micro social, continuavam a sobreviver os processos de atendimento individual, grupal e comunitário; articulados ao processo de desenvolvimento macro social.

<sup>35</sup>Por exemplo, a definição das Nações Unidas, em Castro: “(...) os esforços de uma população se somam aos do seu governo para melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrá-las à vida do país e permitir-lhes contribuir plenamente ao progresso nacional” (1982, p. 149-150).

<sup>36</sup>Ver documento B anexado no final desta tese, na página 361.

consciência solidária, nesse contexto, está relacionada à formação das organizações dos trabalhadores, como analisa mais adiante. Fazendo um balanço da atividade profissional até esse momento, sustenta-se que “*a ação do Serviço Social não tem-se enquadrado em planos de melhoras mais radicais e gerais*”, sendo que, nesse momento, era necessário “*pôr todo seu saber ao serviço da transformação de um ambiente, transformação que só será possível, libertando e dando-lhe forma integral aos impulsos e exigências latentes da realidade social tratada*”.

No novo currículo, a realidade social do Uruguai é concebida a partir do marco do **subdesenvolvimento**, ainda que com traços singulares, sem que se aprofunde na explicação desta situação, nem da estrutura social que, dito seja de passagem, não chega a ser definida como capitalista. Segundo os autores do currículo de 1966, na realidade social uruguaia daqueles dias registravam-se duas situações diferentes: a rural e a urbana. No setor rural, predomina a grande propriedade latifundiária, junto com a pequena propriedade (minifúndio). A situação do trabalhador rural, além de ser descrita do ponto de vista sócio-econômico, é também analisada do ponto de vista da dificuldade de criação de uma consciência solidária e, portanto, de “*formas de organização sindical*”. Dentro de um ponto de vista bastante pessimista, em relação à situação do setor rural, sustenta-se que habita o campo “*um homem indefeso, sem rebeldia e sem possibilidade de mudança*”. Em relação à situação urbana, observa-se o início de uma etapa regressiva no setor industrial. Para superar esta situação, torna-se necessária uma “*organização central da produção, tendo em vista os interesses de toda a comunidade, e não os de alguns grupos*”. Uma dificuldade, para esta nova organização da produção, está na própria “*classe*” política que se aproveita da “*falta de militância na classe trabalhadora e da falta de consciência política generalizada*”. Mais uma vez, a ausência de consciência política (ou de solidariedade social) é sublinhada como fundamental na explicação dos problemas sociais e, ao mesmo tempo, na busca de sua solução. Chama-nos a atenção a afirmação sobre a falta de militância da classe trabalhadora, no exato momento em que eram dados os passos finais para a consolidação da unidade dos trabalhadores em uma central sindical. No entanto, avalia-se que, diante da “*situação crítica do nosso país [que] se agrava as massas populares tendem a tomar consciência da importância de uma militância sindical e política*”. Para os proponentes do novo currículo, o avanço da organização dos trabalhadores dependeria de uma “*compreensão clara do valor de outras formas de organização social possíveis*”, sem que fique claro em que consistem essas novas formas organização social. Poderíamos admitir que, as outras formas de organização social, a que faz referência o currículo, estão relacionada com o cooperativismo de produção, que alcançará, grande significado den-

tre os assistentes sociais identificados com a perspectiva sociológica ou modernizadora do Serviço Social. Esta perspectiva recebe, no Uruguai, uma tonalidade política reformista (o cooperativismo de produção, como alternativa à socialização dos meios de produção por parte do Estado, em resumo: uma forma de socialismo comunitário, de base autogestionária). Fazendo uma clara alusão ao imperialismo norte-americano, apregoa-se que a mudança econômica interna deve ser acompanhada de uma mudança das formas de dependência “*frente aos países poderosos*”.

Para os autores do novo currículo, a solução aos problemas de bem-estar social, implica uma modificação na “*concepção do homem*”. Estabelece-se, de forma clara, a existência de uma relação de causalidade recíproca entre a modificação de estruturas e a evolução social das consciências, já que, em última instância, “*toda transformação positiva provém e deve ser representativa de um processo de amadurecimento da consciência social dos indivíduos*”.

Nesse currículo, concebe-se a ação social do Serviço Social desenvolvida em dois planos. Num primeiro plano, a ação profissional orienta-se, explicitamente, pela realização de modificações estruturais, colaborando no planejamento em nível nacional, sendo sua função particular tudo o que diz respeito ao “*ajuste consciente entre estruturas e grupos humanos*”. Neste nível, sustenta-se que, na ausência de recursos suficientes para a realização de programas de transformação, o Serviço Social deve promover a tomada de consciência pública das falhas na organização social vigente. O segundo plano de atuação profissional está constituído pelos processos referentes à tarefa direta. Neste campo de atuação, o currículo exemplifica a atuação direta com a promoção de iniciativas de cooperativização e de autoregulação da vida social de localidades. Consideramos sintomática as referências ao cooperativismo e à autoregulação das localidades, porque o cooperativismo, tanto de consumo como de produção (especialmente este último), torna-se, para os assistentes sociais identificados com a perspectiva sociológica ou modernizadora, nos anos 1970, um verdadeiro modelo de intervenção profissional. Em assim observando, esta referência ao cooperativismo leva-nos a pensar que a alusão às “*novas formas de organização social*” enunciada no currículo, para os trabalhadores, identifica-se com essa forma de organização da produção. Por sua vez, a autoregulação das localidades, com os devidos ajustes e “*aggiornamento*”, torna-se a estratégia de “desenvolvimento local” nos anos 1980, estratégia esta que identifica uma das oficinas de teoria e prática profissional, na Escola Universitária de Serviço Social, após o fim da ditadura. O cooperativismo de produção e o desenvolvimento local são alternativas de origem social-cristão, tanto ao liberalismo econômico como ao socialismo estatizante dos países do “socialismo real”. A

influência do cooperativismo nos setores progressistas da sociedade, daquela época, foi tão marcante que, como registramos anteriormente, mesmo o movimento guerrilheiro “Tupamaros” exigiu, entre outras demandas, como condição para sua rendição, a criação de uma cooperativa de pescadores (ver no ponto 1.3.6 na página 99). Dessa forma, inferimos que, está presente, na cabeça dos “modernizadores” uruguaios, a organização cooperativa de produção, representando uma “terceira via” entre o socialismo (por assim dizer, “estativante”) e o capitalismo liberal, e não tanto a organização técnico-burocrática da produção do capitalismo dos monopólios (como no Seminário de Araxá no Brasil).

Um último traço, a ser sublinhado, dentro desse processo de reforma curricular, é a pretensão de criação da pós-graduação *latu-senso* (especializações) que, infelizmente, não chegou a ser implementada, tanto pela falta de recursos, como também pela pequena duração deste novo currículo que, havendo começado sua implementação em 1967, em meados de 1973, deixou de vigorar, com o advento da ditadura e a conseqüente intervenção na universidade. Nesses sete anos e meio, formaram-se pouquíssimos profissionais, já que a própria dinâmica da vida universitária, com freqüentes interrupções do calendário acadêmico, dificultava a conclusão dos estudos nos prazos consignados no novo currículo. A maior parte dos estudantes cumpre os requisitos finais exigidos, prestando o exame final no ano de 1975, quando a escola foi reaberta por um breve período de tempo. Esta iniciativa de criação do ciclo de pós-graduação aguarda sua implementação por mais de trinta anos, até que, com a finalização da ditadura e o início da restauração da normalidade institucional na vida universitária, estes cursos são implementados dentro de outro contexto político e institucional. Este retardamento, na implementação do ciclo de pós-graduação, traz conseqüências graves para o processo de renovação profissional do Serviço Social no Uruguai, sem que esta visão reduza o significado dos estragos, na própria formação de graduação, provocados pela ditadura e por sua intervenção na universidade.

Essa nossa argumentação pretende ressaltar a orientação desenvolvimentista e, portanto, embrionariamente modernizadora, imprimida no currículo de 1966. Comparando-se ao *Documento de Araxá* de 1967, verdadeiro marco modernizador do Serviço Social na América Latina, há neste currículo formulações que parecem antecipar aquelas ali presentes, especialmente o reconhecimento dos dois níveis de intervenção profissional, além de que, em forma difusa, aparece inúmeras vezes o papel da organização dos trabalhadores na forma do desenvolvimento de uma “consciência solidária”, enquanto caminho para a solução dos problemas sociais. Esta última observação, a formação de uma “consciência solidária” – diferentemente do *Documento de Araxá* - marca uma acentuação ou uma tonalidade progressista, ou seja, a proposição de articulação da categoria profissional com o

movimento dos trabalhadores, possivelmente através do cooperativismo de produção.

Tem sido sublinhado (GERPE DE BELLINI et. al., 1980) que, nesta formulação do currículo, estão presentes duas tendências: uma humanista-solidarista, sustentada principalmente pelo corpo docente (expressa na sobrevivência dos métodos tradicionais do Serviço Social, caracterizados pela relação inter-individual) e outra estruturalista, reivindicando a intervenção em nível macro social, defendida pelos estudantes, sendo que esta última posição ganhou espaço, nos últimos, de acordo com o avanço do processo de radicalização política. Entendemos, que se trata fundamentalmente do encontro entre o “velho” reformismo batllista, e o “novo” desenvolvimentismo do capitalismo tardio (que possibilitou a industrialização parcial da periferia).

Foi a partir da implementação da reforma curricular, ocorrida entre os anos 1967-1973, que se desenvolve um forte debate no interior da academia, em relação aos rumos do Serviço Social. Isto é, a renovação do Serviço Social que o novo currículo impulsionava era interpretada diversamente no interior de sua comunidade acadêmica. Fruto desses debates, o currículo sofreu um ajuste, em 1971, especialmente em relação aos campos de estágio, privilegiando-se as práticas que possibilitassem a experimentação da unificação dos métodos tradicionais (caso, grupo e comunidade), a partir de um **método básico**. Este debate, de cunho metodológico, corria paralelo àquele outro que, como sublinhamos, em relação ao metodologismo político (ver na seção 1.3.6 na página 99).

### **3.2.2 O II Seminário Regional Latinoamericano de Serviço Social e a emergência da figura de Enrique Iglesias**

No ano de 1966, realizou-se o *II Seminário Regional Latino-americano de Serviço Social*, na cidade de Montevidéu, organizado em torno de três eixos: a) Problemas metodológicos do Serviço Social, b) Serviço Social: evolução e revolução e, c) Política do Serviço Social no desenvolvimento (DUPONT, 1983). Em relação ao eixo Serviço Social: evolução e revolução, foram proferidas três conferências principais, uma delas ao encargo de Herman Kruse (1966), intitulada “*O Serviço Social nos países capitalistas*”, outra, de Raquel Cortinas (1966), “*O Serviço Social nos países socialistas*”, e a terceira, de Enrique Iglesias (1966), “*O Serviço Social no países subdesenvolvidos*”. Este último, naquele momento, era professor supervisor de Recursos da Comunidade e de Teoria e História do Serviço Social, e ainda não tinha concluído seus estudos de graduação em Serviço Social.

Interessa-nos, particularmente, a contribuição de Enrique Iglesias, porque ocupa uma posição relevante no processo de renovação profissional, enquanto diretor da escola pú-

blica, desde 1972 a 1973, quando é demitido, em decorrência do golpe de Estado. No entanto, com a redemocratização da universidade, ele retorna ao cargo, em 1985, onde permanece até o ano de 1989. Como afirmamos, anteriormente, sua obra escrita é quase inexistente, entretanto desenvolveu um importante trabalho docente e um trabalho de organização, planejamento e gestão de recursos, no âmbito da universidade. Teve um papel muito relevante no processo de constituição da Faculdade de Ciências Sociais e na criação do Departamento de Trabalho Social, quando ocupou, nos primeiros anos de seu funcionamento, o cargo de Coordenador do Ciclo Básico dessa faculdade. Sua atuação esteve bastante ligada aos assistentes sociais que gravitavam em torno da organização “*Equipos Consultores Asociados*” (identificados, por nós, como “modernizadores”) sem, no entanto, confundir-se, inteiramente, com esses assistentes sociais. Portava uma visão do Serviço Social, mais próxima a um perfil do “sociólogo descalço” que de “sociólogo prático” (ou de auxiliar de sociólogo).

Centrando sua conferência na relação entre Serviço Social e subdesenvolvimento, Henrique Iglesias questiona os princípios éticos defendidos, tradicionalmente, por esta profissão, atribuindo-lhes um caráter abstrato, chamando à atenção para a necessidade de definir os valores, os métodos e as técnicas para uma situação concreta: aqui e agora. Esta necessidade, de tomar em consideração as circunstâncias concretas, levam-no a perceber a “*presencia de estructuras sócio-econômicas que aparecen como causa geral, factor desencadenante do acúmulo de misérias e penúrias que limitam, freiam e travam o desenvolvimento do indivíduo e da comunidade nacional*” (IGLESIAS, 1966, p. 73). Por esta razão, quer dizer, por causa da natureza estrutural dos problemas sociais, é que o Serviço Social deve desenvolver sua atividade profissional em dois planos coordenados: a) na participação do planejamento, que assegure o pleno desenvolvimento nacional, contribuindo na tomada de consciência pública sobre as falhas da organização social presente e, b) na tarefa direta de superação de carências, impulsionando modificações parciais em nível dos indivíduos ou de grupos, com uma perspectiva de concorrer para a sua projeção social. Aqui, Iglesias está retomando as definições do currículo de 1966, para as quais, seguramente, contribuiu na sua formulação.

Em relação às causas determinantes do subdesenvolvimento, Iglesias destaca aquelas

escencialmente históricas, producto del desenvolvimento desigual del capitalismo, de la penetración colonial e imperialista y del mantenimiento de relaciones de producción precapitalistas subsistiendo con sectores de explotación capitalista imprecisa, limitada y orientada en beneficio del país imperial. (ibidem, p. 73)

Nesse sentido, este profissional questiona os princípios que devem presidir o Desenvolvimento Econômico e Social (DES): solidariedade, autenticidade, harmonia e democracia, sustentando que “*em uma sociedade classista o DES não poderá ter lugar sem luta de classes como o marcam todos os exemplos históricos*” (ibidem, p. 75). Para se alcançar o desenvolvimento econômico planejado, preceitua como condições necessárias: 1) superação da crise sócio-econômica, provocada pela penetração imperialista e seus efeitos; 2) um governo representativo dos interesses da maioria de população; 3) poupança e investimentos adaptados às possibilidades da população; e 3) adoção de um modelo determinado em função das condições locais. Desse modo, o assistente social, na sua prática, além de investigar, diagnosticar e tratar os problemas sociais; deve considerar sua origem estrutural, mesmo que eles, também, estejam relacionados a causas de ordem individual.

Para orientar a formação profissional, Iglesias sustentava que era, primeiramente, necessário, alcançar um grau de autonomia cultural, em relação aos valores norteadores do desenvolvimento nacional. No que diz respeito à competência específica do Serviço Social, o profissional deve atuar como agente de mudança social, de tal modo que possa fazer parte de uma equipe técnica responsável pelo planejamento e execução do desenvolvimento social. Essas idéias, para este autor, estão materializadas no novo currículo, que é orientado por essas concepções.

Finalmente, Iglesias se pergunta: existe conflito entre o planejamento e o respeito pela individualidade de indivíduos, grupos e comunidades? Neste caso, trata-se de buscar um ponto de contato entre o planejamento e a população, tornando possível a conciliação entre interesses antagônicos. Caso o conflito se prolongue no tempo, cabe assistente social explicitar uma consciência social, que leve o indivíduo a admitir os interesses coletivos do grupo ou da nação. Ele recorre, também, a uma metáfora para explicar o lugar do assistente social enquanto pesquisador: o assistente social enxerga a realidade social “de perto”, aproximando-se cordialmente dos homens. Sem esta aproximação à realidade sócio-humana, não se enxerga nada. Como já foi mencionado, esta forma de se aproximar à realidade social, está relacionado ao que poderia se denominado de um “sociólogo descalço”, mais do que um sociólogo prático.

### **3.2.3 A equipe de pesquisa de Enrique Di Carlo e a perspectiva da comunicação racional**

A partir da implementação do novo currículo, no período 1967-1973, surge o desenvolvimento de diferentes tendências no interior da Escola Universitária de Serviço Social, em

torno aos rumos a ser seguido pelo Serviço Social. Um grupo significativo de professores, entre os quais participavam alguns identificados com o Partido Comunista do Uruguai (PCU), se articularam em torno da liderança de Enrique Di Carlo (professor da disciplina Ética e diretor da Escola)<sup>37</sup>. Este grupo buscava a especificidade, ou a particularidade, do Serviço Social na **comunicação racional** e propunham a fundamentação do Serviço Social através da recorrência aos clássicos: Mary Richmond e Helen Perlman. Portanto, defendiam o âmbito institucional como espaço de trabalho do assistente social. Outra tendência, naqueles dias, identificava-se com uma proposta desinstitucionalizada e “científica” do Serviço Social. Tratava-se, de fato, do alargamento da proposta do desenvolvimento comunitário<sup>38</sup>, ampliando o espaço profissional para além das instituições. Os integrantes dessa corrente tinham a pretensão de incorporar o “método científico” ao Serviço Social, a partir fundamentalmente da influência dos professores de sociologia, que trabalham na escola naqueles momentos (Alfredo Errandonea e Héctor Apezechea).

A atitude teórica daquele grupo de professores que buscavam a fundamentação do Serviço Social na cultura intelectual norte-americana, de início do século XX, particularmente no interacionismo simbólico da G. H. Mead, pode ser entendida como expressão daquilo que Goldman (1991) denominou como “inconseqüências” em relação à “visão social do mundo”, praticadas por esses profissionais. Esta atitude coloca uma série de perguntas, como por exemplo: como foi que, a despeito da forte presença dos partidos de base operária (comunista e socialista) no âmbito universitário e, em particular, dentro da Escola Universitária de Serviço Social, não se desenvolveu uma perspectiva de análise teórica ancorada na tradição marxista? Por que estes militantes políticos consideravam desnecessário mudar a perspectiva teórica clássica, aquela baseada em Mary Richmond e Helen Perlman, para uma perspectiva teórica mais sintonizada com as necessidades de uma mudança social radical, ainda que esta última fosse efetivada na forma de uma “longa marcha através das instituições”?<sup>39</sup>. Na própria pergunta, já estão indicados elementos para se formular uma possível resposta: Trata-se da consideração das instituições do Estado de Bem-estar do “batllismo”, como um patrimônio a ser defendido e desenvolvido pelos próprios trabalhadores, no exato momento em que as forças políticas, que tinham participado na construção desse Estado, iniciavam o processo de desmonte desse sistema de proteção social construído durante a primeira metade do século passado. Estes profissionais sustentavam que o Serviço Social tinha que defender as instituições prestadoras

<sup>37</sup>No entanto, esse professor não tinha militância em nenhum partido da esquerda.

<sup>38</sup>O desenvolvimento comunitário, parte da proposta nacional-desenvolvimentista, possibilitou aos profissionais do Serviço Social uma aproximação às dimensões estruturais da “questão social” e, assim sendo, preparou o terreno para a introdução das análises macro sociais numa perspectiva de globalidade.

<sup>39</sup>Na verdade, esta foi a pergunta que nos levou, inicialmente, a desenvolver esta pesquisa.

de serviços sociais, ainda que fosse de forma muito limitada, na medida em que eram expressão de conquistas dos trabalhadores. Defendiam de fato a continuidade do trabalho profissional no nível microssocial (especialmente o trabalho com grupos), fazendo da **comunicação racional** o fio condutor da prática profissional do assistente social. A intervenção em escala macro social (especialmente, aquela cuja finalidade era transformar a sociedade) ficava sob o encargo dos militantes políticos e não dos profissionais do Serviço Social. Nesta proposta, diferentemente daquela que procurava “cientificizar” o Serviço Social a partir da sociologia, a referência teórica mais presente era a psicologia social, e, fundamentalmente, a pedagogia social. A própria expressão “comunicação racional” é uma forma de ressaltar a particularidade da prática do assistente social que, distanciando-se da prática do psicólogo, trabalha com processos conscientes, possíveis, portanto, de serem analisados racionalmente.

Como argumentamos antes, a chave para entender este problema está na própria concepção da via de construção do socialismo, na qual se inspiravam muitos dos participantes desta experiência que estava orientado pela idéia da *“longa marcha através das instituições”*, condensada na categoria de “democracia avançada” (ver no item 1.3.5.1, página 95), como o caminho a ser adotado no Uruguai. Daí a defesa das instituições e da via institucional para o desenvolvimento da prática profissional, na contra-mão das tendências rupturistas da reconceitualização<sup>40</sup> que, como vimos, sustentavam uma posição de “fuga” ou saída das instituições.

Por este caminho, digamos, “institucional”, teria sido possível buscar a renovação do Serviço Social através das contribuições de Antônio Gramsci (“os aparatos privados de hegemonia”) e, também, de Louis Althusser (“os aparatos ideológicos do Estado”), um caminho que pode levar para as concepções de Michell Foucault, entendido de uma forma *sui generis*, isto é, como um “teórico” da “guerra de posições”. No entanto, essa não foi a trilha perseguida por estes profissionais, ao contrário, eles seguiram a via de resgate do Serviço Social “clássico” para a tarefa de renovação do Serviço Social.

Assumimos, neste trabalho, a distinção que Netto (1981a) estabelece entre o Serviço Social “clássico” e o Serviço Social “tradicional”:

Servicio Social “clásico” denota un ejercicio profesional tal como fué postulado por los agentes profesionales que se dedicaron a un mínimo de sistematización, constituyendo de hecho las fuentes del Servicio Social (Mary Richmond es el ejemplo más típico). Por Servicio Social

<sup>40</sup>A “comunicação racional”, naquela época polemizava de uma forma explícita com as tendências rupturistas da reconceitualização identificada como um “desvio” esquerdista produto da “impaciência revolucionária” da esquerda “armada”.

“tradicional” debe entenderse la práctica empirista, reiterativa, paliativa y burocratizada que los agentes realizaban y realizan efectivamente en América Latina (ibidem, p. 44).

Para Netto (ibidem), tanto o Serviço Social “clássico” como o “tradicional” partilham de uma ética liberal-burguesa, e de uma concepção idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, na qual a ordem capitalista é um fato ineliminável. Nesse quadro, a intervenção profissional é orientada por uma teleologia “corretiva”, de um ponto de vista funcionalista. No entanto, o próprio autor sublinha que a prática do “*case work*” (o seja, o Serviço Social “clássico”) pressupõe uma *rede de agências sociais, interatuantes em um articulada estrutura de serviços eficientes (públicos e privados) um aparato estatal eficaz e uma sociedade civil complexa e estruturada* (ibidem, p. 44).

Esta era a situação em que se encontravam aqueles profissionais que pretendiam renovar o Serviço Social sem abandonar as instituições (muito pelo contrário, a transformação social seria realizada através dessas instituições de bem-estar social), daí a reivindicação de um retorno às fontes clássicas do Serviço Social. Os indicadores do posicionamento clássico desse grupo pode ser encontrado não apenas no apelo às “fontes” do Serviço Social, senão que também na reivindicação de uma concepção clássica da razão (a razão dialética que tem no diálogo socrático seu modelo fundamental) na prática profissional<sup>41</sup>. Mais uma vez temos, neste caso, o problema de não utilizar as fontes dos autores clássicos da tradição iluminista, tanto liberal como socialista (por exemplo, nesta última tradição, a obra de Lukács), na busca da razão, enquanto fundamento da prática profissional, recorre-se ao interacionismo simbólico, numa atitude que parece próxima à ação comunicativa de Habermas. Não obstante, ressaltamos que, neste caso, a razão clássica era defendida contrapondo-se à psicologização das relações sociais, em que incorria o Serviço Social “clássico” em seus desdobramentos, portanto, uma crítica ao irracionalismo em que se sustenta a relação profissional do psicólogo (ou do assistente social que segue esse modelo), quando pretende mergulhar no inconsciente do cliente.

O marxismo entrava nessa concepção, por assim dizer, pela via do processo de conhecimento, que se desencadeava através da comunicação racional na relação profissional<sup>42</sup>.

<sup>41</sup>De fato, reivindicava-se tanto o diálogo socrático como a pedagogia de base iluminista de Rousseau, tal como se observa na publicação resultante das pesquisas dessa equipe (DI CARLO, 1983). Osvaldo Giacomini (1997) é continuador do desenvolvimento destas idéias, numa direção tida “epistemológica”, sustentando que através da “comunicação racional” é possível contribuir para que o usuário possa percorrer o caminho do concreto sensível para o concreto pensado. Esta contribuição de San Giacomini pode ser interpretada como a tentativa de substituir o interacionismo simbólico pela dialética nas elaborações da “comunicação racional”.

<sup>42</sup>Principalmente, nas formulações tardias de nossos dias, através de Osvaldo Giacomini (1997). Como já foi sublinhado anteriormente, parece existir, na reflexão recente de San Giacomini, a tentativa de substituir

Mediante uma comunicação racional, procurava-se a transformação do concreto sensível, em concreto pensado, no pensamento (ou na consciência) do usuário, como forma de poder reproduzir, idealmente, o problema social da qual ele faz parte (no problema social existe uma unidade parcial entre objeto e sujeito). Este processo é conduzido por uma forma de diálogo socrático, modelo do pensamento racional clássico, que é dialético (todo pensamento é uma forma de diálogo), daí o recurso ao interacionismo simbólico como modelo da interação social (e o diálogo socrático como modelo da intervenção profissional). Desta forma, demarcavam-se as práticas profissionais dos assistentes sociais, distinguindo-se das práticas dos psicólogos, uma vez que estas últimas se fundamentam no estabelecimento de um vínculo emocional (e, portanto, irracional), entre o terapeuta e o cliente. E, ao mesmo tempo, as práticas dos assistentes sociais se afastavam do padrão positivista de conhecimento, o qual procura conhecer os problemas apenas na sua exterioridade (na sua aparência fenomênica), realizando, dessa forma, uma prática profissional de manipulação (“conduzir o cliente sem que ele o perceba”). Por essa razão, essa tendência baseia-se numa concepção clássica não apenas do serviço social, mas também da forma de intervenção (apelando a uma racionalidade clássica, dialética porque baseada no diálogo, ou seja, na contradição, na dialética).

Enquanto o serviço social “clássico”, aquele que se identifica com a reflexão de Mary Richmond, desembocou em um tratamento psicologista da “questão social”, esta proposta rejeita expressamente a intervenção psicologista (ou psicologizante), embora mantenha o caráter de uma intervenção de “consciência a consciência” no espaço micro social. Entretanto, parece não levar em consideração a assertiva, partilhada pelos próprios integrantes dessa equipe, de que o serviço social é uma profissão que já nasce socializada (é um trabalho socializado que nem sequer tem um passado liberal); ele só existe no quadro das instituições de bem-estar social, onde desempenha uma função particular<sup>43</sup>. Na concepção de Osvaldo Giácomo (1997) o assistente social, aparece como um profissional autônomo, capaz de desenvolver um processo “consciência a consciência”, não levando em conta o quadro institucional do qual ele, necessariamente, faz parte.

O trabalho do assistente social faz parte de um trabalho coletivo, que se desenvolve não apenas em uma organização, senão que se realiza em uma instituição. As instituições fazem um uso particular da força de trabalho profissional, que não coincide com o uso que o próprio assistente social pretende fazer dela, nem do uso que os usuários procuram

---

o interacionismo simbólico, como fundamento da comunicação racional, por uma concepção dialética do processo de conhecimento.

<sup>43</sup>Como é sustentado por Raquel Cortinas, na mesa redonda que analisaremos a seguir –ver no ponto 3.2.4, página 278.

fazer dessa mesma força de trabalho. Isto não quer dizer que as instituições façam um uso despótico da força de trabalho profissional, senão que este uso é, parcialmente, consentido pelo profissional em um processo de negociação permanente no quadro concreto das instituições concretas. Este problema, a relação do assistente social como profissional, e a instituição contratante, é permanentemente confundida, transformando-se aquilo que é uma unidade contraditória em uma identidade. Dessa forma, torna-se impossível distinguir a instituição, e o sistema de instituições que conformam o campo do Bem-estar social, da prática profissional (do trabalho profissional) que nela se desenvolve, a partir do contrato de trabalho. Já vimos como a falta de adequação, entre as exigências institucionais e a prática do assistente social, gera uma crise de legitimidade funcional, aparentemente resolvida através de um processo de renovação profissional, que, naquela época, foi um processo de modernização (de adequação às exigências tecno-burocráticas das instituições do campo do bem-estar social). Quando a falta de adequação acontece entre a prática profissional e as demandas sociais (democráticas, de justiça social e participação social), estamos diante de uma crise de legitimidade social da profissão, que se “resolve” através do aprimoramento teórico-político do assistente social e a ampliação das competências profissionais para além da intervenção técnica. Entre os profissionais desta equipe, a dupla crise de legitimidade - social (pelo surgimento de novas demandas sociais produzidas pelo desenvolvimento político da classe operária) e funcional (produto das exigências “racionalizadoras” da gestão estatal, demandadas pelo processo de acumulação do capital monopolista) - canalizou-se para uma reivindicação de permanência e aprimoramento das instituições do Estado “batllista”, rejeitando tanto a modernização tecno-burocrática, quanto a “fuga” das instituições para o campo dos “movimentos sociais” (para as instituições da sociedade civil), espaço este privilegiado para a experimentação de novas formas de trabalho profissional, junto com a população, por parte das outras perspectivas surgidas no processo de renovação do Serviço Social no Uruguai.

Nessa proposta não houve, propriamente, uma ruptura com o Serviço Social clássico e, sim, uma continuidade com o progressismo ou o solidarismo reformista. A busca das fontes clássicas do Serviço Social, em Mary Richmond, atrelava-se ao resgate do reformismo (num período em que a própria burguesia nacional tinha abandonado o reformismo solidarista e embarcava na aventura dos regimes ditatoriais, marcas da estratégia de desenvolvimento capitalista associado, e dependente, com os monopólios fundamentalmente de origem norte-americana), já que o desenvolvimento posterior da reflexão sobre a prática do Serviço Social tinha seguido uma direção psicologizante, influenciada pela psicanálise e, por este motivo, caracterizada pela busca de um vínculo profissional baseado em uma

relação emocional. Colocando o vínculo profissional nos marcos da racionalidade clássica (tomando como modelo o diálogo socrático), restaurava-se o caráter progressista e reformista da atividade profissional (e portanto “clássico”), afastando-se tanto da manipulação técnica de uma racionalidade instrumental, como da tentação terapêutica baseada no trabalho com o “inconsciente” do usuário.

Essa estratégia poderia desembocar numa concepção fenomenológica da intervenção profissional, fundamentada na razão hermenêutica (parece ser o caminho seguido por Enrique Di Carlo, na atualidade). Este é também o resultado da prática do Serviço Social fundamentada na reflexão habermasiana que, partindo do interacionismo simbólico, chega ao “mundo da vida”, a cultura sedimentada na tradição, que permanece sempre como um substrato inefável. No entanto, esse não foi o caso desse grupo de pesquisadores, já que seu fundamento estava na razão dialética, mediante o uso de sucessivas abstrações alcançaria o saber “verdadeiro”. É claro que o modelo do diálogo socrático pode ser pensado como modelo da razão hermenêutica, ainda que, para sustentar essa interpretação, seria necessário forçar a origem clássica da razão, concebida, desde o início, como razão dialética (e não hermenêutica), movimento entre contrários que tem, no diálogo, seu modelo fundamental, e a objetividade da realidade natural e social, seu pressuposto ineliminável.

Pelo caminho da transformação social, através das instituições (que não quer dizer, em defesa das instituições, mas através delas), chega-se a uma reivindicação do Serviço Social “clássico” (contra a reconceituação rupturista ou refundacional). Não deixa de ser surpreendente a distância ou o afastamento que existe, nesta concepção, entre o que poderia ser denominado como o “debate contemporâneo” daquela época (o planejamento para o desenvolvimento e a participação do assistente social) e os que romperam como o desenvolvimentismo, propugnando a “transformação social” através de uma prática profissional vinculada aos movimentos sociais.

Assim que o processo político foi radicalizando-se, essa corrente “clássica” perde espaço no âmbito da Escola Universitária de Serviço Social. A própria crise da escola, em 1969, que levou a demissão do Professor Enrique Di Carlo, do cargo de diretor, é uma demonstração da perda de espaço dessa perspectiva no seio da escola daqueles dias.

Os resultados da pesquisa desse grupo foram publicados no livro *Perspectivas en la conducción de grupos* (DI CARLO, 1983), em que foram contrastadas duas atitudes na condução de grupos: assessora e educativa. Essas duas modalidades na condução dos grupos foram testadas empiricamente, junto a grupos de estudantes de instituições de ensino secundário. A atitude assessora é aquela que se encontra no método socrático

(a mayética). Na segunda, de natureza educativa, tratava-se de “brindar informação orientadora, critérios valorativos e modelos de ser socialmente valiosos” (ibidem, p. 113). O exemplo desta última encontra-se em “Emílio”, de Rousseau. Ambas atitudes pedagógicas são complementares, embora diferentes (de um lado, extrair o que o outro sabe e, de outro, o que o educador pode passar para ele).

Não parece ter-se constituído uma “escola” a partir desta experiência, já que as elaborações que, contemporaneamente, continuam gravitando em torno das concepções clássicas do Serviço Social são dos mesmos autores daquela época, sem que se registrem novos avanços<sup>44</sup>. Assim, por exemplo, Raquel Cortinas (que durante a ditadura esteve exilado na Venezuela) continua a reivindicar o “*carácter progressista que reviste o papel social do TSP [trabalhador social profissional] dentro do sistema*”, contra o que considera a hipótese “perversa” do Serviço Social reconceitualizador e seus desdobramentos contemporâneos (particularmente, no Brasil)<sup>45</sup>. Considera também que o “*O Bem-estar social é o campo natural de ação do trabalhador social profissional (TSP), desde que é inconfundível sua identidade profissional com os princípios que consagram os direitos humanos e a ideologia humanista que os sustenta*” (CORTINAS, 2003, p. 32). Existe, nesta autora, uma correta compreensão do espaço institucional, como o lugar da prática profissional, no entanto, uma enorme dificuldade de se apropriar das elaborações (marxistas ou não) sobre os mecanismos de funcionamento do Estado e das políticas sociais, como forma de enfrentamento da “questão social”. Qualquer proposição, que demonstre o papel das políticas sociais nos processos de acumulação de capital e de legitimação social, é desqualificada como sendo uma hipótese “perversa”, de ênfase exclusiva na “estratégia da classe dominante”, quando existe bastante evidência da íntima relação entre o produtivismo fordista e a “cultura do consumo”, estimulada pelo estado keynesiano nos “anos gloriosos” do capitalismo no período de pós-guerra na Europa. No caso de Enrique Di Carlo (que vive e trabalha na Argentina), parece ter se inclinado, de uma forma cada vez mais definida, para o campo da fenomenologia social, distanciando-se do campo do interacionismo simbólico, sustentando “*a compreensão como o procedimento gnoseológico adequado à metodologia profissional*” (DI CARLO, 1997, p. 87). Em ambos os casos, existe ainda uma grande precariedade teórica, que não foi superada ao longo de todos estes anos. Osvaldo San Giácomo, que exiliou-se no México durante a ditadura, no seu retorno, com a redemocratização, passou

<sup>44</sup>Fizeram parte desta equipe: “*Osvaldo San Giácomo, Elvira Soumastve, Máximo Somaruga, Olga Rehkovski, J. León Barreto, Alma Mañanaz, Tamaris Da Rosa, Amelia Stagno, Carmen Patrón, Nedel Alteg, Renné Dupont, Blanca Gasin [sic] y Marisa Garicoits y Estelva Bavaibar*” (DI CARLO, 1983, p. 14). Também colaboraram o Professor Carlos Pareja e a professora Susana Insúa (ibidem).

<sup>45</sup>Uma crítica às concepções de Raquel Cortinas sobre a hipótese “perversa” da origem do serviço social foi publicada na *Revista Trabajo Social* No. 32 (ACOSTA, 2004).

a trabalhar na escola como chefe de umas das oficinas de teoria e prática profissional; hoje, continua no México, para onde reingressou, continuado a trabalhar no desenvolvimento das reflexões sobre a “comunicação racional”. É dele a reflexão sobre o processo de conhecimento que se desenvolve a partir da “comunicação racional”, partindo do problema social, como concreto sensível, para chegar ao problema social, como concreto pensado. Já sublinhamos o lugar particular que ocupa Renée Dupont<sup>46</sup>, já que suas reflexões estão além da produção desta equipe, tendo conquistado uma personalidade própria, transcendendo as fronteiras nacionais.

A única integrante desse grupo, vinculada ainda à escola (atualmente, Departamento de Trabalho Social), é Blanca Gabín<sup>47</sup>, que passou oito anos e seis meses (e quatro dias) na cárcere durante a ditadura (entre 1975 e 1984). Esta professora começou a estudar Serviço Social em 1962, pretendendo estudar com Herman Kruse, a quem conhecia pela sua experiência de trabalho no teatro, e finalizou seus estudos em 1995. No ano de 1963, entrou na Juventude Comunista, após o início de sua militância no Partido Socialista. Trabalhou como docente entre os anos de 1968 até 1971, quando pediu demissão em base a que o clima da escola dificultava o desenvolvimento da suas atividades docentes (eram freqüentes as paralisações dos estudantes, pautados na necessidade de discutir o método profissional a ser utilizado antes da ida para o atividade de campo, isto é, queriam, como se dizia nas assembléias daqueles dias, “*parar o movimento para estudar o movimento*”). Obviamente, também, gravitou nessa decisão as enormes tarefas políticas que o momento político estava reclamando. Foi nesse período que se vinculou à equipe de pesquisa de Enrique Di Carlo, motivada pela exigência de “*rigor intelectual*” com o qual se trabalhava. Liam-se os autores clássicos, desde os “Diálogos Socráticos”, de Platão, até “Emílio”, de Rousseau, passando pela “Metafísica dos Costumes”, de Kant. Este tipo de leitura não era freqüente em uma escola de Serviço Social naqueles dias, já que, normalmente, privilegiava-se um estudo de caráter mais instrumental. Portanto, através da participação, nessa pesquisa, foi possível “*ter aceso ao mundo da cultura com maiúscula*”.

As inquietações teórico-profissionais focalizavam-se na atuação junto a setores dos trabalhadores beneficiários da extensa legislação social: “*Nós não sabíamos sobre o Estado de Bem-estar Social, sabíamos da grande quantidade de leis sociais aprovados pelo parlamento e queiramos vincular o Serviço Social a esse movimento*”. Naquele momento, não havia tempo para estudar, e muito mais aprofundar, uma bibliografia extensiva, porque a

<sup>46</sup>Infelizmente já falecida, logo após seu exílio no Canadá, quando passou a trabalhar numa ONG, em Nicaragua, durante o período da revolução sandinista.

<sup>47</sup>As informações que se fornecem a seguir são resultado de uma entrevista realizada a esta professora no dia 18/05/2002. Somos muito grato a ela pelo tempo dedicado a este trabalho.

militância absorvia todas as energias, além disso, o marxismo não tinha entrado na universidade (hoje, diz Blanca Gabín, a situação é ainda mais difícil, por causa da orientação mercantil que tem o trabalho intelectual na universidade). Além do mais, para se realizar uma pesquisa, com aprofundamento de conhecimentos, é necessário, além de tempo, uma certa tranqüilidade dentro da dinâmica institucional e na vida pessoal, condição impossível de ser alcançada, por causa das exigências do trabalho na vida cotidiana, que só tem se agravado na contemporaneidade.

Em relação ao desenvolvimento da teoria social de Marx, no Uruguai, para Gabín, o grande intelectual orgânico da classe operária foi o Partido Comunista do Uruguai (PCU), que tornou o marxismo uma força social material, ao orientar o trabalho prático de muitos milhares de militantes no seu dia a dia. Portanto, a grande teoria nunca esteve separada da prática política cotidiana (ou seja, a teoria não era tarefa exclusiva de “intelectuais tradicionais” que produzem teoria “pura” no espaço universitário). Existiram alguns grupos de estudo especializados em áreas específicas das ciências sociais, como aquele de historiadores (Lucia Sala de Toura, N. de Torres e J. Rodriguez), e o de economistas, que escreviam na revista teórica do Partido “*Estudios*”, conhecidos como o núcleo de economistas “*Samuel Behak*”.

No período de redemocratização, Blanca Gabín trabalhou nas *oficinas de teoria e prática profissional* com a *Ideologia Alemã* de Marx e Engels (1985), mas não com a obra de Lukács. Para Gabín, a pequena produção marxista no Serviço Social do Uruguai, *também* se explica em razão de uma variante pessoal: “*nós não tivemos uma pessoas tão inteligentes como Marilda Yamamoto, e José Paulo Netto, e isso é assim*” porque a história passa também por indivíduos.

### 3.2.4 A mesa redonda convocada pelo jornal “El Popular”

No ano de 1970, o jornal “El Popular” (de circulação diária, produzido pelo Partido Comunista) iniciou uma série de mesas redondas com profissionais de diversas áreas para discutir o papel dos profissionais diante das perspectivas anti-capitalistas que se colocavam na sociedade uruguaia, em particular, entre os intelectuais vinculados ao trabalho universitário. Estas mesas redondas, convocadas sob o tema de “*Profissionais do sistema contra o sistema*”, teve sua primeira realização na discussão sobre Serviço Social, dela participando: Herman Kruse<sup>48</sup>, Renée Dupont e Raquel Cortinas (CORTINAS; DUPONT;

<sup>48</sup>A situação de Kruse, professor da disciplina de Desenvolvimento da Comunidade (1959-1970 e 1975-1976), no interior do processo de renovação do Serviço Social será analisada no ponto 3.3, na página 295.

KRUSE, 1970)<sup>49</sup>. Este debate aconteceu em 20 de junho de 1970 e foi publicado na *Revista de los Viernes*, no dia 10 de julho de 1970, suplemento do jornal “**El Popular**”, na série “*Profissionais do sistema contra o sistema*”, sob o título “*O Assistente Social, aqui e hoje*”. Seus participantes discutiram: 1) o que é Serviço Social?, 2) papel do Assistente Social na nossa sociedade, e 3) perspectivas para o futuro.

Os integrantes dessa mesa redonda tinham sido convidados em função de sua participação na direção do *Sindicato de Assistentes Sociais do Uruguai* – SASU, que, dito seja de passagem, vinculava-se à *Central de Trabajadores* (CNT), na condição de organização fraterna. Era uma conjuntura de radicalização da luta de classes, tanto que o próprio jornal encontrava-se fechado, por cinco dias, medida imposta pelo governo constitucional daquela época (Jorge Pacheco).

Nesse encontro, ficava bastante claro o papel do assistente social no processo de satisfação de necessidades sociais, a partir da sua inserção nas instituições de bem-estar social do Estado uruguaio, entendidas estas últimas como conquistas dos trabalhadores. Esse papel consistia em fazer a intermediação no processo de satisfação das necessidades dos usuários com as instituições prestadoras de serviços sociais, ainda que, em decorrência da crise dessas instituições vivida nesse momento, exerceria a função de “esclarecedor-informante”. Sustentava-se, em relação à terceira questão, que qualquer sociedade necessita de um tipo de profissão como a de assistente social, ainda que possa ser denominada diferentemente. Finalmente, visualizava-se a necessidade de adotar “um modelo de ação radical de denúncia e unidade junto ao conjunto mais amplo dos trabalhadores”, exercendo um papel de “advogado dos pobres”, baseado no modelo “radical-igualitário” dos assistentes sociais dos EUA (DUPONT, 1983).

Para Raquel Cortinas, o Serviço Social como instituição é “*uma atividade organizada para satisfazer determinado tipo de necessidades reconhecidas*”<sup>50</sup>. Refere-se, desta forma, às instituições prestadoras de serviços sociais, nas quais operam os Assistentes Sociais, caracterizando-as a partir de três traços: (1) reconhecimento legal, (2) cumprimento de uma função social em relação a um setor de necessidades e (3) uma organização que deve administrar essas prestações ou serviços. A origem desses serviços sociais é diversa, sendo que, no entanto, em “nossos dias”, a “*motivação, origem e impulso de estes serviços se conecta com forças sociais, principalmente de inspiração revolucionária, [...], que impulsionaram o reconhecimento de um direito social de satisfazer determinado tipo de necessidades*” (ibidem). A partir destas instituições, surge o assistente social, “*não como*

<sup>49</sup>A transcrição desse debate está incluída nos apêndices (ver no anexo C na página 374).

<sup>50</sup>A fonte desta citação e das seguintes estão no anexo C na página 374.

*um profissional liberal independente, mas como profissional que surge em uma instituição e para desempenhar um serviço conectado com a função social dessa instituição*” (ibidem). Portanto, o Serviço Social como profissão é mais uma função interna da instituição prestadora de Serviços Sociais, e já nasce para prestar uma atenção socializada, diferentemente das profissões liberais nas quais a atenção é individualista. Por causa dessa origem, o Serviço Social está desconectado, ideologicamente, de uma concepção individualista e se conecta a uma concepção comunitária ou socializadora.

Em relação ao papel do assistente social, Raquel Cortinas sustenta que ele depende do momento histórico, ou do grau de desenvolvimento econômico de um determinado país. A situação social daquele momento era, segundo esta profissional, de estancamento e até de retrocesso na prestação de serviços sociais. Por essa razão, seu papel consiste, então, em “*manter, resgatar, a função social reconhecida*” e, se ainda fosse possível, evoluir no reconhecimento de novas necessidades. Mas, por causa da conjuntura adversa, a principal tarefa residia em “*impulsionar a que as próprias instituições [...], a cumprir as funções sociais para as quais tem sido alocadas na nossa sociedade*”. Além dessa tarefa, relativa à defesa e expansão das instituições prestadoras de Serviços Sociais, Cortinas considerava muito importante a organização do assistente social, numa associação cuja finalidade seria abrir para a opinião pública os elementos de denúncia, com conhecimento de causa, para exortar à participação, principalmente, dos interessados e atingidos por essas. Trata-se de uma intervenção política que favorece as contradições sociais entre as funções das instituições e os poderes dominantes na sociedade. São, portanto, dois planos de atuação: na instituição, com o desenvolvimento da sua atividade profissional; e na associação, lutando por uma política de desenvolvimento das instituições para o atendimento das necessidades sociais.

Finalmente, em relação à transformação social, esta dará lugar a uma sociedade de novo tipo, na qual o assistente social pode cumprir, em todos os níveis, suas atividades, em particular, aquelas que na atualidade não são possíveis, como é o caso do “*método de comunidade*”. Ou seja, em uma sociedade em que seja possível, verdadeiramente, planejar e desenvolver uma ação racional, oferece condições ao assistente social para desenvolver plenamente suas funções profissionais que, como já foi dito anteriormente, complementares às funções sociais das instituições de Serviço Social.

Renée Dupont, por sua vez, concorda com Raquel Cortinas, no que diz respeito à relação da profissão do assistente social vinculada às instituições. No entanto, chama à atenção para o fato de que existem instituições públicas mas, também, outras, de natu-

reza privada, que correspondem a interesses particulares, “*muitas vezes com idéias muito atrasadas em relação a quais são as melhores fórmulas para alcançar o bem-estar social para o maior número ou para todos*” (ibidem). Desta forma, esta profissional afirma não ser partidária das instituições privadas que não respondem ao ideal do que deve ser a sensibilidade dos governos diante dos problemas sociais existentes. Registramos que, nesse momento em que ocorria essa mesa redonda, já começavam a surgir instituições privadas na área dos serviços sociais, conhecidas naquela época como “*Institutos Técnicos*”, e que logo se expandem sob o registro de “*Organizações Não Governamentais*” (ONGs). Para Renée Dupont, o Serviço Social é uma profissão, ou seja, uma forma de prática social ou práxis social. Uma prática social cuja finalidade seria atingir um ideal de vida melhor, diferentemente da concepção predominante em outros momentos em que a tarefa do Serviço Social era pensada em termos de pequenos ajustes ou mudanças secundárias. Como profissão, o Serviço Social caracteriza-se por possuir um corpo teórico próprio, um determinado reconhecimento social e uma competência técnica que o autoriza a atuar numa área que, neste caso, são os Serviços Sociais. Em relação ao papel do assistente social, a autora sustenta que ele é, fundamentalmente, dinâmico, não podendo ser definido *a priori*, nem tampouco concebido de forma cristalizada. Coincide com Raquel Cortinas na consideração segundo a qual as instituições têm se enfraquecido ultimamente. Quanto às perspectivas do Serviço Social, afirma que

[...] qualquer sociedade necessita de um tipo de profissão como a nossa, que pode ser denominada de um outro modo, mas, está comprovado cientificamente que a solução dos problemas materiais e a solução das situações mais negativas que em geral preocupa, não significa que se terminem todos os problemas, porque níveis de vida mais elevados por sua vez despertam, naqueles que os desfrutam, expectativas de novos avanços, e, além demais, em cada sociedade se colocam situações peculiares que também precisam ou exigem intervenções parecidas ou semelhantes com as que nesta sociedade desempenha o assistente social profissional (ibidem).

Esta citação é importante porque constitui-se numa marca dos integrantes da perspectiva de “comunicação racional”, anteriormente enunciada: a concepção de que o Serviço Social não se extingue com o fim da sociedade capitalista. A própria mesa redonda resulta do protesto de Renée Dupont, dirigido a uma nota do jornal, fazendo referência a um discurso do líder cubano, Fidel Castro, quando afirmava que a profissão de advogado deixaria de existir com o fim da sociedade burguesa. Dessa maneira, o Serviço Social, tanto quanto a advocacia, é uma profissão que teria razão de ser, apenas, na sociedade burguesa. Esta concepção está intimamente unida àquela, formulada por Raquel Cortinas, no sentido de que o Serviço Social profissional se origina vinculado ao movimento dos

trabalhadores pelo reconhecimento dos seus direitos. Deste reconhecimento dos direitos, materializado nas instituições prestadoras dos Serviços Sociais, das quais fazem parte os assistentes sociais, decorre uma função específica e complementar àquela que, por mandato legal, as instituições desempenham. Diríamos que, na perspectiva de “comunicação racional”, rejeita-se a hipótese “perversa” sobre a origem do Serviço Social, especialmente se esta considera essa profissão uma espécie de “comitê de assuntos sociais da burguesia”. Raquel Cortinas (2003), diga-se de passagem, indica que essa concepção está presente, hoje, no debate contemporâneo do Serviço Social brasileiro<sup>51</sup>.

Em face do processo de deterioração dos Serviços Sociais, Renée Dupont afirma, cabe ao assistente social esclarecer, aos usuários, as causas dos problemas sociais decorrentes das estruturas injustas da sociedade.

Para Herman Kruse, existem várias concepções sobre a natureza do Serviço Social, dentre elas: a benéfica, que pensa o Serviço Social como uma forma da caridade; a paramédica, na qual o assistente social é visto como um auxiliar do médico; a asséptica, que concebe o Serviço Social como uma tecnologia; a desenvolvimentista, segundo a qual o Serviço Social serve como instrumento do desenvolvimento; e por último a concepção revolucionária. No entanto, do ponto de vista desse autor, o Serviço Social está operando, nesse momento, como tecnologia. Nesse sentido, procura realizar mudanças dentro do sistema, sem perceber que estas, quando alcançadas, são consumidas pelo próprio sistema. Por outro lado, as únicas mudanças significativas são aquelas que se realizam a partir de “fora do sistema”. A intervenção do assistente social se desenvolve através de programas que podem ser paliativos, quando apenas tentam dar resposta a demanda imediata, ou curativos, quando objetivam atacar a raiz desses problemas. Acontece, no entanto, que na busca de uma solução de fundo, não encontrada no indivíduo, nem na família, nem tampouco na comunidade, ela vai ser localizada no subdesenvolvimento. De acordo com este autor, isso cria uma situação paradoxal, já que o assistente social é contratado pelo Estado, interessado exclusivamente na conservação da ordem social, quando a busca de solução dos problemas manifestados na prática deste profissional implica em mudar o Estado. Esse paradoxo seria resolvido na exploração das contradições do sistema, que “significam fissuras”. Na exploração dessas fissuras (as contradições do sistema), está o papel revolucionário do Serviço Social (“*a ação mais inocente pode ser uma bomba de tempo*”, disse Herman Kruse na mesa redonda). Com esta colocação, Kruse procura demonstrar

---

<sup>51</sup>Como já foi sublinhado na nota de rodapé 45, página 276, é uma hipótese obviamente equivocada, construída a partir de uma leitura superficial da literatura publicada pelo Serviço Social do Brasil nos últimos anos.

que o lugar do assistente social num processo revolucionário, como aquele que ocorre, nesse momento, na América Latina, “*não está em tomar o fuzil, mas, em aproveitar as fissuras do sistema, para demonstrar e convencer à gente das contradições*” (ibidem). Este seria o tipo de trabalho curativo que o assistente social, como funcionário público - ou seja, na visão de Kruse, funcionário da ordem social -, poderia realizar, mesmo que, segundo seu ponto de vista, não possa abdicar de fazer o trabalho paliativo. Em relação às perspectivas do Serviço Social, este autor visualiza o processo pelo qual o Serviço Social pode deixar de ser um tecnologia para se transformar em ciência, sendo necessário, para isso, revisar os métodos de trabalho, criados nos EUA e adequados para as agências de Serviço Social dessa realidade. Isso porque nossas instituições foram calcadas no modelo europeu de seguridade social e, nesse quadro, o Serviço Social é apenas um de seus organismos. Além da questão metodológica, para se tornar uma ciência, o Serviço Social tem que esclarecer qual o nível da teoria com que trabalha. Até o momento, o Serviço Social tem operado, quase que exclusivamente, com teoria de nível macro, inspirada nas ciências sociais, especialmente, sociologia, psicologia e antropologia. Para superar esta situação e passar a contar com uma teoria própria, Kruse recorre à concepção de “prática teórica” de Althusser para, a partir da prática, produzir novos conhecimentos teóricos (esta formulação de “prática teórica” é analisada, por nós, mais adiante, na seção 3.3.1 na página 302). A intervenção de Kruse, colocando a atualidade da revolução no continente, na definição do papel dos assistentes sociais, levou a centralizar o resto do debate dessa mesa redonda na referida problemática. Mesmo sendo esta a principal preocupação, identificada naquele evento, Raquel Cortinas inicia sua intervenção, tecendo algumas precisões sobre a “natureza” do Serviço Social, ao afirmar que este é uma “*profissão assistencial que se dá ou realiza em uma relação direta com o assistido*”. A tarefa do assistente social consiste em conectar o indivíduo às instituições (na medida em que, para ela, as necessidades são resolvidas pelas instituições) e, excepcionalmente, o próprio assistente social pode ser o recurso direto na satisfação de alguma necessidade do usuário. Esta colocação, relativa à intervenção direta do assistente social, é partilhada, também, pelos demais profissionais que participam da perspectiva da “comunicação racional”, os quais, como mencionado anteriormente, buscam no interacionismo simbólico a fonte explicativa da prática do assistente social, na trilha de Mary Richmond.

#### **3.2.4.1 Serviço Social e revolução social**

Como assevera Raquel Cortinas: “*nós, os marxistas, dizimos que a revolução a fazem os povos através da práxis revolucionária, e não outra forma de práxis, não através*

*de uma práxis profissional, é através da práxis revolucionária [que se faz a revolução]*". (ibidem). Para ela, a participação na práxis revolucionária pode ser direta, no plano da política, ou indireta, através do fazer específico contido no trabalho técnico. Neste último, o assistente social se conecta com as necessidades das classes sociais subalternas e, na medida que o profissional se orienta no sentido da superação dessas necessidades, se conecta com a ideologia das classes oprimidas e, através desse conduto, chega ao marxismo. Na mesma direção, Renée Dupont opina, assegurando que "*as profissões, enquanto profissões, não têm como objetivo fazer a revolução*". Considera falsa, errada e distorcida a posição de alguns estudantes de Serviço Social, tanto no Uruguai como em outros países da América Latina, de que o assistente social, ao trabalhar de uma certa forma, pode não estar contribuindo com a revolução. Pensa que, caso o estudante ou, o profissional, opte por fazer a revolução, no sentido "material" do termo, "*tem que pegar as armas e fazer o que Fidel Castro fez*", acrescentando que, obviamente, este pode primeiro ser profissional e depois partir para a guerrilha. Mas, a partir do momento que se capacita para ser um profissional, não pode pretender, dentro desse quadro institucional, fazer revoluções. Pode sim, e aí está a questão, ter a mente clara sobre o papel que as profissões podem desempenhar em determinadas circunstâncias históricas, para não fazer estancar a revolução. Kruse também partilha da idéia de que as revoluções são feitas pelos povos. No entanto, pensa que nas profissões acontece a mesma luta ideológica que na sociedade, assim sendo, "*a ideologia que deve ter o assistente social, é a ideologia do proletariado*". Desta forma, ou seja, a partir da ideologia do proletariado, é possível compreender o processo histórico do Serviço Social como um movimento dialético, compreendendo tese, antítese e síntese, que, por sua vez, esta última se constitui em uma nova tese que continua o desenvolvimento dialético da história. O método dialético também pode ser empregado no processo de intervenção profissional, da forma explicado por esse autor, aproveitando as "brechas" das instituições. Nesse sentido, o Serviço Social deve abandonar a metodologia da ciência burguesa, para não seguir cometendo os mesmos erros (problema abordado na seção 3.3.1, página 302, deste trabalho). A reflexão de Kruse parece, em toda sua exposição, estar mais sintonizada com a tendência hegemônica no debate contemporâneo do Serviço Social daqueles dias (na medida em que se preocupa com a revolução social, o trabalho com (ou contra) as estruturas, principalmente, do Estado), enquanto que posição de Cortinas, e igualmente de Dupont (com matizes entre ambas) vincula-se a uma perspectiva clássica, ainda que com pretensões de cientificidade, baseada na relação "*face a face*" (o Serviço Social de casos e de grupos, especialmente por parte de Renée Dupont). Como já foi sublinhado anteriormente, tanto Kruse como Dupont e Cortinas estão desenvolvendo uma

reflexão sobre o Serviço Social numa conjuntura em que há, de forma bastante clara, o monopólio do Estado sobre as políticas sociais (ou sobre o campo do Bem-estar social como diz Raquel Cortinas). Isto é, não entram no questionamento dos pressupostos do Serviço Social clássico (e do Uruguai clássico, “batllista”). Enquanto Kruse reivindica a intervenção do Serviço Social em nível macro social (no planejamento do desenvolvimento), as outras duas profissionais defendem o aprimoramento de suas formas de trabalho no espaço micro social, dentro da esfera do estado social uruguaio “batllista” (daí a necessidade de reivindicar o campo do “Bem-estar social” como a esfera de intervenção profissional).

### 3.2.5 O desenvolvimento do Serviço Social na ditadura

Como já foi sublinhado, a partir de 1977, isto é, na ditadura, foi implementado um novo currículo retrógrado, com o predomínio de uma concepção para-médica do Serviço Social, acrescida de uma agravante, a incorporação da doutrina de segurança nacional, como também aconteceu em todo o ensino universitário e pré-universitário. Por causa dessa situação, no âmbito da universidade pública, os vetores mais críticos que ainda podiam se manifestar, se deslocaram para o setor privado, com particular destaque para duas instituições (organizações não-governamentais como se diz hoje): *Equipos Consultores Asociados*, instituição fundada no ano de 1976, e o *Centro de Investigación y Desarrollo Cultural* (CIDC), fundada no ano de 1973. Também a “escola católica” passou a adquirir uma relativa importância, isso porque alguns dos professores, demitidos da universidade pública, passaram a trabalhar nesse espaço. No entanto, os principais centros de elaboração de propostas de trabalho profissional estiveram relacionados à primeira das instituições - *Equipos Consultores Asociados* - e, em um menor grau ao CIDC - e a outras instituições que trabalhavam em processos de “educação popular”.

A proposta dos assistentes sociais daquela primeira instituição baseava-se no *marco lógico de elaboração de projetos*, que fora, por assim dizer, “testado” no “sistema” “*Manos del Uruguay*”. A relevância das elaborações dos profissionais vinculados a este espaço se evidencia na duradoura influência que exerce na profissão (possivelmente não apenas no Serviço Social como também na Sociologia), já que chegou a fornecer um verdadeiro “modelo” de intervenção profissional, usufruindo de ampla difusão e aceitação profissional. E também, como citamos, há a experiência concreta em uma cooperativa de produção artesanal, com mulheres trabalhadoras, conhecida como *Manos del Uruguay*. Outra grande contribuição deste grupo de profissionais, durante este período, foi a pesquisa sobre o “*Perfil profesional do Serviço Social: o caso do Uruguai*” (GERPE DE BELLINI et. al.,

1980), primeira investigação sobre o próprio Serviço Social, com o apoio do CELATS - Centro Latino Americano de Trabalho Social (de fato, integrava um projeto de pesquisa mais abrangente, patrocinado por esta instituição, realizado na América Latina). Finalmente, este mesmo grupo de profissionais, também, se mobilizou, junto com os jovens profissionais formados no currículo de 1977, para (re)constituir a organização da categoria profissional, início da década de 1980 (GRUPO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1981).

Na produção teórica deste grupo, é perceptível a influência do neo-positivismo. A proposta do “enfoque centrado no impacto” na formulação de projetos sociais (EQUIPOS CONSULTORES ASOCIADOS, 1992), consiste na formulação de projetos de intervenção profissional pautados pela racionalidade instrumental (uma forma de manipulação sutil do comportamento). Nesta metodologia de formulação de projetos, procura-se distinguir as hipótese de gestão (denominadas supostos), das hipótese teóricas (hipótese básica do projeto). As primeiras, estabelecem a relação entre os recursos (insumos do projeto), e os produtos (resultados que podem ser constatados empiricamente). Sustenta-se que através das atividades do projeto, os insumos são transformados em produtos. Caso se constate que o produto não foi obtido na quantidade prevista inicialmente pelo projeto, assume-se que existiu um erro de gestão (seja porque os insumos não foram providenciados na forma ou na quantidade necessária, seja porque as atividades do projeto não foram realizadas adequadamente). A hipótese básica do projeto, estabelece a relação do produto com os, assim chamados, objetivos de impacto. Esta hipótese básica depende da qualidade da teoria social com a qual operam os agentes profissionais. Segundo os autores desta proposta, os impactos dos projetos de natureza social, são os resultados “sociais” esperados pelos agentes profissionais. Estes resultados consistem geralmente, no desenvolvimento das capacidades, do nível de informação, e das atitudes dos beneficiários do projeto; ou seja, trata-se, através das atividades do projeto, de propiciar o desenvolvimento de sistemas sociais, entendidos como sistemas de comunicação e informação. Considerando o projeto social como uma espécie de experimento no âmbito social (seguindo o padrão de conhecimento das ciências positivas), o produto opera como a variável independente (aquela que o pesquisador ou administrador do projeto manipula como meio ou causa) e, o impacto, é a variável dependente (aquela que o gestor do projeto procura mudar). Assim, a intervenção profissional, pautada pela elaboração lógica de projetos, adquire a forma de uma função entre a variável dependente (efeito) e a variável independente (causa):  $y = f(x)$ . Resulta evidente, nesta proposta, que o assistente social opera como um tecnólogo que, ao mesmo tempo que aplica o conhecimento das ciências sociais na realidade com uma intencionalidade de mudança social, também verifica hipótese, possibilitando a

retroalimentação do trabalho teórico. Esta é a causa pela qual esta perspectiva pode ser denominada, de uma forma mais apropriada, como sociológica, antes que modernizadora. O assistente social é um sociólogo prático, o Serviço Social uma Sociologia aplicada e, o resultado da intervenção profissional, pode ser interpretado nos termos de uma teoria da modernização da sociedade.

“*Manos del Uruguay*” é uma organização que nasceu, no ano de 1968, a partir de uma iniciativa de um grupo de mulheres vinculadas às classes dominantes (as sócias “fundadoras”), e de profissionais do Serviço Social, com a finalidade de impulsionar a formação de uma cooperativa de produtores integrada exclusivamente por mulheres artesãs do meio rural, com o propósito de criar novas fontes de trabalho, e elevar o nível econômico, social e cultural dos sócios cooperativistas. Na sua origem era, portanto, uma organização destinada à promoção social de mulheres do meio rural. Segundo Mónica De Martino (1988), “*Manos del Uruguay*” pode ser caracterizada:

... como una propuesta de progresiva industrialización del trabajo artesanal, disgregado en el medio rural, enmarcada claramente dentro de relaciones capitalistas de producción, no ortodoxas en muchos aspectos y hegemonizada notoriamente por las clases dominantes (ibidem, p. 55).

Ao longo do processo de desenvolvimento desta experiência a organização mudou, passando a se constituir numa empresa, um “sistema” encabeçado por uma “Central de Serviços”, que presta assistência a um conjunto de cooperativas de artesãs. O processo de trabalho tornou-se cada vez mais industrializado, e voltado para o mercado, preferencialmente o mercado de exportação.

No interior desta organização, um conjunto de assistentes sociais, ocupou um lugar destacado, integrando o Departamento de Promoção e Produção, no processo inicial de constituição desta organização, e na transição da organização social inicial (1968-1975) para uma organização de tipo empresarial (1975-1980), que se consolida na década dos anos oitenta. Estes assistentes sociais ocupavam o cargo de “coordenadores” buscando, “*que as pessoas desenvolvam suas capacidades para uma correta integração e participação na vida cooperativa, e se formem para a gestão da mesma e do sistema 'Manos del Uruguay'*” (ARZUAGA; BRIANO, 1982, p. 71). Esta organização, foi um modelo privilegiado, para o desenvolvimento da reflexão, por parte de um grupo de assistentes sociais, que estamos caracterizando como “modernizadora” ou “sociológica”. A organização “Equipos Consultores Asociados”, prestou assessoria técnica, em diversas oportunidades, durante processo de consolidação desta experiência.

Como foi observado anteriormente (na citação da página 260), os assistentes sociais

vinculadas a esta perspectiva, sustentavam que o tipo de intervenção profissional por eles praticado, dependente para sua reprodução da sustentação econômica da própria organização social (o “sistema-cliente” como diziam), fazia parte das experiências profissionais mais dinâmicas e criativas daquela época. Ao mesmo tempo, afirmavam que as práticas orientadas pela “educação popular”, apenas reproduziam com uma linguagem teoricamente mais avançada os pressupostos do Serviço Social tradicional. No obstante, estas práticas, que procuravam desenvolver o sistema-cliente em termos de informação e comunicação, junto com a capacidade de geração de recursos, não revelaram, como ficou demonstrado pela análise sobre o “sistema” “*Manos del Uruguay*” realizada por Mónica De Martino (1988), que possam avançar na constituição de uma organização social, capaz de ser sujeito, para além da dinâmica do mercado da qual dependem.

A segunda perspectiva que emergiu durante a ditadura foi a *educação popular*. Esta tem uma longa história que se remonta ao movimento da ilustração na Europa durante o século XVIII. Foi no interior deste movimento que se consolida a concepção da educação como uma função do Estado, e não da Igreja. Este movimento, era popular, no sentido de procurar estender a educação para as camadas populares, entretanto, era conduzido de “cima para baixo”, pelos “déspotas ilustrados”, isto é, sem pretender responder às necessidades das próprias camadas populares.

No Uruguai, a reforma do ensino primário, que será efetivada no ano de 1877, durante o período “militarista”, foi inspirada nas idéias positivistas, das quais José Pedro Varela (o reformador da escola pública, laica, gratuita e obrigatória) era o principal porta-voz. Esta reforma foi impulsionada pela *Sociedade de amigos da educação popular*, instituição criada no ano de 1868. A reforma escolar tinha como finalidade, principalmente, o disciplinamento das camadas populares, consideradas como “bárbaras”, para sua inserção no incipiente mercado de trabalho que estava começando a se constituir, nas últimas décadas do século XIX.

No século XX, pode ser indicado como antecedente das experiências de educação popular, a prática de extensão universitária. Esta prática foi uma reivindicação do movimento reformista dos estudantes universitários de início do século XX. Os estudantes reunidos no *Congresso Universitário Americano*, no ano de 1931, na cidade de Montevideu, sustentavam que a universidade devia:

...abrir sus puertas lo más ampliamente posibles a fin de que todos los integrantes del cuerpo social estén en igualdad de condiciones para adquirir la alta cultura; pero además, debe extender su acción y llevar la

cátedra a todos los sectores de la opinión pública, especialmente aquellos que mayores dificultades tienen para llegar, por su situación económica, a escuchar la palabra de los grandes maestros (citado por BRALICH, 1994, p. 37).

Os primeiros passos dados pela prática da extensão universitária como uma forma de educação popular, eram em verdade uma forma de levar a cultura superior para os setores populares, considerados estes últimos, como seres passivos. Foi mencionado, no primeiro capítulo, a experiência das universidades populares (inspiradas na prática do movimento universitário peruano), promovidas pelo “*Centro Ariel*”, como uma forma de aproximação à realidade social por parte dos estudantes universitários.

Um outro antecedente da educação popular, está nas “*Missões sócio-pedagógicas*”, realizadas pelos estudantes de magistério, a partir dos anos quarenta do século passado, inspiradas nas experiências mexicana e espanhola. Estas missões se desenvolverão ao longo dos anos quarenta e cinquenta, incorporando também à própria Universidade da República. Nestas missões, terá início uma mudança de atitude em relação aos setores populares (fundamentalmente de origem rural), passando de uma prática assistencialista e/ou culturalista, para uma prática de promoção e participação social que levava a colocar em questão as estruturas sócio-econômicas.

Também pode ser observado como antecedente, as mudanças no campo das ciências sociais, com o questionamento do padrão positivista de conhecimento, e o surgimento das propostas de investigação participante, ou investigação-ação. Neste caso, os indivíduos que eram objeto de investigação, passavam a se constituir em sujeitos da pesquisa.

A virada da educação popular, no sentido da ruptura com a concepção de mera ilustração das camadas populares, para uma visão da educação como prática da libertação, aconteceu na década de 1960, a partir das propostas do educador brasileiro Paulo Freire. Segundo Pilar Ubilla (1996), a educação popular se define não apenas pelo sujeito para quem está dirigida –os setores populares, neste caso– mas, principalmente, pela intencionalidade social e política. Segundo Paulo Freire;

... la educación popular, cualquiera sea la sociedad en que se de, refleja los niveles de la lucha de clases de esa sociedad ... La educación popular se plantea, entonces, como un esfuerzo en el sentido de la movilización y de la organización de las clases populares con vistas a la creación de un poder popular ... esto no significa que afirmemos que la educación es un instrumento para la transformación radical de la sociedad. Afirmar que la práctica educativa es el instrumento para la transformación revolucionaria de la sociedad, me parece ingenuo. Claro que lo que no se puede negar es que la práctica revolucionaria transformadora de la sociedad es

en sí misma pedagógica, en sí misma educativa (FREIRE *in* BRALICH 1994, p. 71)

Paulo Freire, evoluiu de uma concepção marcada pela problematização das situações sociais, visando à conscientização, para uma perspectiva da instrumentalização desses setores populares, na luta contra a dominação, como se observa na citação anterior. As idéias de Freire tiveram uma ampla difusão no continente latino-americano, sendo incorporadas por militantes políticos particularmente aqueles ligados à Igreja Católica. Ao longo dos anos setenta, e principalmente, nos anos oitenta, uma grande quantidade de Organizações não-governamentais, operavam com esta perspectiva, ainda que com grandes divergências entre elas. Da concepção de fortalecimento da consciência crítica, inspirada nas idéias de Freire, passou-se à idéia da educação popular como um processo que procura desenvolver a *consciência de classe*. No Uruguai, a reflexões da José Luis Rebelatto (1946-1999), um filósofo que teve grande influência no Serviço Social, particularmente na *oficina de teoria e prática profesional “C”* (conhecida como “educação popular”), que também trabalhou no *Centro de Investigación y Desarrollo Cultural (CIDC)*, estavam direcionadas neste último sentido (Cf. REBELLATO, 1993). Este autor, trabalhou sob a inspiração de uma conjunto heterogêneo de autores que abarcou desde Mariátegui, Gramsci, a Escola de Frankfurt, Paulo Freire, a teologia da libertação, a filosofia da libertação, o pensamento hermenêutico de Paul Ricoeur, Michell Foucault, entre outros. Travou um diálogo crítico com a tradição marxista:

Si la educación popular encuentra en el marxismo un camino para volverse más radical y eficaz, por otro lado plantea exigencias que le imponen escoger entre varios tipos de marxismo y desarrollar dentro del marxismo ciertas dimensiones. Por esto la educación popular rechaza versiones economicistas, deterministas o dogmáticas del marxismo. Busca en él un método de investigación y no un sistema de verdades absolutas; un método para fortalecer y orientar la libre iniciativa de los hombres y no sólo para tomar conciencia de procesos objetivos. Busca para la nueva sociedad un sistema de valores capaces de plasmar un hombre y un pueblo nuevos, y no sólo un conocimiento científico de la realidad (REBELLATO, 1993, p. 33).

Nesta proposta, poder-se-ia dizer que se sustenta que o trabalho do profissional do Serviço Social (que seria fundamentalmente um educador popular), consiste, seguindo as pegadas de Gramsci, em transformar o senso comum em bom senso. Trata-se da incorporação seletiva das idéias deste dirigente comunista, já que, como o próprio Rebellato diz, a educação popular incorpora *determinadas* dimensões do marxismo. Neste caso, Gramsci será incorporado, como um pensador hermenêutico, antes que dialético. Contudo, merece

ser sublinhado, que si para os autores da comunicação racional, a prática do profissional do Serviço Social, consiste na transformação do concreto sensível em concreto pensado através da comunicação racional, estes outros autores sustentam que a prática profissional consiste na transformação do senso comum em bom senso. São concepções diferentes, mas não antagônicas, e em certa medida perfeitamente compatíveis. Em um caso, a prática profissional acontece num espaço institucional, mediado pelas normas da organização, no outro caso, a prática profissional se desenvolve num espaço extra-institucional, mediado pela interação simbólica entre participantes de uma experiência em comum. Todavia, na comunicação racional, existe a intenção de, a partir das reflexões iniciais de Mary Richmond, buscar uma fundamentação dialética para a prática profissional, enquanto que nesta outra perspectiva, percorre-se o caminho contrário (da dialética para a hermenêutica)<sup>52</sup>.

A educação popular no Uruguai, começou a ser difundida, no anos sessenta, num quadro que os integrantes deste movimento denominam como *cultura de contestação* (UBILLA, *ibidem*), mas foi na resistência à ditadura, que esta proposta mais cresceu, na medida em que, fechados os espaços tradicionais da prática política institucional, se redescobrem os espaços de trabalho micro social vinculados à vida cotidiana. Esta prática foi desenvolvida por intelectuais que tinham ficado desempregados por causa da ditadura, e por militantes políticos não organizados, contando com respaldo financeiro internacional para a criação de instituições de promoção e investigação (as ONG's). Estas intelectuais pretendiam se constituir em intelectuais orgânicos das classes subalternas. Algumas destas instituições não-governamentais tinham sido constituídas antes do início da ditadura, como por exemplo, EMAUS em 1955, o Centro Cooperativista do Uruguai (CCU) em 1961, e o Centro Latino Americano de Economia Humana (CLAEH) no ano de 1958.

As instituições, mais fortemente identificadas com a Educação Popular, são, além do CIDC, fundado em 1973, o *Programa de Educación Popular* no ano de 1988, o *Centro de Investigación y Promoción Franciscano y Ecológico* em 1980, o *Servicio de Paz y Justicia* que surgiu em 1981, e o *grupo Aportes*, originado a partir do movimento *Emaus*, no ano de 1984.

Os militantes da Educação Popular, participaram fundamentalmente no espaço microsocial, ainda que também tenham tido participação no processo de constituição de organizações de massas, como por exemplo, a *Federação de Cooperativas de Vivenda por Ajuda Mútua* (FUCVAM), fundada no ano de 1970, a reorganização do movimento operário e do movimento estudantil. O movimento, pelo "Voto Verde"<sup>53</sup>, foi, na visão dos

<sup>52</sup>Na dialética o materialismo filosófico é preservado, na hermenêutica, o materialismo é abolido.

<sup>53</sup>Foi um referendun contra a Lei da Caducidade, aprovada pela parlamento no ano de 1986, conhecida

próprios militantes desta perspectiva, o maior espaço que as ONG's identificadas com a Educação Popular tiveram, para o desenvolvimento de práticas sócio-educativas fundadas nesta concepção.

Para os integrantes desta corrente político-social, a Revolução Sandinista (1979), exemplifica o papel da Educação Popular num processo revolucionário:

Se puede decir que la Revolución Sandinista asumió la Educación Popular como parte integrante del trabajo revolucionario, en cuanto a la relación entre el Estado y la Sociedad Civil, entre la dirigencia y el pueblo, entre las organización de base y la conducción política (UBILLA, 1996, p. 45)

Todavía, nesta concepção, a política institucional é rejeitada, trazendo por conseguinte também, a desconfiança em relação às práticas da esquerda tradicional (que é denominada como esquerda institucional), colocando no seu lugar a esquerda social, ligada aos movimentos sociais (em muitos casos de origem católico). Por esta razão, é que esta concepção teve seu período de auge durante o eclipse da política institucional, no período ditatorial. Junto com esta rejeição às práticas institucionais, existe também uma desvalorização do saber acadêmico-institucional, que corre paralelo à valorização do saber “popular” como um saber autêntico e verdadeiro.

Esta perspectiva, a pesar de estar, na atualidade, praticamente ausente no espaço acadêmico da Departamento de Trabalho Social, tem uma presença destacada em segmentos da profissão. Expressão desta influência é a *Revista Trabajo Social* que circula desde o ano de 1986. Trata-se de uma revista aberta e plural, ainda que expressa de um modo particular, uma vontade de hegemonia político-profissional, atrelada a esta perspectiva. Além deste espaço, os integrantes da perspectiva da Educação Popular, têm destacada participação nas ONG's e, através delas, em determinadas esferas da prefeitura da cidade de Montevideu, especialmente a partir do triunfo eleitoral da esquerda no ano de 1989 na capital do país.

Finalmente, relembremos que durante a ditadura, começou um movimento de resistência e reorganização do movimento estudantil universitário, que na Escola Universitária de Serviço Social, recriou o Centro de Estudantes, e pouco tempo depois, participou em forma destacada na reconstrução da associação dos assistentes sociais.

---

popularmente como, “lei da impunidade”, porque eximia aos militares da punição por parte da justiça, pelo delitos cometidos durante o período ditatorial. O referendun foi finalmente rejeitado, no dia 16 de abril de 1989, razão pela qual a lei foi confirmada.

### 3.2.6 O Serviço Social na redemocratização: as oficinas de teoria e prática profissional na Escola Universitária de Serviço Social

No final da ditadura, o Serviço Social, no Uruguai, retomou as propostas de reforma do currículo de 1966, implementado a partir de 1967. O ajustamento, nesse currículo, em meados dos anos 1980, consistiu, fundamentalmente, na criação de “oficinas”, com diferentes orientações teórico-metodológicas. Nestas “oficinas” - que culmina, pode-se afirmar, esse processo de reforma curricular, inspirada no processo de reconceitualização - desenvolvia-se o ensino teórico-prático do Serviço Social. Como já foi sublinhado antes, a mudança dos processos pedagógicos foi uma característica da reconceitualização. Procurava-se, com a introdução desse mecanismo, propiciar uma maior integração teórico-prática, uma nova “práxis” profissional, como postulava o processo de renovação profissional. Portanto, consideramos que as “oficinas” de teoria e prática profissional são uma realização tardia do processo de reconceitualização do Serviço Social no Uruguai. Pensamos que elas ainda não são parte da pós-reconceitualização, ou seja, da (auto)crítica deste processo por parte dos assistentes sociais. As “oficinas” constituíam o eixo do processo de formação profissional, abarcando os três anos do ciclo profissional (os primeiros dois anos constituíam o ciclo básico). Nestes espaços acadêmicos, professores e alunos trabalhavam numa área determinada, desenvolvendo os diversos processos do trabalho profissional (pesquisa, diagnóstico, programação, execução e avaliação). As outras disciplinas do ciclo profissional prestavam apoio ao processo de intervenção profissional desenvolvido nas “oficinas”. Das quatro “oficinas” criadas, pensamos<sup>54</sup> que, principalmente em uma delas, desenvolvia-se uma proposta mais sintonizada com as idéias da reconceitualização. Trata-se daquela que se identificava com a “educação popular”. Nesta “oficina”, além de buscar fundamentos para a prática profissional nas idéias do educador brasileiro Paulo Freire, também recorriam à obra do dirigente comunista, Antônio Gramsci, delimitando sua área de atuação em diversas comunidades tidas como marginais (“favelas”). Numa outra “oficina”, era desenvolvida uma reflexão numa linha modernizadora (inspirada no pensamento democrata-cristão) e trabalhava-se com uma concepção de “desenvolvimento local”, tanto na área urbana como rural, perspectiva teórico-política que hegemonizava, naquele momento, a proposta pedagógica da Escola. Uma terceira “oficina” operava com uma perspectiva de reapropriação do pensamento dos “clássicos” do Serviço Social (Mary Richmond e Helen Perlman), e o

---

<sup>54</sup>Estas afirmações são realizadas a partir da nossa participação nesse período, integrando primeiro a Comissão Diretiva da Escola Universitária de Serviço Social (1986-1992) e logo depois como professor dessa mesma casa (1991-1994). Também como integrante da Comissão Diretiva da Associação da assistentes sociais do Uruguai (ADASU) entre 1981-1990.

substrato político-cultural do interacionismo simbólico entendido como uma forma de racionalidade dialética, tendo como campo de intervenção as cooperativas de trabalhadores. Nesta “oficina”, sustentava-se que a particularidade do Serviço Social, como disciplina profissional, estava na “comunicação racional”. Uma última “oficina” encontrava-se inserida, de forma muito marginal, digamos, no debate acadêmico da Escola, focalizando a análise do Serviço Social em programas de Saúde Comunitária, incorporando o referencial teórico marxista. Existiam, portanto, de fato três perspectivas na escola de Serviço Social, no período pós-ditatorial: desenvolvimento local (modernizadora), educação popular e comunicação racional. Esta última perspectiva parecia continuar a reflexão iniciada no período pré-ditatorial, em torno da figura de Enrique Di Carlo; a segunda se vinculava à linha desinstitucionalizadora, iniciada no período pré-ditatorial. A perspectiva “modernizadora” era produto de uma certa forma de resistência à ditadura, ganhando espaço no processo de reinstitucionalização democrática, quando se torna hegemônica, afirmando-se, ainda mais, com a criação da Faculdade de Ciências Sociais e, no interior dela, do Departamento de Trabalho Social (da qual resulta a auto-dissolução da Escola Universitária). É possível observar aqui uma certa continuidade entre a proposta nacional-desenvolvimentista, que presidia o currículo de 1966, e esta perspectiva. Infelizmente, não se desenvolveu um debate entre as diversas “oficinas”; pelo contrário, cada uma delas trabalhou, de forma estanque, restrita a seu público interno. Parece que, assim, o Serviço Social ficou congelado, no momento da “renovação” profissional, e não avançou no caminho da apropriação dos avanços pós-reconceituadores, como vai ocorrer em outros países (particularmente no Brasil<sup>55</sup>, sem negligenciar a contribuição do CELATS na preservação e no desenvolvimento do pensamento crítico no Serviço Social<sup>56</sup>).

A experiência das “oficinas” (como ajuste ao currículo de 1967) é encerrada no início dos anos 1990, com a criação do Departamento de Trabalho Social e a consequente (auto)dissolução da Escola Universitária de Serviço Social. A mudança de nome de Trabalho Social, em vez de Serviço Social, nos leva a pensar que se trata da culminação da renovação do Serviço Social no Uruguai. Através dessa alteração em sua denominação, procurava-se deixar de lado o passado assistencialista do Serviço Social “tradicional”, deslocando-se para uma forma de intervenção profissional mais sintonizada com as demandas contemporâneas à profissão. Trata-se de uma proposta modernizadora, que busca estabelecer um diálogo entre “iguais”, com as outras ciências sociais no âmbito da

---

<sup>55</sup>O desenvolvimento da renovação do Serviço Social no Brasil tem seguido um caminho muito particular em relação com o mesmo processo nos países do Cone Sul (ver NETTO, 2001).

<sup>56</sup>Em relação a esta instituição, o Serviço Social no Uruguai, nos primeiros anos pós-ditadura, foi particularmente refratário. As tentativas de estabelecer uma relação orgânica com esta instituição não foram veiculadas pela direção da escola, sem que se tenha definido claramente as causas desta atitude.

Faculdade de Ciências Sociais. O processo de incorporação do Serviço Social à Faculdade de Ciências Sociais foi extremamente complexo, colocando na agenda do Serviço Social uma nova interlocução com as Ciências Sociais, num clima de aguda disputa por espaços acadêmicos-institucionais. Nesse contexto, foi elaborado um currículo que privilegia a modernização do Serviço Social (com incorporação da linguagem das ciências sociais<sup>57</sup> e do nível de intervenção profissional “intermediário”, junto com os níveis macro e micro social, em substituição às “oficinas” de teoria e prática profissional. Isto significou o desaparecimento da perspectiva de “Educação Popular”, assim como daquela outra que trabalhava com a perspectiva da reapropriação dos “clássicos” do Serviço Social, a qual denominamos de “comunicação racional”.

Recentemente (desde a segunda metade da década de 1990), com o desenvolvimento da pós-graduação, a partir de um convênio com a Escola de Serviço Social da UFRJ, iniciou-se um processo de apropriação tardia do debate pós-reconceitualizado, pautado no referencial teórico-metodológico marxista e, com ele, a introdução de posições mais críticas, em relação ao Serviço Social, surgidas desde a reconceitualização (continuadas tanto pelo CELATS como por segmentos profissionais do Serviço Social no Brasil, particularmente nos seus programas de pós-graduação).

### **3.3 Herman Kruse e a renovação do Serviço Social no Uruguai**

Neste ponto, tratamos da obra de Herman Kruse (1927-2004), um autor uruguaio que, além do que vimos acima, teve uma destacada participação no movimento de reconceitualização na América Latina. Desse modo, com Kruse, inicia-se o processo de renovação profissional do Serviço Social, no Uruguai, projetando-o na América Latina. Embora sua obra, como vemos a seguir, não supere os limites teórico-políticos do nacional-desenvolvimentismo, não diminui sua relevância naquele contexto. Apesar destas limitações histórico-sociais, é possível observar, na obra de Kruse, um nível de elaboração intelectual acima da média dos assistentes sociais da época, o que explica a sua projeção para além das fronteiras nacionais.

Herman Kruse nasceu precisamente no momento final do período do Uruguai “clássico”

---

<sup>57</sup>Por linguagem das Ciências Sociais entende-se, no novo currículo, a “linguagem” das matemáticas, ainda que também a “linguagem” das ciências sociais, poderia ter como base, a partir do giro lingüístico de filosofia contemporânea, a “lingüística” (ou o modelo hermenêutico).

(o “batllismo”<sup>58</sup>), coincidindo a fase de sua formação profissional, aproximadamente, com o início dos “anos dourados” e, no caso do Uruguai, com a restauração do “batllismo” (1943-1958). Aos 18 anos de idade, ingressou na *Faculdade Evangélica de Teologia de Buenos Aires* em 1945, tendo tomado contato, pela primeira vez, com o Serviço Social no seu quarto ano de estudos. A formação teológica, de base protestante, vai exercer uma grande influência na sua trajetória intelectual, pela via do existencialismo, especialmente na versão do filósofo Karl Jaspers. Além destas influências de caráter mais universal, ele receberá a influência do semanário local *Marcha* e do magistério de Carlos Quijano - que, segundo Kruse, defendia uma forma de socialismo democrático<sup>59</sup>. Por causa dos seus estudos de teologia, em 1948, começou um estágio prático no interior do Uruguai.

Além de aprofundar-se, nas suas horas de folga, em estudos filosóficos (por exemplo, a obra de Kierkegaard), tomou contato com a literatura marxista, tendo lido, entre outros textos, o “*Manifesto do Partido Comunista*”. Como requisito dos estudos de teologia, teve que escolher uma outra disciplina, cujas opções eram: Filosofia, Línguas Antigas (hebreu e grego antigo) ou Serviço Social. Kruse escolheu o curso de Serviço Social, oferecido pelo “*Museu Social Argentino*”, uma instituição notoriamente conservadora, com um corpo docente formado, no que diz respeito, fundamentalmente, às matérias profissionais, por damas de *status* social e econômico muito elevado, mas de escassa cultura humanística (KRUSE, 1995). Kruse verifica, nesta oportunidade, a grande diferença, de nível acadêmico, entre as aulas da *Faculdade Evangélica de Teologia* e as da *Escola de Serviço Social*, e de forma recorrente, em sua trajetória, faz esta constatação: o baixo nível dos cursos de Serviço Social. Os estudos de Kruse, nesta escola, são por ele interrompidos, em conseqüência da falta de entendimento com a sua supervisora, no que diz respeito ao trabalho de campo. Havia escolhido para sua monografia o tema “*Igreja e Caridade: um estudo histórico-teológico sobre o Servicio Social*”.

Kruse tinha, e a manteve ao longo da sua trajetória, a intuição de que o Serviço Social na modernidade e o socialismo democrático europeu (particularmente o trabalhismo britânico) tinham uma matriz comum, convicção esta que era também compartilhada por muitos dos integrantes da equipe de pesquisa de Enrique Di Carlo. Consagrado pastor, foi designado, em 1951, para trabalhar no interior do Uruguai (na cidade de Salto), transferindo-se, no ano seguinte, para Montevidéu, exercendo sua função na *Casa da Amizade*, obra da igreja metodista, localizada no bairro do Cerro, zona de forte presença

<sup>58</sup>Ver no ponto 1.2.5 na página 48.

<sup>59</sup>Entretanto, como vimos, no ponto 2.5.5 na página 219, Carlos Quijano se aproxima mais do nacionalismo revolucionário, que do socialismo democrático.

operária, e onde estavam localizados os mais importantes frigoríficos do Uruguai, sua principal atividade industrial. Na *Casa da Amizade*, desenvolviam-se diversas atividades de caráter cultural e social, sendo que em sua sede também se realizavam reuniões dos sindicatos ali localizados. Segundo Kruse, é nesse momento em que se dedica trabalhar, de forma integral, como assistente social (ainda que, formalmente, não tivesse completado sua formação profissional). Por causa dessa inserção institucional, participou, em Montevideu, do *I Congresso Nacional de Serviço Social*, em 1953, proferindo uma comunicação intitulada “*Classificação de assistidos e problemas*”.

No ano seguinte, com o assessoramento técnico das Nações Unidas, foi inaugurada a *Escola de Serviço Social do Ministério da Saúde Pública*<sup>60</sup>, onde Kruse se inscreve na condição de aluno, após de ter sido rejeitada sua proposta de trabalhar como docente, em decorrência de não possuir o diploma de Assistente Social. Nesta escola, também observa o baixo nível acadêmico de seus professores, aqueles das matérias de Serviço Social, comparado aos demais docentes da escola. Também, neste espaço, Kruse encontra problemas com suas supervisoras de trabalho de campo. Para manter sua subsistência - já que tinha se recusado a assumir a função de presbítero da Igreja Metodista (e, portanto, estava sem receber salário na *Casa da Amizade*) -, aceita trabalhar, como docente, numa escola técnica e, como jornalista, junto à empresa responsável pelos jornais “*La Mañana*” e “*El Diario*”. Neste último emprego, Kruse aproveitou para buscar informação sobre a história do Uruguai e, em geral, da assistência social. Mas, a última fase de seu processo formativo, em Serviço Social, transcorre na *Escola de Serviço Social Alejandro del Rio*, no Chile, beneficiado por uma bolsa de estudos concedida aos melhores alunos do curso de Serviço Social da escola do *Ministério da Saúde Pública*. Finalmente, quando retorna a Montevideu, redige a monografia de final de curso, em desenvolvimento comunitário, obtendo assim, em 1958, o título de Assistente Social, nove anos e meio após ter mantido o primeiro contato com essa profissão.

No momento em que Kruse finaliza sua formação profissional, no Uruguai, o período do “*segundo batllismo*” também se finaliza, marcado pelas mobilizações de 1958, em que se congregam estudantes e operários, na luta por diversas reivindicações, resultando entre outras, na aprovação, por parte do Parlamento, da *Lei Orgânica da Universidade*. Um ano antes, tinha sido inaugurada, na Universidade da República, a Escola Universitária de Serviço Social.

Nas eleições nacionais, realizadas nesse ano, o Partido Nacional triunfa sobre seu

---

<sup>60</sup>A criação desta escola está vinculada ao processo de afirmação da hegemonia norte-americana no continente latino-americano, após a Segunda Guerra Mundial.

tradicional adversário (e também parceiro), o partido “*Colorado*”. O país ingressa, então, numa longa crise, culminando em 1973, tendo atravessado antes o ano de 1968, até a instauração de uma ditadura por um período de quase onze anos. Portanto, a formação de Kruse segue todo o período do “*batllismo*”, marcado pela ideologia “*nacional-reformista*”, até o surgimento da proposta “*desenvolvimentista*”, que emerge na segunda década dos anos 1950. A sua vida profissional está fortemente vinculada a esta ideologia nacional-desenvolvimentista, com dificuldade de se aproximar às concepções do nacionalismo-revolucionário, afloradas na década de 1960, marca do Partido Socialista, durante a gestão de Vivián Trias e, mais ainda, do movimento guerrilheiro “Tupamaros”. Foi assim que, na divergência do Partido Socialista, entre Emilio Frugoni e Vivián Trias, Kruse ficou com o *Movimento Socialista*, identificado ao velho dirigente socialista, fundador do Partido Socialista. É claro que, como parte dos indivíduos de sua época, ele estava permeado tanto pelo reformismo de origem “*batllista*”, como também submetido à influência do nacionalismo revolucionário (por exemplo, através da prédica que Carlos Quijano exercia no semanário *Marcha*). Entretanto, a tendência dominante que marca sua obra é o nacional-desenvolvimentismo, nesse sentido, ele sustentava, por exemplo, que a vocação do Serviço Social, naqueles dias, era a de ser “*instrumento de desenvolvimento*”. Entendia que o problema do Plano da CIDE (que nós analisamos no item 1.3.7, página 110, como expressão local da política desenvolvimentista) estava localizado na falta de assistentes sociais na equipe técnica. Dizia Kruse em 1966, numa palestra realizada na abertura do *II Seminario Regional de Servicio Social*<sup>61</sup>, em Montevideu:

El plan de la CIDE carece de elementos para que la voz del pueblo sea escuchada, para que el ciudadano medio sienta el plan como suyo. Esa carencia, no la dudamos, es la consecuencia de no haber incluido asistentes sociales en el equipo técnico de la CIDE. Nuestra experiencia profesional hubiera aportado ciertos conceptos básicos sobre educación social y hubiera puesto al servicio del plan una técnica apropiada para el triple diálogo entre el pueblo, los técnicos y el gobierno: el desarrollo de comunidades, uno de nuestros métodos de trabajo (KRUSE, 1968, p. 15).

É possível observar nesta citação que, segundo sua opinião, o plano do CIDE, para se implementar, precisava do método de desenvolvimento de comunidade; um campo de trabalho que Kruse se especializara durante sua formação em estágio que realizara no Chile, além de ser esta a prática que já desenvolvera na *Casa da Amizade*.

Uma vez finalizada a fase formativa, Kruse começa a trabalhar como docente na própria Escola de Serviço Social do Ministério da Saúde e também na recentemente criada

<sup>61</sup>O tema deste seminário foi Serviço Social: evolução e revolução.

Escola Universitária de Serviço Social. Nestas duas instituições públicas ministrava a disciplina “*Organização da comunidade*”. Além dessa ocupação, permanece com seu vínculo junto à editora dos jornais “*El Diario*” e “*La Mañana*”, onde dá continuidade a suas pesquisas historiográficas. Apesar da relevância dos acontecimentos sócio-políticos que se desencadearam no Uruguai, a partir de 1958, com a emergência do movimento estudantil em aliança com o movimento operário, Kruse, na sua autobiografia (KRUSE, 1995), dá ênfase a seu trabalho prático, desenvolvido na cidade de Artigas, em consequência das inundações de 1959. Baseado no seu trabalho docente, ele redige e publica, em 1959, o livro “*Apuntes del curso organización de comunidad*”, que constitui o primeiro trabalho publicado por Kruse. Aproveitando o trabalho no jornal, dá continuação à pesquisa sobre a história do Serviço Social, resultando na publicação, em 1965, do livro “*Historia de la beneficencia y la asistencia social en el Uruguay*”. Em 1962, Kruse participa da *XI Conferência Internacional de Serviço Social*, realizada em Brasil, sobre o tema: “*Organização y desarrollo de la comunidad*”. Foi nessa ocasião que conheceu aqueles que depois seriam os principais protagonistas da reconceituação. Foi a partir desses contatos, iniciados naquele momento, que começou a articulação do grupo que, inicialmente, ficou conhecido como “*a geração do 65*”. Segundo Kruse, foi assim que surgiram os *Seminários Latino-americanos*, em oposição aos *Congressos Pan-americanos*<sup>62</sup>, sendo que o primeiro destes eventos aconteceu no Brasil (Porto Alegre), em 1965; o segundo, no Uruguai (Montevidéu), em 1966; o terceiro, na Argentina (General Roca), em 1967, organizado por Natálio Kisnerman; e o quarto, no Chile (na cidade de “Concepción”), em 1969<sup>63</sup>. Para Kruse, o anúncio do fim da reconceituação ocorreu no *Congresso Pan-americano de Serviço Social*, em Equador, no ano de 1971, quando as sessões do evento foram suspensas pelo governo equatoriano. Nesse congresso, os reconceituadores estavam prontos para tomar “*um dos poucos bastiões que ainda ficavam com a velha guarda*”, como eram as conferências latino-americanas. Com o fechamento desta conferência, finalizou também o ciclo, iniciado no Chile em 1945, das conferências panamericanas. Parece-nos relevante a idéia de que o anúncio do fim da reconceituação se deu quando a repressão abateu o movimento, a exemplo do que ocorrera no Congresso Pan-americano de 1971, porque, como sublinhamos, a reconceituação não se esgotou, senão que foi interrompida, violentamente, com o advento das ditaduras nos países do Cone Sul.

Nesse espaço de tempo (1962 - 1976), Kruse desenvolveu uma intensa atividade in-

<sup>62</sup>Estes congressos, fomentados pela OEA, iniciam-se em 1945 e finalizam em 1971. É interessante observar que cobrem aproximadamente o mesmo lapso de tempo que os “anos dourados”.

<sup>63</sup>Os demais seminários latino-americanos foram na Bolívia em 1970, no Brasil em 1972, na Costa Rica em 1974, no Peru em 1976, no Equador em 1978, na Venezuela em 1979, no México em 1981, na Colômbia em 1986, e no Equador em 1989.

telectual, integrado, de forma ativa, ao movimento de reconceituação, elaborando uma produção acadêmica, no campo do Serviço Social, que ele próprio classifica em seis tópicos:

- História:
  - História de la beneficencia y la asistencia social en el Uruguay (KRUSE, 1965);
  - En procura de nuestras raíces (KRUSE, 1994a);
  - El Servicio Social: del paternalismo a la conciencia de cambio;
  - La influencia de los precursores del Laborismo británico en los orígenes del servicio social;
- Desenvolvimento:
  - Un Servicio Social comprometido con el desarrollo (KRUSE, 1968);
- Filosofia:
  - Filosofia del siglo XX y servicio social (KRUSE, 1970);
- Ideologia:
  - El Servicio Social en América Latina:
- Teoria:
  - Introducción a la teoría científica del servicio social (KRUSE, 1974);
- Prática:
  - Un Servicio Social comprometido con el desarrollo (cap. 4, 5, 6, 7, 8);
  - Investigación en la comunidad e Diagnóstico de comunidades (inéditos, a partir do trabalho realizado em Costa Rica), em 1970;
  - Los programas nacionales de desarrollo de la comunidad y su relación con el desarrollo económico y social;
  - La relación de la teoría con la operacionalización y sistematización metodológica del trabajo social (Un enfoque histórico-crítico);
  - e com José David, Cuestiones operativas del servicio social.

Acrescentaríamos, ao tópico da prática, o artigo: *Algunas reflexiones sobre la naturaleza del Servicio Social* (KRUSE, 1988). Com relação a esta importante produção, Kruse assim se expressa, numa auto-crítica:

Creo que la mayor parte de esos trabajos – algunos libros y decenas de artículos – fueron obras que respondieron a una situación coyuntural, por un lado en el desarrollo de la profesión y por otro, en el devenir histórico de nuestro continente. En consecuencia, una buena parte de sus planteos y de sus afirmaciones deberían estar superados (KRUSE, 1995).

Sem dúvida essa afirmação é bastante relevante, porque coloca Kruse numa posição de modéstia intelectual, sem pretensões de ter dito a última palavra em questões sobre as quais se debruçou, no período de renovação do Serviço Social na América Latina.

Em nossa opinião, a obra de Kruse poderia ser agrupada em três grandes áreas:

- História, área em que iniciou sua produção e que deu continuidade até seu falecimento, no ano de 2004.
- Filosofia, ideologia e teoria, campos que podem, comparecer integrados, já que entre eles existe uma importante unidade. O próprio Kruse reivindica uma clarificação ideológica da teoria no campo social, ou uma concepção de homem (uma antropologia) inserido na sua história (nas suas circunstâncias).
- Prática profissional, área em que colocamos tanto as elaborações sobre “desenvolvimento comunitário” como aquelas que o próprio Kruse classifica como “prática”. É interessante ressaltar que, para Kruse, a “questão metodológica” do Serviço Social foi introduzida no movimento de reconceituação pelos assistentes sociais chilenos e também pelos brasileiros. Para ele, a prática profissional não se reduz a analisar o “como”, tendo que incorporar também os objetivos (“para que”) e as causas (“por que”).

Kruse trabalhou na *Escola Universitária de Serviço Social* até o ano de 1970, quando deixou de ser professor porque, por reivindicação dos estudantes, seu contrato não foi renovado. Diversos protagonistas são consensuais em sublinhar que o principal espaço de ação de Kruse era o debate latino-americano, junto com Natálio Kisnerman, Ander-Egg e Seno Cornely; mas sua influência no Serviço Social uruguaio foi bastante marginal. Estabeleceu um diálogo com os marxistas da *Escola Universitária de Serviço Social* daquela

época (especialmente, René Dupont), entretanto, como ele próprio diz: “*era e ainda continuo sendo um idealista*” (ibidem, p. 11). Quanto à leitura que fez do Manifesto em 1948, assim afirma:

La lectura del 'Manifiesto' no me dio ni frio ni calor, estaba demasiado lejos de sentirme un proletario. En cambio me impactó profundamente un librito de Nicolai Bujarin: “A B C del comunismo”. Coincidía con su crítica al sistema capitalista y con el método dialéctico, sólo que no podía compartir el materialismo. Era, y sigo siendo, un idealista (ibidem).

Sua atitude crítica em relação ao Serviço Social tradicional, assim como sua aproximação crítica ao marxismo, exemplificam a atitude da intelectualidade daquela época diante da perspectiva das transformações societárias em curso na América Latina na década de 1960. Na sua obra, é perceptível o ímpeto, a vontade de mudanças radicais, mas também o freio ou as limitações próprias da pequena burguesia urbana ilustrada<sup>64</sup> (o seu “idealismo”, como ele diz).

### 3.3.1 A concepção de teoria social

Da extensa bibliografia de Herman Kruse, escolhemos analisar brevemente o livro *Introducción a la Teoría Científica del Servicio Social* (KRUSE, 1974), elaborado atendendo à proposta do *Instituto de Solidariedade Internacional da Fundação Konrad Adenauer* (vinculado ao Partido Democrático Cristão da Alemanha Ocidental), feita aos assistentes sociais de América Latina, como estímulo à sistematização de suas práticas ou em torno do tema: “*El trabajo de campo como fuente de la teoría del Trabajo Social*” (Seminário de Ambato, em 1971). Essa mesma instituição, diga-se de passagem, financia as atividades do CELATS, desde sua fundação, em 1975, e durante aproximadamente uma década. Este livro é considerado, pelo próprio Kruse, como o mais importante da sua produção, onde ele analisa uma concepção de ciência (primeiro capítulo), e em seguida (segundo capítulo), discute os trabalhos feitos pelo Serviço Social na América Latina e nos Estados Unidos, buscando a vinculação entre teoria e prática, para finalmente chegar a sinalizar os fatores negativos e positivos que interferem no uso da prática como fonte de conhecimentos teóricos. Detemo-nos, especialmente, no primeiro capítulo do livro, porque é aí que está colocado claramente o seu ponto de vista, em face da problemática do conhecimento científico. Segundo Kruse, a distinção entre as concepções de ciência, no materialismo dialético e no empirismo lógico, está colocada na diferente ênfase sobre a

<sup>64</sup>Como já sublinhamos, na trilha de Gramsci, as camadas médias são o principal ambiente social de formação dos intelectuais tradicionais.

intencionalidade do conhecimento. Enquanto, para este autor, no materialismo dialético, o conhecimento é elaborado para que o homem possa dominar a natureza, no empirismo lógico, a ênfase recai sobre o processo de aquisição desses conhecimentos. Este autor interpreta o marxismo, ora como uma teoria do conhecimento, que articula teoria e prática de uma forma muito particular, ora como uma antropologia humanista: uma concepção de homem e de história, numa perspectiva mais sintonizada pelo existencialismo; nunca como uma ontologia. Kruse segue a classificação de Bunge (1973), dividindo as ciências em “formais” e “factuais”. Os conhecimentos utilizados pelo assistente social são de tipo factual, com as características sublinhadas por Bunge: empírico, transcendente, analítico, especializado, claro e preciso, comunicável, verificável, metódico, sistemático, geral, legal, explicativo, preditivo, aberto e útil; junto com as características de racionalidade, coerência e criticidade acrescentadas por Kruse. Também analisa a historicidade do conhecimento científico apoiando-se em textos de Engels (*Anti-Dühring* e *Del Socialismo Utópico al Socialismo Científico*) e Marx (*La Sagrada Familia*), estabelecendo o papel da burguesia de impulsionar, mas também, logo depois, de frear o desenvolvimento da ciência:

La burguesía ascendente, a la vez, impulsó y frenó el desarrollo de la ciencia. Lo impulsó por las razones que anotamos anteriormente: una necesidad de dominar la naturaleza para poder ampliar su industria y su comercio. Y lo frenó porque el avance de la ciencia amenazaba poner en claro cuál era el mecanismo de dominio de la sociedad (KRUSE, 1974, p. 22).

Para este autor, o problema atual, então, é que, nas ciências sociais, os cientistas não conseguem se libertar da “*tutela limitante de la burguesía, que se ejerce a través de la ideología burguesa*” (ibidem, p. 23), destacando o papel problemático desempenhado pela ideologia na formação da teoria científica, com base no pensamento de Althusser. Essa, de fato, parece ser a maior contribuição de Kruse ao processo de reconceituação, na medida em que foi o primeiro em sublinhar, no Serviço Social, a historicidade do conhecimento científico e sua relação com os interesses das classes sociais<sup>65</sup>. Assim, já em 1968, Kruse reproduz, no livro “*Un Servicio Social comprometido con el desarrollo*”, um artigo publicado dois anos antes, intitulado “*Ideologías y Servicio Social*”. Neste texto, coloca a relação do Serviço Social com as ideologias, quando identifica a relação da profissão com o movimento reformista do “*Social Gospel*”<sup>66</sup>. Esta relação do Serviço Social

<sup>65</sup>Esta é por exemplo, a opinião de Netto (1975, 1992a).

<sup>66</sup>Esta mesma constatação, o autor faz em relação à sociologia, que teria surgido a partir de um movimento reformista –interessado na problemática do conflito e da mudança social –, mas que logo teria mudado para se tornar conservadora, interessada apenas pelos processos de integração social.

com a ideologia reformista teria sido substituída, logo depois, por uma ideologia tecnicista e científica, nos anos 20 do século passado, quando o Serviço Social passa (“é obrigado”, diz Kruse) a ser um instrumento do “*New Deal*”. Ora, para Kruse, na medida que o Serviço Social na América Latina se define como um instrumento para o desenvolvimento, é inevitável a opção ideologia, quer dizer, a opção por uma ideologia da mudança social e não de conservação da ordem social. Não deixa de ser admirável que, já neste momento, opunha-se a qualquer concepção que sustente o “*fim das ideologias*”. Para ele, a tese do “*fim das ideologias*” é, também, uma ideologia científicista, própria dos tecnocratas do desenvolvimentismo. A partir desta consideração sobre o papel da ideologia na ciência, indica a necessidade de uma revolução nas ciências nos próximos anos:

Si realmente queremos un desarrollo de las ciencias en los años venideros, especialmente en el campo de las ciencias sociales, ha llegado la hora de desgarrar el velo ideológico que aliena el pensamiento científico. El gran salto cualitativo, la gran revolución de las ciencias en esta segunda mitad del siglo XX es empezar a ver con franqueza y sin tapujos que su teoría y, a partir de ella, sus hipótesis, sus investigaciones, sus observaciones, sus axiomas y sus teomas están ideológicamente condicionados. (ibidem, p. 25).

O autor não encontra diferença entre as concepções de revolução científica, no positivismo de Bunge e no materialismo dialético de Kedrov e Spirkin. Certamente que estes dois autores não se distanciam, de forma muito significativa; a mudança da ciência, nelas, apresenta-se como um processo intrínseco, ou seja, endógeno à própria ciência. Para Kruse, o desenvolvimento da ciência está vinculado ao problema do *Esquema Conceitual Referencial e Operativo* (ECRO)<sup>67</sup> do pesquisador; o qual, segundo nosso ponto de vista, traz uma visão individualista (quase psicológica) do trabalho científico e não consegue lidar com o problema das diferentes matrizes teóricas no campo das ciências sociais em sua, por assim dizer, “eterna” luta. Acontece que as ciências sociais não são paradigmáticas (NETTO, 1992b), porque nelas nunca houve a hegemonia de um único paradigma, mas a luta, desde seus primórdios, entre diferentes paradigmas ancorados nas diferentes classes sociais. As ciências sociais não conhecem os períodos de “ciência normal”, na qual invés de resolver problemas resolve “enigmas” como diria (KUHN, 1992). Entre as diversas matrizes teóricas (marxismo, positivismo, historicismo), têm-se estabelecido, desde o início, um forte debate.

---

<sup>67</sup>Este conceito foi elaborado pela Escola de Psicologia Social argentina, iniciada por Enrique Pichon Riviere, procurando “reconceituar” a psicanálise, com o uso do marxismo, através de uma leitura de Politzer. Esta escola tem, hoje, uma influência muito grande nas ciências sociais da Argentina e do Uruguai.

A estrutura da ciência, segundo Kruse, está constituída por conceitos, juízos, hipóteses e teoria, apoiando-se para esta concepção em uma longa citação de Mao Tsé-tung, quando afirma:

El primer paso en el proceso de conocimiento es el primer contacto con las cosas del mundo exterior: la etapa de las sensaciones. El segundo es la sintetización de los datos que proporcionan las sensaciones, su ordenamiento y elaboración: la etapa de los conceptos, de los juicios y de las deducciones. Sólo cuando se dispone de una cantidad muy abundante de datos proporcionados por las sensaciones (y no de datos fragmentarios, incompletos) y correspondientes a la realidad (y no ilusorios) se puede, en base a ellos, elaborar conceptos y deducciones correctos (KRUSE, 1974, p. 27).

Ainda que Kruse faça esta citação, o comentário que elabora sobre ela não parece adotar o “linearismo” do conhecimento, como denomina Lima e Rodriguez (SANTOS, 1993). Mas na citação de Mao, há uma forma linear de conhecer a realidade, processo que se inicia na percepção sensorial. A forma em que Kruse, apresenta o materialismo dialético (apoiando-se em Mao Tsé-tung, em Gortari, em Althusser ou em Kedrov e Spirkin) não o diferencia do positivismo. Ora, este não é só um problema de Kruse<sup>68</sup>, também é certo que na tradição marxista tem se produzido movimentos na direção de fazer dele uma ciência “positiva” (a corrente fria do marxismo, da qual fala Löwy, 1990). A divulgação do marxismo feita pela Segunda Internacional (a mistura do marxismo com o darwinismo, presente em Kautsky, por exemplo). Mas também nos casos de Hilferding, Plekhanov e Max Adler, os quais Löwy (1994) denomina, paradoxalmente, de marxistas-positivistas.

Uma consideração especial, nesta trilha, merece as elaborações de Louis Althusser. Kruse diz que foi ele próprio um dos que introduz a conceito althusseriano de “prática teórica” no Serviço Social latino-americano: “*(la práctica teórica) es un concepto original del filósofo francés Louis Althusser y creemos haber sido sus adaptadores e introductores en el servicio social latinoamericano.*” (KRUSE, 1974, p. 161)

Althusser coloca a ideologia como uma estrutura do desconhecimento e de reconhecimento, “*una representación de la relación imaginaria de los individuos con sus condiciones reales de existencia*” (ALTHUSSER, 1977, p. 103), “*que interpela a los individuos en tanto que sujetos*” (ibidem, p. 111). Segundo este pensador, a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, acrescentando que “*la categoría de sujeto es constitutiva de toda ideología únicamente en tanto que toda ideología tiene la función (que la define) de “constituir” a los individuos concretos en sujetos.*” (ibidem, p. 111). A ideologia tem um *status*

<sup>68</sup>Mas queremos sublinhar que também é um problema dele. Em definitivo, foi ele que escolheu os autores ao trabalhar a perspectiva marxista.

teórico como o inconsciente de Freud que não tem história: “*recogeré palabra por palabra la expresión de Freud y escribiré: la ideología es eterna, igual como el inconsciente*” (ibidem, p. 102). Não podemos deixar de lembrar, a partir da consideração anterior, que a consciência social de Durkheim é “anterior”, “exterior” e “superior” aos indivíduos da sociedade. Também aqui, pode ser observada a problemática estruturalista da supressão do sujeito na história, transformado numa mera ilusão óptica (ver no item 2.5.1.1, página 201). Althusser, em relação ao trabalho teórico de produção de conhecimentos, sustentar que se apoia na *Introdução de 1857*: “*En toda esta cuestión me he apoyado lo más estrechamente posible en la Introducción de Marx de 1857 y aunque haya extraído de la misma algunos efectos de provocación teórica, creo que no por ello dejé de serle fiel.*” (ALTHUSSER, ibidem, p. 153). Ele reconhece a influência de Spinoza, quando define as três Generalidades na sua concepção da prática teórica: como processo de trabalho, realizado sobre uma matéria prima (a ideologia), com instrumentos de trabalho (os conceitos da teoria), para obter, como produto, o concreto pensado. Nesse trabalho de transformação da matéria prima (Generalidade I), com os conceitos teóricos (Generalidade II), é que ocorre a ruptura epistemológica. Mas o eixo desta proposta é a distinção entre objeto real e objeto de conhecimento, por ele estabelecido, com apoio do texto de Marx que diz:

O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na medida em que o cérebro não se comporta se não especulativamente, teoricamente. Por isso também, no método teórico [da economia política], o sujeito -a sociedade- deve figurar sempre na representação como pressuposição (MARX, 1978b, p. 117).

Desta maneira, Althusser procurava se afastar do empirismo, fazendo do trabalho científico um esforço exclusivamente intelectual (no cérebro), mediante intuições e representações, conceitos teóricos, mas sem referência à realidade, ficando esta fora da prática teórica. Esta sua posição faz do trabalho científico uma prática auto-suficiente, socialmente independente, e não uma prática que tem socialmente uma relativa autônoma. Mas Althusser abandona aquilo que Marx diz nesse mesmo texto: o concreto é “*o ponto de partida efetivo, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação*” (MARX, 1978b, p. 116). O objeto real é o ponto de partida (o concreto sensível), mas é também o ponto de chegada do pensamento (o concreto pensado). O pensamento tem que reproduzir idealmente o movimento do real. Assim, então, o trabalho teórico, concebido como prática teórica auto-suficiente, torna-se um trabalho submetido às regras do pesquisador e não submetido às determinações do objeto real, daí o teorismo do autor, que faz lembrar a colocação de Durkheim em face das regras do método sociológico.

A particularidade da incorporação do marxismo pelo Serviço Social, através de Althus-

ser, está relacionada à diferença que este estabelece entre o materialismo dialético (a filosofia) e o materialismo histórico (a ciência). Esta diferença possibilita incorporar a ciência, ou seja o materialismo histórico, sem por isto, aderir também, à filosofia (ao materialismo dialético). Desta forma, torna-se possível conservar os valores, por assim, dizer tradicionais (o humanismo abstrato de origem cristã ou, no caso de Kruse, o existencialismo de Jaspers) e, ao mesmo tempo, incorporar a análise “científica” do materialismo histórico ao corpo doutrinário do Serviço Social (e das ciências sociais). Incorporava-se assim, seletivamente, a ciência da história à análise da sociedade, e se rejeitava, simultaneamente, a filosofia “ateia” do materialismo dialético. Esta apropriação seletiva do marxismo é particularmente perceptível entre os profissionais de origem cristã (BARROCO, 2003b)<sup>69</sup>. Há também a possibilidade - a partir do corte estabelecido por Althusser, na trajetória de Marx entre o “jovem” e humanista e o “amadurecido” e científico - de uma outra apropriação seletiva do marxismo que hierarquiza, contra a interpretação do anti-humanismo teórico de Althusser, o humanismo do jovem Marx (por exemplo, nos *Manuscritos de 1844* (MARX, 1994), que reclamava da tríplice alienação a que estava sujeito o homem a partir do surgimento da propriedade privada.

Para finalizar, no que tem a ver com a questão do método nas ciências, ele sustenta, seguindo Gortari, que o método dialético tem certos princípios, a saber: simplicidade, regularidade e continuidade. Novamente, aqui, Kruse sublinha que, na questão do método, não tem muita diferença entre a posição de Gortari e a de Bunge<sup>70</sup>. Segundo Kruse, os dois autores citados anteriormente, por ele, exigem uma consideração séria em relação ao problema ideológico:

<sup>69</sup>No entanto, existe outra interpretação para este fenômeno, formulada por Marcelo Ridente (2000), e que nós reproduzimos no ponto 2.5.3, página 207.

<sup>70</sup>Entretanto, não se pode ignorar que Marx que estabelece claramente qual é o “método cientificamente exato”:

*[...] se começássemos pela população, teríamos uma caótica representação do todo, a através de uma determinação mais precisa, através de um análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro constitui o caminho que foi historicamente transitado pela nascente economia. [...] O último método é manifestamente o método cientificamente exato. (MARX, 1978b, p. 116).*

Trata-se do movimento do pensamento do abstrato ao concreto.

Curiosamente, los esquemas de Bunge y de Gortari no son esencialmente diferentes y ambos carecen de algo que consideramos fundamental: una consideración, en serio, del problema ideológico. La selección de los temas a investigar, el procedimiento de investigación por el cual optamos y el marco axiológico que encuadra ese conjunto están, lo queramos o no, ideológicamente condicionados (KRUSE, 1974, p. 42).

Para este autor, a atitude científica requer o posicionamento do pesquisador quanto a sua ideologia, sendo esta mais uma hipótese explicativa.

Encontramos, nos trabalhos de Kruse, um problema recorrente na Reconceituação: aquele referente às fontes. Isto tem particular relevância no caso do trato do marxismo (materialismo dialético, na fala de Kruse) que, segundo este autor, é uma das duas correntes de pensamento mais importantes no trato do problema da ciência. Ao apoiar-se em Marx, ele não examina as fontes originais, mas sua versão “althusseriana”, “maoísta” etc. Mas com o pensamento positivista, o processo difere, quando se utiliza fontes mais autorizadas. Esta não é apenas uma limitação do autor, senão um problema com o qual se defrontam os intelectuais do Serviço Social, ao tentar romper com a concepção tradicional da profissão. Trata-se, sem dúvida, de um problema geral com o qual se defrontam os assistentes sociais no marco da reconceituação. Na procura de outras fontes teóricas, aproximaram-se do marxismo, mas a partir de fontes de secundárias (ou mais ainda, de terceira mão). Em geral, durante os anos 1960, foi muito forte a influência de Althusser, tanto que, inclusive, uma discípula sua, Marta Harnecker, levou a cabo uma tarefa de divulgação do pensamento marxiano (na versão althusseriana), através de manuais muito divulgados e utilizados, principalmente, na formação de quadros políticos da esquerda “armada” na América Latina. Nesse problema, temos precisamente a articulação entre a dimensão cultural e a política, no processo da renovação profissional. No processo de renovação do serviço social, coexistem duas demandas: a primeira, relativa ao aumento do capital cultural dos assistentes sociais, ou melhor dito, uma auto-crítica quanto ao baixo nível cultural do profissionais tradicionais, e, ao mesmo tempo, uma segunda demanda, referente ao “compromisso” social dos profissionais com os movimentos sociais de base popular, que Yamamoto (1992) caracteriza como a busca de uma nova base de legitimidade. Também tem sido estudada a porta de entrada do marxismo na profissão, sinalizando que ela não foi acadêmica (nem podia ser), mas sim a militância política particularmente estudantil (QUIROGA, 1991). Ou seja, através dos partidos ou dos movimentos políticos, em que participaram, fundamentalmente, estudantes de Serviço Social. Isto também pode explicar alguns dos problemas da assimilação das fontes (por exemplo no contexto da polêmica entre o “maoísmo” e o marxismo “soviético”, recorria-se a Mao Tsé-tung, por

questões de luta política interna entre as forças políticas, mas não por sua contribuição teórica).

### 3.3.2 A concepção da História do Serviço Social

Analizamos, dentro desse tópico, dois textos do Kruse, entendendo que o autor procura encontrar as origens da profissão, nas práticas da beneficência e da caridade, conhecidas hoje como “protoformas da profissão”. Neste sentido, pensamos que dois textos, de autoria de Kruse, constituem uma unidade, ainda que tenham sido escritos com um intervalo de tempo muito longo entre eles. O primeiro deles, “*Historia de la beneficência y la asistencia social en el Uruguay*”, publicado em 1965; o segundo, “*En procura de nuestras raices*”, em 1994. No primeiro livro, o autor manifesta uma concepção, por nós considerada como “romântica”, quase “roussonian”, em releção à situação do continente americano, antes da chegada colonizadores. Dessa maneira, ele afirma que: “[...] *el Uruguay vivia su salvaje primavera y en nuestras feroces cuchillas solo se oia el mujido de los vacunos introducidos por Hernandarias o el paso taciturno de los indios, aqui nadie sabia lo que era la caridad. Ni precisaba saberlo.*” (KRUSE, 1965, p. 1). Mais adiante, seguindo a mesma trilha, ele acrescenta que “*La caridad como una de las formas de la beneficencia, fue introducida en América por los españoles. Esta caridad, frente al nivel de asistencia integral que habia alcanzado el imperio de los Incas era un retroceso.*” (ibidem, p. 53). Nesta última frase, revela-se o espírito “anticapitalista romântico”, uma marca da reflexão deste autor quando investiga a origem do Serviço Social, definindo dois tipos de beneficência: a caridade e a filantropia, sendo que a primeira fazia parte do espírito católico e a segunda era própria dos leigos. Em relação a esta última, observa que ela não se desenvolveu no Uruguai, pelo fato de que a classe social dos “patriciados” estar inserida na forma de beneficência caritativa. Kruse procura mostrar os motivos espirituais ou “ideais” que motivam a ação social dos homens. Em concordância com isto, o autor dá uma especial ênfase ao papel das personalidades (Isabel La Católica, Fray Bartolomé de las Casas, Padre Fco. Molina, Arzobispo Jerónimo Loayza, etc.), mas não como personificações de categorias sociais, senão como indivíduos singulares que agiam segundo seus próprios princípios ou valores. “*Simplemente fue un gesto generoso de los tenían mucho para con sus iguales afligidos con la enfermedad, el desamparo y la indigencia.*” (ibidem, p. 55).

Procurando dar conta do processo pelo qual foi introduzida a caridade no Uruguai, Kruse remonta ao *Direito dos Índios* e ao papel dos missionários na sua “evangelização”, com ênfase no papel de Fray Bartolomé de las Casas, ainda que sem fazer uma apologia

de suas propostas. Em relação ao *Direito dos Índios*, definido por ele como o “conjunto de normas jurídicas dictadas por la Corona española para regir los territorios de ultramar incorporados a su dominio”, conclui que “no llegó, ni hubiera podido llegar nunca, al casi socialismo del Imperio de los Incas”. (ibidem, p. 9).

A conquista e a evangelização foram implementadas pelo regime da “encomienda” e das “reducciones”, além da violência direta. O trabalho dos missionários apresenta-se relacionado às “reducciones”, uma forma de exploração econômica dos indígenas. Tanto a “encomienda” como a “reducciones” foram formas de organização social e econômica do trabalho dos indígenas. Mas Kruse não desenvolve, justamente, este aspecto da colonização e sua relação com a produção e reprodução da ordem social, ou seja, a participação do clero no disciplinamento da força de trabalho indígena.

Para o caso do Uruguai, Kruse sinaliza o reduzido interesse que este território tinha para os conquistadores. A colonização era realizada por religiosos, sendo que a primeira ordem a se estabelecer foi a dos “franciscanos”. Eles organizaram a primeira “reducción”, na “*Villa de Santo Domingo de Soriano*”, em 1624. Depois dos Franciscanos, estabeleceu-se a ordem dos Jesuítas, no norte do que seria o Uruguai. São fundadas 32 “reducciones”, por meio da “Compañía de Jesús”. Sete destas estavam em território da Banda Oriental, e se denominavam “Misiones Orientales”, e as outras constituíam as “Misiones Paraguayas”. Para Kruse, as “Misiones” eram um sistema “*que no vacilaríamos en denominar 'comunista', de no mediar el tono despectivo que se ha dado al término en nuestros días*” (ibidem, p. 34). O primeiro hospital foi fundado, no segundo período do processo de colonização do Uruguai, por Francisco Antonio Maciel, um benfeitor voluntário, conhecido como “*o pai dos pobres*”, mesmo que sobrevivesse do tráfico de escravos, em 1783. Nesse hospital, o autor encontra uma das primeiras protoformas do Serviço Social.

Ficado claro, nesse primeiro texto, que para Kruse, na América Latina existia uma organização social quase socialista, que fora profundamente degradada com a chegada dos colonizadores. Com eles também chega a prática da caridade e, logo depois, com o início da secularização da sociedade, a prática da filantropia, ambas protoformas do serviço social. No segundo trabalho, Kruse começa dizendo:

El objetivo de este trabajo es rastrear en las protoformas del Trabajo Social un elemento que las vincule con el Servicio Social profesional, aclarando su nacimiento, el cuál, no se debe tanto a la decisión de un político como a un proceso en el cuál participaron distintos sectores sociales.” (KRUSE, 1994a, p. 89).

O autor estabelece a necessidade de buscar “um elemento” característico do Serviço

Social, identificando, mais adiante, na busca desse elemento, a técnica da “visita domiciliar”. Nesse segundo texto, é perceptível um avanço, em relação ao primeiro, já que agora, considera a gênese do Serviço Social um “*proceso no qual participaron distintos sectores sociales*”, distanciando-se daquela primeira interpretação em que somente se destacavam o papel de algumas personalidades isoladas. Então, procura a resposta, em termos de nossas origens, rasteando o início da prática da visita domiciliar, encontrando duas instituições em que teria iniciado esta prática: a primeira, “*Santo Hospital de mujeres y la casa de niños expósitos del Hospital de Caridad*” e a segunda na “*Asociación Española de Socorros Mutuos*”. Esta última, é uma organização onde opera o mutualismo desenvolvido na segunda metade do século XIX. A prática da visita domiciliar estava relacionada à “bolsa de trabalho” dessa instituição. Aí “*un socio, denominado ‘el andador’ cumplia la funcion de avisar a los desocupados las oportunidades de trabajo que se ofrecian*” (ibidem, p. 94). O autor ressalta o novo sentido que justifica esta prática na instituição: “*Lo importante és resaltar que la visita domiciliaria pasó de ser un medio de control social de la clase alta sobre la conducta de algunos pobres a ser una forma de solidaridad entre los menos privilegiados (los inmigrantes).*” (ibidem, p. 94).

Kruse destaca a influência das idéias anarquistas sob os imigrantes daquela época, justificando que, nesse caso, a visita domiciliar é parte de uma estratégia de supervivência de los sectores sociales economicamente mas debiles. O vínculo entre estas duas práticas, bem diferenciadas e desenvolvidas com objetivos também bem distintos, Kruse vai identificar no simples fato de que nas duas situações era realizada a visita ao domicílio dos beneficiários. Muito embora que, no segundo caso, não estarmos lidando, estritamente, com uma visita domiciliar (em quanto técnica): “o companheiro andador” simplesmente ia até onde moravam seus companheiros para comunicar onde tinha trabalho.

Nesse momento, estamos no início da constituição do proletariado, como classe social, muito embora, o autor não destaque este fato, classificando os trabalhadores como “setores sociais economicamente mais fracos”, sem qualquer análise do desenvolvimento do capitalismo e do início da luta de classes, da presença das “idéias anarquistas” entre os trabalhadores. Entretanto, é interessante levar em consideração a possibilidade que poderia estar aqui sugerida, de uma outra origem para o Serviço Social, diferente daquela de “controle social”, já que o “andador” não desenvolvia uma prática de “disciplinamento”, mas pelo contrário uma prática de autodefesa da classe operária. Essas duas práticas sinalizam o caráter contraditório que a própria profissão tem, pela dupla determinação, nela expressa desde seu início. Como já é bem discutido, o Serviço Social, como profissão, não se explica apenas pela determinação da classe dominante, mas também pela demanda das

classes subalternas. A prática profissional não só satisfaz as necessidades de acumulação do capital, mas também –ainda que de forma subordinada – satisfaz às necessidades de reprodução da força de trabalho. Enquanto reproduz a ordem social, também reproduz as contradições que a movimentam. Esta é a negatividade que a profissão tem como totalidade, e que poderia estar presente nessas duas práticas, encontradas por Kruse na origem da profissão. A partir deste quadro, o autor percebe, claramente, a função de vigilância, disciplinamento e de controle social na prática das visitas domiciliares, na primeira instituição mencionada, embora ele não consiga vincular esta prática ao conjunto de determinações de uma formação social emergente, quer dizer, não consegue estabelecer o campo de mediações que possibilite relacionar esta singularidade à totalidade social da época, de maneira a encontrar sua particularidade. Mais adiante, o autor retoma sua preocupação, ao analisar as diferenças entre a caridade e a filantropia, distinguindo apenas diferenças de enfoque teórico entre elas: “*No se precisa demasiada sutileza para notar las diferencias de enfoque teórico entre la caridad y la filantropia. Pero ... ¿Eran tan diferentes en la práctica? Pensamos que no.*” (KRUSE, 1994a, p. 97).

Pensamos que as diferenças vão além disso, ao refletir duas concepções de mundo, ambas vinculadas às classes dominantes: a primeira responde à velha classe dos detentores de terra, apoiados em uma visão pré-capitalista, sustentando-se numa ética religiosa; a outra, claramente, laica e liberal, que corresponde aos interesses da nascente burguesia industrial, interessada no disciplinamento das camadas populares com a finalidade de transformá-las em força de trabalho assalariada.

Continuando a análise, sobre a visita domiciliar, o autor identifica, no início deste século, as “damas da caridade”, que começam a ser substituídas pelos inspetores externos e suas ajudantes, as “corredoras”. Kruse identifica neste fenômeno o início da profissionalização do Serviço Social. Nessas novas funções da profissão, a visita domiciliar têm, reconhecido pelo autor, o caráter “educativo” e não apenas repressivo. “*Lo inspectivo y, consecuentemente, lo represivo, era todavía parte esencial de la visita domiciliaria, aunque ya se esbozaban algunos elementos educativos.*” (ibidem, p. 99).

Registramos, também, as conotações de gênero que o autor assinala na gênese do Serviço Social, ao perceber que a “*Visita domiciliar*” tem duas funções: uma de caráter técnico (médico), em mãos dos homens; e outra, de caráter educativo e moralizante, em mãos da mulher.

Sin dudas, Luis Piñeiro del Campo se debatía entre dos prejuicios: uno profesional y otro social. Como médico (...) defendía cálidamente la acción médica en el trabajo preventivo y profilático (...). Pero como

miembro de la clase alta (...) no podía desconocer el rol de la mujer en el hogar. (ibidem, p. 98-99).

Depois das “corredoras”, este autor vai identificar outra modalidade de protoformas da profissão, mais desenvolvidas, nas “*visitadoras enfermagens*”, formadas pela Cruz Vermelha. Mas são as “*visitadoras sociais de Higiene*” que o processo de desenvolvimento das protoformas culmina, dando passo à profissão em sua forma moderna. A visitadora social precisa na sua ação de conhecimentos “científicos”:

[...] la visitadora social cuyo rol hoy es imprescindible en la lucha contra la enfermedad, los vicios sociales, y en tantas otras actividades precisa una preparación especialísima, no solamente científica, sino también moral y psicológica para el buen desempeño de su gestión.” (Escuela de Servicio Social -1935- in KRUSE, 1994a, p. 102)

Para Kruse, esta necessidade de conhecimentos científicos não está determinada pela incorporação da “Visitadora Social” nos quadros funcionais do Estado. Neste sentido, revela-se uma concepção endogenista sobre a gênese do Serviço Social, sem atentar para o diz J. P. Netto:

[...] apenas quando saltam para fora dessas agências [refere-se as agências da caridade e a filantropia], ou quando elas passam a subordinar-se a uma orientação diversa, é que os agentes podem empreender o caminho da profissionalização - ainda que, repita-se, nesta passagem, conservem o referencial ideal produzido naquelas agências.” (NETTO, 1992a, p. 68).

Mesmo que com a incorporação dos conhecimentos “científicos”, a caridade e a filantropia tenham ficado definitivamente no passado, estes são, para Kruse, traços da identidade profissional, que ultrapassam gerações, pelo fato de que, como ele dirá no final de seu artigo, “*nada desaparece, tudo se transforma, pero hay rasgos de identidad que permanecen más allá de las generaciones.*” (ibidem, p. 102).

### 3.3.3 A concepção de prática profissional

Em relação à concepção de prática profissional, seria melhor dizer que Kruse trabalha com a noção de práxis social, e não apenas de prática profissional, já que sua principal preocupação é com a mudança social e o papel do Serviço Social. Por mudança social, Kruse entende o processo de desenvolvimento social impulsionado pelos organismos internacionais na América Latina (OEA, e ONU). No que diz respeito à prática profissional, o foco da atenção é o método de desenvolvimento e organização da comunidade. Segundo se observa neste autor, não existia uma preocupação estreitamente metodológica

nas suas elaborações, e sim uma preocupação pelas finalidades e os objetivos do Serviço Social no processo de mudança social. Permanece neste autor, no entanto, elementos metodologicistas, quando concebe o desenvolvimento da comunidade com um instrumento para as mudanças sociais, tendo como principal texto (sublinhado pelo próprio autor, como fazendo parte da suas preocupações pela prática profissional): “*Un Servicio Social comprometido con el Desarrollo*”, que em verdade é uma coletânea de vários artigos de palestras ministradas entre 1965 e 1967, publicada em 1968 (KRUSE, 1968).

Segundo Kruse, na América Latina, as mudanças têm seguido um curso de “fora para dentro” e de “cima para baixo”, a partir de três grandes momentos: a independência (que se originou a partir das mudanças na península ibérica, ou seja, de fora para dentro); a modernização (ocorrida a partir da segunda metade do século XIX, pressionada pelas necessidades comerciais da Inglaterra e as elites nacionais ilustradas); e a industrialização por substituição de importações (iniciada a partir da década dos anos 1930, motivada pela retração do comércio internacional que levou à queda dos preços dos produtos primários, a principal fonte de divisas). Este último momento de mudanças entrou em crise logo depois da Segunda Guerra Mundial e da Guerra da Coreia. Diante desta situação é que se coloca a possibilidade de um processo de mudanças de “dentro para fora” e de “baixo para cima”, sendo que para que isto aconteça é necessário contar com um instrumento de promoção da mudança, sendo o desenvolvimento da comunidade, para Kruse, uma ferramenta adequada para esta tarefa. Constituindo-se em instrumento de mudança, o desenvolvimento da comunidade tem a função de dotar a população local de condições para se conscientizar em relação às mudanças sociais necessárias. O sentido da mudança está em promover um desenvolvimento humanista.

Segundo Kruse, os pioneiros no desenvolvimento comunitário são os assistentes sociais, no entanto, logo depois os pequenos programas de desenvolvimento da comunidade transformaram-se em “grandes programas nacionais, ideologicamente definidos, e com financiamento milionário” (ibidem, p. 85), tendo como consequência o fato de os assistentes tornarem-se apenas em mais um dentre os vários técnicos que operam esses programas. Diante deste quadro, os assistentes sociais poderiam contribuir da seguinte forma:

- diante do problema da “montanha de papel”, o assistente resgataria o calor humano dos problemas;
- em relação ao problema do “colarinho de ouro”, ou seja da construção dos serviços sociais a partir do Estado paternalista, o assistente social poderia promover uma mudança de atitude, e de mentalidade, diante do compromisso social;

- em face do problema da “corda bamba”, ou seja, da dualidade dos objetivos econômicos e sociais, os assistentes procuram equilibrar os objetivos econômicos aos objetivos sociais;
- finalmente, em relação ao “gatopardismo”, significa mudar alguma coisa para que nada mude, sendo, dessa maneira, necessário, que o desenvolvimento da comunidade promova mudanças estruturais profundas.

A adoção do desenvolvimento de comunidade, como um instrumento para alavancar o desenvolvimento dos países, tem trazido problemas antes sublinhados, mas também a oportunidade para os assistente sociais de ampliar seu campo de trabalho para além da realidade micro social. Daí a reivindicação de Kruse, diante da própria categoria profissional, a de se preparar para participar na elaboração desses planes de desenvolvimento. Assim, por exemplo,

Los asistentes y trabajadores sociales –salvo alguna excepción poco conocida– no hemos participado en la elaboración de esos planes. Pero esos planes nos importan. Es necesaria una constante puesta a punto de nuestros servicios para poder contribuir al desarrollo nacional y al bienestar de la población a la altura de lo que las circunstancias lo requieren. Si reclamamos mayor productividad de la industria y del sector agropecuario, debemos reclamar mayor productividad a nosotros mismos (ibidem, p. 62).

Nesta citação, encontra-se sintetizada a concepção de prática profissional, e especialmente a noção de Herman Kruse: trata-se da participação dos profissionais nos projetos de desenvolvimento, exercendo o papel de formuladores, e não apenas de executores. Ao mesmo tempo, esta participação nas equipes de planejamento em nível macrossocial, coloca para os profissionais uma exigência de maior competência técnica e, obviamente, de maior produtividade no seu trabalho.

— 0 —

Através dessas dimensões, temos analisado as principais idéias de Herman Kruse, elaboradas ao longo do processo de renovação profissional, empreendido pelos assistentes sociais, a partir dos anos 1960. Por intermédio desta análise, é notada a influência, nesse autor, do nacional-desenvolvimentismo, que, como já foi dito, foi o principal autor uruguaio que se destaca, no âmbito latinoamericano, dentro do contexto do processo de renovação do Serviço Social.

A renovação do Serviço Social no Uruguai não se limitou a este autor, muito pelo contrário, desenvolveu-se em perspectivas diferenciadas, nas quais as posições de Kruse tiveram relativamente pouca influência. Entretanto, como foi indicado no início deste capítulo, o processo de renovação profissional não se limitou à modernização das práticas e dos quadros ideo-teóricos de referência. Surgiram, neste processo, tendências de “ruptura”, que se revelaram de natureza anti-capitalista, mais ou menos radicais, vinculadas de forma mais estreita ao processo de constituição da classe operária, enquanto sujeito político. Estas diferentes perspectivas percorrem vias diferenciadas no países do Cone Sul (NETTO, 1975). No Brasil, predominou, inicialmente, uma tendência modernizadora, que acompanha o processo de radicalização sócio-político, sendo, então superada por uma tendência de “ruptura”, hoje denominada de “projeto ético-político”<sup>71</sup>. No centro deste processo está o movimento operário que, até por causa do projeto de industrialização, desenvolvido no período ditatorial, ele é renovado, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Ao mesmo tempo, esta renovação do movimento dos trabalhadores dá lugar, neste caso, ao predomínio das concepções da “nova esquerda”. Nos outros países do Cone Sul, na medida que as ditaduras foram, como no caso uruguaio, desindustrializadoras, o processo de renovação, que inicialmente tinha um caráter de “ruptura”, percorre um caminho diferente, onde os aspectos de “ruptura” estão contidos e limitados. Nesta análise, não devemos nos deter na determinação econômica, isto é, o grau de industrialização no processo de desenvolvimento do capitalismo, mas chegar às determinações políticas, já que notoriamente as ditaduras, nos países do Cone Sur, decapitaram, literalmente, quadros políticos e profissionais que até hoje não puderam ser repostos. Esta é a indagação abordada na próxima seção.

### **3.4 A constituição da classe operária em sujeito político e suas refrações no processo de renovação do serviço social: os casos do Brasil e do Uruguai**

Como dizíamos no início deste capítulo, o processo de renovação profissional está profundamente relacionado à constituição do movimento operário em sujeito político e sua refração no interior da categoria profissional. A constituição, no Brasil, de uma perspectiva profissional, baseada na tradição marxista, durante o processo de renovação do Serviço Social, revela vínculos, densamente mediados, entre os processos sociais e

---

<sup>71</sup>Não se trata de um processo linear, ao contrário, como vemos mais na frente, entre a “intenção de ruptura” e o “projeto ético-político” existem elementos de continuidade, mas também de discontinuidade (ver no ponto 3.4.3, página 329).

culturais da renovação do serviço social e o movimento operário. Consideramos que o surgimento de uma perspectiva profissional, de tradição marxista, poderia ser interpretada como refração, na cultura profissional do Serviço Social, do processo de auto-construção da classe operária em sujeito político. É claro que este processo (auto-construção da classe operária em força política) também se refrata nas outras tendências, surgidas dentro desse mesmo processo, ainda que de uma forma menos clara, coerente e sistemática. A particularidade da perspectiva de “intenção de ruptura”, no Serviço Social do Brasil, revela que este processo se refrata na cultura profissional de uma forma mais clara, adequada e sistemática, isto é, alcança o “*máximo de consciência possível*” no interior da categoria profissional. Esta questão nos leva a considerar a relação (e as mediações concretas) entre a classe operária (as bases sociopolíticas, diz J. P. Netto, 2001) e os intelectuais.

O processo de constituição da classe operária, em sujeito político, implica considerar a capacidade da classe operária de hegemonizar (entendida como capacidade direção político-cultural obtida através do consenso) o conjunto das classes subalternas e, assim fazendo, tornar-se classe nacional-popular. Esta possibilidade de hegemonia se coloca a partir do desenvolvimento da sociedade civil (no sentido gramsciano, isto é, o conjunto dos aparelhos ‘privados’ de hegemonia ou a trama ‘privada’ do Estado - a sociedade política -, sendo que, no entanto, este último conserva para si as funções de máquina burocrático-militar). Para a classe operária, trata-se da capacidade de atrair para seu campo as camadas médias (a clássica aliança operário-camponesa leninista, só que agora a aliança é com a “nova” classe média: os trabalhadores de “colarinho branco”, pequenos comerciantes e empresários). No caso uruguaio, por exemplo, consiste na unidade com as camadas médias urbanas, expressa na palavra de ordem construída ao calor das lutas do final da década de 1950: a unidade entre operários e estudantes. Dito de uma outra forma, consiste no processo de conformação da “força social da revolução”, através da “guerra de posiciones”, expressa na tática da “frente única”. O desenvolvimento desta capacidade de direção político-intelectual, por parte da classe operária implica, ao mesmo tempo, uma determinada organização da cultura (a construção de um consenso), na arena da sociedade civil, por parte dos intelectuais, que já não estão, necessariamente, ligados aos, por assim dizer, “aparelhos ideológicos do Estado”. Destarte, a classe desenvolve suas capacidades de direção político-intelectual, o que hierarquiza o trabalho dos intelectuais que operam nos “aparelhos ‘privados’ de hegemonia”. O próprio processo de emergência da classe operária, em sujeito político (por exemplo a fundação do partido socialista e do partido comunista), faz parte do surgimento de uma cultura pluralista no seio da sociedade civil, o que também quer dizer autônoma em relação aos “aparelhos culturais

do Estado”. Ao mesmo tempo, o surgimento desta nova esfera traz conseqüências para o trabalho intelectual (o pluralismo cultural), tanto daqueles que trabalham nas instituições tradicionais (igrejas, escolas, universidades), como nas novas instituições (partidos políticos, sindicatos, jornais) da sociedade burguesa.

Por este caminho, podemos entender a relação entre a classe operária e os intelectuais, já que as camadas médias são o principal ambiente social de formação daqueles. Naquelas sociedades que transitaram para o capitalismo pela via prussiana (“de cima para baixo”), essa relação sofre importantes mudanças. Uma das conseqüências desta via é o importante papel do Estado, com funções de árbitro (o “cessarismo”), e a fraqueza da constituição da sociedade civil, sendo que esta é o principal “medium” do desenvolvimento cultural. Ora, o processo de transição para o capitalismo (a modernização), no Brasil, foi, por assim dizer, mais prussiano (até a reforma universitária de 1968, criando os cursos de pós-graduação e contribuindo para o surgimento da “intenção de ruptura” no Serviço Social foi autoritária) do que esse processo no Uruguai. Isto é, a constituição das classes subalternas, como sujeitos autônomos, foi mais avançado no Uruguai, dando lugar, no século XIX, a uma vertente “jacobina” que alcançou hegemonia nas lutas pela independência e, no século XX, à constituição de um sindicalismo classista<sup>72</sup>.

A busca de acordos “pelo alto” (excluindo a participação popular) e pelo “transformismo” (cooptação dos elementos progressistas pelo bloco dominante) que caracterizam este processo, tem reflexo dentro do campo cultural no ecletismo: a mistura ou conciliação entre estilos e concepções ideológicas (avançadas e conservadoras). No campo da cultura, o problema que se coloca, em decorrência desta transição “pelo alto”, é a acentuada separação entre os intelectuais e a realidade nacional-popular (a dificuldade do surgimento de uma cultura nacional-popular diferente da mera assimilação passiva da cultura universal (que dá lugar ao “elitismo”), sendo que, obviamente, não se trata da criação de uma cultura nacional autóctone, a partir de “nossas” raízes indígenas) (COUTINHO, 1990). Este problema, a formação de uma cultura nacional-popular, esteve presente nos anos 1960. na América-latina, ainda que de uma forma nebulosa e distorcida, quando, por exemplo, no campo das ciências sociais, buscava-se a constituição de uma ciência social latino-americana. Esta procura distorcida do nacional-popular faz parte do universo cultural romântico, como foi analisado no capítulo anterior.

No caso do Uruguai, na década de 1960, os intelectuais foram influenciados pela persistência do “reformismo” e do “terceirismo”, nas camadas médias (filhas do “batllismo”),

---

<sup>72</sup>A esquerda uruguiaia, na atualidade, reivindica esta herança “jacobina” que será “artiguista”, no século XIX, e “batllista”, no século XX.

enquanto que na classe operária as idéias marxianas já tinham (e ainda têm) uma forte penetração, via os partidos comunista e socialista (a formação da central única dos trabalhadores (CNT), em 1964, e da Frente Ampla (FA), em 1971, em que o Partido Comunista teve um peso considerável). Dito de uma outra forma, a classe operária estava mais “avançada” que a intelectualidade, no processo de autonomização em relação às idéias das classes dominantes, enquanto que as camadas médias urbanas cultas ainda estavam prisioneiras do “reformismo” e do “terceirismo”. No entanto, deve ser sublinhado que o processo de constituição da central dos trabalhadores e da unidade política da esquerda foi precedido pela aprovação, em 1957, da Lei Orgânica da Universidade, onde estavam consagrados os princípios da autonomia e do co-governo. Esta lei, aprovada logo depois de um intenso processo de mobilização estudantil e operário (este últimos prestavam solidariedade e ao mesmo tempo levantavam suas próprias reivindicações), instaurou o processo de reforma universitária, consagrado por um processo popular, de “baixo para cima”, prefigurada na unidade, consumada na década de 1960, entre o movimento operário e as camadas médias. Nesse caso, pode-se perceber elementos do processo pelo qual, nas sociedades “ocidentais”, como a uruguaia, as classes subalternas precisam se tornar classe dirigente, alcançando a direção moral-intelectual de amplos setores da sociedade, antes da tomada do poder. Este processo de construção, de uma hegemonia político-intelectual, começou, nesta formação social, com o surgimento do *Centro Ariel*, no ano de 1919, no qual teve destacado papel Carlos Quijano<sup>73</sup>. Em resumo: a cultura uruguaia (como a própria formação social) segue um caminho “prussiano amortecido”, fazendo com que os avanços alcançados em termos de construção da unidade da classe operária com as camadas médias (que estamos analisando como construção do sujeito político da revolução) se realize de uma forma gradual (sem rupturas com as concepções anteriores), reivindicando em todo caso os elementos jacobinos da tradição nacional-reformista. Isto pode constituir o fio condutor na explicação da defasagem entre a consciência profissional do Serviço Social (nas suas várias expressões) e a “possibilidade objetiva” de avançar na direção de daquilo que no Brasil ficou conhecido como “intenção de ruptura” (trata-se da problemática do máximo de “consciência possível”, na cultura profissional do Serviço Social).

No Brasil a situação é inversa, os intelectuais, a partir dos anos 1960, estão relativamente mais “adiantados” em relação às concepções da classe operária, já que esta tinha passado pela experiência do “sindicalismo de Estado”, durante a “era Vargas”, e a vigência “populismo” (1930 - 1964), as quais opuseram obstáculos ao desenvolvimento de uma

<sup>73</sup>Ver no ponto 2.5.5, página 219, o papel deste intelectual, e no ponto 1.3.3, página 83, o processo de constituição do movimento estudantil

consciência de classe autônoma. Tanto o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, como a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, no quadro das lutas antiditatoriais, presenciadas nos últimos anos da década de 1970, são expressões sócio-políticas do avanço da classe no processo da sua autonomização, em relação ao “sindicalismo de Estado”. Entretanto, a influência política principal no movimento operário não foi originada na tradição marxista e nos partidos dela portadores, nutriram-se, de fato, de concepções alternativas a esta tradição. O “novo sindicalismo” surge em oposição ao sindicalismo oficial, originado a partir da “revolução” de 1930, e era sustentado tanto pelos “autênticos”, que tinham na figura de “Lula” sua principal liderança, como pelas “oposições sindicais”, vinculados a setores egressos da esquerda armada e da Igreja progressista (SANTANA, 2001). Os “autênticos” e as “oposições sindicais” defrontavam-se com a corrente da “Unidade Sindical”, que congregava os militantes da esquerda tradicional ou clássica (PCB, PC do B, MR-8) e também com os setores conservadores, vinculados ao “pelegismo”. No PCB predominava uma estratégia diferente, na renovação da estrutura sindical (renovar a partir de dentro, versus paralelismo), que acabou sendo finalmente derrotada pela aliança entre os “autênticos” e as “oposições sindicais”, dando lugar ao surgimento da CUT, no Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), em 1983, convocado pela “*Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais*”, em que se opôs a “*Unidade Sindical*”. Entretanto, alguns analistas tem caracterizado este “*novo sindicalismo*” como “*sindicalismo de mercado*” (VIANNA, 2003), hipótese que parece se verificar na atualidade. Dissemos que os intelectuais, no Brasil, estavam mais “avançados” porque, diferentemente do que estava acontecendo no meio sindical, durante os anos 1960, no campo cultural estava sendo constituída uma tradição marxista (como parte do movimento de superação da tradicional cultura “elitista”, própria de uma sociedade que se modernizou através da via “prussiana”), abortada pela viragem fascista do AI-5, em 1968. São expressões deste avanço: o *Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes* (CPC/UNE), o *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (ISEB) e a revista *Civilização Brasileira*. A ditadura no Brasil interrompe o processo de constituição de uma tradição marxista, marcada pela separação entre a classe operária e os intelectuais (um produto – e também uma política – da ditadura). Ao mesmo tempo, a ditadura reforma a instituição universitária, em 1968, criando a pós-graduação, segundo o modelo de universidade dos EUA, no sentido de responder às necessidades de um projeto de industrialização (“modernização”). Mas, a intelectualidade que é separada e que, no melhor dos casos, consegue trabalhar nos espaços universitários, reformados pela ditadura, é também aquela com experiência em instituições, tais como, o Centro Popular de Cultura da União

Nacional dos Estudantes (CPC/UNE). Neste caso, esta experiência sócio-histórica pode ser uma mediação para explicar o avanço das idéias da tradição marxista na intelectualidade crítica do Brasil, no período pré-ditatorial, que logo depois - ainda que separada, através da repressão, da classe operária - continua a manter e desenvolver o patrimônio cultural acumulado no período anterior. Assim por exemplo, diz Carlos Nelson Coutinho, em uma entrevista: “[...] *A esquerda era forte na cultura e em mais nada. É uma coisa muito estranha. Os sindicatos reprimidos, a imprensa operária completamente ausente. E donde a esquerda era forte? Na cultura*” (citado por RIDENTE, 2000, p. 55). Ou seja, o PCB, que tivera as maiores dificuldades para avançar dentro do movimento sindical, precocemente cooptado pelo “sindicalismo de Estado”, desde os anos 1930, e que nesse momento portava dificuldades agregadas pela ditadura, conseguia, no entanto, avançar entre a intelectualidade que buscava romper com o “elitismo” da cultura, inerente ao desenvolvimento “prussiano” do capitalismo no Brasil. A entrada das obras, primeiro, de Lukács e, depois, de Gramsci, exemplifica este avanço a partir da esfera cultural.

No processo de “saída” da ditadura, o movimento operário e a intelectualidade progressista se reencontram, sendo que esta última está um passo mais à frente, se comparada ao movimento operário. Este, como afirmamos anteriormente, mesmo tendo avançado em relação ao período anterior, reconstrói-se orientado por uma perspectiva ideológica alternativa aos “velhos” partidos de “idéias” ou ideológicos, em que o Partido Comunista é o exemplo histórico típico. Vimos que o processo de desenvolvimento capitalista prussiano acompanha-se de um processo “transformista” (cooptação da vanguarda pelo bloco dominante). Diante desta afirmação, coloca-se a pergunta sobre o caráter do surgimento do PT e da CUT nos primeiros anos da década de 1980: expressam a continuidade de um movimento de “baixo para cima”, iniciado com o surgimento do PCB, em 1922, mas também uma experiência transformista, no seio da classe operária, uma vez que se constrói contra o PCB ou como alternativa a ele? Dizia o dirigente operário Luis Inácio da Silva no ato da posse, em 1975, na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo:

De um lado vemos o homem esmagado pelo Estado, escravizado pela ideologia marxista, tolhido nos seus mais mezinhos ideais de liberdade (...) E no reverso da situação, encontramos o homem escravizado pelo poder econômico, explorado por outros homens, privados da dignidade que o trabalho proporciona, tangidos pela febre do lucro, jungidos ao ritmo louco da produção, condicionados por leis bonitas mas inaplicáveis, equiparados às máquinas e ferramentas (...)” (*in* EDER SADER, 1988, p. 184).

Trata-se de uma fala, caracteristicamente localizada no campo ideológico do “terceirismo” ou da “terceira posição”, sendo que, no Uruguai, esta concepção predominava nos

meios intelectuais (notadamente entre aqueles vinculados ao semanário “Marcha”, não dentro do movimento sindical. Hobsbawm (1995) observa as impressionantes semelhanças entre o Partido dos Trabalhadores e o movimento Solidariedade, já que ambos contam com uma liderança proletária autêntica, uma assessoria de alto nível de intelectuais e forte apoio da Igreja. Para este autor, as semelhanças são ainda maiores “*se nos lembramos que o PT buscava substituir a organização comunista, que a ele se oponha*” (ibidem, p. 362). Para este autor, as diferenças ficam por conta da orientação socialista de um e a ideologia anti-socialista do outro.

No Brasil, o processo de (re)constituição do movimento sindical e político da classe operária, nos anos 1980, trouxe a ruptura com o movimento operário “tradicional” (tanto o atrelado à máquina do Estado “populista”, como aquele vinculado ao Partido Comunista). Esta última “ruptura” reforça a autonomia relativa dos intelectuais, em relação à classe operária, uma vez que se inviabiliza a mediação realizada pelo partido. Destarte, a ruptura da relação “clássica”, entre os intelectuais críticos e o movimento operário, mediada pelo partido (que se manifesta no surgimento do “novo” sindicalismo), “libera”, por assim dizer, os intelectuais dos modelos políticos-culturais de influência marxista, com os quais tinham começado a trabalhar, principalmente, a partir dos anos 1960; processo já iniciado no final dos anos cinqüenta, que se consolida com a ditadura (NETTO, 2001). Assim, a classe operária relaciona-se com os intelectuais através de outras mediações (como, por exemplo, as “comunidades eclesiais de base” da Igreja Católica, em 1970 e 1980), ao mesmo tempo em que os intelectuais ganham autonomia em relação aos modelos de ação político-cultural do Partido Comunista (o qual atravessava uma crise, culminando com sua auto-dissolução, nos primeiros anos da década de 1990). É claro que o eclipse parcial da política institucional, provocado pelo advento da ditadura, é o principal determinante da separação entre os intelectuais e a classe operária. Dito seja de passagem, a busca de ultrapassagem desta separação será realizada mediante diversas estratégias nesse período, sendo, uma delas, a educação popular, orientada pela pedagogia de Paulo Freire, que tinha uma certa “afinidade eletiva” com as propostas do dirigente comunista italiano Antônio Gramsci (uma espécie de casamento entre a Igreja Católica, que tinha o seu “povo”, e uma certa esquerda, que buscava a ele se vincular) (SADER, 1988). Esta distância e autonomia entre os intelectuais e a classe operária que, no entanto, os aproxima, tem sido analisada em termos de super-representação das camadas médias na política brasileira (OLIVEIRA, F. *in* RIDENTI, 2000), sendo diretamente proporcional às dificuldades de identidade e representação das classes subalternas (ou, dito de outra forma, diretamente proporcional ao déficit de cidadania das classes subalternas). O anti-capitalismo difuso

dos intelectuais pode cristalizar-se em ações de solidariedade com as classes subalternas, na presença de um elemento catalizador (como, por exemplo, a Revolução Cubana, em 1959), levando-os a se apresentar como seus porta-vozes ou substitutos, especialmente, quando estas classes estão com dificuldades de representação do seus interesses (como neste caso, em função do déficit crônico de cidadania da classe operária, agravado durante a ditadura). No quadro desta autonomia, os intelectuais ganham, em relação aos modos político-culturais, ao trabalhar com a obra marxiana e a tradição que a ela se referencia, ganho esse que no Serviço Social propicia a constituição da chamada “intenção de ruptura” em relação ao conservadorismo. Uns dos traços deste movimento é ir diretamente às “fontes” do pensamento crítico universal, mas para se fazer esta leitura, diretamente das fontes, precisa-se de um intelectual que possua um capital cultural muito elevado. Por essa razão, esta perspectiva de “intenção de ruptura”, com o conservadorismo, dá lugar ao “projeto ético-político” do Serviço Social, nos anos 1990, que se inicia a desenvolver no seio dos programas de pós-graduação em Serviço Social, criados a partir da reforma universitária da ditadura (ainda que tinha sido uma reforma “prussiana” ou autoritária) e dela depende visceralmente. No entanto, os avanços obtidos pelo desenvolvimento desta perspectiva, no Serviço Social, não poderia levar ao esquecimento de que ela está ancorada na crescente “autonomia” dos intelectuais, em relação aos modos de intervenção político-culturais que pautaram a ação dos partidos políticos operários, sendo que esta autonomia pode ser também o seu “calcanhar de Aquiles” (o marxismo é a arma espiritual da classe operária, portanto, ele só tem existência eficaz numa relação orgânica com esta classe, sem que seja possível se dissociar dela). A situação atual dos intelectuais se caracteriza pela crescente autonomia em relação à classe ou ao movimento operário, porém, ao mesmo tempo, pela sua subordinação real ao processo de valorização do capital, a partir do novos processos de trabalho pós-fordistas, provocados pela reestruturação produtiva do capital. Esta situação de autonomização da reflexão teórica, em relação à prática social, pode dar lugar ao “fundamentalismo teórico”, expressão de em uma espécie de otimismo da razão, acompanhada pelo pessimismo da vontade. Resumindo: paradoxalmente, o processo de renovação do Serviço Social, no Uruguai, desenvolvido no calor dos processos sociais que levaram à classe operária a se constituir em sujeito político (produzindo a hegemonia, ou direção político-cultural, sobre as camadas médias urbanas) não deu lugar a uma tendência ou perspectiva ancorada na tradição marxista. Dito de outra forma, o processo de constituição do sujeito político não se refratou de uma forma clara, adequada e sistemática no processo de renovação da consciência profissional do Serviço Social, no Uruguai, por causa da persistência do “reformismo” e do “terceirismo” na cultura nacional. No

Brasil, pelo contrário, dentro de um contexto adverso à constituição da classe operária em sujeito político (na ditadura), desenvolveu-se, no interior do Serviço Social, uma perspectiva ancorada na tradição marxista, conhecida inicialmente como “intenção de ruptura” e que, logo depois, se consolida como “projeto ético-político”, malgrado o processo seguido pela classe operária que a levou na direção do “novo” sindicalismo, afastado da tradição marxista expressa nas práticas dos partidos comunistas.

Poderíamos dizer que, comparando-se o processo ocorrido no interior do Serviço Social, nas duas realidades nacionais, parece como se as idéias estivessem “fora do lugar”: a “intenção de ruptura” no lugar da “educação popular” e esta última no lugar da anterior. A educação popular expressa uma tendência sincrética entre a “teologia da libertação” do movimento católico e o “marxismo” do movimento operário, sendo que os dois buscam o “povo”, o primeiro para a “libertação” e o segundo para a “revolução” (o que não é exatamente a mesma coisa). Esta tendência teria um papel maior naquelas realidades onde a Igreja Católica, enquanto instituição, desempenhasse um papel superior à instituição do sindicato classista ou do partido operário. Esta parece ser a realidade do Brasil e não do Uruguai, sendo que, no entanto, a “educação popular” aparece como tendência claramente estruturada no Serviço Social do Uruguai e não no Brasil<sup>74</sup>. A mesma coisa poderia ser dito em relação à “intenção de ruptura”, que exprime uma tendência marxista ancorada no movimento operário, e que, portanto, deveria estar mais acentuada naquelas realidades em que a classe operária tivesse alcançado um grau maior de autonomia na sua relação com as classes dominantes. Esta parece ser a realidade do Uruguai a partir dos anos 1960 e não a do Brasil, no entanto, a “intenção de ruptura” aparece como uma tendência do Serviço Social, no Brasil, e não, no Uruguai. Uruguai caracteriza-se por uma débil presença da Igreja Católica, em toda sua história, o que também aconteceu no interior do Serviço Social, enquanto que, no Brasil, a situação é claramente diferente, uma vez que o movimento católico teve claras manifestações no interior do Serviço Social, desde sua origem (ver em Iamamoto e Carvalho, 2001, especialmente na segunda parte de autoria de Raúl de Carvalho). No entanto, no Serviço Social do Uruguai (de tradição laica), surge uma perspectiva de raízes católicas, ainda que progressista, e no Serviço Social do Brasil (de tradição católica) surge uma perspectiva secularizada. Quiçá as idéias estivessem “fora do seu lugar” por causa de que as instituições “Igreja Católica”, “partidos operários” e “sindicatos” serem já, naquela época, “*instituições em crise*”, como diz Eder Sader (1988). A natureza da crise da Igreja Católica parece ser de origem diversa à crise dos partidos

---

<sup>74</sup>Evidentemente que, no Brasil, também existiu um forte movimento de educação popular, especialmente, no região nordeste; entretanto, não aparece como uma tendência claramente estruturada no Serviço Social.

e dos sindicatos. Enquanto a Igreja Católica é uma instituição tradicional (pré-moderna e anti-moderna), os partidos e sindicatos são instituições da sociedade burguesa, sendo que a crise destes últimos tem como origem as mudanças no “mundo do trabalho”. Esta situação paradoxal, em que parece que as idéias estivessem fora do seu lugar, leva-nos a discutir uma outra mediação, a das matrizes político-culturais, em ambas as realidades, já que será através destas matrizes que se refrataram os processos políticos sociais, ora analisados.

### 3.4.1 A mediação das matrizes político-culturais no processo de renovação profissional

O romantismo anti-capitalista pode ser considerado a chave na explicação do processo de renovação do Serviço Social no Brasil (parafrazeando Löwy, 1990, diríamos que é a fonte esquecida da “intenção de ruptura”), porque concorre para a explicação do processo de “ruptura” com o conservadorismo da categoria profissional. Através do romantismo, opera-se a transição do anti-capitalismo romântico conservador (e até reacionário), dos anos 1930, para o anti-capitalismo romântico revolucionário dos anos 1960 em diante. Isto quer dizer que a “ruptura” com o conservadorismo se deu no interior da mesma matriz ideocultural. Existe, portanto, uma linha de continuidade, expressa no papel do movimento católico em todo este processo. Os intelectuais, pela natureza qualitativa do seu trabalho, são bastante sensíveis a esta matriz cultural. Michel Löwy (1990, p. 54), com referência à situação da Alemanha, do início do século XX, diz que “*o anticapitalismo romântico é a reação de setores significativos dessas camadas [pré-capitalistas], particularmente da intelectualidade literária, contra a nova ordem social [capitalismo industrial] e sua escala de valores*”. Em particular, são os universitários alemães que reagem a este processo, de domínio da mercadoria que leva a que os sentimentos e valores supremos sejam substituídos pelo cálculo frio e racional, caracterizado por Weber como **desencantamento do mundo**. É a partir desta mesma matriz cultural que, nos anos 1970, se processa a “ruptura” com o anti-capitalismo conservador e também com o reformismo modernizador. Por outro lado, nem todo o processo de renovação profissional se explica pela presença dessa matriz cultural. Existe também a matriz cultural modernista-iluminista, cuja vertente jacobina dá lugar ao socialismo revolucionário. Estes são dois caminhos distintos para se chegar à tradição marxista. No entanto, o caminho do Serviço Social do Brasil, levando-o à tradição marxista, foi o romantismo anti-capitalista revolucionário, explicado, por sua vez, pela via “prussiana” para o capitalismo, característica da formação social brasileira.

A matriz cultural modernista-iluminista se exprime através do liberalismo e do socialismo (este último tanto na sua vertente “revisionista”, como “revolucionária”). No liberalismo (a filosofia liberal), a vertente “reformista” tem uma indubitável afinidade eletiva com o “revisionismo” social-democrata. Esta amálgama (“reformista” e “revisionista”) marcou a cultura uruguaia, na primeira metade do século XX, da qual o “batllismo” é expressão. A despeito de que no Uruguai a transição ao capitalismo também se processou pela via prussiana, não teve o mesmo caráter que no Brasil. O “prussianismo” uruguaio foi, por assim dizer, “amortecido” (ver no ponto 1.2.4, página 40).

No Brasil, a transição ao capitalismo pela via prussiana deixou como conseqüência a sobrevivência de elementos tradicionais, amalgamados com os elementos propriamente modernos da ordem burguesa. Isto explica o papel da Igreja Católica, em toda a história desta formação social. Assim, por exemplo, esteve presente no golpe de estado de Getúlio Vargas, em 1937, quando se inicia o “Estado Novo”, formando parte de sua base social, junto com o movimento “integralista” de inspiração fascista (com o qual rompe mais tarde). Este movimento católico se fez presente também na gênese do Serviço Social, como uma força político-cultural reacionária e/ou conservadora. O que caracteriza esta força político-cultural é que ela emerge de uma determinada matriz cultural, conhecida como “romantismo” ou “anticapitalismo romântico”. A partir desta raiz romântica comum, emergem diversas tendências: “passadista”, “conservadora”, “resignada” e “revolucionária” ou “messiânica-utopista”. Todas têm em comum a rejeição à situação vigente, própria do capitalista, em nome de um passado valorizado que, por sua vez, alimenta um projeto messiânico-utópico. Esta mesma raiz cultural subsiste, no Brasil, no “utopismo revolucionário”, que nutre uma das vertentes mais importantes, atuante no processo de reconstrução (e renovação) do movimento sindical, a partir das comunidades eclesiais de base, e que logo depois dá lugar ao surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980 e à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. A reconstrução do movimento sindical sobre estas novas bases se faz acompanhar, também, ao mesmo tempo, do enfraquecimento da influência do Partido Comunista (ou seja, do socialismo revolucionário, de base marxista) até chegar a sua auto-dissolução, em 1992. O processo de renovação profissional do Serviço Social, nos anos 1960 e 1980, também, se nutre dessa matriz cultural, na sua vertente “revolucionária” ou “messiânica-utópica”. Assim, a “ruptura” do Serviço Social, com o conservadorismo, aconteceu sobre a base da mesma matriz cultural: o anti-capitalismo romântico.

Existe, também, junto com o romantismo, a vertente moderna-iluminista, cuja natureza pode ser, também, “jacobina”. Nesta corrente, acredita-se no progresso obtido pelo

trabalho da razão e da educação. De fato, o romantismo é uma reação ao avanço da sociedade burguesa e à destruição do “antigo regime”. A vertente iluminista (que até pode chegar a ser “jacobina” e, por essa via, socialista revolucionária), também, fecunda o processo de renovação profissional do Serviço Social, ainda que de forma subordinada. No Uruguai, mesmo tendo transitado para o capitalismo’, através da via prussiana, os elementos tradicionais, que foram conservados, tiveram um peso muito menor (até porque já eram menores, por causa do processo de colonização tardia desta formação social). Neste caso, o peso do anticapitalismo romântico, em todas suas vertentes, foi significativamente pequeno. Entretanto, esta vertente está presente nos movimentos guerrilheiros, particularmente no “MLN-T”, que, como já foi analisado (ver no ponto 1.3.6, página 99), buscavam fundamentar suas concepções políticas em um mítico passado pré-moderno, sendo mais, propriamente, uma reação a uma sociedade hiper-modernizada (ou hiper-reificada) do que uma expressão do movimento católico. O “*ethos*” cultural desta formação cultural vinculase, mais diretamente, ao “reformismo” (ou o “progressismo”), manifestado no “batllismo”. No Uruguai, o Serviço Social se vincula à sociedade burguesa, mais estreitamente à matriz político-cultural “reformista”, através do movimento médico higienista de base positivista (e não à matriz anticapitalista romântica, do movimento católico, como no Brasil). Este “progressismo” marca o “*ethos*” profissional do Serviço Social, desde sua origem até nossos dias. Mediante o “progressismo”, a cultura uruguaia fica relativamente resistente ao “anticapitalismo romântico revolucionário”, dos anos 1960, estando mais sintonizada com o nacional-reformismo. Esta visão social do mundo, própria do “progressismo”, influenciou, também, importantes segmentos da classe operária, principalmente, entre os trabalhadores do serviço público, dificultando sua unificação sobre bases classistas, o que finalmente aconteceu nos anos 1960. Observamos que este quadro cultural “reformista” cria uma situação refratária às idéias corporativistas, em relação ao movimento dos trabalhadores, o que explica o desenvolvimento autônomo do sindicalismo uruguaio, na primeira metade do século XX. Na visão romântico conservadora, o movimento dos trabalhadores é enquadrado numa organização corporativa da sociedade.

### **3.4.2 Mudanças no “mundo do trabalho” e a crise do sujeito da revolução**

Quando se processava essa aproximação entre a classe operária e as camadas médias, iniciava-se, também, um processo de profunda transformação do “mundo do trabalho” (“*talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário*”, diz Antunez, 2002, p. 187), com o surgimento de processos de trabalho pós-fordistas.

Estas transformações, no “mundo do trabalho”, manifestadas a partir de meados dos anos 1970, ainda originadas no final dos anos 1960, colocam em xeque o processo de constituição do sujeito político, baseado na organização industrial taylorista-fordista da classe operária. Desse modo, os intelectuais nos anos 1960, são, em sentidos contrários, duplamente convocados: de um lado, pelo movimento operário (na construção de uma contra-hegemonia) e, de outro, pelo processo de trabalho (na valorização do capital). De fato, as mudanças do processo de trabalho favorecem, também, a aproximação das camadas médias à classe operária, mas de uma forma diferente, já que esta outra aproximação tem o significado da subordinação **real**, do trabalho intelectual ao capital. Se, anteriormente, os intelectuais clássicos se aproximavam, do campo da revolução, através do anticapitalismo romântico (pela problemática da “perda de sentido”), agora estes se aproximam, do campo da revolução, pela equalização das condições de vida com os trabalhadores industriais, já que ambos estão subordinados realmente ao capital. Neste duplo processo - mudanças no processo de trabalho e construção da contra-hegemonia -, é que se constitui a “cultura radical”, como uma das vertentes das mudanças culturais daquela época. Estes intelectuais vivem no horizonte da perspectiva revolucionária, característica do desenvolvimento da modernidade, mas, ao mesmo tempo, já não estão sob a influência da “família comunista”, como diz Ridenti (2000), e procuram outros horizontes de experiência político-cultural.

Enquanto, na América-latina, predomina o movimento de aproximação do movimento operário com as camadas médias (urbanas e/ou camponesas), na Europa encontra-se em vigência o processo de mudanças do processo de trabalho, trazendo como consequência a crise da centralidade política da classe operária industrial e dos modos de ação político-culturais dela derivados (ainda que, paradoxalmente, a crise da centralidade política da classe operária re-colocava a centralidade do trabalho como “célula” do ser social). Por essa mesma razão, o movimento estudantil, na Europa, foi mais autônomo (e até anti-operário como, por exemplo, na Itália, com o movimento *autonomia operária*, analisado no ponto 2.4, página 186) que esse na América-latina, o qual se manteve mais próximo à classe operária. O surgimento de um movimento social de massas, a partir das universidades (os estudantes), exerceu um grande fascínio entre aqueles que buscavam uma alternativa não-comunista (e portanto não-classista) para o movimento revolucionário, por se tratar de um movimento que parecia confirmar a ultrapassagem da classe operária industrial, como sujeito político privilegiado. Ao mesmo tempo, não foi menor a decepção entre aqueles que pensavam que a classe operária (industrial) estava ultrapassada, quando esta se alia com as camadas médias, como aconteceu na França pós-68; quando, em 1976, os Partidos Comunistas e Socialistas firmaram acordo assinando o **Programa Comum**, com

a perspectiva de uma vitória nas eleições legislativas. Este movimento do PCF parece ter sido decisivo na trajetória de muitos intelectuais europeus, na direção da pós-modernidade (como, por exemplo, a trajetória de Lyotard, segundo Anderson, 1999, é paradigmática).

O pensamento pós-moderno se “libera” do lastro da classe e passa a girar em torno do “círculo hermenêutico”, como, numa curiosa analogia, também acontece com o capital, que hoje parece ter se “liberado” do “lastro” do processo de trabalho para se valorizar, revelando sua natureza parasitária na contemporaneidade. A mudança da base técnico-material, na produção industrial, levou à crise do sujeito construído a partir do trabalho industrial fordista, sem que até hoje tenha sido possível vislumbrar o(s) sujeito(s) que poderia(m) ocupar esse lugar. Certamente não se trata da migração (ou da substituição) do “mundo do trabalho” para o “mundo da cultura” (da razão instrumental, para a razão comunicativa) e, sim, de uma nova integração das dimensões intelectuais e manuais do trabalho, já que, na produção contemporânea, as dimensões culturais quase que não se diferenciam mais das dimensões econômicas. Não é, portanto, a construção de um sujeito coletivo, e descentrado, como diria M. Chauí (*in* Eder Sader, 1988) (tendencialmente pós-moderno, acrescentaríamos), que caracteriza os novos movimentos sociais e, sim, sua ancoragem em um mundo do trabalho, hoje mais “*heterogêneo, complexificado, e fragmentado*”, porém, socialmente combinado pelo capital, com diz Antunes (2002).

### **3.4.3 A crise do processo de constituição da classe operária em sujeito político e sua refração no “projeto ético-político”**

Como já foi analisado, no início deste capítulo, a reconceituação se expressa no Brasil, inicialmente, como “modernização”, logo depois com a emergência do movimento operário, como “intenção de ruptura”. Com a modernização, o Serviço Social se adapta às demandas do Estado burocrático-autoritário, através das quais se processa a incorporação da economia brasileira ao circuito de acumulação de capital, comandado pelos monopólios em escala mundial (a modernização conservadora). Esta modalidade de inserção, de “cima para baixo”, conduzida pelo Estado ditatorial, corresponde a uma dinâmica sócio-histórica, de longa duração, de desenvolvimento “reacionário”, do capitalismo no Brasil e, com diferenças nacionais, no continente latino-americano em geral. O processo de modernização do Serviço Social, uma resposta às demandas do Estado ditatorial, sofre uma inflexão, no final dos anos 1970, com o protagonismo do movimento operário, dando lugar a um processo de “intenção de ruptura”, em relação à perspectiva modernizadora, e também, obviamente, ao Serviço Social tradicional. Acompanha, esta ruptura, a incor-

poração do referencial teórico do marxismo, por parte de setores de assistentes sociais, tanto entre aqueles vinculados aos movimentos sociais como, especialmente, entre os que estavam ligados aos programas de pós-graduação das universidades. Constitui uma ruptura com o Estado burocrático-autoritário (o estado fascista<sup>75</sup> das ditaduras militares na América Latina). Assim sendo, significa uma ruptura com os espaços de trabalho tradicionais dos assistentes sociais e com a função de operador das políticas sociais. Surge, desta maneira, o perfil profissional do assistente social que, vinculado aos movimentos sociais, desenvolve funções de organização, mobilização e conscientização social, mediante uma prática contra-hegemônica. Esta é “intenção de ruptura”, também, com o Estado nacional-desenvolvimentista, em cujo interior surgiu o espaço funcional-ocupacional para os assistentes sociais. Outrossim, é uma ruptura com o caminho “prussiano” de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Aliás o (re)surgimento do movimento operário, em 1979, rompe com o movimento sindical tradicional, constituído fundamentalmente a partir da cooptação das lideranças sindicais por parte do Estado durante a “era Vargas”. Nos anos 1980, este “sindicalismo de Estado” - que tanto respondia aos interesses do Estado de tutelar o movimento dos trabalhadores como, também, em conjunturas favoráveis, podia influir sobre o aparelho do Estado (FREDERICO, 1994) - é substituído pelo “novo sindicalismo”, analisado por alguns autores como um *sindicalismo de mercado* (VIANNA, 2003). Integram-se a este novo sindicalismo os trabalhadores que se proletarizaram durante o “milagre econômico”, os “anos dourados” do capitalismo brasileiro, sem que, no entanto, estes “anos gloriosos” tenham dado lugar ao surgimento de um estado de Bem-estar (nem, obviamente, a um regime democrático). Foi um *fordismo capengo*, segundo Tauile (2001), um fordismo que modernizou a produção sem modernizar as relações de trabalho – a relação capital-trabalho –, portanto, um fordismo sem keynesianismo (o déficit de keynesianismo da organização fordista do trabalho marca a experiência da classe operária brasileira na ditadura). No seu lugar, surgem os “fundos de pensão”, principalmente, vinculados às grandes empresas estatais (como por exemplo o *Previ* dos funcionários do Banco do Brasil), e uma camada de trabalhadores transformados em administradores desses fundos (os quais controlam o acesso ao fundo público, mediante um “pacto perverso”<sup>76</sup> com o capital financeiro). Para Francisco de Oliveira (2003), trata-se de uma “nova” classe social que tanto ocupa um lugar determinado na produção, quanto realiza uma nova “experiência” de

<sup>75</sup>Ver na nota de rodapé 39, na página 74, a fundamentação desta caracterização da ditadura como ditadura fascista.

<sup>76</sup>É um pacto perverso porque os lucros destes fundos dependem da taxa de exploração da força de trabalho nas empresas, em que se realizam os investimentos. Assim, os trabalhadores, enquanto “cotistas” destes fundos, estão objetivamente interessados em aumentar sua própria taxa de exploração.

classe<sup>77</sup>. Estes trabalhadores passam a constituir a base social do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A organização do PT e da CUT não conta apenas com esta vertente, mas também com a vertente que provêm da esquerda católica, via comunidades eclesiais de base, junto com integrantes da “nova” esquerda (da ex-esquerda armada, produto das várias dissidências do PCB). Segundo Frederico (FREDERICO, 1994), a tendência dominante no movimento sindical, desses dias, tinha uma atitude obrerista e despolitizada, materializada no seu comportamento diante do processo constituinte, sendo este, para alguns dos militantes, um processo “prostituinte”<sup>78</sup>. Em vez de ser encarado como um momento de passagem da classe-em-si, tornando-se classe-para-si, momento que a classe operária supera o estágio econômico-corporativo e se transforma numa classe nacional-popular (uma classe universal), ou seja, em vez de encarar a participação na constituinte como a “*forma mais elevada de luta de classes*” (ibidem, 76), prevaleceu, no movimento operário, a atitude de se afastar deste processo e continuar na luta pelos interesses econômico-corporativos (como se somente estes fossem seus “verdadeiros” interesses de classe). Mesmo com esta atitude, a “*Constituição de 1988 consagrou uma série de direitos sociais que estavam muito além do poder de barganha do movimento operário*” (ibidem, p. 77). Isto foi resultado, não tanto da mobilização dos trabalhadores, como de um eficiente trabalho de *lobby*, realizado pelas organizações sindicais, mas que não foi presidido por um projeto global ou unificador, por parte dos trabalhadores, visualizando a sociedade em seu conjunto. O processo constituinte não foi aproveitado para unificar e elevar o nível de consciência política dos trabalhadores, senão que serviu para manter os trabalhadores despolitizados e fragmentados em torno das reivindicações econômico-corporativas.

Este último aspecto pode ser observado no apelo à “participação da comunidade” (tão preciosa ao Serviço Social, revelando os traços anti-modernos que sobrevivem, apesar dos avanços em matéria de modernização e de laicização da categoria profissional), como um complemento (ou um corretivo) à democracia representativa, que se estabelece em relação às questões relativas à saúde, assistência social etc. De fato, a “participação da comunidade” possibilita a sobrevivência da organização corporativa-particularista da sociedade, sobrepondo-se à representação universal, a qual compete aos partidos políticos. Nesse quadro, de apelo à “participação da comunidade”, a concepção gramsciana da hegemonia, que permite articular o pluralismo da sociedade civil à vontade geral do Estado, é utili-

<sup>77</sup>Poderia ser mais adequado analisar este fenômeno de uma forma mais clássica, observando neste processo a constituição de uma nova aristocracia operária. O fenômeno da “aristocracia operária” foi estudado por Lenin no “*Imperialismo, fase superior do capitalismo*” (LENIN, ).

<sup>78</sup>Finalmente, o PT não assinou o a “Constituição burguesa” de 1988.

zada para defender a sobrevivência dos particularismos econômico-corporativos, sem sua unificação em uma vontade geral, que universalize os interesses da sociedade nos partidos políticos. Ou seja, é utilizada no sentido de manter despolitizadas as organizações sociais na esfera da “sociedade civil”. Na prática dos conselhos (por exemplo na assistência social, na saúde), é possível observar a sobrevivência dos particularismos econômico-corporativos que, na verdade, são transformados em virtudes na forma de “democracia participativa”. Também é possível observar como a relação Estado-Sociedade Civil é mediada por estas corporações, em vez de serem os partidos políticos os responsáveis de realizar a mediação entre o Estado e a Sociedade Civil. Mais uma vez, os partidos políticos não são considerados no seu papel de superação dos particularismos da sociedade civil, transformando-os numa vontade geral.

Em face da reivindicação de uma política pública de assistência, materializou-se a proposta do “*Programa de Segurança Alimentar*”, apresentada em 1992, pelo “*Movimento pela ética na política*”, presidido pelo líder do PT, Luíz Inácio da Silva, dando lugar à criação do “*Conselho de Segurança Alimentar*” (CONSEA) - aliás, presidido pelo bispo de Caxias, um município do Estado do Rio de Janeiro, Mauro Morelli - em que esta problemática aparece de forma exemplar. Com a extinção do *Conselho de Segurança Alimentar*, no governo de Fernando Henrique Cardozo, criou-se no seu lugar o *Conselho da Comunidade Solidária* que, segundo Raichelis (2000, p. 111), está “*dissociado do projeto de cidadania e controle social da Loas*” (Lei Orgânica da Assistência Social), lei esta aprovada no final de 1993. No ano seguinte, foi instalado o *Conselho Nacional de Assistência Social* (CNAS), previsto na mencionada lei (a LOAS), que vem substituir o *Conselho Nacional de Serviço Social* (CNSS), criado, em 1938, no contexto do Estado Novo. No processo de elaboração e aprovação desta lei, os assistentes sociais tiveram uma “*atuação política destacada*”, chegando a assumir “*em muitos momentos, papel de direção política e cultural [...] o que mostrou fundamental para o nível de consenso possível que conduziu à aprovação da proposta final da Loas*” (ibidem, p. 124-125).

Consideramos a assistência social uma problemática tradicional no Serviço Social, sendo a sua persistência na debate profissional reveladora da sobrevivência dos elementos pré-modernos não resolvidos no processo de desenvolvimento do capitalismo, certamente em decorrência da via “prussiana” seguida no Brasil, agravada pela modernização conservadora de nossos dias. Neste caso, a assistência social pode ser melhor entendida, em termos foucaultianos, como regime de dominação “pastoral”, que reproduz a relação da Igreja com seu “povo” (ou seja, com os “pobres” que, como é muito bem conhecido, são, para o cristianismo, o “povo de Deus”). A partir desta angulação, parece-nos que

a assistência é uma política de origem católica, em relação aos “pobres”, que está sendo enxertada no Estado contemporâneo, com a participação do Serviço Social. Parece que existe uma “afinidade eletiva” entre a experiência da classe operária de um fordismo sem keynesianismo (ou seja, a ausência do Estado de bem-estar) e a reivindicação da política de assistência, já que, em certa medida, consolida-se a situação de ausência da uma política de bem-estar, uma vez que os fundos públicos que se poderiam destinar ao bem-estar social são canalizados para os fundos de pensão (em um pacto perverso com o capital financeiro) e, ao mesmo tempo, é implementada a política de assistência social para os “pobres”. Assim, para os trabalhadores incluídos no mercado de trabalho são destinados os “fundos de pensão” e para os trabalhadores excluídos são destinadas as políticas assistenciais.

Nos anos 1990 (a década vendida, segundo Tauile, 2001), a “intenção de ruptura” no Serviço Social tem um desdobramento muito peculiar, provocando uma relegitimação do espaço de trabalho tradicional do Serviço Social, no âmbito do Estado e da administração das políticas sociais. Esta reconciliação, por assim dizer, do Serviço Social com o Estado, como seu espaço sócio-ocupacional, resulta do pacto constituinte, que ensejou a aprovação da “constituição cidadã” de 1988. Emerge deste pacto democrático um Estado legítimo, que inaugura a possibilidade objetiva de interromper o processo, de longa duração, de desenvolvimento reacionário do capitalismo no Brasil (ver em C. N. Coutinho, 2003, “*A democracia como valor universal*”). Assim, aquele espaço de trabalho, que a “intenção de ruptura” tinha rejeitado, agora retorna relegitimado pelo pacto constituinte de 1988, passando a ser valorizado como um espaço de construção da “cidadania”. Pareceria que com esta nova constituição seria possível finalizar o ciclo de longa duração de desenvolvimento “reacionário” do capitalismo (e suas seqüelas político-sociais e culturais), e iniciar um caminho de desenvolvimento social “democrático”, o pressuposto necessário, nesta formação social, rumo ao longo caminho para o socialismo. Este pacto democrático, de 1988, leva, também, a uma reorientação da crítica marxista no Serviço Social, que deixa de ter como alvo o Estado e suas políticas sociais, para tornar-se reivindicador dos direitos sociais e da cidadania, nos marcos deste novo Estado (reivindica-se agora uma “cidadania regulada pelo Estado”). A crítica marxista passa a relegitimar o espaço funcional-ocupacional das políticas sociais, a partir do qual seria possível desenvolver uma prática profissional numa perspectiva cidadã. Esta nova orientação se fortalece no curso dos confrontos com o vendaval neoliberal dos anos noventa, que procura (e conseguia parcialmente fazer-lo) reformar a constituição de 1988, para adaptar a institucionalidade democrática do Brasil às novas exigências de integração da economia nacional ao capitalismo globalizado, em

particular, à fração rentista do capitalismo monopolista, dominante, especialmente, no continente latino-americano.

O debate que se coloca é como resolver a diferença entre a constituição formal e a constituição material da sociedade. Para os neo-liberais, a constituição formal tem que se adaptar à constituição material da sociedade, para os críticos do neo-liberalismo é a sociedade que tem que se adaptar à norma constitucional. Parece-nos que a expressão “cidadania” é a forma contemporânea de falar daquilo que antes, com base na sociologia estrutural-funcionalista, se denominava integração social, estando por isso bastante afastada do universo teórico-político emancipatório. Na concepção da cidadania, trata-se de intervir sobre os processos de fratura (de fracasso no processo de institucionalização de determinadas relações sociais) das relações entre os indivíduos e o Estado (o objeto de trabalho do assistente social é o *déficit* de cidadania –fordismo sem keynesianismo), da mesma forma que, anteriormente, intervinha-se nos processos de falta de integração dos indivíduos à sociedade. Esta é uma intervenção mais normativa que emancipatória ou técnica. Por trás desta concepção pode estar o “fetichismo do Estado”, a idéia de que o Estado flutua acima das classes sociais. A integração do indivíduo ao Estado é o que o torna cidadão, mediante um processo de reconhecimento de que o Estado, como um ser universal, realiza sobre os indivíduos isolados na sua esfera particular (no sentido privado). A “cidadania” passa a ser entendida como parte integrante do processo de socialização da política, a participação dos indivíduos, enquanto sujeitos políticos, na esfera pública, que superaria as desigualdades entre as classes sociais (a “cidadania” seria a outra face das desigualdades sociais). Como é bem conhecido, desde Hegel, os indivíduos na sociedade burguesa levam uma dupla existência, na esfera econômica como *bourgeois*, o indivíduo da esfera econômica que luta por seus interesses particulares, e na esfera política como *citoyen*, o homem abstrato da esfera pública, na qual age segundo os interesses universais. Contudo, de acordo com Coutinho (1997), o desenvolvimento da cidadania, como (re)apropriação da riqueza socialmente produzida, é uma outra forma de se referir à democracia, sendo que a plena cidadania só pode ser alcançada numa sociedade sem classes sociais.

No interior desta dinâmica, difundiu-se um uso muito peculiar do marxismo no Serviço Social, para relegitimar o espaço de trabalho tradicional do assistente social. O marxismo, primeiro, nos anos 1980, de origem gramsciano, e posteriormente, nos anos 1990, de origem lukacsiano, é convocado para defender o “retorno” às instituições (relegitimadas agora pelo pacto constituinte), em oposição àqueles assistentes sociais que tinham proclamado a “saída” delas, no processo de reconceituação. Isto é, apelando à tradição marxista,

fundamenta-se a legitimidade do Estado de Bem-estar social, como horizonte político para a categoria profissional e, em certa medida, como horizonte político para a classe operária. Assim, percorre-se o caminho (de volta) da “crítica das armas” para a “arma da crítica”, configurando-se o quadro contemporâneo da cultura profissional do Serviço Social (a combinação do otimismo da razão e com o pessimismo da vontade).

O Lukács, convocado pelo “projeto ético-político”, nos anos 1990, é o Lukács da “*Ontologia do Ser Social*”, lido **contra** Lukács da “*História e Consciência de Classe*” (Lukács da fenomenologia do trabalho como mercadoria na sociedade burguesa), negligenciando a relação de continuidade em relação à problemática da **consciência na história**<sup>79</sup> e a perspectiva da **revolução social** na totalidade da obra de Lukács. Com efeito, no Código de Ética de 1986 (uma “ruptura” com os anteriores códigos de ética), estabeleceu-se o “compromisso com a classe trabalhadora”, por parte dos assistentes sociais, que segundo Marilda V. Yamamoto (2003, p. 100) constitui uma “*expressão tardia do debate da reconceitualização*” e, no código de 1993, muda-se para uma perspectiva que tem como suporte uma ontologia do ser social (“*num Código de ética o compromisso deve ser com os valores e não com as classes, grupos, indivíduos, isto é, não cabe num Código de Ética prescrever quem são os sujeitos portadores desses valores.*”, diz Barroco, 2003a, p. 121), em um movimento que parece transitar, num breve período de tempo, de uma perspectiva mais próxima à “*História e Consciência de Classe*” para uma outra, mais alinhada com a “*Ontologia do Ser Social*”. Na concepção do “compromisso com a classe trabalhadora”, contida no Código de 1986, segundo Yamamoto (ibidem), operava-se com uma concepção dualista (a ética proletária contra a ética burguesa) e não com uma concepção de contradição social. No Código de Ética de 1993, a ética funda-se sobre valores universais, sem entretanto, definir o sujeito universal capaz de sustentar esses valores. Contudo, está firmemente estabelecido neste código, o reconhecimento do trabalho como atividade que permite a superação da singularidade do indivíduo, ponto de partida no processo de constituição da humanidade.

Para Lukács, no processo de trabalho surge a necessidade do auto-controle por parte do sujeito que trabalha. O sujeito que trabalha tem que submeter os seus instintos ao controle da consciência, numa batalha contra suas próprias inclinações naturais. Desse modo, a liberdade consiste no domínio da natureza e, ao mesmo tempo, no domínio de si próprio, a partir de um movimento que se inicia no processo de trabalho. Assim, desenvolve-se a elevação moral do homem, que a filosofia kantiana tinha estabelecido como

<sup>79</sup>Para Lukács, em *História e Consciência de Classe* e, a resposta a esta problemática está no Partido Comunista e, na ética, na *Ontologia do Ser Social*.

uma luta contra as inclinações naturais (da razão contra a sensibilidade).

Pode-se mesmo dizer que o caminho do autocontrole, a série de lutas que conduz do determinismo natural dos instintos ao auto-domínio consciente é a única via real para se alcançar a liberdade humana real . . . a conquista do domínio sobre si mesmo, sobre sua própria natureza originalmente apenas orgânica, é sem dúvida um ato de liberdade, um fundamento da liberdade para a vida humana (LUKÁCS *in* MÉSZÁROS, 2002, p. 489).

Neste movimento, na direção do autocontrole que se realiza no trabalho-em-geral, está o germe da ética, no sentido da superação da individualidade natural na direção da humanidade (do ser social genérico).

Esta linha de argumentação é adotada por Lukács nas suas últimas obras, nas quais a perspectiva da classe operária de *História e Consciência de Classe* é substituída pela perspectiva da humanidade (da realização da humanidade para-si). Nesta última perspectiva “a ênfase recai no papel direto dos indivíduos de controlar as adversidades e de se emancipar, eles mesmos, da realidade social da alienação por meio da suas vitórias sobre seus próprios “particularismos” (MÉSZÁROS, 2002, p. 477). Segundo Mészáros, a partir de 1959, Lukács retoma o projeto de redigir uma Ética, para o qual é necessário previamente trabalhar sobre uma Ontologia do Ser Social que ocupa então, um lugar propedéutico no projeto da ética. No entanto, o trabalho sobre a ontologia acabou por consumir todos seus esforços; assim, a Ética acabou sendo uma Ontologia.

Para Mészáros (*ibidem*), o que está oculto nesta postulação é o sistema de mediações de segunda ordem do capital sobre o trabalho, diante do qual o trabalho da “consciência sobre a consciência”, sustentado por Lukács, tem pouco a dizer ou fazer, já que este internalizou os limites do “socialismo em um só país”. Segundo este autor, o trabalho é tratado, por parte de Lukács, de uma maneira tão abstrata, que as mediações materiais realmente existentes – alienantes e alienadas – são secundarizadas, e a relação entre o indivíduo e a humanidade (e a história) é mediada diretamente pela ética. Aquilo que em “*História e Consciência de Classe*” era realizado pelo partido, a mediação entre o homem e a história, agora é realizado pela ética, a qual passa a ocupar o lugar do partido (entendido este como consciência da classe atribuída ou imputada ao proletariado). A defesa da ética aparece como *substituto* (MÉSZÁROS, *ibidem*, p. 501) das formas socialmente específicas de intervenção crítica. Para Lukács, na luta pela superação do particularismo alienado da sociedade burguesa, os *indivíduos* ao escolherem entre alternativas estão exercendo sua liberdade. Os indivíduos na vida cotidiana têm a possibilidade de decidir a favor ou contra a alienação (a alienação é um processo e não um estado de coisas) que aprisiona o

indivíduo à sua singularidade.

De uma forma semelhante, Carlos Nelson Coutinho (1996) sublinha também as dificuldades (a “pobreza”) da análise de Lukács, sobre a esfera da práxis política, na *Ontologia*, identificando a existência de uma lacuna na série de mediações postas em movimento, a partir da consideração do trabalho como célula do ser social na *Ontologia*, propondo por sua vez que essa lacuna poderia se preenchida levando em consideração a *política como catarse* na trilha de Gramsci.

Tudo se passa como se a incorporação da obra lukacsiana pudesse ser realizada mediante abstração do fato de que Lukács é um intelectual do movimento comunista –um intelectual orgânico da classe operária – (numa relação tensa, sem dúvida alguma, com esse mesmo movimento). Pareceria que a teoria social crítica pode ser tratada como se fosse uma teoria autoreferenciada (uma teoria “pura”) e, não, como uma teoria que precisa se realizar na prática do movimento social, mediada pelo partido político<sup>80</sup>. Neste sentido, o marxismo é apreendido na trilha do “marxismo ocidental”, ou seja, afastado da prática política partidária.

Lukács foi incorporado na cultura brasileira pelos jovens comunistas (FREDERICO, 1995), principalmente, após o golpe de 1964, fazendo parte do processo de resistência cultural ao regime ditatorial, uma vez que o movimento operário foi violentamente reprimido. Lukács já tinha começado a ser divulgado no Brasil, após o XX Congresso do PCUS (1956), no marco do processo de renovação do marxismo, iniciado a partir daquele momento. Os jovens comunistas, que iniciaram este processo, não possuíam, nesse momento, vínculos profissionais com vida acadêmica: Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, no Rio de Janeiro; José Chasin e José Carlos Bruni, em São Paulo; José Paulo Netto, Gilvan Procópio Ribeiro e Luiz Sérgio Henriques, em Juiz de Fora (FREDERICO, *ibidem*). A crítica estava focada na política cultural, o que, de um lado, evitava se transformarem-se em uma alternativa à direção do partido e, de outro, as reflexões lukacsianas estavam sintonizadas com a *política de frente* do PCB. Celso Frederico (*ibidem*) indica que a incorporação de Lukács fazia parte do esforço de renovação do marxismo, pós-desestalinização, tanto como da luta ideológica contra o irracionalismo (em especial, a filosofia existencialista) e o estruturalismo. Estes intelectuais e militantes desenvolviam a *política de frente*, no âmbito da cultura, e tinham na *Revista Civilização Brasileira* sua principal ferramenta para o trabalho de crítica cultural. Através da obra lukacsiana, colocava-se que a con-

<sup>80</sup>“A correta teoria revolucionária só assume forma final na ligação estreita com a atividade prática de um movimento verdadeiramente de massas e verdadeiramente revolucionário”. (LENIN in ANDERSON, 2004, p. 21)

tradição principal da esfera cultural, no século XX, era a luta entre o irracionalismo e o racionalismo humanista.

Por intermédio da crítica estética (particularmente literária), efetivada a partir do ponto de vista do realismo socialista, procurava-se enfrentar o “elitismo” dos intelectuais e da cultura no Brasil. Elitismo este resultante do caminho “reacionário” ou “prussiano” seguido pelo capitalismo no Brasil, isto é, de uma transição tardia ao capitalismo, sem uma revolução democrático-burguesa que quebrassem o domínio das velhas classes dominantes (que aliás transitou tardiamente para a periferia do capitalismo). Trata-se de uma situação de déficit democrático-popular, expressa na obra de arte, como ausência de conteúdo nacional-popular. Esta é a compreensão lukacsiana do “realismo socialista”, que não se confunde com uma estética “naturalista” filosoficamente unida ao positivismo. A separação dos intelectuais do povo exprime-se na ausência da problemática nacional-popular na obra de arte, levando a hipertrofiar a subjetividade (alienada, angustiada) do autor, como acontece com a arte modernista, dominada pelo perspectivismo ultra-individualista. Nesse quadro, as idéias de Lukács são um instrumento de luta contra a ausência de conteúdo nacional-popular (universal) na produção intelectual, na perspectiva de atrair os intelectuais para o campo das forças populares, ou seja, para o campo democrático, o que significa superar o “elitismo”, a separação dos intelectuais da realidade social (dos problemas da práxis social), incorporando, desse modo, a problemática social na sua obra. Trata-se de lutar contra o ultra-individualismo do modernismo nas artes que hipertrofia a subjetividade do autor, sendo que esta é uma subjetividade produto da alienação social intensificada no século XX (hiper-reificação), tendo em Nietzsche a melhor expressão desta tendência. A hipertrofia da subjetividade do autor leva à negação da objetividade da realidade social e, por esse caminho, ao agnosticismo, ou ainda mais, ao irracionalismo, na busca de um atalho - geralmente pelo caminho da “intuição” - para o longo processo de domínio teórico-prático da realidade através do exercício da razão (que, diga-se de forma sumária, é um exercício democrático, o que não acontece com a “intuição”, que pressupõe uma sociedade aristocrática, já que esta - intuição - é um dom detido por alguns escolhidos). A defesa da razão, em Lukács, associa-se, de forma estreita, à defesa da democracia (ao governo popular), numa época que, primeiro, predomina o nazi-fascismo e, depois, a “manipulação sutil do consumo”, tornando a vida social, nos países capitalistas avançados, esvaziada de conteúdo democrático, ao conservar apenas a aparência formal de democracia (a forma de dominação legal-racional weberiana).

Segundo Celso Frederico (*ibidem*), na década de 1980, consolidou-se o divórcio entre o PCB e o novo movimento operário. O partido estava dividido em três correntes: duas

delas de caráter renovador (a eurocomunista e a direção recém-chegada do exílio) e a outra, comandada pelo dirigente histórico Luís Carlos Prestes. Após a derrota da tendência encabeçada por Prestes, as outras duas correntes travaram, entre si, uma batalha que levou, inicialmente, à saída dos gramscianos e, logo depois – em 1992 – à autodissolução do PCB (que se transformou em Partido Progressista Socialista – PPS). Isto é, quando chegou a hora da política, a obra lukacsiana, apesar de conter preciosas indicações para se pensar a prática política, revelou-se insuficiente, e foi substituída por Gramsci ou por uma fusão dos dois autores. Logo que Lukács sai de cena, no âmbito da esfera político-partidária, inicia-se a incorporação da suas idéias nas universidades.

Registramos que a (auto)dissolução do PCB em 1992 não é mencionada na literatura que trata sobre o processo de constituição do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil, parecendo que este acontecimento tivesse sido apenas um fato doméstico, e não um fato histórico-universal, marca do fim de uma época (o que nos leva a pensar que, possivelmente, se refratou no debate profissional do Serviço Social dos anos 1990, conhecido como “projeto ético-político”). No entanto, no seu lugar, é dada importância ao fato ocorrido na sociedade do “*impeachment*” ao presidente Collor de Mello, em 1992 (por exemplo, em Barroco, 2003b), o primeiro presidente eleito (no ano de 1989) em forma direta após a ditadura militar. Ou seja, em vez de ser analisada a crise terminal do Partido Comunista (como mediação consciente entre o indivíduo e a história), ocupam-se da discussão do papel da ética (a “escolha entre alternativas” lukacsiana). Já vimos, anteriormente, como a mediação entre o Estado e a Sociedade Civil é concebida através da “participação comunitária”, da prática conselheira, em vez de ser realizada pelos partidos políticos. Agora revela-se como a ética pode ocupar o lugar da política, em particular o lugar, dos partidos tradicionais, de caráter político-ideológico (novos partidos “éticos”, como o PT, em vez de velhos partidos “ideológicos”, como o PCB). Como também já foi analisado, existe um fio condutor entre a reivindicação da “assistência social como direito de cidadania” e a “ética na política” do “Movimento pela Ética na Política”, que resultou na criação do “Conselho de Segurança Alimentar”, impulsionando o “Programa de Segurança Alimentar”, no início dos anos 1990. Desarte, no início da década de 1990, temos um quadro marcado por uma dupla substituição: o bem-estar social pela assistência social e a política pela ética.

O lugar do marxismo clássico, encarnado, exemplarmente, na obra de Lukács, vai ser ocupado pela *nova esquerda*, que cativou à intelectualidade progressista, com seus novos problemas vinculados à revolução dos costumes, com destaque para o movimento feminista, as “minorias” étnicas etc. Esta nova esquerda, finalmente, se materializará na

conformação do Partido dos Trabalhadores que, como é muito bem conhecido, nasceu “sem ideologia”.

Na cultura profissional do Serviço Social, o lugar de Lukács é também ser instrumento na luta contra a tendência de autonomizar a reflexão do autor da totalidade social (entenda-se a totalidade social, como modo de produção em que se diferenciam – sem se autonomizar completamente – esferas distintas da práxis social), num movimento de fuga da realidade social, levando a hipertrofiar a subjetividade do autor, em detrimento da objetividade social. Luta-se, assim, contra a tendência do ultra-individualismo teórico, na qual o autor trabalha, exclusivamente, com seu próprio pensamento (o pensamento “puro”, ao operar com os recortes disciplinares dos objetos reais, que ele próprio faz, produzindo assim teoria “pura”), com suas representações da realidade, num movimento de afastamento da realidade social, próprio de intelectuais que fazem parte de uma cultura “elitista”, distante dos problemas histórico-sociais da sociedade.

Existe uma determinada apropriação da obra lukacsiana, particularmente da *Ontologia do Ser Social*, em que Lukács aparece como um autor que defende a “centralidade do trabalho”, enfrentando àqueles que se recusam a aceitar a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. Neste caso, a organização fordista do trabalho aparece como uma expressão positiva da centralidade do trabalho, no processo de constituição do “mundo dos homens”, e não como uma poderosa máquina de produção e de extração de mais-valia relativa, ou seja, de negação do trabalho. Por este caminho, chega-se a afirmar a relevância do Estado de Bem-estar, das políticas sociais e da cidadania, o que constitui um universo teórico-político bastante distante daquele de Lukács, preocupado pela questão democrática (e por esse caminho, pelo racionalismo humanista) na sociedade e na cultura, na perspectiva de emancipação do trabalho (do “fordismo”, tanto como do “keynesianismo”). A preocupação de Lukács está em atrair os intelectuais para o campo democrático-popular, rumo à construção do socialismo. Trata-se da “política de frente”, levada para o campo da cultura. Destarte, são minimizadas as críticas à “cultura do consumo” e à “manipulação sutil do consumo”, própria da sociedade em que o trabalho assalariado alcançou o grau da alienação na sociedade capitalista monopolista, coroada pelo Estado de Bem-estar. É claro que, no centro das preocupações de Lukács, está o trabalho, mas o trabalho “alienado” da sociedade capitalista (que não pode, portanto, ser o fundamento do socialismo salvo que seja negado radicalmente), como acontece em *História e Consciência de Classe*, o que o leva a buscar o fundamento do socialismo no trabalho, antes que na alienação, como na *Ontologia do Ser Social*. A problemática lukacsiana é emancipatória (de esclarecimento sobre os “verdadeiros” interesses da classe

operária) e não de integração social.

————— 0 —————

Chegamos assim ao final do percurso do processo de reconceituação, com o projeto ético-político, no Brasil contemporâneo, sua última morada. Neste caminho foi possível observar as diferentes trajetórias seguidas por este movimento. No Uruguai, a reconceituação foi basicamente *renovação do reformismo*, traço este que caracteriza tanto a formação política uruguaia, quanto a história da profissão, ao longo do século vinte. No Brasil, pelo contrário, a reconceituação foi fundamentalmente *ruptura com o a vertente conservadora do anti-capitalismo romântico*, que marcou o desenvolvimento do Serviço Social ao longo da sua história, no século passado.

No Uruguai, o caminho “prussiano” seguido pelo desenvolvimento do capitalismo, foi amortecido pela força dos movimentos democráticos, em diversas fases da história (como, por exemplo no “artigismo”, do século XIX, que efetivou a reforma agrária, e o “batllismo” que materializou um precoce Estado de bem-estar, nas primeiras décadas do século XX). Esta peculiar trajetória trouxe como resultado, na esfera política: o reformismo; no campo da cultura, a conformação de uma cultura da conciliação entre idéias diversas: o ecletismo (pensar através de idéias e não de sistemas de idéias, do filósofo Vaz Ferreira, como já foi analisado anteriormente). Neste caso, o problema da cultura nacional não era tanto o distanciamento dos intelectuais, em relação à problemática nacional-popular, e sim o ecletismo. Pode-se dizer que o marxismo existe, nesta realidade social, em estado prático e sincrético, na prática sindical e política da classe operária, ainda que a elaboração teórica dos intelectuais esteja dominada fundamentalmente pela busca da conciliação entre pontos de vista diversos.

## *Referências*

- ACOSTA, L. *Modernidad y Servicio Social: Un estudio sobre la génesis del servicio social en el Uruguay*. 240 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Programa de Pós-graduação - ESS/CFCH - UFRJ, Río de Janeiro, 1998. Orientador: Marilena Jamur.
- ACOSTA, L. La perspectiva histórico-crítica en el Servicio Social y la tesis del origen espúreo de la profesión de asistente social. *Revista Trabajo Social*, Montevideo, n. 32, 2004.
- ACOSTA, L. et al. Diagnóstico sobre: “Situación del Trabajo Social en el Uruguay”. Equipe coordinador: Luis Acosta, Irene Fernández, Teresa Porzecanski, Teresa Dornell, Leopoldo Font, Cecilia Zaffaroni, Laura Noguez e Emma Briano. Noviembre 1990.
- AGUIRRE, M. *El Frente Amplio. Historia y documentos*. Montevideo: EBO, 1985. (Temas del siglo XX, 30).
- ALDRIGHI, C. *La izquierda armada. Ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros*. Montevideo: Trilce, 2001.
- ALFARO, H. R. *Navegar es necesario. Quijano y el Semanario Marcha*. Montevideo: EBO, 1984. (Temas del Siglo XX, 20).
- ALTHUSSER, L. *Posiciones*. Barcelona: Anagrama, 1977.
- ALVES, G. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho - o Brasil nos anos noventa. In: *Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 109–161.
- AMIN, S. *A lei do valor e o materialismo histórico*. Lisboa: Edições 70, 1978. (Biblioteca 70).
- ANDERSON, P. *Tras las huellas del Materialismo Histórico*. Tradução para o castelhano: Eduardo Terrén. 2ª. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1988.
- ANDERSON, P. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- ANDERSON, P. *As Origens da Pós-modernidade*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ANDERSON, P. *Considerações sobre o materialismo ocidental. Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitemo, 2004.
- ANSALDI, W. Frívola y casquivana, mano de hierro en guante de seda. Una propuesta para conceptualizar el término oligarquía en América Latina. *Cuadernos del CLAEH*, CLAEH, Montevideo, n. 61, 1992.

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho. Ensaio sobre as Metamorfozes e a Centralidade do Mundo de Trabalho*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. (Mundo do trabalho).
- ARAUJO, A. M.; TEJERA, H. *La imaginación al poder. 1968-1988. ¿un sueño postergado?* Montevideo: FCU, 1988.
- ARISMENDI, R. *Lenin, la revolución y América Latina*. México: Grijalbo, 1976. (Teoría y praxis).
- ARMAS, G. D.; GARCÉ, A. *Uruguay y su conciencia crítica. Intelectuales y política en el siglo XX*. Montevideo: Trilce, 1997. (Desafíos).
- ARTEAGA, J. J. *Uruguay. Breve historia contemporánea*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. (Colección popular (583)).
- ARZUAGA, A.; BRIANO, E. *Intervención del Servicio Social en la gestión de las cooperativas artesanales: la experiencia de Manos del Uruguay*. Dissertação (Monografia de fim de curso) — Escuela Universitaria de Servicio Social, 1982.
- ASTORI, D. *Tendencias recientes de la economía uruguaya*. Montevideo: FCU - CIEDUR, 1986. (Temas nacionales, 2).
- BADALONI, N. Gramsci: a filosofia como previsão. In: HOBSBAWM (Org.). *O marxismo na época da terceira internacional: de Gramsci à crise do Stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, (História do Marxismo, X). p. 13 – 128.
- BARRÁN, J. P. *Battle, los Estancieros y el Imperio Británico*. Montevideo: EBO, 1986.
- BARRÁN, J. P. *El Poder de Curar*. Montevideo: EBO, 1993. (Medicina y sociedad en el Uruguay del Novecientos., v. 1). 2ª reimpressão.
- BARROCO, M. L. S. Considerações sobre o Código de Ética dos assistentes sociais. In: *Serviço Social e Ética. Convite a uma nova práxis*. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 118–122.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social. Fundamentos Ontológicos*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: *Textos escolhidos: W. Benjamin, M. Horkheimer, Theodor W. Adorno, J. Habermas*. São Paulo: Abril, 1980, (Os Pensadores, XLVIII).
- BENJAMIN, W. et al. *Benjamin, Adorno, Horkheimer, Habermas*. 2ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).
- BLIXEN, S. *Sindic*. 2ª. ed. Montevideo: Trilce, 2001.

- BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1997. (Biblioteca básica).
- BONINO, L. C. *Crisis de los partidos tradicionales y movimiento revolucionario en el Uruguay*. Montevideo: EBO, 1988. (Temas del Siglo XX, 32).
- BRALICH, J. *Educación popular. Historia y conceptualización*. Montevideo: EPPAL, 1994.
- BRAZ, M. *Dinâmica Capitalista e Cultura. Episódios Brasileiros*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Programa de pós-graduação. ESS/CFCH. UFRJ, Rio de Janeiro - RJ, 1998.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado. Por uma teoria materialista da filosofia*. Tradução: Angelina Peralva. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (Coleção pensamento crítico, v. 39).
- BUNGE, M. *La ciencia, su método y su filosofía*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1973.
- CAETANO, G.; RILLA, J. P. *El joven Quijano (1900-1933). Izquierda nacional y conciencia crítica*. Montevideo: EBO, 1986. (Temas del Siglo XX, 38).
- CAETANO, G.; RILLA, J. P. *Historia contemporánea del Uruguay: de la colonia al Mercosur*. Montevideo: CLAEH/Fin de Siglo, 1994.
- CALLINICOS, A. Toni Negri en perspectiva. 2001. Publicado em *International Socialism Journal*, em outono (hemisfério norte) de 2001. Disponível em: <[http://www.socialismo-o-barbarie.org/imperialismo\\_s\\_xxi/callinicos\\_t%oni\\_negri\\_en\\_perspectiva.htm](http://www.socialismo-o-barbarie.org/imperialismo_s_xxi/callinicos_t%oni_negri_en_perspectiva.htm)>.
- CARNOY, M. *Estado e Teoria Política*. Tradução pela equipe de tradutores do Instituto de Letras da Puccamp. 3ª. ed. São Paulo: Papirus, 1990.
- CASTRO, M. M. *De Apóstoles a Agentes de Cambio*. Lima: CELATS, 1982.
- CEUSS, C. Fundamentación del Proyecto de Plan de Estudios. *Revista Universitaria de Servicio Social*, Montevideo, n. 1, p. 21–27, 1966.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: *A mundialização financeira: Gênese, Custos e Riscos*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 249–318.
- COCCO, G. Neoliberalismo, sociedade civil e nova centralidade do trabalho. *Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria Social*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 7–31, 1º semestre 1999.
- COCCO, G. *Trabalho e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.
- CORES, H. *Uruguay hacia la dictadura 1968-1973. La ofensiva de la derecha, la resistencia popular y los errores de la izquierda*. Montevideo: EBO, 1999.

- CORTINAS, R. El servicio social en los países socialistas. *Revista Universitária de Serviço Social*, n. 2, p. 59 – 70, 1966.
- CORTINAS, R. Debatiendo con José Paulo Netto. Análisis crítico del libro "Capitalismo Monopolista y Servicio Social". *Revista Trabajo Social*, n. 28, p. 17–26, 2003.
- CORTINAS, R.; DUPONT, R.; KRUSE, H. Profesionales del sistema contra el sistema. el asistente social, aquí y ahora. *Revista de los viernes. El Popular*, Montevideo, julio 1970.
- COUTINHO, C. N. *O Estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil. Ensaaios sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- COUTINHO, C. N. *Marxismo e Política. A dualidade de poderes e outros ensaios*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- COUTINHO, C. N. Notas sobre ciudadanía e modernidade. *Praia Vermelha*, I, n. 1, p. 145 – 165, 1997.
- COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In: LÖWY, M. (Org.). *O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 423–430.
- CUEVA, A. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. 11ª. ed. México: Siglo XXI, 1987.
- D'ALESANDRO, F. L. *Historia de la izquierda uruguaya 1. Anarquistas y socialistas (1838-1910)*. 2ª. ed. Montevideo: Carlos Álvarez, 1994.
- DE ARMAS, G.; GARCÉ, A. (coordinadores). *Técnicos y Política. Saber y Poder: encuentros y desencuentros en el Uruguay contemporáneo*. Montevideo: Trilce, 2000. (Ciencia Política).
- D'ELIA, G. *El Movimiento Sindical*. Montevideo: Nuestra Tierra, 1969. (Nuestra Tierra, v. 4).
- D'ELIA, G. *El Uruguay neo-batllista, 1946-1958*. Montevideo: EBO, 1982. (Temas del siglo XX).
- D'ELIA, G.; MIRALDI, A. *Historia del movimiento obrero en el Uruguay. Desde sus orígenes hasta 1930*. Montevideo: EBO, 1984.
- DE MARTINO, M. Análise de um caso: Manos del Uruguay. *Trabajo Social*, n. 6-7, p. 35–60, 1988.
- DI CARLO, E. La escuela universitaria de servicio social. *Revista Universitaria de Serviço Social*, n. 1, p. 5–19, 1966.
- DI CARLO, E. *Perspectivas en la conducción de grupos*. Buenos Aires: Humanitas, 1983.

DI CARLO, E. *Trabajo Social profesional: el método de la comunicación racional*. Buenos Aires: Humanitas - Facultad de Ciencias de la Salud y Servicio Social / Universidad Nacional de Mar del Plata, 1997.

DIMITROV, J. La ofensiva del fascismo y las tareas de la Internacional en la lucha por la unidad de la clase obrera contra el fascismo. Informe ante el VII Congreso Mundial de la Internacional Comunista, 2 de agosto de 1935. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/dimitrov/1935.htm>>.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Superação da crise, ameaças de crise e novo capitalismo. In: *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, (Seminário marxista: questões contemporâneas). p. 15–41.

DUPONT, R. El movimiento de Reconceptualización del Servicio Social Latinoamericano. *Selecciones del Servicio Social. Revista Latinoamericana*, VIII, n. 26, p. 175 – 188, 2º cuatrimestre 1975.

DUPONT, R. Estado intervencionista - estado fascista: el caso Uruguay en política social. Comunicação apresentada em maio de 1983 na cidade de Buenos Aires. maio 1983.

EQUIPOS CONSULTORES ASOCIADOS (Ed.). *Manual de formulación e evaluación de proyectos sociales. El enfoque centrado en el impacto*. Montevideo, 1992.

EVANGELISTA, J. E. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez, 1992. (Questões de nossa época, v. 7).

FALEIROS, V. Confrontaciones teóricas de la Reconceptualización. *Acción Crítica*, CELATS, Lima, v. 21, 1987.

FERRY, L. *Homo Aestheticus. A Invenção do Gosto na Era Democrática*. Tradução: Eliana Maria de Mello Souza. São Paulo: Ensaio, 1994.

FILGUEIRA, C.; FILGUEIRA, F. *El largo adios al pais modelo*. Montevideo: Arca-Peithos, 1994.

FINCH, H. *Economía y Sociedad en el Uruguay del Siglo XX*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1992.

FLEURY, S. *Estados sem cidadãos*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — IUPERJ, Rio de Janeiro, 1992.

FREDERICO, C. *Crise do socialismo e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1994. (Questões da nossa época, v. 33).

FREDERICO, C. A presença de Lukács na política cultural do PCB e na Universidade. In: MORAES, J. Q. de (Org.). *História do Marxismo no Brasil. Os influxos teóricos*. São Paulo: UNICAMP, 1995. II, p. 183–221.

FREIRE, P. *Pedagogia del oprimido*. Tradução: Jorge Mellado. Montevideo: Tierra Nueva, 1970.

GARCÉ, A. *Ideas y competencia política en Uruguay (1960-1973). Revisando el "fracaso" de la CIDE*. Montevideo: Trilce, 2002. (Ciencia Política).

- GERPE DE BELLINI, N. et al. *Elementos para un perfil profesional del trabajo social: Uruguay*. Lima: CELATS, 1980.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. (Biblioteca básica). 2ª reimpressão.
- GIDDENS, A. *Para Além da Esquerda e da Direita. O Futuro da Política Radical*. Tradução de Alvaro Hattner. São Paulo: UNESP, 1996. (Biblioteca básica).
- GIDDENS, A. *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade*. Anthony Giddens e Christopher Pierson. Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- GOLDMANN, L. *Dialética e Cultura*. Tradução de L. F. Cardozo, C. N. Coutinho e G. V. Konder. 3ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- GRAMSCI, A. *Antología*. Selección, traducción y notas de Manuel Sacristán. 12ª. ed. México: Siglo XXI, 1992.
- GRAMSCI, A. *La Política y el Estado Moderno*. Traducción: Jordi Solé-Tura. Buenos Aires: Planeta-Agostini, 1993.
- GRUPO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Estudo de viabilidade de criação de uma associação profissional em Uruguay. *Acción Crítica*, n. 10, p. 29–34, Diciembre 1981. O artigo não tem a assinatura dos autores.
- GUTTMANN, R. As mutuações do capital financeiro. In: *A mundialização financeira: Gênese, Custos e Riscos*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 61–96.
- HABERMAS, J. A nova intransparência. A crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 18, p. 103 – 114, Setembro 1987.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa, II. Crítica de la razón funcionalista*. Madrid: Taurus, 1999.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 12ª. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- HEGEL, G. W. F. A Fenomenologia do Espírito (Prefácio, Introdução, Caps. I e II). In: \_\_\_\_\_. *Hegel*. São Paulo: Abril, 1974. (Os Pensadores, XXX), p. 7–81.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenología del Espíritu*. Traducción de Wenceslao Roces con la colaboración de Ricardo Guerra. Buenos Aires: FCE, 1992. (Colección de textos clásicos). 1ª reimpressão.
- HILL, R. Una perspectiva diferente. *Selecciones del Servicio Social. Revista Latinoamericana*, VIII, n. 26, p. 195 – 201, 2º cuatrimestre 1975.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 12ª reimpressão.

HOBBSAWM, E. *A Era das Revoluções. Europa 1789-1848*. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 11<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOLZ, H. H.; KOFLER, L.; ABENDROTH, W. *Conversaciones con Lukács*. Traducción: Jorge Deike e Javier Abásolo. Madrid: Alianza Editorial, 1969. (El Libro de Bolsillo. Sección: Humanidades).

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaio crítico*. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V. O debate contemporâneo do serviço social e a Ética profissional. In: *Serviço Social e Ética. Convite a uma nova práxis*. 5<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 87–104.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 14<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 2001.

IAMAMOTO, M. V.; NETTO, J. P. “Serviço social alternativo”: elementos para sua problematização. Núcleo de Pesquisa da Escola de Serviço Social. Março de 1989.

IGLESIAS, E. El servicio social en los países subdesarrollados. *Revista Universitaria de Servicio Social*, Universidad de la República, Montevideo, p. 71 – 78, 1966.

INFRANCA, A. Fenomenologia y ontologia en el marxismo de Lukács. 2004. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv282.htm>>.

JAMESON, F. Periodizando os anos 60. In: HOLANDA, H. B. de (Org.). *Pos-modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 81 – 126.

JAMESON, F. *Pos-modernismo. a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução: Maria Elisa Cevasco. Revisão da tradução: Ina Camargo Costa. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Ática, 1997. (Temas - Cultura e sociedade, v. 41).

JAMESON, F. *A cultura do dinheiro*. Seleção e prefácio de Maria Elisa Cevasco. Tradução de Maria Elisa Cevasco e Marcos César de Paula Soares. 2<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

KOUMROUYAN, E. “a linguagem não me sujeita, mas me liberta”. *Serviço Social e Sociedade*, Cortez, São Paulo, v. 59, p. 102–126, março 1999.

KRUSE, H. El servicio social en los países capitalistas. *Revista Universitaria de Servicio Social*, n. 2, p. 55 – 58, 1966.

KRUSE, H. *Un Servicio Social comprometido con el desarrollo*. Buenos Aires: ECRO, 1968. (Cuadernos de Trabajo Social, 3).

KRUSE, H. Una etapa enriquecedora del Servicio Social latinoamericano. *Selecciones del Servicio Social. Revista Latinoamericana*, VIII, n. 26, p. 152 – 157, 2<sup>o</sup> cuatrimestre 1975.

KRUSE, H. C. *Historia de la beneficencia y la asistencia social en el Uruguay*. Buenos Aires: Dinámica impresos, 1965.

- KRUSE, H. C. La intervención del servicio social en la realidad. *Revista Universitaria de Servicio Social*, Montevideo, v. 3, p. 21–29, 1967.
- KRUSE, H. C. *Filosofía del siglo XX y Servicio Social*. Buenos Aires: ECRO, 1970.
- KRUSE, H. C. *Introducción a la Teoría Científica del Servicio Social*. 2ª. ed. Buenos Aires: ECRO, 1974.
- KRUSE, H. C. Algunas reflexiones sobre la naturaleza del servicio social. *Trabajo Social*, Montevideo, v. 2, n. 6-7, p. 27 – 34, abril 1988.
- KRUSE, H. C. En procura de nuestras raíces. *Cuadernos de Trabajo Social*, Facultad de Ciencias Sociales, Montevideo, v. 3, 1994.
- KRUSE, H. C. *Los orígenes del mutualismo uruguayo*. Montevideo: EPPAL, 1994.
- KRUSE, H. C. Desde adentro. Autobiografía inédita. 1995.
- KUHN, T. S. *La estructura de las Revoluciones Científicas*. Tradução de Agustín Contín. Colombia: Fondo de Cultura Económica, 1992. 1ª reimpressão.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Introdução de Giuseppe Cocco. Tradução de Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (Espaços do desenvolvimento).
- LEFEBVRE, H. *El materialismo dialéctico*. Buenos Aires: La Pleyade, 1974.
- LENIN, V. I. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Disponível em: <[http://www.marx2mao.com/M2M\(SP\)/Lenin\(SP\)/IMP16s.html](http://www.marx2mao.com/M2M(SP)/Lenin(SP)/IMP16s.html)>.
- LESSA, S. A materialidade do trabalho e o “trabalho imaterial”. *Outubro*, v. 8, n. 8, p. 27–46, 2003.
- LOJKINE, J. *A revolução informacional*. Tradução: José Paulo Netto. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- LÖWY, M. *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin*. Tradução de Myrian Veras Baptista e de Magdalena Pizante Baptista. São Paulo: Perspectiva - Editora da Universidade de São Paulo, 1990. (Coleção debates, v. 234).
- LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen. Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento*. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- LÖWY, M. *A evolução política de Lukács: 1909-1929*. Tradução de: Heloísa Helena A. Mello, Agostino Ferreira Martins. Anexos traduzidos por Gildo Marçal Brandão. São Paulo: Cortez, 1998.
- LUKÁCS, G. *El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Tradução: Manuel Sacristán. 2ª. ed. México: Grijalbo, 1968.
- LUKÁCS, G. *Historia y consciencia de clase. Estudios de dialéctica marxista*. Tradução: Manuel Sacristán. 2ª. ed. México: Grijalbo, 1969. (Obras completas, v. 3).

- LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital*. Tradução de Moniz Bandeira. 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. Introdução de Paulo Singer; tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, C. *Crítica de la filosofía del Estado de Hegel*. Versión al español de Antonio Encinares P. México: Grijalbo, 1970. (Colección 70).
- MARX, C. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos: José Arthur Giannotti. Tradução revista por Leandro Konder. São Paulo: Abril, 1978. (Os Pensadores), p. 323 – 404.
- MARX, C. Para a crítica da economia política. In: \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. Tradução de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Abril, 1978. (Os Pensadores), p. 101 – 257.
- MARX, C. *El Capital. Crítica a la economía política*. 2<sup>a</sup>. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- MARX, C. *El Capital. Crítica a la economía política*. 2<sup>a</sup>. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- MARX, C. *El Capital. Crítica a la economía política*. 2<sup>a</sup>. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- MARX, C. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. México: Siglo Veintiuno, 1989. (Biblioteca del pensamiento socialista).
- MARX, C. *La cuestión judía (y otros escritos)*. Buenos Aires: Planeta, 1992.
- MARX, C. *Manuscritos Económicos-Filosóficos de 1844*. Tradução de Maria Antónia Pacheco. Lisboa: Avante, 1994. (Biblioteca do Marxismo-Leninismo, v. 26).
- MARX, C.; ENGELS, F. *La ideología alemana*. Tradução: Wenceslao Roces. Montevideo: Pueblos Unidos - Cartago, 1985.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifiesto do Partido Comunista*. Prólogo de José Paulo Netto. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- MATO, C. *Pensamento Uruguaio. La época de Carlos Vaz Ferreira*. Montevideo: Roca Viva, 1991.
- MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitemo, 2002.
- MONTAÑO, C. Análisis de las matrices del Trabajo Social en el Uruguay a través de sus Planes de Estudio. *Cuadernos de Trabajo Social*, Montevideo, n. 3, p. 45–73, 1994.
- MONTAÑO, C. *La Naturaleza del Servicio Social*. São Paulo: Cortez, 1998. (Biblioteca Latinamericana de Servicio Social).

- MONTAÑO, C. De las lógicas del estado a las lógicas de la sociedad civil y del mercado: crítica al “tercer sector” y el nuevo trato a la “cuestión social”. In: BORGIANNI, E.; GUERRA, Y.; MONTAÑO, C. (Org.). *Servicio Social Crítico. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. São Paulo: Cortez, 2003, (Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social). p. 103 – 125.
- NAHUM, B. *Breve Historia del Uruguay Independiente*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1999.
- NAHUM, B. et al. *El fin del Uruguay liberal*. Montevideo: EBO - La República, 1998. (Historia Uruguaya, 10).
- NETTO, J. P. La crisis del Proceso de Reconceptualización del Servicio Social. *Selecciones del Servicio Social. Revista Latinoamericana*, VIII, n. 26, p. 60 – 75, 2º cuatrimestre 1975.
- NETTO, J. P. La crítica conservadora a la reconceptualización. *Acción Crítica*, n. 9, p. 35–45, julio 1981.
- NETTO, J. P. *Lukács*. São Paulo: Atica, 1981.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- NETTO, J. P. A controvérsia paradigmática nas ciências sociais. *Cadernos Abess*, Cortez, São Paulo, v. 5, Maio 1992.
- NETTO, J. P. Lukács e o Marxismo Ocidental. In: *Lukács. Um Galileu no século XX*. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, 1996. p. 7–15.
- NETTO, J. P. Prólogo: Elementos para uma leitura crítica do **Manifesto Comunista**. In: *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998. p. IX–LXXVI.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64*. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- NOTARO, J. La batalla que ganó la economía. In: *El Uruguay del siglo XX: la economía*. Montevideo: Banda Oriental, 2001. p. 95–121.
- ODDONE, J.; PARIS, B. *La universidad uruguaya del militarismo a la crisis. 1885-1958*. Montevideo: Departamento de Publicaciones. Universidad de la República, 1971. (Colección: historia y cultura, 15).
- ODDONE, M. B. P. de. *La Universidad*. Montevideo: Editores Unidos y Editorial Arca, 1969.
- O'DONELL, G. *El estado burocrático-autoritario*. Buenos Aires: De Belgrano, 1982.
- OFFE, C. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, F. D. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ORTEGA, E. *El Servicio Social y los procesos de medicalización de la sociedad uruguaya en el período neobatllista*. Tese (Maestría en Servicio Social) — Departamento de Trabajo Social - Facultad de Ciencias Sociales/UDELAR, 2003.

- PANIZZA, F. *Uruguay: Batllismo y después. Pacheco, militares y tupamaros en la crisis del Uruguay batllista*. Montevideo: EBO, 1990. (Temas del siglo XX).
- PAPADÓPULOS, J. *Seguridad Social y Policía Social en el Uruguay*. Montevideo: CIESU, 1992.
- PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY (Ed.). *Congresos y documentos*. Montevideo: Partido Comunista del Uruguay, 1988.
- PINTOS, F. *Historia del Uruguay*. Montevideo: EPU, 1966.
- PORZECANSKI, T. Reconceptualización: La apartura hacia nuevos caminos y procesos. *Selecciones del Servicio Social. Revista Latinoamericana*, VIII, n. 26, p. 189 – 194, 2º cuatrimestre 1975.
- PORZECANSKI, T. Algunas cuestiones disciplinares del Trabajo Social en el Uruguay contemporáneo. *Fronteras*, DTS-FCS/UDELAR, Montevideo, v. 4, p. 75–82, set. 2001.
- QUIROGA, C. *Invação positivista no marxismo: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.
- RAICHELIS, R. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- REAL DE AZÚA, C. *Uruguay, una sociedad amortiguadora?* Montevideo: EBO, 2000.
- REBELLATO, J. L. Conciencia de clase como proceso. *Trabajo Social*, VI, n. 12, p. 11–35, 1993.
- RÊGO, W. D. L. Questões sobre a noção de via prussiana. In: *Lukács. Um Galileu no Século XX*. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, 1996. p. 104–124.
- RIAL, J.; KLACZKO, J. *Uruguay: el país urbano*. Montevideo: CLACSO/EBO, 1981.
- RICO, A. *1968: El Liberalismo Conservador*. Montevideo: Universidad de la Republica y Ediciones de la Banda Oriental, 1989.
- RICO, A. ¿Por qué Gramsci? In: ENCUENTRO INTERNACIONAL. *Vigencia y actualización del marxismo en el pensamiento de Rodney Arismendi*. Montevideo: Grafinel, 2001. p. 117–190.
- RIDENTI, M. *Professores e ativistas da esfera pública*. São Paulo: Cortez, 1995. (Questões de Nossa Época, v. 51).
- RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RODRIGUEZ, E. *Uruguay: raíces de la madurez del movimiento obrero*. Buenos Aires, 1979.
- SADER, E. *Marxismo e teoria de revolução proletária*. São Paulo: Ática, 1986. (Princípios).

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, E. *Estado e política em Marx: para uma crítica da filosofia política*. São Paulo: Cortez, 1993.

SADER, E. *Século XX. Uma biografia não-autorizada. O século de imperialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SALA DE TOURON, L.; LANDINELLI, J. E. 50 años del movimiento obrero uruguayo. In: CASANOVA, P. G. (Coordinador). *Historia del movimiento obrero en América Latina*. México: Instituto de Investigaciones sociales de la UNAM - Siglo XXI, 1984. v. 4, p. 251 – 329.

SALAMA, P. A financeirização excludente: as lições das economias Latino-Americanas. In: *A mundialização financeira. Gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 211–247.

SAN GIÁCOMO, O. Construcción del objeto y comunicación racional. In: *Trabajo Social profesional: el método de la comunicación racional*. Buenos Aires: Facultad de Ciencias de la Salud y Servicio Social/Universidad Nacional de Mar de Plata - Humanitas, 1997. p. 125–158.

SANTANA, M. A. *Homes partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo e UNIRIO, 2001.

SANTOS, L. L. Metodologismo: explosão de uma época. In: \_\_\_\_\_. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, T. dos. *A teoria da dependência. Balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça*. Rio da Janeiro: Campus, 1979.

SIMIONATTO, I. *Gramsci. Sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 3ª. ed. Florianópolis, São Paulo: Editora da UFSC, Cortez, 2004.

SINGER, P. *O Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. 7ª. ed. São Paulo: Moderna, 1987. (Polêmica).

SIRI, I.; PONCE DE LEON, M.; SCHELOTTO, S. *El pueblo delibera: el congreso del pueblo veinte anos despues*. Montevideo: Centro Uruguay Independiente, 1985.

SWEEZY, P. M. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Tradução de Waltensir Dutra. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TAUILE, J. R. *Para (re)construir a Brasil contemporâneo. Trabalho, tecnologia e acumulação*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

TAVARES, M. A. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. *Outubro*, Xamã, São Paulo, n. 7, p. 49–60, 2º semestre 2002.

TRÍAS, V. *Por un socialismo nacional*. Montevideo: Prisma, 1985.

TURCHETTO, M. Antonio Negri e o triste fim do “operarismo” italiano. *Crítica Marxista*, n. 18, p. 84–99, 2004.

UBILLA, P. *Abriendo puertas en los procesos pedagógicos, políticos y organizativos*. Montevideo: EPPAL, 1996.

VAN AKEN, M. *Los militantes. Una historia del movimiento estudiantil universitario uruguayo desde sus orígenes hasta 1966*. Prólogo de Alfredo Errandonea y Vicente Cremanti. Montevideo: FCU, 1990.

VARELA, G. *De la República Liberal al Estado Militar. Uruguay 1968-1973*. Montevideo: Nuevo Mundo, 1988.

VAZ FERREIRA, C. *Sobre los problemas sociales*. Buenos Aires: Losada S. A., 1939.

VAZ FERREIRA, C. *Moral para intelectuales*. Montevideo: Arca S.R.L., 1969. (Enciclopedia Uruguay (Separata), 39).

VESCOVI, R. *Ecos revolucionarios. Luchadores sociais, Uruguay, 1968-1973*. Montevideo: Nóos Editorial, 2003.

VIANNA, L. W. Conflitos são de um partido que nasceu para o mercado. *Valor econômico*, 2003. Publicado no jornal Valor econômico em 15 de julho de 2003. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv291.htm>>.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. In: \_\_\_\_\_. São Paulo: Abril, 1974. (Os Pensadores), cap. II O espírito do capitalismo, p. 183–206.

WEISSHAUPT, J. R. *O limite da governamentalidade: um paradigma institucional do Serviço Social*. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

WINOCK, M. *O século dos intelectuais*. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ZUBILLAGA, C.; BALBIS, J. Cuestión social y debate ideológico. In: \_\_\_\_\_. *Historia del movimiento sindical uruguayo*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1992. IV.

## *APÊNDICE A – Cronologia de fatos históricos no Uruguai*

### O Uruguai “clássico”: 1903 - 1931

**José Batlle y Ordoñez:** 1903 - 1907

Levante e derrota de Aparicio Saravia em 1904: o último dos caudilhos nacionalistas. Fundação da Federação Operária Regional Uruguiaia (FORU) em 1905, que atuará até 1923.

**Claudio Williman:** 1907 - 1911

Criação do Conselho de Assistência Pública, em substituição da Comissão de Assistência e Beneficência Pública em 1910 (lei 3724), com maioria médica (secularização da política de Assistência Social).

Realiza-se em Montevideu o Primeiro Congresso Internacional dos Estudantes da América em 1908.

Fundação do Partido Socialista em 1911.

**José Batlle y Ordoñez:** 1911 - 1915

Nacionalização do Banco da República. Criação do Banco de Seguros do Estado.

O Estado passa a intervir na produção de energia elétrica com a criação de uma empresa estatal.

Apresentação da proposta da presidência colegiada, por parte de *J. B. y Ordoñez*.

**Feliciano Viera:** 1915 - 1919

Eleição da constituinte de 1916 para reformar a constituição de 1830. Derrota dos batllistas. Aprova-se uma nova constituição que estabelece o governo semi-colegiado, a separação da Igreja do Estado, o voto para os analfabetos e os trabalhadores (o voto para as mulheres só será consagrado na reforma de 1934).

Finaliza o processo parlamentar de aprovação da lei de 8 horas de trabalho, que tinha-se iniciado em 1906 a partir de uma proposta do Presidente J. B. y Ordoñez, seguida de uma outra proposta do deputado socialista E. Frugoni em 1911.

Carlos Quijano com 19 anos de idade funda o **Centro Ariel** em 1919.

**Baltasar Brum:** 1919 - 1923

O 8o. Congresso do Partido Socialista aceita por ampla maioria as condições da III Internacional e se constitui em Partido Comunista do Uruguai em 1921.

**José Serrato:** 1923 - 1927

Fundação da União Sindical Uruguiaia (USU), de tendência anarco-sindicalista.

Carlos Quijano, já formado em Direito, viaja para Europa (1924 - 1927) para estudar Economia.

**Juan Campisteguy: 1927 - 1931**

Criação do Frigorífico Nacional (1928).

Carlos Quijano, logo ao retornar de Europa, funda a agrupação política **Agrupação Nacionalista Democrata-Social** em 1928 e comparece às eleições obtendo duas bancas.

Primeiros cursos de Visitadoras Sociais de Higiene na Faculdade de Medicina. Estes cursos continuarão até 1934, formando um total de 161 visitadoras.

Fundação da Confederação Geral do Trabalho do Uruguai (CGTU) de tendência comunista.

Nascimento de Herman Kruse em 1927.

Funda-se a Federação de Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU) em 1929.

Falece José Batlle y Ordoñez em 1929.

## Crise, ditadura e restauração democrática: 1931 - 1942

**Gabriel Terra: 1931 - 1933**

Eleito em 1931, dará um golpe de estado em 1933 para reformar a constituição, e será reeleito sob a nova constituição em 1934 até o ano de 1938. Criação da empresa estatal de petróleo, cimento, e álcool (ANCAP) em 1931. Cria-se também a empresa de energia elétrica e telefonia (UTE).

**Gabriel Terra: 1933 - 1934**

Fala-se desta ditadura como uma “dita-branda” por ter sido protagonizada pelo presidente com apoio da polícia (obviamente tinha também o consentimento das Forças Armadas).

**Gabriel Terra: 1934 - 1938**

Criação da empresa CONAPROLE (Cooperativa Nacional de Produtores de Leite).

Criação do Ministério da Saúde Pública em 1935.

Também no campo das políticas sociais, será criado o Instituto Nacional de Moradia Econômica (INVE), o Código da Criança, que dará lugar ao Conselho da Criança, e o Instituto Nacional da Alimentação (INDA). Na Constituição se estabelecia o direito ao voto para a mulher, que se efetivou nas eleições de 1938. Esta é a segunda reforma constitucional.

Criação, em 1936, da Escola de Sanidade Pública e Serviço Social, que continua com a formação de Visitadoras Sociais.

Fundação da Escola de Serviço Social (católica) em 1937.

**Alfredo Baldomir: 1938 - 1942**

Eleito em 1938, dará um golpe de estado “bom” em 1942 para reformar a constituição de 1934 (a constituição “terrista”) e assim finalizar o período “terrista”. Esta é a quarta constituição.

**Alfredo Baldomir: 1942 - 1943 (fevereiro de 1942 até março de 1943)**

Fundação de Semanário **Marcha** por parte de Carlos Quijano em 1939.

Fundação da União Geral de Trabalhadores (UGT) em 1942, de influência comunista.

## Restauração batllista: 1943 - 1958

**Juan José Amézaga:** 1943 - 1947

Criação dos Conselhos de Salários (1943) que terão um importante papel na organização do movimento sindical.

**Tomás Berreta:** 1947 (março até agosto)**Luis Batlle Berres:** 1947 - 1951

Guerra da Coréia (1950 - 1953).

Tomás Berreta foi eleito em 1946 e governou até seu falecimento em agosto de 1947.

O seu mandato foi completado por Luis Batlle Berres até 1951.

Nacionalização dos trens (assim a Inglaterra paga a sua dívida com o Uruguai).

Fundação do Conselho Nacional de Subsistências (1947), do Instituto de Colonização (1948) e do Conselho de “Asignaciones Familiares” (1950).

Herman Kruse completa sua formação religiosa como pastor protestante, realizando estágio numa cidade do interior do Uruguai (“Trinidad” ou “Porongos”) em 1948. Lê o “*Manifiesto do Partido Comunista*”. No ano seguinte inicia os estudos em Serviço Social na Escola de Serviço Social do Museu Social Argentino.

**Andrés Martínez Trueba:** 1951 - 1955

Constituição de uma central sindical “pelega”: Confederação Sindical do Uruguai (CSU) em 1951, com apoio dos sindicatos norte-americanos.

Em 1952, nova reforma constitucional (quinta constituição). Retorno da presidência colegiada com a nova constituição. O mandato de Andrés Martínez Trueba é prorrogado em forma excepcional até março de 1955 (sem rotação na presidência do Conselho Nacional do Governo).

Herman Kruse passa a trabalhar como pastor na **Casa da Amizade** no bairro operário do Cerro no Montevideu em 1953.

1o. Congresso Nacional de Serviço Social em 1953 (a Visitadora Social passa a ser Assistente Social). Herman Kruse participa com uma comunicação intitulada: “*Classificação de assistidos e problemas*”.

Criação da Escola de Serviço Social em 1954, dependente do Ministério da Saúde (em 1960, passará a depender do Ministério de Instrução Pública e Previdência Social).

Kruse reinicia seus estudos em Serviço Social nesta nova escola.

**Luis Batlle:** 1955 -1959 (Presidência colegiada)

Realização de XVI Congresso do Partido Comunista do Uruguai, assumindo uma nova direção liderada por Rodney Arismendi em 1955.

Criação da Escola Universitária do Serviço Social em 1957.

Herman Kruse viaja como bolsista, em 1957, para o Chile, para culminar seus estudos em Serviço Social, ficando na Escola “Alejandro del Río”. Finalmente, no ano seguinte forma-se como Assistente Social.

Grandes mobilizações no final do período de governo. Aprovação da Lei Orgânica da Universidade em 1958.

## A crise do Uruguai “batllista”: 1959 - 1967

**Echegoyen, Nardone, Haedo y Harrison:** 1959 - 1962 Primeiro governo do Partido Nacional. (Presidência colegiada)

Início das reformas econômicas liberalizantes. Aprovação da Lei de Reforma Cambial e Monetária.

Assinatura da primeira carta de intenção com o Fundo Monetário Internacional, em 1960.

Implantação de Medidas de Segurança (espécie de Estado de sítio) durante aproximadamente um mês para enfrentar a mobilização sindical.

Fidel Castro visita o Uruguai em 1959. Em 1961, é a vez de Ernesto “Che” Guevara, que fala na Universidade.

Constitui-se, em “Punta del Este”, a “Aliança para o progresso” em 1961. No ano seguinte, também em “Punta del Este”, Cuba é expulsa da OEA.

Criação da CIDE (Comissão de Investimentos e Desenvolvimento Econômico) em 1959, presidida pelo Contador Enrique Iglesias.

Auto-dissolução da UGT (em 1959) e criação da Central de Trabalhadores do Uruguai (CTU) em 1961.

O Partido Socialista comparece às eleições constituindo uma aliança política com outros grupos políticos de nome **União Popular**, e o Partido Comunista faz a mesma coisa, com uma aliança de nome **Fidel**.

Herman Kruse inicia em 1959 a trabalhar como docente nas duas escolas de Serviço Social públicas (na escola do “Ministério” e na escola universitária), ministrando a disciplina Desenvolvimento Comunitário. Publica seu primeiro livro “*Apuntes del curso Organización de Comunidad*”.

### **Daniel Fernández Crespo, Luis Giannattasio, Wahsington Beltrán y Alberto Heber**

: 1962 - 1966 Segundo governo do Partido Nacional. (Presidência colegiada)

Segundo Censo de População e Moradia do século XX em 1963 (o primeiro era de 1908), impulsionado pela CIDE.

O Partido União Cívica transforma-se em Partido Democrata Cristão em 1962.

Aparição pública do Movimento de Libertação Nacional - Tupamaros em 1963.

Nova implantação das “Medidas de Segurança” (estado de sítio) em 1963, em decorrência de conflitos sindicais.

“Crack” bancário em 1965 e reimplantação das “Medidas de Segurança”.

Ruptura de relações diplomáticas com Cuba em 1964.

Aprova-se em plebiscito uma nova reforma constitucional, que termina com o poder executivo colegiado. Esta é a sexta reforma constitucional. Fim da presidência colegiada. Tecnicização da gestão do Estado: Banco Central, Banco de Previsão Social, Oficina de Planejamento e Orçamento, e Oficina do Serviço Civil. Consagra-se o direito a moradia decorosa.

Realiza-se em 1965 o **Congresso de Povo**, convocado pela CTU, que aprova um programa de soluções para superar à crise nacional.

Congresso constituinte da Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT), em 1966, que culmina o processo de unificação sindical.

Kruse publica em 1965 o livro “*Historia de la Beneficiencia y la asistencia social en el Uruguay*”.

Realiza-se em Montevideu, no ano de 1966, o II Seminário Latino-americano de Serviço Social: Serviço Social: evolução e revolução.

### Ditadura constitucional: 1967 - 1973

#### **Oscar Gestido:** 1967 (março até dezembro)

Nova implantação das “Medidas de Segurança” (estado de sítio) no mês de outubro de 1966.

Gestido falece aos nove meses de assumir a presidência e assume o vice: Pacheco Areco.

Início da implementação da reforma curricular na Escola Universitária de Serviço Social aprovada no ano anterior.

**Pacheco Areco:** 1967 - 1971

Utilização sistemática do “estado de sítio” (medidas de segurança) entre o mês de junho de 1968 e o ano de 1971, com exceção de apenas três meses em 1969 (março e junho). Ilegalização do Partido Socialista, a Federação Anarquista do Uruguai, o Movimento Revolucionário Oriental. Clausura dos jornais “Época” e “El Sol”.

Intervenção dos organismos do Ensino de Segundo Grau e suspensão das aulas a partir de agosto de 1970.

Morte de estudante universitário Liber Arce em 1968.

A cidade de Pando foi ocupada pela guerrilha urbana (MLN-T) no 8 de outubro de 1969.

Em 1970 foi seqüestrado e executado pelo MLN-T, o agente da CIA Dan Nitrione que prestava “assessoramento” à polícia.

Supressão dos Conselhos de Salários e criação da COPRIN (Comissão de Produtividade, preços e ingressos).

Criação do Fundo Nacional de Moradia em 1968.

As Forças Armadas assumem a condução de luta “anti-subversiva” em 1971.

Criação da **Frente Ampla** em 1971.

É lançado o livro “*Un Servicio Social comprometido con el Desarrollo*” pela editora ECRO em 1968.

Kruse publica, em 1972, o livro “*Introducción a la teoría científica del Servicio Social*”, preparado para o Seminário de Ambato, em Ecuador.

**Juan Maria Bordaberry:** 1972 - 1973

Declaração do “Estado de Guerra Interno”, em 1972.

Assassinato de 8 comunistas por parte das “forças conjuntas”.

Derrota militar do MLN-T e captura do seu principal dirigente Raúl Sendic em 1972.

O congresso aprova a lei de “Segurança do Estado”.

Pacto de “Boiso Lanza” e criação do Conselho de Segurança Nacional (COSENA) no interior do Poder Executivo.

Aprovação da Lei de Ensino Geral em janeiro de 1973.

O Poder Executivo decreta a dissolução das câmaras em 27 de junho de 1973. Inicia-se uma greve geral por tempo indeterminado, comandada pela central de trabalhadores (CNT) que será levantada logo de 15 dias.

Ditadura: 1973 - 1984

**Juan Maria Bordaberry:** - 1973 - 1976

As atividades universitárias são clausuradas em 1973. A Escola Universitária é reaberta em 1975 com um novo curriculum, mas é novamente fechada no ano seguinte. Finalmente, em 1977, a Escola será reaberta com um “novo” curriculum, e as atividades continuaram “normalmente” até a restauração democrática.

É publicado pela editora Humanitas em 1976 o livro de H. Kruse “*Cuestiones operativas del servicio social*”.

**Alberto Demicheli:** 1976 (12-06 - 01-09)

**Aparicio Méndez:** 1976 - 1981

Derrota da proposta de plebiscito constitucional da ditadura (1980).

**Gregorio Álvarez:** 1981 - 1985

Restauração democrática e consolidação do neo-liberalismo: 1985 . . .

**Julio María Sanguinetti:** 1985 - 1990

Na Universidade e na Escola Universitária de Serviço Social (re)assumem as autoridades universitárias que tinham sido elegidas pela comunidade universitária no período pré-1973. Na Escola realiza-se o ajuste ao curriculum do ano de 1967 com a implantação das “oficinas” no ciclo profissional do velho curriculum.

**Luis Alberto Lacalle:** 1990 - 1995

Criação das faculdade de Ciências Exatas e da Natureza e de Ciências Sociais. (Auto)dissolução da Escola Universitária de Serviço Social e criação do Departamento de Trabalho Social no interior da nova Faculdade de Ciências Sociais.

**Julio María Sanguinetti:** 1995 - 2000

Reforma constitucional: sétima constituição.

**Jorge Batlle:** 2000 - 2005

Uruguai atravessa a maior crise econômica da sua história.

**Tabaré Vazquez:** 2005 - 2009

Triunfo eleitoral da esquerda.

*APÊNDICE B – Currículo da Escola  
Universitária do Serviço  
Social, aprovado pelo  
Conselho Diretor Central  
da Universidade em 5 de  
dezembro de 1966*

## **B.1 Introdução**

A través del nuevo plan de estudios de la EUSS deseamos estruturar una unidad entre docencia, extensión e investigación que otorgue al educando domínio de su técnica, conocimiento del medio, capacidad creadora, conciencia clara de los fines de convivencia social y una formación ética que lo lleve a sentirse partícipe en la vida de la comunidad a la cual pertenece.

Estos postulados forjados por el movimiento estudiantil en el año 1918 son claras reivindicaciones que marcan las metas hacia una Universidad popular abierta a las inquietudes y problemas del medio, una Universidad militante y creadora.

Por lo tanto, este proyecto tiende a una orientación teórica práctica y definida sobre el Servicio Social. Surge así la necesidad de elaborar nuevos conceptos verdaderamente representativos de la materia. Será necesaria una valoración crítica de los fundamentos, principios y técnicas hasta el momento sustentados, una puesta al día de los aciertos logrados y de los errores cometidos, tanto en nuestro medio como en otros ambientes.

## **B.2 Finalidades y cometidos del Servicio Social**

El Servicio Social es una forma nueva de acción social. Las necesidades que exigieron su aparición, las urgencias populares en los reclamos de una vida humana integral y plena que determinaron su nacimiento, han evolucionado en forma tal, que hacen necesarios a cada paso una revisión y ajuste constante, de los conocimientos y técnicas necesarios para la actividad profesional.

Las interrelaciones individuo-sociedad, sus distintos tipos de integración, sus mutuas influencias, son tema de estudios y práctica del S.S. Su objetivo es ser respuesta reaccional y dinámica a una situación, que previo su conocimiento, intenta modificar. Busca comprender y enfrentar determinadas carencias en la realidad social, permanentemente cambiante, a través de métodos y técnicas que son a la vez educativas, organizativas y planificadoras.

Uno de los fines básicos de la profesión es el de elevar al individuo a la plenitud de sus posibilidades. Ponerlo en un plano de igualdad de capacidades frente a los otros individuos de la comunidad, darele nuevos medios y favorecer los que ya tiene para su integración en el ambiente.

Por otro lado, ningún individuo puede estar plenamente integrado, si solamente encontró formas de hacerse valer frente a la realidad de afirmarse. Le faltará sentirse conscientemente participante en una vida social mayor, que en definitiva le interesa tanto como la suya propia.

El S.S. tratará entonces de promover en el hombre, capacidades en vistas a su afirmación individual y además tendrá como objetivo, la formación de una auténtica conciencia social en el individuo.

A la vez que el S.S. lucha por el mejoramiento de los niveles de vida, deberá tratar de destacar todas las implicaciones morales unidas a ellos. Es además tarea específica del S.S. la preocupación por la superación del status económico unida al logro de una conciencia solidaria entre los hombres.

Por ejemplo. Veremos como en un trabajo de comunidad el S.S. deberá atender a todos los aspectos mencionados. Por un lado se tratará de dinamizar las fuerzas existentes en esa comunidad. Se atenderá a la superación del nivel de vida por todas las vías posibles. Esta preocupación se derá unida a un esfuerzo por la elevación cultural de los miembros de la comunidad, y se tratará además de que se realice una toma de conciencia de los objetivos comunes por los que se está luchando. La acción social en este caso quedará incompleta y aún malograda en todos sus horizontes, si solamente se promueve la elevación moral, cultural y material de los individuos. Podrían conseguirse progresos en los tres aspectos señalados y sin embargo haber provocado una situación localista. Localismo que tanto en el plano psicológico como en el de la organización objetiva de la comunidad, expresa siempre un estado defectuoso.

Si bien es cierto que una comunidad debe ser llevada a liberar sus propios recursos y que no debe perder del todo su individualidad, ninguna comunidad se basta sí misma. Alcanzaremos un objetivo pleno cuando esa comunidad esté organizada en forma tal, que se integre y determine por el esfuerzo general. El logro de este objetivo, implica promover en los individuos un sentimiento de solidaridad de destino, con todos los hombres de la sociedad.

### **B.3 Servicio Social y medio**

El A.S. deberá posser un concepto elaborado de lo humano y de las dificultades tanto morales como materiales derivadas de la convivencia y estar dotado del dominio de las

técnicas de transformación social propias de la profesión.

El S.S. es una disciplina independiente, que elabora sus técnicas haciendo abstracción de ideologías particulares y de modalidades individuales y regionales. Por otro lado, es una actividad eminentemente práctica, que se aplica siempre a una realidad particular, lo que hace imprescindible que este profesional, posea un conocimiento lo más completo posible de las ideas, valores, sentimiento y necesidad del medio.

Además deberá tener la capacidad de poner todo su saber al servicio de la transformación de un ambiente, transformación que sólo se hará posible, liberando y dándole forma integral a los impulsos y exigencias latentes de la realidad social tratada.

Hasta el presente el S.S. ha desarrollado preferentemente una asistencia paliativa. De este modo los fines últimos de justicia, libertad, progreso, han quedado para la sola enunciación teórica. La acción del S.S. no se ha visto enmarcada en planes de mejoras más radicales y generales. Por otro lado le ha faltado una visión clara de la acción educativa y planificadora.

## **B.4 Nuestra realidad social**

El Uruguay es un país subdesarrollado con rasgos singulares. Sus características estructurales, los sistemas de producción, sus aspectos demográficos, etc., son marco y causa de los problemas sociales que vislumbramos y a los cuales estamos enfrentados.

En nuestra realidad se diferencian claramente dos medios: el urbano y el rural.

Las unidades de producción rurales contradicen francamente todas las concepciones aceptables de la economía política. El latifundio y el minifundio imperante de manera absoluta en nuestra campaña, se traducen en el plano económico en un nivel de producción ínfimo en relación a las posibilidades reales. Estas estructuras se mantienen sobre la base de una distribución de la tierra, que hace de unas pocas personas, las dueñas de la campaña y con ello del destino económico de nuestro país.

La situación social del trabajador rural representa gran desamparo. Carece de un nivel de bienestar mínimo, de posibilidades de instrucción y de cultura, de asistencia, de protección policial y judicial, etc. Además el propio régimen de ganadería extensiva, con la enorme dispersión de la población que supone, impone la creación de una conciencia solidaria y por lo tanto de formas de organización gremial. La actual modalidad individualista de nuestro hombre de campo proviene de tales condiciones.

A los defectos que surgen directamente de la estructura del medio rural, se suman otros provocados por la psicología temerosa de los terratenientes. Existe una resistencia sistemática; no sólo frente a las transformaciones estructurales generales, sino a modificaciones parciales en la vida del trabajador. El patrón, en general, lo prefiere así, como es, desarraigado, sin familia, sin pretensiones. Un hombre indefenso, sin rebeldía y sin posibilidades de cambio.

La situación urbana es también grave. Existe en la ciudad un proceso de pauperización, motivado por la carencia de fuentes de trabajo. El incipiente desarrollo industrial de nuestro país ha entrado en una etapa francamente regresiva. Las industrias comienzan

a paralizarse y por lo tanto la demanda del mercado interno a ser cada vez más débil, lo que vuelve a actuar provocando paralizaciones. Nuestra industria nacional se encuentra cada vez más privada de un mercado interno y a la vez, por diversas razones, aumenta su desarticulación del mercado internacional.

Este proceso acumulativo circular constituye una dinámica, que abandonada a sí misma, continuará fatalmente la dirección negativa. Para detenerlo y orientarlo en el sentido del progreso hará falta adoptar una nueva concepción de la vida productiva y de la comercialización.

Es imprescindible, por ejemplo, una organización central de la producción, teniendo en vista los intereses de toda la comunidad, y no los de algunos grupos. Nuestros políticos se han acostumbrado a gobernar atendiendo y sometiendo a la cegera y el egoísmo de los intereses particulares, aprovechando de la falta de militancia en la clase trabajadora y la falta de conciencia política generalizada.

A medida que la situación crítica de nuestro país se agrava las masas populares tienden a tomar conciencia de la importancia de una militancia gremial y política. Creemos que esta relativa modificación de conciencia no se traduce todavía en actividad efectiva, primeramente, porque no existe una comprensión clara del valor de otras formas de organización social posibles y además porque nuestro pueblo teme arriesgar determinados aspectos de la regulación de nuestra convivencia que aprecia profundamente.

La modificación de la ordenación económica en el plano interno deberá ir acompañada de un cambio de la actitud económica en el plano internacional. De nada servirá liberarse de una estructura interna inadecuada, si son mantenidas formas de dependencia frente a países poderosos.

La atención de los servicios públicos ve atenuados sus efectos por las crisis de los mismos, incapaces de asegurar su prestación a capas cada vez más numerosas de la población. Una enorme masa de funcionarios públicos improductivos, pasivos, y personas afectadas al sector terciario constituyen un grave freno para la economía del país.

La solución de los problemas de bienestar general en el plano nacional ya son de un gran paso. Pero una nueva orientación de la vida productiva, de la organización de los servicios públicos, etc., implica una modificación de la concepción del hombre, lo que tendrá su formulación más representativa en la transformación de las relaciones de producción. No le alcanza al hombre el logro de mayor bienestar y comodidades, es una de sus aspiraciones esenciales superar relaciones de dependencia basadas en privilegios económicos.

Existe una relación de causación mutua entre la modificación de estructuras y la evolución social de las conciencias. En última instancia, toda transformación positiva proviene y debe ser representativa de un proceso de maduración de la conciencia social de los individuos. “En realidad, los anhelos de los pueblos constituyen uno de los hechos sociales más importantes y determinan en gran parte el curso de la historia. Eludir los elementos volitivos en un análisis científico de una situación social y tratarlos como meros hechos, sería un estudio tan falto de realidad como estudiar la vida, el comportamiento de un individuo, sin tener en cuenta que tiene una conciencia a la cual está recurriendo constantemente”. Gunnar Myrdal: “Solidaridad o desintegración”.

## B.5 Orientación de la actuación profesional

Ya hemos señalado que el S.S. se define como una profesión aplicada a una transformación profunda de los individuos, grupos y comunidades. El profesional en S.S. realiza esta actividad transformadora en dos planos.

Gran parte de su tarea se orienta explícitamente a modificaciones estructurales. Así, colaborará y participará en la formulación y en la puesta en marcha de una planificación a nivel nacional. En este sentido la profesión cumple una función invaluable, especialmente en todo lo que es ajuste consciente entre estructuras y grupos humanos.

Cuando en un medio social, como el nuestro, no se realizan programas orgánicos de transformación, el S.S. deberá promover la toma de conciencia pública y gubernamental de las fallas en la organización social reinante.

El otro plano de actividad está configurado por todo lo que es tarea directa. En este caso, aún cuando no se cuenta con un marco general de desarrollo, es posible propulsar algunas modificaciones parciales en estructuras deficientes. Por ejemplo se podrá intentar llevar adelante algunas iniciativas de cooperativización, así como formas de autoregulación de la vida de una localidad.

Es objetivo primario de toda la labor directa del profesional promover la integración de los individuos, grupos y comunidades. Se tratará de obtener la superación de urgencias en el plano particular, de la creación de un sentimiento de autosuficiencia y autodeterminación de los asistidos, y de despertar y consolidar su interés vital. Ya hemos señalado al principio de esta exposición que el fin último de todo tratamiento se alcanzará solamente, cuando en la realidad tratada se haya logrado una conciencia social, un espíritu solidario. Ahora bien, todo tratamiento directo si alcanza su objetivo, al mismo tiempo que logra integrar socialmente a un individuo o a un grupo, los constituyen en un factor de cambios sociales más amplios.

En resumen un programa de estudios para nuestra profesión deberá proporcionar:

- La formación de una conciencia social en el profesional.
- El dominio completo de las técnicas de transformación propias del Servicio Social (caso, grupo y comunidad).
- Un conocimiento objetivo de la realidad nacional y su vinculación con procesos generales.
- El conocimiento de las técnicas de investigación y de los medios de comprensión de la realidad social.
- Una firme conciencia de que el objetivo último de la profesión es, en todos los casos, una transformación profunda de la realidad tratada.

## B.6 Plan de estudios proyectado

### B.6.1 Generalidades

La puesta en funcionamiento del nuevo plan de estudio necesitará de los estudiantes una mayor madurez y exigencias. Por lo tanto, será requisito de ingreso la aprobación de los dos ciclos de Enseñanza Secundaria o un examen de admisión. Hemos recurrido a ello para igualar el nivel de capacitación al ingreso a la Escuela. Esta medida será adoptado hasta tanto Enseñanza Secundaria no estipule el alcance de las reformas y mientras los organismos universitarios no den solución al problema del ingreso general a la Universidad.

De acuerdo a lo establecido en la Ley Orgánica, a la Universidad le competen tres funciones básicas: docencia, investigación y extensión. Es decir, que a ella le corresponde la formación de profesionales a nivel superior, la investigación y la trasmisión y democratización de la cultura. En el caso del S.S. es la Escuela Universitaria la que tiene el cometido específico de capacitar a los estudiantes, para que actúen como Asistentes Sociales completamente en el medio.

Para obtener resultados acordes con lo expresado, se han tomado medidas destinadas a dar mayor profundidad y extensión a los cursos, y a introducir nuevas formas en la enseñanza del Servicio Social. Por medio de la enseñanza activa, se pretende que los estudiantes se complementan con los conocimientos, evitando de esta manera el aprendizaje mecánico de ellos. Este régimen desde el comienzo eliminará parcialmente la actitud memorista en los estudios y con el tiempo tenderá a excluirlos del todo. El barniz cultural superficial de la antigua forma de aprendizaje, se cambiará ahora, por el dominio del instrumental científico y técnico necesario para el ejercicio de la profesión.

La aprobación de las materias con el régimen mencionado, será lograda solamente por los trabajos realizados durante el año.

Se eliminan los cursos semestrales. La prolongación de los mismos a un año lectivo de duración permitirá al docente dictar su materia en forma más adecuada. Además la extensión de la duración de las prácticas a siete meses, terminará con la absurda situación actual que permite sólo establecer un contacto parcial con los asistidos no llegándose nunca a adelantar el tratamiento.

## B.7 División en ciclos

El Plan de Estudios está dividido en tres ciclos. El estudiante en la primera etapa de sus estudios, deberá adquirir una visión profundizada de la sociedad en que se encuentra, del individuo que la forma y el papel que el S.S. juega en esa sociedad y ante ese individuo.

En el Ciclo Profesional, el acento está puesto en el ejercicio práctico de los métodos de S.S., sin descuidar por ello la formación teórica. Finalizado éste, se obtendrá el título profesional. Por último, anualmente la Escuela organizará un ciclo de post-grado.

### **B.7.1 Ciclo Básico**

En el primer ciclo se tratará de lograr que el estudiante a) se introduzca en la temática y práctica del S.S; b) adquiera los conocimientos de las disciplinas sociales y psicológicas básicas y las técnicas para el conocimiento de la realidad; c) se tratará de que el estudiante forme criterios claros de los fines de la disciplina, de sus modos de acción, de los diferentes planos en que actúa, y conozca y evalúe lo realizado hasta el presente por el S.S. en nuestro país.

Se buscará que al finalizar este ciclo tenga cierto dominio de las técnicas de entrevista, que le permite abordar satisfactoriamente las exigencias de la práctica profesional.

### **B.7.2 Ciclo profesional**

En este ciclo el estudiante se abocará a la realización práctica de cada uno de los métodos de S.S. Recién en este momento, después de haber desarrollado y asimiliado los conocimientos correspondientes al ciclo básico, comenzará la práctica. El mayor número de horas de clase estarán dedicados a la práctica profesional.

La enseñanza de cada uno de los métodos de S.S., uno por año, se consideran unidades de teoría y práctica. El estudiantes tendrá la obligación de realizar los tres métodos y podrá optar por comenzar la práctica de Caso o de Grupo. Realizándose en el 5º año, la práctica de Comunidad.

Las materias no estrictamente profesionales se ven reducidas al mínimo con el objeto de que el estudiante dedique el tiempo necesario a las obligaciones surgidas de la práctica. Las materias no profesionales son de los tipos: a) las de carácter más informativa. (Psicopatología e Higiene Mental, Medicina y Derecho); b) las de orientación formativa (Ética, Relaciones Humanas), para las cuales es necesario cierto ejercicio profesional previo, en vistas a su mejor aprovechamiento.

La formación es completa con Seminarios Interdisciplinarios en los que intervendrán todos los profesores de la Escuela que sean necesarios por su vinculación con el tema tratado.

Los temas de estos seminarios correspondientes al tercer y cuarto año, serán de interés regional y/o nacional, y en estrecha vinculación con la práctica profesional. El seminario del quinto año versará sobre planificación de la asistencia y servicios de una comunidad o área fijada por la comisión planificadora. La necesidad actual del desarrollo planificado a través de equipos de técnicos, exige que el profesional en Servicio Social se capacite en técnicas de planificación a nivel institucional y comunal. En estos seminarios se darán los lineamientos generales de la tarea.

### **B.7.3 Tercer ciclo o de post-grado**

En el presente proyecto no figuran en el curriculum de graduación las especializaciones, previéndose para las mismas, cursos que cada año deberá fijar la EUSS. Los criterios para la determinación de éstos serán los requerimientos de los egresados y las necesidades

del medio. Las características, curriculum y reglamentación serán establecidos por la Comisión Directiva de la Escuela.

## B.8 Ordenamiento de materias

### Ciclo básico

#### 1er. año

Materia	Carga horaria semanal
Introducción al Servicio Social	10 hs.
Sociología I	3 hs.
Investigación social I	3 hs.
Historia Política y Social Latinoamericana del siglo XX con especial referencias a los fenómenos nacionales	2 hs.
Sicología	4 hs.
Economía Política	3 hs.
Antropología cultural	2 hs.
	27 hs.

#### 2o. año

Materia	Carga horaria semanal
Metodología del Servicio Social	8 hs.
Investigación social	5 hs.
Organización y administración de Servicios Sociales	4 hs.
Pedagogía social	2 hs.
Sicología social	2 hs.
Sociología II	2 hs.
Criminología	3 hs.
Derecho I	3 hs.
	28 hs.

#### 3er. año

Materia	Carga horaria semanal
Teoría y práctica profesional (S.S. de Caso Individual o S.S. de Grupo)	16 hs.
Seminario Interdisciplinario	3 hs.
Sicopatología e Higiene Mental	2 hs.
Introducción a la Medicina	2 hs.
Derecho II (Derecho social)	2 hs.
	25 hs.

#### 4o. año

Materia	Carga horaria semanal
Teoría y práctica profesional (S.S. de Caso Individual o S.S. de Grupo)	16 hs.
Ética	3 hs.
Seminario Interdisciplinario	3 hs.
Saúde Pública	2 hs.
	24 hs.

**5to. año**

Materia	Carga horaria semanal
Teoría y práctica profesional (Método de desarrollo de la Comunidad)	16 hs.
Relaciones Humanas	2 hs.
Seminario Interdisciplinario	3 hs.
	21 hs.

NOTA: En la práctica profesional de S.S. de Caso Individual y S.S. de Grupo se efectuarán respectivamente el estudio psicológico de un caso y de un grupo abarcando 2 h. sem.

**Ciclo de post-grado**

Especialidade y curriculum a determinar cada año por la Comisión Directiva de la EUSS, según las necesidades del medio y los intereses de los egresados.

**B.9 Contenido de materias****B.9.1 Ciclo básico**

**Introducción al S.S.** - Materia teórico-práctica que introducirá al estudiante en la teoría del S.S. Reflejará su evolución histórica, su naturaleza y cometidos. Además su relación con ciencias y técnicas que le sirven de complementación y sustentación. Se busca a través de esta materia la vinculación y diferenciación del S.S. con otras formas de acción social.

La parte práctica deberá ejemplificar la teoría y complementarla a través del estudio de instituciones y programas de ayuda social en el medio nacional, tendiendo además a mostrar la evolución histórica del Servicio Social.

Distribución de actividades: Se sugieren 3 horas de teoría y 7 de actividades prácticas.

Estas actividades incluirán:

- Visita a Instituciones que presten servicios de carácter social;
- Seminarios y reuniones de supervisión con trabajos individuales.

Los estudiantes realizarán visitas a instituciones que desarrollan diferentes programas de acción social y donde se haga evidente la experiencia y el funcionamiento del Servicio Social. Se discutirá y analizará la institución desde el ángulo de su función social dando además énfases al estudio de los problemas sociales que la institución considera.

Los alumnos deberán presentar un informe escrito que evalúe todos los aspectos referentes a la experiencia efectuada.

**Sociología I** - Estudio de los grupos. Concepto, estructura y elementos. Referencia concreta a los pequeños grupos (familia, vecindario, pandillas, etc.; grupos secundarios, sociedades, instituciones, gremios, partidos políticos, etc. y a los cuasi grupos (muchedumbre, multitud, público).

**Investigación social I** - Tratará la preparación y la lógica de la investigación.

**Historia política y social latinoamericana del siglo XX** - (Con especial referencia a los fenómenos nacionales).

Impartir conocimientos del marco histórico, las tendencias sociales y políticas que él expresa y las fuerzas que crean y determinan el medio social. Dará en síntesis, una ubicación del hombre, haciendo comprender su pasado y prever su futuro y el de la sociedad de la que es parte, con especial referencia a los fenómenos latinoamericanos y nacionales.

**Psicología** La materia se orientará en el sentido de un psicología concreta que enfoque y analice el proceso y la problemática de la evolución de la personalidad. Considerará la psicología de las situaciones conflictivas humanas, así como los mecanismos y factores psicológicos más frecuentes en la actividad del asistente social.

**Economía política** - Estudio del hecho económico con especial referencia a la situación nacional y latinoamericana. Referencia a sistemas económicos y a la filosofía de los mismos. Estudio del desarrollo y sus relaciones con las estructuras sociales.

**Antropología cultural** - Estudio de la formación y manifestaciones de la cultura, con especial referencia a los fenómenos culturales nacionales.

**Metodología del Servicio Social** - Otorgará una visión panorámica de la metodología del servicio social, dando énfasis a los métodos básicos. Habrá una complementación práctica en la que los estudiantes desempeñarán tareas a nivel de axiliar en varios centros de práctica o en instituciones que permitan la observación de los procesos de servicio social profesional.

## B.9.2 Distribución de actividades

Se destinarán 2 horas a la teoría y 6 horas a actividades prácticas. Estas actividades prácticas incluirán:

- Estadas de observación;
- Seminarios y reuniones de supervisión;
- Estudios individuales y otras a criterio del docente.

a) Las estadas tendrían lugar en Instituciones (por lo menos 3 en el año) donde se practiquen cada uno de los tres métodos y así es posible, en una donde se aplique los tres en forma coordinada.

b) En los seminarios y reuniones de supervisión se efectuará el análisis y crítica de las experiencias referidas en el punto a). Se preve la importancia de coordinar algunos de los seminarios con los de Investigación Social (II) y Organización y Administración de Servicios Sociales, materias éstas del mismo año.

c) Estudios individuales donde los alumnos harán una evaluación de sus experiencias personales trascendiendo lo meramente empírico de su trabajo de campo.

**Investigación social II** - Realización de la investigación, informe y recomendaciones que surgen de la misma.

**Organización y administración de Servicios Sociales.** Organización administrativa del Uruguay, particularmente referida a lo que el Derecho Administrativo denomina Servicios Sociales Estatales y Para-Estatales, y su vinculación con las planes de desarrollo socio-económico. Principios generales de organización y elementos de administración. Reseña histórica, particularmente referida al campo del bienestar social y del Servicio Social Profesional. Función, estructura y procedimiento. Política Social. Presupuesto. Administración del personal (selección y entrenamiento, carrera administrativa). El A.S. y su papel en la administración.

**Pedagogía Social** - Se estudiará en un primera parte los aspectos generales de la educación, para luego analizar –sobre esa base– las técnicas y problemas relativos a la educación de los grupos sociales.

**Psicología Social** - Se estudiará en una primera parte los aspectos generales de la educación, para luego analizar –sobre esa base– las técnicas y problemas relativos a la educación de los grupos sociales.

**Psicología social** - Estudia la influencia de la cultura en la formación de la personalidad, y además, las motivaciones y reacciones de los individuos frente a las instituciones sociales. Son temas de la Psicología Social el análisis de las características de la mentalidad colectiva, de los grupos, de las diversas formas de liderazgo, los roles sociales, etc.

**Sociología II** - Estudio de los aspectos de los grupos destacados en Sociología I, en forma general sistematizada. Además, se analizará la dinámica grupal y la relación del grupo con la sociedad (diferenciación social, estratificación social, grupo y control, grupo y cambio, etc.)

**Criminología** - Estudio casual explicativo de las conductas para-delictuales, y delictuales con el fin de lograr un mejor entendimiento de las mismas, que permita la aplicación de las medidas recuperativas adecuadas y la mejor realización de una Política Social y Criminal.

**Derecho I** - Contendrá temas de Derecho Civil. Derecho Procesal Civil, Penal, Administrativo, de Menores, etc.). Derecho Constitucional y Penal.

---

### B.9.3 Ciclo profesional

**Teoría y práctica profesional** - Es optativo para el estudiante iniciar la práctica profesional con el método de caso o grupo.

**Servicio Social de caso individual** - La teoría buscará el estudio y análisis de las condiciones sociales que se ofrecen para la aplicación del método y su coordinación con el resto de los métodos de Servicio Social. La información dará los fundamentos filosóficos

del servicio social en su aplicación al método de caso. Se considerarán diversas escuelas que han influido en el método y su actualización.

Procesos del método en su aplicación práctica.

Historia y antecedentes, campos de trabajo y servicio social en el Uruguay.

El estudio de experiencias que relatan textos de autores extranjeros se desarrollará en forma analítica haciendo evidentes las modificaciones requeridas para su eficacia en nuestro medio.

Se buscará la integración de conocimientos completándolos con conferencias, mesas redondas, etc.

**Servicio Social de Grupo** - El contenido teórico del MÉTODO DE SERVICIO SOCIAL DE GRUPO, incluirá el origen histórico, proceso del método y principios generalmente admitidos, fundamentos científicos, reevaluación de la teoría, investigación en el método y situación nacional al respecto.

Asimismo, dará un panorama mundial en cuando a su aplicación y al papel del A.S. particularmente referido a América Latina.

En cuando a la práctica capacitará al estudiante en la aplicación de los conocimientos recibidos en la teoría en grupos urbanos y/o rurales.

**Sicopatología e Higiene Mental** - Estudio de la conducta anormal y la manera de prevenirla desde el punto de vista individual y colectivo.

**Introducción a la medicina** - Esta materia dará los conceptos generales necesarios para el entendimiento de la evolución y de la dirección actual de la medicina, del concepto integral de salud como un equilibrio dinámico entre el hombre y su ambiente y de las fuerzas gestoras de la enfermedad. Estará dirigida a iniciar al estudiante en el conocimiento de las situaciones y factores que mantienen y mejoran la salud y de los elementos causantes de la enfermedad, su complicación y su previsión.

**Derecho Social** - Contendrá la temática total del Derecho Social, es decir, legislación laboral y Derecho de la seguridad social.

**Ética** - El curso atenderá fundamentalmente a:

- La formación de la conciencia moral-social de los estudiantes a través del análisis de la historia del pensamiento humano.
- El análisis de las formas más relevantes de la existencia del hombre en sociedad (familia, trabajo, etc.), gestora de los sentimientos de solidaridad e independencia.
- Los aspectos de la problemática moral en la profesión de servicio social. El estudiante debe ser estimulado para que presente en clase las dificultades vividas en su práctica profesional.

**Salud Pública** - Con la orientación dada en Introducción a la Medicina, estará el Asistente Social con un enfoque adecuado para iniciarse en el conocimiento de algunos contenidos que le permitan apreciar el valor de la Salud para la Comunidad, así como también para contribuir al despistaje y reconocimiento de los riesgos de salud a que está

expuesta a través de métodos y técnicas específicas (métodos estadísticos y epidemiológicos). De la misma manera, iniciar al estudiante en el conocimiento de los programas de salud existentes así como del papel que debe desarrollar en su planificación.

Deberá darse énfasis a la organización sanitaria de manera que el Asistente Social conozca los recursos de que puede disponer para la salud y proteger a la comunidad de los riesgos de enfermedad. En todo momento deberá dirigirse la atención a los problemas de mayor trascendencia para el país a nivel nacional o comunal local.

**Teoría y práctica profesional: Desarrollo y organización de comunidad** - El programa teórico incluirá una fundamentación conceptual del método, su evolución histórica referida al acontecer social, su vinculación con otras disciplinas y su función en el desarrollo. Especial énfasis recibirán la enseñanza de las técnicas de investigación y diagnóstico de comunidades, y de los métodos de organización, administración, supervisión, financiación y evaluación de programas comunales.

La práctica capacitará a los estudiantes en la aplicación de los conocimientos recibidos en la teoría, en comunidades urbanas y/o rurales de la sociedad uruguaya.

**Relaciones Humanas** - Esta materia efectuará la síntesis de los conocimientos adquiridos en Antropología, Sociología y Psicología Social a efectos del estudio de las relaciones humanas en el individuo y las diferentes formas o grupos de interacción social.

NOTA: Para las materias de S.S. del ciclo profesional se indica la siguiente distribución de horarios:

4 horas semanales para la parte teórica.

12 horas semanales destinadas a la práctica y seminarios.

La relación entre la teoría y la práctica permitirá la integración de conocimientos que se desarrollarán por seminarios, entrevistas, turnos, etc. pero siempre conservando el criterio de la e.a [enseñanza activa].

***APÊNDICE C – Mesa redonda realizada  
em 25 de junho de 1970 e  
publicada no jornal “EL  
POPULAR” em 10 de  
julho de 1970 no  
suplemento “Revista de  
los viernes”***

*Participantes: Herman Kruse, Raquel Cortinas de Vidal, Renée Dupont*

Comenzamos esta mesa redonda, es la primera de una serie en la que pretendemos traer al dialogo, los cuestionamientos o las críticas que se están llevando a cabo acerca de determinadas profesiones de aplicación de las Ciencias Sociales. Comenzamos hoy entonces con el Asistente Social, aquí hoy en un momento un tanto particular de nuestro diario porque ustedes sabrán que hemos sido clausurados por cinco días por el superior gobierno. No obstante, como consideramos que el trabajo no se interrumpe por una cuestión de este tipo, es que estamos en esta mesa redonda a la que consideramos una forma de trabajo. Contamos en esta mesa como integrantes de la misma a tres profesionales del Servicio Social Herman Kruse, Renée Dupont y Raquel Cortinas de Vidal.

Ellos han recibido de parte nuestra un pequeño cuestionario cuyo fin era el dar el encuadre de esta mesa. El mismo consta de tres puntos: 1) Que es el Servicio Social; 2) Rol del Asistente Social en nuestra sociedad; 3) Perspectivas de futuro. Sobre estos puntos, vamos a pedir realicen su primera intervención, pasando el micrófono a la señora de Vidal.

**RAQUEL CORTINAS DE VIDAL:** En realidad con respecto a que es el Servicio Social, corresponde dar una noción porque en materia de definiciones sobre Servicio Social, no hay ninguna que conforme. Hace mucho tiempo que se viene discutiendo el concepto de Servicio Social, digamos que es algo que está en proceso. Un proceso bastante reciente y nuevo lo que permite, de acuerdo a sus niveles y su desarrollo, la existencia de conceptualizaciones diversas. Existe la noción de Servicio Social en relación a los elementos que se han descubierto como comunes, o que podrían considerarse sus elementos de caracterización. Es decir que los Servicios Sociales o el Servicio Social, porque tendríamos que

hablar de Servicio Social en tanto Institución con una actividad organizada para satisfacer determinado tipo de necesidades, y por el otro lado a lo que también se llama Servicio Social cuando esta referido a la profesión del Trabajador Social o Asistente Social. El que yo voy a hacer mención es el Servicio Social en cuanto institución, que es una actividad organizada para satisfacer determinado tipo de necesidades sociales reconocidas. Los elementos característicos de este servicio son esencialmente tres: su existencia es por ley la función social que cumplan están en relación a un sector de necesidades que se agrupan en un campo que lo precisa generalmente la ley, y el organismo que debe administrar esas prestaciones o servicios. Es decir que no siempre son servicios, hay veces que son solo prestaciones y otras que son solo prestaciones y servicios, es decir es un complejo de actividades en función de satisfacer determinado tipo de necesidades sociales. El origen de estos servicios se puede indicar, diríamos, en el período que va desde las calamidades, digamos, consecuencia de la Revolución Industrial, hasta nuestros días en que la motivación, origen e impulso de estos servicios se conecta con fuerzas sociales, principalmente de inspiración revolucionaria, de acuerdo con las corrientes de pensamiento socialista, que impulsaron el reconocimiento de un derecho social de satisfacer determinado tipo de necesidades. Eso se plasmó consecuentemente en una serie de conquistas que fueron tomando distintas características de acuerdo a las diferentes etapas, a los distintos momentos históricos. Al mismo tiempo, con el surgimiento de estas instituciones, con esas finalidades, surge un profesional conectado históricamente, que es el Trabajador Social profesional o Asistente Social ya, diríamos, puntualizando, no como profesional liberal independiente, sino como profesional que surge en una institución y para desempeñar un servicio conectado con la función social de esa institución. Es decir es un servicio más de la institución, por lo tanto, la relación que surge con respecto al asistido o al beneficiario de esa asistencia es una relación de carácter socializado y no una relación de carácter individualista como todavía existe con otras profesiones que se mantienen independientes o liberales. Diríamos que se desconecta del punto de vista de sus fundamentos ideológicos de toda concepción individualista para tener como origen conceptual una concepción comunitaria o socializadora. Esto diríamos, con respecto a lo que es el Servicio Social, por un lado las instituciones, cumpliendo una función social determinada y por otro lado un trabajador o el Asistente Social, que cumple también con un servicio llamado Servicio Social.

La pregunta siguiente es el rol del Asistente Social con respecto a nuestra sociedad. Parecería que sería importante tener en cuenta la ubicación y el desarrollo de los servicios sociales como instituciones en nuestro medio a los efectos de comprender cual es la utilidad del Asistente Social en nuestra sociedad. Es decir, depende de que alcance a logrado el servicio social en nuestro país para comprender cual es la función del Asistente Social. Es decir, nosotros podemos considerarnos como uno de los países en que estas luchas se inscribieron en una etapa en que fue posible crear un amplio sistema de Servicio Social, con respecto a sociedades con mucho mayor desarrollo desde el punto de vista económico puede decirse que el Uruguay en subdesarrollo económico puede mostrar un Servicio Social ampliamente desarrollado con respecto a lo que puede ser, por ejemplo los Servicio Social en los Estados Unidos, donde tienen un desarrollo mínimo con respecto a lo que sería recoger las corrientes que internacionalmente se daban luego de ese gran movimiento histórico que yo señale, esencialmente centrado en el movimiento de los trabajadores. Estos sistemas se fueron ampliando, fueron desarrollando esencialmente la idea de la solidaridad social, responsabilidad social, a grados muy altos, pero todo eso coincidía en un período, diríamos, de desarrollo económico del país hasta llegar a la etapa actual en

que la situación general de crisis del país se refleja ampliamente en los Servicio Social como institución. Por lo tanto el rol del Asistente Social aquí hoy indudablemente está conectado con la situación que impera en los Servicio Social del país. Es decir, no son solamente Servicio Social condenados a no evolucionar ni desarrollarse en cada sociedad, sino que prácticamente esta en situación de involución, de retroceso. Es decir que no solamente no se satisfacen los sectores amplios de necesidades, que recaen en la función de cada uno de esos servicios, sino que ni siquiera se encaran las nuevas necesidades que surgen en una sociedad que evoluciona y cambia, por lo tanto el asistente social que debe ser un actor importante en el cumplimiento de la acción social de la institución, se ve prácticamente en condiciones de disminuir sus posibilidades de acción al disminuirle sus posibilidades en cuanto a recursos, en cuanto a instituciones que estén en condiciones de proveer los servicios que el asistente social, en su contacto con la realidad directa detecta, investiga y plantea, como es necesario atacar a través de un cambio, de la modificación de la política social de las distintas instituciones. Por lo tanto, diríamos el rol esencial del asistente social hoy, es justamente mantener, rescatar, la función social reconocida. Ya no digamos desarrollar, impulsar, porque las condiciones actuales no permiten plantear desarrollos en un sentido amplio, si realizarlo en la medida de lo posible, pero lo que yo diría es la función más importante del asistente social hoy en las instituciones, justamente, en su actividad específica como profesional, es impulsar a las propias instituciones en las que esta al cumplimiento de las funciones sociales para las cuales ha sido asignado en nuestra sociedad.

Este es un aspecto, diríamos en su hacer específico, como profesional y por otro lado es importante que el asistente social se organice como sector a través de un gremio que permita realizar la acción social en el sentido de dar a la opinión pública los elementos de conocimiento de denuncia, y exhortar a la participación sobre todo de los interesados, de los involucrados en las diversas instituciones afectadas a los efectos de realmente cumplir con esa denuncia y con esa acción. Una actividad, ya diríamos, en el plano político que se conecta con un carácter de actividad específica pero que se relaciona de una manera muy directa con el plano político. Entendemos también que el hacer con la actividad que puede cumplir el asistente social en la institución, si bien, desarrolla los aspectos específicos de su actividad dentro de su campo, de esa área, indirectamente favorece las contradicciones sociales al plantear las contradicciones que existen entre un aspecto de la estructura social con los poderes que directamente están involucrados en esa situación. Es decir, que cualquier institución que en este momento reclame los recursos necesarios, reclame él poder cumplir con su función social para la cual la propia ley, y en algunos casos la propia constitución, plantea que debe realizarse, eso significa que desde el punto de vista político un ahondamiento en las contradicciones sociales y por lo tanto se conecta, diríamos con las necesidades objetivas de la evolución social. En este sentido creo, el rol del asistente social debe desenvolverse en dos planos: a nivel de la afectividad en la institución, y por otro lado en su rol de miembro, de integrante de un gremio que debe centrar su esclarecimiento y su lucha a través de una acción social directamente enfrentada a lo que significa toda una política de desarrollo de las instituciones, que permiten satisfacer las necesidades ante las cuales el asistente social desempeña un servicio complementario de la institución, insolublemente ligado al que cumple esa institución.

En cuanto a las perspectivas de futuro entiendo que la transformación social, la evolución social, el desarrollo permitirá lograr una sociedad de nuevo tipo que permitirá, justamente, al asistente social cumplir en todos los posibles niveles su actividad, especi-

almente en determinado tipo de áreas en que le es totalmente imposible su acción en la sociedad actual, que en una de sus formas metodológicas, señalada como el método de comunidad. Creo que las condiciones de la estructura actual de nuestra sociedad no e ha permitido al Servicio Social desarrollar determinado tipo de actividades que solamente se han podido conectar con una sociedad que pueda planificar su acción, que pueda realizar programas con un carácter realmente racional que sean realmente planificaciones en las cuales pueda participar el asistente social como un trabajador con las características que ya señale pero con posibilidades reales, no con supuestas posibilidades como se plantea en la sociedad estructurada como la presente; en las condiciones actuales que he señalado. Esto es muy sucintamente mi punto de vista con respecto al las preguntas planteadas.

**RENE DUPONT:** Raquel hacía referencia a la importancia de poder combinar, por un lado las preocupaciones de los profesionales, sus conocimientos aplicados a la realidad institucional y a los objetivos que esas instituciones se han propuesto a partir de las leyes que las crearon, que las organizaron. En este sentido hay que hacer también otra aclaración, que en nuestra realidad social, aquí y ahora, prácticamente las mayorías de las realidades sociales donde la profesión del Servicio Social existe hay instituciones privadas, es decir, aquellas que no responden a leyes ni a inquietudes sociales transformadas en tales a través de la sensibilidad de los políticos o de aquellos que están encargados de elaborar las leyes. y, estas instituciones privadas responden a inquietudes de grupos particulares, muchas veces con ideas bastante atrasadas con referencia a como son las formulas mejores para lograr el bienestar social para el mayor número o para todos. Voy a declarar desde ya que no soy partidaria de las instituciones privadas en la medida que no responden -verdadal ideal de lo que debe ser la sensibilidad de los gobiernos ante los problemas sociales existentes y las necesidades sentidas por aquellos grupos más desposeídos. Aclarado eso yo diría algo referente a la respuesta que exige la pregunta ¿Qué es el Servicio Social?. En la evolución que ha experimentado; desde sus comienzos, como decía Raquel, el momento en que los resultados negativos de la Revolución Industrial se apreciaron muy claramente hasta la actualidad, el Servicio Social ha sido definido, o de alguna manera comprendido o interpretado de distintas formas. Por ejemplo se lo ha definido, concebido de acuerdo con los objetivos que perseguían los profesionales, de acuerdo con las funciones o de acuerdo con aquello que sensatamente, científicamente o racionalmente se pensaba en cada etapa histórica que era lo mejor para resolver determinados problemas, es decir, de acuerdo con los objetivos. Vamos a pasar un poco por encima del análisis de todo esto porque no corresponde en estos momentos y vamos a decir que yo sostengo que el Servicio Social ahora es una profesión.

Es diríamos, la concepción más aceptada es una profesión social, una forma de practica social o praxis social, si ustedes quieren. Es decir que por un lado toma conceptos de las Ciencias Sociales y por otro, lo que es más propio, los instrumenta los operacionaliza, pero con determinados objetivos sociales, porque cualquier tipo de Servicio Social profesional que observemos en cualquier época, siempre va a buscar determinados cambios, determinadas modificaciones. Es decir siempre se ha intervenido, se ha actuado buscando un resultado, pero también a través del tiempo podemos observar la forma de intervenir el objetivo de la intervención el objetivo último, va evolucionando. ¿Porque? Porque a grandes rasgos también podemos sostener que el Servicio Social ha partido de dos presupuestos diferentes y hasta opuestos. En algunos casos, realmente ya pretéritos, el Servicio Social como profesión actuaba con el supuesto que la sociedad era, diríamos, como debía ser, y entonces simplemente, la acción del Servicio Social era para efectuar ajustes o cier-

tas modificaciones secundarias ... En cambio, hace ya años, esta consolidada la postura de que la sociedad no está bien así como es, simplemente tiene fallas o desajustes, la sociedad es básicamente, estructuralmente injusta y hay que tratar de convertirla en más justa. De manera que el Servicio Social es una forma de praxis social, una profesión social pero con vistas a un ideal de mejor vida en un ideal de mejoramiento de un mayor número. Y una profesión tiene ciertas características más o menos generales a todas, es decir que tiene una teoría más o menos sistemática, es decir una serie de conocimientos propios con los cuales se maneja y que es lo que se transmite a través de las generaciones, enriquecido, modificado, discutido por doctrinas diferentes, pero hay un bagaje ¡verdad!, que se va transmitiendo de unos a otros el cuerpo teórico propio de cualquier profesión. La nuestra todavía adolece de muchos defectos –no vamos a entrar ahora a analizarlos, pero los tiene– y toda profesión también tiene, diríamos una serie de supuestos, de interacciones y de comunicación con la sociedad con la cual se afinca, es decir que esta de alguna manera condicionada por la sociedad y a su vez está condicionando esa sociedad y esta tratando de adecuar su actuación a esa sociedad. Y también el Servicio Social, como otras profesiones tiene un cierto reconocimiento social es decir se espera algo de esa profesión o del profesional. Una cierta expectativa de cuales son las tareas, por lo tanto hay una cierta expectativa del rol del asistente social. Y finalmente hay una cierta autoridad, unida a esa profesión; para que pueda actuar como tal. Es decir la sociedad la sostiene, la deja hacer en la medida que le da autoridad para representarla en una determinada área, que sería la de los servicios sociales.

Con esto estoy justificando esa postura teórica que dice que el Servicio Social es una actividad profesional.

El rol del asistente social en nuestra sociedad por tanto de acuerdo a lo que venimos explicando esta condicionado a como es nuestra sociedad.

El concepto del rol del asistente social no puede ser un concepto teórico y a priori precisamente porque, si bien todas las profesiones como decíamos dan un vínculo permanente, interactuante con la realidad social con la cual actúa, el Servicio Social está en ese vínculo dinámico con mucha mayor razón por su propia característica, que pretende intervenir en la realidad social para modificarla. Directamente esa es su función. Otras profesiones pueden también tenerla pero mucho más indirectamente.

De manera entonces que el rol del asistente social no podemos elaborarlo y más o menos petrificarlo. Sino por el contrario, yo opino, que el rol del asistente social, si bien hay una imagen de él necesariamente tienen que ser uno de los roles sociales más dinámicos, porque de alguna manera en la medida que se está actuando, se lo está definiendo, se lo está delimitando y al mismo tiempo se lo está reestructurando, también sobre la marcha por las necesidades de una realidad esencialmente dinámica y problemática en la cual actuamos, se modifica, se cambia y nos exige nuevos esfuerzos, nuevas intervenciones.

Mucho se ha hablado del rol del asistente social como si fuera una cosa que perfectamente se pudiera sistematizar a priori y después ponerla en funcionamiento. Desde luego que hay muchos aspectos, muchas facetas del rol que se van delineando, hay una imagen, una imagen que diríamos externa, de lo que es el Servicio Social y nosotros los profesionales tenemos también una imagen de nosotros mismos y de nuestros colegas, pero es esencialmente dinámica, tiene que serlo, nosotros como rol, como papel social, no podemos nunca detenernos tenemos que estar siempre sobre la marcha y simentandonos, buscando

medios para resolver situaciones y mejorar todo aquello que pueda ser susceptible de mejoramiento, y permanentemente también, haciendo opciones y buscando la intervención probablemente más eficaz.

Ahora bien, el rol del asistente social en nuestra realidad tiene ciertos factores condicionantes, desde luego que muy definidos por ejemplo el hecho de que seamos un país subdesarrollado, y un país subdesarrollado bastante atípico, un país subdesarrollado que recién ahora está tomando conciencia de su subdesarrollo, un país que había logrado determinado nivel de bienestar social, determinada jerarquía de servicio que cubría la mayor parte de los problemas sociales como había explicado mi colega, y todo eso se ha deteriorado, somos un país subdesarrollado que pretendíamos seguir en el despegue o en el mejoramiento y que hemos ido para atrás, todo esto es muy condicionante del desempeño del rol, son condicionantes a priori, porque un asistente social en la medida en que cuenta con recursos institucionales con leyes y demás, es decir con derechos, que por otra parte están en nuestra constitución, reconocidos, es decir que los asistente social hace diez o quince años teníamos muchos más instrumentos para resolver situaciones que en estos momentos. Esto hay que tenerlo en cuenta, es el franco deterioro de aquellos instrumentos institucionales con los que antes se contaba.

Con referencia al punto de perspectivas de futuro, quiero decir primariamente que yo creo que cualquier sociedad necesita de un tipo de profesión como la nuestra, que se puede llamar a veces de otro modo, pero esta más o menos comprobado científicamente que la solución de los problemas materiales y la solución de las situaciones más negativas que en general preocupa, no significa de que se terminen todos los problemas, porque niveles de vida más elevados a su vez despiertan en quienes los disfrutan expectativas de nuevos mejoramientos y además en cada sociedad se plantean situaciones peculiares que también necesitan o exigen intervenciones parecidas o similares a las que en esta sociedad desempeña el asistente social profesional.

La vez pasada, decía yo que países que por ejemplo han tenido tremendas guerras, aunque estén en condiciones de desarrollo a su vez sufren conflictos y problemas posteriores que dan lugar a la intervención del Servicio Social, a los vínculos entre familias que quedan separadas, que pierden a muchos miembros, las tragedias de la guerra, conflictos de tipo psicológico que se sabe sufre la gente cuando entra los problemas de la salud física y además los conflictos psicológicos que dan lugar también a episodios tan tremendos como es el protagonizar guerras que dan lugar a número de muertos muy elevados a destrucción, enfrentamiento, etc.

En nuestra sociedad aquí y ahora, yo veo que la perspectiva del Servicio Social está en rescatar todo lo que sea posible como dice Raquel, pero el Servicio Social esencialmente en la medida en que ya no puede resolver conflictos y situaciones, porque los servicios sociales están deteriorados y la gente tiene cada vez problemas más serios que terminan siendo...conseguir un empleo, una casa, y eso no lo podemos solucionar nosotros, los asistente social, nuestro papel tiene que ser fundamentalmente esclarecer, es decir a la gente hacerle entender por que tienen tantos problemas y no se pueden resolver, porque en general atribuye esa falta de solución o a su incapacidad o al ser inmediato que es el patrón, el dueño de la casa o, o el carnicero que no le fían, etc. Busca siempre lo que visualiza más inmediato, como causa de su problema, pero eso si bien puede ser exacto no es más que un síntoma, no es más que un aspecto del trasfondo de la situación en general, es decir, está en las estructuras el problema, empiezan inclusive fuera de nuestro país, de

manera entonces que las perspectivas de futuro están en trabajar para, a la gente hacerle ver la raíz de lo que le sucede, y por que vive así, y por que no puede con su esfuerzo grande resolverlo. De manera entonces que las formas de intervención van a tener en alguna medida que evolucionar para usar los recursos que las condiciones sociales que nos rodean nos van dejando. Si es que, definitivamente, todos los profesionales se afilian a la corriente que la sociedad es básicamente injusta y que hay que modificarla, porque sino abra que buscar en el más allá o en alguna formula mágica o mitológica la solución, ¿no? tengo paciencia, aguante y bien...por ahora nada más.

**HERMAN KRUSE:** Bueno antes yo quiero hacer algo y es felicitar a “El Popular” por estas reuniones, que nos parece tienen su razón de ser la organización de estas mesas. La compañera Cortinas decía algo que es muy importante, si quisiéramos dar una definición del Servicio Social aquí y ahora, lo más posible que los tres de la mesa que hace mas de quince años y trabajamos juntos, no nos pondríamos de acuerdo. Pero la cosa vienen más honda y es que en este momento coexisten todavía concepciones totalmente diferentes de lo que es el Servicio Social. Sin salir del marco Uruguayo hay una concepción que yo llamo beneficiar del Servicio Social y que ve al Servicio Social como una forma más científica, más técnica, de hacer caridad. Hay una concepción paramédica del Servicio Social que ve al asistente social un auxiliar del médico con una serie de funciones exclusiva y específicamente en el campo de la salud.

Hay una concepción aséptica del Servicio Social; es una tecnología pura que tiene sus métodos que debe aplicar y que no tiene nada que ver con ideología, con problemas sociales, etc., simplemente son los problemas que plantea el individuo en determinado momento. Hay una concepción desarrollista del Servicio Social, es decir el Servicio Social es uno de los tantos instrumentos para el despegue y la modificación estructural que requiere el camino del desarrollo. Y comienza a esbozarse una concepción revolucionaria del Servicio Social. Es decir, el Servicio Social es una técnica, una tecnología, tal vez puede llegar a ser una ciencia, cuya acción es proveer al individuo hacia cambios realmente profundos, pero de eso vamos a hablar más adelante.

En este momento el Servicio Social opera como tecnología, es decir, una técnica que se basa en ciertos postulados científicos y que hace bueno ante todo, procura comprender que es el cambio social y en esa comprensión de lo que es, a veces está bastante despistado, porque no se da cuenta que los cambios dentro del sistema son consumidos por el sistema y que los cambios realmente significativos son aquellos que se plantean desde fuera del sistema. Es decir en esto me estoy apoyando en Marcuse. En segundo lugar, frente a los problemas de cambio social, el Servicio Social trata de establecer programas.

Estos programas en primer lugar tratan de aliviar ciertos desfases, ciertas situaciones de privación de carencia, como decía Raquel, que se le crean a ciertas personas, a ciertas familias. Y allí opera a un nivel simplemente paliativo, es decir el individuo no tiene techo, el asistente social sale corriendo a conseguirle una pieza, conseguirle donde pasar esa noche. El cliente no tiene que comer el asistente social sale corriendo para ver donde conseguir una tarjeta para que le den leche, para que le den carne, etc. Pero también el Servicio Social, por suerte, trabaja a un nivel mayor que ese.

Es el nivel curativo, es decir nos interesa el fondo del asunto. Si el individuo no tiene techo, aparte del techo para esta noche, se le hace comprender por que perdió su vivienda y como puede hacer para tener una vivienda decente, y si el individuo no tiene que comer,

se le explica por que no tiene que comer y como vamos a hacer para solucionar el problema de su alimentación y de su familia, de una forma decorosa y estable, y cuando entramos a ver el por que de ese problema individual o familiar, a menudo nos encontramos con causas sociales que están más allá de lo que el individuo quiere, es decir para muchos el que no tiene que comer es porque no trabaja y no trabaja porque es un haragán...bueno...todos nosotros sabemos que no es así. Que no todos los que no trabajan son haraganes sino que hay muchos que no encuentran donde trabajar y eso se debe a algo que mencionaba Raquel como las contradicciones del sistema, eso se debe a una crisis que está pasando nuestra sociedad que es un satélite del capitalismo.

De modo entonces que la praxis de esa tecnología para nosotros, es decir para el Servicio Social del Uruguay, se esta dando en un marco social muy concreto, en un marco que se define con una sola palabra subdesarrollo. O sea nosotros no estamos haciendo Servicio Social en una sociedad opulenta, donde hay un montón de recursos para todo tipo de necesidades. Nosotros estamos haciendo Servicio Social en una sociedad carencial, en una sociedad dependiente, donde muchos de los problemas que nos llegan a nosotros son consecuencia de los indicadores o de los rasgos del desarrollo. Y las soluciones de ninguna manera pueden estar en los individuos o en las familias.

Entonces nos encontramos con la gran paradoja del Servicio Social: queremos resolver problemas cuya causa no esta en el individuo sino en la sociedad. Pero nosotros trabajamos y cobramos el sueldo en instituciones oficiales que son dependencia del estado. Y el estado, de ninguna manera se autoelimina, es decir, el estado lo que procura es ratificar y conservar el orden vigente y si nosotros queremos modificar ciertos problemas sociales, lo que queremos hacer es cambiar el estado.

Bueno, en cuanto libro moderno y en cuanto congreso reciente hay de Servicio Social se dice que el asistente social es “agente de cambio”. También hay que entenderlo como una parábola: el asistente social procura movilizar algunos cambios, y puede promover algunos cambios que el sistema le deja -en el entendimiento que es un funcionario público, porque más allá de ciertos niveles de cambio, el propio estado se lo impide. De modo que a no forjarnos vanas ilusiones, en cuanto a las posibilidades del asistente social como “agente de cambio”. Pero, si miramos esto directamente, vuelve a aparecer directamente el tema de las contradicciones del sistema, esas contradicciones significan fisuras. Y en un determinado momento la acción más inocente puede ser una bomba de tiempo. Es decir, ciertas acciones del Servicio Social al igual que de cualquier otra profesión puede tener un significado profundo en un proceso de descomposición de la sociedad. Y yo creo que ahí está el rol revolucionario de Servicio Social.

Hace dos años estuve trabajando en Chile en la Escuela de Servicio Social el presidente del Centro de Estudiantes era un mirista y ellos tenían como lema: “del aula a la guerrilla, del libro al fusil” y yo le decía -mirá Lucho, estas equivocado, te equivocaste de escuela. Si tu querés ser un guerrillero, tu tenes que aprender técnicas de camuflaje, manejo de armas, técnicas de abastecimiento, transporte de tropas, y eso no lo vas a aprender en la Escuela de Servicio Social, de manera que es como si fueras a la facultad de medicina para ser ingeniero. En todo el proceso que estamos viviendo, esta en gestación una revolución a la cual no es indiferente el Servicio Social como profesión solo que nuestro lugar como asistente social, no está en tomar la metralleta sino en aprovechar las fisuras del sistema para aprovechar, demostrar y convencer a la gente de las contradicciones. No siempre se puede hacer, pero no siempre el médico puede curar a las enfermos. Si yo tengo un cáncer

posiblemente la solución sea la cobaltoterapia o la cirugía (si fue tomado a tiempo), pero mientras se me prepara para la operación se me hace una serie de análisis, se me hace un fortalecimiento del cuerpo, el médico no me deja sufrir, me da un analgésico, que me quita los dolores hasta que se puede hacer la intervención quirúrgica. Y yo no creo de ninguna manera que el Servicio Social pueda renunciar a ese tipo de trabajos paliativos medianamente curativos que cumple hasta ahora sin renunciar a su propia esencia. Lo que tampoco creo es que el Servicio Social se pueda o se deba quedar ahí. Es decir tiene una perspectiva mucho mayor por delante, hay un camino mucho más basto que hay que transitar.

De modo entonces ¿Qué perspectivas tenemos para el futuro? bueno, para el futuro tenemos dos caminos que se abren por separados pero interrelacionados entre sí. Un camino es el de la clarificación ideológica. Como decía muy bien la compañera Renée, el Servicio Social nace a fines del siglo pasado en el marco de la ideología liberal burguesa y entonces, sin cuestionar la sociedad se veía muy bien que el asistente social tratara de ajustar a l individuo a la sociedad. Ese no es ya nuestro propósito ¿ustedes se imaginan el horror que sería tratar de ajustar un marginado al “cantegríl”? .

¿Que significa ajustar a un marginado a un “cantegríl” enseñarle a vivir comiendo mal, enseñarle a vivir en una casilla de cartón y lata, enseñarle a robar para vivir?. Eso no lo procura el Servicio Social.

El Servicio Social procura promover al hombre, ó sea ayudarlo a comprender en que coyuntura nos encontramos y hacia donde se dirige nuestra sociedad. Pero el momento de hoy no es el momento de mañana. La segunda vía que se habrá por delante al Servicio Social es su conversión en ciencia. Eso nos exige una serie de cosas, una revisión metodológica. En este momento el Servicio Social dice trabajar con cinco métodos: tres básicos trabajo con caso, trabajo con grupos, y trabajo con comunidad, y dos auxiliares las técnicas de investigación y las técnicas de administración. Acontece que esos cinco métodos fueron creados en los Estados Unidos. Para la realidad norteamericana donde existen un tipo de instituciones llamadas agencias cuya finalidad única y específica es prestar Servicio Social.

Pero nosotros no tenemos agencias. Nosotros tenemos una serie de instituciones copiadas del Derecho Positivo Europeo donde el Servicio Social aparece como una oficina, una sección o un departamento dentro de instituciones de seguridad social. Entonces es hora ya de que eso que hemos recibido como empréstito cultural, revisarlo, de ver cual es sus trato básico, de ver hasta donde nos sirve e incluso, afinando la inventiva de ver si a nosotros no nos sirven otros métodos que no crearon los norteamericanos, pero que serían mucho más aptos para la realidad Uruguayo o latinoamericana. El segundo paso para la conversión del Servicio Social en ciencia es clarificar cual es el nivel de teoría que debe tener el Servicio Social.

En las Ciencias Sociales la teoría se elabora a tres niveles: un nivel macro de comprensión global de la sociedad; un nivel medio en coordinación con el macro, la teoría de ciertas disciplinas, y un nivel micro, la teoría de ciertas acciones concretas. Hasta ahora la teoría del Servicio Social ha sido un nivel macro y basada principalmente en una sola fuente los aportes de las otras Ciencias Sociales; en particular tres: sociología, psicología y antropología. Pero en la medida que el Servicio Social es una praxis social, es una teoría que lleva a acciones de esas acciones se vuelve a sacar teoría puede llegar a constituir una

teoría propia con conocimientos transmisibles a otras disciplinas. eso nos exige en tercer lugar el ejercicio de lo que Althusser llama “la práctica teórica”, es decir la elaboración adecuada del concepto del objeto, cosa que el asistente social no ha tratado de hacer, porque ni la lógica ni las matemáticas ni la planificación han sido nuestras fuentes. Y a partir de ahí, es decir a partir de una nueva concepción teórica realmente científica es que podemos encontrar nuevos instrumentos para la acción.

Por ejemplo hasta ahora nunca hemos trabajado con tipologías, por ejemplo hasta ahora nunca hemos aplicado las nuevas técnicas de planificación. Bueno, por ahí, hay un camino muy basto y muy largo para transitar el Servicio Social.

**COORDINADOR:** Bien invitamos a los participantes a realizar algunas precisiones o gregado a lo dicho ...perfecto... le pasamos el micrófono a la señora de Vidal.

**RAQUEL CORTINAS DE VIDAL:** En realidad mi intervención fue muy un pantallas y los compañeros han introducido otros elementos que parecería importante que yo me refiera. Con respecto a la característica de que es la profesión, se podría decir que es una profesión asistencial que se da o se realiza en una relación directa con el asistido. Asistencial de distintos y diversos contenidos, esencialmente es una asistencia para orientar con respecto a problemas. Problemas de muy diversa índole. Es decir, estamos frente a una sociedad muy compleja, con necesidades múltiples y el Servicio Social recoge el aspecto problemático de esas necesidades. Pero no resuelve las necesidades, las necesidades las resuelven las instituciones. Es decir todas las necesidades sociales deben ser satisfechas por instituciones, por una organización de servicios que la resuelva en forma masiva, para el conjunto de quienes las padecen.

El asistente social no está en condiciones de resolver necesidades sociales, por lo tanto el instrumento del recurso, el instrumento de la institución es vital para el cumplimiento de sus funciones. Solamente el Servicio Social cuando encuentra esas necesidades con el individuo puede conectarlo con la institución que le resuelve ese problema. o puede actuar como servicio en si mismo cuando la problemática que presenta ese individuo es del resorte exclusivo del asistente social que se transforma en si mismo en un servicio directo. Es decir es el tratamiento del problema a través de su acción.

Ahora en la formación del asistente social como técnico influyen directamente o intervienen directamente las Ciencias Sociales, Ciencias Generales, Ciencias Psicológicas, la Etica Social. Son las que permiten justamente hacer un análisis de la vida social y del objeto del tratamiento del asistente social, es decir de la calidad concreta y particular que debe tratar. Esa diríamos es la forma científica de abordar un objeto para su tratamiento. Pero también diremos que independientemente de as teorías múltiples de las Ciencias Sociales, porque desgraciadamente no tenemos Ciencias Sociales en un sentido de unidad, no hay una teoría social que se puede extraer de las distintas experiencias sociales, sino que hay multiplicidad de teorías que deben ser confrontadas y verificadas, es decir la situación existente en el plano de la Ciencia Social no nos permite a nosotros solos ser lo suficientemente científicos que deberíamos, desde que las propias Ciencias Sociales discuten, desde teorías muy diversas la verdad objetiva, por lo tanto importa mucho la forma metodológica de actuar del asistente social, su método profesional en conexión con los aspectos teóricos que información, que alegorías, que conceptos maneja, que valores maneja. Pero aparte de eso informa también su formación técnica, la teoría social de la sociedad particular y concreta en la cual trabaja, teoría que procede del conocimiento del

funcionamiento de la sociedad, de su sistema de seguridad de la legislación, de sus leyes de los valores, que están implícitos en toda esta estructuración. Por lo tanto la teoría del Servicio Social tiene muchas fuentes, muy diversas o incluso diríamos contrapuestas y contradictorias en muchos casos.

Ese es el aspecto técnico de su hacer, pero los Marxistas reconocen en el trabajo dos formas de expresión del trabajo, el trabajo técnico por un lado y el trabajo social que se conecta con la primera división de trabajo con el surgimiento de las clases. Y eso se expresa en todas las formas del hacer de esa sociedad.

Y, directamente, si no estamos en la división del trabajo inicial, en una relación material particular, expresa la división del trabajo inicial básica que señalo, la división de clases, que es la ideología. Por lo tanto la ideología que expresa el punto de vista de una clase o de otra, porque en las dos formas antagónicas de presentar la lucha de clase en la sociedad se da con toda nitidez en el Servicio Social, es decir que el Servicio Social tiene también en el aspecto técnico, y eso se expresa en como asume el rol cada asistente social, la ideología dominante.

Por todos los aspectos de teoría que señale y la ideología de la clase a la cual esta esencialmente vinculado en su hacer.

Es decir que en la medida que en su hacer técnico se conecte con las necesidades de las clases necesitadas y oriente su hacer en un sentido de superar esas necesidades, de denunciar esas necesidades, se conecta con la ideología de la clase oprimidas y por lo tanto con la ideología que se vincula y se relaciona con las Ciencias Sociales que nosotros entendemos ciertas que es el marxismo. Por lo tanto entiendo que uno de los aspectos esenciales para desempeñar este rol que sirva para el cambio y la revolución solamente puede asumirse cuando se tiene una ideología correcta.

Con respecto a lo que plantea el compañero aquí si el Servicio Social puede por si resolver las necesidades o ineficiencias de la sociedad, los desarrollistas, oportunistas demagógicos, voluntaristas y demás dicen que algo es posible, por lo tanto plantean instrumentos, el Servicio Social y el asistente social para el cambio revolucionario. Nosotros los marxistas decimos que no que la revolución la hacen los pueblos a través de la praxis revolucionaria y no otra forma de praxis, no a través de una praxis profesional, es a través de la praxis revolucionaria. Ahora si importa saber si en esta praxis revolucionaria que papel le importa jugar a cualquier profesional, entre ellos el asistente social, participar e incluso intervenir en ese proceso.

Si lo hace en forma directa, en el plano de la política o lo hace en forma indirecta a través de su hacer específico en el trabajo técnico que le corresponda.

**RENEE DUPONT:** Bueno yo voy a incursionar fundamentalmente sobre dos cosas, una de ellas, la que menciono Kruse del Servicio Social como ciencia, y la otra, referente a la actividad del profesional con vista a un proceso revolucionario. Con relación al primer punto se suele decir que el Servicio Social es una ciencia aplicada, que la sociología y la psicología son de las Ciencias Sociales y del Conducta, las que le aportan las ideas que luego el Servicio Social aplica y, agregaría, aplica a través de los profesionales que lo hacen en función de su ideología, de sus condicionamientos de clase de las motivaciones que tienen para actuar como asistente social. Sin embargo, también ahora ha quedado bastante en claro que tal cual funciona en la actualidad el Servicio Social es una tecnología,

pero creo yo que hay que aclarar que no quiere decir que lo sea para siempre, a mi me parece que es importante destacar que si bien el Servicio Social fundamentalmente ha recibido conceptos y es un consumidor de ideas científicas de alguna manera también está contribuyendo a que [...no se lee...] único sobre la sociedad, sobre los problemas sociales que se dan en ella. Hay ya colegas desde hace años que están tratando de determinar cuales son los aportes que el Servicio Social ofrece a las demás Ciencias Sociales, hay en los Estados Unidos en este momento dos líneas, la que sostiene que el Servicio Social es una tecnología, que es la más antigua y la que ha llegado por algunos trabajos aquí y ha permitido afiliarse a la idea que el Servicio Social es un consumidor de ideas y lo único que hace es operacionalizarlas.

Pero hay también la otra corriente, que el Servicio Social está en vías de constituirse en una ciencia porque si bien su objetivo puede coincidir con otras Ciencias Sociales su forma de incidir en la sociedad le permite captar de la misma una cantidad de elementos que a su vez los conceptualiza, los reestructura y entonces está permanentemente produciéndose proceso de aplicar conceptos y de extraer nuevos conceptos, de evaluar los que ya tiene frente a la realidad que está en permanente cambio, como dijimos. Esta segunda postura esta menos conceptualizada en la medida que, como decía Kruse, todavía no ha sido la inquietud principal de los profesionales dedicarse a una tarea de elaboración de conocimientos y de conceptualización. Los asistentes sociales se caracterizan principalmente por trabajar sobre la realidad, por ayudar, por asistir y los profesionales se dedican a aplicar conocimientos conocidos y son una minoría los que se dedican a elaborar nuevos conocimientos.

El que además de ser una profesión nueva, esta tan vinculada a la problemática social, tan condicionada ideológicamente, que tiene un número de profesionales reducido y que la formación de sus primeras generaciones no tenía la exigencia de la actual, ni los planteos que actualmente se hace el Servicio Social, respondía a las características que decía Kruse, una especie de beneficencia tecnificada o una forma aséptica de actuar sobre la realidad sin comprometerse, evidentemente, que todavía tiene pocas elaboraciones teóricas, y son un número reducido los profesionales que comparten los esfuerzos de aplicación del conocimiento con esfuerzos de creación de nuevos conocimientos. De manera que si el Servicio Social hoy es una tecnología está en vías de convertirse en una ciencia, y de hacer aportes a las Ciencias Sociales.

Con relación a la actuación profesional, dentro del proceso revolucionario en el que evidentemente estamos los países subdesarrollados en América Latina aquí y ahora, yo opino que las profesiones como tales no tienen como objetivo hacer la revolución.

De manera que es un planteo falso, erróneo o distorsionado el que se han hecho algunos estudiantes en nuestro país y en otros países de América Latina de que como el Servicio Social está trabajando de esta tal forma, no esta directamente contribuyendo a la revolución.

Bueno o hay un juego de palabras o hay un error de base porque de lo que es hacer una revolución, hay muchas maneras de usar la palabra o la palabra tiene muchas acepciones. Si nosotros entendemos hacer la revolución en el sentido marxista o en el sentido que con armas, es evidente que una escuela de Servicio Social no es el lugar de capacitación mejor. Eso no quiere decir que un profesional no sea además un revolucionario. Lo que pasa es que en el campo del Servicio Social y la acción del asistente social es proclive,

propicia para el debate ideológico y para que se llegue hasta allí gente que está abierta a lo social, que está preocupada por los problemas sociales y que le gusta decir yo soy un revolucionario, soy un rebelde, estoy dispuesta a luchar por los cambios, esta es una “sociedad injusta” y demás.

Pero si evidentemente su opción es la de hacer una revolución en el sentido material del término tiene que agarrar las armas y hacer lo que hizo Fidel Castro. Puede desde luego primero ser profesional y después ir la guerrilla, pero desde el momento que está capacitándose para ser un profesional no puede pretender desde ahí hacer revoluciones. Puede si y ahí esta la cosa tener la mente clara sobre que papel tienen que desempeñar las profesiones en determinadas circunstancias históricas para no parar la revolución

**HERMAN KRUSE:** Bueno, yo creo que la compañera Raquel dijo una serie de cosas fundamentales, voy a seguir un poco a partir de lo planteado por ella. Efectivamente, ninguna profesión va a hacer la revolución, la revolución la va a hacer el pueblo. Pero dentro de las profesiones se da la lucha ideológica, que se da en la sociedad. No muchos se animan a decir públicamente que la ideología que debe tener el asistente social, es la ideología del proletariado. Cuando comprendemos eso, nos damos cuenta que en su evolución el Servicio Social debe asimilar el método dialéctico y que sin el método dialéctico es imposible comprender ciertas contradicciones del proceso histórico que ha tenido el Servicio Social. En las escuelas de Servicio Social se enseña la historia de la profesión como un almanaque de fechas. Vives hizo tal cosa, Vicente de Paul, hizo tal otra, las ciudades alemanas hicieron tal cosa, Mary Richmond hizo tal cosa, pero como fruto de que situaciones. Si eso lo vemos como el gesto de grandes figuras, estamos cayendo en el error de Carlyle de pensar que la historia es la biografía de los grandes hombres. En 1970 ya es un poco tarde para seguir sosteniendo eso. Pero el método dialéctico debe aprovecharlo el Servicio Social en dos sentidos más. Uno para comprenderse a si mismo. El servicio social como profesión es muy joven tiene apenas setenta años o setenta y dos para ser exactos, pero en esos años han habido corrientes, han habido escuelas, han habido tendencias. Si aplicamos el método dialéctico empezamos a ver como frente a ciertas tesis surgen naturalmente las antítesis y como llegamos a síntesis que son a su vez nuevas tesis que generan nuevas antítesis que concluyen a nuevas síntesis. No conozco ningún trabajo que analice así el Servicio Social. Por otro lado el trabajo en si del asistente social tiene que ser visto dialécticamente. Es decir yo en mi intervención hablo de varias paradojas. Bueno, que son las paradojas si no el enfrentamiento de las tesis y las antítesis. De modo que la resolución de eso solamente se encuentra en el método dialéctico. Mientras el Servicio Social no quiera comprender eso y siga aferrado a una metodología que es la ciencia de tipo burgués va a seguir cometiendo los mismos errores. Tal vez a otro nivel más allá [...no se lee...] sin salir de sus contradicciones internas.

**COORDINADOR:** Pasemos entonces a la última etapa prevista para el desarrollo de esta mesa, invitando a los presentes a intervenir en este ordenado dialogo que estamos realizando.

**N.N.:** Yo estudio psicología y me llamo la atención lo que decía la señorita Dupont sobre la función del asistente social en caso de problemas psicológicos derivados de la guerra o de cualquier hecho. Mi pregunta es, ¿Cual es la función del asistente social desde el punto de vista psicológico?

**RENEE DUPONT:** Subyacentemente el planteo suyo esta pidiendo una delimita-

ción de funciones profesionales. Usted sabe todas las ciencias de la conducta, las Ciencias Sociales tienen vínculos.

De manera de que si se es especialista en una, se supone que por lo menos se debe saber suficientemente sobre las otras para darle la aplicación y la utilidad a la que uno domina mejor. Pues bien, nosotros lo asistente social tratamos siempre de delimitar por un lado la situación objetiva que una persona pide y por otro la forma como la persona o el grupo están vivenciando o están enfrentando esa situación que lo rodea. En la medida que nosotros tratamos de captar los dos aspectos, tenemos que naturalmente saber evaluar en que medida, realmente está afectando los problemas a la persona o en que medida está creyendo que está afectada. Por ejemplo, sabemos todos de que forma tan destruida ha quedado la personalidad de muchos que han estado en campos de concentración. Los psiquiatras en este país –sé porque soy compañera de algunos de ellos– tienen siempre cantidad enorme de personas de origen judío que han estado en campos de concentración y han quedado tan afectados que precisan un tratamiento de esa profundidad. Pero, hay otros trastornos menores, que son lógicamente producto de una situación objetiva de conflicto. Por ejemplo, una persona que se queda sin trabajo, sufre una cantidad de preocupaciones y de trastornos que no necesariamente tienen por que irse a atender con un psiquiatra o un psicólogo, salvo que les movilice problemáticas anteriores, no son algo patológico, con el lógico resultado de ser sensible y sufrir de determinadas cosas. En esta medida el asistente social puede manejarse bien, porque es a nivel de conciencia. No se si le conteste y lo deje satisfecho.

**HERMAN KRUSE:** Me permite... Yo estoy trabajando en una clínica psiquiátrica. Trabajamos en el equipo tres personas. Psicólogo, psiquiatra y asistente social. El paciente entra en contacto con cualquiera de los tres, pero fundamentalmente el médico estudia su situación biológica, el psicólogo aplica toda su batería de test y yo apporto el conocimiento de su situación económica, laboral, familiar, cultural, etc. Con todo eso en mano nos reunimos los tres y de ahí sale el diagnóstico. El tratamiento tiene diversas partes. Toda la parte de medicación es exclusiva del médico, pero las sesiones de conversaciones psicoterapéuticas la hacemos indistintamente los tres y los tres asistimos a las sesiones de grupo con el enfermo. Yo diría, salvo recetar está tan integrado lo que hacemos los tres, que es muy difícil delimitar que hace uno y que hace el otro, incluso después de varios meses –todo el equipo nos conocíamos desde hace muchos años– les diría que nos suplimos inconscientemente, sin darnos cuenta.

**N.N.:** Creo que si, que lo ideal es que se trabaje en equipo, por eso nos llamaba un poco la atención un poco la parcialización de que los problemas psicológicos fueran tomados exclusivamente por el asistente social. El Psiquiatra no tiene evidentemente los conocimientos que pueda aportar el asistente social o el Psicólogo y es evidente que el trabajo en equipo...

**RENEE DUPONT:** Le contestamos cosas complementarias, ¿verdad?

**N.N.:...** si, si, es que creo que desde el punto de vista psicológico el asistente social trabajando solo, esta corriendo y haciendo correr un riesgo. Ahora, el trabajo en equipo es otra cosa...

**RENEE DUPONT:** Agregó una cosa más!

**N.N.:** riesgo que hace correr el psiquiatra trabajando solo o el psiquiatra trabajando

solo.

**RENEE DUPONT:** Una cosa más: el asistente social tiene que saber que asuntos no son para su profesión o su especialidad y en que medida entonces tiene que pasar a una persona o convencerla que tiene que ir a un psicólogo. Yo he mandado una cantidad, salvo algunos que estaban directamente para psiquiatra, porque pasando a un psicólogo él a su vez sabrá si necesita pasarla a un psiquiatra que le de medicamentos o algo así. Usted sabe que hay tantas corrientes o psicoterapias y demás que de pronto también están en contradicción.

**COORDINADOR:** Perdón, Raquel está pidiendo intervención.

**RAQUEL CORTINAS DE VIDAL:** Supongo que a usted le interesaría saber en que medida nos sirve la psicología para nuestro queacer, en que medida la incorporamos a nuestro conocimiento. Indudablemente la necesitamos para analizar y definir la situación concreta en la que estamos, con respecto a una situación social, para comprender actos, para comprender comportamientos. Sabemos que los comportamientos obedecen a determinadas determinantes sociales y a determinaciones psicológicas, y en ese sentido justamente, es que nos interesa tener conocimientos de psicología para poder hacer ese análisis, que nos permita explicarnos determinados actos o determinadas conductas y para saber respecto a eso, en que punto de partida estamos y saber reconocer exactamente, cual es el sistema de orientación que tiene ese individuo con respecto a su situación concreta y a la sociedad en su conjunto. Es más que nada por un problema de conocimiento, para ver como debemos adecuar nuestra acción ante esa situación individualizada que tratamos. Pero no con ánimo, de reconocer diríamos, disturbios o problemas que están localizados exclusivamente en el área psicológica y si en ese caso llegamos a conceptualizar la situación, nos corresponde, como decía hoy, ser nosotros el enlace con el servicio que va a cubrir esa necesidad, el psicólogo o el psiquiatra. De ninguna manera nosotros prestamos el servicio concreto a esa situación, sino que hacemos de agente de enlace con el servicio o la institución correspondiente, diríamos, no nos corresponde tratar problemas psicológicos, nosotros tratamos problemas sociales, pero para tratar problemas sociales tenemos que conocer sus determinantes y en sus determinantes se incluye, lo psicológico.

**N.N.:** El señor Kruse señalaba el trabajo en equipo y usted el de enlace, yo me adhiero plenamente al trabajo en equipo.

**RAQUEL CORTINAS DE VIDAL:** ¡No! no son excluyentes, yo quería acotar una arista más de la necesidad de manejar conceptualizaciones psicológicas. Porque, en muchos casos, si no se plantea el trabajo en equipo con el psicólogo o el psiquiatra, por eso nosotros no nos despojamos de los conocimientos de psicología.

**N.N.:** Claro por supuesto...

**RAQUEL CORTINAS DE VIDAL:** Por eso yo planteo que las dos cosas son dos aspectos de la misma cuestión, de la necesidad que nosotros tenemos de conectarnos con esa ciencia.

**N.N.:** Lo que yo creo es que es necesario destacar que el psiquiatra o el psicólogo necesitan del asistente social, pero necesitan, pero no para que les envíe el enfermo, sino para trabajar en equipo para que la propia óptica de unos se transmita a los otros...

**RENEE DUPONT:** En una clínica de ese tipo es lógico que esté el equipo, pero

si uno por ejemplo hace Servicio Social familiar y el esposo que generalmente se da es el alcoholista de la pareja, evidentemente que sabemos todo lo que trae aparejado en lo social, por la parte de trabajo, de relaciones familiares, y además, el alcoholista es un enfermo y nuestro papel es convencer a esa persona que es un enfermo y que debe atenderse, sin perjuicio de todas las repercusiones que esa enfermedad ocasiona a la familia, nosotros tratemos por otros medios de resolverla. Ahí no sería un trabajo en equipo porque el tipo de discusión es de otro carácter. No siempre es preciso trabajar en equipo, es según el problema que atiende la institución.

**COORDINADOR:** Yo creo, perdón, que el tema está suficientemente tratado, invitamos entonces a seguir, y el compañero desea intervenir.

**SANCHEZ:** Esto va a ser un poco el equipo, el psicólogo, los asistente social, y yo soy de medicina, quiero ubicar lo siguiente, en primer lugar ahí una serie de profesiones que tienen una problemática común, en este momento, lo que se plantea para el Servicio Social se plantea también para medicina, en el caso concreto, o para otras ramas, como la psicología o cualquier otra que atienda necesidades humanas y sus relaciones con lo social. Ahora, eso ha llevado a formar una serie de grupos interdisciplinarios y sobre todo a llevar al plano de definiciones, más o menos teórica, como el concepto general de salud, en el cual en un equipo de salud intervendría muchísimas disciplinas que dependen o no de varias ciencias. Ahora en esos equipos, concretando en la realidad nacional, creo que se unen una multiplicidad de ideologías que complica enormemente la labor concreta de esos equipos y, esta multiplicidad de ideologías, se manifiesta en la realidad universitaria nuestra, porque es una necesidad evidente de la Universidad buscar caminos frente a una cuestión que se le ha hecho clara a todo universitario en este momento, estudiante sobre todo, joven, se le ha hecho claro la necesidad de un cambio.

Tal es así, que en cualquier seminario, de cualquier cosa, surge como conclusión global la necesidad de cambio de estructuras. Necesidad genérica que algunos de criterio marxista vemos claramente y que otros no la ven en ese sentido. Ahora bien esa necesidad real de planteo profesional esta abocada a la necesidad de cambios de estructuras y en ese sentido es que se plantea para mi criterio, lo más importante de esta mesa redonda y que me gustaría que se insistiera sobre el punto: el estudiante, el universitario acuciado por esa necesidad de cambio, no sabe sino convertir su profesión en algo al servicio de la revolución, como profesión, como técnico, o actuar en otro sentido gremial e ideológico, y se plantea cantidad de problemas, en estos momentos en la Universidad. Voy a citar dos, como ejemplo. En medicina en unos grupos del ciclo básico, que son los que han encarado con más fecundidad el tema, han sacado como resolución de grupo que la Facultad de Medicina debe formar no médicos, sino hombres. O sea, que es algo tan genérico, que en fino quiere decir nada. Y en arquitectura, los estudiantes por ejemplo, de un grupo de proyecto cuando el docente les plantea realizar un estudio sobre un proyecto de hospital, se negaron a hacer ese trabajo y le plantearon que sería más interesante más revolucionario edificar un sindicato, como si en eso estuviera la realidad revolucionaria.

Yo creo que el problema es muy claro: que hacemos de nuestra profesión. Mi profesión consiste –estudio pediatría en este momento– y si me traen un niño que tenga diarrea, tengo que cortarle la diarrea y punto. Porque si yo viera que mi función es la de convencer a los padres de ese niño de hacer la revolución, de sumarse a las ligas revolucionarias, yo honestamente dejaría la medicina y me haría un revolucionario profesional, que es muy necesario, imprescindible, pero soy en este momento un profesional, que a través de mi

profesión, obviamente voy a tener que paliar cosas, a través de mi ideología clara adquirida a través de una confrontación con la realidad, voy a transmitir a mis colegas, a través de mi acción social o material, en cada caso lo que creo es el camino revolucionario.

**COORDINADOR:** Yo quiero hacer una aclaración, esta es la primera mesa redonda de una serie. El mes que viene tendremos como tema el psicólogo, luego el sociólogo y el médico, ósea que ese planteo está en el espíritu de esa mesa.

**RENEE DUPONT:** Yo estoy seguro que en la medida que se vayan haciendo las siguientes mesas el número de los concurrentes será mucho más elevado y al final vamos a encontrar muchos puntos comunes. Además, yo comparto totalmente el planteo suyo, joven. Yo creo que todas las profesiones están trabajando en la realidad en alguna medida condicionadas por la realidad social, ¡evidente!. El psicólogo, bueno ya leímos unos cuantos artículos seguidos de Sobrado que algunos eran casi exactos para el Servicio Social, porque evidentemente como dijo él confundir enfermedades con inadaptación... ó sea que uno como psicóloga convenza a la gente que está enferma y que tiene que adaptarse está distorsionando la realidad lo que pasa es que está afectado por una realidad injusta, ¡Un momento, un momentito! El médico, su función primera es la de curar las enfermedades. Eso no quiere decir que como médico no se conecte con la realidad social y no comprenda, todo lo que esa realidad social incide en las enfermedades que tiene que enfrentar...

**RAQUEL CORTINAS DE VIDAL:** Yo creo que la inquietud que planteo Sanchez está un poco conectada con algo que había dicho Renée con respecto a caracterizar a la profesión como una tecnología. Yo considero que el Servicio Social no es una tecnología, sino que es una profesión una profesión, en el sentido de que tiene una metodología científica y digo esto, porque hay una tendencia en este momento y no es casual, en esta profunda lucha ideológica que se está dando en todos los niveles, con respecto a la revolución de las ciencias, con respecto a la valoración de la técnica, es decir es la tendencia a quitarle a las profesiones su contenido científico, transformarlas en meras técnicas. Lo que significa un proceso de actualización. Es decir, la ciencia y la revolución están dadas de la mano, el progreso objetivo de la sociedad se conecta con la ciencia. El conocimiento, en la medida que se profundiza, en la medida en que se hace realmente investigación científica, eso favorece la revolución y el cambio revolucionario. Es decir, las corrientes que dentro de la Universidad se abren paso en un sentido de menospreciar el saber y de declararse sobre el semisaber o el saber un poquito o algunas técnicas, porque no hay tiempo y hay que hacer la revolución, eso es contrarrevolucionario. Es quitarle justamente la tarea específica, la tarea y la actividad técnica que tiene la Universidad, que es la formar científicos, que es la de formar profesionales con base científica, con una formación cultural amplia, que les permita desarrollar científicamente su actividad. Por lo tanto, todo aquello que se plantee en el plano de la técnica pura, despojando del basamento científico al hacer, es prácticamente desconectar al universitario y al profesional de la orientación científica, que en la medida que sea consecuente, en la investigación y en la profundización, la va a conectar con la ciencia en la medida que realmente corresponde a la interpretación de la realidad. Eso es progresivo y lo progresivo coincide con lo revolucionario. La otra postura es la contrarrevolución con vestido seudorevolucionario. Yo creo que esto es una advertencia muy importante y es algo que debemos pensar con seriedad y en profundidad, por eso yo entiendo que la profesión del Servicio Social es una profesión que tiene una metodología científica en la medida que se preocupe de indagar en las propias ciencias que la informan, que hay realmente de científico en las distintas teorías, cuales son teorías de

la burguesía y la contrarrevolución que ideológicamente intenta penetrar la intelectualidad de nuestro medio. En la medida que nosotros seamos estudiosos profundicemos en nuestra ciencia, vamos a conectarnos con lo que objetivamente coincide con la evolución social, que nos lleva a la transformación y al cambio revolucionario. Así que esto es un tema que no solo involucra al Servicio Social, sino que está planteado en el conjunto de la Universidad. No es casual que en la Universidad se estén dando, en este momento este tipo de tendencias y de corrientes, que prácticamente rebajan el nivel del profesional. Le quitan de todo nivel de interés y preocupación por la ciencia, porque eso es un lujo. Hoy no hay tiempo para investigar, urgen los cambios, urge la revolución...en definitiva lo que urge es quitar a la gente de los centros de profundización y conocimiento, que lo van a armar y lo van a instrumentar para el cambio y la transformación revolucionaria y para que cuando ocurra la revolución y se asuma el poder por parte de determinadas capas sociales, se vean provistas de los intelectuales y de las ciencias, que pueda ser si un factor esencial en la consolidación de ese poder. Por lo tanto nuestra tarea si somos revolucionarios que nos ocupamos de una carrera o una profesión en particular, la manera de serlo es ese campo específico es profundizando nuestro conocimiento y defendiendo la ciencia y la investigación científica como un campo más de la lucha revolucionaria.

**HERMAN KRUSE:** Bueno yo iba a decir algo muy parecido a lo que dijo Raquel. A mí me asusta lo que llamo la impaciencia revolucionaria. Es decir la gente de todas las profesiones que ve su rol en la revolución. Bueno, pero ¿qué es la revolución? Es la toma del poder por un grupo que va a hacer una serie de cambios y a partir de ahí aprender el verdadero camino del desarrollo. Pero para eso se precisa un escuadrón de técnicos, y si los técnicos, se dedicaron a otra cosa no los podemos inventar de un día para otro. Eso me crea entonces otra paradoja, la de como mantener entrenada la eficiencia. El técnico, en algún momento, no tiene otra alternativa que hacer ciertas cosas sabiendo que en las circunstancias actuales le sirve al “status quo”. Pero él no puede desentrenarse porque esa técnica, esa habilidad ese conocimiento, no lo adquiere de un día para otro y en el momento que sea necesario él no puede estar desentrenado. Eso crea entonces un problema ético: hasta donde puede cooperar con esto. Y, personalmente creo, lo que llamo la teoría de la tensión, es decir ir hasta donde mis principios morales me lo permiten. Pero es una cosa que está en tensión continua. Por otro lado la revolución no se hace con marginados. Ni con muertos. La revolución se hace con gente consciente. Si ciertas tareas que debe cumplir el Médico, o le asistente social, o el Psicólogo, no se realizan, con locos, con enajenados, con muertos de hambre y con marginales, no se puede hacer la revolución.

**RENEE DUPONT:** Quiero decir que si yo me referí a la tecnología era para citar el problema, pero que comparto todo lo que dice Raquel.

**COORDINADOR:** Bueno, dicen que cuando la cosa esta en lo mejor, es cuando hay que cortar, pero en este caso no es por método de propaganda, ni para crear expectativa, sino que es por una razón de tiempo que está estrechamente relacionado, en el periodismo con el espacio y como tanto tiempo representa tanta cantidad de páginas, la cantidad de páginas están muriendo. Yo no voy a hacer ninguna síntesis. Creo que lo que se dijo ha sido muy claro y preciso creo que tampoco esto agota el tema. Con esto termina un diálogo, una conversación y esperamos que esto continúe... sabemos que esto continua... pero de alguna medida como representante del diario en esta mesa, me siento muy satisfecho en la medida que creo se ha podido comprobar, en la noche de hoy, la justeza de nuestra

proposición al comenzar este diálogo sobre profesiones cuya discusión se está centrando, en forma riquísima pero en círculos cerrados. Y que en cuanto tiene una repercusión su acción, una repercusión social tan importante, me parece que no es correcto que esa discusión se lleve a cabo a nivel tan cerrado. Por eso creo que debe ser importante y productivo que este diálogo salga a la opinión pública y con ese pensamiento iniciamos esta serie de mesas que, con esta inauguración ya resulta altamente gratificante. Así que, debemos agradecer a los participantes de la mesa y también a la audiencia que, como apreciamos realizó también su aporte. Gracias.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)